

Prosa *Poeteiro* Verso
Iba Mendes

História

S. A. Sisson

Galeria dos Brasileiros Ilustres

Completo

1861



Iba Mendes
www.poeteiro.com

S. A. Sisson

Galeria Dos Brasileiros Ilustres

Publicado originalmente em 1861.

Sébastien Auguste Sisson
(1824 – 1898)

“Projeto Livro Livre”

Livro 204



Poeteiro Editor Digital
São Paulo - 2014
www.poeteiro.com



Projeto Livro Livre

O “Projeto Livro Livre” é uma iniciativa que propõe o compartilhamento, de forma livre e gratuita, de obras literárias já em domínio público ou que tenham a sua divulgação devidamente autorizada, especialmente o livro em seu formato Digital.

No Brasil, segundo a Lei nº 9.610, no seu artigo 41, os direitos patrimoniais do autor perduram por setenta anos contados de 1º de janeiro do ano subsequente ao de seu falecimento. O mesmo se observa em Portugal. Segundo o Código dos Direitos de Autor e dos Direitos Conexos, em seu capítulo IV e artigo 31º, o direito de autor caduca, na falta de disposição especial, 70 anos após a morte do criador intelectual, mesmo que a obra só tenha sido publicada ou divulgada postumamente.

O nosso Projeto, que tem por único e exclusivo objetivo colaborar em prol da divulgação do bom conhecimento na Internet, busca assim não violar nenhum direito autoral. Todavia, caso seja encontrado algum livro que, por alguma razão, esteja ferindo os direitos do autor, pedimos a gentileza que nos informe, a fim de que seja devidamente suprimido de nosso acervo.

Esperamos um dia, quem sabe, que as leis que regem os direitos do autor sejam repensadas e reformuladas, tornando a proteção da propriedade intelectual uma ferramenta para promover o conhecimento, em vez de um temível inibidor ao livre acesso aos bens culturais. Assim esperamos!

Até lá, daremos nossa pequena contribuição para o desenvolvimento da educação e da cultura, mediante o compartilhamento livre e gratuito de obras sob domínio público, como esta, de Sébastien Auguste Sisson, artista francês radicado no Brasil: “*Galeria Dos Brasileiros Ilustres*”.

É isso!

Iba Mendes
iba@ibamendes.com

ÍNDICE

ADVERTÊNCIA DO EDITOR.....	1
INTRODUÇÃO.....	2
SENHOR.....	5
MARQUÊS DE PARANÁ.....	7
EUSÉBIO DE QUEIRÓS.....	11
BARÃO DE MAUÁ.....	15
JOSÉ CLEMENTE PEREIRA.....	18
VISCONDE DE URUGUAI.....	23
VISCONDE DE ABAETÉ.....	28
MARQUÊS DE OLINDA.....	34
VISCONDE DE ITABORAÍ.....	39
MARQUÊS DE MONTE ALEGRE.....	42
MARQUÊS DE CAXIAS.....	47
MARQUÊS DE ABRANTES.....	57
CONDE DE IRAJÁ.....	62
BERNARDO DE SOUSA FRANCO.....	66
CÂNDIDO BATISTA DE OLIVEIRA.....	70
MARQUÊS DE VALENÇA.....	76
VISCONDE DE MARANGUAPE.....	81
VISCONDE DE SAPUCAÍ.....	85
VISCONDE DE CAIRU.....	91
JOSÉ BONIFÁCIO DE ANDRADA E SILVA.....	97
VISCONDE DE CARAVELAS.....	105
D. PEDRO II.....	109
LUÍS PEDREIRA DO COUTO FERRAZ.....	115
JOSÉ MARIA DA SILVA PARANHOS.....	124
GABRIEL JOSÉ RODRIGUES DOS SANTOS.....	130
BARÃO DE IGUARAÇU.....	139
MARQUÊS DE BAEPENDI.....	145
JOSÉ MARTINIANO DE ALENCAR.....	157
EVARISTO FERREIRA DA VEIGA.....	163
A. C. R. DE ANDRADA MACHADO E SILVA.....	170
JOÃO DA SILVA CARRÃO.....	181
CONDE DE SANTA CRUZ, ARCEBISPO DA BAHIA.....	189
FR. FRANCISCO DO MONTE ALVERNE.....	202
JERÔNIMO FRANCISCO COELHO.....	223
FRANCISCO DE LIMA E SILVA.....	235
VISCONDE DO RIO BONITO.....	243
NICOLAU PEREIRA DE CAMPOS VERGUEIRO.....	248
BERNARDO PEREIRA DE VASCONCELOS.....	253
FRANCISCO DIOGO PEREIRA DE VASCONCELOS.....	260

SÉRGIO TEIXEIRA DE MACEDO.....	263
MANUEL FELIZARDO DE SOUSA E MELO.....	277
JOSÉ TOMÁS NABUCO DE ARAÚJO.....	282
JANUÁRIO DA CUNHA BARBOSA.....	288
MARQUÊS DE PARANAGUÁ.....	293
BISPO DE ANEMÚRIA.....	300
TERESA CRISTINA MARIA.....	307
PEDRO DE ALCÂNTARA BELLEGARDE.....	311
MARTIM FRANCISCO RIBEIRO DE ANDRADA.....	318
INÁCIO MARCONDES DE OLIVEIRA CABRAL.....	326
DOM PEDRO I.....	329
JOÃO CRISÓSTOMO CALADO.....	335
MARQUS DE INHAMBUPE.....	342
JOSÉ ANTÔNIO SARAIVA.....	348
MARQUÊS DE BARBACENA.....	358
BARÃO DE CAÇAPAVA.....	371
JOSÉ PINHEIRO DE VASCONCELOS.....	400
SEBASTIÃO DO REGO BARROS.....	404
MIGUEL DE FRIAS E VASCONCELOS.....	411
VISCONDE DE JEQUITINHONHA.....	415
JOÃO PAULO DOS SANTOS BARRETO.....	442
MARQUÊS DE CARAVELAS.....	445
MARQUÊS DE LAJES.....	448
MARQUÊS DE MARICÁ.....	451
D. ISABEL E D. LEOPOLDINA.....	455
VISCONDE DE S. LEOPOLDO.....	457
RAFAEL TOBIAS DE AGUIAR.....	464
BARÃO DE MURITIBA.....	469
PEDRO FERREIRA DE OLIVEIRA.....	474
JOÃO MANUEL PEREIRA DA SILVA.....	491
MARQUÊS DE S. JOÃO DE PALMA.....	495
JOSÉ JOAQUIM DA ROCHA.....	499
JOSÉ INÁCIO SILVEIRA DA MOTA.....	506
ALEXANDRE JOAQUIM DE SIQUEIRA.....	509
JOSÉ MARIA DA SILVA BITANCOURT.....	513
FRANCISCO GOMES DE CAMPOS.....	518
JOAQUIM MARCELINO DE BRITO.....	524
DIOGO ANTÔNIO FEIJÓ.....	534
JOSÉ ANTÔNIO MARINHO.....	539
ÂNGELO MONIZ DA SILVA FERRAZ.....	548
FRANCISCO DE PAULA SOUSA E MELO.....	556
BARÃO DA VITÓRIA.....	563
JOAQUIM JOSÉ INÁCIO.....	568
BARÃO DE SUMI.....	578

VISCONDE DE PEDRA BRANCA.....	585
D. MANUEL DE ASSIS MASCARENHAS.....	589
JOSÉ BENTO LEITE FERREIRA DE MELO.....	595
TEÓFILO BENEDITO OTONI.....	602
D. MANUEL JOAQUIM DA SILVEIRA.....	618
VISCONDE DE SEPETIBA.....	630
FRANCISCO DE PAULA NEGREIROS SAIÃO LOBATO.....	639

ADVERTÊNCIA DO EDITOR

Voltamos hoje à primeira idéia que tínhamos de publicar uma Galeria dos homens ilustres do Brasil, acompanhados de notícias biográficas. Deu lugar a isto uma razão mui séria: a impossibilidade em que se acha de fazer as três biografias para cada mês e pessoa encarregada de escrever a obra. Poderiam, é verdade, ser feitas por pessoas diferentes; mas neste caso, tornar-se-á impossível a unidade de pensamento e de vistas que deve haver em uma obra semelhante; o que seria um grandíssimo inconveniente. Não renunciemos todavia à publicação da obra, com o título: *Os Contemporâneos do Brasil*, pelo Sr. Dr. J. M. de Alencar: pelo contrário, esperamos dar brevemente à luz, em formato de oitavo e em mais de um volume, a história dos brasileiros que têm ilustrado a sua terra. Estas biografias, severamente escritas, farão conhecer o seu autor por uma nova face: a de historiador, título que eclipsará aqueles que já têm como jornalista e romancista.

Ao mesmo tempo prometemos ao público um grande e sucessivo melhoramento na impressão dos retratos. Os obstáculos que temos encontrado da parte daqueles que deviam ajudar-nos; os preços exorbitantes exigidos por aqueles que cuidam ter o monopólio da litografia, nos levarão a formar um impressor que, se ainda não atingiu a perfeição de trabalho dos da Europa, tem contudo tanta inteligência como estes, e, com a prática que pouco a pouco irá adquirindo, nada mais nos deixará que invejar aos bons operários europeus do mesmo gênero.

INTRODUÇÃO

As biografias dos homens notáveis e eminentes de um país são páginas soltas do grande livro da história dele. Nas relações dos feitos e dos trabalhos dos estadistas, dos diplomatas, dos generais, dos administradores, dos sábios, dos poetas e dos artistas de uma nação está encerrado o segredo dos grandes acontecimentos políticos, do progresso moral e material, das provações, dos triunfos, da glória, e também às vezes da decadência dela. Além da importância imensa que debaixo deste ponto de vista apresentam as biografias, acresce que todos os povos naturalmente se ufanam de ver perpetuada a memória de seus heróis e varões beneméritos, ou nos cantos dos poetas, ou nos momentos que a gratidão nacional lhes consagra, ou enfim, e, principalmente, nos escritos de biógrafos e conscienciosos, que são ao mesmo tempo uma justa satisfação para os contemporâneos, e um tesouro precioso reservado para a posteridade; um tributo de gratidão devido aos beneméritos, e, o que não importa menos, um incentivo poderoso, que convida os filhos a seguir os exemplos dos pais, e que faz suceder por novos os antigos beneméritos.

Mas a simples relação dos feitos dos grandes homens ainda não é tudo: a Nação, como a família, se apraz de conservar indelével a imagem e a figura de seus membros mais distintos. A Pátria, como a mais extremosa das mães, se extasia ante os retratos de seus filhos: os contemporâneos, que nem todos conhecem de perto os seus concidãos mais assinalados, e a posteridade, que é apenas herdeira de sua fama, folgam de procurar na fronte do sábio os cálculos profundos de sua vasta inteligência, nos olhos do guerreiro o fogo marcial que brilhara nos campos de batalha. Encontra-se finalmente um encanto indizível em ter junto da história do herói, ou do homem eminente, a imagem de seu rosto: então parece que se renova o passado, ou que se testemunha cenas brilhantes, de que se esteve longe: então como que se vê o estadista meditando no seu gabinete, como que se admira o orador na tribuna, e o poeta exaltando-se em suas horas da mais feliz e ardente inspiração.

Foi levado por estas considerações e pelo suave empenho de demonstrar de algum modo o nosso reconhecimento à hospitalidade amiga e generosa que viemos encontrar no seio do Império do Brasil, que empreendemos e tomamos sobre os ombros a difícil e trabalhosa tarefa da obra a que damos o título de Galeria dos Brasileiros Ilustres. O título da nossa obra indica bem claramente que tomamos por ponto de partida a época gloriosa da Independência do Brasil; mas por certo que não desconhecemos quanto se enriqueceria a nossa galeria com um grande número de varões ilustres, que se assinalaram nos séculos anteriores, e ainda nos primeiros anos do atual.

Desde o Padre José de Anchieta, que embora nascido no Velho Mundo, foi o apóstolo do novo, e tornou-se brasileiro por uma vida inteira consagrada ao

Brasil, desde o Padre José de Anchieta, dizemos, até o Padre Caldas, o ilustre poeta e famoso orador fluminense, poderíamos contar uma insigne falange de beneméritos, que se libertaram da lei da morte pelos serviços mais relevantes. Mas assim compreendida e dilatando-se pelo espaço imenso de mais de três séculos, a nossa tarefa tornava-se pesada demais para nossas mesquinhas forças, e não poderia ser completamente desempenhada conforme o programa que os impusemos, principalmente porque pediríamos debalde ao passado os retratos de muitos dos seus nomes célebres.

Começando porém da época da Independência do Brasil, nós partimos do berço do Império, começamos a nossa marcha ao grito do Ipiranga, e contemplamos ainda vivos muitos dos ilustres cidadãos, que devem enriquecer a nossa galeria, ou sentimos ainda frescas e recentes as recordações daqueles que já desceram ao túmulo. Assim, pois, fica bem determinado, bem explícito o pensamento da obra, que tomamos a peito realizar. Foi e é nossa idéia bosquejar somente, sob o ponto de vista histórico, a vida e o caráter dos homens que se têm ilustrado no belo Império americano; desenhar as principais figuras, que têm deixado vestígios de sua passagem neste país e em sua cena política desde a Independência até os nossos dias; em uma palavra, apresentar os quadros e a história do Brasil neste período, expondo, a par dos retratos, os feitos dos seus varões que mais se têm distinguido.

Podemos ufanar-nos de que o nosso empenho fosse bem recebido e acoroçado pelos brasileiros, e muito nos honra a distinção com que S. M. o Imperador o Sr. D. Pedro II se dignou de tomar debaixo de sua imediata proteção especial a Galeria dos Brasileiros Ilustres. É uma glória imensa para o Brasil, e que a posteridade aquilatará devidamente, o fato de se sentir sempre a influência benéfica e protetora do imperador, onde quer que se trate de dar impulso às ciências, às letras, às artes e à indústria no seio do país cujos destinos lhe foram confiados pela Providência.

Animados por este majestoso incentivo, e certos da continuação do favor do público, a nossa obra progredirá esperançosa e constantemente dirigida pelo mesmo pensamento. Em nossos trabalhos biográficos, esmerilhando cuidadosamente a vida pública do homem, suspenderemos nossos passos diante do lar doméstico e cerraremos os olhos ao proceder particular; não pertence ao escritor a vida íntima do cidadão, somente à tradição cabe revelar esses detalhes para completar o caráter dos homens célebres. Nossa missão, pois, se resume exclusivamente em transmitir à posteridade os traços dos principais personagens do heróico drama da Independência do Brasil, e daqueles outros que, herdeiros desse legado glorioso, dirigem o país em sua marcha regular. Dos primeiros, a maior parte já pagou o tributo à morte, e não são mais que sombras ilustres do panteão histórico do Brasil; alguns porém restam ainda, como venerandos monumentos do passado, e com seu exemplo,

seus conselhos e sua experiência animam aqueles que, jovens ainda, e cheios de vigor e de esperanças, continuam a obra grandiosa de seus pais.

Para estes últimos, representantes das novas idéias, nossas biografias serão apenas a primeira parte de suas vidas, parte sem dúvida a mais difícil, porém ao mesmo tempo a mais gloriosa; porque é ela o laço, o anel, a cadeia que prende duas épocas da história do Brasil, o passado, época de lutas tremendas, e de organização depois da vitória; e a atualidade, período de progresso e de civilização. Tal é o fim a que se propõe a Galeria dos Brasileiros Ilustres: praza ao céu que ela corresponda aos nossos desejos, às nossas esperanças e aos trabalhos a que não nos poupamos, e que possa concorrer no presente e no futuro para a glória deste portentoso país que Deus acumulou de favores e de riquezas, e a quem deu filhos tão dignos e cidadãos tão dedicados.

SENHOR

Desde remotas eras é costume entre os que muito lidavam, entre os que muito empreenderam, festejar, no fim da luta, quando termina a empresa, a alegria ou o repouso de um dia, em compensação de meses ou anos de cuidados e fadigas. Nesse dia saudoso, rápido como são as horas mais ditosas da vida, o desafogo do coração é um bem-estar delicioso, o sossego do espírito com um devaneio doce, cheio de encantos.

Deve sentir assim o peregrino que, após longa viagem, trepa ao píncaro de um monte e de lá, assentado à fresca sombra do arvoredor, mede sorrindo o caminho que já aquém lhe fica. Ao voltar à pátria amada, deve sentir assim o nauta que, longe dela, tantas vezes viu acordar e adormecer o dia sobre o buliçoso leito das ondas do oceano. Nas próprias horas de lida, Senhor, há entretanto, quer para o que percorre a terra, quer para o que atravessa os mares, momentos de consoladora esperança: no rigor das estações, a linfa clara que corta o deserto renova as forças do primeiro, no meio das tempestades a estrela trêmula que incendeia o azul do céu promete ao segundo serena bonança, propícia aragem.

Senhor, também o artista que alguma idéia levanta à sombra protetora do Vosso trono tem dessas horas, tem dessas consolações que lhe dão nova fé, nova coragem na ocasião dos trabalhos; o amor de Vossa Majestade às artes, às empresas úteis é para o artista o que é a gota cristalina do regato para o lábio seco do peregrino: a força; e Vós, Senhor, sois para ele o que é para o navegante o astro brilhante engastado nos plúmbeos folhos do horizonte: a esperança.

Por isso, Senhor, o artista que tanto amparo deve à Vossa mão augusta entrega o seu coração às efusões mais gostosas, ao prazer mais fundo, à gratidão mais sincera, vendo realizada a sua idéia, terminada a sua obra depois de quatro anos de dedicação e perseverança. Tão puro como o incenso queimado em aras sagradas, possa o seu cântico de reconhecimento subir os degraus do trono imperial e aos pés de Vossa Majestade desatar-se em perenes harmonias, em consonâncias que exprimam os respeitosos e estremecidos votos do artista pela ventura do alto protetor das artes, do sábio monarca brasileiro.

Mas se é dado, Senhor, àquele que tanto recebeu, desejar mais, pedir ainda, dignem-se Vossa Majestade conceder que o augusto nome do protetor seja nesta coleção de retratos e biografias de seus leais servidores o símbolo do seu valor, e ao mesmo tempo como a prova evidente do quanto, Senhor, amais os vossos e animastes o artista. Diante dessa página de honra, o coração de meus irmãos na arte palpitará contente; porque eles que vos prezam, Senhor, compreenderão que no dia em que descanso, em que como o nauta esqueço os

embaraços da viagem, em que como o viajor calculo o caminho andado, Vossa mão benfeitora se estendeu de novo ao artista, e sobre a sua obra, sobre a sua filha depôs, como prêmio, uma jóia valiosa: o vosso augusto nome, Senhor!

E é de justiça, Senhor, que o que está escrito tão profundamente no coração do empresário apareça no seu livro, venha a lume no fruto de sua empresa. Eis, Senhor, o que ainda implora de vossa imperial benevolência, eis o que ainda espera.

MARQUÊS DE PARANÁ



Honório Hermeto Carneiro Leão, Marquês de Paraná, nasceu na Província de Minas Gerais, Vila de Jacuí em 11 de janeiro de 1801; era filho legítimo do coronel Nicolau Neto Carneiro Leão e de sua primeira mulher, D. Joana Severina Augusta Lemos. Partiu em 1820 para a Universidade de Coimbra, onde tomou o grau de bacharel em Direito no ano de 1825. Nomeado juiz de fora de S. Sebastião em 1826, serviu depois diversos lugares de magistratura, como os de auditor de marinha e ouvidor do Rio de Janeiro, e no fim de três ou quatro anos de exercício foi elevado ao cargo de desembargador de Relação de Pernambuco com exercício na desta corte. Na ocasião em que devia entrar para o Supremo Tribunal de Justiça, como lhe vedasse pela lei a sua qualidade de conselheiro de estado, aposentou-se. Percorreu por conseguinte na carreira da Magistratura

todos os cargos e todas as honras, faltando-lhe unicamente o último degrau de hierarquia judiciária, que não atingiu, porque já então o estadista dominava o magistrado: o homem político fazia desaparecer o juiz.

Foi eleito deputado por Minas à segunda legislatura, que começou a funcionar no ano de 1830. Honório Hermeto Carneiro Leão ligou-se ao partido moderado; apesar de não ser orador, a sua atividade e energia, a sua dialética cerrada o distinguiram logo entre os seus colegas. Chegou finalmente o memorável dia 30 de julho de 1832, uma das datas mais célebres do Brasil: não entraremos no alcance político dos acontecimentos que então se passaram, deixando que a posteridade julgue de que lado estava a razão e a justiça. Apesar de haver aderido ao plano de convenção, H. H. Carneiro Leão apresentou-se na sessão de 30 de julho resolvido a combatê-lo; separou-se de seus antigos aliados, e pronunciou-se com tanta firmeza e energia contra o projeto, que conseguiu produzir na maioria um fracionamento, que, ligando-se à oposição, suplantou o partido moderado, e rejeitou a idéia da reforma constitucional. Deste fato data propriamente a influência de H. H. Carneiro Leão; sua decisão, o seu pronunciamento franco e enérgico, e sobretudo o feliz resultado de que foi coroada sua iniciativa, o colocaram imediatamente à frente do novo partido que havia organizado, porque era de fato um novo partido este que se havia formado da fusão dos oposicionistas com os liberais divergentes.

Tornou-se pois o homem da situação, e depois do famoso Ministério de Quarenta Dias, foi chamado para fazer parte do gabinete de setembro em que ocupou a pasta da Justiça. Contava então pouco mais de trinta e um anos: seu caráter independente, que se havia revelado bem claramente no curto espaço de sua vida política, tornou-se ainda mais notável no ministério; desde o começo declarou que não aceitaria imposições, nem governaria por direções estranhas. Era ainda muito moço na vida e na política para que seus antigos chefes se resignassem a ceder-lhe o primeiro lugar e a trabalhar sob as suas vistas; daí proveio uma divergência entre o novo ministro da Justiça e os homens que dirigiam a onipotente maioria. Assim, apesar da situação que ele criara, e que elevou ao poder os homens da maioria, foi repellido por eles; e o ódio político dos seus antigos aliados chegou a tal ponto que reuniram os eleitores mineiros para cassarem o diploma do homem que acabava de obter a mais brilhante reeleição. Nem por isso H. H. Carneiro Leão renunciou às suas opiniões de liberalismo moderado, e quando em 1834 a morte de D. Pedro I, aniquilando as esperanças de uns e os receios de outros, destruiu a barreira que dividia os antigos partidos, o seu talento deu-lhe uma posição eminente nesta Câmara poderosa, que obrigava a retirar-se da regência o homem que ela mesma elevava.

Organizou-se então o célebre gabinete de 19 de setembro de 1837; e nesta ocasião deu H. H. Carneiro Leão uma prova de sua penetração de homem

político: desdenhando o prestígio de uma pasta, preferia conservar-se na Câmara como chefe da maioria, e dominar o ministério desta posição respeitável que o seu talento e a sua influência então decisiva lhe asseguravam. Iniciando-se em 1840 o projeto da maioria, combateu-o apresentando outro com uma reforma da Constituição; repentinamente porém o retirou sem prévio acordo com o gabinete, talvez por uma dessas resoluções prontas e decisivas, que o seu espírito previdente e a sua firmeza de vontade lhe faziam tomar muitas vezes. Deste fato resultou a indecisão que mostrou o Governo do regente nesse período, e a lei que declarou a maioria e inaugurou o reinado atual em 23 de julho de 1840. A mudança de política que então se deu colocou-o na oposição, onde sob uma fase diferente teve ainda ocasião de dar provas de sua firmeza e atividade: naqueles tempos em que a oposição não era, como hoje, um simples descontentamento, mas uma luta tenaz e constante, o seu espírito revelou todos os recursos de um hábil político.

Com a entrada do Ministério de 1841 recuperou a sua posição de chefe da maioria, e distinguiu-se como presidente do Rio de Janeiro, combatendo a rebelião de 1842, e foi nessa época nomeado senador e conselheiro de Estado: a província ainda conserva a lembrança dos benefícios que deve à sua administração vigorosa. Sendo encarregado de organizar um novo Ministério em 20 de janeiro de 1843, ocupou nele a pasta da Justiça, e depois a de Estrangeiros, até fevereiro de 1844, em que fez aparecer a questão de gabinete que mudou novamente a política do país. Voltou então à oposição, e nela manteve-se sempre firme até a elevação do Ministério de 29 de setembro de 1848, ao qual prestou serviços relevantes com a sua presidência de Pernambuco em 1849, e com a sua missão ao Rio da Prata em 1851. Teve o oficialato da Ordem do Cruzeiro em 10 de agosto de 1841 e a Grã-Cruz de Cristo em 18 de março de 1851. Carta real de S. M. D. Pedro V de Grã-Cruz da Real Ordem Militar portuguesa de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, em 26 de janeiro de 1856, carta imperial de Visconde de Paraná em 10 de julho de 1852, e de marquês do mesmo título em 5 de dezembro de 1854. Quando, em 5 de setembro de 1853, o Visconde de Paraná foi chamado para a organização de um novo Ministério, a política do país, essa política que desde 1830 tinha dominado inteiramente o espírito público, estava de todo gasta.

A luta, que durante tantos anos havia animado com a sua agitação febril as questões de governos e administração, desaparecia, deixando após si a reação, e com ela o letargo de todas as paixões políticas, a descrença nos poucos princípios que haviam servido de normas e de programa às diversas opiniões. Um dos dois partidos enfraquecidos, decomposto, sem harmonia e sem ligação, havia tudo perdido, até o nome que o distinguia; alguns homens notáveis pela influência passada, restos de um grande núcleo, lembravam ainda, como hoje, esses liberais ilustres que haviam dirigido os negócios do país durante os primeiros anos de sua organização, e inaugurado por uma revolução legal o

reinado atual. O último Ministério do Marquês de Paraná é a história contemporânea que todos conhecem. Ele realizou o grande pensamento da conciliação proclamado do alto do Trono e foi o iniciador de uma nova política.

Faleceu no dia 3 de setembro de 1856, sendo presidente do Conselho, ministro e secretário de Estado dos Negócios da Fazenda, senador do Império, conselheiro de Estado, ministro do Supremo Tribunal de Justiça, oficial da Ordem do Cruzeiro, Grã-Cruz de Cristo, da Águia Branca da Rússia, da Ordem Militar da Conceição de Vila Viçosa, provedor da Santa Casa de Misericórdia.

EUSÉBIO DE QUEIRÓS



Eusébio de Queirós Coutinho Matoso Câmara nasceu aos 27 de dezembro de 1812 em São Paulo de Luanda, ao tempo em que seu pai o conselheiro Eusébio de Queirós Coutinho da Silva ali servia o lugar de ouvidor-geral da comarca. Era este conselheiro casado com sua prima D. Catarina M. de Queirós Câmara. Foi juiz de fora de Benguela, ouvidor-geral de Angola e depois desembargador da Bahia com exercício de ouvidor na comarca do Serro do Frio, então Vila do Príncipe em Minas Gerais, donde foi escolhido em 1821 para ser um dos fundadores da relação de Pernambuco.

Nomeado deputado para as cortes de Portugal, preferiu ir servir naquela relação o lugar de procurador da Coroa por ordem do então ministro José Bonifácio de Andrada e Silva, que lhe votava grande estima em consequência da adesão que mostrara aos princípios da independência proclamando as colônias da África, convidando-as a que se separassem de Portugal para se unirem ao Brasil. Em 1825 veio tomar assento como desembargador agravista na Casa da

Suplicação: em 1827 foi nomeado desembargador do Paço e chanceler governador das justiças na relação da Bahia, onde regressou para o Rio de Janeiro em 1828 por ser da primeira organização do Supremo Tribunal de Justiça.

Seu filho quinto de nascimento, mas primogênito dos dois únicos que escaparam ao clima deletério da África portuguesa, veio para o Rio de Janeiro contando três anos de idade: tinha seis anos quando, levado ao Serro do Frio, aprendeu ali as primeiras letras; em 1822 aprendeu latim em Pernambuco com o padre Francisco do Rego Barros; em 1826 e 1827 frequentou o seminário de São José, estudando filosofia racional e moral com o padre mestre Fr. Peres, retórica e grego com o padre mestre Fr. Custódio de Faria. Este professor fazia do seu discípulo tal conceito que no atestado de prêmios, os seus mesmos condiscípulos proclamariam que a ele competia. Em 1828 repetia na Bahia a aula de retórica quando se abriu o curso jurídico de Olinda, para onde foi remetido em companhia do primeiro lente daquela Academia e seu diretor interino, o desembargador Lourenço José Ribeiro.

Seu exame de latim foi por onde começou a nova academia, assim como foi o primeiro estudante que se habilitou para nela se matricular. Tinha acabado de fazer 15 anos, teve por condiscípulos homens feitos e alguns dos que mais se têm distinguido. Entretanto coube-lhe a honra de ser premiado com o atual bispo do Rio de Janeiro, o Sr. Conde de Irajá, que já era sacerdote e lente de teologia moral no seminário de Olinda. Foi premiado ou proposto a prêmio em todos os quatro anos desse curso em que houvera prêmios. Fechada a Academia antecipadamente pelas perturbações de 1832, fez ato e tomou o grau de bacharel formado no mês de setembro, e aos 20 de outubro chegou ao Rio de Janeiro para a companhia de seu pai, que então servia no Supremo Tribunal de Justiça; aos 9 de novembro foi nomeado juiz do crime do bairro do Sacramento nesta corte, lugar que começou a servir como juiz de fora no dia 24 de novembro de 1832. Ia fazer 20 anos em 27 de dezembro!

Em 19 de março de 1833 foi nomeado juiz de direito chefe de polícia da Corte contando, como se vê, muito menos de 21 anos. A época era melindrosa: filho de um homem que se ocupava exclusivamente dos seus deveres como magistrado, e que se conservava sempre estranho à política, o filho continuou na mesma vereda até o ano de 1840. Em 1835 casou-se com a Sr^a D. Maria Custódia Ribeiro de Oliveira Queirós, filha legítima do abastado capitalista e comendador Manuel José Ribeiro de Oliveira, já então falecido, e de sua mulher D. Engrácia Maria da Costa Ribeiro, filha do tenente-coronel Manuel José da Costa, a qual é hoje a Sr^a Condessa da Piedade por ser viúva em segundas núpcias do Conselheiro de Estado José Clemente Pereira. Ocupou o lugar de chefe de polícia desde março de 1833 até o mês de abril de 1844 com uma ligeira interrupção de 5 meses em 1840.

Em março de 1842 foi nomeado desembargador da Relação do Rio de Janeiro, continuando no exercício de chefe de polícia: apenas pois obteve a demissão desse cargo, continuou a servir na Relação até maio de 1848, em que da Câmara dos Deputados passou a ocupar o Ministério da Justiça, em 29 de setembro de 1848, onde se conservou até maio de 1852. Em 1838 foi eleito deputado à Assembléia Provincial, e logo um dos primeiros; em 1840, apesar de candidato da oposição, obteve o 5º lugar entre os deputados do Rio de Janeiro para a Câmara dissolvida em preparatórias no ano de 1842. Reeleito na de 1843, serviu nela até 1844, em que foi também dissolvida discutindo-se o voto de graças de que fora relator, tendo previamente pedido e obtido demissão de chefe de polícia.

Voltou à Câmara dos Deputados em 1848, donde saiu, como vimos, para o Ministério; reeleito daí em diante, constantemente foi eleito e escolhido senador em 1854. Quando em março de 1833 entrou para o cargo de chefe de polícia, esse cargo não tinha atribuições; não podia dar uma busca, e até havia quem lhe contestava o direito de ordenar prisões; a consignação para a polícia apenas era para pagar a secretaria e deixava menos de dois contos anuais para eventuais. Eis como se exprime o relatório de Sr. Marquês de Palma em 1833: "O chefe de polícia está quase limitado a transmitir notícias aos juizes de paz, e a recebê-las dele para as comunicar ao governo". É fácil portanto ajuizar que o chefe de polícia é quase um nome vão que não serve senão para comprometer o magistrado que o tiver. O público, fácil de iludir-se com os nomes, quer exigir deles os mesmos serviços que recebia do intendente-geral da polícia, mas ele de fato nenhuns serviços poderá prestar, e para disso nos convenceremos basta ponderar que não tem jurisdição para passar um só mandado e busca, um só mandado de prisão.

Entretanto, a cidade estava inçada de ladrões que atacavam as casas mesmo nas ruas mais frequentadas da cidade como Ourives, Quitanda, Ouvidor, etc. Pedro Espanhol era seu chefe, que espalhava o terror, mas passeava impunemente: as fábricas de cobre trabalhavam até na Rua do Cano! A atividade da polícia apreendeu em 1833 dentro de poucas semanas mais de seis fábricas, uma delas em tão grande escala, que excedia em alguns misteres à Casa da Moeda. Pedro Espanhol foi preso depois de resistência, que o deixou tão ferido que em alguns dias morreu; sua quadrilha foi dispersada, indo a maior parte para as galés, sendo o seu último feito o ataque da ilha da Caqueirada, onde foi arruinado o infeliz liberal: pagaram quatro com a pena última o seu arrojo: algumas dezenas de seus sócios foram purgar nas galés seus atentados. O Tesouro foi roubado; mas a perseverança da polícia conseguiu em alguns meses reaver quase todo o roubo, prender os salteadores, e se todos não pagaram suas culpas, dependeu isso do júri de Niterói, então de escandalosa celebridade. Diligências importantes sobre o papel-moeda descobriram as

fábricas até mesmo em Portugal, onde se encontraram provas e fábricas por indicações feitas pela polícia do Rio de Janeiro.

Já em 1836 assim se exprimiu o Sr. Limpo, visconde de Abaeté, no seu relatório: Só uma atividade que não cansa, um zelo que não desmaia, podem explicar algumas importantes diligências que se têm feito nesta Capital. Além das prisões de muitos facinorosos, apreendeu-se, no mês de dezembro do ano próximo passado, a um francês cerca de 90 contos de réis em notas falsas. A fábrica foi vigiada constantemente pela polícia por espaço de mais de um mês, e a apreensão das notas efetuou-se precisamente na ocasião em que elas iam ser introduzidas na circulação. Uma diligência delineada com tanta perspicácia, seguida com tanta perseverança e executada com tão feliz resultado, fazia honra à polícia mais bem montada.

No Senado, o marquês de Barbacena exaltava a nova atividade da polícia na Câmara dos Deputados, os membros de partidos opostos elogiavam o jovem chefe de polícia. O Sr. Vasconcelos, então ministro, Marinho, Otoni e Limpo, de idéias inteiramente opostas, o elogiavam. O júri chegou a ter onze sessões anuais, das quais oito presididas pelo chefe de polícia para pôr em dia processos atrasados desde 1808! Em 1833, em dezembro, houvera os distúrbios da Sociedade Militar; o chefe de polícia então em nulidade em política não era nem eleitor; as ordens eram transmitidas diretamente aos juizes de paz; nestes dias ele nem teve a disposição da força da polícia; o ministro mandou prender o juiz, encarregando a direção ao juiz de paz da Glória, João da Silveira do Pilar; o chefe de polícia inspirava tão pouca confiança em política que só foi informado do que se fazia depois de tudo feito. O ministro procurou substituí-lo; e chegou a oferecer ao Sr. Paulino (visconde de Uruguai) esse lugar, o que não foi aceito; e como as questões políticas cessaram, tomando as deliberações todas o ministro com os juizes de paz, e no mais o chefe de polícia agradou e foi conservado.

Do tempo do ministério os fatos são muito recentes e públicos. Da vida parlamentar o mesmo.

BARÃO DE MAUÁ



Irineu Evangelista de Sousa, filho legítimo de João Evangelista de Sousa e de sua mulher D. Mariana de Sousa e Silva, nasceu a 28 de dezembro de 1813 na freguesia do Arroio Grande, distrito de Jaguarão, província de São Pedro do Rio Grande do Sul. No ano de 1822 veio para a corte concluir sua educação, estreando a sua carreira comercial ao ano de 1825 como caixeiro do negociante de fazendas Antônio José Pereira de Almeida.

Apesar de sua tenra idade, tanta aptidão mostrou para o comércio e por tal forma se houve no desempenho de seus deveres, que retirando-se o Sr. Almeida à vida privada quatro anos depois, não se esqueceu de recomendar o seu jovem caixeiro a um amigo que estava no caso de aproveitar os seus serviços. Em 1829, pois, entrou Irineu Evangelista de Sousa para a muito

acreditada casa comercial de Ricardo Carruthers, o qual, reconhecendo logo as felizes disposições de que era dotado, comprazeu-se em auxiliá-lo a desenvolvê-las, encarregando-o pouco depois da direção da sua casa de comércio à qual o associou no dia 1º de janeiro de 1836, e deixando-o à testa dos seus negócios quando no ano seguinte se retirou para a Europa.

Desde essa época a casa de Carruthers e Cia., da qual Irineu Evangelista de Sousa era sócio-gerente, tornou-se uma das principais desta corte pelo elevado crédito que lhe granjeara a sua hábil direção. Para dar maior desenvolvimento ainda a suas operações comerciais, empreendeu Irineu Evangelista de Sousa em 1840 uma viagem à Europa, estabelecendo durante sua estada ali uma casa em Manchester sob a firma de Carruthers, de Castro e Cia.

Regressando ao Rio de Janeiro em 1841, casou-se a 11 de abril desse mesmo ano com sua sobrinha D. Maria Joaquina de Sousa, que, conjuntamente com toda a sua família, fora buscar ao Rio Grande em 1835. Querendo concorrer por sua parte para o progresso comercial da província onde nascera, estabeleceu no ano de 1845 uma casa no Rio Grande sob a firma de Carruthers Sousa e Cia. A atividade do seu espírito, porém, não se satisfez com tão pouco. No ano de 1846 fez a aquisição do belo estabelecimento de fundição e estaleiro da Ponta da Areia, elevando-o logo gradualmente da decadência em que se achava ao estado próspero e florescente que poucos anos depois o tornaram o primeiro estabelecimento desse gênero na América meridional. Nesse mesmo ano, tendo sido pelo corpo comercial do Rio de Janeiro eleito presidente da Comissão da Praça do Comércio, teve mercê do hábito de Cristo.

Em 1847, achando-se na cidade do Rio Grande, organizou ali a companhia rio-grandense de reboques a vapor, para facilitar o serviço da barra da província. Por decreto de 24 de janeiro de 1850, foi agraciado com o oficialato da Ordem da Rosa, na qual foi elevado a comendador em 15 de maio de 1851 em remuneração dos serviços prestados na confecção dos regulamentos para a execução do Código Comercial. Nesse ano fundou em Nova Iorque uma casa comercial sob a firma de Carruthers Dixon e Cia., e revertendo nessa época ao país os avultados cabedais empregados no tráfico do escravocrata, em virtude da cessação desse ilícito comércio, iniciou Irineu Evangelista de Sousa o espírito de associação entre nós organizando nesse mesmo ano de 1851 o Banco do Brasil que tão assinalados serviços prestou a esta praça e que três anos depois, pela sua fusão com o Banco Comercial, serviu de núcleo à instituição de crédito que hoje funciona com o mesmo título e para cuja fundação poderosamente concorreu Irineu Evangelista de Sousa.

Logo em seguida foram por ele criadas: a de navegação e comércio do Amazonas e a de diques flutuantes. Em 30 de abril de 1851, por ocasião da inauguração da primeira via férrea no Brasil, levada a efeito pelo seu gênio empreendedor, foi agraciado com o título de barão de Mauá. Em julho desse

ano transferiu a propriedade do estabelecimento da Ponta da Areia a uma companhia que organizou e da qual é o principal acionista e administrador. Ainda nesse ano fundou nesta praça, com uma casa filial em Londres, a sociedade bancária em comandita sob a firma de Mauá Mac Gregor e Cia., que a despeito da injusta e desabrida guerra que por muito tempo sofreu, tem prosperado em bem dos interessados e da praça do Rio de Janeiro, que nela encontra sempre um poderoso auxiliar.

Em julho de 1856, estabeleceu uma casa bancária em Montevidéu sob a firma de Mauá e Cia., que muitos bons serviços já tem prestado ao comércio da República Oriental, a cujo governo por várias vezes e em épocas bem críticas acudira o nosso distinto patricio com empréstimos de seus capitais, promovendo ainda por esta forma os interesses do Império. Além destas empresas por ele mesmo criadas, o barão de Mauá tem concorrido com seus esforços, sua vasta inteligência e sua fortuna para a realização de todas quantas empresas de algum vulto existem no país.

Entre os concessionários da projetada estrada de ferro de São Paulo, figura ainda o nome do barão de Mauá, que pretende levar a efeito mais esse importante melhoramento por meio de capitais levantados em sua máxima parte fora do país. Nas últimas eleições para deputado, o círculo do Rio Grande resolveu unanimemente, em sinal do apreço em que tem o seu distinto comprovinciano, dar-lhe um lugar na Câmara temporária, na qual já tivera assento como suplente desde o ano de 1855. Ali por várias vezes se tem feito ouvir o nobre barão, sempre que se trata de questões comerciais, pugnando pelos direitos da classe a que pertence e sustentando diferentes medidas tendentes a beneficiar a indústria do país.

O barão de Mauá é membro honorário do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, tesoureiro do Hospício de Pedro II e sócio de muitas outras instituições de beneficência. Seu talento não vulgar e seus serviços, a amenidade do seu trato e sua nunca desmentida probidade tornam-no um dos caracteres mais distintos de que o Brasil com razão se pode ufanar.

JOSÉ CLEMENTE PEREIRA



A 17 de fevereiro de 1787 nasceu **José Clemente Pereira**, no lugar de Adem, vila de Castelo-Mendo, comarca de Trancoso, bispado de Pinhel, em Portugal. Seus pais, José Gonçalves e D. Maria Pereira, confiaram sua educação literária a um seu tio sacerdote, o qual habilitou-o nos preparatórios necessários para matricular-se na Universidade de Coimbra, onde obteve o grau em Direito e Cânones.

No tempo da invasão dos franceses na Península, José Clemente alistou-se no batalhão acadêmico que então se organizou em Portugal e de que foi comandante José Bonifácio de Andrada e Silva. Na carreira das armas não

tardou muito que sua coragem e aptidão o tornassem conhecido muito vantajosamente, pelo que foi elevado a capitão e comandante de uma das guerrilhas que mais dano causou às armas francesas. De Portugal passou a atacar os franceses em Espanha, debaixo das ordens do duque de Wellington, fazendo parte do famoso exército anglo-luso, que tanto concorreu para a primeira queda do Império, dando em suas armas o mais terrível golpe e obrigando-os à evacuação da Península com grandes perdas e inúmeras derrotas.

Nesse exército militou por muito tempo; viu com a espada na mão a abdicação de Fontainebleau, e ouviu de sua pátria o eco da queda inesperada do mais assombroso astro do século. Já não era preciso pelejar. A paz universal tinha tornado inútil a espada do jovem guerreiro. José Clemente deixa a Europa em 1815 e vem para o Brasil começar uma nova carreira, em que tantos louros e tanta glória o esperavam. Desconhecido na segunda pátria que abraçou, viu-se obrigado a recorrer à advocacia para viver, e assim passou até 1819, tempo em que, graças a seu mérito pessoal e reputação adquirida, foi nomeado juiz de fora, encarregado de criar a vila da Praia Grande, hoje cidade de Niterói, que com efeito criou alinhando e medindo com suas próprias mãos ruas e praças, e edificando uma capela que servisse de matriz e que hoje já não existe.

Além disto, abasteceu de água a nova vila, e tantos outros serviços lhe prestou que a Câmara Municipal reconhecida dedicou-lhe em 1840 uma rua que denominou de S. José. Com verdadeiro entusiasmo recebeu, a 26 de fevereiro de 1821, a notícia de que o povo se reunia para jurar fidelidade à Constituição que as Cortes estavam fazendo, e sem perda de tempo a Câmara de Maricá, onde se achava, fê-la prestar e tomar juramento, e ordenou luminárias, *Te Deum* e outras públicas manifestações de regozijo popular de que ele mesmo estava sinceramente possuído.

A 30 de maio desse ano entrou em exercício no lugar de juiz de fora da corte, e por esse tempo foi eleito presidente da Câmara Municipal, da qual recebeu, assinado por seus colegas, um documento em que se manifesta admiração e reconhecimento pela energia e coragem admiráveis que desenvolveu no dia 5 de junho, opondo-se destemidamente aos oficiais dos batalhões portugueses que, insurgidos e armados no largo do Rocio, queriam que se jurasse a Constituição portuguesa e se desse ao príncipe D. Pedro uma junta de nove membros que assistissem a seus despachos, o que era coagi-lo a fazer única e exclusivamente o que fosse da vontade de Avilez. Ainda como presidente da Câmara desta corte, foi ele quem suscitou a idéia e levou a execução a célebre representação de 9 de janeiro de 1822, e possuído de amor e santo zelo pela causa de sua nova pátria, penetrou acompanhado de seus colegas no palácio de Bobadela, onde encontrou o príncipe que devia mais tarde ser o primeiro imperador brasileiro, recostado ao trono de seu pai. Ali falou-lhe com tanta

força e eloquência dos perigos iminentes a Portugal e ao Brasil se Sua Alteza Real partisse como exigiam e urgiam os portugueses, que este, tocado de suas razões acedeu aos desejos ardentes do povo brasileiro e deixou escapar de seus lábios esse famoso FICO que foi o *fiat lux*, a aurora aventurosa de uma nova era de esperanças para o Brasil.

Nesse dia escreveu-se no livro das leis eternas o fato mais tarde realizado de nossa independência, e José Clemente, que foi um dos mais ardentes corifeus dessa causa santa e gloriosa, é somente por este, quando mesmo outros títulos não tivesse, credor de nosso profundo e eterno reconhecimento; tanto mais que essa sua dedicação no momento em que Portugal mais se empenhava recalcar a cabeça do gigante que ensaiava esse brado de morte, que lhe queriam sopitar antes que reboasse em todos os ângulos do mundo, atraiu-lhe o ódio e a vingança portuguesa que não eram por certo mui fáceis de afrontar sem riscos e perigos, e que muito fizeram sofrer. Dado aquele primeiro passo, José Clemente não soube mais descansar. Na corte trabalhava com empenho e sofreguidão, já propondo ao príncipe a reunião de uma assembléia geral das províncias do Brasil, já animando-o e inculcando-lhe a idéia de lançar a primeira pedra fundamental do Império da Santa Cruz; e fora da corte comunicava-se com muitos independentes como o coronel Fontoura em Montevideu e outros em várias províncias, merecendo por tudo isto uma portaria do príncipe D. Pedro, em que lhe fazia ver o desejo que tinha que não se aproveitasse ele de uma licença que como juiz de fora tinha alcançado, porque Sua Alteza, em vista de seu patriotismo e dedicação, não podia prescindir de seus valiosos serviços.

O Ipiranga ouviu soar esse brado glorioso de um príncipe magnânimo que deixa a pátria e um trono fortalecido por muitos séculos, por um povo a quem ama e a quem quer dar a mão como anjo de salvação. O Brasil não é mais uma pobre colônia, o riso de satisfação que se debuxa em todos os semblantes, e a legenda, Independência ou Morte, que se lê nos laços que trazem todos o indivíduos, dão prova ao mundo que chegou o dia de levantar-se gigante o império americano.

Resta somente aclamar Imperador o príncipe que por nós tudo sacrificou e confeccionar uma Constituição que sirva de base a seu Governo; e é ainda José Clemente quem dirige a famosa circular de 17 de setembro de 1822 em que se exige um juramento prévio de manter e defender a Constituição tal qual no-la desse a Assembléia Constituinte e Legislativa. Mas assim como seus serviços a Portugal prestados em sua mocidade foram depreciados e esquecidos, assim tudo o que fez pelo Brasil foi interpretado e comentado por seus inimigos de modo que viu-se José Bonifácio na portaria de 11 de novembro tratá-lo e a seus amigos de facção oculta e tenebrosa, de furiosos demagogos e anarquistas que ousavam, temerários, com o maior maquiavelismo caluniar a indubitável constitucionalidade do Imperador e de seus mais fiéis ministros. Mudou José

Clemente de idéias, ou foi infamemente caluniado? Seja como for, na devassa que se seguiu à deportação foram pronunciados por demagogos José Clemente e muitos de seus partidários mais notáveis; mas este homem que foi desterrado por demagogo recebe a 17 de fevereiro de 1824 a dignitária do Cruzeiro juntamente com Labatut, general da Independência, e sendo essa a segunda vez que se distribuiu aquela condecoração.

Nas primeiras eleições para deputados foi eleito pelo Rio, por S. Paulo e por Minas, e por esse tempo foi pelo imperador elevado a intendente-geral da polícia, e depois chamado para o Ministério, em que, conciliando as funções de ministro e de intendente, prestou a esta cidade relevantes serviços. O Código Criminal que hoje nos rege é obra sua refundida por Bernardo Pereira de Vasconcelos, e o Comercial de 1847 deve a ele como relator da comissão que apresentou o projeto primitivo em 1834 o ter passado no Senado, embora com grandes alterações. A província do Pará considerou-o digno de representá-la na câmara dos senadores, e mandou seu nome na lista tríplice para um dos lugares daquela corporação. Sendo escolhido pela Coroa, tomou assento entre os anciãos da pátria e sustentou sempre ali o prestígio de seu nome.

Agora acompanhe-se o ilustre brasileiro em outra fase de sua vida e ver-se-á que o homem político, que tanto pugnou pela independência do Brasil, em nada avulta mais que o homem da caridade que concebeu o plano e realizou a construção dos dois mais belos e mais úteis edifícios desta corte, onde o pobre que sofre do corpo e o que sofre do espírito acham remédio e cura para seus males. Com efeito, José Clemente Pereira, deputado geral, senador do Império, ministro da Justiça e duas vezes da Guerra, não vale mais, e talvez nem tanto quanto José Clemente, provedor e fundador dos hospitais da Misericórdia e Pedro II, que rivalizou com os primeiros do mundo e são eles mesmos em seu gênero os primeiros da América. Na construção e direção desses hospitais não poupou o provedor coisa alguma que pudesse ser útil à humanidade pobre a quem dedicara os últimos quinze anos de sua vida. Consultou a Academia de Medicina sobre o local que nem por isto foi bem escolhido, procurou para dirigir o serviço sanitário das enfermarias os médicos e cirurgiões mais notáveis, e conhecendo os grandes serviços que na Europa prestam as irmãs de caridade de S. Vicente de Paula, chamou-as ao Brasil e proveu delas os seus dois hospitais. Sabe-o Deus se com isto prestou ou não um serviço ao sofrimento, mas em todo o caso suas intenções eram puras e suas vistas da mais sublimada caridade.

O Rio de Janeiro lhe deve nessas duas obras monumentais que levaram à mais remota posteridade o nome e a glória de José Clemente, uma dívida de coração que não lhe pode pagar, porque a caridade é de Deus e só ele tem o poder de remunerar aqueles que sacrificam a vida do mundo por essa mais sublime das virtudes. Este grande homem, este grande vulto duplamente amado e respeitado dos brasileiros, deixou a peregrinação da vida em 1854, no meio de

lágrimas e bênçãos de uma população de infelizes que perderam nele um pai sempre solícito em minorar-lhes os sofrimentos e as misérias.

O senhor D. Pedro I nomeou-o desembargador, dignitário do Cruzeiro, intendente da polícia, ministro do Império, grande dignitário da Ordem da Rosa, e ocupou-o em mais duas repartições ministeriais. O senhor D. Pedro II nomeou-o ministro da Guerra em 23 de março de 1841, senador em 31 de dezembro de 1842, conselheiro de estado em 14 de setembro de 1850, e primeiro presidente do Tribunal do Comércio em 4 de setembro do mesmo ano.

Foi eleito deputado à assembléia-geral por Minas, S. Paulo, e quatro vezes pelo Rio de Janeiro, senador por Alagoas uma vez, duas pelo Rio de Janeiro e uma pelo Pará por onde foi escolhido. Enfim, e como a prova mais saliente de seu merecimento pessoal e de suas virtudes, recebeu José Clemente do senhor D. Pedro II a maior honra que um monarca pode despendar com um súdito. Sua Majestade mandou elevar-lhe uma estátua no Hospício de Pedro II, defronte da sua que ocupa uma das salas daquele grande edifício.

VISCONDE DE URUGUAI



Paulino José Soares de Sousa, hoje visconde de Uruguai, nasceu na cidade de Paris, no ano de 1807. Ainda muito moço, deixou sua cidade natal e veio para o Maranhão em companhia de seus pais, o Dr. José Antônio Soares de Sousa e D. Antônia Madalena Soares de Sousa. Naquela província começou a fazer os primeiros estudos para a carreira das letras, que tão brilhantemente percorreu e em que logrou muito merecidamente criar um nome considerado e respeitado dentro e fora do Império pelas nações cultas que reconhecem nele o diplomata eminente e o estadista profundo do Brasil.

Na idade de quinze anos deixou sua família e passou a Portugal, com o fim de estudar na Universidade de Coimbra, onde com efeito matriculou-se e estudou até o quarto ano de direito e cânones; não podendo tomar o grau naquelas matérias por ter nesse ano rebentado a revolução em favor de D. Miguel de

Bragança e ter-se em consequência fechado a universidade. Voltando ao Brasil, o Sr. Paulino não quis perder tantos anos de fadigas, e com os olhos no futuro esperançoso que sua vasta inteligência lhe prometia, resolveu prosseguir na carreira que havia começado, para o que dirigiu-se à província de São Paulo, onde já então existia a Academia de Direito, e aí terminou sua vida escolar, tomando grau de bacharel no ano de 1831.

A política que naquele tempo revolvía todas as cabeças, e absorvia em seu turbilhão todas quantas inteligências que o Brasil produzia, nenhum atrativo teve para ele, ou se o teve encontrou em seu juízo reto e em sua vontade mais forte que suas inclinações uma barreira insuperável. O Sr. Paulino atirou-se para outro lado: escolheu a magistratura, e pouco tempo depois de formado alcançou o despacho de juiz de fora de São Paulo, donde no fim de oito meses foi removido para a Corte, no lugar de juiz do crime do bairro de São José, a que também foi anexado o expediente da Intendência da Polícia. Com a execução do Código do Processo deixou o juizado do crime de São José e passou a ocupar o do cível da segunda vara da corte. O ato adicional criando as assembléias de províncias abriu um novo campo em que brilharam e se fizeram conhecidas muitas inteligências que não tinham alcançado entrar no seio da representação geral do país. Foi desse número o Sr. Paulino, que estreou brilhantemente sua carreira parlamentar na Assembléia Provincial do Rio de Janeiro, da qual recebeu a maior prova de consideração, sendo por ela escolhida para entrar na lista dos vice-presidentes daquela província.

O magistrado íntegro tinha reunido à sua coroa de glória novos louros colhidos na tribuna. Seu nome já era tão conhecido quanto respeitado, e o regente Feijó, apreciando com justiça as qualidades que o distinguiam, despachou-o presidente da província que o tinha eleito deputado. Esse cargo importante que ele desempenhou tão hábil quanto honradamente deu-lhe tal popularidade que em 1836 foi eleito por aquela província para representá-la na Câmara dos Deputados da Nação. Esta prova de consideração nunca mais lhe foi retirada até a sua entrada para o Senado, salvo na eleição de 1844, em que saiu segundo suplente, o que o não privou de tomar assento por ter falecido um deputado, e entrado para o Senado o primeiro suplente. Na Câmara ligou-se ao lado político de que era chefe Bernardo Pereira de Vasconcelos, o marquês de Paraná, mas não só nunca se levantou para defender e sustentar idéias exageradas, tão em moda naqueles tempos, como até mesmo não tomou parte em discussões puramente políticas e de partido.

Essa abstenção numa época em que não havia outra base nem outra matéria de discussão que não fosse a política de partido, longe de prejudicar sua reputação, fazendo-o cair no esquecimento, que para os homens políticos é a morte, deu-lhe pelo contrário a reputação de grave, prudente e moderado. É que ele teve ocasião de se mostrar e fazer-se lembrado. Como relator da comissão que em

1836 apresentou o projeto de interpretação ao ato adicional de que foi o mais extremo defensor, teve ele ocasião de mostrar-se mais vantajosamente do que o poderia fazer nessas questões pequenas que absorviam todos os ânimos e estragavam tão belas idéias e tão robustas inteligências. No ano de 1840 foi o Sr. Paulino pela primeira vez fazer parte do Conselho da Coroa, aceitando a instância de seus amigos e correligionários políticos a pasta da Justiça do Ministério de 23 de maio, em que esteve apenas dois meses, caindo com seus colegas no dia 23 de julho, em que subiu ao trono imperial o senhor D. Pedro II; mas nem por ter sido tão curto o seu governo passou ele despercebido e indiferente para o país.

No Senado sustentou uma longa discussão sobre o projeto da lei de 3 de dezembro de 1841, apresentado pelo senador Vasconcelos, com as emendas que lhe foram anexas. Nas eleições que se seguiram à maioria do Imperador, tomou uma parte muito ativa, e tendo sido reeleito deputado, foi, em 1841, chamado ao Ministério de 23 de março ocupando novamente a pasta da Justiça. Como membro daquele governo, e particularmente como ministro da Justiça, tomou medidas enérgicas e até certo ponto violentas, para reprimir o movimento revolucionário despertado em Minas e São Paulo. Este procedimento do Sr. Paulino, que se tem alguma desculpa é somente a de ter sido aconselhado por circunstâncias extraordinárias, deu-lhe na opinião pública o conceito de violento e partidário. Em 1843 caiu o Ministério de 23 de março, e subiu o de 20 de janeiro. O Sr. Paulino continuou neste, passando a 8 de junho a ocupar a Pasta dos Negócios Estrangeiros por ter passado a da Justiça ao marquês de Paraná.

Continuou com essa pasta até 2 de fevereiro de 1844, quando, retirando-se do poder, foi para a Câmara dos Deputados fazer decidida oposição ao Gabinete que subira naquela data. Foi nesse ano que, pela dissolução da Câmara, procedeu-se a novas eleições em que, como já se sabe, saiu segundo suplente. Tomando assento em razão de ter morrido o cônego Januário e entrado para o Senado o marquês de Caxias, colocou-se novamente nos bancos da oposição, e neles permaneceu firme até o fim da legislatura. Nas eleições de 1848 foi reeleito deputado pela província do Rio de Janeiro, que ele por tantos anos representara; mas foi esta a última vez, porque logo após essa eleição o povo que o tinha honrado com seu voto desde 1834, que lhe tinha em todas as legislaturas subsequentes confiado a guarda e defesa de seus mais sagrados direitos, quis dar-lhe uma prova mais subida de sua estima e seu reconhecimento, elegendo-o seu representante na Câmara vitalícia, para onde entrou por carta imperial de 21 de março de 1849.

Nem foi esta a única e a primeira vez que igual honra coube ao distinto senador pelo Rio de Janeiro. Já antes a mesma província tinha oferecido seu nome à consideração da Coroa, e o Maranhão o tinha também uma vez incluído na lista

tríplice para um senador. A 8 de outubro desse ano entrou para o Ministério de 29 de setembro de 1848, e ocupou pela segunda vez a pasta dos Negócios Estrangeiros, em que muito se distinguiu da primeira. Nesse ministério, sem dúvida a mais gloriosa fase da vida pública do Sr. Paulino, contribuiu ele eficazmente para a destruição do cancro roedor da sociedade brasileira -- o comércio infame de carne humana. Seu brilhante discurso pronunciado na Câmara dos Deputados a 15 de julho de 1850 elevou-o e colocou o governo do Brasil em uma posição tão nova quanto nobre e respeitável. Foi com efeito a primeira vez que se viu esse governo pronunciar-se com tanta decisão e firmeza; e a correspondência de S. Ex^a com a legação inglesa, em que se opõe à arrogância de uma nação poderosa que tudo quer levar pela força, a firmeza e resignação, calma e fria da nação fraca que prefere a extinção ao aviltamento de sua dignidade e de seus brios, é um padrão de glória para o ministro, para a Coroa e para o país.

Foi ainda nesse seu Ministério que o Brasil se coligou com o general Urquiza para derrubarem o tirano Rosas, e neste empenho tomou uma parte muito ativa o ministro dos Estrangeiros. Com as repúblicas do Uruguai e do Peru concluiu o Tratado de Comércio, Limites e Navegação Fluvial de 23 de outubro de 1851, e depois de ter prestado todos esses serviços ao país, deixou o poder a 6 de setembro de 1853, sendo dois dias depois nomeado conselheiro de estado ordinário. A 2 de dezembro de 1854 foi-lhe concedido, por graça imperial, o título de visconde de Uruguai, com grandeza; em 1855 foi encarregado, como enviado extraordinário e ministro plenipotenciário, de uma missão especial junto à corte de Napoleão, dando dessa vez mais uma prova de inteligência, patriotismo e talento diplomático. O fim daquela difícil missão era regular os nossos limites com a Guiana Francesa, que tinha a pretensão de estender sua posse até a margem esquerda do Amazonas.

O nosso ministro mostrou a sem-razão desta pretensão, e provou à luz da evidência que o rio Oiapoque é a divisa dos dois países, como se depreende não só das tradições e idéias arraigadas entre os dois povos como e principalmente dos próprios tratados entre eles celebrados. De volta dessa missão, o Sr. visconde de Uruguai não tem mais tomado parte ativa nos negócios do país, limitando-se a tratar deles como senador do Império. Diversas nações da Europa honraram nele o distinto estadista brasileiro concedendo-lhe condecorações de suas ordens mais estimadas. O Sr. visconde de Uruguai, senador do Império e oficial da Ordem Imperial do Cruzeiro, foi agraciado em 1850 por S. M. o rei de Nápoles com a grã-cruz da ordem de São Genaro; pelo rei da Dinamarca em 1852 com a da ordem real de Danabrog; pelo imperador da Áustria, no mesmo ano, com a da ordem imperial da Coroa de Ferro, e pelo rei de Portugal com a da ordem de Cristo daquele reino. Além disto, é membro honorário da Academia Tiberina de Roma; da Academia Arqueológica da Bélgica; da Academia Britânica de Ciências, Artes e Indústria; da Sociedade de Zoologia e

Aclimação de Paris; da Sociedade Animadora das Ciências, Letras e Artes de Dunquerque; do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e do Rio da Prata e da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional do Rio de Janeiro. O Sr. visconde de Uruguai é casado com a Exm^a Sr^a D. Ana de Macedo Álvares de Azevedo, com quem se desposou a 20 de abril de 1833.

VISCONDE DE ABAETÉ



Antônio Paulino Limpo de Abreu, visconde de Abaeté, nasceu em Lisboa a 22 de setembro de 1798.

Seu pai, Manuel do Espírito Santo Limpo, tenente-coronel do corpo de engenheiros, lente de matemáticas do Colégio dos Nobres, diretor do Observatório Astronômico, e sócio da Academia Real de Ciências de Lisboa, morreu deixando-o ainda muito pequeno em companhia de sua mãe, Dona Maria da Maternidade de Abreu e Oliveira, a qual, tendo recebido do rei D. João VI uma pensão que devia ser paga no Rio de Janeiro, trouxe-o consigo para esta cidade pouco depois da mudança da corte para o Brasil.

No Rio, o Sr. Limpo de Abreu foi estudar no Seminário de S. José as faculdades necessárias para matricular-se no curso de Direito da Universidade de Coimbra, tendo vistas de seguir a carreira da magistratura.

Preparado convenientemente, partiu para Portugal em 1815, e tendo frequentado as aulas de direito, em que muito se distinguiu, fez sua formatura a 19 de maio de 1820, e a 17 de julho tomou o grau de licenciado em leis, não podendo tomar o de doutor, apesar de estar para isto habilitado com todos os exames, por ter receio que rebentasse a revolução que já naquele tempo se preparava com grande afã, e ter por isto deixado a metrópole e partido para o Rio em setembro de 1820.

Chegando a esta corte, foi em seguida despachado juiz de fora da Vila de S. João d'el-Rei por decreto de 22 de janeiro de 1821, e tendo desempenhado este cargo por algum tempo com distinção, exerceu depois o ouvidor interino da comarca do Rio das Mortes, que não menos reputação lhe granjeou.

Por decreto de 7 de fevereiro de 1823, foi nomeado ouvidor da comarca do Rio Grande do Norte, mas não foi exercer este lugar porque o governo precisou de seus serviços em Paracatu, comarca de Minas Gerais, para onde foi nomeado por decreto de 24 de setembro do mesmo ano, e onde se casou com a Exma Sr^a D. Ana Luísa Carneiro de Mendonça, filha legítima do tenente-coronel de milícias João José Carneiro de Mendonça, abastado fazendeiro e negociante.

A 12 de outubro de 1826, o governo imperial, querendo remunerar seus bons serviços e aproveitar seus conhecimentos não vulgares, despachou-o desembargador ordinário da Relação da Bahia, e a 19 de dezembro de 1828, deu-lhe exercício na Casa da Suplicação do Rio de Janeiro, onde serviu até a extinção desse tribunal, e ocupou uma casa de agravos e o lugar do promotor da justiça.

Quando se executou em 1833 a reforma judiciária, foi nomeado desembargador da Relação do Rio de Janeiro, onde serviu até 13 de maio de 1846, tendo como desembargador mais antigo presidido aquele tribunal desde maio até dezembro de 1844.

Já nesse tempo era o Sr. Limpo de Abreu muito conhecido no país e justamente reputado uma de nossas celebridades mais eminentes; por isto e por depositar nele toda a confiança que infundia sua carreira tão adiantada, e sem nenhuma nódoa, antes inteligente e honradamente percorrida, o governo da Regência nomeou-o, por decreto de 26 de maio de 1837, ministro-adjunto do Conselho Supremo Militar e de Justiça, em que serviu até 12 de fevereiro de 1838, tempo em que pediu e obteve sua demissão, oferecendo ao mesmo tempo os vencimentos a que tinha direito, para as despesas do Estado a braços com a rebelião do Rio Grande do Sul.

Um só degrau faltava ao Sr. Limpo para tocar ao fastígio da magistratura brasileira. S. Ex^a tinha justos títulos para merecer aquela eminente posição a que não devem chegar senão os homens distintos no país por sua ilustração e

por suas qualidades morais; também a 14 de maio de 1846 baixou a carta imperial que o nomeava ministro do Supremo Tribunal de Justiça, lugar em que muito pouco tempo permaneceu, aposentando-se a 8 de março de 1848 com os vencimentos de desembargador, apesar da proposta do Sr. Pimenta Bueno, então Ministro da Justiça interino, que lhe queria dar, como já se tinha feito a outro, o ordenado por inteiro.

O moço que por seu próprio impulso se atirou à carreira das letras e nela escolheu a magistratura é agora chegado ao fim daquela árdua missão em cujo desempenho foi colhendo sempre, desde o primeiro até o último passo, os louros que nunca faltam ao homem de verdadeiro mérito.

O relatório da Justiça, apresentado pelo Sr. Feijó à assembléia geral de 1832, fala do Sr. Limpo de quem aquele senhor recebeu eficaz coadjuvação na repressão dos criminosos, nos termos mais laudatórios e lisonjeiros possíveis. S. Ex^ª exprime-se assim: "É à integridade e ao amor da justiça do desembargador, que nestes últimos tempos serviu de promotor, que se deve nas suas visitas às cadeias a descoberta de tantos desgraçados inteiramente esquecidos e até fatalmente abandonados."

O Sr. Feijó referia-se ao estado das cadeias, à miserável situação dos presos e à demora dos processos.

Além deste documento que tanto honra ao Sr. Limpo, e tanto abona sua conduta como magistrado, mereceu aquele Senhor do Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, quando obteve sua aposentadoria, um outro em que se declara que fora assíduo em desempenhar com zelo e atividade os deveres do emprego, conduzindo-se sempre com muita inteligência e probidade, e tornando-se digno de toda a consideração e estima de seus colegas.

Tão breve quanto exige o pouco espaço reservado a este trabalho, tem sido esboçada a vida do Sr. Limpo encarada pelo lado da magistratura; mas não foi somente por aí que se fez notável aquele cavalheiro e, portanto, é preciso acompanhá-lo em outra fase de sua existência. Não fora crível que um moço de uma inteligência tão robusta como a do Sr. Limpo, e animado pelas aspirações que são um verdadeiro e constante apanágio daquela faculdade, se conservasse arredado da única cena em que podia com mais largueza pôr em jogo todos os seus recursos intelectuais, e fazer-se conhecido e subir. O Sr. Limpo ao chegar ao Brasil entregou-se corajosa e esperançosamente à onda política que tão alto o elevou e em que de sua parte tão notável figura fez desde seus primeiros anos.

Minas Gerais foi a província do Império que o escolheu para representá-la na assembléia geral legislativa. Eleito pela primeira vez em 1824, foi reeleito até a legislatura de 1843 que foi dissolvida em 1844, e em que não foi considerado

por se achar fora do Império em virtude do movimento revolucionário que em 1842 teve lugar nas províncias de Minas e São Paulo; daí por diante foi sempre eleito até o ano de 1847 quando entrou para o Senado.

Na Câmara defendeu e sustentou com muito calor e distinção as idéias liberais, em cujo partido militou com muita popularidade, sendo ele mesmo um de seus mais conspícuos.

Em 1830 e 1831 foi nomeado membro das comissões que examinaram e emendaram o projeto dos Códigos do Processo Criminal e Penal, e em 1834 sustentou e defendeu as reformas que se converteram em lei do estado pelo ato adicional à Constituição.

Na discussão calorosíssima que suscitou o projeto em 1840, apresentado de considerar maior, e elevar ao trono o Sr. D. Pedro II, foi ele um dos membros mais preeminentes da oposição, e nesta ocasião assumiu uma posição tão brilhante e elevada, que o Diário do Rio, folha que não era de suas idéias, exprime-se a seu respeito nestas palavras: "Assim ficou a Câmara pendente da indicação do Sr. Limpo, e é hoje o Sr. Limpo quem tem de dar a direção à discussão da Câmara, e não só isso, como também ao espírito público!"

Foi presidente da Câmara nas sessões de 1833 e 1845, e completou sua carreira parlamentar entrando para o Senado por carta imperial de 13 de novembro de 1847, tendo já sido seu nome três outras vezes oferecido à escolha do Imperador pela província de Minas de que é senador.

Resta considerar alguns fatos mais importantes da vida administrativa e diplomática do Sr. Limpo, na qual se encontrará o mesmo homem eminente, que já é conhecido como magistrado e como legislador.

Tendo no ano de 1833 rebentado na capital de Minas Gerais um movimento sedicioso, que obrigou o presidente a mudar para outro lugar a sede do governo, e achando-se a província em um grau extraordinário de agitação, e a capital constantemente ameaçada, foi o Sr. Limpo de Abreu nomeado presidente daquela província, e seguiu para ali em fins daquele mesmo ano.

Suas maneiras e suas qualidades o fizeram logo estimado e respeitado dos mineiros, e ele, prevalecendo-se dessas boas disposições, logrou, sem derramar uma gota de sangue, pacificar a província, depois do que instou por sua demissão, que obteve em 1835.

Os mineiros agradecidos deram-lhe dessa vez mais uma prova de consideração. O Sr. Limpo foi nomeado vice-presidente pela assem-bléia provincial, a quem naquela época competia tal atribuição.

Ao chegar de sua presidência de Minas foi nomeado pelo primeiro regente, por decreto de 14 de outubro de 1835, ministro da Justiça e interinamente do Império, passando a 3 de junho de 1836 a ocupar a pasta dos Estrangeiros.

Fazendo parte do Ministério da Maioridade, ele ocupou pela segunda vez a pasta da Justiça, e posteriormente dirigiu pela segunda, terceira e quarta vez a dos Negócios Estrangeiros nos Ministérios de 1845, 1848 e 1853.

No primeiro desses ministérios o Sr. Limpo muito se distinguiu pela energia com que se portou em relação à Inglaterra, sendo o autor do protesto contra o *bill* aprovado pelo parlamento britânico, que sujeita os navios brasileiros, suspeitos de empregar-se no tráfico ao julgamento dos tribunais ingleses.

Esse protesto enérgico e patriótico do ilustre ministro brasileiro contra o ato de violência e da mais inqualificável prepotência nunca se riscará da memória e do coração daqueles que dão o devido apreço à honra e à dignidade de sua pátria.

No Ministério de 1853 o Sr. Limpo de Abreu foi quem deu ao ministro do Brasil, em Portugal, as instruções que regularam e dirigiram as negociações que precederam a convenção de 12 de janeiro de 1855, que teve por duplicado fim a prevenção e repressão da moeda e dos papéis de crédito, com curso legal nos dois países, e a extradição dos indivíduos convictos desse crime.

Desse ministério saiu o Sr. Limpo de Abreu em 14 de junho de 1855, por assim ter entendido necessário, como manifestou no Senado, logo que a expedição que o governo mandara ao Paraguai não teve, por motivos independentes de sua vontade, todos os resultados que se deviam esperar.

Em 1851 o Sr. Limpo celebrou, por parte do Brasil, com o plenipotenciário da República do Uruguai os tratados de 12 de outubro, e nesta difícil comissão portou-se juntamente com o outro plenipotenciário brasileiro, de modo que o ministro dos Estrangeiros, em aviso de 21 de outubro do mesmo ano, lhes dirigiu, por ordem de Sua Majestade Imperial, as mais significativas expressões de louvor.

Quando em 1855 rebentou em Montevideú a revolução que destruiu a autoridade do presidente legal daquela República, o Sr. Limpo de Abreu foi enviado pelo Brasil com plenos poderes para proceder como exigissem as circunstâncias extraordinárias em que se achava aquele país; e nesta tão difícil quanto arriscada missão ainda uma vez angariou ele a estima e a consideração do governo e do povo brasileiro, por ter dela saído tão bem quanto era para desejar e esperar de sua capacidade.

Ao terminar tão satisfatoriamente essa missão, foi o Sr. Limpo encarregado de uma outra, junto ao governo da Confederação Argentina, e neste novo empenho foi tão feliz como no primeiro, celebrando a 7 de março de 1856 um

tratado de comércio e navegação, que é do maior alcance para o futuro dos dois países.

Assim, em Montevideú, procurou o Sr. Limpo de Abreu libertar o governo imperial de quaisquer vínculos que pudessem comprometê-lo nas perturbações e dificuldades que ali surgem e pululam quase diariamente, e no Paraná esforçou-se quanto pôde por estabelecer com um governo estável e com o país cheio de vida e de futuro as bases de uma política franca e liberal que, segundo a opinião mais imparcial e esclarecida, convirá ampliar e desenvolver, com o que ganharam ambos os estados, e não menos os interesses gerais da paz, do progresso e da civilização.

Sua Majestade, que não sabe esquecer seus bons servidores, tem estendido sobre o Sr. Limpo sua imperial munificência, concedendo-lhe por carta de 29 de julho de 1840 o título do conselho; a 2 de agosto do mesmo ano, a graça de gentil-homem de sua Câmara; a 9 de fevereiro de 1841, o foro de fidalgo cavaleiro; a 25 de março de 1845, a dignitária da Ordem Imperial do Cruzeiro; a 14 de junho de 1848, o lugar de conselheiro de estado ordinário; a 26 de junho de 1852, a grãcruz da Ordem de Cristo, e a 2 de dezembro de 1854, o título de visconde de Abaeté com grandeza.

Além destes títulos e condecorações que bem mostram a consideração em que tem suas eminentes qualidades o chefe do estado, o Sr. visconde de Abaeté foi condecorado por carta régia de 17 de outubro de 1855 com a grã-cruz da ordem portuguesa de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa.

MARQUÊS DE OLINDA



Pernambuco é a província natal do Sr. **Pedro de Araújo Lima**, marquês de Olinda.

Nascido em 1787, viveu em companhia de seus pais até o ano de 1843, em que deixou sua bela pátria e foi buscar em outros climas a instrução e a ciência, que seu espírito ávido de grandes futuros ali não tinha achado suficiente; porque o regime colonial que então pesava sobre o Brasil não permitia a este país mais do que os primeiros rudimentos dos conhecimentos humanos, e estes mesmos sabe Deus com quanto se lutava para os adquirir, visto como só nos lugares mais populosos, como as principais capitais, é que se encontravam pessoas habilitadas para os ensinar.

O Sr. Araújo Lima teve a fortuna de nascer em lugar onde, ainda que escassa, não faltava completamente aquela espécie de instrução; também por isso, quando em 1813 partiu para Lisboa, já levava de Pernambuco estudados e sabidos os preparatórios de que tinha necessidade para matricular-se na

Universidade de Coimbra a que se destinava, e onde tomou grau de doutor em cânones no ano de 1819.

Imediatamente que terminou seus estudos em Portugal regressou ao Brasil, onde sua estrela feliz lhe preparava um caminho brilhante para um futuro ainda mais brilhante de glória.

Chegando à sua pátria em 1820, foi logo despachado ouvidor da comarca de Paracatu, província de Minas Gerais; não chegou porém a exercer esse lugar, porque pouco tempo depois de sua nomeação, foi eleito deputado às cortes constituintes de Lisboa, no ano de 1821, fazendo então parte dos 50 deputados brasileiros que se bateram corajosamente contra os 130 portugueses, que já em sua ausência e a despeito mesmo de sua presença prevaleceram-se a princípio de estarem sós e depois da maioria de número para suplantarem as justas reclamações contra as audaciosas pretensões de reduzirem o Brasil, a quem tinham elevado à categoria de reino-unido, ao antigo e miserável estado em que vivera antes da vinda e estabelecimento da família real no Rio de Janeiro.

Sabe-se o resultado dessa luta desigual e gloriosa para os poucos filhos do Brasil que na capital da metrópole ousaram levantar a voz contra o ódio encarniado de uma população inteira.

O Sr. Araújo Lima voltou ao Brasil com seus companheiros quando as exigências de Portugal levaram sua colônia ao extremo de dar o passo glorioso de sua independência.

Aí chegando, foi imediatamente eleito deputado à Assembléia Constituinte convocada em 23 de março e reunida na corte do Rio de Janeiro a 3 de maio de 1823.

Nessa assembléia tempestuosa o Sr. Araújo Lima tornou-se muito notável, e quando, depois dos últimos esforços daquela congregação dos primeiros homens do Brasil, o Imperador Pedro I a fulminou com o decreto de dissolução, e teve de nomear um ministério, chamou-o para a pasta do Império que ocupou apenas por três dias, porque, tendo sido nomeado a 14 de novembro, deixou o ministério a 17 do mesmo mês.

Dissolvida a constituinte e jurada a 25 de março de 1824 a Constituição do Império, procedeu-se às eleições para deputados à nova assembléia geral legislativa. Pernambuco não esqueceu ainda dessa vez seu distinto filho que já tanto se tinha feito notável, quer na constituinte portuguesa, quer na brasileira, a que por aquela província tinha sido mandado; elegeu-o seu deputado à assembléia geral, e ali o Sr. Araújo Lima, a favor de seus grandes conhecimentos e de seus reconhecidos dotes oratórios, como de muitas outras qualidades,

adquiriu uma posição eminente, sendo na terceira sessão de 1827 eleito presidente, o que ainda tornou a ser por muitas vezes, como veremos.

Durante esta legislatura foi ele chamado pelo Imperador Pedro I ao Ministério do Império, cuja pasta recebeu a 2 de novembro de 1827 e deixou a 15 de junho de 1828.

Nesse ano procedendo-se à eleição de deputados à 2ª legislatura, o Sr. Araújo Lima foi reeleito por Pernambuco, e continuou sempre a sê-lo em todas as outras legislaturas até sua entrada para o Senado.

Por todo o tempo que continuou na Câmara dos Deputados ele sustentou sempre no mesmo pé o prestígio e influência de que gozara desde o princípio de sua carreira parlamentar; é assim que o vemos presidente da Câmara em 1829, vice-presidente em 1831, 1832 e 1833; e novamente presidente em 1835, 1836 e 1837.

Durante todas as comoções que abalaram o Império desde a Abdicação até a Regência única do Sr. Feijó, o Sr. Araújo Lima não apareceu senão como deputado, sendo apenas uma vez encarregado das duas pastas da Justiça e Estrangeiros que só ocupou por 40 dias a contar de 3 de agosto a 13 de setembro de 1832.

Depois desse dia voltou outra vez ao seio da Câmara legislativa de onde saiu no ano de 1837 para o Senado por eleição de Pernambuco, e pouco tempo depois, a 18 de setembro do mesmo ano, último dia da regência Feijó, para o Ministério do Império, onde veio pela terceira vez tomar sobre seus ombros o peso daquela pasta que muito pouco o sobrecarregou nesta ocasião, porquanto o regente Feijó achando-se a braços com a revolução do Pará ainda mal extinta, com a do Rio Grande do Sul em toda a sua força e com uma forte oposição na Câmara dos Deputados, tomou a resolução de resignar o poder a 19 de setembro daquele ano, e em virtude disto e de ser ele ministro do Império, coube-lhe, como manda a Constituição, a regência interina do país.

A popularidade de que gozava em ambas as câmaras fez que a 22 de abril de 1838 fosse por elas confirmada a regência que até ali exercera interinamente. Esta influência, porém, que lhe permitia dispor de uma grande maioria, assim na câmara temporária como na vitalícia, não o defendeu contra o pronunciamento das províncias que lhe trouxeram sérios embaraços.

A Bahia a 7 de novembro de 1838 declarou-se independente até a maioria do Sr. D. Pedro II. O Maranhão por motivo da criação dos prefeitos levantou o estandarte da revolta bem conhecida com o nome de Balaiada; e o Rio Grande do Sul continuou a resistir às forças da legalidade e a ter sobre elas vantagens

que lhe permitiram invadir a província de Santa Catarina onde tomaram a cidade de Laguna.

Era preciso da parte do novo regente muita força de espírito e energia de vontade para resistir a todos esses poderosos obstáculos que desde o princípio de seu governo vieram antepor-se e empecer sua marcha; aquelas qualidades, porém, não lhe faltavam, e graças a elas ele foi pouco a pouco desassombrando o caminho que tinha de seguir em sua administração.

A cidade da Bahia, atacada a 13, 14 e 15 de março de 1838, rendeu-se e com ela foi por terra completamente aniquilada a revolta que ali se levantara.

Os balaios depois de mil sacrifícios e de imensa carnificina tiveram também de ceder nos fins de 1840 aos esforços do coronel Luís Alves de Lima, a quem o regente confiara no princípio daquele ano a pacificação da província do Maranhão.

O Rio Grande do Sul enfim que não pôde ser totalmente pacificado foi ao menos reduzido a uma posição bem precária.

Apesar de todos esses trabalhos e de muitos outros serviços prestados ao país, os jornais acharam naquela guerra motivos para, em princípios de 1840, se declararem em oposição aberta à regência do Sr. Araújo Lima, e esse eco da imprensa repercutiu nas câmaras que logo depois de sua abertura naquele ano se declararam em maioria contra ele.

Todo o Brasil conhece o resultado dessa oposição, que trouxe como consequência a maioridade do Sr. D. Pedro II, e portanto a retirada do Sr. Araújo Lima da suprema administração do país.

Se este lhe deve bens, ou males por essa sua administração, não discutiremos, nem mesmo convém fazê-lo; o que é certo porém é que um homem menos ativo e enérgico teria sem remissão deixado soçobrar a nau do Estado batida de todos os lados por tempestades políticas e tufões revolucionários.

Em 1848 o Sr. D. Pedro II chamou-o ao Ministério de 29 de setembro como ministro dos Estrangeiros e presidente do Conselho, lugar que deixou a 8 de outubro de 1849, tendo a 6 de outubro de 1848 deixado a pasta da Fazenda que exercera desde 4 de setembro do mesmo ano.

No corrente ano de 1857, tendo pela morte do marquês de Paraná ficado acéfalo o ministério por ele criado, resignou este o poder na proximidade de abertura das câmaras, e por esta ocasião foi o Sr. Araújo Lima encarregado de organizar como o fez o atual ministério de que é presidente e ministro do Império.

S.M.I. o Sr. D. Pedro II, querendo dar uma prova pública do grau de apreciação em que o tinha, agraciou-o com o título de visconde de Olinda e mais tarde em 1854 com o de marquês do mesmo nome; além disto condecorou-o com a grã-cruz da Ordem de Cristo e oficialato do Cruzeiro.

Estrangeiras o Sr. Marquês de Olinda conta as seguintes condecorações: grã-cruz de St. Estevão da Hungria; da Legião de Honra da França; e S. Maurício e S. Lázaro da Sardenha.

VISCONDE DE ITABORAÍ



A 13 de dezembro de 1802 nasceu no Porto de Caxias, freguesia de Itaboraí, província do Rio de Janeiro, o Sr. **Joaquim José Rodrigues Torres**, depois visconde de Itaboraí.

Foram seus pais o Sr. Manuel Rodrigues Torres, já falecido, e D. Emerenciana Matilde Torres, os quais não pouparam cuidados e meios de educá-lo nos sãos princípios da mais severa moral, cujo influxo ainda hoje se exerce e manifesta-se em todos os atos e na vida inteira do Sr. de Itaboraí em quem nenhuma ação conhecida jamais marcou o brilho do nome de honesto e honrado que adquiriu entre seus concidadãos e que ninguém poderá recusar-lho.

É que do mesmo modo por que as primeiras idéias e as impressões da infância são as que mais se gravam na memória dos homens, e aí permanecem sempre vivas, assim também os primeiros princípios de educação que recebemos de

nossos pais são os que hão de em todo o tempo servir de norma a nossas ações e a todos os atos de nossa vida. Feliz quem teve pais zelosos que não esqueceram, ou não abandonaram a educação de seus filhos, e que lhes deram desde o berço o germe e a base de toda a felicidade na Terra: uma consciência apurada, e uma alma propensa para o bem tanto quanto instruída nas sendas da honra e da virtude.

Nesse ponto o Sr. visconde de Itaboraí não tem que invejar a pessoa alguma, e a prova a mais palpitante do quanto seus pais se esmeraram por sua educação está na vida mesma desse cavalheiro.

Não foi porém somente o moral de seu filho que os pais do Sr. de Itaboraí quiseram e procuraram por todo o modo desenvolver e aperfeiçoar; o lado intelectual não lhes mereceu menos cuidado, porque bem viam eles que as luzes da inteligência são a primeira condição e condição essencial de todo o progresso e desenvolvimento humanitário.

Assim, pois, ao mesmo tempo que seus exemplos e conselhos lhe ensinaram o caminho da honra, confiando-o a bons mestres que lhe iluminassem o espírito, procuraram ensinar-lhe também o caminho da glória.

Foi por isto que, ainda em mui tenra idade e depois de ter o Sr. Rodrigues Torres os seus estudos primários, mandou-o seu pai estudar preparatórios no Seminário de S. José, donde saiu habilitado para matricular-se na Universidade de Coimbra a que se destinava, e para onde partiu em 1821 com o fim de estudar matemática, que com efeito estudou e em que saiu formado no ano de 1825.

Como estudante logrou o Sr. Torres adquirir uma reputação que, apesar de criada tão longe de seu país natal, não deixou por isto de chegar até aí, tanto que vindo ele para o Brasil em 1826, foi nesse mesmo ano nomeado lente substituto da Academia Militar, o que não foi certamente pequena honra nem pequena prova de inteligência para um moço de 23 anos de idade que apenas tendo deixado os bancos de estudante não teve por isso mesmo tempo nem ocasião de se fazer conhecido por outros trabalhos que não fossem os escolares.

Nesse lugar serviu o Sr. Torres desde 1826 até 1833 em que pediu sua demissão, não sem dúvida porque lhe faltassem as qualidades necessárias para o magistério, mas talvez porque não visse naquela carreira o futuro que aspirava, e divisasse pelo contrário ao longe e em outras direções mais belos horizontes.

Seja como for, é para lamentar que o Sr. Rodrigues Torres não sacrificasse um pouco do interesse que o levou a dar aquele passo, pelo amor da mocidade

brasileira, que não tinha naquele tempo, como tem hoje, muitos lentes que a animassem e a ilustrassem com seus conhecimentos; e tanto mais é isto para sentir-se quanto o Sr. Torres, além do muito aproveitado tempo que levava na Universidade de Coimbra, tinha ainda voltado à Europa em 1827 e aplicado-se em Paris até 1829, sem dúvida a estudos de sua profissão.

Regressando pela segunda vez ao Brasil, começou o Sr. Torres a aparecer muito vantajosamente na cena política, a ponto de ser em 1831 chamado à pasta da Marinha pela regência de Lima e Silva, Bráulio Muniz e Costa Carvalho.

Apesar de começar sua carreira administrativa sob os piores auspícios, pois que, como bem se sabe, naquele tempo calamitoso, os motins e sedições surgiam a cada instante uns das ruínas dos outros, e isto não somente na corte, mas ainda nas províncias e especialmente nas do Norte que tiveram cada uma das suas sublevação particular; apesar de todos esses embaraços, dizemos embaraços poderosos para um moço que pela primeira vez toma as rédeas do poder, o Sr. Rodrigues Torres saiu-se bem e retirou-se do Ministério conceituado e prestigioso, de modo que logo depois em 1832 foi novamente chamado para a pasta que deixara; persistindo ainda toda agitação geral do Império, e especialmente das províncias do Pará, que mesmo em 1832 proclamou-se independente; de Pernambuco, que teve a guerra terrível dos Cabanos ou de Panelas de Miranda e Ceará, a braços em a de Pinto Madeira, que havia começado em 14 de dezembro de 1831 e que terminou em 13 de outubro de 1832, entregando Pinto Madeira as armas ao general Labatut, comandante das forças da legalidade.

No meio de todos esses abismos que se abriam diante dos passos dos regentes e que empeciam a marcha regular de seu governo, ainda não naufragou a boa reputação e conceito em que era tido o ministro da Marinha; ao contrário, a habilidade com que por sua parte concorreu para que o governo do país se sustentasse firme no posto que a maioria da nação lhe havia confiado o fez ainda mais estimado e tornou-o muito popular, especialmente na província do Rio de Janeiro, da qual teve em 1833 a honrosa missão de representá-la na Câmara dos Deputados. Foi a primeira vez que o Sr. Rodrigues Torres se apresentou na tribuna dos representantes do país, mas já antes disto todo ele conhecia os talentos oratórios do novo deputado, que como ministro mais de uma vez tinha levantado a voz no seio de ambas as câmaras.

Como deputado o Sr. Rodrigues Torres distinguiu-se menos por orador eloquente, que o não é, do que por argumentador fino e consumado. Enuncia facilmente suas idéias, sua linguagem é precisa e limada e seus argumentos de uma lógica cerrada, difícilíssima de desfazer. É um desses homens que convence, mas que não comove, que sabe falar à razão, mas que ignora os meios de tocar o coração.

Por todas estas qualidades ele ocupou logo na Câmara uma posição eminente, e abraçando as idéias saquaremas tornou-se um dos mais eminentes dentre seus chefes.

Esta influência que ele exerceu como deputado, que continuou sempre a ter até 1844, estendeu-se além deste ano em que foi ele eleito senador pela província do Rio de Janeiro, e só a conciliação emanada do trono e executada pelo Gabinete Paraná pôde, fazendo desaparecer a divisão política, fazer também desaparecer de um e de outro lado aqueles indivíduos que mais se elevam acima dos outros em cujo número está o Sr. Torres.

Em 1837 o regente Feijó quis aproveitar-se de sua prática adquirida no Ministério da Marinha, nomeando-o para aquela pasta.

Em 1840 foi o Sr. Torres deslocado de sua repartição favorita, sendo chamado a ocupar a pasta do Império e interinamente e da Marinha, muito tempo porém não durou neste ministério, e, quando em 1843 o Sr. D. Pedro II o chamou outra vez ao ministério, voltou já pela quarta vez a dirigir os negócios tão atrasados da repartição da Marinha.

Este ministério deixou ele para subir novamente ao poder em 1849 como ministro dos Negócios da Fazenda, que continuou a ser até 1853, em que caiu aquele Ministério, justa ou injustamente acusado de ter muito durado e pouco feito pelo país.

Por sua parte o Sr. Itaboraí prestou ao Brasil um serviço importantíssimo fazendo passar nas câmaras o projeto de criação do Banco do Brasil, de que veio ser presidente, pelo falecimento do conselheiro Lisboa Serra.

Em 1841 teve o título do conselho e a condecoração de Oficial da Ordem Imperial do Cruzeiro, e em setembro de 1853 foi nomeado conselheiro de Estado.

No dia 2 de dezembro de 1854 S. M. Imperial o Sr. D. Pedro II concedeu-lhe o título que hoje tem de visconde de Itaboraí.

MARQUÊS DE MONTE ALEGRE



José da Costa Carvalho, atualmente marquês de Monte Alegre, é filho legítimo de José da Costa de Carvalho e D. Inês Maria da Piedade Costa. Nasceu a 7 de fevereiro de 1796 na freguesia de Nossa Senhora da Penha da província da Bahia, subúrbio da capital.

Ainda muito moço foi a Portugal estudar na Universidade de Coimbra, na qual tomou o grau de doutor em leis em 1819 na idade de 23 anos.

Apenas concluiu seus estudos, voltou à terra natal e aí abraçou e seguiu a carreira da magistratura, em que começou pelos lugares de Juiz de Fora e ouvidor da cidade de São Paulo, lugares estes que ocupou desde 1821 até 1822.

Nesse último ano casou-se naquela cidade com D. Genebra de Barros Leite, sua primeira mulher, que faleceu em 1837, pelo que passou a segundas núpcias em 1839 com D. Maria Isabel de Sousa e Alvim, hoje marquesa de Monte Alegre.

O Príncipe D. Pedro, depois Imperador Pedro I, tinha por aquele tempo acedido aos votos dos brasileiros, que de Minas, São Paulo e Rio de Janeiro lhe tinham mandado representações pedindo-lhe que não partisse, como lhe fora ordenado pelas Cortes portuguesas. Logo que determinou ficar no Brasil, resolveu também o príncipe convocar uma Assembléia Constituinte Legislativa para o Brasil e de fato a convocou a 3 de junho de 1822 e a instalou a 3 de maio de 1823.

Nesta primeira assembléia brasileira, cujo fim lastimável ninguém ignora, teve assento o Sr. Costa Carvalho eleito pela província da Bahia onde teve seu berço.

Não sabemos a qual dos dois grupos pertenceu ele na constituinte; mas acreditamos que moço, cheio de fogo e de patriotismo, não podia ter abraçado outro estandarte que não o dos patriarcas da Independência do Brasil, os ilustres irmãos Andradas.

Em 1826 reuniu-se na corte a primeira assembléia geral legislativa dos representantes das diversas províncias do Brasil, como foi determinado pela Constituição jurada a 25 de março de 1824. Nessa ilustre corporação dos mais eminentes filhos das províncias brasileiras figurou o Sr. Costa Carvalho como representante da Bahia que já outrora o tinha mandado à constituinte.

Logo na primeira legislatura ele se distinguiu muito entre seus colegas, de quem seus talentos e dotes oratórios não vulgares alcançaram a honra de ser nomeado presidente da Câmara em 1828, tendo já sido vice-presidente na sessão de 1827.

Terminado o quadriênio da primeira legislatura, procedeu-se em 1829 às eleições de novos deputados, e o Sr. Costa Carvalho ainda pela terceira vez mereceu de sua província natal a honra de representá-la.

Na nova Câmara aberta em 1830 alcançou ele de seus colegas desde logo a mesma consideração que já tinha merecido aos da Câmara passada, pelo que foi escolhido para presidi-la durante toda a sessão daquele ano.

O ano de 1831, que devia ver a terminação do Primeiro Império, estava também destinado para ser aquele em que coubesse ao Sr. Costa Carvalho a mais elevada honra a que pode aspirar um cidadão, a honra de ter em suas mãos o leme do estado, e os destinos de sua pátria.

A abdicação de 7 de abril de 1831 deixou o Brasil acéfalo, porque o príncipe herdeiro da Coroa apenas contava 6 anos. Para dar remédio a tão grave mal

reuniram-se logo os senadores e deputados que se achavam no Rio de Janeiro ao tempo da saída do Sr. D. Pedro I, e nomearam uma regência de três cidadãos, que deviam funcionar até a abertura das câmaras pelas quais foi nomeada a regência permanente ainda composta de três membros.

Nesta entrou com o brigadeiro Francisco de Lima e Silva e deputado João Bráulio Muniz o Sr. Costa Carvalho, que depois de ter com seus colegas lutado corajosamente contra as facções que se levantaram cada dia e a cada canto do império, retirou-se por doente para São Paulo, e não assinou mais papel algum oficial como regente desde 18 de julho de 1833.

Tendo-se reconhecido a necessidade de uma revisão na Constituição que nos regia, e aparecendo em consequência a lei da reforma ou ato adicional que mandava substituir a regência trina pela única, ou de um só indivíduo, resignaram o poder os regentes de 1831, e o Sr. Costa Carvalho, um dos três, embora retirado da administração, foi justamente apreciado pelo país cujos deputados autorizaram em 1835 ao novo regente Feijó para lhe conferir a grã-cruz da Ordem Imperial do Cruzeiro em remuneração de seus serviços.

Em razão de ter estado ocupando o lugar de regente do Império, não pôde ser eleito deputado à 3ª legislatura, e assim tendo deixado a direção dos negócios do país, foi para S. Paulo, onde passou os anos de 1835 e 1836 como diretor do curso jurídico daquela cidade.

Em 1837 foi eleito deputado por aquela província; em 1839 trocou o título de deputado pelo de senador do Império, a que foi elevado pela província de Sergipe, que quis por si só pagar de um modo generoso a dívida sagrada que o Brasil todo havia contraído com aquele homem.

Nem foi somente aquela porção do povo brasileiro a quem o Sr. Costa Carvalho não era ligado por laço algum de família, ou nascimento, quem quis dar um público testemunho de apreço às qualidades cívicas e relevantes serviços prestados ao país pelo regente decaído; S. M. o Sr. D. Pedro II, um ano quando muito depois de sua ascensão ao trono, agraciou-o em 1841 com o título de barão de Monte Alegre, que conservou até 1843 em que foi elevado a visconde do mesmo nome em que esteve até 2 de dezembro de 1854 em que foi novamente elevado a marquês de Monte Alegre que é hoje.

Em 1842 foi nomeado presidente da província de S. Paulo, onde era conhecido e muito estimado, razões por que foi ele de preferência escolhido para aquela comissão, visto que se achava naquele ano abalada por movimentos revolucionários a província que lhe foi confiada.

Esta sua administração ainda mais lhe granjeou a estima dos paulistas que sempre foram seus amigos e admiradores.

Naquele mesmo ano foi o Sr. Monte Alegre nomeado conselheiro de estado extraordinário, passando a ordinário daí a 11 anos, em março de 1853.

Em 1843 recebeu do Senado a honra de presidir a sua sessão; e de S. M. o rei dos franceses a grã-cruz da Legião de Honra por motivo de ter ele assistido como testemunha ao casamento do príncipe de Joinvile com A. A. I. a Sr^a D. Francisca.

Em 1848, o visconde de Monte Alegre organizou o Ministério de 29 de setembro e foi presidente do Conselho desde 8 de outubro de 1849 até 11 de maio de 1852, dia em que se retirou do Ministério em que dirigiu os negócios do Império.

Nesse ministério cabe ao Sr. de Monte Alegre parte da acusação que lhe faz o país de não ter feito no período de cinco anos o bem que podia em prol do desenvolvimento intelectual e material de que tanto carecemos. É verdade que subindo ao poder no tempo calamitoso da revolução de Pernambuco, o Ministério de 29 de setembro esteve muito empenhado em destruir aquele terrível flagelo e reparar suas funestas consequências.

O Sr. marquês de Monte Alegre é presidente da Sociedade de Estatística do Brasil; da Associação Central de Colonização do Rio de Janeiro; é membro honorário da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional; do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; da Academia Imperial de Belas-Artes e de outras sociedades; porém um dos seus títulos que mais o deve ufanar é o de criador da imprensa na província de S. Paulo, em cuja capital fundou o primeiro periódico, denominado Farol Paulistano, de que foi redator desde seu aparecimento até julho de 1831.

Como magistrado o Sr. Monte Alegre foi sempre respeitado e tido na maior consideração; parlamentar ele soube granjear o nome que ainda hoje o distingue e foi exatamente na tribuna que alcançou a posição eminente a que mui cedo se elevou e em que se acha hoje colocado; administrador foi sempre reto e justiceiro, tanto quanto prudente e inteligente; enfim, qualquer que seja o lado por onde se encare a sua vida pública, o Sr. de Monte Alegre é sempre um nome respeitável e um vulto venerando.

MARQUÊS DE CAXIAS



Luís Alves de Lima e Silva, 1º Barão de Caxias, Conde e Marquês do mesmo título, nasceu a 25 de agosto de 1803, no arraial do Porto da Estrela, da província do Rio de Janeiro, e foi batizado na freguesia de Inhomirim, a que o mesmo arraial pertencia. É filho legítimo do falecido marechal-de-campo, senador do Império, Francisco de Lima e Silva, e de D. Maria Cândida de Oliveira Belo, também falecida.

Casou a 6 de janeiro de 1833 com D. Ana Luísa Carneiro Viana, atual marquesa de Caxias, dama honorária de Sua Majestade a Imperatriz, filha legítima do Conselheiro Paulo Fernandes Viana e de D. Luísa Rosa Carneiro da Costa, ambos falecidos.

Seu pai o destinou à mesma profissão das armas que abraçara, e a que se haviam dedicado todos os seus antepassados; pelo que, quando ele apenas

contava cinco anos de idade, obteve assentar-lhe praça no 1º Regimento de Infantaria de linha da corte, a 22 de novembro de 1808, sendo comandante do dito regimento seu avô o Brigadeiro José Joaquim de Lima da Silva.

El-Rei o Sr. D. João VI (então príncipe regente) querendo agraciá-lo, em atenção aos serviços de seu pai e avô, mandou que se lhe contasse tempo de serviço desde o dia da praça, como foi declarado por Aviso Régio. Completando seus estudos preparatórios, dedicou-se ao do curso de sua arma na Real Academia Militar da Corte; e concluiu-o em 1819, sendo já alferes, havendo obtido aprovações plenas em todas as doutrinas do dito curso. Cedendo à louvável ambição de adquirir conhecimentos teóricos superiores aos especiais de sua arma, deu-se ao estudo do curso de engenharia na mesma academia; e quando só lhe faltavam dois anos para concluí-lo, tendo tido sempre aprovações plenas nos outros estudos, foi escolhido pelo Sr. D. Pedro I, em outubro de 1822, sendo então tenente, para o lugar de ajudante do Batalhão do Imperador, nessa ocasião organizado pelo mesmo Augusto Senhor com aquela denominação, e com o nobre destino de marchar para a província da Bahia, a fim de expedir dali as tropas lusitanas que, sob o comando do brigadeiro Inácio Luís Madeira de Melo, ousavam impugnar a realização da Independência do Brasil, que havia sido proclamada naquele mesmo ano. Nesse pleitear heróico de uma nação que sustentava o nome que havia escrito na lista das nações independentes, o tenente Luís Alves de Lima e Silva traçava pelo seu valor as primeiras letras do nome com que a história do seu país há de apresentá-lo à posteridade.

Depois da gloriosa luta da Independência, o jovem tenente do Batalhão do Imperador, em consequência da recomendação especial de seus chefes, e de seu general, teve a satisfação de ver seu nome na lista dos primeiros agraciados com a condecoração da Ordem Imperial do Cruzeiro, no grau de cavaleiro, na mesma ocasião da instituição desta Ordem. Sendo já capitão daquele batalhão, seguiu com ele para Montevidéu (então capital província brasileira cisplatina) em junho de 1825, a fim de sustentar a integridade do Império ameaçada pela revolta do general D. Juan Antonio Lavaleja. Nessa porfiosa luta de perto de quatro anos, o capitão Luís Alves de Lima e Silva, na posição de major-de-brigada da coluna da vanguarda, sustentou a reputação que ganhara na guerra da Independência. Entrou em todos os recontros das forças do general Oribe com as imperiais que guarneciam a praça de Montevidéu, e dirigiu pessoalmente quase todas as surtidas destas forças contra as sitiadas. Dessas surtidas releva comemorar a em que o capitão Lima, à testa de uma companhia de caçadores, e de algumas guerrilhas a cavalo, assaltou um lanchão armado, e guarnecido por 50 homens do inimigo, que ocultando-se durante a noite no arroio do Pando, saía de dia a roubar as embarcações mercantes que das outras províncias do Império se dirigiam a Montevidéu. Para levar a efeito este arrojado lance, teve de atravessar com iminente risco a linha dos sitiados da praça; mas ele fê-lo com tal sagacidade e fortuna, que não foi pressentido pelas forças do comando

do general Oribe, debaixo de cuja proteção estava o lanchão, o qual foi tomado, e toda sua guarnição aprisionada. Este feito de bizarria, pequeno pela luta, mas grande pela arrojada concepção e execução de seu plano, e pela importância de suas consequências para os sitiados, pôs ao peito do Capitão Luís Alves de Lima, que o concebeu e executou, a comenda da Ordem Militar de S. Bento de Aviz. Estabelecida a paz com a Confederação Argentina, teve ele um prêmio de seus serviços a promoção ao posto de major. E, porque não houvesse vaga deste posto em nenhum dos corpos de 1º linha, aquela promoção teve lugar para o 1º Regimento da 2ª, ficando porém servindo no Batalhão do Imperador, a que pertencera, até abrir-se vaga neste, o que se deu dentro de poucos meses. Havendo sido por este tempo (1829) criada a Ordem da Rosa, o Major Lima mereceu a honra de ser incluído na lista dos primeiros agraciados com a dita ordem, no grau de cavaleiro. Aparecendo a quadra vertiginosa que produziu a revolução de 7 de abril de 1831, ele não se deixou dominar pelo espírito revolucionário que havia contaminado quase toda a tropa de guarnição à corte. Sem tomar nenhuma parte ativa nas peripécias daquele drama, esperou o desenlace, e as consequências dele, no posto de honra em que a força das circunstâncias o colocou pela dupla qualidade de cidadão e de soldado. Depois da abdicação do Sr. D. Pedro I, a tropa, cuja subordinação e disciplina haviam sido profundamente abaladas por doutrinas perniciosas levantadas pelo vórtice revolucionário, ameaçava a permanência da desordem, e o saque à cidade: então o major Luís Alves de Lima, reunindo alguns oficiais seus parentes e amigos, tomou com eles a louvável deliberação de empunharem a espingarda do soldado, e rondarem incessantemente as ruas comerciais da cidade, por serem as mais ameaçadas pela soldadesca desenfreada.

Esta reunião de oficiais regularizou-se, e constituiu-se no corpo que teve a denominação significativa e heróica de — Batalhão de Oficiais-soldados — Soldados voluntários da Pátria. — Deste batalhão foi o major Luís Alves de Lima escolhido 2º comandante por aclamação de seus briosos camaradas oficiais soldados, posto houvesse entre eles muitos de patente mais elevada.

Por esse tempo tratou-se da organização e instrução da Guarda Nacional; e o major Luís Alves de Lima foi nomeado seu instrutor-geral, com a gratificação de 50\$000 mensais, que ele cedeu a favor dos cofres públicos, pela delicada consideração de ser então seu pai um dos regentes do Império.

A dissolução da tropa de linha e da policial suscitou ao ministro da Justiça de então, Diogo Antônio Feijó, a idéia de organização de um corpo regular para a polícia da cidade, a que deu o nome de — Municipais Permanentes —; e estando nesse empenho, tendo já 123 homens distribuídos por duas companhias incompletas de infantaria, e meia de cavalaria, convidou o major Luís Alves de Lima para encarregar-se da organização e disciplina daquele corpo; e tendo ele aceitado tal comissão, no mesmo posto de major assumiu o

comando do corpo, para o qual afluíram desde logo muitos dos melhores oficiais do Exército, e oficiais inferiores e soldados dos corpos dissolvidos, que ele escolheu dos de melhor conduta que conhecia.

Foi à testa desse corpo de homens escolhidos, único então incumbido da guarda efetiva do sossego público, que seu comandante o major Lima sufocou na Praça da Aclamação a revolta de 3 de abril de 1832, e em Mataporcos a de 17 do mesmo mês e ano, tomando aos revoltosos naquele dia uma peça de artilharia, e neste duas, e aprisionando grande parte deles.

Por estes tempos já lavrara com intensidade o incêndio da revolta na província do Rio Grande do Sul, ateado em 1835. Então o Gabinete de 19 de setembro de 1837 resolveu que um de seus membros fosse ao teatro das operações naquela província, investigar as causas do prolongamento de tão desastrosa guerra civil, e estudar os meios de pôr-lhe termo. O Conselheiro Sebastião do Rego Barros, que, como Ministro da Guerra, fazia parte daquele gabinete, foi o indicado para tal comissão; e o já então tenente-coronel Luís Alves de Lima foi nomeado para acompanhá-lo, a fim de coadjuvá-lo no que pudesse a bem do profícuo desempenho de tão importante comissão. Sem ser desligado do corpo de municipais permanentes, seguiu com aquele ministro para a dita província de Rio Grande do Sul, levando 200 homens das praças adidas ao corpo de seu comando, por ele engajadas para ir reforçar os desfalcados corpos de 1ª linha que se achavam naquela província. Nessa comissão, desempenhada a contento do governo, soube o tenente-coronel Lima conquistar por tal modo as simpatias de seus camaradas do exército do Sul, que, depois de sua volta, muitas cartas para aqui dirigidas reclamaram o concurso de seus serviços ali; e até por parte do governo se fizeram instâncias para que ele voltasse ao Rio Grande.

O tenente-coronel Lima, porém, ponderou que, existindo empregados no exército do Sul dez ou doze oficiais-generais de alta patente, não lhe era lícito contar com a abnegação deles, para que se não ressentissem de o verem, com a patente de tenente-coronel, à testa da direção dos negócios da província, em tão melindrosa conjuntura; e que ressentimentos tais não podiam deixar de ser ominosos para o resultado dessa direção. Considerações semelhantes, por ele lealmente feitas ao então regente do Império, conselheiro Pedro de Araújo Lima, hoje Marquês de Olinda, demoveram-no dessa idéia.

Se tão ponderosas razões inibiam o tenente-coronel Lima de ir manifestar nas regiões do sul do Império o zelo que o caracterizava pela manutenção da paz pública e das instituições nacionais, elas não tiveram a mesma força para inibi-lo de o ir fazer nas regiões do Norte. O Maranhão se havia conflagrado, e os negócios ali tinham assumido um caráter assustador, depois que os revoltosos dessa província segunda vez se apossaram da cidade de Caxias, e que suas forças receberam incremento, pelo incremento de sua audácia não reprimida.

Então o jovem comandante dos municipais permanentes, que havia sido promovido a coronel a 2 de dezembro de 1839, recebeu a Carta Imperial de 14 do mesmo mês e ano, nomeando-o presidente da referida província do Maranhão, e o encargo de comandar em chefe todas as forças que ali tinham de operar contra a revolta, ficando assim reunidas em uma só pessoa as duas autoridades.

O novo presidente partiu pois para seu destino levando grande número de oficiais de sua escolha para serem empregados na província. Esses oficiais, vendo no crescente prestígio do seu digno companheiro de armas um penhor de mais lisonjeiro futuro, voluntariamente se ofereceram para acompanhá-lo, e para partilharem dos perigos que o esperavam. Chegando a Maranhão, o Presidente achou a população, que se conservara fiel, sob a pressão do terror incutido pela fama das atrocidades praticadas pelos rebeldes, os quais em número de dez a doze mil se haviam assenhoreado de todo o centro e sul da província. A capital do Maranhão estava entrincheirada, a artilharia do forte de S. Luís encravada, e a maior parte da riqueza da província depositada a bordo das embarcações mercantes que estavam no porto.

O novo presidente, encarando como de necessidade primária restabelecer a confiança no povo, e a ordem na administração, mandou desencravar a artilharia do forte de S. Luís, e arrasar as fortificações que cercavam a cidade pelo lado de terra; providenciou eficazmente para fazer correr desassombrado o mecanismo administrativo; inspecionou os corpos que tinha de conduzir ao encontro dos rebeldes; cortou os abusos que encontrou na instrução, disciplina, e fornecimento destes, e restabeleceu a regularidade na arrecadação e na despesa dos dinheiros públicos.

Na perseguição dos rebeldes o Presidente reprovou e coibiu o sistema bárbaro, que antes seguiam as tropas legalistas, de vingar cruelmente com crueldades.

Segundo esse sistema atroz, ao prisioneiro rebelde não era permitido quartel. A crueldade para com seus companheiros encarniçava os rebeldes, e lhes infundia a coragem do desespero, preferindo morrer combatendo até a última, ao suplício que contavam como certo se caíssem no poder dos chefes legalistas.

As ordens terminantes do presidente comandante-em-chefe a tal respeito foram religiosamente executadas. A guerra desceu então das alturas de sua ferocidade, e por assim dizer humanizou-se. Os revoltosos, vendo à testa dos legalistas um homem que impunha às suas baionetas o extermínio dos recalcitrantes, e a proteção aos vencidos, começaram a depor as armas, e da rápida redução de suas forças foi consequência a extinção da revolta, e a paz da província. O coronel Luís Alves de Lima, tendo completamente desempenhado a árdua e nobre missão que lhe fora cometida, solicitou do governo imperial sua exoneração dos cargos de presidente e comandante das forças da província, e

essa exoneração lhe foi concedida a 2 de abril de 1841. Os seus bons serviços prestados na pacificação da província tendo-lhe merecido a honra de ser nomeado veador das sereníssimas princesas imperiais a 2 de agosto de 1840, tiveram como complemento de remuneração o ser ele prometido ao posto de brigadeiro, e agraciado com o título de barão de Caxias, a 28 de julho de 1841. A própria província do Maranhão, querendo dar-lhe uma distinta demonstração de apreço pelo relevante serviço de havê-la arrancado da voragem da anarquia, elegeu-o unanimemente seu representante na Câmara dos Deputados. O novo brigadeiro estreou o seu generalato no comando das armas da corte, que o governo lhe confiou em 21 de março de 1842.

A Câmara dos Deputados de que era membro o brigadeiro barão de Caxias foi dissolvida em maio de 1842; e nesse mesmo mês arreventou a revolta da província de S. Paulo, na cidade de Sorocaba. Aquele general foi logo escolhido pelo governo para reduzir ao grêmio da lei os paulistas. E, pois, recebeu em 18 de maio a missão de comandar em chefe as forças de operações na província de S. Paulo e a carta imperial de 1º vice-presidente da província. Em menos de 24 horas embarcou com destino à cidade de Santos, levando consigo apenas 400 recrutas que deviam servir de núcleo ao exército que foi autorizado a organizar com a Guarda Nacional da província, que foi posta à sua disposição. Chegado a Santos teve notícia de que os revoltados de Sorocaba, na força de mais de 2.000 homens, dirigiram-se sobre a capital da província, da qual estavam distantes apenas três marchas. Imediatamente o general abalou-se com a força de seu comando, e entrou na capital no mesmo dia em que os rebeldes deviam a ela chegar; e deixando aí um dos oficiais do seu estado-maior encarregado de preparar a cidade para defender-se de qualquer empresa dos rebeldes, partiu a encontrá-los, conduzindo dali duas peças de artilharia de pequeno calibre. Usando dos estratagemas da guerra, o general expediu ordens em todas as direções, indicando sua marcha, requisitando às autoridades locais rações para 2.000 homens, que realmente tinha, e dando outras providências que pudessem ocultar aos rebeldes a verdadeira força do exército de operações, suas linhas de marcha, e seu ponto objetivo. A indecisão dos revoltados sobre este objeto fez com que eles não avançassem sobre a cidade, capital, e parassem distante dela duas léguas pouco mais ou menos. O general então tomou posições, e de acordo com o presidente da província, Senador José da Costa Carvalho, hoje marquês de Monte Alegre, tratou de reunir com toda a urgência a Guarda Nacional, e fez cortar as duas pontes que estavam na direção das estradas pelas quais os rebeldes provavelmente deveriam seguir. Conseguindo reunir em poucos dias uma força respeitável, fez uma arrojada surtida sobre a cidade de Campinas, e passando à retaguarda dos rebeldes sem ser pressentido surpreendeu e derrotou no lugar da Venda Grande, nas proximidades daquela cidade, a força que das Limeiras marchava contra ela que até então se conservara fiel ao legítimo governo. Depois deste feito seguiu imediatamente a atacar as forças que tinha pela frente na direção da cidade de Sorocaba; e

fazendo dispersá-las, mandou recolher todo o armamento que entregaram e o que deixaram pelas estradas e matos; e fez com que os indivíduos se retirassem para suas casas debaixo da salvaguarda da anistia que S. M. o Imperador lhes havia concedido.

Estando restabelecida a tranquilidade pública por esse lado, seguiu o general com toda rapidez para o norte da província onde havia mais de mil rebeldes armados na cidade de Taubaté, e suas imediações; fê-los depor as armas, e marchou imediatamente para os limites da província com a de Minas Gerais. Quando dispunha as cousas para atacar os rebeldes que por aí também haviam aparecido, recebeu ordem do governo para voltar à corte, a fim de marchar para a província de Minas Gerais pela do Rio de Janeiro. Retrocedeu imediatamente e apresentou-se na corte a 23 de julho, deixando inteiramente pacificada a província de S. Paulo.

Aqui teve a distinta honra de receber o decreto, com data do mesmo dia de sua chegada, pelo qual S. M. o Imperador nomeava-o seu ajudante-de-campo, sendo o primeiro a quem essa honra foi conferida pelo mesmo augusto senhor. A 25 de julho, 40 horas depois de haver chegado de S. Paulo, o general barão de Caxias, que já havia recebido a nomeação de comandante-em-chefe das forças de operações da província de Minas Gerais, seguiu a grande marcha para esta província pela estrada do Rio Preto; e reunindo com toda prontidão as forças que existiam inativas em Barbacena, S. João del-Rei, Rio do Peixe, Pomba, etc., marchou com elas em socorro da capital da província, ameaçada pelos rebeldes, que em força de mais de 3.000 homens pretendiam assaltá-la. A marcha do general legalista foi operada com tanta rapidez e perícia que chegou com as forças de seu comando à cidade de Ouro Preto quando as dos rebeldes ainda estavam a uma légua de distância dela. O reforço que recebeu a capital fez os rebeldes desesperarem do êxito feliz do pretendido assalto, e pois burlados em sua tentativa, mudaram de plano, e seguiram imediatamente para Sabará, onde, postando-se na forte posição do arraial de Santa Luzia, esperaram ataque, que contavam como certo da parte das forças legalistas. O general barão de Caxias não se fez esperar por muito tempo. Abalou-se com as forças que comandava; e no dia 20 de agosto encontrou as dos rebeldes. Travou-se a peleja, que foi porfiosamente disputada por ambas as partes, mas afinal a completa derrota dos rebeldes, e o aprisionamento de todos os principais chefes da revolta, selaram a vitória dos legalistas, e a inteira pacificação da importante província de Minas. O general retirou-se para a corte; e no alto da serra encontrou um próprio, portador do decreto de 29 de agosto de 1842, pelo qual era ele promovido à graduação do posto de marechal-de-campo. A este decreto acompanhava uma confidencial do então ministro da Guerra, o falecido conselheiro José Clemente Pereira, noticiando-lhe que, apenas chegasse à corte, seguiria para a província do Rio Grande do Sul, onde a revolta já durava por espaço de sete anos.

Com efeito, chegando à corte a 22 de setembro, o general recebeu o decreto de 24, e carta imperial de 28 do mesmo mês, que o nomeavam comandante-em-chefe das forças que operavam na dita província do Rio Grande do Sul, e presidente da mesma província. As considerações que haviam sido apresentadas outrora ao regente Pedro de Araújo Lima tinham caído ao impulso do sopro da fortuna; o tenente-coronel Luís Alves de Lima e Silva de 1839 era o marechal-de-campo barão de Caxias de 1842!

Chegando o general à província do Rio Grande do Sul, e pondo-se à testa do mesmo exército, encetou as operações de guerra. Depois de dois anos e meio de assíduos trabalhos, e de repetidos recontros, os rebeldes depuseram as armas, restabeleceu-se a paz da província, e todos os rio-grandenses cordialmente se congratularam. O governo imperial, que já em 11 de setembro de 1843 havia conferido ao general, pelos seus importantes serviços do Sul, a grã-cruz da Ordem de S. Bento de Aviz, elevou-o a 25 de março de 1845 a conde de Caxias, e promoveu-o na mesma data à efetividade do posto de marechal-de-campo em remuneração dos mais serviços que ali acabava de prestar. Os rio-grandenses, gratos ao general que lhes havia restituído a paz, de que estiveram privados por espaço de perto de dez anos, incluíram-no por quase unanimidade de votos na lista tríplice para senador pela sua província; e tiveram a satisfação de ver recair nele a escolha de S. M. o Imperador, feita por carta imperial de 1º de setembro de 1845.

Releva mencionar aqui que os paulistas não se esqueceram de mostrar sua gratidão ao general que levou a paz à sua heróica província. Estando este no Rio Grande do Sul recebeu em abril de 1844, a convite da Câmara Municipal da cidade de S. Paulo, e o competente diploma para ir tomar assento na Câmara dos Deputados como representante da província em lugar do desembargador Monteiro de Barros, que havia falecido.

A província do Rio de Janeiro também deu por esse mesmo tempo ao seu ilustre filho uma demonstração de seu apreço e confiança e pelos serviços que lhe havia prestado nas crises arriscadas por que passara, conferindo-lhe votos para representá-la na Câmara dos Deputados; e efetivamente convidou-o para tomar assento nesta Câmara na vaga que deixou por falecimento o cônego Januário da Cunha Barbosa. O general não pôde anuir a estes dois convites; inibia-o a árdua comissão em que se achava empenhado. Depois de um ano de pacificada a província, e achando-se sua administração no estado normal, o general conde de Caxias solicitou do governo imperial exoneração dos cargos que ali exercia; e esta exoneração lhe foi concedida por decretos de 8 e 9 de outubro de 1846; sendo nesses decretos louvados os bons e importantes serviços que ele presta na província, promovendo e conseguindo a inteira e completa pacificação dela. Recolhido à corte o general tomou assento no Senado, e continuou no exercício de comandante das armas, lugar que sempre lhe foi conservado, por isso que

não foi efetivamente provido enquanto ele desempenhou outras comissões, e do qual só foi exonerado a 21 de setembro de 1849, a pedido seu.

As relações internacionais do Império com as repúblicas ribeirinhas do Prata trouxeram a necessidade da organização de um exército na província do Rio Grande do Sul, a fim de operar contra as forças que, ao comando do general Oribe, sitiavam Montevideú, e contra o general Rosas, governador de Buenos Aires, e chefe da Confederação Argentina.

O governo imperial resolveu fazer escolha do indigitado pela opinião pública; e por carta imperial de 15 de junho de 1851, e decreto de 16 do mesmo mês, foi o general conde de Caxias pela segunda vez nomeado presidente da província do Rio Grande do Sul, e comandante-em-chefe do exército que ali se devia organizar.

À frente de 20.000 homens das três armas o general penetrou no território da República do Uruguai; e de combinação com os generais Urquiza e Garçon, manobrou por tal maneira que o general Oribe, vendo-se, por assim dizer, cercado, depôs as armas, assinando uma capitulação com o general Urquiza. Continuando-se as operações contra o governador Rosas, o general Urquiza, com as forças de seu comando, e uma divisão de 4.000 homens do exército brasileiro, passou o Paraná, invadiu o território da Confederação, encontrou o exército de Rosas a 3 de fevereiro de 1852 sobre o Arroio Moron, caiu sobre ele, e derrotou-o, seguindo-se a essa derrota a fuga de Rosas para fora do país.

Concluída a missão que as forças aliadas tinham por objeto, o exército brasileiro regressou para o território do Império; e aí o general conde de Caxias recebeu do governo por galardão de seus serviços a promoção ao posto de tenente-general em 3 de março de 1852, e a elevação a marquês de Caxias em 26 de junho do dito ano. Chegando à corte foi exonerado dos dois cargos que exercia por decretos de 21 e 22 de julho seguinte.

Depois desta última importante comissão de guerra que o general marquês de Caxias teve de desempenhar, esteve ele três anos no simples exercício de suas funções parlamentares, como senador do Império. A alta administração do país, porém, exigiu dele mais uma prova de dedicação; e o general nunca teve uma negativa para responder a tais exigências, mesmo quando elas importavam sacrifícios. Em junho de 1855 tratava-se de reorganizar o gabinete presidido pelo finado marquês de Paraná, e o general entrou para os Conselhos da Coroa com a pasta da Guerra, por decreto de 14 do dito mês de junho. O Exército recebeu com lisonjeiro entusiasmo a ascensão de seu general ao alto cargo de seu ministro; a imprensa recebeu-a com esperanças fundadas nos precedentes, na dedicação e no patriotismo do general; e o corpo legislativo recebeu-a com não equívocas demonstrações da mais alta confiança que deve inspirar o militar, cuja espada esteve sempre pesando na balança da integridade das instituições,

da honra e da dignidade do país. O general marquês de Caxias começou sua campanha administrativa com a mesma energia, a mesma atividade e a mesma boa vontade com que desempenhara suas arriscadas tarefas de guerra. Tratou portanto de providenciar logo de conformidade com seu conhecimento prático das necessidades vitais da repartição da Guerra, de fortalecer a disciplina do Exército; de firmar princípios para melhor administração dos dinheiros recebidos e consumidos pelos conselhos econômicos dos corpos; de melhorar a sorte da oficialidade, pelo razoável e indispensável aumento de algumas das vantagens que ela percebia; de criar um centro administrativo do pessoal do Exército responsável pela unidade e regularidade de sua disciplina e instrução; e enfim deu todas essas providências que com lealdade e franqueza expôs ao Corpo Legislativo nos relatórios que lhe apresentou nas sessões de 1856 e 1857.

Nesses trabalhos veio surpreendê-lo a sentida morte do seu íntimo e dedicado amigo o marquês de Paraná, no dia 3 de setembro de 1856, e por decreto desse mesmo dia S. M. o Imperador houve por bem honrá-lo com a presidência do Conselho de Ministros, continuando na pasta da Guerra, cargos que exerceu até 4 de maio de 1857, em que solicitou e obteve exoneração deles, com todos os membros do Ministério a que presidia.

O general marquês de Caxias, além da geral simpatia que havia adquirido no Exército, recebeu do mesmo Exército durante o seu ministério, e tem recebido depois deste, mui lisonjeiras provas daquela simpatia; e cordiais manifestações de agradecimento pelo modo por que sempre pugnou pelos seus essenciais melhoramentos.

MARQUÊS DE ABRANTES



Em 1796 foi batizado na freguesia da vila, hoje cidade, de Santo Amaro, na província da Bahia, o Sr. **Miguel Calmon Du Pin e Almeida**, marquês de Abrantes.

Seus pais foram os Srs. José Gabriel Calmon de Almeida e sua mulher D. Maria Germana de Sousa Magalhães.

Mandado para a Universidade de Coimbra, ali aplicou-se e distinguiu-se muito entre seus colegas, pelo que foi premiado e com muita láurea obteve o grau de doutor em leis por aquela Universidade no ano de 1821.

Logo que se formou, o governo português quis aproveitá-lo para a magistratura e despachou-o juiz de fora de Porto de Moz em Portugal; ele porém não aceitou esse lugar e retirou-se em 1822 para o Brasil.

Ao chegar à sua província natal encontrou seus concidadãos exaltados pelos motivos que deram lugar ao grito de nossa independência; tomou partido com eles e ajudou-os no intento de obter aquele grandioso fim.

Por esse tempo achava-se sua província a braços com a luta das tropas do país com as portuguesas por causa de ter sido Inácio Luís Madeira de Melo nomeado governador das armas em substituição a Manuel Pedro de Freitas Guimarães, brigadeiro do Exército e brasileiro.

Os baianos, como era de esperar, tomaram partido por seu patrício, e o Sr. Calmon nessas conjunturas foi nomeado pela vila de Abrantes membro do conselho interino de governo instalado na vila, hoje cidade, da Cachoeira, e esteve firme naquele posto por quase um ano enquanto durou a luta do secretário do mesmo conselho.

Em todos esses movimentos tornou-se bem conhecido em sua província, onde desde logo gozou de grande influência, o que lhe valeu um lugar de seu representante na Assembléia Constituinte em que tomou assento, e da qual era primeiro-secretário no mês em que o Imperador Pedro I a dissolveu.

Nos princípios de 1824 deixou seu país para ir viajar à Europa, por onde se demorou até os fins de 1826.

Durante sua ausência seus comprovincianos não o esqueceram e quando se procedeu à votação para deputados à primeira Assembléia Geral Legislativa no ano de 1825, o nome do Sr. Calmon foi um dos que mais bem aceitos foi, obtendo por isto aquele senhor a honra de ser eleito deputado.

Em 1827 tomou assento na Câmara dos Deputados, e no fim dessa sessão foi chamado pelo imperador aos Conselhos da Coroa.

Nesse ministério em que ocupou a pasta da Fazenda, ele deu execução à lei que fundava a dívida flutuante, e organizou a Caixa de Amortização da dívida pública fundada. Foi esse o tempo calamitoso de nossa guerra com Buenos Aires, em que o governo teve de lutar com mil embarços, e não podia distrair a atenção para outro lado.

Demitindo-se em 1828 com mais quatro de seus colegas de ministério, o Sr. Calmon voltou ao seio da representação nacional, mas no fim da sessão desse mesmo ano o Imperador precisou de seus serviços e chamou-o novamente ao Ministério da Fazenda. Nessa pasta serviu até 1829, em que foi dela transferido para o Ministério dos Negócios Estrangeiros, no qual permaneceu até 1830, quando pediu e obteve sua demissão.

O Sr. D. Pedro I não quis que seus serviços pela Independência e pelo Império fossem olvidados, e como remuneração deles condecorou-o com a dignitária da

Ordem Imperial do Cruzeiro, e com a grã-dignitária da Ordem da Rosa no mesmo dia em que esta ordem foi criada.

A importante figura que fez na Câmara dos Deputados, em que logo se distinguiu como um de seus mais belos talentos oratórios, não podia jamais ser esquecida por seus comprovincianos, tão apreciadores e aproveitadores dos homens distintos; nas eleições pois a que se procedeu para deputados à segunda legislatura foi o Sr. Calmon reeleito pela Bahia.

Nos primeiros anos dessa legislatura, em princípios de 1831, partiu ele para a Europa com o fim de viajar. Achava-se portanto longe de sua pátria quando o povo amotinado levou o primeiro imperador a abdicar em seu filho o trono que os brasileiros lhe tinham dado. Esta importantíssima notícia foi surpreender bem longe do Brasil ao Sr. Calmon, que, sabendo ao mesmo tempo de todos os movimentos que agitavam seu país depois da abdicação, regressou da Europa e veio tomar assento na Câmara dos Deputados nas sessões de 1832 e 1833, em que muito apareceram seus dotes oratórios, ainda hoje mui justamente reconhecidos e respeitados.

Não foi reeleito para a terceira legislatura, por isto encerrou-se na Bahia durante os anos de 1834, 1835 e 1836; mas por esse tempo não esteve ocioso, antes buscou quanto pôde ser útil a seu país aconselhando a criação das Sociedades de Agricultura e de Colonização, que foram com efeito fundadas, e que o elegeram seu presidente.

A organização dessas sociedades não era nem podia ser naqueles tempos um fato de grande significação que chamasse a atenção do país; hoje, porém, que as cousas estão tão mudadas, é que se pode apreciar todo o seu valor, e votar sinceros agradecimentos aos autores daquela idéia tão útil quanto vantajosa.

O governo da Regência não quis deixar esquecido o Sr. Calmon; precisando de um presidente para a província da Bahia lançou mão dele, nomeando-o para aquele lugar em 1835.

O Sr. Calmon porém não quis aceitar a honra de presidir sua província natal, pelo que o mesmo governo despachou-o em 1836 ministro plenipotenciário do Brasil junto à corte de Viena da Áustria, lugar que ele ainda recusou aceitar.

Nesse ano houve no Senado uma vaga pela província da Bahia; o Sr. Calmon apresentou-se candidato a ela e obteve entrar na lista tríplice; o governo porém escolheu a outro para preencher o dito lugar.

Em 1837 tomou assento na câmara temporária em qualidade de deputado suplente, e nesse posto concorreu com seus colegas para a resolução que tomou o Regente Feijó de resignar o poder que lhe fora confiado, e que de fato

passou às mãos do ministro do Império, Pedro de Araújo Lima, depois confirmado naquele alto lugar.

Por ocasião desta alteração política o Sr. Calmon deixou o retiro em que tinha vivido desde 1834, e veio pela vontade do novo regente interino ocupar um lugar no ministério de 19 de setembro daquele mesmo ano.

Nesse ministério ocupou a pasta da Fazenda e teve juntamente com seus colegas de ver-se em sérios embaraços, porque a revolução do Rio Grande do Sul continuava sempre terrível menos por força que lhe fosse própria, do que pela que se lhe emprestava da corte, enfraquecendo-se as armas da legalidade com ordens e disposições inqualificáveis.

Nem foi este o único embaraço oposto à marcha do ministério de 19 de setembro; na Bahia rebentou a 7 de novembro daquele mesmo ano a revolta que proclamou independente o Estado da Bahia até à maioria do Sr. D. Pedro II, e no Maranhão rebentou a guerra dos balaios, tão terrível pelos atos de atrocidade que cometiam aquelas tropas desenfreadas.

Apesar de tudo isto o governo foi continuando e trabalhando quanto era possível não só por desafogar o país dos horrores da guerra, como por avançar alguma coisa em sua administração.

O ministro da Fazenda por sua parte não esteve descansado durante esse tempo calamitoso; foi em sua administração que se encetou e regulou a emissão dos bilhetes do Tesouro.

Durante esse seu ministério vagou pelo Rio de Janeiro uma cadeira no Senado; ainda se propôs a ela e entrou na lista tríplice, mas pela segunda vez foi deixado de parte, sendo outro o escolhido.

Em 1839 deixou o ministério que ocupara desde 1837 e retirou-se para a Bahia donde em 1840 propôs-se candidato a uma vaga do Senado pela província do Ceará.

Desta vez foi mais feliz. O Ceará, que nunca o tinha visto, nem recebido dele o menor benefício, incluiu-o na lista tríplice para seu senador, e o Regente, querendo dar àquela província um representante capaz de fazer-lhe todo o bem e advogar com toda a vantagem os seus palpitantes interesses, escolheu-o para aquele lugar, donde se grandes bens não tem feito à província que representa é porque não tem absolutamente podido, em vista das péssimas condições naturais daquela parte do Brasil, que não podem de modo algum ser reparadas, nem mesmo melhoradas.

Poucos dias depois da aclamação do Sr. D. Pedro II tomou o Sr. Calmon assento no Senado brasileiro, sendo por este tempo convidado por aquele agosto

senhor para fazer parte do Ministério que então se organizou, e no qual não entrou por ter S. M. I. aceitado a escusa que solicitara.

Nesse mesmo ano casou no Rio de Janeiro com a Sr^a D. Maria Carolina da Piedade Bahia, filha do Sr. Comendador Manuel Lopes Pereira Bahia, hoje barão de Meriti.

Logo que foi dissolvido o Ministério da Maioridade, e teve-se de organizar outro, S. M. convidou novamente ao Sr. Calmon para fazer parte deste, convite que ele aceitou, encarregando-se ainda da pasta da Fazenda.

Durava ainda por esse ano a revolução do Rio Grande do Sul, e para mais complicação rebentou em Minas e S. Paulo a revolta que, embora sopitada logo em seu começo, não pouco custou contudo ao Ministério, que teve de exercer sobre os seus chefes mais influentes perseguições desculpáveis pelas circunstâncias em que uns e outros se achavam colocados.

Em 1843 retirou-se o Sr. Calmon do Ministério, e no mesmo ano foi nomeado conselheiro de estado ordinário.

Em 1844 foi encarregado pelo governo imperial de uma missão especial a Berlim, cujo fim era negociar um tratado de comércio com o Zollwerein, e conquanto essa missão não tivesse o desejado efeito, não perdeu o nosso encarregado o seu tempo, tendo obtido por meios indiretos que o Parlamento inglês revogasse a cláusula que havia proibido o consumo do açúcar produzido por trabalho escravo; cláusula que, como é fácil reconhecer, prejudicava muito profundamente aquele importante ramo do nosso comércio.

Regressando ao Brasil em 1847 tem o Sr. Calmon continuado a servir ao país e ao monarca no Senado e no Conselho de Estado, e a prestar outros serviços de não pequena utilidade pública, como presidente da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e da Mesa do Recolhimento de Santa Teresa para asilo da infância desvalida; comissário do governo no Instituto dos Meninos Cegos; presidente da Comissão Promotora do Instituto dos Surdos-Mudos; provedor da Santa Casa da Misericórdia e presidente da Imperial Academia de Música Nacional.

Por graça imperial foi nomeado em 1849 visconde de Abrantes, com grandeza, e em 1854 marquês do mesmo título.

CONDE DE IRAJÁ



Vamos dizer duas palavras sobre uma vida calma e feliz; sobre um dos mais ilustres varões que têm visto a luz da existência no abençoado Império do Brasil.

O Sr. D. **Manuel do Monte Rodrigues de Araújo** é um dos brasileiros que mais estima, respeito e veneração tem sabido granjear de seus patrícios e de todos que o têm conhecido; seu nome é um título de consideração a que se curvam os grandes e os pequenos, os sábios e os ignorantes; porque aos primeiros fascina com o brilho de seu imenso saber e profunda ciência, e aos segundos atrai com os tesouros da mais bela das virtudes, a caridade, que enche seu nobre coração, sempre disposto a fazer o bem e a lançar o bálsamo da consolação sobre as chagas que acabrunham e dilaceram o espírito de seus irmãos infelizes.

O Brasil deve ufanar-se de possuir em seu seio um homem em quem se reúnem e dão as mãos, para bem da humanidade e do sofrimento, uma ciência e erudição não vulgares e uma virtude angélica tão rara em nosso século, tão rara em nosso país, e muito mais rara ainda em nosso clero desconceituado, e diremos mesmo desmoralizado.

Nós que o não conhecemos de perto, mas que o conhecemos bastante pelas provas públicas que tem dado de sua ciência e de seu saber, e pela voz eloquente de milhares de infelizes que nunca o encontraram surdo a seus sofrimentos; nós que nunca recebemos dele favor, ou obséquio, sentimo-nos orgulhosos de termos de lançar neste pequeno artigo as primeiras pedras de sua importantíssima biografia; e quando, estudando atentamente as páginas de sua vida voltada ao estudo e à beneficência, soubemos que esse brasileiro ilustre nunca deixou seu país natal, e nele se fez tão grande quanto é, cresceu muito mais de grau o nosso orgulho; porque é uma prova viva de que no Brasil, com os recursos que se tem nesta nação tão jovem, tão criança, já se pode um homem tornar célebre, pelas letras e célebre pela religião.

Os grandes homens dão nome e honram aos lugares em que nascem, e entre nós, que há míngua e falta deles, maior motivo tem para se ensoberbecer de ter servido de berço a esse de quem ora nos ocupamos a muito ilustre e já muito conhecida província de Pernambuco. Foi ali com efeito que nasceu em 1798 o Sr. D. Manuel de Monte, filho legítimo do negociante João Rodrigues de Araújo e de D. Catarina Ferreira de Araújo.

Desde que chegou à idade de poder aplicar-se aos primeiros estudos, seus pais não pouparam coisa alguma capaz de tornar a mais completa possível sua educação literária. Como é muito geral e muito comum entre nós, e principalmente na parte norte do Império, os desejos mais ardentes daquele casal foram que seu filho seguisse a vida sacerdotal; e por isso o confiaram aos cuidados dos padres da Congregação do Oratório, logo que fez no Recife os seus primeiros estudos.

Com esses padres estudou o Sr. Manuel do Monte filosofia, racional e moral, e estudou matemáticos com os religiosos carmelitas.

Continuava o Sr. Monte os seus estudos na cidade do Recife, quando no ano de 1817 rebentou naquela cidade a célebre revolução que arvorou os estandartes da República do Equador, e que tão belas existências crestou sem nenhum proveito resultar daí para o país. Em vista deste acidente inesperado o Sr. Monte deixou aquela cidade, foco principal das desordens que se seguiram à revolução, e passou à cidade de Olinda em companhia de seu irmão mais velho, que tanto como ele pretendia dedicar-se à carreira eclesiástica.

Em Olinda foram os dois irmãos para o seminário episcopal daquela cidade com o fim de se prepararem para satisfazer os desejos de seus pais, e talvez a suas próprias inclinações. Ali o Sr. Monte repetiu alguns estudos que havia feito no Recife e entrou logo no curso de teologia do seminário, onde, por sua inteligência, aplicação ao estudo e boa conduta, teve logo muita aceitação e gozou de grande estima entre os lentes, de modo que apenas concluiu o último ano de teologia, foi encarregado de reger a cadeira de teologia moral, durante a ausência do lente proprietário que se achava com licença.

No seguinte ano chegou o Sr. Monte ao fim desejado de seus trabalhos escolares, e deu à sua mãe o prazer de satisfazer a sua vontade, realizando sua ordenação de presbítero. A ordenação não pôde ter lugar em Olinda, porque naquele tempo achava-se vaga a diocese de Pernambuco; em vista disto veio o Sr. Monte ao Rio de Janeiro e recebeu a unção sacerdotal das mãos do digno prelado que então era bispo desta diocese, o Exm^o Sr. D. José Caetano da Silva Coutinho.

Este fato teve lugar a 17 de fevereiro de 1822, e logo que o Sr. Monte recebeu unção sacerdotal, partiu para sua província, onde obteve em propriedade a cadeira de teologia moral, que já interinamente havia regido, em cujo concurso mostrou que havia de ser um dia um dos mais brilhantes talentos do nosso clero.

O novo padre e novo lente dividiu sua existência no desempenho dos deveres que aqueles dois cargos lhe impunham e assim se conservou até que um acontecimento inesperado veio modificar seu teor da vida; a província que o viu nascer e desenvolver em seu seio sua poderosa inteligência quis mostrar-lhe que Pernambuco sabe animar e acoroçoar os esforços de seus filhos, tanto quanto galardoar seu merecimento, elegendo-o seu representante à Assembléia Geral Legislativa. Por esse motivo deixou o Sr. Monte sua província e veio em 1837 para o Rio de Janeiro onde se fez logo muito conhecido e notado como clérigo instruído e virtuoso; o que levou o Regente, em nome do Imperador, a escolhê-lo de preferência a qualquer outro para ocupar a cadeira episcopal da diocese do Rio de Janeiro, vaga por morte de seu bispo.

Esta escolha tão lisonjeira para o Sr. Monte, quanto feliz para os diocesanos do Rio de Janeiro, foi feita por decreto de 10 de fevereiro de 1839, e confirmada pelo Sr. Pontífice Gregório XVI, por bula de 23 de dezembro do mesmo ano.

Logo que terminou a legislatura a que pertencera por eleição de Pernambuco, e que se procedeu à eleição para a seguinte, o Rio de Janeiro apressou-se em escolhê-lo para seu deputado, e conquanto nunca mais o reelegesse por não ser ele homem que servisse para as lutas políticas, não deixou contudo esta província de mostrar-lhe sempre todo o acatamento e respeito que é devido a suas eminentes qualidades.

O bispo do Rio de Janeiro não confia a pessoa alguma os negócios de sua diocese; por si mesmo faz tudo, e tudo quer ver e decidir segundo seu modo de pensar; é para lastimar que um homem tão distinto e tão bem intencionado não seja dotado de um pouco de energia com que pudesse fazer frente e destruir esses concertos de vícios e imoralidades que por todo o país lavram sobre o clero, mas que sem dúvida em nenhuma parte com tanta força como no Rio de Janeiro.

Um bispo deve ter um coração bom, caridoso e sempre disposto a desculpar e a perdoar, como o tem o Sr. D. Manuel; mas um bispo para ser completo deve ter também muita energia e severidade, para não permitir que o rebanho que foi confiado, e principalmente que os pastores que dirigem esse rebanho e que estão debaixo de suas ordens, se desmandem da senda do dever e animem com seus exemplos e inclinação tão pronunciada do século para a incredulidade, e mesmo para a impiedade.

Esta última qualidade feita completamente ao bispo do Rio de Janeiro não é culpadele; dotado de um coração eminentemente cristão, ele não sabe ter palavras ásperas para ninguém; quer corrigir com seus exemplos de virtude e com seus sábios conselhos, e esse é todo o seu erro; porque os homens que não são naturalmente bons, uma vez desviados do bom caminho, não voltam a ele senão pelo receio do castigo, e conquanto este móvel não possa fazer bons clérigos, fará contudo que eles não dêem escândalos públicos que partindo dos guardas da religião lhe tiram todo o prestígio aos olhos das massas, que a vêem senão nos atos de seus ministros sagrados pela Igreja.

S. M. o Imperador tem estendido sobre o Sr. Bispo do Rio de Janeiro sua magnificência nomeando-o capelão-mor de sua augusta pessoa e família, dando-lhe o título de Conde de Irajá e condecorando-o com diversas ordens nacionais.

O SS. Padre Pio IX nomeou-o seu prelado doméstico e assistente do sólio pontifício.

S. Ex^a Revma., além de todos os bens que tem feito à sua diocese, prestou a todo o país um grande valor publicando, em graça do clero brasileiro e no empenho de ampliar sua ilustração, diversas obras, como são o muito afamado Compêndio de Teologia Moral, e os Elementos do Direito Canônico.

BERNARDO DE SOUSA FRANCO



Bernardo de Sousa Franco, filho legítimo do negociante matriculado da província do Pará, Manuel João Franco, e de sua mulher D. Catarina de Sousa Franco, nasceu na capital da mesma província em 28 de junho de 1805.

Frequentando as aulas de preparatórios, quando sob a sábia direção do atual arcebispo da Bahia cursava a de Lógica, foi em 27 de maio de 1823 pronunciado e preso, por se ter envolvido na luta da independência da província, e remetido para Portugal a bordo da galera Andorinha do Tejo, com 257 outros independentes, parte dos quais faleceu na viagem à fome, sede e outras privações. Os que escaparam, tendo sido recolhidos à fortaleza de S. Julião, foram daí soltos poucos dias depois da sua chegada, e o jovem paraense voltou à sua pátria em fevereiro de 1824.

Deu-se então ao comércio; mas bem depressa a sua vocação pelas letras o fez deixar essa carreira, para continuar a cultivar o talento de que era dotado na

Academia de Olinda, onde se matriculou no ano de 1831, e tomou em 1835 o grau de bacharel em Direito, tendo durante todo o curso distinguido-se já nas aulas, obtendo o primeiro prêmio exclusivo no primeiro ano e nos seguintes, já na imprensa, redigindo com suma habilidade alguns jornais, como a Voz do Beberibe e Diário de Pernambuco.

Voltando ao Pará em março de 1836, assistiu ainda em parte à luta contra os rebeldes que assolaram a província, e serviu de procurador fiscal da tesouraria desde junho de 1836 até 16 de agosto, em que foi nomeado juiz do cível da capital.

Neste intervalo foi nomeado presidente da província do Pará, em substituição do general Andréia; e, embora jovem e sem prestígio, tendo tomado posse no dia 8 de abril de 1839, pôde manter a ordem ameaçada e acabar de subjugar a rebelião que, durante sua curta, mas vigorosa administração deu os últimos arrancos nos campos de Ecuipiranga e Monte Alegre, e no rio Acará, sendo desde então que se pôde dizer pacificada a província; e deixou as rédeas da administração em fevereiro de 1840, reassumindo-as de novo como vice-presidente em fevereiro de 1841, pelo falecimento do vice-almirante Tristão Pio dos Santos, para as tornar a deixar em abril de 1842. As muitas obras que então aí se começaram, e a regularidade e economia na arrecadação e dispêndio das rendas públicas, são o testemunho da boa administração, que lhe granjeou na província a imensa popularidade de que ainda goza.

Querendo o governo dar-lhe um testemunho do alto apreço em que tinha os seus serviços, por ocasião da coroação de S. M. o Imperador nomeou-o comendador da Ordem de Cristo.

Depois desta época, entregue todo aos trabalhos da magistratura e parlamentares, apenas teve a interrupção da curta presidência da província das Alagoas, de junho a dezembro de 1844, em que atacado na capital por forças superiores, ao mando do chefe das matas Vicente Ferreira de Paula, puderam os revoltosos forçá-lo a retirar-se para bordo de um navio de guerra; não conseguindo porém arrancar-lhe nenhuma das concessões que exigiam à ponta dos bacamartes e dos punhais dos sicários das matas de Jacuípe.

Já desde 1842 o conselheiro Sousa Franco, que andara aliado aos moderados de 1831 a 1837, e aos reorganizadores de 1838 em diante, tinha-se recolhido de novo às fileiras do partido progressista, no propósito de opor barreira aos excessos do partido conservador; e foi nestas fileiras que o país o viu distinguir-se nas sessões de 1844, de 1848, e principalmente na de 1850, quando em unidade na câmara sustentou a discussão contra todos os membros, tomando a palavra todos os dias, e mais de uma vez por dia, e em todas as questões.

Os estudos de parlamentar o haviam lançado de preferência nas questões financeiras e comerciais; das quais se alguma vez saiu para com distinção e brilho tratar de questões importantíssimas, como a da maioria e da lei das terras, em que fez notáveis discursos, era para voltar de novo aos seus estudos favoritos — os financeiros.

Chamado aos conselhos da Coroa em 31 de maio de 1848, fazendo parte do Ministério Paula e Sousa, ocupou por quatro meses, até 29 de setembro, a pasta dos Negócios Estrangeiros, e interinamente por todo o mesmo mês de setembro a da Fazenda.

Durante a sessão das câmaras nesse ano, que foi tempestuosa e difícil, o conselheiro Sousa Franco sustentou na primeira linha os atos do Ministério de que fazia parte, e firmou a reputação de estadista e de parlamentar distinto que depois em 1850 lhe mereceu a glória de ser um dos principais chefes do partido progressista, e hoje do conciliador.

Foi em 1853 que pela primeira vez, depois de 16 anos de vida parlamentar e de eleições sucessivas, contra os esforços até das autoridades, que por vezes, como em 1840, 1842 e 1849, lhe foram infensas na província, repellido da câmara temporária, para a qual fora o único eleito do partido progressista, liberal ou luzia, teve de retirar-se à vida privada. Aí mesmo porém o acompanhou a popularidade de que gozava, e que se aumentara com a injusta rejeição de sua eleição, e o novo advogado teve o patrocínio das principais demandas do foro do Rio de Janeiro, e por clientes a maioria do corpo do comércio desta importante praça da América meridional.

Não tinha porém de durar muito a sua retirada da vida política; e dois anos depois, em 1855, reapareceu na câmara temporária como deputado, por falecimento do que o era, e foi dos primeiros a apoiar com sua voz poderosa os princípios da moderação e concórdia proclamados pelo gabinete de que era chefe o marquês de Paraná, pugnando contudo para que eles se tornassem reais e efetivos, passando a administração do primeiro período, o da confusão dos partidos e amortecimento das paixões, para o do progresso e reformas exigidas pelo país.

Havia no ano antecedente falecido o senador pelo Pará, conselheiro de estado José Clemente Pereira; e os paraenses, dando mais uma prova do apreço em que tinham o seu ilustrado patrício, o apresentaram em primeiro lugar na lista tríplice, da qual o escolheu a Coroa no dia 5 de junho de 1855, que fora o mesmo da chegada do vapor do Norte em que veio essa lista. A Coroa manifestou por mais este ato de justiça e apreço que faz do estadista paraense, e quanto conta com os seus serviços em prol do Império, e firme dedicação à sagrada pessoa do Monarca.

No Senado continuou o conselheiro Sousa Franco a abundar em provas de que os seus princípios de conciliação eram sinceros; e os seus discursos, ainda os de oposição, revelavam a moderação que é própria de um senador, e a convicção de que só o respeito recíproco às opiniões e pessoas pode dar em resultado o amortecimento das paixões políticas, e a regularidade da administração no sentido dos interesses gerais da nação, como é indispensável para a prosperidade e grandeza do império.

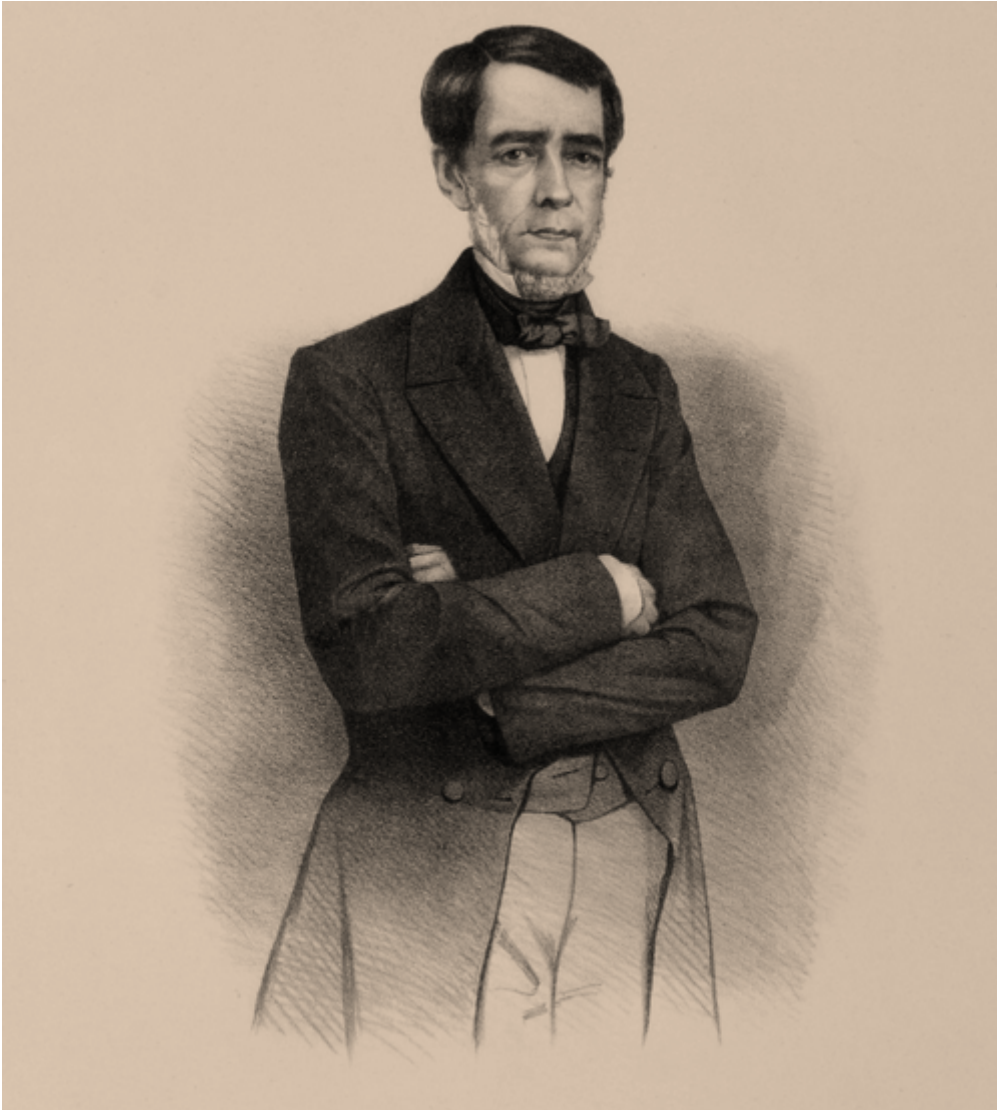
Foi nesta posição que, chamado de novo aos Conselhos da Coroa no dia 4 de maio de 1857, aliou-se com o Sr. Jerônimo Francisco Coelho ao respeitável ancião o sr. marquês de Olinda, e mais colegas, o sr. visconde de Maranguape, Pereira de Vasconcelos e Saraiva, para dirigirem os negócios públicos segundo os patrióticos desejos da Coroa, de ver reunidos em uma família os brasileiros todos, e somente preferidos a capacidade e os serviços, sem atenção às opiniões políticas anteriores.

O que o ministro da Fazenda, por sua parte, tem feito neste propósito está patente a todos; e todos os homens de boa-fé confessam que nunca deixou de consultar nos seus atos os verdadeiros interesses do país, e servido o monarca com uma lealdade e dedicação digna de ser apreciada.

Esses atos estão por tal sorte recentes na memória de todos, que não é preciso recordá-los. Progressista em finanças, o conselheiro Sousa Franco tem sabido adotar as vantagens do progresso sem os perigos das bruscas inovações; o crédito, desenvolvido por meio da criação dos estabelecimentos bancários, o foi contudo com tão grave madureza, que a crise financeira que sobreveio no mundo comercial não encontrou o Império envolvido nessas excessivas especulações, que têm sido uma das principais causas dos desastres de muitas outras praças comerciais.

Sobre os serviços que o ministério atual, pelo seu ministro da Fazenda, o Conselheiro Sousa Franco, tem feito ao país e ao monarca durante a crise financeira por que vamos passando, já preparando em Londres, com grande antecedência, os fundos necessários para as despesas exteriores, ordinárias e extraordinárias, e já dando a mão ao Banco do Brasil, e o dirigindo nas medidas que deve tomar para salvar a praça do Rio de Janeiro, e com ela as mais do Império, das calamidades porque passaram as dos Estados Unidos, Hamburgo, e até certo ponto a da soberba e riquíssima Londres; sobre tão avultados serviços, dizemos nós, deixamos que falem os fatos, os comparativamente suportáveis embaraços da praça, e a confiança que renasce entre os comerciantes.

CÂNDIDO BATISTA DE OLIVEIRA



Nasceu **Cândido Batista de Oliveira**, na cidade de Porto Alegre, província de S. Pedro, aos 15 de fevereiro de 1801; sendo seus pais Francisco Batista Anjo, natural de Portugal, e D. Francisca Cândida de Oliveira, nascida na mesma província acima referida.

Destinado por seu pai à vida eclesiástica, foi mandado para o seminário de S. José desta corte, no ano de 1817; e reconhecido ele que a sua vocação o não chamava para o sacerdócio, partiu daí para Coimbra, no ano de 1820, onde seguiu os estudos que fazem objeto das faculdades de matemática, e de filosofia, tomando o grau de bacharel formado na primeira no ano de 1824.

Havendo concluído os seus trabalhos acadêmicos, retirou-se de Coimbra para Lisboa, onde lhe dera honrosa hospedagem o seu dedicado amigo marquês de Alegrete, Luís Teles da Silva. Aí se demorou por alguns meses, até que lhe

chegaram do Rio de Janeiro as ordens precisas para ir à França, com o intuito de aperfeiçoar-se nos conhecimentos que adquirira na Universidade de Coimbra.

Saindo de Lisboa, chegou a Paris no mês de abril de 1825, onde permaneceu cerca de dois anos, empregados em visitar todos os estabelecimentos de instrução pública, frequentando com especialidade os casos da escola politécnica (obtida para esse fim a necessária permissão do governo francês), na qual era professor de astronomia o distinto sábio Arago, que o honrou com a sua amizade.

Não lhe sendo possível visitar nessa ocasião a Inglaterra e a Alemanha, como desejava, regressou ao Rio de Janeiro no começo do ano de 1827; e foi imediatamente nomeado lente substituto da Academia Militar (sendo ministro da Guerra o finado marquês de Lajes), passando pouco tempo depois a ser proprietário da cadeira de mecânica racional.

Do ano de 1830 em diante foi o lente de mecânica da Academia Militar distraído das funções do magistério em diversas ocasiões, sendo chamado a prestar serviços em comissões importantes: tomando nesse ano assento na Câmara dos Deputados, como representante da província de S. Pedro, que o havia honrado com a eleição de deputado para a segunda legislatura.

No ano de 1831, depois de encerrada a tormentosa sessão legislativa, na presença das ocorrências extraordinárias que perturbaram profundamente o estado político do país, retirando-se da corte o Deputado Batista de Oliveira, com o intuito de ir restabelecer a sua saúde, consideravelmente arruinada, na província de S. Pedro, foi daí chamado pouco tempo depois, pelo governo da primeira regência, na menoridade de Sua Majestade o Senhor D. Pedro II, para ocupar o novo e importante emprego de inspetor-geral do Tesouro Nacional. (Criado pela lei que nessa época reformara esse estabelecimento e suas dependências, sendo ministro da Fazenda o finado Senador Bernardo Pereira de Vasconcelos, então membro da câmara temporária.)

Entre os melhoramentos úteis que fizera adotar nas repartições fiscais, cumpre notar a criação do serviço especial da esterometria, desconhecida até então nas nossas alfândegas; uma nova fórmula de arqueação dos navios mercantes para regular o pagamento do imposto de ancoragem; e a sistematização dos pesos e medidas nacionais, tendo por colaborador neste trabalho o finado visconde de Jerumirim, então inspetor-geral da caixa da amortização.

Na sessão de 1831, ocupando-se a Câmara dos Deputados de providenciar acerca da introdução da moeda falsa de cobre na circulação monetária do Brasil, a qual havia já tomado proporções ameaçadoras, sugeriu o Deputado Batista de Oliveira a idéia de permitir-se aos possuidores dessa moeda que a depositassem nas estações públicas designadas

pelo governo, onde recebessem conhecimentos dos respectivos depósitos, os quais fossem provisoriamente recebidos como moeda corrente nos pagamentos legais, e pudessem transferir-se por meio de endosso; devendo por outra parte ser essa disposição acompanhada da fixação do máximo pagamento legal, em moeda de cobre, na quantia de mil-réis.

Esta medida simples e prática, não obstante ter sido menos convenientemente modificada pela câmara, na parte relativa ao recolhimento da moeda de cobre, pôs termo a esse mal que flagelava o país.

Foi ainda nessa sessão que o mesmo deputado, fazendo parte da comissão denominada de meio circulante de acordo com os seus dois colegas, propôs a medida da fixação do novo padrão monetário, na razão de dois mil e quinhentos réis a oitava de ouro de 22 quilates, para servir de regulador na circulação monetária do país, e facilitar nessa parte a criação de um banco, que, além de outras incumbências, tivesse especialmente a seu cargo uniformizar o meio circulante em todo o império.

Causas que não cabe aqui apreciar devidamente fizeram que deixassem a administração da Fazenda no ano de 1834, tanto o inspetor-geral do Tesouro, como o digno ministro, com quem servira aquele, na mais perfeita harmonia e recíproca confiança.

Encerrada a sessão legislativa do ano seguinte, em cujos trabalhos tomou parte o conselheiro Cândido Batista de Oliveira, ainda como deputado pela província de S. Pedro, quando se dispunha a retirar-se para esta província com a sua família, chegou ao Rio de Janeiro a infausta notícia de haver ali rebentado no dia 20 de setembro desse ano (1835), a deplorável revolução, que durante cerca de 10 anos flagelara essa interessante parte do império; e não obstante as antigas relações pessoais que o ligavam ao coronel Bento Gonçalves da Silva, chefe dessa revolução, não hesitou ele em aceitar de bom grado a nomeação de ministro residente junto à corte da Sardenha, devida à intervenção de prestimosos amigos, com o fim de o tirarem da grave situação em que se achava, na presença de uma administração que lhe era desafeta.

Chegando a Turim no mês de junho de 1836 em companhia de sua família, recebeu logo no seguinte mês de agosto exoneração do seu posto de ministro residente; retirando-se daí para Paris, onde permaneceu até meado do ano de 1837.

Regressando ao Rio de Janeiro na ocasião em que o Regente Feijó, renunciando ao poder, confiou o supremo governo do império, na forma da Constituição, ao Exm^o Sr. Conselheiro Pedro de Araújo Lima, atualmente marquês de Olinda, foi o ex-ministro residente da Sardenha novamente chamado para ocupar o seu antigo posto de inspetor-geral do Tesouro Nacional.

E em abril de 1839 o digno regente, em nome de Sua Majestade o Imperador, honrou com a sua confiança o inspetor do Tesouro, chamando-o a fazer parte do Ministério, que então se organizara em circunstâncias difíceis, substituir o ministério, denominado de 19 de setembro, encarregando-se ele ao mesmo tempo das pastas dos Negócios Estrangeiros e da Fazenda.

A situação dos negócios públicos em que estreara a direção de duas repartições administrativas, sob a pressão de graves dificuldades, nascidas de embaraços domésticos e internacionais, não era por certo azada para que o novo ministro pudesse realizar nelas todo o seu pensamento em matéria de administração: e apenas pôde ele, no curto prazo do seu ministério, atender às mais urgentes necessidades do serviço.

Na repartição dos negócios estrangeiros teve a boa fortuna de restabelecer pelos seus atos a boa inteligência entre o governo imperial e o da Grã-Bretanha, a qual havia sido profundamente abalada em consequência das questões sempre desagradáveis sobre o tráfico dos africanos; e, como que lendo no livro do futuro, provocou ele nessa quadra a celebração de novas convenções sobre este objeto, por meio de um memorando dirigido ao governo britânico. E posto que esse passo do previdente ministro brasileiro fosse então recebido com demonstrações de não equívoco desfavor da parte da opinião então dominante, foi ele depois plenamente justificado pelas sérias ocorrências que induziram o governo imperial a tomar esse objeto na devida consideração.

Pelo que respeita à repartição da Fazenda, não se descuidou o mesmo ministro de dar provas das suas habilitações profissionais nessa parte. Porquanto, a par de outras medidas de importância secundária, tomou ele a deliberação assisada de restituir à circulação o produto das consignações mensais em dinheiro, feitas pela alfândega desta capital à caixa da amortização, pondo assim em harmonia o espírito da lei com os princípios da ciência econômica, e com os interesses da praça e do mesmo Tesouro; medida essa cuja conveniência tem sido reconhecida por todos os seus sucessores.

Achando-se autorizado por lei para aumentar a renda do estado, pela elevação dos direitos de importação nos artigos que a pudessem suportar, criou o imposto adicional sobre as bebidas espirituosas, elevando a cinquenta por cento os direitos respectivos, cujo produto constitui presentemente uma verba importante da renda pública.

Não obstante a inteira confiança com que o honrava o regente do Império, o ministro dos Negócios Estrangeiros e da Fazenda tendo ponderosos motivos para deixar a administração antes de encerrada a sessão legislativa nesse ano, aceitou a missão diplomática de S. Petersburgo, no caráter de enviado, onde permaneceu no exercício desse posto até o ano de 1843, em que fora mudado, no mesmo caráter, para a corte de Viena.

Em ambas essas cortes recebeu o enviado brasileiro distintas provas de consideração da parte dos respectivos governos; e teve a fortuna de granjear a estima dos dois preeminentes estadistas da França: o conde de Nesselrode, e o príncipe de Metternich.

Subindo ao poder o Ministério de 1844, julgou este conveniente chamar a esta corte o enviado de Viena, substituindo-o ali outro agente diplomático de inferior categoria.

Chegado ao Rio de Janeiro, dedicou-se o ex-enviado de Viena ao exercício do magistério na sua cadeira da Academia Militar, até completar o tempo para a sua jubilação, que obteve em princípio do ano de 1847.

Em maio desse mesmo ano foi ele chamado para fazer parte do Ministério que se organizou nessa época, e no qual teve lugar a criação da presidência do conselho conferida por Sua Majestade o Imperador ao conselheiro Manuel Alves Branco, ministro da Fazenda (depois visconde de Caravelas).

Na repartição dos negócios da marinha fez o conselheiro Batista de Oliveira, na curta duração do seu ministério, alguns serviços notáveis, que lhe granjearam a consideração e a estima da distinta corporação da armada. Entre outros cumpre assinalar a substituição da antiga brigada de marinha por um corpo militar de infantaria, com a denominação de fuzileiros-navais, destinado especialmente para fazer a guarda dos estabelecimentos navais, e a polícia a bordo dos navios armados; passando o serviço da artilharia a ser incumbido exclusivamente ao corpo de imperiais marinheiros e à marinhagem auxiliar.

Retirando-se do Ministério, com os seus colegas, em março de 1848, foi o mesmo conselheiro encarregado pelo governo imperial de fazer o reconhecimento topográfico da fronteira meridional do império; trabalho este que executou no decurso do ano de 1849, dando dele conta ao governo imperial, na ocasião em que regressou da província de S. Pedro, a fim de tomar assento no Senado, na sessão legislativa de 1850, como representante da província do Ceará, honrado com escolha imperial dentre os seis nomes apresentados na lista eleitoral dessa província.

Além das funções de senador do Império, ocupa atualmente o conselheiro Batista de Oliveira o lugar de diretor do Jardim Botânico da Lagoa de Rodrigo de Freitas, para que fora nomeado no ano de 1851.

Pelo que respeita a distinções honoríficas, teve o Senador Batista de Oliveira o título de conselheiro no ano de 1832, que a lei anexara ao exercício das funções de inspetor-geral do Tesouro Nacional. Foi depois agraciado em diversas ocasiões com as comendas da Ordem de Cristo, e da Rosa; havendo sido honrado pelo Imperador Nicolau com a grã-cruz da Ordem de Santo Estanislau,

na ocasião em que se retirara de S. Petersburgo. E ultimamente fez-lhe Sua Majestade o Imperador a graça de o nomear veador de Sua Majestade a Imperatriz.

Há dele algumas produções publicadas nesta capital sobre objetos literários e científicos, com especialidade acerca de alguns pontos importantes da astronomia em que apresentara resultados novos, e de elevado interesse para a ciência, no entender de homens competentes. Fez imprimir, além disso, em S. Petersburgo um opúsculo, com o título de Sistema Financeiro do Brasil, o qual, no conceito de pessoas entendidas, é um livro útil.

É também o Senador Batista de Oliveira 1º vice-presidente do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, membro da Palestra Científica desta capital, e de outras sociedades literárias e científicas da Europa e da América.

MARQUÊS DE VALENÇA



Estevão Ribeiro de Resende, filho legítimo do coronel Severino Ribeiro, de distinta família de Lisboa, e de D. Josefa Maria de Resende, de abastada e importante família de Minas Gerais, nasceu no arraial dos Prados, Comarca do Rio da Morte, província de Minas, em 20 de julho de 1777.

Educado desde seus primeiros anos com todo o esmero e cuidado que só em ter por seus filhos os pais que, como os seus, prezam mais que tudo a honra e a virtude, nunca se mostrou indigno do nome que recebeu de sua família, e pelo contrário mereceu sempre, por suas boas qualidades e morigeração, a estima de todas as pessoas que o conheceram apenas entrado no mundo, mas já pensando com um critério pouco comum em sua idade sobre as coisas da vida.

Tendo mostrado muita viveza para os estudos primários, aproveitou suas disposições para as letras e mandou-o estudar em Minas os preparatórios, que ali então se ensinavam. Em breve, pois, ficou o jovem Estevão Ribeiro de

Resende pronto para exame em francês, latim, italiano, retórica e filosofia, estudos em que muito se distinguiu, e tanto que seu pai logo que o teve neles preparado mandou-o para Lisboa a seguir para Coimbra, onde devia estudar o curso de direito.

Separado de seus pais e do lugar de seu nascimento, onde deixava tanta simpatia, que quase toda a população de S. José do Norte despediu-se dele com as provas do mais vivo pesar, caprichou o Sr. Resende por continuar longe de sua família a mesma norma de conduta que sempre seguira quando em seu seio; e com efeito, em Coimbra comportou-se por tal modo, que em breve foi muito estimado por seus colegas e benquisto de seus professores.

Sua inteligência não desmentiu nos novos estudos a que se aplicou, os primeiros sinais de força e agudeza que dera em seus estudos primários e secundários; seu curso ele o completou sem nenhum embaraço, antes pelo contrário, recebendo sempre boas notas e muita consideração, o que lhe facilitou ser aceito para a leitura do Desembargo do Paço, primeira porta por onde então se entrava para a carreira da magistratura. Antes, porém, que fizesse a leitura, morreu-lhe no Brasil seu pai, e essa notícia chegando-lhe a Lisboa naquele tempo, quis ele interromper sua carreira para vir à pátria beijar as mãos à mãe e apresentar-se-lhe depois de doutorado.

De volta a Portugal fez sua leitura no Desembargo do Paço, e foi logo nomeado pelo Senhor D. João VI, em 21 de junho de 1806, juiz de fora de Palmela, tendo já antes recebido do mesmo monarca o hábito de Cristo com uma tença e a propriedade do ofício de tabelião do público judicial e notas da vila de S. João del-Rei, em atenção aos bons serviços de seu pai e às suas qualidades, mais que dignas daquela distinção.

Pouco depois de empossado no juizado de Palmela, em Portugal, teve lugar na península a invasão francesa, que vinha com o prestígio de mil vitórias conquistadas para o irmão do vencedor do mundo uma coroa e um estado.

A corte portuguesa, colocada na alternativa que lhe ofereciam, de um lado a França arrogante e orgulhosa de seus triunfos, e do outro a Inglaterra forte e sempre pertinaz em não ceder às águias imperiais, a Europa e o mundo a que se atiravam com avidez, resolveu sabiamente escolher um meio-termo, deixando a antiga metrópole para vir estabelecer-se no Brasil; o juiz de Palmela quis aproveitar essa oportunidade de voltar à sua pátria e à sua família, e por isto muito se empenhou para fazer parte da comitiva real; porém sendo preciso, para bem do Reino, que as autoridades permanecessem em seus postos e manifestando o governo regencial a utilidade que resultava deste fato, o Sr. Resende desistiu de seus desejos, e ficou em Palmela, onde recebeu com ânimo e coragem as tropas franco-espanholas que acometiam o reino de Portugal.

Esta foi talvez uma das épocas em que o Sr. Resende maiores serviços prestou à sua pátria. No ponto em que se achava não se teve com efeito que lastimar grandes males que deixavam a consternação e a desolação por onde passavam as tropas invasoras. A honra e a fortuna foram respeitadas em Palmela por esforço de seu juiz, que, revestindo-se de toda a coragem e energia, dirigia-se a fazer reclamações e censura, onde e sempre que se dava um fato de abuso de força da parte das forças ali estacionadas.

Por algum tempo marcharam as coisas assim de um modo o mais satisfatório, mas nem era crível, nem mesmo imaginável, que soldados acostumados a derrubarem todas as barreiras, quer físicas, quer morais, viessem aqui estacar defronte de um só homem, embora por esse homem falassem a razão e a justiça. O vencido não tem direitos, sua lei é a vontade do vencedor, e pois o que fazer o juiz de fora de Palmela quando os franceses, fechando os ouvidos à sua voz, quiseram obrigá-lo, e obrigaram o povo que lhe tinha sido confiado a concorrer com o necessário para sua subsistência e para a satisfação de seus caprichos? Enquanto foi possível resistir-lhe, ele o fez, agora, porém, que sua influência é nula e que sua pessoa atrai sobre os que o seguem ódios e maus desejos, agora que sem dúvida com perigo iminente sem que daí resulte bem para ninguém, agora é tempo de ceder à força das circunstâncias. E com efeito, o Sr. Resende deixou Palmela e retirou-se para Lisboa, tendo antes em companhia de um vereador ocultado em um altar os dinheiros públicos que tinha à sua disposição.

Recebendo d'el-rei a faculdade de voltar para o Brasil, ele o fez imediatamente, e ao chegar em sua pátria natal, viu apreciado por seu devido valor os serviços que acabava de prestar, e em atenção aos anuais o Senhor D. João VI nomeou-o em 13 de maio de 1810 juiz de fora da cidade de S. Paulo, lugar que foi ele encarregado de criar naquela cidade.

Em 17 de dezembro de 1813 deixou ele o juizado de S. Paulo, por ter nessa mesma data sido nomeado fiscal dos diamantes, lugar importante que teve de deixar no ano seguinte, em consequência de ter sido nomeado em 12 de setembro de 1814 desembargador da relação da Bahia.

Em toda a parte por onde passava o Sr. Resende era geralmente estimado e apreciado por suas qualidades, e cada um lugar que exercia dava-lhe novos títulos e mais direitos para alcançar lugares mais subidos.

Felizmente naqueles tempos as qualidades e aptidão davam direito; e é por isto que o novo desembargador da Bahia foi a 29 de março de 1817, quadra calamitosa de revoluções, nomeado ajudante do intendente-geral da polícia, e no seguinte ano de 1818, a 12 de outubro, nomeado desembargador da Casa da Suplicação.

A 10 de novembro de 1821 foi nomeado superintendente-geral dos contrabandos, e nessa época em que o Brasil tanto precisou do esforço de seus filhos, Estevão Ribeiro de Resende esteve firme na estacada, prestando a seus pais e a seu príncipe os serviços que podia prestar.

Procurador da província de Minas Gerais, junto ao príncipe D. Pedro, ele mostrou-se tal qual era e captou por esse modo a estima daquele príncipe, que sempre distinguiu e que elevou-o ao ponto de nomeá-lo, a 6 de abril de 1822, secretário de estado encarregado de todas as pastas para acompanhá-lo a Minas, onde uma nobre inspiração o levava com o fim de acalmar com sua presença os movimentos sediciosos que ali começavam a manifestar-se, a ponto de negar-se aquela província a obedecer ao príncipe regente.

Veio a Independência, e logo após a necessidade de regular-se o pacto fundamental por onde devesse o país se regular; o imperador convoca para esse fim a Assembléia Constituinte; e Minas, que atende para o merecimento quando escolhe um alto funcionário, tanto quanto um qualquer empregado, elege seu deputado ao Sr. Resende. Cai a Constituinte em virtude do golpe de estado do primeiro imperador, tudo se amotina, parece que vamos ter uma revolução, mas graças à boa escolha do Senhor D. Pedro I, mandando, a 17 de janeiro de 1823, ao Sr. Resende para intendente-geral da polícia, toda a tempestade se desfaz sem deixar o mais ligeiro sinal de sua aterradora passagem, e nem por isto foi necessário o emprego de armas e ameaças de prisões e perseguições, bastou a influência e a confiança geral de que gozava o intendente para obter aquele resultado.

Em 14 de outubro de 1824 chamou-o o Senhor D. Pedro I aos Conselhos da Coroa, encarregando-o da pasta do Império, que teve a seu cargo até 21 de novembro de 1825, em que recebeu o decreto de sua demissão, no qual elogiava muito o imperador e lhe agradecia seus bons serviços. Naquele mesmo ano de 1824 foi ainda nomeado, a 1^o de dezembro, desembargador honorário do paço, e em 15 de outubro de 1825 foi galardoado por Sua Majestade o Imperador com o título e grandezas de barão de Valença.

Neste ano veio o Sr. Resende eleito por sua província à assembléia geral legislativa, e ao mesmo tempo que tinha por essa honrosa eleição entrada na Câmara dos Deputados, recebia ainda de seus comprovincianos maior honra e maior prova de estima e consideração, tendo seu nome na lista por eles oferecida ao Monarca para escolher os senadores do Império. Conjuntamente com Minas Gerais, quis S. Paulo mostrar toda a sua afeição e agradecimento pelo distinto brasileiro, que em seu solo começou a carreira da magistratura em que tantas glórias colheu, escolhendo seu nome para mandar ao Imperador na lista dos que deviam ser escolhidos seus senadores. Assim, pois, era o Sr. Valença ao mesmo tempo deputado por Minas, e eleito senador pela mesma província e pela de S. Paulo. Entre as duas províncias optou pela de Minas, onde

tinha seu berço e tudo o que há de mais caro ao coração do homem, sua família e as cinzas de seus bons pais. Em vista de sua opção, foi escolhido senador por carta imperial de 19 de abril de 1826 e nesse mesmo ano, a 12 de outubro, passou a desembargador do Paço efetivo e foi aposentado por pedido seu; assim como também a 30 do mesmo mês e ano foi o seu título de barão elevado ao de conde de Valença.

A 18 de maio de 1827 entrou novamente o então conde de Valença para os Conselhos da Coroa, e desta vez coube-lhe a pasta da Justiça, em que funcionou até 20 de novembro de 1827, em que foi dissolvido o gabinete de que fazia parte e com o qual também ele caiu, tendo sido três dias antes nomeado conselheiro de estado honorário.

Retirado de cena política, ficou o conde de Valença exclusivamente ocupado com os deveres de senador do Império, e foi desse posto eminente que ele agregou em torno de si esse grupo de seus colegas, que fizeram a mais heróica barreira aos excessos demagógicos que se desenvolveram no Brasil pela retirada do fundador do Império.

Firme nesse posto, que a honra e o dever lhe haviam indicado, o conde de Valença não descansou um momento enquanto não viu por terra a demagogia e elevado ao trono do Brasil o filho do seu primeiro imperador. Então faltaram-lhe forças para novas lutas; já tinha 63 anos, já tinha combatido com uma geração inteira, nova geração despontava nos horizontes da pátria, era força ceder-lhe os negócios dessa cara pátria. O Sr. Valença retirou-se completamente da vida política para entregar-se exclusivamente à vida privada.

Em 1848 o Senhor D. Pedro II elevou-o a marquês de Valença, e em 8 de setembro de 1856 veio a morte surpreendê-lo no seio de sua família, e na idade de 79 anos.

O marquês de Valença foi casado com a Exm^a Sr^a Elídia Mafalda de Sousa Queirós, filha do opulento fazendeiro brigadeiro Luís Antônio de Sousa e sua mulher D. Genebra de Barros Leite.

Era sócio honorário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, sócio efetivo da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, sócio efetivo da Instrução Elementar, membro da Sociedade de Agricultura do Reino da Suécia, dignitário honorário da ordem imperial do Cruzeiro por carta de 16 de agosto de 1830, cavalheiro do hábito de Cristo, grã-cruz da mesma ordem e fidalgo cavalheiro da casa imperial.

VISCONDE DE MARANGUAPE



Vamos escrever um esboço biográfico tão pobre de datas quanto nos permitem as poucas notas ligeiramente traçadas que nos foram ministradas.

Seria talvez preferível, em vista da completa deficiência em que estamos de maiores dados para a confecção de um trabalho que possa mais tarde servir de base a uma biografia completa pôr, de parte o nome a que se refere esse trabalho irremissivelmente destituído do único merecimento que porventura possam ter os outros do mesmo gênero que temos publicado, e os que pretendemos continuar a publicar; queremos falar das datas correspondentes às fases mais importantes da vida daqueles homens com quem nos ocuparmos; seria talvez preferível nada escrever sobre a vida do Exmo. Sr. **Visconde de Maranguape**, de quem não podemos obter nem sequer o ano em que nasceu; mas a importância que tem tido e de que ainda hoje goza esse senhor

protestaria altamente contra uma resolução que tirasse de seu devido lugar, para colocar em outro menos digno, o nome desse brasileiro que tanto tem aparecido nos negócios de seu país.

Na alternativa pois de fazer um mau esboço de sua vida, ou de deixar em esquecimento e do lado o nome de Sr. Visconde de Maranguape, preferimos o primeiro partido, porque mil vezes preferimos ver tachar o nosso trabalho de falta de gosto e de interesse, do que dar lugar a interpretações, quaisquer que sejam de nossas intenções.

À parte pois todo o juízo desvantajoso que de nós se possa fazer, e entremos em matéria.

Caetano Maria Lopes Gama nasceu na província de Pernambuco e teve por pais o Dr. João Lopes Cardoso Machado e sua mulher D. Ana do Nascimento Gama. Em Pernambuco, ele estudou os primeiros preparatórios para a Universidade de Coimbra, onde estudou por alguns anos, voltando ao Brasil depois de ter concluído o curso a que se destinava, que foi de direito.

Começou sua vida no Brasil empregando-se na magistratura, na qual estreou pelo lugar de juiz de fora do Penedo, na Província das Alagoas, onde esteve muito pouco tempo, porque, tendo sido nomeado ouvidor da mesma Província e Comarca das Alagoas, teve de deixar o lugar de juiz de fora.

Era ainda ouvidor daquela província, onde os primeiros movimentos de independência despertados nos diversos pontos do Brasil ali foram repercutir. O Sr. Lopes Gama tomou neles uma parte muito ativa e tanto se distinguiu entre os que trabalharam pela nossa emancipação política que mereceu ser eleito presidente do governo provisório então estabelecido naquela província.

Logo depois dessa eleição, ele recebeu outra manifestação não menos honrosa do bom conceito em que era tido entre seus concidadãos, e foi esta o diploma de deputado à Assembléia Constituinte, que ainda lhe deu a Província das Alagoas.

Por esse tempo, foi instituída a Imperial Ordem do Cruzeiro, e o Sr. Lopes Gama, em remuneração de seus serviços em prol da Independência, foi um dos contemplados na primeira lista dos condecorados com aquela ordem, honra que é tanto mais apreciável, quanto ela é pouco prodigalizada.

Dissolvida a Assembléia Constituinte, o Sr. Gama caiu nas boas graças do Governo, tanto que ao mesmo tempo que muitos deputados se recolhiam desgostosos a seus lares, alguns eram mandados desterrados para fora de sua pátria; ele foi um dos que receberam do governo provas de confiança e consideração, como é a sua nomeação para presidente da Província de Goiás.

Nesta presidência, prestou os serviços que estavam em suas forças, e foram eles apreciados de tal modo que em recompensa teve a comenda da Ordem de Cristo do Império.

Eleito deputado à primeira legislatura da Assembléia Geral Legislativa, o Sr. Lopes Gama deixou a presidência de Goiás a fim de vir tomar assento, e lá não mais voltou, porque ao terminarem os trabalhos legislativos, voltou à magistratura que tinha deixado, e foi despachado desembargador da Relação da Bahia, com exercício na Casa da Suplicação.

Muito tempo não esteve no exercício desse lugar, porque o Governo Imperial julgou necessário utilizar seus serviços em outra parte onde eles fossem mais úteis, e, em virtude disso, despachou-o presidente da Província do Rio Grande do Sul.

Essa segunda presidência ainda teve ele de deixar para vir tomar assento na Assembléia-Geral, a que tinha sido eleito pela Província de Goiás. E foi durante esse tempo que o Governo nomeou-o intendente-geral da polícia e lhe conferiu o título do conselho.

Tendo razões que lhe permitiam continuar no exercício de intendente-geral da polícia, pediu e obteve sua demissão daquele importante cargo, do qual passou novamente ao serviço da magistratura.

Os filhos da Província do Rio de Janeiro, agradecidos ao Sr. Lopes Gama pelos serviços que este lhes havia prestado, quer como intendente da polícia, quer como magistrado, pagaram-lhe a dívida elegendo-o seu senador, lugar em que foi confirmado pela escolha do chefe do Estado e sanção do Senado.

Depois que foi eleito senador, o Sr. Lopes Gama tem sido diversas vezes chamado ao Ministério, e, em 1842, foi despachado conselheiro de Estado efetivo.

Em 1844, quando a Província das Alagoas se sublevou e expeliu seu presidente o conselheiro Bernardo de Sousa Franco, atual ministro da Fazenda, foi o Sr. Lopes Gama o homem que o Governo Imperial reconheceu mais apto para acabar pacificamente aquele movimento revolucionário, e o Governo fez uma boa escolha, porque, graças ao bom conceito, estima e consideração que ali gozava o novo presidente, conseguiu sem derramamento de uma gota de sangue acalmar os ânimos e chamar a seus deveres aquela porção do povo brasileiro momentaneamente desviada do verdadeiro caminho.

Este serviço seu, que decerto não foi dos menores por ele prestados à causa pública, foi galardoado com a grã-dignitária da Ordem da Rosa, com o reconhecimento dos brasileiros em geral e, mui particularmente, dos alagoanos.

A 4 de maio de 1857, tendo ficado o ministério acéfalo pela morte do marquês de Paraná que o tinha organizado, foi chamado a organizar o novo gabinete o Sr. marquês de Olinda, que escolheu para pasta dos Estrangeiros o Sr. Lopes Gama, o qual aceitou o lugar, e continua a desempenhá-lo.

Durante este seu ministério, recebeu o Sr. Visconde de Maranguape do rei de Duas Sicílias a condecoração da grã-cruz da Ordem Real de S. Januário, e além desta a de outras honras e títulos que já temos mencionado, ele conta os seguintes: visconde de Maranguape, ministro aposentado do Supremo Tribunal de Justiça, sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, da sociedade Amante da Instrução e da Auxiliadora da Indústria Nacional, membro honorário da Academia de Arqueologia da Bélgica e de várias outras sociedades científicas e literárias estrangeiras.

VISCONDE DE SAPUCAÍ



Cândido José de Araújo Viana, visconde de Sapucaí, nasceu em 15 de setembro de 1793 no arraial de Congonhas, termo da Vila Real (hoje cidade) do Sabará, da Província de Minas Gerais; foram seus pais o capitão-mor Manuel de Araújo da Cunha e D. Mariana Clara Viana, ambos naturais da mesma Província de Minas.

Com decidida propensão para as letras desde os primeiros anos, preparou-se na terra natal com os estudos necessários para graduar-se em direito na Universidade de Coimbra, valendo-lhe então os conhecimentos variados de seu amigo o Dr. José Teixeira da Fonseca Vasconcelos, depois visconde de Caeté, que servia em Sabará o lugar de juiz de fora, e de seu mestre de latim, e tio, o exímio latinista, orador sagrado e poeta, padre Joaquim Machado Ribeiro, porque faltavam ali nesse tempo professores públicos que não fossem de gramática latina e de primeiras letras.

Depois de pacificada a Europa e quase extintos os vestígios da invasão francesa em Portugal, partiu para Coimbra em 1816, e matriculou-se na faculdade de direito em 16 de outubro. Fez a sua formatura em 9 de junho de 1821, tendo merecido em todo curso a estima de seus mestres, contemporâneos e condiscípulos, entre os quais João Batista Leitão, depois visconde de Almeida Garrett, que se comprazia de ouvir sua opinião a respeito das primeiras produções com que aquela águia se ensaiava para tão arrojados vôos; levou a condescendência ao ponto de aceitar sua crítica severa, à qual se devem cortes e modificações consideráveis no retrato de Vênus.

Voltando ao Brasil em outubro de 1821 com o intuito de exercer a profissão de advogado, obteve a nomeação de promotor dos resíduos do termo e comarca de Vila do Sabará, por provisão da Mesa da Consciência e Ordens de 17 de novembro daquele ano; mas não chegou a ter exercício por se lhe facilitar a entrada na carreira da magistratura, sendo nomeado juiz de fora da cidade de Mariana por decreto de 19 de dezembro do mesmo ano.

Durante a sua estada na corte, resolveu-se a tomar estado, casando em 22 de maio de 1822 com a Exma Sr^a D. Ana Ifigênia de Siqueira Ramalho, filha de Luís de Siqueira Ramalho e de D. Ana Angélica de Castro Ramalho.

Em 5 de outubro do dito ano, tomou posse do lugar de juiz de fora de Mariana, porque só então findava o triênio de seu antecessor o Exm^o Conselheiro Agostinho Marques Perdigão Malheiros, e teve logo de tomar, como presidente da Câmara Municipal, parte ativa na solene aclamação do Sr. D. Pedro I, o que se efetuou no dia 12 daquele mês.

Reconduzido ao mesmo lugar por decreto de 26 de agosto de 1825, não preencheu o triênio, porque foi nomeado desembargador da Relação de Pernambuco, onde teve posse por procurador, por estar no exercício de membro do Corpo Legislativo, no 1^o de setembro de 1827.

Despachado em 1832 para a Relação da Bahia, aí tomou posse também por procurador, estando no ministério da Fazenda em 12 de março de 1833; e, por virtude da reforma judiciária verificada neste ano, passou para a Relação do Rio de Janeiro, onde permaneceu até outubro de 1849. Nesse período, serviu interinamente de procurador da Coroa e fiscal do Tesouro no impedimento do conselheiro Maia, por decretos de 4 e 7 de novembro de 1837.

Promovido por antiguidade na forma da lei ao Supremo Tribunal de Justiça, na vaga trazida pela aposentadoria do Conselheiro José Bernardo de Figueiredo, que presidia ao mesmo tribunal, entrou em exercício no dia 30 do referido mês de outubro, servindo aí até o dia 12 de setembro de 1850, em que foi aposentado com metade do ordenado. Assim terminou a carreira de magistrado.

Na carreira meramente administrativa, foi nomeado presidente da Província das Alagoas por carta imperial de 13 de novembro de 1826; mas tomou posse somente em 14 de fevereiro de 1828, por exigir do Governo a sua presença em 1827 na Câmara dos Deputados, de que era membro. O exercício das respectivas funções fez cessar o estado desagradável e perigoso em que se achava a província, devido às desavenças existentes entre as principais autoridades — vice-presidente, comandante das armas e ouvidor da comarca. Reintegrando no emprego o hábil escrivão da Junta da Fazenda Joaquim da Silva Freire, que fora suspenso pelo vice-presidente, conseguiu, à custa de vigílias daquele inteligente funcionário, enviar para o Tesouro, como lhe fora especialmente recomendado pelo ministro da Fazenda, Exmo Miguel Calmon du Pin e Almeida, hoje marquês de Abrantes, os orçamentos e balanços que estavam em atraso e regularizou em todos os ramos a repartição da Fazenda, que pela desinteligência, ou antes, guerra aberta entre o vice-presidente e escrivão da junta, não se achava em boa ordem.

Pouco mais pôde fazer no curto espaço de seis meses de sua administração, tendo de voltar à Câmara dos Deputados, onde era com o Governo acrimosamente censurado por um distinto parlamentar mineiro, que imaginava a presidência das Alagoas, uma posição deliciosa que desfrutava o seu colega, enquanto ele se mortificava na vida afanosa da oposição.

De volta à Corte, onde chegou em 7 de setembro, achou já encerrada a sessão legislativa, tendo-se demorado na cidade da Bahia por falta de navios. Mal repousava das fadigas de uma viagem incômoda, foi nomeado presidente da Província do Maranhão por carta imperial de 17 de outubro; e partindo para ali em dezembro, chegou à cidade de S. Luís em janeiro de 1829, e tomou posse do cargo em 13 do dito mês. Seu comportamento na presidência das Alagoas tinha sido bem aceito pelo Sr. D. Pedro I, de saudosa memória, segundo manifestou aquele príncipe magnânimo, quando o presidente nomeado foi beijar-lhe a augusta mão em despedida: "Ora bem (disse S.M.I.) sossegou uma província, vá agora sossegar outra."

Estas expressões do fundador do Império carecem de explicação. Era preconceito dominante naquele tempo, mormente nos governantes, que o espírito republicano se agitava em todo o Brasil, com particularidade nas províncias do Norte. Dissensões nascidas porventura de meras rivalidades e competências entre os homens influentes das localidades, segundo os partidos se pronunciavam, eram reputadas pelos antagonistas como passos para a República: receava-se que tais dissensões degenerassem em sedições e revoluções que acabassem pelo estabelecimento do governo republicano. Assim se figuravam na corte as desordens das Alagoas e Maranhão, designando-se, especialmente nessa última província, o sertão de Pastos Bons como assento de uma república em efetividade!

O presidente Araújo Viana não viu nas Alagoas senão desavenças ou rivalidades locais, e quando S.M.I. lhe perguntou, à sua chegada daquela província, se havia ali muitos republicanos, respondeu-lhe que, ou os alagoenses eram os mais refalsados hipócritas, o que ele não acreditava, ou eram os mais dedicados monarquistas do Império, e amigos do sistema constitucional representativo: tais foram os sentimentos que tinham manifestado ao seu presidente.

Da mesma sorte, não viu no Maranhão senão deploráveis efeitos da desinteligência entre as duas principais autoridades, o presidente e o comandante das armas, que então era o conde de Escragnole, cuja morte foi adiantada pelos desgostos imerecidos que lhe trouxe essa desinteligência. Achou, em verdade, grande indisposição, principalmente na mocidade, contra os homens nascidos em Portugal, e essa indisposição mal pôde ele fazê-la às vezes ineficaz; mas nunca destruí-la. Reconheceu, porém, que os maranhenses eram verdadeiros monarquistas, e que ardiam em desejos de ver praticada a Constituição do Império. Pelo que pôs todo o seu empenho em satisfazer a tão justos desejos. Na sua administração, completou-se a organização das câmaras municipais, segundo a lei de 1º de outubro de 1828, e se elegeram os juizes de paz. Não foi pequeno trabalho que teve em explicar, e como que comentar, as leis respectivas nas suas mais claras e simples disposições; que tudo era objeto de dúvida para homens pouco versados em tais matérias.

Foi ele que deu exercício ao conselho geral da província, obtendo do reverendo bispo diocesano casa para as sessões, e mandando pelo prestimoso oficial de engenharia José Joaquim Rodrigues Lopes adaptá-la aos usos para que se destinava.

Estabeleceu a biblioteca pública da província por meio de donativo de particulares, ou em livros, ou em dinheiro e serviços.

Acabou com o pernicioso costume da inumação nos templos, dando maior extensão ao acanhado cemitério da Santa Casa da Misericórdia, de que foi provedor. E talvez fosse a província do Maranhão a que tomasse a dianteira às outras do Império neste melhoramento sanitário e religioso.

Prestou eficaz auxílio à justiça, mandando destacar na cidade de Caxias o então 4º Batalhão de Caçadores de 1ª linha, cujo casco fora enviado para a província, a fim de preencher-se pelo recrutamento, o que fez desaparecer o grande número de assassinios que ali se perpetravam.

Até maio de 1831, correu serena e próspera a administração do presidente Araújo Viana; mas chegando à cidade de S. Luís nesse mês a notícia da abdicação do Sr. D. Pedro I, começou a turvar-se a atmosfera política, e daí vieram os deploráveis acontecimentos de setembro. Conquanto fossem remediados pelos de novembro subsequente, nunca será essa época lembrada

sem dor. Os limites destas notícias não permitem o desenvolvimento da matéria, que consumiria longas páginas. A História fará o seu dever.

Ainda foi a província perturbada por novos movimentos, em que figurara, no Itapicuru, Antônio João Damasceno, e, no Icatu, Antônio da Costa. Estes movimentos, depois de causarem males e despesas consideráveis, acabaram com a morte dos dois cabecilhas.

Entregando a administração da província ao sucessor, o Exmo Sr. Joaquim Vieira da Silva e Sousa no dia 12 de outubro de 1832, recolheu-se Araújo Viana a esta corte, e foi chamado pela Regência para ocupar a pasta da Fazenda por decreto de 14 de dezembro do dito ano.

Reconhecendo a necessidade de se concluírem os trabalhos encetados na Câmara dos Deputados relativos ao melhoramento do meio circulante, propôs à Regência a convocação de uma sessão extraordinária da Assembléia Geral, em que se tratasse particularmente desse objeto, e a sessão teve com efeito lugar em abril de 1833, expondo ele em seu relatório as suas idéias a semelhante respeito. As medidas que se adotaram resumem-se na lei de 8 de outubro de 1833.

Neste ministério se verificaram as primeiras reformas da alfândega e consulado, e se organizaram diversas tesourarias provinciais em conformidade da lei de 4 de outubro de 1831.

Foi exonerado do cargo, por decreto de 2 de junho de 1834, em resultado da desinteligência havida com o presidente de S. Paulo, a quem não agradou a nomeação do inspetor de Fazenda daquela província. A Regência, que nessa quadra se compunha dos Exmos Francisco de Lima e Silva e João Bráulio Muniz, por estar ausente o Exmo Sr. Costa Carvalho, hoje marquês de Monte Alegre, optou pela demissão do Ministro, conservando o presidente.

Em 1841, foi outra vez chamado aos Conselhos da Coroa, e entrou na organização do Ministério de 23 de março com a pasta do Império, compartilhando os trabalhos que a esse ministério sobrevieram em consequência das desordens de S. Paulo e Minas. Foi neste ministério que se ajustou o casamento de S. M. o Imperador o Sr. D. Pedro II, e por esta ocasião S. M. o Rei das Duas Sicílias condecorou ao ministro do Império dessa época com a Cruz de Cavalheiro da Real Ordem de S. Januário.

Em 20 de janeiro de 1841, foi com seus colegas exonerado do cargo.

Por decreto de 14 de setembro de 1850, foi nomeado conselheiro de estado extraordinário, tem estado sempre em exercício, e serve de secretário do Conselho desde o ano de 1851.

Entrou na carreira parlamentar com a inauguração do Governo Representativo no Brasil. Foi deputado da Assembléia Constituinte e foi sempre, sem interrupção, eleito para todas as legislaturas, até que tomou assento no Senado em abril de 1840, por virtude da carta imperial de 29 de outubro de 1839, tendo já antes sido contemplado em lista tríplice.

Na Câmara dos Deputados, foi membro de comissões importantes, serviu de secretário e vice-presidente; e nos dois últimos anos, os de 1838 e 1839, ocupou a cadeira de presidente, donde saiu para assentar-se no Senado. Aí tem sido também nomeado para comissões importantes, foi presidente por três anos, deixando de continuar porque assim o requereu.

Resta-nos memorar uma importantíssima e honrosa comissão, de que foi encarregado o visconde de Sapucaí. Foi nomeado pelo Exmo marquês de Itanhaém, tutor de S.M. o Imperador e suas augustas irmãs, em 11 de janeiro de 1839, mestre da imperial família, e exerceu tão eminente cargo até a época do casamento dos augustos príncipes.

Os serviços de Araújo Viana não foram esquecidos pelos monarcas brasileiros. O Sr. D. Pedro I, de gloriosa memória, nomeou-o, em 12 de outubro de 1826, cavaleiro da Ordem de Cristo, e em 18 de outubro de 1829, oficial da imperial Ordem do Cruzeiro.

S.M.I. o Sr. D. Pedro II nomeou-o cavaleiro da imperial Ordem da Rosa em 18 de julho de 1831, na ocasião de sua sagração e coroação, por ser membro da deputação de uma Câmara Municipal de Minas. Nomeou-o gentil-homem de sua Imperial Câmara por decreto de 15 de setembro de 1841. Deu-lhe o foro de fidalgo cavaleiro em 14 de março de 1843 e o título de Visconde de Sapucaí com grandeza em 2 de dezembro de 1854.

O Visconde de Sapucaí é membro de diversas sociedades científicas e literárias e presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

VISCONDE DE CAIRU



José da Silva Lisboa, Visconde de Cairu, comendador da Ordem de Cristo e oficial da do Cruzeiro, desembargador aposentado

Supremo Tribunal de Justiça, e senador do Império, nasceu na cidade da Bahia em 16 de julho de 1756. Seu pai foi Henrique da Silva Lisboa, natural da cidade de Lisboa, de profissão arquiteto; sua mãe, Helena Nunes de Jesus, natural da Bahia. Desde os seus mais tenros anos, distinguiu-se pelo seu ardente amor às letras, de maneira que entrou aos oito anos de idade para a gramática latina, estudando depois filosofia racional e moral no convento dos frades carmelitanos da mencionada cidade, tendo aprendido música e a tocar piano.

Concluídos estes estudos, seu pai o enviou para Lisboa, onde se aplicou à retórica na aula do insigne professor Pedro José da Fonseca, partindo em 1774 para a Universidade de Coimbra, a fim de matricular-se nos cursos jurídicos e filosófico.

Voltando a Lisboa, procurou entrar no serviço da magistratura; mas sendo-lhe necessário tornar para sua pátria, obteve, em resolução de consulta da mesma censória, ser provido na cadeira de filosofia racional e moral da mencionada cidade da Bahia, onde criou também a cadeira da língua grega, que exerceu por cinco anos, com o título de substituto, até chegar o proprietário. Nesse tempo, casou-se com D. Ana Benedita de Figueiredo, senhora virtuosa e dotada de grande penetração de quem teve 14 filhos dos quais ainda vivem cinco.

Depois de ter ensinado, por vinte anos, com geral aplauso, as matérias próprias de sua cadeira, dirigiu-se novamente a Lisboa em 1797, obtendo ser jubilado, e fazendo-lhe então o príncipe regente, depois o Sr. D. João VI, a mercê de deputado e secretário da Mesa da Inspeção da cidade da Bahia, lugar onde criou e prestou os mais valiosos serviços à agricultura e comércio da província.

Desde esse tempo, principiou a trabalhar na sua obra Princípios de Direito Mercantil que publicou em Lisboa no ano de 1801 em oito tratados elementares. Esta obra, a primeira que se deu à luz na língua portuguesa sobre semelhante matéria e que fez conhecer os profundos conhecimentos do seu autor no direito civil, marítimo e das gentes, adquiriu tanto crédito e celebridade que teve reimpressões em Lisboa, e até uma em Londres, sendo citada com louvor no Foro pelos mais hábeis advogados.

Encantado com a leitura da obra que o celebrado Adam Smith publicou em 1775, intitulada Inquirição sobre a riqueza das nações, esforçou-se em propagar os princípios por ele empregados sobre a franqueza da indústria, abolição de monopólio e, especialmente, sobre a liberdade de comércio. Para este fim, deu à luz em Lisboa em 1804 os seus Princípios de economia política, que teve geral aceitação e serviu de estimular aos estudiosos aplicarem-se a uma ciência que tanto contribui para a prosperidade e grandeza dos povos.

Os grilhões coloniais, que pesavam sobre o Brasil e embaraçavam o comércio estrangeiro, retardaram por longo tempo as esperanças que Silva Lisboa nutria de ver em breve o seu país engrandecer-se, podendo livremente vender os seus variados produtos a todas as nações.

A invasão de Portugal feita pelos franceses no ano de 1807, que obrigou ao príncipe regente a passar para o Brasil, proporcionou uma ocasião favorável a Silva Lisboa para fazer executar-se o que seu ardente patriotismo e luzes aconselhavam a bem da sua pátria. Aportando aquele soberano à Bahia, Silva Lisboa aproveitou-se da amizade que tinha com D. Fernando José de Portugal, depois marquês de Aguiar, para lhe indicar a necessidade de abrir os portos a todas as nações amigas da coroa de Portugal; e, apesar da forte oposição que então se fez, tal foi a força dos seus argumentos que aquele fidalgo cedeu a suas persuasões, e fez com que o príncipe regente publicasse a carta régia de 24 de janeiro de 1808, que liberalizou aquele máximo benefício à nação.

Tão salutar medida, que ainda hoje nos salva no meio das crises políticas que atormentam ao império, longe de ser apreciada no seu justo valor, mereceu pelo contrário a maior desaprovação da parte dos negociantes portugueses; pois que, acostumados a ter unicamente comunicação com as praças de Lisboa e Porto, não podiam sofrer idéia alguma de concorrência, e, por isso, não se pouparam a esforços e diligências para que se revogasse a carta régia, que, segundo proclamava, aumentava os males que a nação sofria e privava o Estado de suas rendas; e não faltavam pessoas influentes, e até estadistas, que esposassem a causa dos ditos negociantes, os quais seguramente haveriam alcançado o que desejavam se Silva Lisboa, que havia acompanhado a el-rei, sendo nomeado professor de economia política, não lançasse mão da pena e, em uma frase cheia de fogo, em que se mostrava vastíssima erudição, não pulverizasse os argumentos dos seus adversários, dando à luz em 1808 a suas Observações sobre o Comércio Franco partes 1ª e 2ª, em que provou, com o exemplo dos Estados Unidos da América, quanto aquele comércio contribuía para curar os males que a Guerra da Independência por sete anos havia produzido. E aqui seja-me permitido narrar um fato que demonstra quanto um homem ilustrado que procura destruir prejuízos populares é exposto às setas da calúnia e intriga. Certo censor, tendo lido a citada obra, pôs à margem do exemplar as seguintes notas: — É réu de Estado, merece pena capital, — e outros termos desta natureza.

A criação do Tribunal de Junta do Comércio, Agricultura, Fabricas e Navegação deste império, deu lugar a que Silva Lisboa fosse nomeado deputado, sendo encarregado das mais difíceis comissões, e entre elas a de apresentar um projeto do Código do Comércio, trabalho em que assiduamente se empregou, mas que não pôde completar por causa do seu falecimento. Também organizou o regimento para os nossos cônsules, que muito serviu para se concluir aquele que se acha hoje em execução.

Quando rebentou a revolução do Porto em 1820, e que seu eco repercutiu em todo o Brasil, tendo-se visto o senhor rei D. João VI na necessidade de jurar em 26 de fevereiro de 1821 a Constituição que as Cortes Constituintes em Portugal fizessem, era tal o crédito de que gozava Silva Lisboa, que foi nomeado inspetor dos estabelecimentos literários, emprego sumamente espinhoso, pois que tinha a censurar todas as obras que se publicassem; mas que ele satisfatoriamente desempenhou, não se esquecendo, no meio das suas graves ocupações, de aconselhar a concórdia e harmonia entre os cidadãos, publicando o jornal Conciliador do Reino-Unido.

Resolvendo o Sr. D. João VI voltar para Portugal em abril de 1821, deixou, com sabedoria política, como regente a seu filho o príncipe D. Pedro, pois que era claro a todas as luzes que o Brasil só se poderia conservar unido àquele reino não perdendo nenhuma das vantagens de que já estava de posse. Logo porém

que pelo decreto das Cortes Constituintes se determinou a retirada do príncipe regente, a abolição dos tribunais e remessa de tropas para o Brasil, Silva Lisboa foi com os seus escritos, principalmente com as suas — Reclamações — um dos mais extremos antagonistas dos refalsados constitucionais e facciosos da cabala anti-brasílica, procurando encaminhar o espírito público para resistir à arrogada supremacia metropolitana e defender os direitos do príncipe regente, conforme aos princípios do verdadeiro liberalismo, sempre em justo meio entre os extremos do poder despótico e furor popular; expondo as vantagens da monarquia constitucional segundo os atuais modelos de Inglaterra, França e Holanda, que tinha por si a experiência dos séculos.

Estes princípios foram por Silva Lisboa sempre energicamente sustentados, tanto na Assembléa Constituinte do Brasil, onde foi deputado pela Província da Bahia, como depois na qualidade de senador do Império. Os seus êmulos, apesar de se oporem às suas opiniões políticas, nunca deixaram de reconhecer o seu profundo saber e de admirar a independência e firmeza de caráter com que Silva Lisboa sustentava a sua doutrina, como se manifestou em todas as circunstâncias críticas em que se tem achado a Nação; especialmente quando na primeira fusão das câmaras em 1830, ele, à semelhança do varão constante descrito por Horácio, desprezando todas as contemplações humanas, e só firme em cumprir com seus deveres, entrou com toda a coragem na discussão, sem que lhe incutisse o menor susto o aspecto aterrador que apresentavam então os partidos. Existem impressos os seus discursos, em que se conhecem a eloquência e energia com que sustentou os seus argumentos, sendo em verdade espantoso que em uma idade quase octogenária aparecesse tanto calor e valentia de frase.

Voltado inteiramente ao bem da pátria, procurou ilustrá-la com as continuadas obras que foi dando sucessivamente à luz, a expensas próprias, sobre economia, política, religião e moral.

Esses escritos mereceram o apreço e estimação das sociedades nacionais e estrangeiras, que não duvidaram inscrevê-lo no número dos seus sócios, a saber: — a Sociedade Promotora da Indústria Nacional do Rio de Janeiro; da Agricultura da Bahia; Filosófica de Filadélfia; de Agricultura de Munique; da Propagação das Ciências Industriais; do Instituto Histórico de França; e do Instituto Real para a Propagação das Ciências Naturais de Nápoles.

Apesar de ser dotado de uma constituição robusta, contudo, continuado estudo e trabalho principiaram a debilitar as suas forças, e depois de uma prolongada moléstia de três meses, faleceu aos 20 de agosto de 1835, deixando a seus filhos o exemplo de um homem justo e religioso e aos seus concidadãos o de um magistrado probo, e patriota genuíno.

Rematarei esta memória, transcrevendo tanto o decreto pelo qual o Governo Imperial concedeu uma pensão às filhas de Silva Lisboa, como a resolução da assembléia provincial da Bahia ordenando que se collocasse na Biblioteca Pública o seu retrato, enquanto não se fizesse o seu busto. Estes documentos eretos à memória de Silva Lisboa, mais duradouros do que o bronze

MONUMENTUM AERE PERENIUS

DECRETO

O regente interino, em nome do Imperador o Sr. D. Pedro II, tomando na devida consideração os distintos e mui importantes serviços do Visconde de Cairu, prestados pelo longo espaço de 57 anos, não só na simples carreira de empregado público, bem como na magistratura em alguns tribunais e em muitos outros cargos e empregos, em todos os quais fez conhecer e admirar a sua vastidão de conhecimentos, que tornaram distinto e até respeitável o seu nome entre as nações estrangeiras; e sendo não menos atendíveis os seus serviços como escritor público e incansável, em cujos trabalhos não cessou jamais de propagar as suas luminosas idéias com utilidade pública e de propugnar por meio da pena e da tribuna pela dignidade e honra nacional e pelo respeito à constituição e ao trono, que sempre soube sustentar; em consideração pois de tão prestantes e valiosos serviços, que constituíram ao dito visconde um dos varões beneméritos em subido grau e um dos sábios mais respeitáveis da época atual, cuja memória será indelével para os vindouros, há por bem conceder às suas três filhas D. Joana da Silva Lisboa, D. Eufrosina da Silva Lisboa e D. Isabel da Silva Lisboa a pensão anual de um conto e quinhentos mil-réis repartidamente, em plena remuneração dos seus serviços: ficando porém esta mercê dependente da aprovação da Assembléia Geral. Bernardo Pereira de Vasconcelos, ministro e secretário de Estado dos Negócios da Justiça, encarregado interinamente dos do Império, assim o tenha entendido e faça executar com os despachos necessários.

Palácio do Rio de Janeiro, 9 de maio de 1838, décimo sétimo da Independência e do Império — Pedro de Araújo Lima — Bernardo Pereira de Vasconcelos.

RESOLUÇÃO DA ASSEMBLÉIA PROVINCIAL DA BAHIA

Francisco de Sousa Paraíso, presidente da província da Bahia. Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembléia Provincial decretou, e eu sancionei a lei seguinte:

Art. 1º O Governo da Província fará colocar no salão da Biblioteca Pública desta cidade o retrato do visconde de Cairu, tendo por inscrição o seu nome e o lugar do seu nascimento.

Art. 2º A disposição do artigo antecedente terá vigor enquanto não houver um busto de metal ou de bronze.

Art. 3º Ficam sem efeito quaisquer disposições em contrário.

Mando, etc.

Palácio do Governo da Bahia, 13 de março de 1837, décimo sexto da Independência e do Império — Francisco de Sousa Paraíso.

(Da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.)

JOSÉ BONIFÁCIO DE ANDRADA E SILVA



Tendo maduramente refletido sobre a posição política deste Império, conhecendo quanto se faz necessária a minha abdicação, e não desejando mais nada neste mundo senão glória para mim e felicidade para minha pátria, hei por bem, usando do direito que a Constituição me concede no capítulo 5º, artigo 130, nomear, como por este meu imperial decreto nomeio, tutor de meus amados e prezados filhos ao muito probo, honrado e patriótico cidadão José Bonifácio de Andrada e Silva, meu verdadeiro amigo.

Boa Vista, 6 de abril de 1834, 1º da Independência e do Império.

D. Pedro I

Nasceu **José Bonifácio de Andrada e Silva**, em 13 de junho de 1763, na pequena vila de Santos, da província de São Paulo, já ilustrada e famosa pela glória literária e política de Bartolomeu e Alexandre de Gusmão, que havia conseguido do vigário de Jesus Cristo o título de Fidelíssimo para o reino de Portugal, ajuntando à coroa de Afonso Henriques mais esse eterno florão.

Foram seus pais o coronel Bonifácio José de Andrada, e D. Maria Bárbara da Silva, descendentes dos senhores do Entre-Hoem e Cavado, na província do Minho, antigos condes de Amaris, e os mais felizes pais da terra de Santa Cruz, porquanto, além de José Bonifácio, que por si só podia fazer a glória de um século, tiveram mais dois filhos, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva e Martim Francisco Ribeiro de Andrada, que reunidos pelos vínculos do sangue, do pensamento e coração, constituíram essa eloquente trindade da pátria, *fiat* da independência, à vontade do qual a espada de Ourique e Aljubarrota se embotara.

O coronel Bonifácio de Andrada era conhecido em Santos, pela geração de seu tempo, como o tipo da bondade e da condescendência; porém sua esposa, D. Maria Bárbara, de caráter altivo e de vontade forte, e ambiciosa da grandeza e glória de seus filhos, supria na direção literária deles o vácuo que deixava a incorreta bondade de seu marido. Qual a mãe ilustre dos Cipiões, ela zelava e guardava seus filhos como se tivesse previsto que no futuro seriam chamados para primeiros operários do grande monumento do Ipiranga, tão pouco distantes de seus olhos.

Cada dia ela se torna mais severa. — Os Andradas, ainda crianças, estudavam compridas horas encerrados em um aposento constantemente vigiado por D. Maria Bárbara.

Em 1777, seguiu José Bonifácio para a cidade de São Paulo, onde o virtuoso báculo do bispo D. Manuel da Ressurreição havia aberto à mocidade todas as aulas de humanidade.

José Bonifácio, para quem o estudo era um alimento quotidiano e indispensável, dele aproveitou mais depressa que se poderia pensar. O bispo, admirado de tão rápidos progressos e dos triunfos que obtivera o jovem, tenta chamá-lo à tribo dos Levitas; seus pais resistem a uma tal pretensão do bispo. Seu destino estava marcado pela mão da Providência.

No ano de 1780, volta o rosto da cidade de São Paulo, silencioso, e meditando sobre seu futuro, passa pelos campos do Ipiranga, abraça seus pais em Santos, chega ao Rio de Janeiro e parte para Portugal, demandando com o mais santo entusiasmo a Atenas Lusitana, a velha Coimbra de D. Dinis, de saudosa recordação.

A universidade tinha tocado ao fastígio de sua glória, e seu doutoral nos dias das festas literárias se ilustrava com os mais venerandos cidadãos da república das ciências. A mão poderosa do marquês de Pombal descansava sobre este eloquente Panteão da verdade. No caráter de tenente rei, o imortal marquês do alto do sólio régio erguido na universidade entregou a seu reitor os sábios estatutos, que marcando a rota da inteligência, fizeram a ressurreição brilhante dos estudos clássicos já em abatimento. Como estão longe esses tempos, e como são raros os ministros que cuidam das glórias do passado.

Matriculou-se José Bonifácio na Faculdade de Direito Canônico e em Filosofia Natural, em cujas matérias se formou de haver dado os mais modestos, sim, porém notáveis testemunhos de sua prodigiosa inteligência, e renascido fervor pela ciência.

De Coimbra retira-se saudoso José Bonifácio para Lisboa, onde gozava de toda a influência e prestígio da nobreza ornada de inteligência e glórias cívicas, o duque de Lafões. Ele estende a mão de amigo e admirador sincero ao jovem José Bonifácio, para propor e fazer aceitar o brasileiro no recinto da Academia Real das Ciências.

Naquele tempo, a entrada na Academia das Ciências era um grande sucesso, porque ali os ministros compareciam a suas sessões, levando a intenção de escolherem ali os homens que depois deveriam passar ao serviço do rei.

O duque de Lafões foi um verdadeiro amigo de José Bonifácio e de Portugal, para quem preparava um grande servidor. Que belo patronato!

José Bonifácio começa a aparecer na arena gloriosa que se lhe abria por vontade do duque de Lafões, com um brilho tal, que em pouco tempo atraiu a atenção e amizade dos sábios que frequentavam a real Academia. Leu algumas memórias suas que lhe trouxeram verdadeiros triunfos e a reputação de naturalista.

A provança científica foi curta, porém fértil. Em 1789, a graciosa rainha de Portugal D. Maria I rubricou o decreto de nomeação feito a José Bonifácio e um outro brasileiro Arruda Câmara, sob proposta da Real Academia de Ciências, a fim de fazerem uma viagem científica por toda a Europa como naturalistas, e especialmente metalurgistas, à custa do Erário régio, voltando para Portugal, enriquecidos de novos conhecimentos nestas especialidades, que se tornariam em lucro para a nação. Hoje tal nomeação talvez se capitulasse de esbanjamento.

Em 1790, começou José Bonifácio sua excursão científica: percorreu a França, Alemanha, Bélgica, Holanda, Itália, Hungria, Boêmia, Suécia, Noruega, Dinamarca e Turquia. Como mineiro da ciência, desceu nas profundezas da

Terra, trazendo sempre à luz do dia verdades desconhecidas. Tudo estudou com a mais parada atenção, ouviu os sábios — Abraão Werner em Freyberg, o conde de Burgsdorf, Alexandre Volta em Itália, Lavoisier, De Chaptal, De Fourcroy, Lourenço Jussieu, Abade Hauy em Paris, Nicholson em Londres, Abigaerdg em Copenhague, Bergmann em Upsala, Saluccio, De Menusiglio em Turim e Priesley em Haikney. Obteve de toda essa plêiade brilhante de pensadores os mais honrosos títulos científicos, e com eles entreteve relações de amizade como soem ser as dos sábios.

Por seus trabalhos literários, alguns dos quais se referiam ao Brasil, tornou-se conhecido em toda a Europa, como atestam os seus diplomas de sócio das mais afamadas corporações científicas do mundo. José Bonifácio era membro da Academia Real das Ciências em Lisboa; das de Estocolmo, Copenhague, Turim; da Sociedade dos Investigadores da Natureza em Berlim; das de História Natural e Filmática de Paris; da de Geologia de Londres; da Werneriana de Edimburgo; da Mineralógica e da Lineana de Jena; da de Física e História Natural de Gênova; da Sociedade Marítima de Lisboa; da de Filosofia de Filadélfia; e da Imperial Academia de Medicina do Rio de Janeiro. Além de suas memórias, escreveu para muitos jornais científicos da Alemanha, França e Itália, notando-se entre esses trabalhos os que são relativos às minas da Suécia, Noruega, e ao fluído elétrico, que Fourcroy honrou publicando em seus anais de química.

Na Alemanha, ouviu igualmente as lições de filosofia de E. Kant, e com tal proveito, que depois ensinou as doutrinas deste grande metafísico a seu ilustre irmão Martim Francisco, o qual, apaixonado santa e justamente pelas sublimes teorias do filósofo de Königsberg, abriu uma aula de filosofia em São Paulo, com o intuito de dar a lume suas desconhecidas doutrinas naquela boa cidade, onde o Gênese era explicado no convento de São Francisco pela poderosa palavra de frei Francisco de Montalverne.

Humboldt, talvez a primeira inteligência que neste século partiu do seio da eternidade, se correspondia com o nosso distinto patrício José Bonifácio.

Em 1800, voltou José Bonifácio para Portugal após 10 anos de estudos de observação, rico de idéias e poderoso pela reputação que havia adquirido, não obstante o ruído da guerra européia, que parecia chamar todos os espíritos para a glória das armas!

Ainda não tinha José Bonifácio descansado dos continuados estudos de 10 anos, quando foi surpreendido pela nomeação de lente da Universidade de Coimbra para ler em aulas de geognesia e metalurgia, cadeiras criadas para ele expressamente, conferindo-lhe a Universidade de logo o grau de doutor em filosofia natural, grau exigido pelos estatutos e sem o qual ninguém poderia fazer lições na Universidade.

Era então ministro D. Rodrigo de Sousa Coutinho, conde de Linhares, que substituiu o duque de Lafões no honroso empenho de aproveitar as luzes e probidade de José Bonifácio. Que belas lições de governo não se tira da vida de José Bonifácio — sempre procurado para os empregos pelos ministros e grandes senhores do reino!

Retirou-se José Bonifácio para Coimbra, em cujos arredores arrendou uma quinta de Almegue, empregando-se no magistério que deixou vestígios vivos na Universidade e em plantações apropriadas a seus estudos de botânica.

Como intendente-geral das minas, fez a Portugal serviços, de que ainda hoje existem provas irrecusáveis. A amizade entre ele e o conde de Linhares se aperta todos os dias e, na proporção de seus feitos, ganha glória para si, para o ministro e para o rei.

A invasão dos franceses em Portugal no ano de 1808 acendeu em seu coração patriótico os brios da nacionalidade ofendida, como também acontecera na Alemanha; ele marcha à testa do corpo acadêmico, deliberado a arriscar a vida da mais bela mocidade e a sua, em sacrifício da liberdade portuguesa. Aquartelou-se na heróica cidade do Porto, onde lord Wellington deixou o coronel Trant, o qual alevantou algumas autoridades internas, e como José Bonifácio era graduado desembargador, incumbiu-lhe a polícia da cidade. Todo o seu pecado neste emprego interino consistiu em mandar soltar muitos e bons portugueses como inocentes do crime da inconfidência.

Acusado nas Cortes portuguesas na sessão de 28 de junho de 1822, como réu do crime de lesa-despotismo, o seu ilustre irmão Antônio Carlos o defendeu de tais crimes alevantados pelo deputado Ferreira Borges; e na sessão de 1º de julho, o grande orador brasileiro, em um discurso modelo de eloquência, lógica e patriotismo, disse falando de seu irmão José Bonifácio:

"Justo Deus, em que tempo estou! É despotismo salvar a humanidade! É despotismo salvar as vítimas das injustas prevenções de uma plebe brutal e furiosa! Benfazeja Providência, que vigias sobre os destinos da nação portuguesa: tu, que espero e creio, conservarás a integridade deste império apesar dos encontrados empuxões da inexperiência, da ignorância presunçosa e da mesquinha rivalidade, permite que se, entre o clangor das armas, no silêncio das leis, no meio das convulsões da anarquia, houver de insinuar-se alguma arbitrariedade e poder discricionário, seja este sempre disposto, como foi o grande déspota José Bonifácio, a desoprimir a aflitos a arredar da garganta da desgraça a espada do ressentimento, a arrancar, enfim, das fauces ensanguentadas da vingança as vítimas que ela já saboreava!"

A acusação estalou como um raio aos ouvidos do acusador! E nenhum outro libelo acusatório as Cortes portuguesas irritadas tiveram ânimo de oferecer contra o patriarca da independência brasileira!

Em 1819, pede José Bonifácio licença, e obteve, para voltar à pátria. Chega ao Rio de Janeiro, delibera recolher-se a Santos, sua cidade natal, no sítio dos Oiteirinhos de sua propriedade, onde só poderia em sossego tratar de metodizar seus trabalhos científicos, e no regaço do sossego, quiçá da solidão, interrogar a natureza virgem da Pátria sobre seus mistérios!

Indo despedir-se e pedir as ordens d'el-rei o Sr. D. João VI em companhia de seu irmão o finado conselheiro Martim Francisco, el-rei tentou obstar a viagem do sábio, dizendo-lhe que dele muito era mister para reitor de uma universidade que tinha em mente constituir na corte. José Bonifácio disse que de Santos responderia a S. M. caso houvesse de chamá-lo para tão honroso empenho.

Em março de 1820, junto com seu irmão Martim Francisco, fizeram uma excursão montanística em parte da província de São Paulo; designaram os terrenos auríferos, descobriram novos minerais, descreveram-nos e especificaram as espécies de ferro encontrado. Esta notícia foi publicada no *Journal des Mines*.

Eis os traços gerais de sua vida de sábio. Sobre sua vida política não faremos observações, apenas recordaremos as épocas dos grandes feitos, porque só temos fé no futuro e na posteridade.

A 24 de dezembro de 1821, redigiu e apresentou em pessoa a 1º de janeiro de 1822 a representação da junta provisória de São Paulo, pedindo ao príncipe regente de ficar no Brasil, apesar do decreto das Cortes portuguesas.

Em 30 de janeiro, entrou no Ministério do Reino e Estrangeiros.

Em 3 de julho de 1822, constituiu-se o Ministério da Independência, que se compôs de José Bonifácio, Martim Francisco, conde de Sousa, Pinto Miranda Montenegro, Luís Pereira da Nóbrega de Sousa Coutinho.

Fez-se a independência (7 de setembro de 1822).

Os trabalhos que venceram José Bonifácio e seus colegas para constituir-se o Império livre, que se imaginem, já se não podem recordar no curto espaço que nos foi marcado.

Nesta memorável campanha da independência o Washington foi José Bonifácio, não só pela sua abnegação e modéstia, que bem era atestada pelo finado senador João Evangelista, quando narrava as repugnâncias que encontrou em

José Bonifácio para subir ao poder, como pelos grandes riscos a que se aventurou.

Ao Sr. D. Pedro I, jovem príncipe herdeiro da coroa portuguesa, tudo seria perdoado no dia da derrota e da desgraça. Pelos virulentos e insultuosos discursos dos mais preeminentes oradores das Cortes portuguesas se vê que toda a vingança tinha de cair tremenda sobre a cabeça de José Bonifácio. A José Bonifácio esperava o cadafalso ou a masmorra perpetuamente!

Em 17 de abril de 1823, convocou-se a Assembléia Constituinte brasileira, e José Bonifácio foi nomeado seu presidente. Daí a três meses justos, foi demitido José Bonifácio e dissolvido o ministério da Independência.

Dissolvida a constituinte a 12 de novembro, foi preso e deportado José Bonifácio juntamente com seus irmãos, o Sr. Montezuma, hoje visconde de Jequitinhonha, e outros, e conduzidos para o desterro pela fragata Lucônia! Sobre os azares desta viagem nada diremos, porque não é tempo, porém copiaremos um eloquente trecho do mais exímio de nossos oradores acadêmicos, o Sr. Porto-Alegre:

"Os acontecimentos ocorridos naquela inesperada deportação a bordo do navio que os conduzia, eu tremo de os narrar. A história ainda não divulgou esse horrível acontecimento, essa espécie de odisséia, esse naufrágio *sui generis*, essas revoltas, essas traições, essa fome; e a energia de José Bonifácio e as representações ao governo de Espanha. Mas, quando divulgar, a posteridade há de tremer, como eu estremei ao ouvi-lo da própria boca das vítimas, com uma serenidade patriarcal e com aquele amor com que narramos os perigos do passado."

Nem mais uma palavra, as escritas e citadas valem tudo.

Depois de cinco anos de desterro, volta à pátria e, mudo e silencioso, sem exalar um queixume sequer, desterra-se voluntariamente para a ilha de Paquetá.

O decreto de 29 de agosto de 1829 lhe concede quatro contos de réis de pensão anual para indenizá-lo dos ordenados que perdera com a Independência. Ele aceita.

Em 6 de abril de 1831, na hora solene da abdicação de um trono, o Sr. D. Pedro I procura o companheiro e conselheiro de 1822, o patriarca da Independência, o sábio amigo de Humboldt, o exilado de 1823, a vítima que por sua coragem escapou às garras do algoz em Vigo — para entregar-lhe o precioso legado da tutela de seus amados e prezados filhos — e ainda o encontrou fiel e desinteressado! José Bonifácio aceita a tutoria.

Por decreto de 14 de dezembro de 1833, a tutoria instituída pelo pai Augusto Ihe foi arrancada. Ele protestou ao mundo e ao Brasil, sofreu perseguições e julgamentos. O marquês de Itanhaém o substituiu.

Em 6 de abril de 1838, o conselheiro José Bonifácio de Andrada e Silva entregou sua alma pura, grande e sábia ao seu Criador!

Sua morte foi um triste acontecimento, que feriu a todos os corações brasileiros.

Os talentos do tempo rodearam seu féretro e choraram-no esparzindo saudades sobre seu túmulo! A posteridade, quando, levada de entusiasmo pelos seus feitos, procurar o seu jazigo, talvez não o encontre; ainda menos sua estátua ou singela pedra, que comemore a gratidão de seus contemporâneos!

Desceu à tumba aos 75 anos de idade com o hábito de Cristo, com que a dadivosa mão de D. Maria Ihe honrou o peito, e embrulhado na beca de desembargador do tempo colonial! Eram todas as suas honras!

Não! que a verdade seja dita ante a sepultura do Patriarca da Independência!

A Assembléia Provincial de S. Paulo em 1838, por intermédio do presidente da província, decretou o que se segue:

"O Dr. Venâncio José Lisboa, presidente da Província de S. Paulo, etc. Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembléia Legislativa provincial decretou e eu sancionei a lei seguinte:

"Artigo único. Fica elevada à categoria de cidade de Santos a vila do mesmo nome, pátria do conselheiro José Bonifácio de Andrada e Silva."

Sua biblioteca foi enriquecer a Biblioteca Nacional, por sua derradeira vontade, a qual seus ilustres irmãos religiosamente cumpriram.

Suas cinzas dormem na igreja de Nossa Senhora do Carmo em Santos!

VISCONDE DE CARAVELAS



Confrange-se-nos o coração sempre que aos olhos do povo apresentamos a tela brilhante, onde se acha lavrado o painel das glórias de um vulto gigantesco da nossa história política. A fria lousa do sepulcro tem-se fechado sobre os beneméritos da pátria, e a mocidade de hoje, esquecida talvez da preciosa herança que nos legaram os apóstolos da nossa Independência, e os defensores valentes de nossas liberdades públicas, vê no túmulo não o istmo que prende a terra à eternidade, nem o quadro luminoso onde devemos ler os feitos ilustres dos nossos heróicos antepassados, mas sim o emblema do nada, e a imagem do esquecimento.

O retrato venerando de **Manuel Alves Branco** ocupa um lugar distinto na Galeria dos Brasileiros Ilustres, e é o mais solene protesto à opinião daqueles que julgam do passado pelo presente.

Manuel Alves Branco, filho do negociante João Alves Branco e D. Ana Joaquina de S. Silvestre, nasceu em 7 de junho de 1797 na cidade da Bahia, onde estudou

as primeiras letras, as línguas latina e francesa, a lógica e a retórica. As provas brilhantes que deu do seu talento nas escolas da Bahia levaram sua família a mandá-lo em 1815 para Coimbra, onde se formou em direito e ciências naturais, havendo também frequentado por três anos o curso de matemáticas.

Regressando em 1824 à sua pátria natal, fez uma viagem ao Rio de Janeiro, donde voltou despachado juiz do crime da cidade da Bahia. O modo satisfatório por que cumpriu os deveres desse cargo durante o espaço de três anos lhe granjeou a nomeação de juiz de fora da vila de Santo Amaro.

O respeito e consideração que a todos inspiravam as qualidades invejáveis de Manuel Alves Branco tornaram-no merecedor do lugar de juiz de fora da Corte, e da honra de ser eleito deputado à segunda legislatura da assembléia geral.

Tomando assento na Câmara dos Deputados, alista-se nas compactas e brilhantes fileiras do Partido Liberal, e em breve mostra na tribuna e no gabinete o mais profundo talento. Manuel Alves Branco é encarregado de confeccionar o Código do Processo Criminal, apresenta vários projetos sobre a judicatura e o sistema eleitoral, pugna pela patriótica idéia das incompatibilidades dos juízes e outros empregados, e assina com o deputado filósofo de sua província a proposta da liberdade completa de consciência e federação monárquica.

O procedimento de Manuel Alves Branco nas duas primeiras sessões da segunda legislatura revela uma alma verdadeiramente liberal. Não é debalde que o ídolo das poesias que nos legou o ilustre baiano é sempre a liberdade.

A maioria da Câmara dos Deputados condenou os projetos de Alves Branco; sempre se esforçou por melhorar os diferentes serviços públicos, e quiseram votar ao desprezo ou esquecimento. Em 1834 e 1855 triunfaram no Parlamento medidas idênticas às propostas por Alves Branco em 1831.

Nomeado contador-geral do Tesouro Nacional, confecciona importantes regulamentos de contabilidade e escrituração por partida dobrada, e em breve é nomeado ministro da Justiça e Estrangeiros. Como ministro, Alves Branco sempre esforçou-se por melhorar os diferentes serviços públicos, e ainda uma vez maldisse o Parlamento por desaprovar a convenção que havia feito com Mr. Fox sobre a repressão do tráfico. Em desinteligência com o regente Feijó, e além disso molesto, retirou-se do Ministério, e voltou à Bahia, que lhe dá a prova mais solene de sua admiração e gratidão honrando-o com um lugar numa lista senatorial.

Escolhido senador em julho de 1837, é chamado para a pasta da Fazenda do Império, recusa a regência interina do Império, quando Feijó, desgostoso do procedimento insólito e inqualificável do partido negreiro, renuncia ao cargo a

que o tinha elevado o sufrágio universal. O estadista eminente não se dedigna de ocupar o humilde lugar de membro do Tribunal de Contas depois de haver sido elevado às mais altas posições do estado.

Era tal a reputação de Manuel Alves Branco, que o regente Pedro de Araújo Lima, hoje marquês de Olinda, nomeou-o em 1840 ministro da Fazenda. Nesse caráter introduziu no Tesouro o sistema de contabilidade adotado na França. Voltando ao ministério da Fazenda em fevereiro de 1844, melhorou a arrecadação das rendas e o sistema de ancoragem, e confeccionou a tarifa das alfândegas. Ficou até maio de 1846.

Em 22 de maio de 1847 foi pela última vez chamado aos Conselhos da Coroa como ministro da Fazenda e do Império.

Como funcionário público mostrou Alves Branco uma incorruptibilidade descomensurada; como ministro nunca deixou de apresentar medidas importantes sobre as fontes da riqueza nacional; como deputado e senador, foi sempre escolhido para as comissões de maior consideração.

Manuel Alves Branco possuía apenas o oficialato do Cruzeiro, quando o monarca em 2 de dezembro de 1854 lhe conferiu o título de visconde de Caravelas, do qual gozou pouco porque morreu a 13 de julho de 1855.

A sucinta mas verdadeira exposição que acabamos de fazer da vida pública de Alves Branco engendra-nos a convicção profunda de que é merecedor da honra de ser colocado no Panteão de nossas glórias. A província da Bahia, ciosa dos nomes ilustres do grande estadista visconde de Cairu e do distinto literato visconde da Pedra Branca, se ufanará de ver colocada a efígie veneranda do visconde de Caravelas a par dos bustos desses filhos diletos, cujos troféus alcançados na conquista da ciência e das letras lhes abriram o templo da imortalidade.

A posteridade, talvez mais imparcial do que a idade contemporânea, concederá ao cidadão Alves Branco os foros de grande jurisconsulto, eminente legislador, abalizado estadista e profundo economista.

O santuário da poesia abrir-se-á para receber a veneranda estátua de Alves Branco, e a lira de ouro dos poetas calar-se-á ao som das harmonias do verso do baiano, que se glorificou pela admiração que lhe inspiraram as produções dos mais acreditados literatos.

Ainda bem que a pena diamantina de uma das nossas glórias literárias, o Sr. Manuel de Araújo Porto Alegre, já antecipou o juízo que a geração futura tem de proferir sobre o visconde de Caravelas.

A vida pública de Alves Branco não foi senão o reflexo brilhante de sua vida privada. Quem o conheceu faz justiça à maneira por que sempre cumpriu os deveres de esposo e de pai.

As tribulações em que constantemente vivia como homem em extremo escrupuloso no desempenho das comissões de que a bem do povo era encarregado não o impossibilitavam de derramar sobre seus filhos os carinhos de um extremoso pai.

Quantas vezes não ouviu Alves Branco as pessoas que o procuraram tendo nos braços um dos seus mais tenros filhos! Tanta magnanimidade de coração, tanta grandeza de alma, fazem-nos prostrar com a maior humildade ante a campa que encerra o corpo inanimado do visconde de Caravelas.

O homem que no seio da família e em face do povo dá eloquentes demonstrações de um bom pai de família e de um cidadão capaz de sacrificar-se pelo bem geral da nação, é merecedor de oblações maiores do que as que mereceu Alves Branco.

A austeridade de costumes, a probidade elevada ao grau de loucura e o caráter severo do visconde de Caravelas dizem a herança que legou à sua progênie.

Os filhos desse homem, cujos gloriosos feitos a mão poderosa do tempo escreveu no livro da História, esquecem as amarguras da pobreza guardando com zelo a imorredoura memória de seu ilustre pai.

Inscrevamos no modesto túmulo de Alves Branco o honroso epitáfio por ele próprio proferido momentos antes de expirar — nasci pobre e pobre morrerei; mas nasci na mediania social, e fui elevado ao fastígio das posições pela magnanimidade de um príncipe que não pergunta pelos avós dos servidores do estado.

D. PEDRO II



A importância imensa ligada pelos reis de Portugal ao comércio da Ásia e África foi a causa do desprezo em que jazeu o Brasil durante os primeiros tempos de sua descoberta. A Providência condoída da triste sorte dos brasileiros inflama-lhes no peito o sagrado fogo do patriotismo, e indica-lhes os brilhantes resultados que para sua pátria deviam provir, se porventura aos raios do sol da liberdade se fundissem as algemas que apertavam os robustos pulsos do futuro gigante da América.

Em 1790 ecoou nas virgens florestas do Brasil o primeiro grito de Independência. Os patíbulos são levantados, e as portas das prisões escancaradas diante dos patriotas que em Vila Rica ousaram erguer o pavilhão de uma nacionalidade.

O povo estorce-se nas dores do desespero; não possui recursos poderosos que importem a realização do seu desiderato, e considera as hecatombes o prêmio daqueles que protestam contra a egoística política da metrópole.

Um grande acontecimento traz o alívio das vítimas oferecidas em holocausto nos altares da pátria. As invencíveis águias da França pairam no horizonte lusitano, e a família real, amedrontada diante da bandeira tricolor que tremulava na egrégia cidadela de Afonso Henriques, busca um asilo seguro na terra de Cabral.

O entusiasmo dos brasileiros foi unânime e excessivo, e viram na chegada da Casa de Bragança a primeira pedra levantada para a inauguração do edifício da independência da colônia.

D. João VI, a quem se confiara o governo da nação em consequência do estado desgraçado de sua mãe, sela a sua administração com o estabelecimento das mais úteis instituições.

Em 1815 é o Brasil elevado à categoria de reino. Em 1821 volta D. João VI para Portugal, e deixa seu filho D. Pedro revestido da autoridade de príncipe regente.

Pouco tempo antes havia D. Pedro desposado a arquiduquesa de Áustria D. Leopoldina, filha distinta dos césores, e irmã da segunda esposa de Napoleão. Esta aliança encheu de júbilo a nação, e enquanto Napoleão expiava em Santa Helena o crime de plantar na Europa inteira a árvore da liberdade constitucional, D. Pedro principiava a gloriosa cruzada de conquistar a Independência do Brasil.

O dia 9 de janeiro de 1822 foi o crepúsculo brilhante que precedeu ao dia 7 de setembro. O povo embriaga-se de prazer nos festins celebrados por ocasião da independência do Império, e no meio dos epicênios entoados em honra do imperador, pede a convocação de uma Constituinte que formule a Constituição política da nação. Razões que por agora não queremos analisar levaram D. Pedro a dissolvê-la, e a 25 de março de 1824 é jurada a Constituição que hoje nos rege.

O brado heróico proferido pelo fundador do Império nas virgens campinas do Ipiranga ecoava ainda na amplidão do espaço, e as aclamações com que o povo havia colhido a Constituição política da nação repercutiam na imensidade dos mares, quando a Providência, vindo em auxílio dos brasileiros já cansados de sofrer as torturas do absolutismo, que apenas se enfraquecera aos primeiros raios da luz da liberdade constitucional, concede-lhes a 2 dezembro de 1825 o verdadeiro penhor da prosperidade do Brasil. O nascimento do senhor **D. Pedro II** marca uma época importante nos Anais da nossa história política. Os mártires de 1824 condenaram os excessos da realeza, mas em breve a aurora do dia 2 de dezembro, que a história da humanidade assinala como um dos mais célebres da vida dos povos, irradia-lhes a mente. Aqueles que no patíbulo expiaram o crime de 1824 lavam com seu sangue o trono imperial das nódoas da iniquidade e orgulham-se de ver refulgir no diadema real a esperança de jamais serem

calcados os direitos do cidadão, e aniquiladas as garantias do povo. Aqueles que por mais felizes escaparam da morte saúdam a aurora desse dia memorável que para sempre afugentou as trevas do absolutismo que de vez em quando toldavam o horizonte do Brasil, e que assegurou o futuro brilhante da nação.

D. Pedro, circundado dos patrióticos ministros de 1822, havia-se posto à testa do movimento glorioso da nossa Independência, e acedido aos desejos do povo, que prosternado aos pés do imortal fundador do Império pedia-lhe a convocação de uma Constituinte que desse aos brasileiros as tábuas sagradas de uma nova lei. As cadeias do cativo esfarelaram-se ao sopro das auras livres dos nossos bosques.

Com razão, os respeitáveis heróis da Constituinte desconfiaram do imperador, quando chamou para substituir aos ministros de 22 homens que se tinham mostrados contrários à nossa Independência. Não pretendemos justificar a oposição virulenta que a Assembléia Nacional declarou ao novo Ministério: a imparcialidade nos aconselha a dizer que a situação melindrosa em que se achava o Brasil foi a causa desse receio e desconfiança que os deputados constituintes manifestaram pela volta ao antigo sistema governativo.

A inauguração de uma forma de governo compatível com a dignidade do homem e com os brios de um povo que, embora por muito tempo escravo, soubera sempre amar a liberdade, era uma necessidade palpitante. As hecatombes que precederam ao triunfo da nossa emancipação política, ao passo que comprovam essa tendência que os povos do Brasil patentearam desde as mais remotas eras para a aquisição dos foros de nação livre, eram também o obstáculo maior que se opunha à organização de um gabinete, composto de homens que outrora se disseram infensos à nossa Independência. Não era, pois, de estranhar que os filhos prediletos da nação se embriagassem nos festins celebrados em louvor da nossa primeira conquista, e deixassem escapar no recinto sagrado da assembléia popular palavras que de algum modo ofendessem o prestígio da autoridade. Quando é breve o triunfo de uma empresa custosa, são desculpáveis os desvarios dos vencedores.

D. Pedro, acercado de homens que aos olhos do povo mereciam o título de criminosos de lesa-pátria, dissolve a convenção nacional, e justifica seu procedimento com o receio de ver a Constituinte brasileira transformada em arena dos mais perigosos anarquistas. Aqueles que, ao lado de D. Pedro, assistiram à Independência do Brasil são retirados da cena pública e lançados em galeões para serem transportados às mais ignotas praias.

O povo desgosta-se do imperador, a revolução eleva seu colo altivo, e embora por algum tempo sufocada, rebenta com maior estridor.

Estava talvez marcada a hora em que D. Pedro devia deixar o manto imperial que há pouco sobre seus ombros desdobrara o povo. Estava talvez marcada a hora em que D. Pedro devia entregar a coroa e o cetro do Brasil que a nação lhe oferecera em galardão dos serviços relevantes que prestara ao florescente império.

O dia 7 de abril de 1831 foi a consequência da dissolução da Constituinte. Os ministros que aconselharam ao imperador as medidas violentas de 1823 foram os primeiros autores da sua abdicação. Em vez de terem recuado diante dos bastiões levantados pelo povo, provocaram instantaneamente as iras da nação.

Em breve se não respeita mais a pessoa do imperador, que ofendido em sua dignidade conserva no poder aqueles de quem o povo se queixava. A retirada do Ministério teria salvado o Brasil da hidra revolucionária, a sua conservação irritou os ânimos de maneira tal que a nação considerou o imperador a causa dos males que a afligiam.

Se os ministros de D. Pedro tivessem procedido como aconselhava o bem do Brasil, teria sido possível a conciliação entre o imperador e o povo.

Hoje o historiador imparcial pode proferir um juízo certo sobre os acontecimentos de 1831. Se de um lado D. Pedro devia atender às reclamações da nação, de outro lado o povo não devia concorrer para que ele renunciasse a um trono que lhe fora oferecido em homenagem dos feitos por ele obrados em prol da Independência do Império.

A abdicação de D. Pedro foi o abismo mais perigoso cavado aos pés do povo. A morte de D. Leopoldina cobriu os príncipes com as vestes da orfandade: a renúncia de D. Pedro abandonou-se à generosidade do povo. Por direito de sucessão o trono imperial competia ao Sr. D. Pedro II. Entretanto as paixões políticas dominavam o coração dos revolucionários. Três partidos disputavam a palma da vitória.

D. Pedro havia deixado seu filho com a idade de 6 anos, e nomeado seu tutor ao patriota José Bonifácio de Andrada e Silva. A uma regência composta de três distintos cidadãos confiou-se na forma da lei o destino do Brasil, e a escolha de Diogo Antônio Feijó para ministro da Justiça foi anunciada como presságio da salvação de nossas instituições. Os absolutistas e republicanos foram exterminados; e os defensores da Constituição elevados aos fastígios das posições do estado.

O partido moderado proclama a vitória, e vai além do que convinha à integridade e segurança do estado. Concede-se às províncias uma liberdade ampla de ação, e declara-se eletivo o cargo de regente, quando não haja membro da família reinante que o ocupe.

O povo saúda o triunfo da monarquia, e nas praças públicas apregoa como Imperador aquele que pela Constituição devia suceder a D. Pedro I. Os inimigos do princípio da hereditariedade vêem no movimento de 31 a imagem eloquente de uma eleição popular, e consideram o governo do Sr. D. Pedro II antes filho do sufrágio universal do que do direito de sucessão.

Diogo Antônio Feijó, a quem com razão se denomina o salvador do Império, é escolhido regente. Em breve a assembléia geral declara-lhe uma oposição violenta e obriga-o a renúncia à regência. É eleito para substituí-lo o Sr. Pedro de Araújo Lima, hoje marquês de Olinda. Não tardou muito que a representação nacional se manifestasse contra seu governo.

O decênio das regências foi um complexo de calamidades que pesaram sobre o Brasil. Com razão esperava o povo com ansiedade a época em que o Sr. D. Pedro II tomasse as rédeas do governo. Os desmandos da regência, e o desejo ardente que os representantes da nação manifestavam pela maioria do jovem Imperador apressaram esse importante acontecimento. O deputado Antônio Carlos pede a maioria do Sr. D. Pedro II. O povo acompanha-o nesse louvável procedimento, e o — quero já — proferido pelo nosso atual imperador leva a assembléia geral a colocá-lo à testa dos negócios públicos no dia 23 de julho de 1841, pressagiou o verdadeiro reinado da liberdade constitucional.

As províncias do Império, que há muito lutavam com a hidra da revolução, buscam abrigo à sombra do trono imperial. A anistia é o conforto que o monarca concede àqueles que nos cárceres sofriam os tormentos de uma condenação por faltas dignas da compaixão pública. Enfim, o manto imperial protege todos os brasileiros, e estimula-os a amarem-se como irmãos. O Sr. D. Pedro II coloca-se acima das paixões políticas. Chama indistintamente para o Ministério homens das diversas parcialidades, e desgostoso das exagerações de partido que em 1842 e 1848 foram causa de guerras civis, arvora o pavilhão de uma política nova, que acabará com os excessos dos partidos políticos e concorrerá para que os brasileiros perpetuamente se conglacem.

Casou o Sr. D. Pedro II por procuração em 30 de maio de 1843, e recebeu as bênçãos em 4 de setembro do mesmo ano, com S. M. a Sr^a Teresa Cristina Maria.

A Providência abençoou esta feliz união, concedendo a SS. MM. II quatro filhos: os príncipes Afonso e Pedro, e as princesas Isabel e Leopoldina. Quis a fatalidade que em breve fossem chamados aos céus os dois príncipes. Existem as duas princesas, que formam as delícias dos seus augustos pais.

Os atos da vida pública do Sr. D. Pedro II atestam sua capacidade intelectual e uma erudição invejável. As nações estrangeiras consideram-no como um dos mais ilustrados monarcas.

É o primeiro a colocar-se à testa de todo o movimento literário e industrial inaugurado no Império, e um protetor extremo das ciências, letras e artes. Não há dia em que o Sr. D. Pedro II não honre com sua presença alguma das faculdades da corte, alguma associação literária, e constantemente visita aqueles colégios que mais serviços têm prestado à educação e instrução dos brasileiros confiados à solícitude dos seus diretores.

A bolsa do nosso Imperador abre-se sempre ao pobre que lhe suplica uma esmola. Milhares de famílias de servidores do estado dirigem fervorosas súplicas ao Onipotente pela conservação da vida daquele que por meio de pensões lhes mitiga os sofrimentos que infelizmente ainda hoje cabem às mulheres e filhas dos homens encanecidos nos serviços da pátria.

Nos dias de epidemia, vai consolar em sua choupana o filho ingrato da fortuna que se estorce de dor no seu leito de palha; visita os diferentes hospitais, e ordena que parte de sua insignificante dotação seja distribuída pela classe pobre.

LUÍS PEDREIRA DO COUTO FERRAZ



A 7 de maio de 1818, nesta cidade do Rio de Janeiro, nasceu o conselheiro **Luís Pedreira do Couto Ferraz**, filho legítimo do desembargador agravista da Casa da Suplicação do Rio de Janeiro, Luís Pedreira do Couto Ferraz, e de D. Guilhermina Amália Correia Pedreira.

Seu pai, varão de grata memória, com espírito ilustrado e magistrado integérrimo, ocupou-se dos primeiros passos de sua educação moral e literária, e aos 7 anos de idade tinha completado o estudo das primeiras letras.

Por ele entregue ao célebre latinista Florêncio, e sucessivamente a outros mestres, achou-se o conselheiro Pedreira na idade de 13 anos pronto em todos os preparativos exigidos então pelos estatutos da Faculdade de São Paulo.

Sem idade legal para matricular-se na Academia de Direito, e sendo negada pelo governo, por contrária à lei, a dispensa pedida por sua mãe, já então viúva, passou os dois anos de espera no estudo das línguas vivas, e outras matérias, que muito concorreram para o desenvolvimento e progresso do seu espírito.

Aprovado plenamente na Academia de S. Paulo em todos os estudos preparatórios, aos 15 anos de idade matriculou-se no curso jurídico, tomou o grau de bacharel formado em direito no dia 6 de novembro de 1838, e em abril do ano seguinte o de doutor.

Convidado por alguns de seus mestres, e depois de reiteradas instâncias do Dr. Antônio Maria de Moura, bispo eleito do Rio de Janeiro, resolveu opor-se a uma das cadeiras de lente substituto.

No mês de agosto de 1839, voltou a S. Paulo, entrou em concurso, e sendo proposto pela congregação foi nomeado logo em seguida pelo governo imperial, de sorte que ainda naquele mesmo ano tomou posse do lugar de lente, e, com a idade de 21 anos, teve a honra de sentar-se entre seus mestres, e de com eles assistir aos atos de alguns anos da mesma faculdade. Nesta benemérita posição conservou-se o conselheiro Pedreira até o ano de 1845, em que tomou assento na assembléia provincial do Rio de Janeiro.

Encerrada a assembléia provincial, e tendo aparecido grande divergência entre o visconde de Sepetiba, presidente da província, e o vice-presidente em exercício, divergência que fez recear sérias desordens em alguns municípios em consequência da excitação dos ânimos, foi o conselheiro Pedreira nomeado vice-presidente, em dias de julho de 1846 entrou no exercício da administração da província.

Reunindo as qualidades da moderação, da perspicácia, e de uma grande atividade no gabinete e fora dele, governou a província naquela difícil conjuntura com uma prudência tal, que os ânimos se acalmaram; e ao passo que mereceu elogios da própria imprensa oposicionista, e em pleno Senado os do marquês de Paraná, conhecido pela sua franqueza, coragem e lealdade, o governo deu-lhe uma evidentíssima prova do quanto avaliava sua administração, nomeando-o presidente da província do Espírito Santo, e pouco depois condecorando-o com o oficialato da imperial ordem da Rosa.

Na província do Espírito Santo congregou os partidos ali existentes, moderou as opiniões extremas, e concentrou em si as simpatias gerais.

Obtido este primeiro triunfo, tratou de por si mesmo conhecer a província, e viajou com aquele fruto que uma inteligência altamente cultivada pode colher. Reconheceu na excelência topográfica da província, orlada de mar, cortada de rios, com um solo fertilíssimo, que só lhe bastava, para progredir, concórdia e

braços, e para isso solicitou do Ministério, e mandou ir para ali uma porção de colonos alemães, com os quais fundou a colônia de Santa Isabel cuja prosperidade atesta sua vigilância e previdência; e a prova maior do que acabamos de dizer é a de terem ficado os colonos dentro em pouco tempo em sua maioria independentes dos auxílios pecuniários do governo, tratando atualmente de promover a vinda de seus parentes e amigos para aquele novo núcleo de população.

Ao passo que colonizava e estendia os bens da agricultura, cuidava da catequese dos indígenas, e promovia o seu melhoramento moral e material com incansável assiduidade, para o que nunca se poupou a esforços, quer viajando com os cômodos usuais da terra, quer caminhando às vezes a pé por alguns lugares, perlustrando sertões e entregando-se a todas as privações inseparáveis de semelhantes viagens.

Promoveu o melhoramento da instrução primária, as vias de comunicação, e, homem que abraça todo o pensamento generoso e bom, continuou as obras planejadas por seus antecessores, como foram as da estrada de S. Pedro de Alcântara e outras.

Foi ele quem deu os primeiros passos para a nova estrada de Santa Teresa, coroados com o mais feliz sucesso, a qual, segundo o primeiro projeto, devia partir das cachoeiras do rio de Santa Maria, no município da capital, e chegar ao Cuiaté, em Minas, e nesta exploração empregou alguns índios sob a direção do sargento Norberto, que longos anos habitara as matas, e que mandou vir de propósito daquela província, prometendo-lhe um prêmio se, explorando as florestas virgens, fosse ter ao ponto destinado. O ano de 1847 está ainda presente na memória de todos os espírito-santenses, assim como a grata lembrança de tão pacífica e inteligente presidência. Em reconhecimento a estes serviços, foi o conselheiro Pedreira eleito em 1848 deputado à Assembléia Geral, e, coisa singular, com o acordo de ambos os antigos partidos da província. Tal é o prêmio dos varões que sabem satisfazer o desejo dos povos, e equilibrar com a mais sábia ponderação a balança da justiça; e muito mais ainda lisonjeiro é este prêmio quando o eleito se acha fora do centro eleitoral, e em viagem, como aconteceu ao nosso benemérito fluminense, que estava na cidade de S. Mateus, quando os chefes de tais partidos se lembravam de apresentar seu nome aos eleitores.

No recinto da Câmara cuidou de obter meios para favorecer os trabalhos planejados e em andamento na sua nova província, como fossem os da estrada de Santa Teresa, fonte de seguro engrandecimento e riqueza para a mesma província.

Nesse ano conservou-se silencioso na Câmara, mas desde o princípio manifestou que abraçava as idéias conservadoras, votando com a oposição de então nas principais questões.

Exonerado da presidência do Espírito Santo, foi logo ao terminar a sessão nomeado presidente da província do Rio de Janeiro, onde se conservou de outubro de 1848 até setembro de 1853.

Nas coleções das Leis Provinciais estão estampados os regulamentos que expediu, já para a reforma da Instrução Pública, já para a melhor arrecadação de certos impostos, e para o aumento da renda provincial, e já para o desenvolvimento de outros muitos ramos do serviço público, e no seu solo baseados de uma maneira inalterável os trabalhos materiais que empreendeu, os que continuou, e os que planejou com vistas gigantescas, e com o intuito de exemplificar os ânimos timoratos, que vivem no futuro por descrerem de si próprios. Aí estão a estrada nova da Serra da Estrela, cujas obras fez continuar com extraordinário progresso; muitos trabalhos importantes da colônia de Petrópolis, o andamento que deu às obras do canal de Campos a Macaé, e às da Serra da Mangaratiba, da matriz de Niterói; que concluiu as da matriz da Barra Mansa, e outras obras, que seria longo enumerar, e das quais só apontaremos a da importantíssima estrada de rodagem dos Mendes, que foi aberta em seu tempo, tendo a satisfação de ser nelas auxiliado pelo benemérito conselheiro José Clemente Pereira, pelo visconde do Rio Bonito, pelo irmão deste o veador Camilo Faro, pelo comendador Ezequiel Padilha, e por muitos outros fazendeiros importantes dos municípios de Vassouras e Valença. Foi durante a sua presidência que partiu do Rio de Janeiro a primeira carruagem que parou às margens do Paraíba, passando agradavelmente pela estrada da Polícia, pela de rodagem chamada dos Mendes, e hoje com o seu nome, e por outros lugares, onde pouco antes mal podiam suster-se as tropas e viajantes. No melhoramento que promoveu de todas as vias de comunicação, introduziu na província, não sem objeção, diversas pontes de ferro, principiando pela do rio Alcântara, realizada durante a benéfica vice-presidência do visconde do Rio Bonito.

Assinou o contrato da primeira estrada de ferro, que se fez no Império, e facilitou tudo quanto estava a seu alcance ao barão de Mauá, empresário da mesma estrada. Este exemplo quanto não tem frutificado hoje, quanto não tem cimentado no espírito público o bom uso das forças nacionais, e quantos bens não propicia ao país?

Honrado por S. M. o Imperador com o título de seu conselheiro em 2 de dezembro de 1850, e acreditado como excelente administrador e homem dedicado aos melhoramentos do país, foi chamado em 6 de setembro de 1853 para os Conselhos da Coroa, na qualidade de ministro e secretário de Estado dos Negócios do Império. Os atos do seu ministério, a extensão de suas vistas e

a moderação do seu espírito político o colocaram na plana dos beneméritos da pátria.

Fez os contratos das estradas de ferro de Pernambuco, da Bahia e de S. Paulo, contratos em que teve de lutar com objeções bem sérias da parte de muita gente grada do país, que nutria a convicção de que ainda não era chegada a hora de emprender fatos materiais de tamanho alcance, mas tudo pôde superar com o seu modo e ilustração, como se vê pelos resultados obtidos. Aí está a estrada de ferro D. Pedro II inaugurada no dia 29 de março último, cujos contratos com a companhia existente e respectivos estatutos foram por ele elaborados e publicados dentro do curto espaço de tempo que mediou entre a chegada a esta Corte em março de 1855 do contrato celebrado pelo conselheiro Sérgio Teixeira de Macedo em Londres, com o empresário Price, para as obras da 1ª secção, e a abertura da Assembléia Geral em maio, a qual foram presentes todos estes trabalhos anexos ao seu relatório.

Aí estão os decretos de renovação dos contratos da Companhia de Navegação do Amazonas; da linha geral de paquetes de vapor ao Norte e ao Sul do Império; das linhas costeiras de Caravelas e Pernambuco, de Pernambuco ao Ceará, e da Corte até Santa Catarina pelo porto de Santos, e outros da província de S. Paulo e do Paraná; a de reboque da barra de Sergipe, e da navegação de Niterói, etc. Aí estão, entre outros atos de seu ministério, os contratos para a estrada por trilhos de ferro da corte para a Tijuca, e para o Jardim Botânico, que em poucos anos hão de formar quase um círculo, e oferecer a esta população todos esses sítios saudáveis e pitorescos, que nada têm que invejar aos mais belos e mais afamados de toda a Terra; as providências para a navegação dos rios Araguaia, Tocantins e outros.

De quanto não lhe é devedora a Companhia União e Indústria, que tão belamente encetou seus trabalhos?

Não satisfeito das próprias idéias, abraçava todas as que lhe eram apresentadas, uma vez que entrassem do domínio da utilidade pública. Teve a coragem de realizar um pensamento dos tempos coloniais, adiado do Reinado para o Império, do Império para a Regência, e da Regência para uma época orgânica. Mandou planejar e principiar o canal da Cidade Nova; fez importantes melhoramentos em muitos dos arrabaldes da corte, e teve a glória de destruir o sistema das antigas calçadas, consagrado pela rotina, e por mal-entendida economia; obra esta em que o ajudou o seu colega ministro da Fazenda marquês de Paraná com os donativos que obteve dos acionistas do Banco do Brasil.

Não são para esquecer as providências que deu para a exploração e aproveitamento das minas de carvão de pedra do Rio Grande e outros lugares, de cujas análises se ocuparam longamente três químicos desta capital; e nem

também serão esquecidos o desenvolvimento que deu ao abastecimento de água potável a esta cidade, assim como o contrato celebrado com I. P. Viana de Lima e J. Russel para o serviço do asseio e limpeza das habitações e esgoto das águas pluviais, obra esta que porá um dia a capital do Império ao nível das primeiras cidades européias, conhecidas por sua polícia e boas disposições higiênicas.

O impulso que deu às obras do hospital marítimo de Santa Isabel, as medidas que tomou a bem do melhoramento do regime sanitário de nossos portos e os relevantíssimos serviços que fez ao país quando pela primeira vez foi acometido pela cólera-morbo nunca serão esquecidos.

Nesta desgraçada ocorrência o conselheiro Pedreira não soube o que era sono e repouso: trabalhou como as almas caridosas e olhou para a vida do cidadão com aquelas vistas benfazejas e magnânimas do homem de estado.

Hospitais, enfermarias, ambulâncias, comissões médicas, providências a favor da pobreza, tudo levou a efeito com uma coragem e abnegação dignas de exemplo. Levou a sua caridade a ponto de ser advertido pela imprensa oposicionista de que seu zelo administrativo era excessivo, e que com ele outros negócios importantes a seu cargo podiam sofrer. Acompanhou o Imperador na visita que este fizera a todos os hospitais e enfermarias, visita esta que fez mais no espírito da população do que todas as palavras imagináveis; e por vezes os tornou a visitar e inspecionou quando o flagelo recrudesca.

Estes serviços, esta dedicação pessoal, não podem ser pela população esquecidos, como os do médico que, passada a crise e o horror da morte, o são de ordinário por aqueles que lhe devem a vida e a felicidade doméstica.

Alvo das vistas e esperanças de uma grande cidade, e de toda a população do litoral e da baía fluminense, teve a glória de ver passar o flagelo, e de convencer-se de que essas vigílias e insônias, de que esses trabalhos mentais e corporais muito concorreram para minorar a infelicidade. Por menos se hão levantado estátuas.

Resta de tudo isto um monumento de gratidão bem significativo e bem honroso para o nosso país, o qual a inveja e a maledicência nunca puderam destruir. É a mensagem do corpo consular estrangeiro dirigida ao ministro Pedreira, tendo-se reunido extraordinariamente para este fim.

Três grandes vultos sobressaíram naquele lúgubre painel, o Imperador, o ministro Pedreira e o doutor Paula Cândido, presidente da Junta de Higiene Pública.

No meio da aflição geral o Conselheiro Pedreira nunca arrefeceu na continuação de seus trabalhos; diversos núcleos de colonização foram por ele criados em

várias províncias, e os outros sempre mereceram sua constante solicitude; aí estão o contrato com a Sociedade Central de Colonização e os diversos regulamentos que formulou para a execução da lei das terras, a qual começou a ter efeito no seu tempo, as colônias e presídios militares que criou em Santa Catarina, no Mucuri, em Goiás, no Maranhão e no Pará, e o desenvolvimento que deu a outras já criadas.

A par destes trabalhos importantes, fez a reforma da instrução primária e secundária; e das Faculdades de Direito de S. Paulo e Olinda, e das escolas de medicina do Rio e da Bahia; a da aula do comércio, transmudada em Instituto Comercial; a do Conservatório de Música; e a da Academia das Belas-Artes; criou o Imperial Instituto dos Meninos Cegos; coadjuvou o dos surdos-mudos, e acabou as obras do Museu Nacional.

Todos estes estabelecimentos lucraram em suas disciplinas e obtiveram grandes melhoramentos, não só em cômodos materiais, como em donativos para compras de bibliotecas, coleções, medalheiros e instrumentos, etc., e tendo tido as belas-artes em geral um grande impulso durante a sua administração.

Reformando a Academia das Belas-Artes, introduziu o seu ensino às ciências exatas auxiliares, melhorou a sorte dos artistas que viajam e estudam na Europa à custa do estado, criou e edificou a Pinacoteca, pelo que o corpo acadêmico lhe votou um busto de mármore, que deve ser colocado a par do Sr. Visconde de S. Leopoldo, fundador da Academia. Foi quem primeiro mandou estudar à Europa um músico, e o que acolheu com grande entusiasmo a criação da ópera nacional.

Passou, e obteve os meios para edificar um majestoso teatro, digno da capital, e preparava-se para construir um edifício próprio para o Conservatório de Música, e outro para a Escola de Medicina.

Aí estão os decretos para a execução da lei da reforma eleitoral, os regulamentos e as providências que expediu nesta nova fase política, onde se observa o seu espírito de justiça, e seu reconhecimento de todas as localidades do Império, e a sinceridade de se conservar em toda a parte a liberdade do voto. As individualidades de que se compõe a nova Câmara justificam altamente esta verdade.

E para coroar tantos e tão importantes serviços ao país, deferiu a petição do Instituto Histórico, criando a comissão científica para a exploração e estudos de algumas províncias do Império, e fornecendo-lhe todos os meios necessários para o bom desempenho de sua missão, incluindo nestes meios uma rara, avultada e riquíssima biblioteca especial, e uma coleção de instrumentos como não há segunda na América.

Os embaraços externos e internos nunca o desviaram do seu nobre escopo, nem as lutas com as dificuldades com que se viu a braços o Ministério de que fez parte no Estado Oriental e no Paraguai, nem as duas epidemias por que passou o país e que por toda parte levaram após si o horror e a desolação, e nem a morte inesperada do 1º presidente do conselho de seu ministério, de quem era particular amigo.

Até aqui perpassamos pelos fatos da vida do homem público, e com justa satisfação os enumeramos rapidamente, e tanto quanto pede esta nota biográfica; porém agora se nos antolha o homem privado, o cidadão. As virtudes, baseadas na vida particular, ressumbram mais altamente quando o indivíduo é arrancado do lar doméstico para o teatro da vida política; porque a probidade, o amor do próximo e a ilustração formam os três pontos por onde passa o grande círculo do verdadeiro homem de estado daquele que edifica pelo exemplo; e o exemplo é o maior e o mais seguro de todos os mestres.

Como homem político, o conselheiro Pedreira tem a glória de só ter por inimigos os inimigos de sua pátria, e por adversários um ou outro de idéias exageradas. Como particular, a sua vida é um exemplo de todas as virtudes sociais e domésticas.

Teve a fortuna de dirigir a educação de suas quatro irmãs, e a de vê-las casadas e felizes; teve a fortuna de auxiliar a educação de seu irmão, levando-o em tenra idade para S. Paulo, e a de vê-lo formado, e ocupando o lugar de secretário do Supremo Tribunal de Justiça.

O conselheiro Pedreira é cavaleiro da ordem de Cristo, oficial da Imperial Ordem da Rosa; lente proprietário da cadeira de Economia Política da Faculdade de S. Paulo, e como tal desembargador honorário; inspetor-geral da caixa da amortização; comissário do governo no instituto comercial da corte; deputado à Assembléia Geral desde 1848 sem interrupção, sendo eleito duas vezes pela província do Espírito Santo, e três pela do Rio de Janeiro; membro do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil; membro honorário da imperial Academia das Belas-Artes, da sociedade amante da instrução; da sociedade propagadora das Belas-Artes; e da auxiliadora da indústria nacional; da de colonização das Alagoas; e de outras.

O nome do conselheiro Pedreira está unido ao solo da pátria, está no coração da mocidade, no dos homens amigos dos melhoramentos e progresso do seu país, e terá aquela duração com que a Providência costuma galardoar os bons. Tanta felicidade é devida à sua vasta inteligência, ao seu coração brasileiro, à sua modéstia, e à amenidade de seu trato social, que o constitui o mais perfeito gentil-homem!

Tem apenas 40 anos de idade, e o país espera portanto ainda muito de seus serviços.

JOSÉ MARIA DA SILVA PARANHOS



O conselheiro **José Maria da Silva Paranhos** nasceu na província da Bahia, em 16 de março de 1819. Seu pai, Agostinho da Silva Paranhos, oriundo de Portugal, mereceu naquela província, assim como seus irmãos, o título de negociante honrado e filantrópico.

Ainda no verdor dos anos, o Conselheiro Paranhos achou-se órfão dos entes que lhe deram a existência, perdendo primeiro seu desvelado pai, e não muitos anos depois sua carinhosa mãe D. Josefa Emerenciana de Barreiros Paranhos. A estas duas perdas irreparáveis juntaram-se outras circunstâncias, filhas das injustiças e vicissitudes, tão frequentes neste mundo, e aquele que nascera em meio de

riqueza passou subitamente à condição sempre difícil do pobre que aspira a uma vida honesta e não obscura.

Graças ao espírito de que o dotou a Providência, aos cuidados do seu ilustre tio, o coronel de engenheiros Eusébio Gomes Barreiros, habilitou-se em tempo com os estudos de humanidades para a carreira das ciências e da administração em que tão cedo se distinguiu.

No ano de 1836 matriculou-se na Academia da Marinha do Rio de Janeiro, na qual primou entre os seus condiscípulos, por um comportamento exemplar, raro talento e incessante aplicação. É prova de sua proficiência e indefesso estudo a circunstância de ter sido ao mesmo tempo discípulo e mestre, professando como explicador as doutrinas dos anos em que acaba de obter aprovação.

Em 1844 foi nomeado lente substituto da academia onde assim se havia assinalado, e na mesma categoria passou no ano seguinte para a escola militar do Império, cujas aulas cursara com igual distinção. Em 1848, foi elevado a lente catedrático do 6º ano um dos principais redatores do periódico Novo Tempo, que defendeu com talento e dedicação o Ministério de 2 de fevereiro desse ano, cujo vulto mais preeminente era o do ilustre estadista Manuel Alves Branco, depois visconde de Caravelas.

Conhecida a sua nova vocação às qualidades que na carreira política lhe prometiam iguais triunfos, foi recomendado por vários amigos aos eleitores fluminenses, cujos sufrágios lhe deram assento na Assembléia Legislativa da província.

Logo depois foi nomeado secretário e vice-presidente da mesma província do Rio de Janeiro, lugares que serviu com tanta honradez, tino e aptidão, que granjeou a estima e consideração de amigos e adversários. Era então presidente da província do Rio de Janeiro o falecido conselheiro Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho, mais tarde visconde de Sepetiba, cuja amizade adquiriu por seu merecimento e lealdade, recebendo do chefe e amigo os mais invejáveis elogios. Foi por esse tempo agraciado com o oficialato da Ordem Imperial da Rosa.

Eleito em 1847 deputado à assembléia geral legislativa pela província do Rio de Janeiro, tomou assento entre a maioria parlamentar de 1848, recomendando-se por alguns discursos, e por seus trabalhos na Comissão de Marinha e Guerra.

A mudança política operada na alta administração do país, em fins da sessão legislativa de 1848, sendo iniciada pelo adiamento da câmara temporária, que mais tarde foi dissolvida, levou outra vez o jovem lidador às penosas tarefas da imprensa. Como redator-em-chefe do Correio Mercantil a par da primeira folha

diária do Rio de Janeiro, o esforçado partidário cansou, e retirou-se por algum tempo da arena política. A imprensa é, porém, uma dama de quem jamais pode fugir inteiramente aquele que uma vez lhe provou os encantos. Nessa trégua política, nesses momentos talvez de fastio e desencanto, o ex-redator liberal aceitou uma parte distinta na redação do Jornal do Comércio, quando este gigante da imprensa brasileira se conservava estranho e inacessível às questões de política interna.

Nessa posição foi encontrar o insigne estadista Honório Hermeto Carneiro Leão, depois marquês de Paraná, quando o convidou e conseguiu que ele o acompanhasse aos estados do Prata na qualidade de seu secretário. Escolha honrosa para ambos: para o estadista, porque aproveitava o mérito em um de seus antigos adversários, a quem nem ao menos conhecia pessoalmente; para o jovem esperançoso, porque assim recebia o mais valioso título de seu nobre caráter e de sua privilegiada inteligência.

A missão especial confiada àquele estadista brasileiro, de saudosa memória, teve por objeto, como se sabe, negociar uma aliança que em poucos meses deu por terra com o poder do feroz ditador da República Argentina, açoite de uma e outra margem do Prata. O secretário dessa missão especial foi colaborador tão prestante e amigo do seu ilustre chefe, que dele mereceu os mais expansivos elogios e uma amizade a mais extremosa.

Aquilatado o seu mérito por tão distinto mestre, e por outra autoridade não menos competente, o Conselheiro Paulino José Soares de Sousa, hoje visconde de Uruguai, que a esse tempo dirigia a política exterior do Brasil, passou de secretário a chefe da legação imperial em Montevidéu, na categoria de ministro residente. Foi o sucessor do seu próprio chefe, e os relatórios do Ministério dos Negócios Estrangeiros de 1853 a 1854 mostram que correspondeu dignamente a tão honrosa confiança. Aos seus serviços no rio da Prata deve a comenda da Imperial Ordem da Rosa que ganhou em 1852.

Organizando um gabinete em 4 de setembro de 1853 o marquês de Paraná, a cujo apreço e amizade devia principalmente o seu antigo secretário a eleição de deputado geral pela província do Rio de Janeiro, convidou-o para seu colega, reservando-lhe a pasta da Marinha.

Ministro e secretário de estado dos Negócios da Marinha, foi honrado pelos eleitores fluminenses com uma brilhante reeleição, e ele por sua parte, na Câmara e no gabinete ministerial, confirmou o seu bem estabelecido crédito de homem laborioso, e revelou aptidões próprias do alto posto em que o haviam colocado a confiança da Coroa, a justiça e a estima de seu generoso amigo.

Como ministro da Marinha, desde 14 de dezembro de 1853 até aos primeiros dias de junho de 1855, os seus relatórios, que foram louvados até pelos mais

extremos adversários do gabinete a que pertencia, atestam os conhecimentos profissionais que adquirira em sua primeira carreira, um profundo estudo das necessidades desse ramo da pública administração, e um tato raro em descobrir-lhes o verdadeiro remédio.

O projeto de promoções que apresentou na Câmara dos Deputados, as medidas que solicitou e obteve do corpo legislativo, os vários regulamentos que promulgou, e não poucos projetos de reforma que passou já mui adiantados a seu sucessor comprovam a figura proeminente que o nosso contemporâneo representou na direção do Ministério da Marinha.

Entre os regulamentos a que acima aludimos, citaremos os que criaram companhias de aprendizes marinheiros no Paraná e na Bahia, sementes que prometem preciosos frutos à armada imperial; os que marcam os prazos de serviços, acessos, soldos e outras vantagens das classes dos imperiais marinheiros avulsos; finalmente, aquele por que hoje são feitos os alistamentos de voluntários e recrutas para as equipagens de guerra.

Em junho de 1855, passando por uma recomposição o gabinete Paraná, coube ao digno administrador da Marinha substituir ao seu colega demissionário, visconde de Abaeté, no Ministério dos Negócios Estrangeiros.

As circunstâncias em que esta mudança teve lugar e a importância daquele nome tornavam a posição do novo ministro dos Negócios Estrangeiros sumamente difícil. O conselheiro Paranhos, porém, soube sair triunfante dessa nova experiência, e desde então, dentro e fora do Império, é considerado como um verdadeiro homem de estado.

Aquele que, como ministro da Marinha, havia sem o menor estrépito, e com o maior zelo e acerto possível, preparado uma luzida expedição naval, para apoiar a missão diplomática enviada em 1855 à República do Paraguai, como ministro dos Negócios Estrangeiros teve de procurar uma solução pacífica e honrosa das questões pendentes com esse estado, e logrou o seu empenho por modo mui distinto.

O Tratado de Amizade, Navegação e Comércio de 6 de abril de 1856, e os protocolos dessa longa e porfiada negociação, serão a todo o tempo um título de glória para o plenipotenciário brasileiro, que destarte evitou a guerra que se mostrava iminente, e abriu as portas do rio Paraguai à rica e infeliz província de Mato Grosso.

Ao mesmo tempo que pessoalmente desempenhava tão árdua tarefa, o nosso ministro dos Negócios Estrangeiros tinha sua atenção aplicada a outros interesses de não menor importância, e pôde ligar o seu nome com o ilustrado

visconde de Abaeté no tratado de 7 de março de 1856, que assentou em novas e sólidas bases as relações entre o Brasil e a Confederação Argentina.

A interminável querela do tráfico de escravos motivou por esse tempo uma das mais renhidas e desagradáveis discussões com a Legação Britânica. A dignidade, moderação, e habilidade com que o conselheiro Paranhos sustentou o nosso decoro e os nossos direitos excitaram o respeito dos próprios ingleses em Londres. Por aí correm impressas as nobres e honrosas palavras com que Lorde Malmesbury apreciou o protesto do ministro dos Negócios Estrangeiros do Brasil contra a nova ameaça de que foi órgão em 1856, o Sr. William Jerningham, encarregado de negócios de Sua Majestade Britânica.

A morte do ilustre marquês de Paraná sujeitou, em fins de 1856, o gabinete por ele organizado a uma segunda modificação, na qual coube ao Conselheiro Paranhos o duplo encargo de ministro dos Negócios Estrangeiros, e de ministro interino da Marinha. A sua volta ao ministério, que tão bem dirigira até junho de 1855, ainda que interina e passageira, não foi estéril.

Nessa curta interinidade, sobrecarregado com os graves assuntos das relações exteriores do Império, membro de um gabinete cuja missão estava a findar, teve ele tempo bastante para levar a efeito o importante projeto da conclusão do dique da Ilha das Cobras, formular a reforma do corpo de saúde da armada e dos oficiais da fazenda, e dar organização às classes dos artistas dos vapores de guerra; trabalhos que foram honrados com a aceitação do seu ilustrado sucessor, e por este concluídos e promulgados.

Em 1857 foi reeleito deputado à assembléia geral pelo 2º distrito do município da corte; justo galardão de tantos serviços prestados na alta administração do país, da qual retirou-se com os seus colegas logo depois da abertura da primeira sessão da atual legislatura. Está ainda na memória de todos o seu nobre procedimento como deputado e ex-ministro defendendo os atos da administração a que pertenceu, o crédito de seus colegas como o seu próprio.

Atualmente acha-se o Conselheiro Paranhos fora de sua pátria concluindo uma das mais importantes missões diplomáticas de que haja exemplo entre nós. As dificuldades suscitadas entre o Império e a República do Paraguai, dificuldades em que a guerra parcial era inevitável, foram o objeto principal confiado ao zelo e habilidade do nosso diplomata.

Já se sabe que ele conseguiu conjurar tão lamentável calamidade entre dois povos vizinhos, chamados por sua posição e interesses a cultivar estreita amizade, e que o conseguiu por modo que a todos surpreendeu. Não só obteve a exata observância das estipulações vigentes, pelas quais reclamamos, mas até que fossem elas ampliadas no sentido o mais amigável e vantajoso aos interesses do Brasil e das demais nações.

Além deste verdadeiro triunfo diplomático, o plenipotenciário brasileiro celebrou uma convenção fluvial, um tratado de limites e outro de extradição com a Confederação Argentina, ao que só por si tornariam a sua missão uma das mais férteis e úteis ao Império.

As demonstrações de simpatia e apreço que o Conselheiro Paranhos acaba de receber entre os estados do Prata, assim dos governos junto aos quais foi acreditado, como das populações entre as quais pôde exhibir os dotes do seu espírito, e a amenidade do seu caráter, são o mais completo elogio do seu mérito e de suas distintas qualidades.

Tão relevantes serviços, com tanta dedicação, perícia e felicidade prestados ao Brasil, já mereceram do augusto monarca brasileiro uma demonstração altamente honrosa, sendo conferidas ao distinto diplomata as insígnias de dignitário da Ordem Imperial do Cruzeiro.

O Conselheiro Paranhos é grã-cruz de Santana de 1ª classe da Rússia, sócio do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil e da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, presidente honorário da Sociedade Universal Promotora das Artes e Indústria de Londres, etc.

Reunindo a todos estes títulos, que o recomendam à estima e consideração social, as suas excelentes qualidades como esposo, pai, irmão e amigo, completamos a breve notícia e elogio que nos propusemos escrever acerca da vida e serviços desse ilustre contemporâneo.

GABRIEL JOSÉ RODRIGUES DOS SANTOS



Não começarei como quase todos os biógrafos, recordando os pais, a família, e a adolescência dos grandes caracteres, não; os laços de ascendência ou descendência deixam inexplicável o talento, a virtude e a glória. A mortalha não cobre senão os esqueletos, e o ouro do mundo, e as tradições de família empanam-se e se esquecem nas orlas frias da sepultura. Se o triunfo de nossos antepassados nos orgulha, e faz bater quase quente o sangue do coração — nem por isso nos ilustra, nem glorifica. Ah! Quantos infelizes tenho eu visto lutar contra as maldições do mundo, que lembrando as glórias dos pais se irritam de contemplar o filho; quantas vezes a severa história nos ensina a desdenhar o descendente pela saudade do ascendente! Uma vida triunfante se revela por si mesma, se traduz em seus atos, e se eterniza pelas próprias virtudes. Esses que tentam aviventar todos os dias as desbotadas saudades dos mausoléus são quais os cômicos que envergam as togas do gênio, e enlaçam as frentes de alheias grinaldas, para entreter a multidão, que em falta de grandes vivos, quer recordar os grandes mortos. A luz do sol não se empresta sem que lhe falte vida e esplendor. O renome do pai é uma relíquia, uma lembrança, um

luzeiro, se quiserem para o filho que o deve fitar sempre nesta peregrinação tempestuosa da vida, porém não se herda, nem se personaliza com ninguém por qualquer título. A história de um pai é uma luz que se vê sempre acesa, e que queima o coração de um moço; é uma estrela no meio da procela, uma sonda em meio do rochedo! O povo adota também os filhos de seus heróis, porém quanto mais notável foi a vida de um cidadão, mais se exige de seu herdeiro. Túnica de Djanira — é esta do sangue — não se a despe sem morrer em dores, e só se veste pela vontade do destino, ou fatalidade — não sei.

No entretanto a superstição, o espírito do povo — quantas vezes quer tornar uns responsáveis pelos outros, em virtude do nascimento e do nome!

Não — sigamos novo caminho — demos à vida sua independência, à glória seus heróis, à virtude seus prosélitos. Nos altares da pátria ninguém se sagra sem poderosos esforços, e batalhas tremendas. Ninguém pergunte porque a inteligência ergue altiva a fronte, porque a força domina a fraqueza — e por que o espírito conquista a matéria?

Deus responde todas as horas aos cépticos. O homem em sua origem — é a imagem, ou a personificação do poder espiritual na Terra. — A natureza é a mãe comum, e igual — que repartiu por todos as mesmas capacidades. A vida é uma grande peleja — uns falecem ao entrar na arena, ou se misturam na poeira do combatente; são esquecidos como o pirilampo, que vive um instante, para morrer eternamente; outros abusam das forças naturais, batem-se uma vida inteira, sem obter um triunfo, e morrem sem uma glória — são os maus que o mundo entrega aos corvos que os dilaceram. Nem uma lágrima, nem uma flor, nem um suspiro para eles, senão dos parentes que pensam respeitar a virtude, e cumprir um dever sagrado — chorando o mirrado esqueleto da perversidade — e alguns passam incólumes na batalha da vida — sem ferirem, nem serem feridos; são como as águias que conjuram a tempestade, e se envolvem nas tormentas!

O povo deste século não se deixa seduzir pelas misteriosas e bombásticas frases de heráldicos pergaminhos. Não se deve confundir a corrupção individual, o egoísmo de classe, e o orgulho de família, que se remorde e agita nas ânsias do desespero, no rancor do ciúme, e nos aloucados ímpetos de mal-entendida rivalidade — com as largas aspirações do povo — cuja vida é impessoal, e cujas idéias são sempre nobres e verdadeiras. Não se vê ali por entre várzeas correr o córrego constrangido e retorcido pelas pedrinhas de seu leito — é o homem, ou sua imagem nesta vida; — não se vê acolá — o mar soberbo, que avassala dois terços do nosso planeta, e senhor, e sem contestação, estende seus braços sobre as praias, e contra elas luta sempre com renascido esforço — sem cansar um momento — é o povo, ou a sua imagem nesta vida.

A inteligência tem partido um por um todos os elos da longa e fatídica cadeia aristocrática. Cromwell fez-se ditador — Napoleão imperador, — um dominou a Inglaterra — o outro o mundo — um desdenhou o diadema e o trono, e outro distribuiu-os com pulso de soldado e mão de gênio por entre seus generais.

Para a inteligência não há colunas de Hércules — em um instante ela percorre todo o mundo, recorda o passado, aviventa o presente, e concebe o futuro — ergue as lousas, e se envolve no turbilhão de poeira do que se sumiu — lembra — alenta os vivos, e com eles se bate em campo aberto — atua — rasga os nevoeiros do porvir — escreve seu testamento — raciocina.

O grito de Independência ou Morte, que agitou o límpido espaço dos campos do Ipiranga, acendeu o entusiasmo dos valentes paulistas de 1822, e como um belo hino encantou a juventude da pátria. Os elos da cadeia colonial quebraram-se aos olhos desses meninos, que mal poderiam compreender os compromissos patrióticos que deste brilhante feito nasceriam. O pendão português rasgado na hora da liberdade devia ser substituído por um outro, que eterno fosse, saudado pelos povos, respeitado de todos, e admirado pelos séculos futuros. Os cavalheiros da Independência, os grandes estadistas brasileiros, tudo haviam feito com a Independência. A organização social e política tinha de ser o gigantesco trabalho dessa juventude, que por assim dizer havia inspirado a liberdade ao nascer, que com ela despertara, e com ela deveria crescer. A Independência tinha sido uma solene aclamação; a organização do Império uma terrível luta sim, mas gloriosa. O entusiasmo santo da Independência vinculou todos os corações, e identificou todas as vontades; mas esta febre quase divina passou, e entrou-se na arena dos interesses contraditos, e dos princípios opostos.

O regime do poder singular, se batido estava em suas primitivas e rudes expressões, nem por isso desamparou o campo da batalha. Vestiu-se com estranhas roupas, tomou novos emblemas, e alçou bandeira nova, ocultando porém no fundo da consciência a reservada intenção de conferir ao povo apenas a irrecusável partícula de liberdade, com susto de que se envenenasse se porventura saboreasse toda a que tinha incontestável direito. Era a autoridade com todas as suas pretensões e forças, encobrindo, sob o pretexto de ordem, o desejo de arbítrio.

Porém a Independência havia exaltado por demais o ânimo da mocidade para que ela se contentasse com um tal simulacro.

Começa a luta. O parlamentar é a arena e a espada, a palavra. Que belas batalhas, que guerreiros, e que eloquência foi a daquele período!

Ninguém triunfou, porque não era tempo de vencer, mas de lutar sem desesperar um dia, nem recuar um instante. A escola clássica da autoridade

divina, ainda que se pensasse moribunda, quiçá dissolvida pelo grande ato de 25 de março de 1824; o tempo, este primeiro poder dos engenhos humanos, havia-lhe imprimido tal vida, e tão duradoura havia sido que suas raízes se afundaram nos espíritos daquela geração já decadente sim, porém, sempre respeitável pelos seus talentos, idade e prestígio social. O direito divino desapareceu das tábuas constitucionais, porém o princípio de autoridade e ordem disfarçou-se, para amparar o velho sistema já modificado pelo bom senso.

A escola da liberdade constitucional, do governo do homem pelo homem, sem privilégios ofensivos e inúteis, sem exploração do rico sobre o pobre, veio com toda a mocidade do tempo colocar-se adiante daquela como uma barreira e um protesto.

É a época da resistência liberal do Primeiro Reinado. Figuram na cena política os mais avantajados talentos do Brasil — Vasconcelos — Honório — Evaristo. São os primeiros lidadores naquele tempo.

A abdicação em 1831 mudou completamente a cena política. A liberdade constitucional triunfa, mas eu creio que foi por cedo que esse triunfo não produziu o bem que devera. Entretanto, o princípio liberal se reforça pelo poder e tenta consagrar-se nas instituições; e parece incrível, o resultado foi muito inferior aos poderes de que dispunha então o Partido Liberal; as reformas, por precipitadas, tornaram-se na vida prática difíceis de execução, o governo tinha a vontade, porém faltava-lhe a força. O pensamento ficou no espaço da intelectualidade.

O período regencial é uma cadeia de ameaças burladas pela impotência do governo, e divisão dos partidos, que se repartem em grupos de aspirações extraordinárias, porém, pobres de ação. Salvaram a monarquia e a integridade do Império.

A Academia de S. Paulo conferiu nestes tempos os primeiros graus de formaturas em Direito. Começa portanto a independência literária a dar seus primeiros e robustos rebentões. Então a academia de S. Paulo era por assim dizer uma escola de girondinos, encorajada pelas circunstâncias especiais que se refletiam sobre o governo do Império. As palestras, os clubes, as maçonarias e todas as sociedades eram labaredas que requeimavam aqueles nossos primeiros estudantes de Direito. A agitação estava no país pela abdicação, e pelas idéias que animavam e conservavam, nos livros que então serviam de roteiros em direito social naquela Academia. O impulso liberal de tudo triunfou, menos do direito existente e consagrado pelos séculos. Parece que houve patriotas, mas faltaram jurisconsultos, que teriam de aparecer com brilho e verdadeiro sucesso, educados em nossas academias. O corpo acadêmico era forte em número, ardente de patriotismo, e reunia em si filhos de todas as províncias do Império, que a vontade de conquista científica havia atraído à capital da

província de S. Paulo. Nas vésperas da abdicação a cidade de S. Paulo era uma fornalha ardente, em que as paixões políticas se incandesciam ao sopro do fogo da mocidade talentosa. O recinto da Academia mais de uma vez foi invadido pela turba entusiasta dos estudantes, que, convocados em assembléia política e deliberante, ofereciam à liberdade seus mais precisos bens, e muito alto faziam ouvir seus protestos de liberdade, que o tempo veio modificar a respeito de uns, e condenar a outros como perjuros. Nos dias subsequentes à abdicação a cidade de S. Paulo foi um verdadeiro altar da liberdade. Entoaram-se todos os hinos liberais, e correu-se a largo pano pelo mar imenso das paixões políticas. Mas toda esta festa era nobre, generosa, sincera, porque a mocidade, além de incorruptível, é sem cálculo.

Nestas primeiras convulsões políticas, nestas primeiras multidões de liberais, decididos a resistir à opressão — já se começavam a ver os primeiros traços do caráter e talentos extraordinários do homem que a morte tão cedo arrebatou dos primeiros postos do Partido Liberal.

O Dr. **Gabriel José Rodrigues dos Santos** foi um fiel e elo-quente pugnador da escola liberal. A sua virilidade deve-se considerar como a sagração de sua juventude. Entrou na vida pública como liberal, e desceu à tumba com o mesmo pensamento confirmado e enrobustecido pela experiência e proações. É um traço este que bem caracteriza aquele notável caráter político, tanto mais apreciável, quanto é certo que difícil é a constância em um país ainda não constituído, e conseqüentemente de reiteradas vacilações nas causas e nos homens.

Curta e bem curta foi sua peregrinação na Terra; porém, nem assim faltam vivos vestígios de sua passagem, principalmente na província de S. Paulo, para cuja prosperidade concorreu tanto como outro qualquer de seus mais abençoados filhos.

Em novembro de 1836, com 20 anos de idade, recebeu o grau de bacharel em Direito. Em 1838 defendeu teses, e obteve o grau de Doutor, a fim de concorrer a uma cadeira vaga na faculdade; porém o governo imperial anulou o mesmo concurso, e nunca mais o Dr. Gabriel voltou às pelejas acadêmicas, nas quais alcançou os mais assinalados triunfos, e bem merecidos louvores.

Logo depois de formado foi nomeado promotor público da capital; emprego que abandonou por delicados escrúpulos de sua bela alma. Exerceu igualmente com honra e inteligência superior o lugar de juiz de direito da capital.

Em 1840, ainda no verdor dos anos, foi eleito deputado provincial por S. Paulo e tomou assento depois de longas disputas naquela assembléia, que, a pretexto de lhe faltar a idade legal, tentava recusar-lhe a cadeira de legislador, que o

povo lhe havia concedido. O motivo do ostracismo parlamentar a que seus adversários o queriam votar é uma de suas glórias.

A voz da justiça se fez ouvir, e os direitos do talento e do povo foram, como cumpria, respeitados. O Dr. Gabriel entrou na assembléia provincial.

A nomeação imperial para presidente de S. Paulo recaindo sobre a pessoa do distinto e sempre chorado paulista Tobias de Aguiar trouxe também a nomeação do Dr. Gabriel para seu secretário. Neste posto prestou relevantes serviços à sua província.

Desde aquela memorável época até a infausta de sua morte, teve sempre, salvo poucos intervalos, assento na assembléia provincial. Embora o exclusivismo dos partidos empregasse todos os meios para excluir seu nome, tão conhecido e ilustrado, das urnas eleitorais, o seu prestígio mais de uma vez triunfou destes injustos ódios e caprichosas exclusões, senão mesmo criminosas.

Em 1844 foi eleito deputado à Assembléia Geral, e o Brasil inteiro sabe quão honrosamente desempenhou este mandato do povo, resistindo à força em nome da lei, aos poderosos em nome dos abatidos, e à tirania em nome da liberdade.

Em 1848 foi reeleito. Dissolvida porém a Assembléia Geral naquela nefasta época, não voltou ao corpo legislativo na sessão que se seguiu, porquanto o país apresentava a feição triste da divisão entre vencidos e vencedores. Resistiu pela imprensa com artigos constantes pautados pela prudência, e animados pela convicção. Nesta arena era um lidador temível, contra o qual era possível e fácil a luta, porém não o triunfo.

O prelo da folha Ipiranga trouxe a lume por muitos e inteiros anos seus vigorosos artigos, em que a beleza da dicção, o fogo do patriotismo e o sentimento do liberalismo tinham suas mais belas e eloquentes expressões. Ele sabia unir os descontentes, aplacar os ressentimentos dos amigos, animar os fracos, e conter os impetuosos, que levaram seus sentimentos à última escala de exageração, de modo a parecerem-se imprudentes, ou desesperados.

Sua saúde se foi consumindo como uma luz. Os poderosos e graves interesses de um partido inteiro, a que estava unido de alma e coração, não lhe concediam tempo para refazer-se de forças.

Lutador que morreu na luta, e que jamais viveu para si. O seu grande porvir foi uma nuvem dourada, que o furacão da morte dissipou; e hoje resta a memória de sua alma, e o túmulo que encerra o seu esqueleto!

Era o Dr. Gabriel José Rodrigues dos Santos um consumado orador, de palavra bela e fluente, de variados conhecimentos, e de tão feliz expressão e gesto, que realmente seduzia e arrastava.

Recusou em 1848 a presidência da província de Pernambuco e, em 1857, a do Rio Grande do Sul, não por se esquivar dos serviços que como bom e leal cidadão devia à pátria, mas por sentimento filial, que o possuía tão fino e delicado, quanto mais que era ele o centro de sua numerosa família, que o adorava.

Nunca esteve na alta administração, pelo que não se ofereceu oportunidade de firmar créditos de espírito prático; porém, a regular-se as grandes empresas pelas pequenas, deveria ter sido um distinto administrador. Eleito pelo povo da capital da província de S. Paulo vereador da Câmara Municipal, mostrou-se zeloso, ativo, e fez importantes serviços àquele município.

Acompanhou seus amigos com fidelidade e coragem na desgraçada revolução de 1842; sofreu o destino reservado aos vencidos, apresentou-se ao tribunal do povo para ser julgado, e foi absolvido, porque o povo não sabe condenar a consciência pura e o mártir da liberdade, que ainda que iludido estivesse, ou exagerado fosse, não lhe passava pelo espírito senão o pensamento de vingar a lei fundamental ofendida.

Foi seu defensor o Dr. João Crispiniano Soares, verdadeiro amigo. O sábio jurisconsulto brasileiro advogou a causa da lei, da Pátria e da inocência na pessoa do distinto paulista Dr. Gabriel José Rodrigues dos Santos, que um alvará de soltura restituiu à sociedade e aos amigos. Em 1854 foi nomeado pelo governo imperial lente da Academia Jurídica de São Paulo; o filho ilustre daquela faculdade envergou a veste do apostolado científico, e ensinou com proveito para a mocidade, para o país e para as letras jurídicas.

Em 1856 foi eleito deputado geral pelo círculo do Rio Claro, em sua província. A compressão dos vencedores tinha cessado, o país entrava em confraternização, seu nome não podia ser excluído das urnas eleitorais.

Em 1857 foi igualmente eleito deputado provincial por dois círculos eleitorais, o de Taubaté e Rio Claro. Parece que o povo, descobrindo nos nevoeiros de um próximo futuro seu túmulo, se tornava solícito em lhe dar as mais solenes provas de confiança, dedicação e reconhecimento no derradeiro adeus pronunciado entre as aclamações da vitória eleitoral e uma sepultura.

Em 1858 a assembléia provincial o nomeou seu presidente. Os representantes da província estavam também animados dos sentimentos de que o povo dera espontâneas e sinceras expressões.

Aos 23 de maio de 1858 o imortal paulista restituiu ao Criador sua alma — vítima de um ataque apoplético. Seu crânio era acanhado para conter sua inteligência!

Nascido a 1º de abril de 1816, a Providência só lhe concedeu 42 anos de vida, de trabalho e dedicação por sua terra e pelo Imperador.

O luto cobriu a cidade e a província de S. Paulo! Bem pouco sobreviveu a seu amigo e correligionário Rafael Tobias de Aguiar que ele acompanhou na desgraça e na ventura.

Foram duas perdas irreparáveis. As cinzas do Dr. Gabriel José Rodrigues dos Santos descansam na santa terra da igreja da Ordem Terceira do Carmo da cidade de S. Paulo. Fechou os olhos na mesma terra em que os abriu; assim não acontecera ao ilustre paulista Rafael Tobias de Aguiar.

O destino, se não é caprichoso, é certo que se não explica —resignamo-nos à vontade daquele que é senhor do mundo!

Se os princípios liberais não fossem os dogmas do culto político da geração atual, se a liberdade deixasse de ser a honra do indivíduo homem, e o poderoso elemento que anima e engrandece as nações de hoje; se no Império do Brasil a multidão não amasse nossa livre Constituição — seria para afrouxar aos mais crentes a cruel fatalidade que pesa sobre o partido liberal em que a morte escolhe seus mais enérgicos e dedicados propugnadores.

Temos perdido em pouco tempo as mais belas esperanças e os mais sólidos prestígios. Desde os fundadores da Independência até o Dr. Gabriel José Rodrigues dos Santos, se têm finado com saudades para todos os brasileiros — os nossos muito conspícuos políticos e estadistas.

A França, a Inglaterra e a Alemanha vêem seus homens de Estado crescerem em glória e idade — até tocarem a uma velhice a todos os respeitos veneranda. Dupont de l'Eure assistiu a quatro revoluções. Lafaiete dirigiu os batalhões do povo em 1789 e, ainda em 1830, com uma palavra deu uma coroa. O gabinete de S. James e o Parlamento inglês têm ufanias de oferecer ao mundo político o belo espetáculo do governo do século atual pelos homens do século passado!

Entre nós não se vêem estes homens, que a idade abatendo o corpo entretanto fortifica o espírito. Nossos talentos como que morrem na madrugada da vida. Apenas começam a constituir sua influência, como principal elemento para a conquista do poder, a morte os arrebatou!

Não se deve comparar a luta política na Inglaterra com a do Brasil; ali quatro gerações trabalham, levando cada uma sua pedra, a fim de estabelecerem um dia a independência de um de seus descendentes; cá, um só homem afronta

todas as provações, sofre todas as vicissitudes, e em sua rápida carreira cura de fazer sua fortuna, e firmar seu crédito político.

BARÃO DE IGUARAÇU



Se um grande saber junto a uma probidade irrepreensível, se o amor da pátria e a dedicação ao soberano, se enfim a reunião geralmente reconhecida de um belo caráter e de uma urbanidade toda particular merecem uma lembrança histórica, ninguém tinha mais direito do que o Conselheiro **Domingos Ribeiro dos Guimarães Peixoto** de figurar na galeria dos homens ilustres do Brasil.

Lisonjeio-me, pois, eu que fui seu amigo, de ter a honra de referir esta vida toda de abnegação e de trabalho, inteiramente dedicada ao alívio das misérias da humanidade.

O Dr. Domingos Ribeiro dos Guimarães Peixoto nasceu em Pernambuco no dia 14 de agosto de 1790, filho legítimo de Luís Ribeiro Peixoto dos Guimarães e de D. Josefa Maria da Conceição Peixoto. Depois de ter feito suas humanidades na

sua cidade natal, entregou-se ao estudo da medicina e da cirurgia, não somente sob a direção de seu pai, mas ainda seguindo os cursos de cirurgia nos hospitais.

No ano de 1810, desejando adquirir uma instrução mais completa, veio para o Rio de Janeiro, onde, depois de se ter matriculado na escola cirúrgica desta corte, entrou como aluno interno no extinto hospital militar; apenas tinha concluído o curso de anatomia e fisiologia, foi encarregado (sem ordenado nem gratificação) da instrução médico-cirúrgica dos pensionistas que por ordem do Senhor D. João VI foram mandados vir da costa da África, e a estes explicou um curso completo de anatomia e fisiologia.

Em 12 de maio de 1812 teve carta de cirurgião na conformidade da lei; e em 1813 foi nomeado 2º cirurgião do sobredito hospital, continuando no ensino dos sobreditos pensionistas.

Impelido pelo desejo de aumentar sua instrução, conseguiu, na qualidade de 1º cirurgião, dirigir-se a Coimbra, passando a Lisboa na nau Medusa em 1815. A consideração pública, de que se viu então investido, consolou-o um pouco de não ter efetuado a sua viagem à Europa.

Em 1817 foi nomeado cirurgião da casa real, em 1820 cirurgião da real câmara. Estas duas últimas distinções lhe foram tanto mais caras, que foram devidas ao favor do Senhor D. Pedro I, então príncipe real.

Foi a partir desta época que a proteção deste príncipe magnânimo imprimiu no coração do Dr. Peixoto sentimentos de gratidão e de veneração, aos quais conservou-se fiel toda sua vida, como teve muitas ocasiões de o provar.

Um incidente de que foi vítima o príncipe real teve uma grande influência na carreira do Dr. Peixoto. S. A. real, ao chegar à tribuna da capela por ocasião de uma festividade, se feriu no lado esquerdo da testa, com um varal de ferro que sobre ele caiu casualmente, fazendo um talho e interessando toda a espessura da pele, no comprimento de uma polegada. Chamado para socorrê-lo, o Dr. Peixoto preveniu as consequências, ordinariamente tão graves, em uma parte tão melindrosa, e obteve uma cicatriz regular, sem deformidade.

Depois desta época foi encarregado de tratar a família real, assim como S. M. a Imperatriz, cada vez que o não podia fazer o barão de Goiana. Estas relações tornaram-se de mais a mais estreitas e frequentes, e quando morreu o dito barão, foi ele quem lhe sucedeu em todos os seus cargos.

Em 1821 foi condecorado com o hábito de Cristo, e agraciado com o foro de cavalheiro e fidalgo.

Um notável acontecimento ocorreu em 4 de fevereiro de 1822, o falecimento do Príncipe de Beira, o senhor D. João Carlos. Pelos movimentos políticos de

então, achando-se S. M. a Imperatriz grávida, julgou o Imperador acertado remover a família para a Fazenda de Santa Cruz, donde em poucos dias voltou com o príncipe gravemente doente de febre nervosa com convulsões, às quais sucumbiu na idade de 10 meses e 8 dias. O Dr. Peixoto recebeu a honrosa missão de o embalsamar.

No mesmo ano no dia 11 de março teve lugar o feliz nascimento da princesa imperial; e posto que o barão de Goiana tivesse sido encarregado de a receber, o seu mau estado de saúde obrigou S. M. o Imperador a convidar o Dr. Peixoto para o parto; alta prova de sua estima e confiança para com ele, confiança que nunca desmentiu, como se pode ver nas instruções por escrito que deixou ao Dr. Peixoto, relativamente a seus augustos filhos, quando deixou o Brasil.

Em julho de 1823, vindo pela chácara da Joana, deu o Imperador uma grande queda de cavalo, com fratura de duas costelas; o Dr. Peixoto o tratou por espaço de um mês pouco mais, cabendo-lhe igual honra na ocasião em que Sua Majestade se feriu no pé com a própria espada, quando em exercício de tropa no Campo de São Cristóvão.

Em agosto de 1824 nasceu felizmente a princesa a senhora D. Francisca, e o Dr. Peixoto teve a distinta honra de a receber, sendo remunerado com a mercê de foro de fidalgo cavalheiro.

No mesmo ano foi nomeado cirurgião-mor do Império, e em 23 de fevereiro de 1825 recebeu o título de conselheiro.

A 2 de dezembro de 1825 nasceu S. M. o Imperador, hoje reinante; ao Dr. Peixoto coube a muito prezada honra de o aceitar em suas mãos, e S. M. o Imperador em seu júbilo de ter um herdeiro varão não julgou poder dar-lhe maior prova de satisfação, do que abraçá-lo em público; e para tornar esta homenagem mais honrosa, quis que a Imperatriz lhe concedesse o mesmo favor, sendo então agraciado com a comenda da Ordem de Cristo.

No ano de 1826, ele acompanhou SS. MM. II. na viagem que fizeram à Bahia.

O dia 11 de dezembro do mesmo ano foi fatal pela morte de S. M. a Imperatriz: a profunda aflição que esta perda tão inesperada causou ao Dr. Peixoto reacendeu em seu coração o antigo projeto de ir formar-se na Europa. Dirigiu pois ao Imperador a sua petição, e obteve a graça da licença, e endurecendo o seu coração sobre os laços de sua família, partiu com destino a Paris, em 16 de setembro de 1827.

Conhecendo a pureza de suas intenções, dignou-se S. M. o Imperador ajudar os seus esforços com a sua proteção, dando-lhe a pensão de 600\$000 réis anuais até concluir a sua formatura, com os vencimentos de todos os seus empregos.

Enfim os seus votos estavam cumpridos, habitava Paris, centro de todas as ciências e de todas as ilustrações.

Frequentava as escolas com a maior assiduidade, notava-se a sua cabeça branca em todos os cursos, assim como em todas as clínicas; os professores não contentes de acolher à porfia, o designavam à mocidade estudiosa como um modelo a seguir.

Frequentava também os salões dos mais célebres professores, e foi num dos saraus do ilustre Cuvier que tive a honra de o conhecer.

Chamado a Paris por um augusto sufrágio, eu esperava que a alta posição que eu ia ocupar deixasse tempo de me entregar aos grandes estudos que me impunha a futura publicação da biblioteca-cirúrgica-poliglota; mas assim como o Dr. Peixoto, eu não tinha contado com as revoluções.

De há muito recebia ele desfavoráveis notícias do Brasil, cujo horizonte político se cobria de nuvens. Já lhe tinham tirado a pensão que devia à munificência do Imperador, assim como o lugar de cirurgião-mor do Império e os ordenados correspondentes.

O Imperador sempre grande, sempre grato, deu de seu bolsinho a pensão de 800\$000 que lhe foi regularmente paga, até que se formou. Durante a sua residência em Paris, recebeu o oficialato da Ordem da Rosa, como prova de sua dedicação e dos seus serviços. S. Ex^a o Sr. marquês de Resende, plenipotenciário encarregado de receber a rainha de Portugal, o induziu a ir esperá-la em Gênova, onde devia arribar; esta viagem foi inútil, por ter S. M. aportado à Inglaterra; foi contudo útil à ciência: durante a sua assistência em Gênova, o conselheiro Peixoto teve numerosas conferências com o conselho superior de saúde sardo, sobre as questões das quarentenas.

O conselheiro Peixoto apresentou uma tese que fez sensação; tratava de medicamentos pouco conhecidos, ou ignorados na Europa; o Dr. Alibert fez-lhe elogios que muito o deviam lisonjear; mas o que foi para ele um prêmio muito mais elevado foi a viva e sincera amizade que lhe tinham os Drs. Dubois, pai e filho, A. Richard, os dois Cloquet, e sobretudo Orfila, de quem era muitas vezes comensal.

O Dr. Lisfranc o tratava com uma cordialidade rara, de que lhe deu provas públicas.

Deixou Paris, levando consigo a amizade e a estima de todos que o conheceram. Por mim nunca esquecerei seu belo proceder, nem suas vivas instâncias para que eu o acompanhasse ao Brasil; mas não previa então que eu aqui viria sem poder gozar de sua amizade e proteção.

Arrebentando a tormenta revolucionária, o Imperador abdica e se retira a bordo de um navio inglês.

Nada detém o conselheiro Peixoto, e passando impassível pelo meio de uma multidão exaltada por esse recente sucesso, dirigiu-se a bordo do navio em que estava o Imperador, que entre lágrimas e soluços lhe agradece esta nova prova de afeição, recomendando-lhe de não abandonar os seus augustos filhos. A multidão respeita a sua volta, como o fizera no momento em que ia pagar este piedoso e último tributo àquele que tinha sido seu constante Mecenas.

A Regência não podia ficar indiferente às provas de saber e de dedicação que acabava de dar o conselheiro Peixoto, salvando em 1833 a vida ao Senhor D. Pedro II, atual Imperador, pois que num ofício muito conhecido, para que seja mister referir aqui, apressou-se em felicitá-lo oferecendo-lhe uma recompensa pecuniária.

Esta oferta foi recusada com extrema delicadeza, e o conselheiro Peixoto contentou-se com o título de 1º médico de S. M. e da família imperial, impondo como condição absoluta que este título nenhum honorário lhe traria até à maioridade de S. M.

Em 1841 foi agraciado com o título de oficial-mor honorário.

Enfim, o último e não pequeno serviço que terminou esta brilhante carreira foi o de haver recebido, em 3 de fevereiro de 1845, o filho do monarca, que ele mesmo recebera, quero dizer o Príncipe Imperial D. Afonso, pelo que foi agraciado com o título de barão de Iguaçu.

O barão de Iguaçu exerceu durante mais de vinte anos a cadeira de Fisiologia, e aí estão os seus numerosos alunos que mais alto falam do que eu o posso fazer, e que todos de comum acordo confessam, que a benevolência com que tratava sempre a mocidade era igual à sua eloquência e profunda sabedoria.

Além dos numerosos documentos esquecidos na Secretaria do Império, deixou um volumoso manuscrito sobre Fisiologia, que aguarda ainda as honras da publicação.

Foi por várias vezes diretor da Escola de Medicina. Haverá quem ignore os extraordinários esforços, os trabalhos imensos de que necessitou, a princípio, semelhante estabelecimento? Haverá quem ignore que até o dotou com estatutos feitos por ele, e impressos à sua custa, e que para sustentar a dignidade desta sua filha, sempre deixou de lado amizades, considerações e interesses particulares?

Seus serviços à humanidade foram bastante apreciados em toda esta cidade, e mormente na Santa Casa de Misericórdia dessa corte, já como facultativo, já

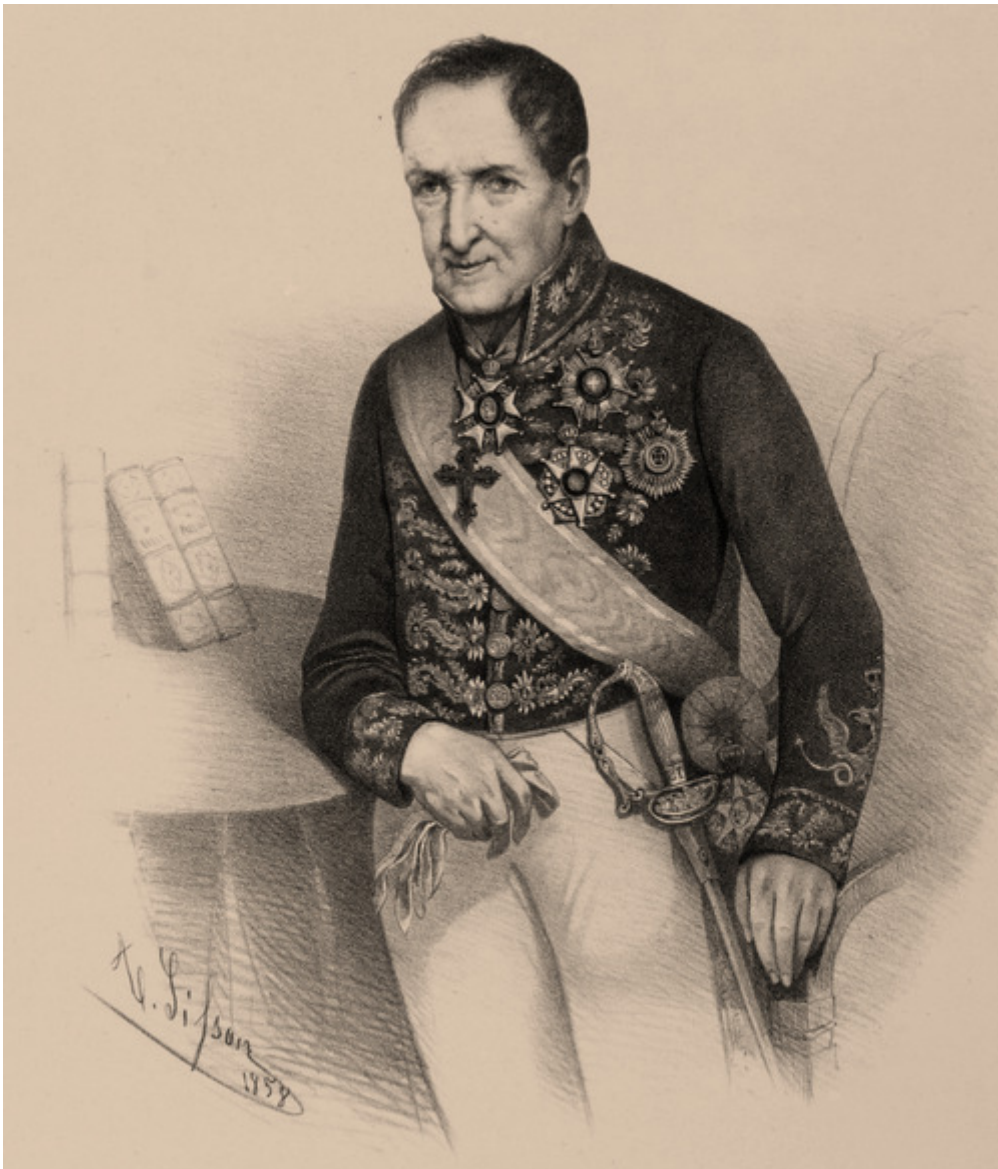
como digno irmão, e duas vezes provedor, constituindo-se credor do maior respeito e gratidão. Faleceu no dia 28 de abril de 1846.

A vida do barão de Iguaçu foi a de um homem de saber, de probidade e de coração. Não faltou para sua felicidade e de sua família, senão mais alguma firmeza, mais pertinácia na sua resistência aos esforços da inveja e do ciúme, sempre sentados no degrau do trono.

Em posição científica nada tinha a invejar; até hoje nenhum médico brasileiro pôde lisonjear-se de ter sido, como ele, médico correspondente da Academia Imperial de Medicina de Paris, da Sociedade de Medicina da Emulação, da de História Natural, e de Química Médica da mesma cidade, do Instituto Histórico, da Sociedade das Ciências, Belas Letras, e de muitas outras sociedades sábias.

Aqueles que o conheceram lamentaram a sua morte, e ainda hoje conservam dele uma honrosa lembrança.

MARQUÊS DE BAEPENDI



Povo esquecedor somos nós, e se daí nos provém a vantagem das fáceis reabilitações, de modo que o passado, ainda o de ontem, não é obstáculo para ninguém, também daí nos provém a desgraçadíssima perda das lições da nossa história, que tão úteis poder-nos-iam ser; e, o que ainda é pior, perdemos a recordação dos grandes serviços, dos grandes merecimentos..., e isso nos dá certa feição de ingratos, que cumpre repelir.

Seja isso devido à rapidez com que entre nós se alteram as gerações, como deve acontecer em um povo que constantemente recebe da imigração novos elementos, ou seja devido à rapidez com que os fatos nos impelem para diante, impedindo-nos de olhar para trás, a fim de prestar ao passado o culto e o reconhecimento que lhe são devidos, o certo é que o ontem da sociedade brasileira está tão longe do hoje dela, que já, dos que ainda se lembram dos grandes cidadãos que presidiram ao nosso nascimento político, aos primeiros

esforços de nossa organização, desses mesmos que ainda disso se lembram, poucos os apreciam devidamente, poucos se colocam nas circunstâncias em que se eles acharam, poucos refletem nas dificuldades com que lutaram; poucos dizem: "Se temos pátria, se no dia da nossa independência não caímos nesses abismos de miséria em que tantos povos foram arrojados, a esses nossos compatriotas o devemos: honra e glória a eles."

E quando a morte leva para melhor mundo algum desses veteranos da pátria, a pena de algum jornalista, dando tréguas às questões do dia, escreve uma pálida necrologia, às vezes dela se encarrega algum amigo..., e quando essa necrologia tem ocupado um cantinho de algum periódico pensa-se que está pago o tributo devido ao ilustre morto! Pensa-se que essa voz que lhe manda uma fria saudade saldou todas as contas, e que nada mais lhe deve a posteridade!

Ao distinto marquês de Baependi outro tanto por certo não aconteceria se a pena que da sua biografia se encarrega fosse mais digna dela, e o estilo da obra igualasse o sentimento de profunda veneração que lhe consagra quem, colocando-se no meio da inexperiência de então, devidamente aprecia a sua superioridade.

Na cidade de São João del-Rei, em 8 de setembro de 1765, nasceu **Manuel Jacinto Nogueira da Gama** (marquês de Baependi). Oriundo de antiga e distinta família de servidores do Estado, teve de seu avô e de seu pai exemplos de dedicação à pátria que nunca esqueceu nem marcou.

Seu pai, Nicolau Antônio Nogueira, que se esposara na cidade de São João d'el-Rei com D. Ana Joaquina de Almeida e Gama, de distinta família, sendo alferes de ordenanças da mesma cidade, mal tem notícia de se acharem ameaçadas as fronteiras, reúne o corpo em que a força moral e o amor dos cidadãos lhe dão o comando, e marcha nos anos de 1776 e 1777 para S. Paulo, na distância de 160 léguas, recusando, com o nobre paterno exemplo, indenizações e galardões.

Com tais exemplos alimentado, logo nos seus primeiros anos, o jovem Manuel Jacinto mostrou que em inteligência, em força de ânimo, em todas as virtudes do homem e do cidadãos, continuaria e aumentaria o tesouro da família.

A esse tempo, bem que, como colônia, atrasadíssimo se achasse o Brasil em tudo quanto era cultivo intelectual, a província de Minas Gerais estava em grau de desenvolvimento de que fácil explicação nos dão a riqueza do seu ouro e dos seus diamantes, e o cuidado especial que da metrópole por isso recebia: as letras pois aí eram, não só cultivadas, senão honradas, e a existência de tantos poetas, e entre eles o imortal José Basílio da Gama (primo de Manuel Jacinto), dão documento desse asserto. O menino frequentou com assiduidade e proveito esses estudos, e tanto que aos 19 anos incompletos, tendo ido para Portugal a fim de continuar em Coimbra a carreira das letras, e achando-se

desprovido de recursos pecuniários pelas dificuldades das comunicações e das remessas de fundos, conseguiu em Lisboa sustentar-se com o produto do seu trabalho inteligente e paciente por espaço de dois anos.

Como Rousseau, teve de copiar música para viver. Por fim chegaram-lhes os paternos auxílios, e o jovem laborioso, que lutara com a miséria e a vencera, pôde ir à Atenas Portuguesa fortificar a sua inteligência.

Matriculado nas faculdades de Filosofia e de Matemática da Universidade de Coimbra, começou os seus estudos com tanto brilho, que, tendo-o o infortúnio de novo perseguido, achando-se destituído de auxílios paternos por haver a fortuna de seu pai sido comprometida na fiança de um arrematante de dízimos que se deixara alcançar, achou o jovem Manuel Jacinto fruto imediato da sua aplicação. Lições particulares que dava a seus colegas, mais felizes, porém, menos estudiosos, o habilitaram não só para viver sobre si e continuar seus estudos, senão até para mandar ao Brasil à sua família alguns tênues auxílios que ao menos lhe serviam para provar-lhe que seu filho não sofria as privações da miséria, e assim lhe minoravam as mágoas da saudade. Insaciável de trabalho, não lhe bastavam as doutrinas do curso de filosofia e do de matemática; aprovado, premiado em todos os anos ainda quis mais, e matriculou-se na Faculdade de Medicina, de que frequentou o primeiro e o segundo ano com geral aplauso.

Foi então a sua carreira escolar interrompida: inesperadamente, e sem que o requeresse, recebeu, por decreto de 16 de novembro de 1791, a sua nomeação de lente substituto de matemática da Academia Real da Marinha em Lisboa, e aí teve de exercer o professorado até 1801.

Nesse período, honras e distinções o vieram procurar, e a par delas a amizade e estima de pessoas da maior consideração. Em 16 de dezembro de 1793 foi promovido a 1^o tenente da Marinha, em 20 de outubro de 1796 a capitão-tenente, e em 23 de julho de 1798 a capitão-de-fragata; cavaleiro de São Bento de Aviz, professou em 20 de novembro de 1795.

Entre as pessoas cuja amizade então o acolheu, cumpre mencionar o ilustrado ministro D. Rodrigo de Sousa Coutinho (depois conde de Linhares), que em tão alta consideração tinha a inteireza e as luzes do lente de matemática, que até ao último instante o apregoou como seu melhor amigo. Dessa amizade utilizou-se Manuel Jacinto, menos em benefício próprio do que para dar expansão ao seu espírito generoso e benfazejo, especialmente para com aqueles seus patrícios que, longe da pátria, mais necessitavam de proteção. Na escola da desgraça tinha Manuel Jacinto aprendido a condoer-se dos desgraçados. Dentre os que aproveitaram os benefícios do seu distinto compatriota, só apontaremos o conselheiro José de Resende Costa, que, envolto com seu pai no famoso processo de inconfidência e desterrado para Cabo Verde, foi agraciado e

empregado no erário de Lisboa, donde ao depois passou para o do Rio de Janeiro.

Ainda no meio dessas prosperidades, a desgraça o não deixou tranquilo: seu irmão mais velho, Antônio Joaquim Nogueira da Gama, que com ele fora do Brasil doutorar-se em Coimbra, mal acabava de tomar o capelo na Faculdade de Medicina, quando faleceu, deixando em suma pobreza sua viúva e seis filhos menores. Não obstante seus poucos recursos pecuniários, teve Manuel Jacinto de acudir às necessidades de sua cunhada e de seus sobrinhos, a quem enviou para Minas ao seio de sua família, continuando a dar à viúva uma mesada, em Coimbra, enquanto existiu.

Despachado no 1º de junho de 1801 inspetor-geral das nitreiras e fábricas de pólvora de Minas Gerais, e ao mesmo tempo deputado da Junta de Mineração e Moedagem e secretário do governo, teve de deixar a sua cadeira de lente de matemática. Foi logo depois, no 1º de outubro, nomeado deputado da junta da Real Fazenda na mesma província, então capitania, declarando-se vitalício em sua pessoa o lugar de secretário do governo.

No entretanto, querendo o governo da metrópole ainda aproveitar-se em Portugal dos talentos do nosso distinto compatriota, nomeou-o, em 12 de novembro do mesmo ano, ajudante do intendente-geral das minas e metais do reino, no curso docimástico da Casa da Moeda; e aí estabeleceu ele o laboratório clínico, e igualmente encarregou-se da construção das nitreiras artificiais em o Braço de Prata, e delas foi nomeado Inspetor.

Promovido em 9 de fevereiro de 1802 a tenente-coronel do corpo de engenheiros, pediu e obteve, em 2 de julho de 1803, a sua demissão de secretário do governo de Minas Gerais, lugar que não chegou a exercer, e em 24 de setembro do mesmo ano foi nomeado deputado e escrivão da junta da Fazenda da dita província. Em março seguinte pôde voltar para sua pátria, a cujo progresso de então por diante teve de consagrar um espírito cultivado por diuturnas lucubrações, fortificado pelo sofrimento, e cheio da mais acrisolada dedicação.

Prosseguindo na sua carreira administrativa, sempre estimado e coadjuvado na razão do seu zelo pelo serviço público, apesar da relutância que à sua posse opôs, sob o mais frívolo pretexto, o capitão-geral Pedro Maria Xavier de Ataíde, e que o obrigou a voltar a Lisboa, donde regressou em julho de 1806, foi sustentado no emprego pelo príncipe regente e pelo seu ministro, o sempre memorado Luís de Vasconcelos e Sousa.

Nesse emprego, que começou a exercer em 27 de setembro do mesmo ano, mostrou quanto pode um espírito esclarecido junto a um caráter íntegro e a um coração generoso. Pelo estado em que ainda hoje entre nós se acham a

fiscalização, a arrecadação das dívidas do estado e a cobrança dos impostos, pode-se fazer idéia do que seriam elas em 1806, em uma província central da colônia. A esse estado procurou-a arrancar Manuel Jacinto, e sem queixumes nem relutâncias o conseguiu grande parte.

Tanto aí se distinguiu, que em 1808, criado no Rio de Janeiro o real erário, foi chamado para nele desempenhar as funções de escrivão. Então começou essa série de imensos e inapreciáveis serviços, que só poderão ser compreendidos por quem atender às circunstâncias do tempo, à falta de homens, e aos interesses filhos do abuso e da prevaricação, que de tropel iam achar-se ofendidos pelo gênio fiscalizador e sistemático do nosso distinto patricio.

Estreou ele não só com os seus conselhos quanto à administração, senão apresentando um douto e bem deduzido parecer acerca dos melhoramentos exigidos para a cobrança das rendas e fiscalização da despesa. Levado ao conhecimento do príncipe regente em 1812 esse plano, foi por ele muito aprovado. Mas se recebeu Manuel Jacinto essa honra, teve em compensação os ódios e rivalidades de quantos sugavam a substância do estado, que queria ele salvar para ser aplicada ao serviço público. Sobranceiro porém a esses ódios, a essas inimizades, nem por amor delas sentiu Manuel Jacinto arrefecer o seu zelo, nem por vingança perseguiu os que o hostilizavam; antes, generoso, salvos os públicos interesses por eles ofendidos, procurou adoçar-lhes o rigor das suas destituições.

Enquanto na carreira administrativa assim prosseguia, era chamado a prestar outros serviços, e indefesso sempre acudia ao reclamo. Instalada em 1811 a Real Academia Militar (que depois de tantas transformações e mudanças de nome ainda subsiste sem grande alteração no essencial), foi ele nomeado deputado da junta que a devia dirigir, e inspetor das suas aulas, lugar que serviu sem estipêndio até o ano de 1821.

A par dos serviços, não lhe foram escassos os galardões honoríficos. Promovido a coronel do corpo de engenheiros a 4 de julho de 1808, foi em 6 de fevereiro de 1818 nomeado brigadeiro graduado: em 8 de junho de 1819 obteve a efetividade desse posto, reformando-se em 11 de dezembro de 1822 no de marechal-de-campo. Comendador de Aviz em 31 de maio de 1809, obteve em 10 de março de 1814 o título do conselho, e em 18 de janeiro de 1815 o foro de fidalgo cavaleiro.

Nessa posição se achava Manuel Jacinto Nogueira da Gama, quando o movimento político que agitou em 1820 a Europa, e que ao mesmo tempo envolveu a Itália, a França, a Espanha e Portugal, propagou-se ao Brasil, único de todos esses países que teve de dever-lhe benefícios reais e progresso, pois deveu-lhe a constituição e a independência.

A agitação das idéias, a efervescência dos espíritos então dominantes não podiam deixar de tirar um cidadão da importância e do merecimento de Manuel Jacinto da esfera administrativa em que até então se havia circunscrito o seu zelo ativo e patriótico, e de aproveitá-lo para coisas ainda maior e mais úteis. A vida política se lhe abriu.

Em 23 de fevereiro de 1821, foi nomeado secretário e deputado da junta o que com os procuradores das câmaras do Brasil devia tratar das leis das cortes de Portugal e dos melhoramentos úteis ao Brasil. Em 4 de abril passou a ter exercício no conselho da Fazenda, para o que pediu e obteve a sua exoneração das funções que exercia no real erário, em que ao depois só interveio em 21 de fevereiro de 1822 como membro da comissão encarregada de seu exame, e posteriormente e por diversas vezes como ministro da Fazenda e presidente do Tesouro público. Em 21 de abril de 1821, eleitor da freguesia de S. José, assistiu a essa trágica reunião dos eleitores na praça do comércio.

Não é da nossa tenção escrever aqui a história política de nossa pátria; abstemo-nos portanto de apreciar os acontecimentos, de explicá-los nas suas causas; somente os indicamos em tudo quando neles se achou envolto o nosso distinto compatriota, contentando-nos com dizer que sua voz ilustrada e eloquente, intérprete de uma opinião conscienciosa e despida de ambições, nunca serviu uma só idéia de desorganização, nunca favoreceu a demagogia; nunca porém também sacrificou a causa do progresso humanitário para a liberdade.

Deputado pela província do Rio de Janeiro à Assembléa Constituinte, que, como se sabe, foi o centro de reunião de todos os homens conspícuos de que então se gloriava a nossa pátria, e a quem, ainda virgem de cabalas e trapaças eleitorais, o povo congregava para que lhe dessem, o que a sua inexperiência desejava, uma sábia constituição política. Manuel Jacinto, precedido pelo seu nome, pelos seus serviços, não podia deixar de para logo ocupar eminente posição, especialmente como financeiro. Tanto se distinguiu, que daí a três meses, em 17 de julho de 1823, foi chamado ao Ministério da Fazenda e à presidência do Tesouro público.

Em época tão calamitosa, o poder poucas condições de estabilidade oferecia, o país poucos elementos de grandeza apresentava: achar meios de acudir ao serviço público, de satisfazer todas as exigências que apareciam, era o mais que ao ministro da Fazenda era dado; nem então lhe era possível conceber e menos realizar grandes planos. Manuel Jacinto o compreendeu, e, ministro, continuou a obra de organização a que, anos atrás, havia posto peito.

Infelizmente a agitação demagógica impelia o país para a sua ruína; a Assembléa Constituinte não sabia segregar-se dela; em luta direta com o poder, atacando-o no seu princípio, colocava-o na necessidade de salvar-se por um

golpe de estado. O ministro da Fazenda e quatro dos seus colegas não quiseram aceitar a responsabilidade moral desse ato, e renunciaram as pastas dois dias antes da dissolução da Constituinte.

Dissolvendo porém essa assembléia, que, como todas as constituintes, era, apesar da ilustração dos seus membros, incapaz de cumprir a sua missão e de subtrair-se ao domínio das facções, o chefe do estado havia prometido aos povos uma constituição: cumpria mostrar-lhes que a dissolução não havia sido uma agressão à liberdade nem uma falta à fé jurada, mas simplesmente um recurso extremo contra abusos legalmente irreprimíveis e inevitavelmente funestos: foi pois em 13 de novembro nomeado conselheiro de estado e ex-ministro Manuel Jacinto, e coube-lhe a glória de ser um dos autores e signatários desse pacto fundamental a que deve a nação brasileira a diuturnidade da sua duração e a garantia das suas liberdades. Por esse serviço condecorou-o a Coroa com a dignatária da Ordem Imperial do Cruzeiro.

Por carta imperial de 15 de outubro de 1825 foi-lhe conferido o título de visconde Baependi com as honras de grandeza, e foi pouco depois, em 21 de janeiro de 1826, chamado de novo ao Ministério para a repartição da sua especialidade, a da Fazenda. Em 12 de outubro do mesmo ano obteve o título de marquês.

Infelizmente só conservou o poder um ano: no meio das intrigas e manejos da época, persuadindo-se que não gozava de suficiente confiança da Coroa, por não haver ela querido aceder do desejo, por ele mostrado, de reformar a alfândega, contra a qual tanta e tão fundadas acusações eram geralmente dirigidas, pediu em 19 de outubro a sua demissão; não lhe foi porém ela concedida, e teve o dedicado e leal servidor de continuar ainda três meses contra a vontade nessa posição, em que, vítima de tantos enredos, não lhe era dado servir, como entendia conveniente, o monarca e a pátria. Enfim, em 15 de janeiro de 1827, conseguiu retirar-se do Ministério com os seus colegas, marqueses de Caravelas, de Paranaguá e de Inhambupe.

Retirando-se porém do poder, não arrefeceu o seu zelo pelo serviço do país e devoção ao Imperador: no conselho de estado, os seus votos, os seus pareceres escritos e luminosamente deduzidos, de acordo com os ditames da sã política, se nem sempre infelizmente foram seguidos, aí estão todavia para mostrarem que, se o erro dominou, não foi por não haver quem apontasse a verdade. Entre esses pareceres faremos sobressair aquele em que aconselhou a reprovação desses empréstimos de Londres que com tão funesto encargo oneraram as finanças do país, e tantos pretextos deram aos clamores contra o governo de então. Não menos importante é o que deu sobre as questões suscitadas pela morte d'El-Rei o Sr. D. João VI e pelo chamamento do Imperador do Brasil como D. Pedro IV ao trono português. E por fim, em anos posteriores, quando o espírito revolucionário, já senhor das massas populares, impelia a câmara

temporária, onde dominava, contra o Senado e o princípio conservador, quando a crise precursora do Sete de Abril se apresentou, o seu voto aconselhando ao poder que se circunscrevesse na restrita esfera de sua ação legal, mas nela cumprisse enérgico a sua missão constitucional e firmasse a independência e ponderação dos dois ramos do poder legislativo, o seu voto, dizemos, se houvesse sido adotado, talvez nos tivesse poupado os desastres de uma revolução.

Apresentado em 1826 em lista tríplice para senador pelas províncias de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, foi escolhido por aquela, e tomou assento logo na instalação do Senado, nesses bancos a que tanto realce soube dar.

Entretanto iam correndo os tempos, e os esforços revolucionários, mal contrariados pela ação inexperiente e frouxa do governo, tinham chegado ao seu ponto: a revolução estava madura; só lhe faltava um oportuno ensejo, e os seus planejadores o procuravam com todo o afã. Verificaram-se as fatais ocorrências de março de 1831; o monarca que em frente delas julgou possível acomodar a oposição organizando um ministério de sua confiança, sentiu que nem assim a satisfaria, e organizou outro gabinete em vista de reprimir as tendências revolucionárias que ameaçavam a sociedade. Desse gabinete, organizado na noite de 5 de abril, fez parte, como ministro da Fazenda, o marquês de Baependi.

Mas a revolução estava em campo: seus autores, receando perder os elementos que haviam congregado, acolheram a notícia da organização do novo Ministério com o rompimento de há muito preparado.

A parte que nos últimos acontecimentos do reinado do magnânimo fundador do Império coube ao nobre marquês de Baependi, o que houve contra o seu conselho, ou conforme com ele, nessas ocorrências que precipitadas se aglomeraram no dia e na noite de 6 de abril de 1831, poder-nos-ia mais de espaço ocupar; fácil nos seria recompor essas cenas íntimas em que a timidez lutava com a dedicação, e os mais nobres pensamentos eram contrastados por frio desânimo; deixemos porém à História o que à História pertence, e, biógrafos, digamos somente que em todos os momentos, que equivaliam a séculos, desse dia fatídico, o nobre marquês não desmentiu um só instante a sua refletida lealdade, a sua inteligente dedicação à pátria e ao Imperador.

No dia da abdicação, na presença dessa grande prova de ingratidão dos povos, o nobre marquês como que deu por finda a sua missão política. Vítima dos furores revolucionários, como ex-ministro, apontado às calúnias mais torpemente inventadas, insultado o seu domicílio, o prestante brasileiro apenas reuniu os seus esforços a alguns amigos da ordem que procuravam neutralizar, com a propagação das sãs doutrinas, o espírito da irrefletida destruição de que se achavam possuídos os revolucionários.

Para justificar a revolução, os dominadores da época trataram de formular acusações contra os ex-ministros do Imperador: o marquês de Baependi foi um dos escolhidos, e para honra sua aí está essa acusação em que o espírito sagaz do ódio político, pesquisando uma longa vida ministerial, em uma pasta de tão complicados quão graves negócios, apenas achou para base do crime de prevaricação um fato meramente administrativo e da maior insignificância. Firme na sua consciência, o nobre marquês respondeu vitoriosamente a tão injusto projeto de acusação. E de fato tão injusto era ele, que a própria comissão encarregada de examinar a acusação a desprezou pelo seu nenhum fundamento, o que foi aprovado pela Câmara dos Deputados em setembro de 1831.

Não podendo lutar contra a torrente, o nobre marquês retirou-se da vida política: se comparecia no Senado, se com o seu voto ainda disputava alguns dos grandes princípios de ordem à conquista revolucionária, se defendeu a Constituição do Império contra os ataques dos seus reformadores, nunca mais ocupou a tribuna; sua voz eloquente emudeceu.

A causa porém da monarquia constitucional brasileira tinha de ser salva. O ano de 1836 viu ressurgir poderoso, ilustrado e unido o partido que reagiu contra os erros revolucionários; logo no ano seguinte foi o nobre marquês eleito vice-presidente do Senado, e como tal teve de reger em toda essa sessão os trabalhos de tão importante câmara; no ano de 1838 foi eleito seu presidente.

De posse da plenitude do Poder Executivo e Moderador, o Senhor D. Pedro II, por ocasião da sua coroação em 18 de julho de 1841, galardoou o velho e constante servidor da monarquia brasileira, o ministro fiel e amigo de seu augusto pai, com a grã-cruz da Ordem da Rosa.

A vida política, a vida ativa e a de trabalho do nobre marquês estava acabada; seus dias continuaram ainda alguns anos a deslizarem-se no seio do sossego e da ventura doméstica de que era tão digno, e se ainda, não obstante a sua idade aparecia entre os anciãos da pátria, se ainda pôde com o seu voto sustentar algumas vezes a causa de toda a sua vida, já não era senão o venerando representante do brasileiro distinto que tão alto havia elevado o seu nome. No meio dessas vicissitudes dos tempos, e dessas modificações de caracteres, de opiniões e de princípios, que tão infeliz consequência são da fraqueza humana na vida política, ao nobre marquês cabe uma glória: seu caráter, suas opiniões foram sempre os mesmos, os seus votos nunca se desmentiram; nunca em sua longa existência política houve um passo que lhe deixasse a amargura do arrependimento.

No meio dessa existência tão ativa, tão cheia, o nobre marquês, ainda conservando essa previdente generosidade que nas lutas da sua mocidade com a pobreza se havia acrisolado, teve a lembrança da fundação de um montepio,

espécie de associação mútua em que os pais de família menos abastados, e a quem era tolhido economizar um patrimônio para seus filhos, pudessem com alguns fracos sacrifícios comprar para suas famílias parca, porém segura subsistência. Em junho de 1825 ofereceu ele ao Senhor D. Pedro I um projeto para a fundação de um montepio geral para as famílias brasileiras; já anteriormente havia oferecido uma para as famílias dos militares. Aquele interessante trabalho foi apresentado no Senado em 26 de agosto de 1834, e dele posteriormente resultou o instituto que aí temos com o nome de Montepio Geral dos Servidores do Estado, cuja idéia é atribuída a outrem, realizando-se assim ainda uma vez o famoso dístico de Virgílio... *sic vos non vobis*...

Na vida do nobre marquês pode-se considerar o homem privado e o homem público; e neste podemos ver — o homem de estudo e de magistério, — o homem de administração, — e o homem político, e em todos esses aspectos pode o Brasil ufanar-se de tão distinto filho, e apresentá-lo como modelo.

Homem político, em uma época de luta com a desorganização revolucionária, quando os mais funestos absurdos eram reconhecidos como princípios e até proclamados como axiomas, teve ele na sua inteligência fria e calma, no seu coração cheio de lealdade e de devoção, meios de premunir-se contra todos os erros, e, convencido que só sob a égide da autoridade pode vigorar a liberdade, nem um só momento sacrificou uma à outra. Até 1831 foi um dos oradores mais distintos e que melhor direção deram aos debates do nosso parlamento, elucidando-os com a maior clareza de expressão, a mais lógica argumentação. Ministro e conselheiro de Estado, sempre falou ao monarca, ainda em risco de desagradar-lhe, a linguagem da verdade. Disso tem o arquivo do Conselho de Estado provas escritas que o futuro historiador das cousas da nossa terra poderá compulsar.

Homem de administração, todos os seus trabalhos na província de Minas Gerais e na organização do Erário do Rio de Janeiro dão testemunho de que tinha ele todas as qualidades necessárias ao administrador, compreensão rápida e clara, perspicácia, perseverança, e essa qualidade sem a qual nocivas são todas as outras, acrisolada inteireza.

Homem de estudo e de magistério, basta lembrar que, ainda estudante, no ensino achou os recursos da existência, que chamado ao professorado público em um estabelecimento importante, conquistou a mais subida estima e consideração, para se ter idéia do que foi; e se como literato administrador escreveu diversos trabalhos sobre as finanças do Brasil, se como agrônomo e amigo do progresso publicou interessantes memórias sobre o cultivo da canela do Ceilão e sobre a granza ou ruiva dos tintureiros, como professor traduziu, para uso da mocidade, a metafísica do cálculo de Carnot, a obra de Fabre sobre torrentes e rios, e a mecânica de Lagrange. Foi membro de muitas sociedades literárias e científicas, quer nossas, quer estrangeiras: a Academia Imperial de

Medicina do Rio de Janeiro, o Instituto Histórico Geográfico do Brasil, as sociedades Literárias e amante da instrução, a Promotora da instrução de Vassouras, a de Agricultura, Comércio e Indústria da Bahia contaram-no entre os seus sócios; bem como a Sociedade Universal de Estatística em França, a Academia Francesa de Indústria Agrícola, Manufatureira e Comercial, a Academia Real das Ciências de Lisboa, a Sociedade Literária Tibuciana, etc.

Como homem particular, sempre prestimoso e obsequioso, não poucos benefícios soube espalhar. Afável, jovial e dócil, conciliava com o respeito a afeição de quantos tinham a ventura de o tratar.

Casando-se em 5 de agosto de 1809 com a Senhora D. Francisca Mônica Carneiro da Costa (Marquesa de Baependi), filha legítima do coronel Brás Carneiro Leão, um dos mais abastados e consideráveis negociantes da praça do Rio de Janeiro, cuja viúva foi posteriormente nomeada baronesa de São Salvador de Campos, teve desse feliz consórcio três filhos, um o visconde de Baependi (Brás Carneiro Nogueira da Costa e Gama), a quem deixou em maioridade, e dois outros, Manuel Jacinto Carneiro Nogueira da Gama e Francisco Nicolau Carneiro Nogueira da Gama, ainda menores. Modelo de todas as virtudes domésticas, amou extremosamente a sua família, e, zeloso pela sua sorte, nada deixando ao acaso, conhecendo a fragilidade das cousas humanas e os vaivens do mundo, com os bens da fortuna que lhes deixou, ainda melhor herança lhes preparou, quer no exemplo das suas virtudes, quer no assíduo cuidado da sua educação.

Do Estado nada deixou a seus filhos senão o seu nome e a recordação dos seus serviços, que mais devem considerar-se como empenhos que os obrigam que como vantagens de que tenham de fruir.

Cidadão tão virtuoso, homem de tanto merecimento, devia merecer da Providência uma remuneração; ele a teve na sua longa existência, nos serenos anos da sua velhice, no amor da sua família.

Em 15 de fevereiro de 1847, pela meia hora da madrugada, depois de curta enfermidade, entregou a alma ao Criador. Sua morte foi a do filósofo cristão, como fora a sua vida. Seu corpo foi sepultado nos jazigos da Ordem Terceira de São Francisco de Paula desta cidade com as honras devidas aos altos cargos que durante tantos anos exerceu. Tinha de idade 81 anos, 5 meses e 7 dias.

Sua morte foi geralmente sentida não só pelos seus amigos, como por aqueles que só de nome o conheceram; e se inimigos teve, nasceram-lhe eles das lutas políticas e do exato cumprimento dos deveres dos cargos que ocupara, porque a ninguém odiou, e nunca a ninguém perseguiu.

Nenhum cidadão mais do que ele consagrou ao serviço da pátria diuturna dedicação. Nas épocas difíceis do nascimento político da nação brasileira, quando tudo estava por criar, finanças, administração, recursos materiais e morais, e quando entretanto, alimentado pela infância nacional, o espírito revolucionário tudo perturbava, até como que adrede tudo comprometia, o marquês de Baependi, esse glorioso brasileiro, aí se achou em constante esforço, em constante luta, vítima, como todos os que se consagram ao serviço público, da inveja de uns, da calúnia de outros, nunca porém menos enérgico, menos dedicado.

JOSÉ MARTINIANO DE ALENCAR



Em 1822 uma mocidade ardente e entusiasta pela liberdade e independência de sua pátria representava o reino do Brasil no soberano congresso que se reunira em Lisboa.

Trinta e seis anos são passados; e daquela plêiade brilhante, daquela falange ilustre dos primeiros representantes do país, apenas se encontra hoje no Senado, entre as novas glórias que o voto popular e a confiança da Coroa chamou a ocupar essas cadeiras, uma trindade respeitável por muitos títulos.

O marquês de Olinda, Vergueiro e Alencar, são os três nomes que lembram ainda aos brasileiros as calorosas discussões do congresso português, em que os filhos da jovem pátria que ia surgir proclamavam em face da metrópole o direito que tinha o Brasil de declarar-se independente, lançando assim através do

oceano o grito dessa revolução que devia consumir-se em 7 de setembro de 1822.

O marquês de Olinda, quando a sua carreira parecia terminada, assumiu de novo o poder; Vergueiro depois de ter ilustrado a tribuna e dirigido a opinião pública, trabalha ainda pelo país dedicando-se à colonização e à agricultura; Alencar, uma das popularidades de 1830, um dos homens mais notáveis da oposição de 1839, um dos autores da revolução parlamentar que produziu a maioria em 1840, só aspira a servir a seu país com o seu voto de legislador, e a conservar puras e inalteráveis as crenças políticas que o dirigiram durante a sua vida.

Poucas existências há no Brasil tão cheias de vicissitudes como a sua; poucos homens passaram por tão duras provanças, e acompanharam a revolução da independência de seu país desde o primeiro balbuciar deste povo, ainda menino e já respirando a liberdade, até o momento em que o arrefecimento da luta e a calma dos espíritos extinguiu os antigos partidos.

O que há de notável porém na sua vida, é que, tendo muitas vezes exercido, pelo seu prestígio, pela sua habilidade na direção da política, uma influência decidida sobre os negócios do país, não ocupou nunca as primeiras posições oficiais; além do cargo de senador a que fora chamado na primeira vaga por uma eleição espontânea e quase unânime, apenas foi duas vezes presidente de sua província.

Mas o seu caráter explica este fato: a sua modéstia reprimia as aspirações; e o seu interesse pelo país passava adiante dos cálculos da ambição pessoal; depois de ter servido nobremente o seu partido, depois mesmo de se haver sacrificado por ele, ofuscava-se e desprezava as glórias de chefe, para gozar da íntima satisfação que sente o simples e obscuro cidadão, quando tem a consciência de haver cumprido o seu dever.

Assim em todas as épocas em que suas idéias triunfaram, ou em que o seu partido dirigiu o país, ele conservou-se na sua modesta posição; em 1831, sendo presidente da Câmara dos Deputados, continuou o seu posto depois da revolução; em 1834 quando Feijó, seu amigo íntimo e dedicado, governava o Brasil, contentou-se com a presidência do Ceará, onde o levava o seu amor pela província natal; em 1840, quando a revolução da maioria saiu de sua casa para rebentar no Senado e ecoar na Câmara dos Deputados, apenas aceitou aquela mesma presidência com o fim de ir reparar os males que as administrações passadas aí haviam feito.

O reverso desse quadro é ainda mais significativo.

Se durante a sua carreira política Alencar, pela sua modéstia e pela sua reserva, não quis ou não soube procurar para si as primeiras posições oficiais no momento em que os seus amigos dominavam; sempre que o seu partido foi vencido, sempre que uma reação se operou contra os liberais, o seu nome figurou como mártir entre os mais distintos e os mais célebres; algumas vezes mesmo na primeira plana.

Em 1817, sofreu quatro anos de prisão rigorosa na Bahia onde teve por companheiro Antônio Carlos, que depois foi um dos seus mais dedicados amigos, e verdadeiro apreciador do seu caráter; em 1824 esteve de novo preso um ano; em 1842 acusado de ser o chefe de uma imaginária associação dos Invisíveis foi processado com Feijó, Vergueiro e José Bento; em 1848 atribuiu-se-lhe o movimento político de Pernambuco e o acusaram na Câmara dos Deputados.

Tanta celebridade e tanto prestígio no revés; tanta obscuridade e tanto afastamento no triunfo; — é um contraste que faz honra ao caráter do homem político, e que lhe deu essa reputação de integridade que seus próprios inimigos nunca lhe negaram.

Mas naqueles tempos de verdadeiro entusiasmo e fé robusta o povo sabia desempenhar a sua missão: e a urna popular era como o altar da pátria onde se sagravam puros votos de reconhecimento e gratidão aos bons filhos e aos bons cidadãos.

Ao passo que Alencar era esquecido, ou fazia-se esquecido das distinções oficiais, não lhe faltavam as honras populares.

Em 1821 as portas do cárceres se abriram para deixá-lo sair, ao mesmo tempo que as do soberano Congresso se abriram para recebê-lo. De volta da Europa encontrou no Rio de Janeiro o diploma de deputado à Constituinte. Minas Gerais e o Ceará o elegeram simultaneamente à segunda legislatura.

Em trinta e seis anos, apenas quatro esteve fora do parlamento; e isto porque achando-se ainda, em 1825, comprometido na revolução do ano anterior não pôde ser eleito à primeira legislatura.

II

J.M. de Alencar começou a sua carreira política muito cedo.

Em 1817, achava-se estudando em Olinda, quando sobreveio essa revolução mal planejada, aspiração precoce de um povo pela liberdade que ainda não se tinha impregnado nas primeiras camadas da sociedade; e que era apenas compreendida por alguns homens instruídos, a quem os ecos da revolução

francesa, e da independência dos Estados Unidos, chegavam apesar de amortecidos pelo tempo e pela distância.

Moço, entusiasta, amando a sua pátria com o mesmo ardor que depois sempre mostrou, arrastado pelo exemplo de seus mestres. Alencar deixou-se levar pelo movimento; e partiu para o Ceará, munido das cartas e instruções necessárias para fazer aparecer a revolução naquela província. Desempenhou a sua comissão; porém pouco tardou que a imperícia dos chefes fizesse abortar todo o plano.

Efetou-se a restauração; e ele foi preso e conduzido a Pernambuco: depois passou à Bahia, onde esteve quatro anos encarcerado com o rigor que o governo absoluto usava para os crimes políticos; aí assistia ele a essas expansões da imensa erudição de Antônio Carlos, que consolava a uns da desgraça, e a outros instruía, como um livro vivo e eloquente.

Solto em 1821, voltou ao Ceará, e eleito deputado às Cortes de Lisboa, tomou assento em 10 de maio de 1822. Foi companheiro de Antônio Carlos, Vergueiro, Barata, Muniz Tavares, Lino Coutinho e outros; apesar de muito moço e inteiramente alheio aos estilos parlamentares, apesar do aspecto imponente dessa respeitável assembléia onde tinham assento Borges Carneiro, Fernandes Tomás, Guerreiro, Ferreira Borges, Girão e mais homens notáveis de Portugal; o jovem deputado achou nas suas convicções a coragem necessária para acompanhar os seus colegas nessa luta parlamentar que preludiou a separação do Brasil.

Chegando a Portugal a notícia da independência, Alencar abandonou as Cortes com alguns outros deputados; e sem passaporte, não obstante a proibição do Congresso, passou à Inglaterra, e correu ao reclamo de sua pátria; achou porém a revolução consumada, e recebeu o diploma de deputado à Constituinte.

Nessa assembléia, seguindo sempre os princípios de liberdade, sustentou os de ordem nas sessões agitadas que então apareceram; pelo que mereceu a simpatia geral, e a estima de D. Pedro I, que sempre o distinguiu. Dissolvida a Constituinte, voltou à sua província, da qual estava ausente havia dois anos; aí achou os seus amigos e sua família comprometidos na revolução de 1824; preferiu comprometer-se com eles a abandoná-los.

Preso e conduzido por Minas Gerais até o Rio de Janeiro, foi ser julgado na capital do Ceará pela comissão militar presidida pelo coronel Conrado, a qual proferiu sentença reconhecendo-o inocente e absolvendo-o. Passou esse pouco tempo estranho à vida política, até que em 1828 as províncias de Minas Gerais e do Ceará o elegeram deputado à segunda legislatura.

Este fato bastante notável, era a reabilitação do seu passado político se ele precisasse de outra além do reconhecimento da sua inocência pela comissão militar; o voto de uma província ilustrada como a de Minas Gerais, que o tinha visto na desgraça, era a maior prova de consideração que podia merecer um cidadão.

Alencar optou pela sua província, como é de lei; e na vaga que ele deixou tomou assento Evaristo Ferreira da Veiga, eleito primeiro suplente. Foi nesta sessão de 1830 que ele mais se distinguiu pela sua moderação, defendendo como membro da comissão de poderes contra os liberais exaltados, o direito que tinha José Clemente Pereira, Salvador José Maciel e Oliveira Álvares de tomarem assento como deputados, devendo notar-se que nesta defesa, movida apenas por sentimento de justiça, ele corria risco de perder a sua popularidade à vista da excitação dos ânimos contra aquelas eleições.

Em 2 de maio de 1832 entrou no Senado, sendo o primeiro senador eleito pela regência; e foi aceito por aquela corporação, então quase toda composta dos membros da primitiva fundação, como uma garantia contra as idéias da abolição da vitaliciedade, que começavam já a adquirir muita voga; recebendo no seu seio um dos membros mais proeminentes do Partido Liberal, o Senado julgava adquirir um defensor valioso.

Mas ele não contava com o caráter de Alencar; e não sabia que, deputado ou senador, ele votaria com a mesma facilidade pela idéia, desde que a considerasse útil para o país; e assim o demonstrou pouco depois, e em todos os atos de sua carreira parlamentar.

Nomeado presidente do Ceará em 1834, dedicou-se, durante os três anos que exerceu esse lugar, a promover os melhoramentos morais e materiais que reclamava o estado de atraso de sua província.

Purgou-a dos assassinos que a infestavam; fez punir todos os criminosos grandes e potentados; introduziu colonos naquela época em que nem se falava de colonização; mandou vir operários da Europa; criou um banco pequeno, mas em relação aos recursos do lugar; reprimiu o tráfico, apreendendo o único contrabando que apareceu no tempo de sua administração, de modo que um só africano não escapou; e desenvolveu as obras públicas, construindo estradas e pontes.

Não tendo a província rendas para suas despesas, tanto que recebia uma quota de Pernambuco para suprir o déficit, elevou a receita a ponto que não só cobriu aquelas despesas acrescidas com a criação da assembléia provincial, e os gastos feitos com a prisão de criminosos e com as obras públicas, mas deu para se enviar uma remessa à Inglaterra a fim de amortizar a dívida pública, fato de que não havia exemplo na província; e deixou ainda um grande saldo.

O maior elogio que se pode fazer da sua administração é que o ministro do Império em 1837, Vasconcelos um dos nossos mais distintos estadistas, acérrimo adversário político de Alencar, quando este pela desistência de Feijó e mudança de política foi demitido, recomendou ao seu sucessor, o conselheiro Manuel Felizardo de Sousa e Melo, que não desfizesse os atos da presidência anterior, nem hostilizasse o partido que a havia apoiado; instrução que o novo presidente executou tanto quanto era possível naquele tempo de luta e opiniões extremas.

Voltando da presidência do Ceará, Alencar veio tomar em 1839 o seu posto de oposição no Senado, e aí foi um dos sete senadores que impediram durante um ano a passagem da interpretação do ato adicional, apesar de todo o esforço do governo e da maioria.

No ano seguinte planejava ele com Antônio Carlos, José Bento, Paula e Sousa, Limpo de Abreu, Martim Francisco, Holanda Cavalcanti e outros a revolução da maioridade, que se realizou em 23 de julho, e que inaugurou o presente Império; ainda desta vez aceitou a presidência do Ceará para comprazer com os seus amigos, e evitar uma dificuldade ao Ministério.

Foi o segundo e último período de sua vida administrativa; período durante o qual mostrou ainda uma vez a sua energia e coragem cívica em reprimir os movimentos sediciosos que alguns dos adversários da maioridade fizeram aparecer na província, e dos quais não se devem revolver as cinzas.

Voltando à oposição em 1842, em que teve de sofrer o processo de que falamos, nela se conservou até 1845, em que exerceu uma influência notável como um dos chefes da maioria que apoiava o Ministério Macaé.

Desde então, ou porque julgou com razão que depois de tão longa luta tinha direito ao repouso, ou porque entendeu que os seus serviços não eram mais precisos, retirou-se da cena política; porém até hoje ainda nem um seu aliado dirigiu-se a ele que não encontrasse o mesmo liberal de 1830.

EVARISTO FERREIRA DA VEIGA



A História, farol brilhante erguido nas fronteiras do passado para iluminar a estrada do futuro, nunca mais digna se torna do que quando, espalhando as trevas que rodeiam os túmulos, nos mostra em todo o seu esplendor os varões ilustres, cujos feitos honraram o país de seu nascimento, cuja vida foi gloriosa para a humanidade. Esses homens modelos, que provocam a atenção do presente, deixam escapar dos lábios gelados palavras conselheiras de virtude, de valor, de nobreza; os raios da luz, que, como auréola sagrada, circundam suas frentes, acendem na alma o amor da pátria, e ao respeito que acompanha sua memória, excita no coração desejos de limitá-los; nobre e enérgica a ambição desperta, cresce, inflama a vontade, que então opera prodígios. Muitas vezes — quase sempre — a inveja e a ignorância contemporâneas, dando-se as mãos, pagam com desprezo, senão com martírio, as nobres abnegações, os esforços generosos das almas escolhidas. Os interesses, que lutam uns contra os outros por alcançar o predomínio; as paixões, que obscurecem a razão e

aconselham o mal; o erro, que calou profundamente nos ânimos e que o falso orgulho ainda mais aferra, temem, odeiam, desconhecem os espíritos elevados e nobres, que os combatem em nome da virtude, da justiça e da razão.

Mas há um momento em que todas essas vozes emudecem, uma época em que a verdade profere a sua sentença definitiva; é quando um túmulo se abre, quando uma nova geração, gozando dos benefícios que resultaram dessas lutas, repele a herança de preconceitos, e, buscando nas sombras do passado o autor de tantos bens, repete o seu nome entre vivas de gratidões. Este juízo da posteridade, sentença da justiça divina, que a humanidade proclama, é a recompensa mais pura, mais duradoura, mais invejável; essa crença da vida futura, essa esperança de merecer um dia as bênçãos de uma geração inteira, constituem o mais nobre incentivo para as almas verdadeiramente heróicas.

Cumpra pois que a História, iluminando com seu facho as sombras do passado, nos deixe ver em toda a luz as imagens dignas de veneração; que de geração em geração uma voz se erga dentre o povo, como a da sentinela quando alta vai a noite, repetindo o nome e os feitos dos homens que ganharam a imortalidade, prestando homenagem ao passado e incitando os ânimos, que desfalecem no presente.

O Brasil, bem que de moderna data no quadro das nações, conta já numerosos filhos, que devem ser apontados como exemplos, e a pode ufanar-se de sua riqueza. Nesse monumento erguido à memória dos grandes homens do Brasil, um dos mais elevados pedestais deve ser reservado para o busto nobre do varão, cuja vida vamos rapidamente bosquejar.

Evaristo Ferreira da Veiga nasceu na cidade do Rio de Janeiro a 8 de setembro de 1799. Seu pai, Francisco Luís Saturnino, era professor de primeiras letras e tinha aula aberta na Rua de S. Pedro, donde mais tarde foi passada para a do Ouvidor. Aí recebeu Evaristo os primeiros rudimentos de instrução, e ao mesmo tempo lições de severa moralidade, que ficaram profundamente impressas em seu coração. Na idade de doze anos passou a estudar gramática latina com o professor Manuel Marques, e retórica com João José Vaia. Pouco tempo depois frequentou como externo as aulas do Seminário de S. José, onde estudou filosofia racional e moral e as línguas francesas e inglesas, aprendendo mais tarde consigo mesmo o italiano. Contava dezenove anos quando concluiu os estudos. Então seu pai, que deixara a aula de primeiras letras para abrir uma loja de mercador de livros à Rua da Alfândega, chamou-o para o balcão. Depois de cinco anos, tendo perdido sua mãe, estabeleceu, de sociedade com seu irmão, Sr. João Pedro da Veiga, uma livraria à rua de São Pedro, esquina da Quitanda, donde mais tarde saiu para continuar o mesmo negócio por sua conta na Rua dos Pescadores.

Até então Evaristo era apenas conhecido como negociante honrado, homem afável e esposo modelo, que já então se achava casado com D. Edeltrudes Maria da Ascensão, a quem consagrou viva amizade até o derradeiro instante de sua vida.

Não obstante essa perspicaz inteligência, que seus professores tanto haviam apreciado, não dormitava, não; enriquecia-se no estudo, concentrava-se para mais tarde ressurgir cheio de força e de esplendor. A sede de conhecimento, que desde os primeiros anos o atormentava, encontrara fonte abundante para fartar-se nos livros, entre os quais ele vivia. Seu natural discernimento e bom gosto haviam-no levado a fazer uma ajuizada escolha entre as diversas obras de bons autores. Com eles conversava Evaristo durante as longas horas da noite, e nesse continuado lidar sua inteligência mais se desenvolvia, novos pensamentos ensinados pelos sábios, ou inspirados pela meditação, vinham enriquecê-la, e de dia em dia mais vasta se tornava sua erudição.

Limitar-se-ão a isso os desejos de Evaristo? Não, decerto; fora preciso ser profundamente egoísta para, conhecendo-se tão rico, guardar consigo esse tesouro, e Evaristo primava em generosidade. A fortuna, que adquirira no negócio, não a empregava consigo, que eram simples os seus hábitos e seus gostos bem afastados da ostentação; distribuía-a pelos desvalidos, a quem sua caridade ia encontrar até em países estrangeiros. Quem assim tão despegado se mostrava das riquezas materiais, tão pronto em socorrer os infelizes mal aquinhoados, não podia certamente ser avaro das riquezas intelectuais; não, ele as entesourava porque sentia instintivamente que havia de chegar o dia em que infelizes de outro gênero, desvalidos de outra fortuna precisariam também de seu auxílio. Mas a modéstia, que era base de seu caráter, e a desconfiança das próprias forças ainda não experimentadas, não lhe deixavam conhecer que esse dia já era chegado, embora alguns amigos, que o apreciavam em íntimas conversações, assim lho dissessem e lhe vaticinassem um porvir de glória.

Filho do Brasil, nascido em meio desta natureza tão garrida, desta vegetação tão luxuriante, sob este céu tão anilado, escutando as poderosas vozes das florestas, a suave harmonia dos bosques, o doce murmurar dos rios, o estalar das catadupas, Evaristo era poeta; e sua brilhante imaginação, despertada pelo brado erguido nas margens do Ipiranga, celebrou em belos cantos a aurora da liberdade. A pátria foi a musa que acordou o poeta; a pátria, seu primeiro amor, foi também o termo único de todas as suas ambições. Desde então ele publicou vários artigos e folhetos políticos, que respiravam o perfume embriagador do patriotismo, e que desde seu aparecimento atraíram a atenção pública, incerta ainda sobre o nome do autor, porque esses escritos eram publicados sob o anônimo. Bem depressa porém o nome de Evaristo tornou-se conhecido no Brasil de uma extremidade à outra.

A 11 de junho de 1828 os batalhões de alemães e irlandeses se sublevam na corte e perseguem ferozmente o povo: a 6 do mês seguinte o barão Roussin, vice-almirante francês, entra de Morrões acesos pela baía do Rio de Janeiro e vem insultar a fraqueza do Brasil! Ao ouvir os clamores do povo, ao sentir as faces abrasadas pela vergonha da afronta, Evaristo esquece a própria modéstia e escreve estas nobres palavras: Desgraçado o povo que sofre o jugo estrangeiro! Os seus mesmos benefícios são amargos e pagam-se a peso de ouro; os seus insultos, quem os tolerará?

A Aurora Fluminense repetiu esse brado de indignação aos ouvidos do povo. Fundado em fins de 1827 por três cidadãos, esse periódico foi desde 1828 exclusivamente redigido por Evaristo, e tornou-se a tribuna em que se advogavam os interesses públicos, o púlpito de que baixavam lições para o povo. Despontara o dia esperado; Evaristo abriu o cofre em que amontoara riquezas de conhecimentos e com larga mão as distribuiu.

Não cabe nos limites deste simples esboço uma apreciação de Evaristo como jornalista; diremos somente que a Aurora Fluminense tornou-se em pouco tempo conhecida de todo o Brasil, e granjeou para o seu redator uma grande popularidade, que foi de dia em dia aumentando. Durante os oito anos de sua existência a Aurora foi o órgão das necessidades e dos interesses do povo, o defensor estrênuo de seus direitos, o campeão destemido das liberdades públicas, o guia consciencioso da opinião, a ara sagrada em que se venera a pátria. Dotado de vasto talento, rico de erudição, animado pelo mais desinteressado patriotismo, Evaristo discutia com alta superioridade em sua folha todas as questões que importavam ao progresso do país; mas, vivendo no meio do turbilhão das facções, cujos planos ele contrariava e que buscavam afastá-lo jogando-lhe insultos, via-se obrigado a descer às questões individuais; se às declamações respondia com raciocínio, combatia os insultos com uma ironia penetrante, que deixava profundamente ferido o amor-próprio de seus adversários.

O nome de Evaristo espalhava-se por todo o Império, e além do oceano; seu mérito granjeou-lhe os títulos de sócio do Instituto Histórico de Paris e da Arcádia Romana; a Sociedade Amante da Instrução contou-o mais tarde no número de seus membros beneméritos. Ao mesmo tempo a fama de seus talentos, de suas virtudes, reunia na sua loja de livreiro todos os verdadeiros patriotas; aí doutrinava ele o povo, e aqueles que o ouviam iam mais longe repetir sua palavra e aumentar a sua popularidade. A província de Minas três vezes o escolheu para seu representante na Câmara dos Deputados. O Rio de Janeiro não se mostrou ingrato para um filho que tanto o honrava; se nas eleições de 1828 Evaristo ficou no número dos suplentes, nas de 1836 reuniu dois diplomas, o de Minas e o do Rio de Janeiro.

Como deputado Evaristo foi o mesmo homem que no jornalismo, defensor dos mesmos princípios sobre que se baseava sua doutrina: liberdade moderada para o povo, prestígio e força para a Monarquia, respeito às leis, fiel observância da Constituição do Estado. Não quadrava esse programa à administração, e por isso encontramos Evaristo dirigindo a oposição parlamentar de 1830.

Começaram a aparecer nessa época as idéias de reforma da Constituição e federação das províncias, como consequências fatais dos erros do Governo. Evaristo viu na adoção de tais idéias uma ofensa à Constituição e o enfraquecimento do Brasil; sua voz poderosa ergueu-se contra os reformistas. Mas embalde! a reação estava na razão direta da opressão; a faísca lançada nos espíritos ardentes devia em breve produzir o incêndio.

Pela primeira vez Evaristo hesitou; pareceu-lhe a princípio que devia resistir à torrente, que dar-lhe o apoio de seu nome seria contribuir para a perdição da pátria; logo porém conheceu que todo o esforço humano seria impotente para sustentar o rochedo, que, despegado de sua base e impelido por uma força fatal, rolava irresistível e ganhava nova velocidade com a carreira, cujo termo era o abismo da anarquia. Então a alma do herói partiu-se em um soluço, houve um momento de agonia, uma dor sem nome varou-lhe o coração! Pago esse tributo à natureza, Evaristo ergueu a fronte, e, cerrando os ouvidos aos insultos, aos sarcasmos, às maldições com que era pago o sacrifício de seu amor-próprio, passou para as fileiras dos reformistas. Não podendo fazer parar o rochedo, queria ao menos desviá-lo do abismo, arriscando-se a ser por ele esmagado. "Combati a reforma", dizia ele então, "enquanto não a julguei do voto geral; hoje é necessária, eu pugno por ela; faça-se, faça-se, mas a ordem e a tranquilidade presidam a tudo, e a lei à sua própria alteração."

De dia em dia os espíritos mais se azedavam. D. Pedro I parte para a província de Minas, a fim de com sua presença restabelecer aí a ordem, e publica em Ouro Preto a proclamação de 22 de fevereiro, que foi mais uma faísca para apressar a explosão. Por ocasião de seu regresso à Corte fazem-se grandes festejos, acendem-se fogueiras, bandos armados percorrem as ruas da cidade insultando e maltratando os brasileiros, cujo sangue corre. Evaristo querendo evitar mais graves desordens, escreve estas memoráveis palavras: O sangue derramado pede sangue, tristes efeitos dos ódios e dissensões civis! admoestação prudente, que seus inimigos traduziram como provocação às paixões populares. Longe porém de aconselhar represálias sanguinolentas, o herói apela para a autoridade e redige a representação de 17 de março, assinada por 23 deputados e um senador, na qual se pede ao monarca que desafronte o Brasil vilipendiado e pungido!

Tudo é baldado! O dia 7 de abril vê consumir-se a revolução! Evaristo conhece que é chegado o momento do perigo e redobra esforços para afastá-lo. Ele sabe que na taça das revoluções o povo bebe um licor que embriaga; que a

liberdade, virgem santa, veste uma túnica tão fina que se despedaça aos abraços frenéticos do povo em delírio; então a virgem profanada se transforma em medonha fúria, corre nua, soltos os cabelos, sacudindo o brandão da anarquia, e vinga com as próprias mãos o ultraje que sofreu.

Resolvido a encaminhar a revolução, Evaristo começa pregando o esquecimento das ofensas, pedindo perdão para todos; arrisca-se para salvar seus inimigos. Graças à influência do seu talento e de sua virtude ele conseguiu suspender o braço armado da revolução; ltuosas cenas de proscricão e de extermínio, quase inevitáveis em tais momentos, não empanaram o brilho desse quadro majestoso, que representava a liberdade triunfante.

Apenas porém se completa a vitória, os interesses individuais, as paixões exaltadas, os espíritos alucinados ressuscitam os antigos partidos, cada qual mais absurdo em suas pretensões, querendo por cálculo ou por irreflexão arremessar novamente o país para o abismo que ainda está mui próximo. Evaristo conhece que essas mãos malvadas ou ignorantes hão de dilacerar o seio da pátria, seu único amor, e por cuja felicidade tanto tem porfiado; olha em torno de si, procura um lado — não o mais poderoso e mais forte — que lhe importa o poder? — mas aquele onde há mais razão e mais justiça, porque só o seu triunfo pode ser duradouro, só ele pode produzir a paz. Então torna-se chefe do partido moderado, dá-lhe vigor, empresta-lhe sua influência, alarga seu círculo, consegue enfim suplantar seus contrários, isto é, salvar a ordem, a liberdade, a monarquia. Por longo tempo tem em suas mãos os destinos do Brasil, a sorte de um império depende de sua vontade. Podendo ser tudo ele quis ser somente Evaristo, o amigo de sua pátria. Essa imensa influência, de que dispõe, ele só emprega para debelar as facções que renascem, e conservar a conquista que lhe assegura o futuro do país.

Na célebre sessão de 30 de julho de 1832, em que devia ser proclamada a nova Constituição, que lhe pareceu um ato precipitado e perigoso, Evaristo deixou por momentos seu partido, que então tinha na câmara maioria. Seu silêncio e completa abstenção em tal crise contribuíram fortemente para malograr o plano dos moderados.

No entanto, as esperanças de restauração do ex-imperador ganhavam corpo de dia em dia. Evaristo, julgando que a realização dessa idéia seria uma fonte de males para o Brasil, a combatia com todo o vigor, face a face. Na noite de 8 de novembro de 1832, achava-se ele em sua loja discorrendo em companhia de várias pessoas, quando ouviu-se o estrondo de uma pistola, e Evaristo viu três de seus amigos caírem por terra banhados de sangue. O herói levemente ferido corre à porta da loja, explica ao povo a cena que se acaba de dar e termina exclamando: Não nos farão calar com estes argumentos.

Dessa época em diante Evaristo dominou em todas as eleições, e influiu poderosamente na marcha do governo. Em 30 de dezembro de 1835 terminou a publicação da Aurora Fluminense, e desde então conservou-se afastado dos negócios públicos.

A 22 de novembro de 1836 partiu para a província de Minas a fim de pagar uma dívida de gratidão para com essa briosa província, que três vezes o elegera deputado. De volta à corte, e já molesto, sentiu tão doloroso abalo ao contemplar o estado das cousas públicas, que atacado por violenta enfermidade faleceu a 12 de maio de 1837, depois de sete dias de sofrimentos, dando à sua esposa e às suas tenras filhas este último conselho: Vivei no santo temor de Deus e nele confiai, e em meu irmão.

Seu corpo foi sepultado na igreja de São Francisco de Paula ao lúgubre som das lamentações da cidade inteira.

O dia 12 de maio de 1837 foi uma data de desolação e de luto para o Império; a grande família brasileira pranteava a morte do seu filho mais querido, do varão que, sempre calmo no vórtice das revoluções, generoso no triunfo, modesto no fastígio do poder, consagrando toda a riqueza de sua inteligência, todo o amor de seu coração, toda a energia de sua vontade, à ventura da pátria, vivendo no período mais agitado da História do Brasil, legou às gerações por vir o exemplo de uma vida pura e bela, como em noite serena o céu estrelado desta terra que ele tanto amou!

A. C. R. DE ANDRADA MACHADO E SILVA



No meio das grandes peripécias do drama social; nas oscilações tempestuosas que soem sempre acompanhar a infância das nações que se constituem, a providência não abandona a humanidade. Quando os destinos da sociedade agitados pela luta das paixões, vacilam incertos a perder-se nos abismos da dissolução, ela envia à Terra esses apóstolos predestinados, a quem entrega o verbo de uma nacionalidade nascente, e confia a missão de dirigir as gerações que, tímidas, tateiam o caminho apenas encetado da existência. Sua passagem na Terra é como um clarão luminoso através dos acontecimentos que os circulam. Engrandecidos pela consciência de sua elevada missão, eles atravessam com serenidade impassível o tumultuar das paixões, que ao redor deles se desencadeiam e realizam seu destino com a onipotência das grandes convicções. Em suas fronteiras, unidas pela glória, está estampado o selo da grandeza.

Seus passos são marcados com os benefícios que derramam, com o heroísmo que os engrandece.

O infortúnio e o sofrimento conferem-lhes às vezes a coroa do martírio; e a gratidão dos povos coloca seus vultos venerandos no templo da pátria, alumiados pelo irradiar de uma glória infinda.

Tal foi **Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva**.

Patriotismo ardente, provado nas lutas do despotismo; caráter romano temperado nas provas do infortúnio; coragem cívica levada até o heroísmo; consciência nobre e orgulhosa de seu merecimento; alma vulcânica, exaltada pela perspectiva da glória; tudo concorreu para tornar Antônio Carlos o homem do povo, o tribuno gigante de nossas liberdades. Sua imaginação rica e fecunda, sua variada e brilhante erudição, a enérgica vivacidade de sua expressão, seu mesmo busto majestosamente talhado — alumiado pelo raio de um pensamento viril, tudo assegurou à sua palavra essa onipotência grandiosa, que força as convicções e arrasta os espíritos. Os talentos da eloquência brilhavam-lhe na fronte sulcada pelo infortúnio, e cada debate era um troféu, cada discurso um louro, que ajuntava à sua coroa de orador. Sua palavra autorizada dominava as discussões e intervinha para decidir o pleito, como o raio rebenta entre trevas para desfazer a tempestade e serenar o horizonte. Quando ocupava a tribuna, suas palavras, incendiadas pelo entusiasmo, rebentavam em borbotões, e vazavam-se nos moldes de uma eloquência animada no fogo sagrado do patriotismo. Dir-se-ia que elas levavam consigo a centelha, que lhe ardia no cérebro.

Foi vulto gigante das Cortes de Lisboa, o orador mais preeminente da constituinte; e em nossa galeria parlamentar ninguém lhe disputa a primazia. Seu nome é um monumento nos fastos da pátria; e pois reivindicá-lo do olvido é restaurar um monumento de glórias, esquecido pela ingratidão dos contemporâneos.

Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva nasceu na, então, vila de Santos, no dia 1º de novembro de 1773; foram seus pais o coronel Bonifácio José de Andrada, e sua mulher D. Maria Bárbara da Silva.

Feitos seus primeiros estudos em sua terra natal, foi sua educação literária confiada aos cuidados do virtuoso bispo D. Fr. Manuel da Ressurreição, o mesmo que abriu a José Bonifácio os tesouros da inteligência. Munido desses princípios, que faziam-lhe já antever os segredos da ciência, seguiu para Coimbra, o teatro dos talentos brasileiros naquele tempo, e aí obteve com assinalado aproveitamento o grau de bacharel em Direito. Sua inteligência, desabrochada sob o sol dos trópicos, robusteceu-se com os variados estudos da História e da Literatura, e adquiriu esse brilhante cabedal de erudição, que era como o prelúdio do grandioso futuro que o aguardava.

Concluídos seus estudos, começou seu tirocínio na carreira pública; depois de haver servido o lugar de juiz de fora em Santos, foi promovido a ouvidor e corregedor da comarca de Olinda, sendo logo depois elevado à categoria de desembargador da Relação da Bahia.

Seu destino porém estava escrito nas páginas do porvir; não o talhara a Providência para seguir plácido e sereno a vida impassível do juiz; fadara-o para ser o herói de uma nacionalidade. Sua existência devia refletir as oscilações que caracterizam as grandes épocas, e sofrer as duras provações que engrandecem os filhos da liberdade.

Em 1817 Pernambuco, cansado sob o peso de um absolutismo sem grandeza, recordou as tradições de sua história, e levantou um grito prematuro em prol da independência da terra de Santa Cruz. Antônio Carlos não trocou a toga do juiz pela opa do tribuno. Sua inteligência e seu coração negavam-se a um movimento generoso embora, mas que o lúgubre exemplo de um passado ainda recente augurava, que havia de ser esmagado sob a acha implacável do poder, e que o sangue de novas vítimas viria ajuntar-se ao cruento suplício de Tiradentes.

Sua fidelidade entretanto foi posta em dúvida por um poder suspeito, e das mãos do algoz só o salvou o seu destino providencial.

Atirado em lôbreo segredo no calabouço das Cinco Pontas, quando, certo de sua inocência, fora voluntariamente apresentar-se ao governo interino da capitania, Antônio Carlos estava votado à mesma sorte, que pesou sobre o padre Roma e tantas vítimas infelizes, que caíram sob o gládio do absolutismo.

O sofrimento exalta e depura as grandes almas; os caracteres superiores contam seus triunfos pelos dias de tribulação. Longe de recuar espavorido diante do cadafalso, seu espírito antolhou a palma sublime do martírio; e a resignação e a coragem cívica converteram-lhe a agonia do supliciado em um cântico de inspiração altiva:

"Sagrada emanção da liberdade, "Aqui do cadafalso eu te saúdo!

"Livre nasci, vivi, e livre espero "Encerrar-me na fria sepultura, "Onde império não tem mando severo, "Nem da morte a medonha catadura "Incutir pode horror num peito fero, "Que aos fracos tão-somente a morte é dura!"

O solo do Brasil não se manchou com esse crime: o patriota resignado, que vira despontar-lhe o sol da glória detrás do cadafalso, teve sua cabeça salva; sua missão não estava ainda cumprida. Sua dedicação pela causa da liberdade ia sofrer a prova do sofrimento para mais acrisolar-se. Transportado aos cárceres da Bahia mais de quatro anos gemeu nas torturas da prisão.

Os seres predestinados porém imprimem o selo de sua grandeza em todas as situações de sua vida. A masmorra, o lugar do crime e do vício, converteu-se para Antônio Carlos em teatro de brilhantes virtudes. Sua inteligência, comprimida pela mão de ferro do poder, não se apagou nas trevas que o cercavam: foi um raio luminoso levado ao canto escuro da prisão. Seus companheiros de infortúnio, ele os enriqueceu com os tesouros da ciência, e derramou sobre eles a resignação de sua alma impassível.

Quanta grandeza encerrada no âmbito estreito de uma masmorra! Quanta elevação no sofrimento! Quanta sublimidade no martírio!

O orgulho nacional deve despertar-se ao influxo benéfico desses grandes exemplos de nossa História, que energicamente proclamam a magnanimidade do caráter brasileiro. Mais de uma epopéia de heróico sofrer tem no Brasil ilustrado as profundezas tenebrosas da prisão. Cláudio Manuel da Costa, esse gênio desdido, cuja alma exalava-se em hinos de suave melancolia, entoou entre grilhões o canto da agonia, e resignado pôs termo à sua existência, por ver apagar-se a luz que a alumia — a liberdade. Gonzaga, o cantor melodioso, que sonhara um paraíso nos braços de sua querida Marília, que enlaçava as inspirações do poeta com a causa de seu país, foi, coitado! gemer suas poesias plangentes estreitado entre quatro paredes enegrecidas, no meio de gemidos de proscritos! Antônio Carlos, privado da liberdade, vigiado por baionetas, assumiu o sacerdócio augusto da palavra, purificou o crime, e sagrou ao serviço da pátria seus dias amargurados, quando ela lhe imprimia na frente o ferrete da ignomínia!

Sua grandeza d'alma pareceu sublimar-se no infortúnio. Ao rei, que lhe acenava com a liberdade, se pedisse perdão, respondeu com a dignidade da inocência: "que perdão só a Deus de seus pecados, e ao rei só pedia justiça". Essas palavras notáveis selam a nobreza de seu caráter.

Suas virtudes deviam ter uma recompensa: não podia terminar seus dias em uma masmorra aquele que estava destinado a inscrever seu nome no grandioso monumento da criação de um império. Antônio Carlos adormeceu um dia nos latibulos do calabouço, e no dia seguinte viu saudá-lo o sol da liberdade, e apontar-lhe para as Cortes portuguesas, como para o teatro de suas glórias. Sua estrela, obumbrada na América, rutilara refulgente em Portugal.

Reconhecido inocente, e proclamado o sistema constitucional pela revolução do Porto, foi o ilustre paulista deputado por sua província às Cortes de Lisboa. Do antro escuro da prisão o destino fê-lo passar para o santuário augusto do legislador. Aí sua voz despreendeu-se majestosa como a do filho da liberdade, e fez ouvir sua palavra eloquente em defesa de uma causa proscrita, enquanto não lhe chegava o dia de criar uma pátria para sagrar-lhe o culto de sua inteligência, as pulsações valentes de seu coração.

A grande epopéia da independência começava a desenrolar seus largos episódios. Arrastado pela cegueira do interesse, Portugal tentava escravizar o Brasil, como outrora Xerxes lançara cadeias ao mar. O gênio da liberdade americana, encadeado três séculos pelo absolutismo sacudiu seus pesados grilhões, e arrojou-os quebrados aos pés de seu injusto dominador. A metrópole estremeceu de cólera; o congresso português trovejou ameaças contra o Brasil. Era uma luta de morte.

Antônio Carlos ergueu-se como um gigante, e opôs o poder de sua palavra fulminadora à arrogante prepotência dos deputados portugueses. Baldado esforço! Força nenhuma humana pode desvendar os olhos ao fanatismo político, e conter-lhe os desvios: a luz da razão lhe é desconhecida.

Vendo os primeiros arrebóis da liberdade doirarem as plagas de sua querida pátria, deixou um país surdo à voz da prudência, um país em que seu patriotismo esgotava-se em baldadas, posto que generosas, tentativas para abater o poder da força e do despotismo do número. Negou sancionar com sua aprovação essa constituição das Cortes, que fazia desaparecer nossa nacionalidade, declarando a destituição do rei, se viesse para o Brasil; em outubro de 1822 a Inglaterra, o asilo clássico dos foragidos filhos da liberdade, recebia em seu seio o ilustre brasileiro, acompanhado de seis dignos deputados, cujos pleitos pulsavam com igual ardência pelo engrandecimento de sua pátria.

No Brasil já o sistema constitucional começava a frutificar; estava convocada a assembléia constituinte, encarregada de organizar o novo império. Ainda em Inglaterra foi Antônio Carlos a ela deputado pelos sufrágios de sua província; e chegando à sua pátria, foi tomar assento no seio da representação nacional. Novo teatro desdobrou-se para o portentoso orador das Cortes de Lisboa.

Quando o país, longo tempo adormecido sob o jugo de um cativo inglês, despertou-se aos doces acenos da liberdade, o seu vulto grandioso desenhou-se com majestade no horizonte da pátria.

Antônio Carlos foi na Constituinte a encarnação viva da reação nacional, que se erguia enérgica contra o passado para abater o absolutismo. Dir-se-ia o gênio altaneiro da liberdade, que quebra as cadeias em cívico denodo, e recupera seus direitos postergados. Sua palavra traduzia as arrojadas inspirações de um patriotismo ardente: parece que o sol dos trópicos depositara em sua alma o raio vivificante de sua luz animadora.

Sua imaginação brilhante e fecunda comunicava a seus discursos uma energia e veemência do mais belo efeito. Falando do bárbaro alvará de 30 de março de 1818, a indignação do patriotismo arrancou-lhe estas enérgicas palavras: "Steterunt comoe, et vox faucibus hoesit". Pareceu-me ver nele os últimos arrancos do assustado despotismo, o qual, certo de largar para sempre o

ensanguentado assento que para desgraça do Brasil tanto tempo ocupara, queria ao menos na sua queda rodear-se de vítimas e de sangue!

Ao lado desse poder da palavra, dessa eloquência superior, que constituía sua preeminência, brilhava o talento do publicista, robustecido por um estudo profundo e severo. Encarregado pela assembléia da honrosa tarefa de elaborar com outros dignos deputados o projeto de constituição que devia reger o Império, redigiu esse trabalho luminoso, que será sempre um padrão de glória para seu nome, e um monumento imperecedouro de suas crenças liberais.

Uma auréola de brilhantes glórias veio cingir a fronte do patriota, que sagrava o culto de seu coração, os recursos de sua inteligência ao engrandecimento de sua pátria. Feliz quadra essa, em que a crença vigorosa da primeira idade, a esperança da mocidade-virgem do descer da velhice, alentada pelas ilusões da liberdade, operava a grande obra da regeneração política do brasileiro no meio dos aplausos jubilosos de uma nacionalidade nascente.

A primeira fase da constituinte porém, límpida e risonha, ia desaparecer, apagada nas trevas de um futuro assustador. A queda dos Andradas produzira no país esse fatal estremecimento, que abalara profundamente o sistema constitucional vacilante ainda. O Ministério de ontem tornara-se a oposição de hoje. Antônio Carlos, arrastado por seu gênio fogofo, pela ardência de seu patriotismo, fulminou na imprensa e na tribuna a marcha de um poder que desenhava em seus atos uma reação ao princípio da revolução da independência.

No meio desse exaltamento político, um fato acompanhado dos mais tristes episódios veio despertar-lhe o espírito, e avivar-lhe as apreensões do patriotismo. Um brasileiro foi por motivos políticos agredido e gravemente ferido por dois oficiais portugueses. O fato revestiu, pelas circunstâncias do tempo, o caráter de uma ofensa feita à nacionalidade. Foi uma centelha atirada ao tumultuar ardente da alma apaixonada de Antônio Carlos. Seu coração revoltou-se, e do alto da tribuna lançou ao país estas palavras de indignação, que pareciam queimar-lhe os lábios quando as proferia:

"Como, Sr. presidente, lê-se um ultraje feito ao nome brasileiro [...] e nenhum sinal de marcada desaprovação aparece no seio do ajuntamento dos representantes nacionais? [...] Morno silêncio da morte, filho da coação, peia as línguas; ou o sorriso, ainda mais criminoso, da indiferença, salpica os semblantes. Justo céu! e somos nós representantes?... Não! não somos nada, se estúpidos vemos, sem os remediar, os ultrajes que fazem ao nobre povo do Brasil estrangeiros, que adotamos nacionais, e que assalariamos para nos cobrirem de baldões [...] Os cabelos se me eriçam, o sangue ferve-me em borbotões à vista do infando atentado, e quase maquinalmente grito — Vingança! Se não podemos salvar a honra brasileira, e se é a incapacidade e não

traição do governo, quem acoroça os celerados assassinos, digamos ao iludido povo, que em nós se fia: "Brasileiros! nós não vos podemos assegurar a honra e vida; tomais vós mesmos a defesa da vossa honra e direitos ofendidos! Mas será isto próprio de homens que estão em a nossa situação? Não... ao menos eu trabalharei, enquanto tiver vida, por corresponder à confiança que em mim pôs o brioso povo brasileiro. Poderei ser assassinado; não é novo que os defensores do povo sejam vítimas do seu patriotismo; mas meu sangue gritará Vingança! e eu passarei à posteridade como o vingador da dignidade do Brasil..."

O poder estremeceu ante essa indignação onipotente do patriotismo, e jurou sufocar nos antros da masmorra essa voz poderosa, cujos ecos repetiam sua condenação. Assestou-se a força armada para dispersar os representantes do povo: na hora suprema da agonia, quando a acha do poder pendia sobre a assembléia, essa gloriosa constituinte, que proclamava como um dever do cidadão o morrer pela pátria, aceitou resignada o sacrifício, e alumiou seus últimos dias ao clarão de uma glória imorredoura! E, nós, em criminosa ingratidão, esquecemos esses episódios grandiosos de nossa História, essa epopéia de civismo romano, e só temos para o passado um estúpido riso de desdém!

Antônio Carlos foi um daqueles a quem o poder conferiu a coroa do martírio.

Preso ao sair da assembléia, foi arrastado aos cárceres, e daí atirado violentamente nas plagas do estrangeiro.

Uma sina misteriosa, uma sorte impiedosa parece perseguir na Terra os filhos da liberdade. O selo do infortúnio foi-lhes impresso na fronte no dia de seu nascer. A grandeza está sempre enlaçada com o martírio; o símbolo do heroísmo é sempre uma coroa de espinhos. Cormenin teve um pressentimento profundo da misteriosa afinidade que liga a virtude e o sofrimento, quando alinhando o busto monumental de Dupont de l'Eure, e descrevendo-lhe o caráter venerando, disse que à sua virtude, para ter um quê de perfeito e de completo, faltava apenas um pouco de proscricção, que entretanto não lhe desejava.

Mais de quatro anos gemeu o ilustre proscrito em França, lamentando nas dores do exílio os males que ameaçavam sua querida pátria.

Em 1828 foi-lhe dado voltar ao Brasil, não como homem restituído à liberdade para saudá-la em jubiloso entusiasmo, mas para entrar no escuro segredo de uma prisão sob o peso de um processo, que procurava imprimir o ferrete do crime na fronte laureada com as glórias da independência. Proclamado inocente pela Relação da corte a 6 de setembro de 1828, volveu à sua terra natal, a vila de Santos, para ali repousar em quieto abrigo das vicissitudes de uma vida tempestuosa, amargurada pela ingratidão de seus concidadãos.

E sua pátria não soube acolher o filho perseguido, que correria a buscar um asilo em seu seio. A província da Bahia pagara a José Bonifácio o tributo da gratidão nacional, e o ministro da Independência aparecera, como uma glória do passado, na legislatura de 1830. Minas dera a Martim Francisco uma voz no Parlamento, e o congresso dos legisladores retumbou com os ecos de sua palavra majestosa. Antônio Carlos, o herói propugnador dos direitos do Brasil, que afrontara as iras da metrópole para nos dar uma pátria, o portentoso orador da Constituinte, teve em recompensa de seus serviços o esquecimento, a ingratitude. Mesmo no retiro os destinos de seu país ocupavam a mente do patriota, proscrito na obscuridade. Seu patriotismo mais de uma vez provado em crises difíceis não podia testemunhar com impassibilidade o fúnebre espetáculo que ante seus olhos se desenvolvia. Essa pátria, que se erguera ao som de sua palavra poderosa, que lhe custara as dores do exílio, ele a via abismada em um pélagos insondável de desgraças. O 1º imperador abdicara, e o novo Império, apenas saído do berço, antolhava com dor os males sinistros de uma longa menoridade.

O espírito nacional, abalado pela repercussão do Sete de Abril, abandonado a si mesmo, refletia a divisão, que produzira nos ânimos a queda do monarca. Três partidos políticos desenhavam-se no país, e tentavam partilhar a posse de um poder enfraquecido pela revolta. Os Andradas guardaram generosa fidelidade ao ex-imperador, e afrontaram as paixões do dia, os ódios implacáveis da exaltação política, em defesa da monarquia. Nomeado pela regência enviado extraordinário e ministro plenipotenciário junto à corte de Londres, Antônio Carlos declinou de si essa comissão para não participar dos frutos de uma revolução que lhe despertava as apreensões do patriotismo.

Por este tempo, quando o país oscilava no meio dos receios melancólicos da restauração, partiu para a Europa, depois de haver pela imprensa unido sua voz à de seus ilustres irmãos, em prol da causa pública, ameaçada pela lava revolucionária. O Governo olhou com desconfiança para esse ato, e julgou nele enxergar uma tentativa simuladamente empreendida para trazer ao Brasil o duque de Bragança, como queriam os restauradores.

As paixões do dia aceitaram essa palavra, emanada das regiões do poder, e repetiram-na em ódio a Antônio Carlos. A verdade histórica a este respeito ainda não apareceu em toda sua luz. Cumprir desvendá-la para dizê-la com inteireza ao país e à posteridade.

Em 1835, desvanecidas já as apreensões da restauração, voltou ao Brasil. Sua província lembrou-se então, posto que tarde, do filho esquecido, e pagou-lhe o tributo de sua gratidão, elegendo-o deputado à legislatura de 1838.

Pela primeira vez, após uma ausência de longos anos, sua voz saudosa ia ecoar no augusto recinto dos legisladores. Não era o novel parlamentar, que vinha

balbuciar na tribuna a palavra de suas tímidas inspirações. Era o patriota, encanecido no serviço de seu país, que gemera dias amargos na terra do estrangeiro, e voltara com a fronte irradiada pelas glórias da proscricção. Sob aquela coroa de cabelos brancos agitava-se ainda o mesmo pensamento viril, ardia o mesmo fogo de inspiração, que era o segredo de seu poder na tribuna.

Antônio Carlos apareceu com majestade no antigo teatro de suas glórias, e parecia haver-se engrandecido com as lutas do sofrimento. Sua palavra era fecunda, e sob suas fulminações onipotentes o poder recuava terrorificado. Essa brilhante oposição de 1838, que conquistou em nossa história parlamentar um lugar de honra, e procurou sustentar a democracia ferida pela reação monárquica, essa oposição engrandecida pelos talentos dos Álvares Machado, Martim Francisco, Montezuma, Limpo de Abreu, teve por luzeiro de seus triunfos a palavra luminosa de Antônio Carlos.

Um dia sua eloquência devia abater sob seus golpes audaciosos esse Governo, que vergava sob o peso de uma tarefa superior às suas forças, e abrir uma época nova nos destinos do país. Os grandes oradores são os árbitros dos impérios. Os discursos de Mirabeau desmorrionaram um trono secular; e suas palavras cheias de fogo, como saídas de um vulcão, converteram-se em outros tantos fatos sociais, que mudaram a sorte da espécie humana. À eloquência de Antônio Carlos faltava esse triunfo soberano, que devia provar que, confiando-lhe o poder da palavra, Deus lhe dera o verbo de uma nacionalidade e o cetro da situação.

A maioria apareceu como a estrela que propícia rutilava no horizonte do Brasil: à sua luz radiosa surgiu a personalidade política de Antônio Carlos e revelou-se em toda sua grandeza.

Essa idéia fecunda, que alentava as forças da nação, como fadada a restituir-lhe a vida, pairava em todos os espíritos. Todos os lábios murmuravam trêmulos essa palavra de salvação para o país. A representação nacional recebeu o influxo da opinião, em sua fisionomia desenhou-se a ansiedade que preocupava a todos para apagar de uma vez a luz tibia e agonizante do governo da regência. Depois de mil oscilações e azares, o deputado Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva propôs na sessão de 21 de julho de 1840 a maioria do Sr. D. Pedro II. Estava travada a luta. Trazendo para o país a salvação, a nova idéia acarretava para a regência a perda do poder; aceder a ela era, por parte desta, um suicídio. A maioria encontrou no Governo vigorosa oposição.

Bernardo Pereira de Vasconcelos, chamado no momento supremo para conjurar a crise, adiou assembléia geral por decreto de 22 de julho de 1840. Foi um verbo de morte atirado no meio da indignação pública. "É um traidor, é um infame o atual ministério... quero que estas palavras fiquem gravadas como protesto", disse Antônio Carlos, e suas palavras soarão como uma fulminação terrível

contra o Ministério. A câmara resiste à execução de um decreto, que parecia destinado a abismar a nação em um pélogo de infindas dissensões. Os deputados correm pressurosos ao Senado, dirigem uma enérgica representação ao trono; o monarca acede à ansiedade geral: o Império está salvo. A maioria era uma realidade.

Em todo este patriótico movimento, que desenlaça em um dia os anéis do futuro, e decide dos destinos da nação, figura com honra e glória o nome de Antônio Carlos.

Proclamada a maioria, foi o ilustre patriota chamado a dirigir uma situação criada por ele, e a insígnia do ministro cobriu o peito do tribuno popular, cingido já com o laço glorioso da Independência. O poder e a liberdade deram-se as mãos em união fraternal. A confiança pública renascia, e dias risonhos pareciam aguardar o Império.

Foi o raiar de um dia que alumiou os horizontes da pátria, e sumiu-se vencido pelas trevas, que vieram de novo enlutar os destinos da nação.

A 23 de março de 1841 o Ministério da Maioria estava caído do poder, e Antônio Carlos descia de novo à arena política para combater pela causa da liberdade, que seu patriotismo via ameaçada pela volta da reação monárquica.

Na assembléia provincial de São Paulo desprende-se contra o poder sua voz prestigiosa, e em uma representação ao trono significou com energia suas melancólicas apreensões pelo futuro do país: "Senhor, as convulsões políticas, como funestos cometas, trazem em sua cauda os estragos, as misérias, o derramamento de sangue mesmo inocente, e o abalo dos governos estabelecidos, e talvez sua ruína inteira; como não deprecará, pois, a assembléia provincial de São Paulo o exercício do poder tutelar do monarca para arredar de si tão medonho porvir? Já se nos antolha lobrigar na lava revolucionária os talismãs quebrados da hierarquia e da autoridade, e só da piedade de VMI esperamos o sossego de nossa inquietação [...] assembléia provincial de São Paulo tem cumprido com o seu dever, sabe que a verdade nem sempre é agradável aos princípios, e decerto nunca aos zangões que os rodeiam e abusam de sua inexperiência [...]"

A recompensa deste ato de civismo ele a teve em uma solene desfeita por parte do poder, a exautoração das honras de gentil-homem. A adversidade, que assinala a vida dos filhos da liberdade, devia persegui-lo até a última hora.

Dissolvida a Câmara dos Deputados em 1842, para a qual fora eleito pelos sufrágios de sua província, retirou-se à sua cidade natal, para aí repousar, no tranquilo remanso da paz doméstica, de uma vida tempestuosa e agitada, cheia de dolorosas tribulações. Ainda o voto da Pátria veio arrancá-lo do plácido

retiro, e a legislatura de 1845 viu-o em seu seio como representante do povo. Sua vida fora toda dedicada à causa de seu país; a glória de sua pátria o sol luminoso que lhe alumia a existência. Seus últimos momentos ainda os empregava em pagar-lhe o tributo de seus esforços para engrandecê-la.

Tantos e tão relevantes serviços, entrelaçados com as glórias da proscrição, que é como a prova suprema da virtude cívica, deviam concitar a gratidão de seus concidadãos. A província de Pernambuco, em cujo peito bulharam sempre ardentes as crenças do patriotismo, essa província, que em cada feito de sua história enumera um louro imarcescível, levantou-se para pagar Antônio Carlos a dívida nacional. Em 1845 o ilustre paulista estava escolhido senador por essa província. Sua palavra luminosa foi lançar seu último clarão no teatro das glórias dos Paulas Sousas, Vergueiros, e Feijós.

Mas era tarde, bem tarde, que a pátria o revocava do esquecimento para pagar-lhe a dívida de sua gratidão. A sina dos grandes homens acompanhava-o sempre. Tasso morreu na véspera do dia em que sua pátria arrependida ia ao Capitólio cingir-lhe a fronte com a coroa de príncipe dos poetas italianos. Antônio Carlos entrou para o Congresso dos Anciãos da Pátria, quando sua vida, esgotada nas lides políticas, buscava o repouso eterno, e sua voz enfraquecida ia a sumir-se nas voragens do túmulo.

No dia 5 de dezembro de 1845 já o país lamentava seu passamento; já seus lábios, consumidos pelo fogo da palavra, estavam pregados pela mudez da morte.

Foi um astro luminoso, que se afundou nas cores do poente; um nome glorioso, que a História conquistou para suas páginas. Sua figura gigante avulta no pórtico da Independência, como um dos criadores de nossa nacionalidade. No meio da geração presente simbolizava um resto do passado, respeitado pela mão do tempo para ilustrar sua pátria com os episódios de seu civismo romano, e no meio da descrença do século ser o modelo vivo das venerandas virtudes de nossos maiores. O brilho de sua glória nunca se marcou com a mancha do crime. Enquanto houver um culto pelos grandes homens, e a virtude cívica inspirar a gratidão, o Brasil inteiro repetirá com religioso respeito o nome de Antônio Carlos, que irá abrindo um sulco luminoso através dos séculos futuros!

JOÃO DA SILVA CARRÃO



A prova mais eloquente que os brasileiros têm para demonstrarem a sua liberdade política é a de contarem na galeria de seus bustos históricos homens que fizeram as suas reputações a troco de sacrifícios próprios, independente do prestígio da família, ou da riqueza. Embora o patronato alguma vez se acenda de pretensões audaciosas para sucumbir o merecimento, que arrebenta valente do seio da mais modesta, quiçá empobrecida família; embora o talento desmintam em público a mediocridade ornada de ouro, e vexa solenemente os patronos, quando de tal tarefa se não encarregam inocentemente os afilhados da fortuna.

É um erro grave do poder acercar-se da ignorância protegida, deixando em desamparo a inteligência enrobustecida pelo trabalho, e resignada pela consciência do que vale, o que é mais uma bela esperança, pois que essa

mesma consciência se torna afinal a sagração de um direito. Resistir à inteligência é multiplicar-lhe os triunfos, dando-lhe ao mesmo tempo nova têmpera e renascido vigor.

A única escola da glória é o trabalho; a única aristocracia que a sã filosofia reconhece é a do talento e da virtude, e a única força que jamais abandona o homem é aquela que se conquista pela vigília, e não a que se recebe em doação.

Ter a coragem de esperar o bem do futuro, dobrando-se sem humilhação ao presente que esmaga e aflige, é talvez a mais distinta virtude para um espírito que se dedica às pelepas políticas.

Conquistar uma posição, sustentá-la enquanto passa o tufão da adversidade sem perder a postura, e engrandecê-la sem exageração nos dias da ventura, é um grande testemunho de razão pura e de serenidade da alma.

Longe de nós, que escrevemos estas linhas com a mão na consciência, a intenção de negar ao talento seus ímpetos, seus desdêns, quem sabe mesmo se suas vinganças. Muitas vezes o esforço da calma quebra o vaso de argila, a paixão justa arreventa a válvula da razão.

Pois bem: o Dr. **João da Silva Carrão** é um belo modelo moral da grande virtude da moderação. Escrevo simplesmente a história da sua vida, para que fique bem certo que é ele dotado de um talento que se não excede, de uma alma que se não turba, porque lá impera sempre a razão, e de uma modéstia que só pode ter como correlativo uma grande inteligência e copioso merecimento.

Devo-lhe a verdade, por isso a escreverei inteira; falte embora a biografia, porém fique mais ou menos fiel a efígie de tão avultado caráter.

Nascido a 14 de maio de 1814, na cidade de Curitiba, hoje capital da província do Paraná, e naqueles tempos cabeça da comarca do mesmo nome, pertencente à província de São Paulo, seu primeiro vagido perdeu-se na atmosfera pesada do regime colonial. A independência da Pátria mal se desenha em sua alma como fugitiva lembrança dos dias belos e risonhos da terna adolescência. É a esta geração que pertence o presente do país; que o encham de gigantescos fenômenos políticos, ou de maravilhosos artefatos industriais, a glória será somente sua, bem como a maldição da posteridade lhe pesará violenta sobre sua memória, se ao patriotismo deixarem substituir a indiferença, e o que é ainda mais terrível, consentirem que o egoísmo mate em flor a dedicação.

O caráter cavalheiroso e escancarado dos homens de Curitiba, se não é seu distintivo, é pelo menos um de seus principais atributos.

Filho legítimo do finado capitão Antônio José da Silva Carrão, que por largos anos exerceu o importante emprego de tesoureiro-geral da comarca, até que foi extinto, recebeu de seu pai as primeiras lições de firmeza e dignidade.

A Curitiba era então uma povoação ainda em aurora, e portanto não é de admirar que afora os primeiros rudimentos da educação, lhe faltassem as aulas de humanidades. Mas o latim era aí ensinado com momento espantoso à mocidade pelo afamado reverendo padre Francisco de Paula Prestes. A este distinto professor entregou Antônio José da Silva Carrão seu filho, que de pronto e com confessada admiração do professor, concluiu em meses o estudo da língua latina. Mas quantas vezes sua diligente e extremosa mãe o arrancou a horas altas da noite da mesa do estudo, em que a jovem e robusta inteligência com apaixonada vontade de saber se afadigava em reiteradas lutas para o descobrimento da verdade?

Os estudos preparatórios tinham caído em declínio na cidade de São Paulo, pelo que o capitão Antônio José da Silva Carrão mandou seu filho para Sorocaba, onde os concluiu com louvor.

Matriculou-se em 1833 na Academia de São Paulo: formou-se bacharel em ciências sociais e jurídicas em 1837, e recebeu o derradeiro grau de doutor em Direito no ano de 1838.

Em cada ano de sua vida acadêmica obteve um triunfo, precursores fiéis de sua glória futura. Seus companheiros o admiravam e estimavam-no, porquanto, a par de uma inteligência vigorosa e de um raciocínio tão robusto e compacto a que se não resiste, se via e se sentia uma modéstia tipo, e um coração dócil.

A amizade não é para o Dr. Carrão um simples sentimento; é uma religião com todos os seus deveres.

O vigor raro de sua inteligência e a candura de sua alma jovem lhe criaram admiradores, que se tornaram logo amigos. A bela palavra do jovem Dr. Francisco Bernardino Ribeiro, tão cedo perdido para as letras e para a Pátria, se fazia ouvir nos salões da Academia de São Paulo, e levado de simpática atração, os dois talentos se encontraram unidos pelos vínculos da ciência, da política e da amizade.

Em 1835, sendo ainda estudante do 3º ano, colaborou na re-dação do Novo Farol Paulistano, do qual era redator Francisco Bernardino Ribeiro, assumindo alguns meses a redação.

Nas mãos do estudante João da Silva Carrão, o Novo Farol Paulistano não era mais essa bigorna de aço para quebrar os martelos do despotismo, não era esse facho ardente para atizar as paixões populares, com o propósito de anular um rei, ainda comprometendo uma monarquia inteira. O Novo Farol era a luz doce

que esclarecia os mares aos viajores desnorteados, era a tocha da razão alagando com seus belos clarões o santuário da consciência política.

E prestou grandes serviços esta pequena folha em São Paulo, pregando a única e verdadeira política conforme com a razão e os interesses do país.

Nunca se precisou no Brasil de tanta moderação nos partidos como naquele período regencial, em que a vitória de 1831 estimulava os vencedores à exageração, e os vencidos à irritação nascida do despeito. A revolução, que estava no poder, não tinha outra força que não fosse a moral, e entretanto os interesses dos pequenos grupos conspiravam. Era preciso afrontar todos estes perigos, chamando os espíritos à discussão calma das cousas públicas, e dando à imprensa esta fisionomia de imparcialidade científica, que convence sem irritar.

Tanto o finado Dr. Francisco Bernardino Ribeiro como o jovem estudante João da Silva Carrão tinham convicções políticas, mas não ódios de partidos. As opiniões da mocidade explicam-se pelos prosadores eloquentes e poetas, nos quais bebem a longos sorvos as idéias, mas nunca por vinganças individuais ou de grupos. A razão teve no Novo Farol seu altar, e daí radiou a paz e a concórdia.

Foi este o primeiro marco que João da Silva Carrão, ainda nos estudos, assentou no estádio da vida política. Não era sua ambição de glória que tinha pressa do alarido do renome, ou dos prazeres do poder; não: era sua inteligência admirável, amadurecida ainda no primeiro albor.

Com a abdicação em 1831 o Partido Liberal se dividiu em duas frações muito distintas: os exagerados e os moderados; os primeiros não se contentavam com as instituições adquiridas, e sonhavam reformas; os segundos desejavam a permanência do regime monárquico-constitucional. O Dr. João da Silva Carrão pertencia ao Partido Liberal Moderado, sem adeptos na Academia de São Paulo. A mocidade folga nas lutas, e procura as grandes impressões e as novidades surpreendentes. Na cabeça do jovem a idéia não produz só a convicção, porém sim entusiasmo febril, ávido de peripécias.

O estudo sério e a educação bem dirigida tinham dado ao espírito do Dr. João da Silva Carrão a calma e a reflexão, de maneira a excluir esses ímpetos desordenados, que o consomem de esforços estéreis, e dos quais nos dias de atenção e retrospecto ao passado quase sempre se torna motivo de arrependimento.

Acabava de receber o grau de doutor quando vagaram na Faculdade duas cadeiras. Entrou em concurso com o finado Dr. Gabriel José Rodrigues dos Santos, e a congregação dos lentes propôs ambos ao governo imperial em 1838.

Os dois concorrentes liberais, decididos e de talentos superiores, não poderiam agradar ao Gabinete de 19 de setembro, que, inspirado pela paixão política e egoísmo de partido, não consentia que o merecimento conquistasse os postos da República, e ainda os das letras, sem comungar no mesmo evangelho político, ou pelo menos prestar nas vésperas da investidura o juramento de obediência.

É escusado dizer que os dois concorrentes às cadeiras da Academia não perderam aquela nobre postura política de independência e profunda convicção.

O Governo de 19 de setembro, que tinha suas vinganças a preencher e obstáculos a pôr a toda a prosperidade que pudesse tocar a algum liberal, usou do direito dos tiranos anulando o concurso por caprichosa nulidade, o que em nada podia afetar a regularidade da prova, e muito menos pôr em dúvida o alto merecimento dos candidatos. A verdadeira nulidade foi a opinião política a que pertenciam os dois concorrentes.

O Governo fez de sua vontade lei. Os amigos dos Drs. Carrão e Gabriel viram com razão na anulação do concurso uma inspiração política, e molestados entenderam pedir-lhe que não mais concorresse até que mudasse o espírito do Governo, que estava disposto a anular todos os concursos em que fossem aprovados e propostos brasileiros liberais.

Eleito deputado suplente à assembléia geral em 1840, esteve nas sessões preparatórias da Câmara dissolvida previamente em 1842.

Seus princípios de ordem e de liberal moderado repugnaram com o projeto da revolução de 1842 nas províncias de São Paulo e Minas Gerais. Quando foi ocasião de ser consultado por seus amigos, o Dr. João da Silva Carrão ainda tentou persuadi-los da temeridade, senão loucura, de semelhante tentativa de vencer pelas armas as idéias retrógradas do Governo de então. Mas a febre do entusiasmo e a confiança de uma quase unânime adesão da província ao movimento armado os ensurdecia às vezes da razão calma e não comprometida.

Vencido em seu parecer pelo número, nem por isso o Dr. João da Silva Carrão se deixou dominar; porém não teve outro remédio senão o silêncio. Ah! quantas alusões se fizeram, quantas suspeitas cruéis e injustas, quantas murmurações! Entretanto era de mister sofrê-las sem desabafo, porque os homens de bem pertencem a um partido, como a uma família pertence o filho.

Não conhecemos alguém em política que padeça com mais resignação a proscricção, nem tampouco quem tenha esperança mais viva no futuro.

A proscricção política que padecera em virtude da revolução vencida não o acovardou. O futuro é a grande vingança dos espíritos resignados, e a esperança das idéias oprimidas, porém não batidas.

O jurisconsulto da altura do Dr. João da Silva Carrão não tem precisão da generosidade dos governos para conquistar uma vida cômoda, senão feliz. A inteireza de seu caráter, e a severidade a que sua alma se tinha habituado não podiam suportar a humilhação, e nem tampouco as transações da política.

Em 1843 fixou sua residência na cidade de São Paulo, e abriu escritório de advocacia. O advogado se nivelou com o jurisconsulto, inspirando a maior e mais viva confiança a todos que o procuravam para dar remédio a seus sofrimentos. A pobreza encontrou um vingador de prestígio e de saber; a riqueza um amparo forte; o arbítrio um censor circunspecto, e por isso mesmo cruel.

Sua reputação correu a província, e de remotos termos vinham a seu escritório clientes animados de esperança no patrono que a popularidade de um grande nome lhes designava.

Tem sido um verdadeiro sacerdote da nobre profissão do advogado. Nesta gloriosa arena adquiriu os mais vigorosos títulos ao reconhecimento do povo, que procurou sempre ansioso as urnas eleitorais para conferir-lhe o mandato legislativo.

Se a força mais de uma vez pesou sobre a consciência pública, de sorte que ficou privada de se exprimir livremente, todavia não foram menos gratos ao candidato do povo os nobres esforços empregados para seu triunfo.

O sucesso não é a medida da justiça, nem o correlativo da verdade.

Em 1844, quando já tinham serenado os ódios que a revolução de 1842 atizara, e parecia dever começar o trabalho da razão desprevenida na indagação do passado, criou o Dr. Carrão com o conselheiro Campos Melo um periódico político denominado Americano, com o propósito de explicar as causas da revolução, e apagar as negras sombras com que os adversários enegreciam aqueles acontecimentos, para mais facilmente desmoralizarem o Partido Liberal da província, e ungirem com a salvação pública os golpes que da corte descarregaram os arautos do partido saquarema contra os chefes daquela crença.

Era de mister preparar o futuro de uma religião política vencida e perseguida, o que não se podia conseguir sem moralizar aqueles fatos anormais, que determinaram o triste acontecimento da revolução, de cujos efeitos e existência também eram responsáveis em mor parte seus provocadores.

O Americano falou a linguagem da moderação, raciocinou. E com este espírito obteve assinalados triunfos na opinião, que afinal veio a ter um juízo verdadeiro sobre o estado do Partido Liberal antes e no tempo da revolução armada.

Os chefes do partido liberal não perdoaram ao filósofo e ao escritor imparcial a independência com que condenara a revolução da qual eles haviam tomado a direção suprema. Aguardaram o dia da eleição para se vingarem, excluindo da chapa liberal o nome do Dr. João da Silva Carrão.

Assim são os homens: aborrecem a verdade, porque com sua franqueza lhes molesta o amor-próprio, e amam a lisonja e a mentira, porque estão sempre prontas a santificar seus erros.

O povo repugnou subscrever ao ato de proscricção que os chefes do Partido Liberal haviam lavrado com tanta fraqueza; e apesar da união em que o partido vivia, a desobediência a um tal decreto se tornou inevitável.

O Dr. João da Silva Carrão foi eleito primeiro suplente à deputação geral, e tomou assento na Câmara em 1846.

Em 1845 foi nomeado lente da Faculdade de Direito em São Paulo depois de um concurso brilhante e de proposta de seu nome ao governo pela congregação da Faculdade. A vara da proscricção não pesava mais sobre o Partido Liberal. Estava no poder o Ministério de 2 de fevereiro.

Sobre a profundeza de seus conhecimentos jurídicos, de sua palavra clara, sistemática e correta, de sua lógica vigorosa, são testemunhas sinceras todos esses jovens que tiveram a fortuna de receber suas lições.

O direito à sua voz como que se aviventa e toma todas as proporções gigantescas da ciência da vida social.

Ele explica a lei em sua origem histórica, com sua filosofia e seu desenvolvimento no tempo. Na Academia é um grande jurisconsulto, na imprensa um distinto publicista, no escritório um exímio advogado. A seu raciocínio corresponde a convicção; os espíritos robustos se dobram submissos à poderosa pressão de sua lógica de ferro: se não fora seu amor pela verdade, ele a poderia fazer passar pelos cadinhos de sua dialética de modo a desvirtuá-la, iludindo aos mais atilados. Não o faz, porquanto seu espírito aborrece o paradoxo; porém em algum dia de ostentação acadêmica, principalmente em provas de doutoramento, leva de vencida aos primeiros acometimentos os espíritos mais preparados.

Foi membro da Assembléia Provincial de São Paulo nos anos de 1842 a 1843, de 1846 a 1849, de 1856 a 1857. A instrução pública, as finanças e melhoramentos

materiais receberam impulsos benéficos de sua alta razão legislativa, dos quais ainda goza a província.

Nos dias da desgraça e na hora da adversidade do Partido Liberal de São Paulo, o primeiro homem que aparecia para animar os amigos e prepará-los para a resistência era o Dr. João da Silva Carrão.

Em 1849, que a infeliz revolução de Pernambuco tinha acabado por desfechar tão rude golpe no Partido Liberal, criou o Dr. Carrão em São Paulo o Ipiranga, que foi por muitos anos o mais temível campeão das idéias liberais na imprensa, e um centro de unidade, de força e de desafogo ao sofrimento. Nunca faltou a esta folha dignidade e moderação. Sua coleção é uma erudita obra de direito público, e uma história vivaz, sim, mas fiel das lutas políticas daqueles tempos.

O Ipiranga foi um belo estandarte, e todo aquele que se bateu à sua sombra deve ter uma grande ufanía. Ao Dr. Carrão ficará a glória de ter dado palavra e tribuna a um grande e patriótico partido nos anos de oposição e de padecimentos.

Em 1856 foi eleito deputado geral pelo 1º distrito eleitoral (o da capital) da província, apesar de ser o colégio eleitoral em sua maioria composto de membros do partido outrora chamado saquarema. Sua candidatura foi aceita pelos próprios adversários, tal é a confiança que seu merecimento inspira, e tal é a prova solene e irrecusável de sua moderação.

Atendendo o governo imperial sobre suas brilhantes qualidades para executar fiel e proveitosamente a política da conciliação na longínqua província do Grão-Pará, o nomeou em 1857 seu presidente. Em menos de um ano o jurisconsulto, o publicista, e o advogado mostrou seu grande talento administrativo, e preencheu sua missão tão exatamente, que os próprios inimigos políticos não acharam motivo razoável de censura.

Aqui pára sua carreira pública. Que Deus lhe conceda muitos anos de vida para que o nosso país possa usufruir todos os benefícios que tem direito de esperar de uma inteligência tão avultada e de um coração tão puro.

CONDE DE SANTA CRUZ, ARCEBISPO DA BAHIA



O Exm^o e Revm^o Sr. D. **Romualdo Antônio de Seixas**, atual arcebispo da Bahia, e metropolitano do Império do Brasil, seu primaz, e uma de suas maiores glórias nas letras e virtudes, nasceu em Camutá, vila e hoje cidade da província do Grão-Pará, no dia 7 de fevereiro de 1787, de pais honrados ainda que pouco favorecidos da fortuna, o Sr. Francisco Justiniano de Seixas e a Sr^a D. Ângela de Sousa Bitencourt.

Sua família pertencia às mais antigas e principais da província. Como fosse ele o primeiro fruto do feliz consórcio de seus pais, era o ídolo e o objeto da ternura deles a tal ponto que, desejando seu pai enviá-lo à capital para aí receber a educação literária, sentia tão viva saudade, que declarava desistir dessa resolução, se no momento da partida seu filho chorasse. Mas tão grande vontade mostrava já o jovem Romualdo de se entregar às letras, de que havia de ser tão extremado cultor, que apesar da tenra idade de 7 anos, e do afeto filial tão natural na infância, não só não derramou uma só lágrima mas até manifestou satisfação e alegria, como pressentindo naquele primeiro passo de

sua vida a glória que o esperava no mundo literário, e que compensaria a seus desvelados pais a pena daquela ausência.

Seu tio, o padre Romualdo de Sousa Coelho, a quem fora recomendado, e que era então secretário do Exmo bispo diocesano D. Manuel de Almeida de Carvalho, o fez entrar no Seminário Episcopal, onde esteve por espaço de um ano, passando logo depois para a companhia do mesmo seu tio, que residia no próprio palácio do prelado. Continuou porém o jovem Romualdo a frequentar o seminário como aluno externo, sem que todavia lhe faltassem as condições do internato, tão necessário para inspirar nos candidatos ao sacerdócio os sentimentos de sólida piedade porque as proporcionavam em alto grau a casa de bispo tão virtuoso e os exemplos de tão digno mentor.

Estudou gramática latina no espaço de três anos, e com tanta distinção, que seu professor, um dos mais hábeis que há tido aquela província, não cessava de o elogiar publicamente à face de seus condiscípulos. A par de muito talento desenvolvia-se nele um tão vivo ardor pelos estudos, que, aproveitando as tréguas dadas aos trabalhos escolares, aprendeu a língua francesa, em que se aperfeiçoou, lendo todos os dias a vida dos santos escrita nesse idioma, adquirindo ao mesmo tempo com o conhecimento deste a importante lição das práticas virtudes dos heróis cristãos, como quem havia de ser chamado um dia para as inculcar com a palavra e com ações ao rebanho de Jesus Cristo. Passou depois a frequentar a aula de Filosofia Racional e Moral no colégio, que então se abria no Convento dos religiosos de Sto. Antônio, por faltar essa aula no seminário; seus progressos foram rápidos nessa sublime arte de pensamento, e lhe conciliaram particular estima, e consideração de seus mestres, que assim davam testemunhos de admiração ao precoce desenvolvimento com que seu espírito se exercitava nas dissertações sobre as mais importantes questões de Filosofia. Esse brilhante começo de vida literária em um jovem que apenas contava 13 para 14 anos de idade, não podia deixar de atrair a atenção de prelado tão douto como zeloso pelos interesses da Igreja a cujo ministério se dedicava esse notável estudante. Sob seus auspícios pois resolveu o padre Romualdo de Sousa Coelho enviar seu sobrinho a Portugal com o fim de concluir os estudos na célebre congregação de São Filipe Néri, que ainda então florescia em letras e virtudes pelos grandes varões que em seu grêmio possuía.

Foi ali recebido com singular agrado o jovem paraense, de modo que não sendo permitido no 1º ano, em que havia uma espécie de noviciado, frequentar as aulas, fez-se em seu favor uma exceção de regra, dando-se-lhe licença de ouvir as lições de Física do insigne padre Teodoro de Almeida.

Depois de dois anos, em que muito aproveitou com tão grandes mestres, foi indispensável regressar a seu país; mas demorando-se ainda alguns meses em Lisboa, empregou-os com tino e gosto, em visitar as bibliotecas e outros estabelecimentos literários, e bem assim em aperfeiçoar-se no estudo da

eloquência e outros ramos de literatura na companhia do famoso Doutor José Joaquim Ferreira de Moura, que depois foi um dos principais ornamentos das Cortes de Portugal, e que muito o apreciava, convidando-o para diversos exercícios literários.

Voltando ao Pará na idade de 18 anos, desejava muito o prelado, seu benfeitor, achar uma oportunidade, em que pudesse fazer brilhar os talentos do seu protegido, e essa não se fez muito esperar à generosa benevolência do ilustre protetor, porquanto, abrindo-se então a Aula Pública de Filosofia com grande solenidade e assistência do capitão-general conde dos Arcos, de cujo governo receberam as letras entre nós a mais viva animação.

Foi o jovem Romualdo encarregado de recitar, depois da oração inaugural do respectivo professor, um discurso análogo ao objeto, comissão que desempenhou com grande e geral aplauso. Desde então o conde dos Arcos o honrou com sua estima, e não cessou de tecer elogios ao seu talento, mesmo depois que se retirara para o Rio de Janeiro.

Sendo iniciado no estado eclesiástico pela recepção da prima tonsura, foi logo nomeado mestre de cerimônias do sólio; e depois chamado ao magistério no seminário eclesiástico, ocupou sucessivamente desde a idade de 19 anos as cadeiras de Gramática Latina, Retórica e Poética, Filosofia Racional e Moral, língua francesa, e ultimamente Teologia Dogmática, com notável aproveitamento de seus discípulos, alguns dos quais ainda hoje se distinguem por suas luzes e posição social, sendo essa uma das épocas em que mais floresceu em letras o mencionado seminário.

Chegando à competente idade de 21 anos recebeu a ordem subdiaconal; e como uma graça especial de seu prelado e por tantos títulos merecida, teve logo a permissão de anunciar a palavra divina, sendo os seus primeiros ensaios na oratória sagrada, cujo modelo veio a ser, o panegírico de São Tomás de Aquino, que ele havia escolhido para protetor de sua aula, e que o improvisou por haver adoecido na véspera da festividade o Exmo bispo diocesano, que o havia prometido pregar; e poucos dias depois o de Santana na então Vila de Camutá.

Exercia pela segunda vez o magistério de Filosofia, e havia já recebido a ordem de diácono, quando por ocasião da chegada do príncipe regente e sua corte ao Rio de Janeiro o elegeu o mesmo bispo D. Manuel de Almeida para ir em seu nome cumprimentar o soberano, e ao mesmo tempo tratar de graves e importantes negócios da diocese. Nem a pouca idade, nem a circunstância de não ter ainda as ordens todas foram dificuldade para essa preferência tão justificada pela circunspeção de seu caráter, pela soma de seus conhecimentos e gravidade de costume.

Acompanhado de outro jovem eclesiástico, vice-reitor do seminário, partiu a cumprir essa honrosa comissão com viagem laboriosa e longa porque em tal época mui poucas comunicações havia para o Rio de Janeiro.

Foi preciso começá-la dirigindo-se pelo interior da província até a cidade de São Luís do Maranhão, onde perto de um mês esperou que se concluísse o fabrico da embarcação que o conduziu a Pernambuco com escala pelo Ceará em cuja capital se demorou alguns dias, e dezoito naquela outra.

Nessas capitais recebeu muitas demonstrações de hospitalidade e benevolência, que suavizaram os penosos sofrimentos e até mesmo privações de viagem tão incômoda como incerta. De Pernambuco seguiu para o lugar do seu destino em uma excelente galera, onde encontrou toda a sorte de comodidades, e excelentes companheiros.

Chegando à nova corte do Brasil teve com o seu colega a honra de apresentar-se ao príncipe regente, que os acolheu com singular benignidade, mostrando grande prazer por esse testemunho de vassalagem enviado de uma das mais remotas províncias de seus estados.

Cumprida esta primeira parte de sua missão, passou a tratar dos negócios, de que ia encarregado, sendo o principal deles o conflito do seu prelado com a junta da Coroa, que por ocasião do recurso interposto por um padre criminoso, a quem ele suspendera do exercício de suas ordens, procedera até ocupar-lhe as temporalidades.

Nessa ocasião não só mereceram os dois jovens eclesiásticos o mais distinto acolhimento da parte de Sua Majestade, mas também este os agraciou com a mercê do hábito de Cristo, e promoveu-os às cadeiras de Cônego da Sé do Pará, então vagas.

Regressando ambos à sua província, recebeu o cônego Romualdo a sagrada Ordem de Presbítero, e celebrou a sua primeira missa na igreja paroquial de Camutá no dia 1º de novembro de 1810, algum tempo depois de tomar posse de seu canonicato.

Sempre afeiçoado à terra de seu nascimento, foi nela por algum tempo prestar os serviços de vigário encomendado, até que de novo chamado à capital exerceu os cargos de provisor e vigário geral durante a ausência de seu tio, o cônego Romualdo de Sousa Coelho, que fora pelo referido prelado enviado ao Rio de Janeiro para assistir à coroação do Rei. Vagou a Sé do Pará pela morte de seu bispo, e sendo o cônego Sousa Coelho nomeado vigário capitular, e alguns meses depois sucessor no bispado, partiu novamente para a corte a esperar as bulas de confirmação, ficando entretanto seu sobrinho o cônego Seixas eleito para o substituir no dito cargo de vigário capitular. Coube a esse jovem e já tão

distinto eclesiástico a honra de pregar nas exéquias do dito seu prelado e benfeitor. Ninguém certamente estava mais habilitado para tecer o elogio do ilustre finado do que aquele que testemunhara tão de perto suas virtudes. Essa tocante e eloquente oração fúnebre, em que as evangélicas ações do morto realçam nas pompas do estilo e na linguagem sentimental do orador, profundamente comovido por tão grande perda, foi impressa em Lisboa, merecendo que um dos mais insignes pregadores dessa capital, a cuja censura fora submetida, dissesse que o autor do discurso começava por onde os outros acabavam.

Por este tempo chegaram ao Pará os dois sábios naturalistas alemães Drs. Spix e Martius, com o fim de fazerem explorações científicas; distinguindo logo o subido mérito do vigário capitular dessa diocese, contraíram com ele íntimas relações de amizade, e quando voltaram à Europa, lhe enviaram de lá o diploma de sócio da Real Academia das Ciências de Munique.

Proclamando-se em Lisboa a Constituição, teve de se organizar no Pará a junta provisória, que deveria governar a província; e era tão proeminente o conceito do Sr. Romualdo Antônio de Seixas, que sobre sua pessoa recaiu a eleição de membro e presidente da referida junta; prestando nessa qualidade relevantes serviços ao país, como fosse, entre outros tão conhecidos dos paraenses, a abertura de um canal de maior urgência para o comércio por facilitar a comunicação com o interior da província; o projeto de uma estatística da mesma, nomeando-se para esse efeito comissões sob a direção do ilustrado tenente-coronel Baiena; a conclusão do fabrico da fragata Imperatriz individual, e as missões entre os índios do alto Amazonas.

Obrigado pela força armada a aceitar pela segunda vez a presidência da nova junta provisória em 1823, quando ainda o Brasil se achava unido a Portugal, fez o relevantíssimo serviço de salvar a vida de alguns jovens das principais famílias, que, havendo imprudente e prematuramente proclamado a Independência, tinham sido condenados à morte, conseguindo o Sr. Seixas, a despeito de furiosa resistência dos chefes militares, e com risco de sua própria existência, que eles fossem enviados a Lisboa com o aparente pretexto de solicitar-se a aprovação do Poder Moderador, mas com a oculta confiança de que só assim os poderia subtrair ao infame suplício, como de fato aconteceu, regressando eles imediatamente salvos aos seios da pátria por cuja liberdade se haviam sacrificado. Essa salvadora medida, proposta pelo humaníssimo e patriota presidente da junta por meio de uma enérgica indicação, em que demonstrava sua conveniência política, causou geral satisfação, iluminando-se nessa noite quase toda a cidade.

Esforçando-se a metrópole por conservar o Brasil ligado a seu jugo, e resolvendo-se nesse intuito organizar um conselho de Estado composto de portugueses, e ultramarinos, foi o Sr. Seixas um dos nomeados membros do

referido conselho por proposta das Cortes, mas não chegou a tomar posse desse cargo, por haver caído a Constituição em Portugal. Por esta ocasião foi também eleito deputado suplente às Cortes.

Proclamada a Independência do Brasil, foi eleito deputado pela sua província à Assembléia Geral Legislativa, e bem assim membro do conselho geral da mesma província, e só deixou de entrar na lista tríplice para senador, porque, sendo eleito, apressou-se em declarar que ainda não tinha a competente idade, pois que contava 38 anos.

Partindo como deputado para o Rio de Janeiro, SM o Sr. D. Pedro I começou logo a distingui-lo com sua particular estima e benevolência. Na pomposa cerimônia de apresentação do recém-nascido príncipe imperial (hoje imperador o Sr. D. Pedro II) coube-lhe a honra de pregar um eloquente discurso, que correu impresso por todo o Império. No fim da sessão legislativa, quando se preparava para regressar à sua província, foi nas vésperas da partida tão digna e providencialmente nomeado arcebispo da Bahia por decreto de 12 de outubro de 1826.

Nomeação verdadeiramente inspirada pelo céu, e cujo acerto, confirmado por uma série de fatos gloriosos, honra sobremaneira o príncipe que a fez.

Esse inesperado acontecimento, mudando todos os planos do distinto deputado pelo Pará, roubando-o talvez para sempre de suas visitas para o colocar na eminente dignidade de primaz de todo o Império, obrigou-o a ficar na corte, aguardando as bulas de sua confirmação.

Nesse ínterim falecendo a primeira imperatriz, foi o arcebispo eleito da Bahia encarregado de preparar a oração fúnebre, que corre também impressa na coleção de seus primorosos escritos.

Sendo expedidas as bulas de confirmação em 30 de maio de 1827 pelo Smo P. Leão XII, teve lugar a sagração do Exmo Sr. Romualdo de Seixas no dia 28 de outubro de 1827 na capela imperial, sendo seu sagrante o Exmo bispo capelão-mor D. José Caetano da Silva Coutinho, e recebeu o pálio das mãos do mesmo prelado na sua capela episcopal no dia 4 de novembro seguinte, assistindo a esta cerimônia os Exmos bispos do Maranhão e de São Paulo.

Em data de 18 de maio de 1828 dirigiu ele da corte sua primeira carta pastoral, saudando os seus diocesanos na efusão daquele zelo e caridade que caracterizam os escolhidos de Deus.

Não lhe sendo possível logo tomar pessoalmente posse do arcebispado, nomeou para esse fim na qualidade de governador o cônego deputado geral pela Bahia o Dr. José Cardoso Pereira de Melo, que em nome de S. Exa Revma a realizou no dia 31 de janeiro de 1828 com grande pompa e solenidade.

Na sessão legislativa de 1828 foi eleito presidente da Câmara, cargo que exerceu sucessivamente até o fim da mesma sessão, e depois do encerramento desta partiu para a Bahia, em cujo porto chegou no dia 26 de novembro pelas 4 horas da tarde, recebendo todas as honras e continências devidas à dignidade episcopal, e bem assim as maiores demonstrações de público regozijo.

Órfã de pastor há tantos anos, a diocese baiana saudava justamente jubilosa àquele que juntando a tão eminente poder o prestígio do saber e das virtudes trazia a bem fundada esperança de restaurá-la na disciplina e na fé.

A cerimônia da entrada solene fez-se dias depois (28) saindo da igreja do mosteiro de São Bento o préstito brilhante e numeroso, como pedia a grandeza desse ato.

Na legislatura de 1834, a Bahia, testemunhando o elevado mérito de seu digno prelado, espontaneamente o elegeu deputado geral à assembléia, porque então o voto era ainda a expressão da vontade popular. Nessa, assim como na anterior e subseqüentes legislaturas, em que continuou a ter assento na câmara temporária, prestou os mais assinalados serviços à religião e à prática, como fossem entre outros a sustentação do celibato clerical, dos impedimentos matrimoniais, dos direitos da St^a Sé sobre a confirmação dos bispos, e de outros pontos concernentes à disciplina da Igreja, que haviam sido atacados por alguns membros da mesma câmara.

Sua palavra, sempre eloquente, pugnou com enérgica dedicação pela edificação ou melhoramentos dos seminários, como o meio mais eficaz da regeneração do clero; advogou com patriótico e evangélico zelo a causa da liberdade e civilização dos indígenas, bem como a utilidade das Missões, repelindo vitoriosamente, auxiliado de outros ilustres parlamentares, o projeto anticatólico apresentado pelo Governo, mandando vir irmãos moraves para catequizarem os ditos indígenas.

Vivamente empenhado em remover do clero tudo quanto o pudesse figurar odioso aos olhos do povo, e desviá-lo da brandura de seu ministério, propôs a lei que isentou os párocos do Império do cargo de juiz de paz, a que então se achavam anexas algumas atribuições criminais, isenção que ao depois conseguiu das assembléias provinciais da Bahia e de Sergipe estender a todos os eclesiásticos, não só relativamente a esse cargo, mas também aos de promotor jurídico, jurado e ao alistamento da Guarda Nacional.

Obteve mais a reforma da relação metropolitana, e o aumento de seus ordenados; finalmente não houve questão ou controvérsia alguma, que tocasse nos interesses da religião, e na liberdade e independência da Igreja, em que sua voz poderosa e ilustrada se não erguesse para os defender.

Igual zelo e incansável patriotismo demonstrou nos negócios civis ou políticos. Foi sua a indicação que, acolhida com aplauso, se converteu em lei decretando o pagamento das dívidas contraídas pela finada primeira imperatriz, cuja dotação prescrita pela Constituição ainda se não havia votado.

Foi ele que primeiro propôs a navegação a vapor nas águas do Amazonas, e a elevação do Rio Negro à categoria de província, projetos de incalculáveis vantagens, e que, não sendo então estas devidamente compreendidas, ficaram adiados, não podendo todavia deixar de ser um dia apreciados, como foram em épocas bem recentes reproduzidas por outros deputados, e passando em ambas as câmaras.

Na famosa sessão de 1836 pertenceu à ilustre oposição, que fez baquear o regente Feijó, sucedendo na Regência do Império o Senador Pedro de Araújo Lima, hoje marquês de Olinda.

Na desagradável questão sobre a remoção do tutor dos príncipes filhos de SM Pedro I, o benemérito José Bonifácio de Andrada, declarou-se altamente o Exmo Sr. Arcebispo contra semelhante medida, unindo-se aos defensores deste grande homem.

Na outra ainda mais desagradável do banimento do imortal príncipe, fundador do Império, colocou-se à frente dos 17 deputados que votaram e declararam seus votos contra esse triste projeto, que por honra do país caiu no Senado.

Ocupou de novo a cadeira da presidência da câmara temporária na 1ª sessão da legislatura de 1838 até o mês de agosto, em que pediu dispensa de continuar nesse cargo em razão de moléstia, e a obteve não sem dificuldade.

Nesse mesmo ano, a 18 de julho, presidiu, como metropolitano e primaz do Brasil, a brilhante cerimônia da sagração de SM o Imperador o Sr. D. Pedro II.

Seu profundo saber, circunspeção, firmeza de caráter, posição social e afabilidade lhe granjearam sempre na câmara temporária o maior respeito e simpatias da parte de seus colegas, de modo que, para não citar outros fatos, pedindo o Sr. arcebispo a palavra para opor-se a um tópico da resposta à Fala do Trono, de que era relator o ilustre Antônio Carlos de Andrada, este apressou-se a entender-se com aquele prelado, não hesitando em modificar os termos em que era concebido o referido tópico, por não estar muito de acordo com as crenças religiosas.

Tendo votado pelo tratado entre o Brasil e Portugal com os Srs. Calmon (hoje marquês de Abrantes), Paim e Galvão, deputados pela Bahia, sofreu com estes viva guerra e injúrias de alguns jornais da mesma província, de forma que, procedendo-se à eleição para a dita legislatura de 1838, foi apenas eleito 1º suplente; mas como, em consequência da revolução do Pará, ainda se não tinha

ali feito a eleição dos seus deputados, apenas constou aquela exclusão pela Bahia, foi o digno Sr. arcebispo eleito 1º deputado por sua província natal, que assim vingou a gratidão do país; porquanto esse mesmo tratado era tão vantajoso aos interesses do Brasil, que os jornais de Lisboa por esse motivo fizeram graves censuras contra o agente português que o negociou; e em uma excelente memória que publicou na Bahia o sábio Padre Francisco Agostinho Gomes foram estas vantagens plenamente demonstradas.

Não podendo ir ao Rio de Janeiro para a 2ª sessão de 1838, recebeu com surpresa o decreto que o nomeava ministro do Império, com um convite sobremodo honroso do regente Marquês de Olinda; mas não julgando o Sr. Arcebispo na sua tão reconhecida modéstia, que pudesse prestar ao gabinete os serviços que reclamava a crítica posição do Império, escusou-se a todas as instâncias que se lhe fizeram para aceitar este eminente cargo.

A sessão de 1841 foi a última em que compareceu na Câmara, porque daí em diante não se ocupou mais do que do regime de sua diocese.

Na assembléia provincial da Bahia, a que pertenceu por muito tempo desde sua instalação, ofereceu as mesmas provas de solicitude e zelo pelos interesses do país e da Igreja, existindo muitos monumentos desses serviços nos seus sábios escritos.

Além da 1ª eleição para senador, malograda pela sua declaração de falta de idade, como mais acima dissemos, foi ainda votado e entrou na lista tríplice pelo Pará em duas ou três subseqüentes eleições; porém, apesar dos votos tão espontaneamente pronunciados e repetidos de seus patrícios, apesar da opinião pública, e da sua alta posição e serviços, nunca foi escolhido. A propósito dessas exclusões todas que nos abstemos de qualificar, dizia ele — que não tinha vocação para senador. Mais modesto que esse célebre varão na Antiguidade, cujo nome nos não lembra, que exclamou congratulando-se com sua pátria por haver esta achado outros mais dignos de ocupar o cargo por ele solicitado, o Sr. Arcebispo opôs-se aos seus amigos na Bahia quando por vezes pretenderam propô-lo candidato à senatoria, dizendo que esta província abundava em ilustrações, a que ele não podia ser preterido.

A maior parte dos gabinetes o hão tratado sempre com muita deferência e consideração. Rebentando no Pará a revolução de 1835, recebeu por aviso do ministro do Império insinuação da Regência para dirigir uma pastoral aos habitantes dessa província, persuadindo-lhes que depusessem as armas, e voltassem à ordem e à obediência das instituições. Sempre pronto a prestar-se ao serviço da pátria, onde quer que ele fosse reclamado, assim o praticou, sendo portador da pastoral o ilustre general Manuel Jorge Rodrigues, que nessa expedição contra os rebeldes teve, por um grande recurso da estratégia militar o poderoso prestígio dessa palavra doce e eficaz do eloquente prelado.

Quando em 1837 o grito revolucionário da República lançou por terra na capital da Bahia as instituições juradas, retirando-se com as mais autoridades para o Recôncavo, aí publicou duas pastorais, que produziram feliz impressão, reanimando os sentimentos de lealdade e coragem dos habitantes.

Então quase todos os membros do gabinete lhe dirigiram por este motivo palavras de felicitação e agradecimento, exprimindo-se um, que essas pastorais tinham valido um exército. Expressão tanto mais verdadeira quanto é certo, que a força pode abafar as revoluções, mas que não as destrói se a convicção não acalma a agitação das idéias que se traduzem nas comoções populares.

Já em outra época, quando por ocasião da abdicação do Sr. D. Pedro I, a capital da Bahia viu-se ameaçada de uma desastrosa guerra civil, a ponto de se reunirem os dois partidos auxiliares pela força armada, um no forte de São Pedro, e outro no quartel da Palma, muito concorreu o Sr. arcebispo para os reconciliar, indo pessoalmente falar-lhes, e assim se restituiu a tranquilidade pública.

Nas numerosas relações que tem entretido sempre com pessoas distintas, ou em dignidade, ou em saber, há recebido constantemente os mais lisonjeiros testemunhos de apreço e admiração. Os soberanos pontífices Gregório XVI e Pio IX o honraram com breves epistolares demonstrativos do mais alto conceito, e o mesmo mereceu sempre dos delegados da Santa Sé desde o arcebispo de Tarso até o de Edessa, ultimamente falecido.

Não só muitos dos nossos bispos, vigários capitulares, e párocos se gloriam de consultar suas luzes em matérias da administração pastoral, mas também muitos seculares ilustrados se não têm designado de recorrer nas duas dúvidas e controvérsias a essa subida inteligência, que o distinto literato e cronista-mor do Império o Sr. coronel Inácio Acioli de Cerqueira e Silva não duvidou classificar como primeira do país na sua breve, porém, luminosa História do Brasil.

Para corroborar essa verdade citaremos o distinto publicista Silvestre Pinheiro, que não só lhe enviava as suas obras, como também submeteu ao seu exame e juízo algumas antes de as dar aos prelos. O já referido naturalista alemão Dr. Martius, além da muito honrosa menção que faz de S. Ex^a na sua viagem ao Brasil, há entretido com ele uma interessante correspondência dando-lhe o epíteto de mestre. O célebre poeta o Sr. Antônio Feliciano de Castilho, cujo nome, como o de Camões, basta para immortalizar uma nação, tributa em suas cartas ao ilustre prelado brasileiro o maior testemunho de respeito aos seus conhecimentos científicos. O seu irmão o Sr. Conselheiro José Feliciano de Castilho, também distinto literato, lhe dedicou a sua interessante tradução da —Mulher Católica— com as mais lisonjeiras expressões.

O benemérito falecido cônego Luís Gonçalves dos Santos, em cujos escritos teve sempre a Igreja o mais estrênuo defensor, não tem para assim dizer uma página em suas obras que não seja uma homenagem ao saber do respeitável Metropolitano. O sábio lente de Direito Eclesiástico da Academia de Olinda, o Sr. Dr. Vilela Tavares, não obstante a renhida discussão que teve com o Sr. Arcebispo acerca de alguns pontos dessa ciência, acaba de tecer-lhe os maiores elogios no belo discurso com que abriu a sua aula no corrente ano. Tanto é certo, que nas lutas da inteligência os espíritos elevados tendem a se aproximar pela força irresistível da verdade, ainda quando se combatem. O famoso orador sagrado do Monte Alverne, glória do púlpito brasileiro, e do monarca que o estima como Luís XV a Bossuet, não menos modesto que ilustrado, folga de humilhar-se nas suas cartas ante a sabedoria do arcebispo da Bahia. Ultrapassaríamos os curtos limites que nos temos traçado se fôramos mencionar todos os nomes daqueles literatos nacionais e estrangeiros que o honram com sua admiração.

O Instituto da África em Paris, que conta em seu grêmio um grande número de altos personagens de todos os países, o nomeou seu presidente honorário vitalício.

A Academia Real das Ciências de Munique, a Sociedade dos Antiquários do Norte na Dinamarca se honram de tê-lo por sócio correspondente, e da mesma sorte o Instituto Histórico e Geográfico e a Sociedade das Belas-Artes do Rio de Janeiro, o Instituto Histórico e Geográfico da Bahia, e outras associações a que pertence como sócio honorário.

Com um nome europeu na república das letras, nenhum título mais honroso para ele que o de sábio dado por autoridade de incontestável competência na matéria, era portanto de honra para o seu país, distingui-lo entre seus concidadãos com essas condecorações, somente valiosas quando concedidas ao mérito. SM o Sr. D. Pedro I, de saudosa memória, além de outras provas de particular apreço, com que sabia estimar o verdadeiro merecimento dos servidores do Estado, condecorou o Exmo Arcebispo da Bahia antes de sua elevação ao Episcopado nomeando-o pregador de sua Imperial Capela, e depois grande dignitário da Ordem da Rosa, e o Sr. D. Pedro II concedeu-lhe a graça de grã-cruz da Ordem de Cristo.

Alheio aos negócios políticos do país e descansando à sombra do santuário, dessas fadigas tão gloriosas e em prol da pátria, em uma vida mais conforme talvez a seus cômodos e gosto, o Sr. Romualdo Antônio de Seixas entrega-se absolutamente ao cultivo das letras cujo amor nunca morre ao gênio, e ao regime de sua venturosa diocese, em que não menos importantes serviços continua a prestar à religião e ao país.

O seu primeiro cuidado no governo da diocese há sido a educação do clero, como a fonte da regeneração do povo nos sólidos princípios da fé e dos costumes. Com este intuito fundou o grande seminário eclesiástico que pouco a pouco se tem elevado ao estado lisonjeiro que hoje se observa, e onde o padre que antes dessa criação se ordenava com algumas noções apenas de Teologia Moral hoje é obrigado a frequentar, em um curso de 4 anos, as aulas de História Sagrada e Eclesiástica, Exegética, Direito Natural, Teologia, Dogma e Moral, Direito Canônico, Eloquência Sagrada, Canto Gregoriano e Liturgia; e a par dos estudos profissionais recebe esses hábitos de piedade e abnegação, que formam a parte mais essencial do sacerdócio.

Para conseguir esse duplo elemento, que constitui o verdadeiro padre católico, S. Ex^a, a exemplo de veneráveis bispos, confiou aos padres da congregação da missão, como especialmente habilitados por seu instituto, não só a direção do grande seminário, como também a de um outro pequeno seminário, que estabeleceu como preparatório para o outro, e que possui as cadeiras de Latim, Francês, Grego, Geografia, Filosofia e Retórica pagas pelos cofres públicos.

É inegável o benefício desse estabelecimento, donde tem saído eclesiástico que pouco a pouco se tem elevado ao estado lisonjeiro que hoje é grande proveito público, e edificação dos fiéis, até em outras dioceses do Império.

Em diversas e luminosas pastorais, e bem assim por todos os meios ao seu alcance, não tem cessado de exortar e providenciar acerca da residência dos párocos, administração dos sacramentos, explicação do evangelho, conferências eclesiásticas em todas as paróquias, e outros objetos concernentes à disciplina e à fé.

Acompanhando sempre o espírito público na sua firme adesão e amor ao sistema monárquico constitucional, tem sido sempre solícito em ordenar as preces ou ações de graças conforme as diversas ocorrências relativas aos membros da dinastia imperial, e aos fastos da nação.

Nada esquecendo de seus deveres pastorais, não obstante sua provecida idade e fadigas, em 1845 e 1846 visitou pessoalmente as freguesias do litoral do Recôncavo, onde foi recebido com todas as demonstrações de piedoso entusiasmo e amor filial. Nessas visitas tornou-se incansável em exortar de viva voz e por escrito ao clero e aos fiéis ao cumprimento dos respectivos deveres, em regular e reviver o culto divino, na administração do Sacramento da Crisma, e muitas vezes distribuiu ele mesmo a Sagrada Eucaristia a numerosos fiéis. E se pelo seu mau estado de saúde não estendeu, como desejava, essas visitas até o interior da província, supriu essa falta por meio de seus delegados, e de pastorais.

Considerando a educação religiosa da mocidade, especialmente das jovens que um dia constituirão as famílias, principal base da futura felicidade do país, que debaixo desse ponto de vista tem pouco merecido, forçoso é dizê-lo do zelo do nosso Governo, aliás louvavelmente solícito e empenhado em todos os demais melhoramentos materiais e científicos, o Exmo Sr. Arcebispo, a despeito de mil dificuldades, que sua dedicação sabe superar, promoveu a fundação de colégios para educação das órfãs e filhas-famílias abastadas sob a direção das virtuosas irmãs de caridade. Fundação que há merecido na experiência de seus visíveis benefícios as bênçãos de todos os verdadeiros amigos do país, malgrado essas paixões ruins e mesquinhas, que em toda a parte se revoltam contra as coisas mais santas, e mais úteis.

Sempre que sua saúde o permite faz a pregação do Evangelho, especialmente no tempo quaresmal na igreja catedral, com grande concorrência de fiéis, entre os quais pessoas notáveis por suas luzes e posição: sendo para sentir que suas tão interessantes e eloquentes homilias não fossem escritas em razão de suas muitas ocupações no imenso expediente de tão vasta diocese.

Possuído de constante zelo da religião, nos mesmos discursos em que por vezes falou de objetos profanos, nunca deixou de os cristianizar ou dar-lhes um caráter religioso, como no belo e primoroso improvisado, que foi obrigado a fazer no ato solene da inauguração da estrada de ferro depois da cerimônia da bênção, demonstrando que esses prodígios na ordem material, em que o gênio do homem como que reassume o cetro do poder, que o Criador lhe conferira sobre toda a natureza no momento da criação, tinham um fim providencial chamando os homens à fraternidade, ou à unidade religiosa e social, e facilitando por esses meios a rápida comunicação de suas idéias e interesses. Essa breve e sublime alocução excitou vivo entusiasmo entre seus numerosos ouvintes, e foi muito aplaudida pelos jornais.

Cercado do maior respeito público em qualquer parte onde comparece, recebe as mais vivas demonstrações de amor e veneração, que merecem suas luzes e virtudes. O homem ilustrado encontra em sua conversação o maior interesse, o jovem a maior animação, o pobre um socorro, o culpado um juiz benigno. Ninguém se chega para ele, que não fique encantado e satisfeito.

Suas obras impressas, além de alguns avulsos, constam de 5 volumes em 4º, e o 6º acha-se nos prelos.

FR. FRANCISCO DO MONTE ALVERNE



Tantos esforços, fadigas tão aturadas eram precisas para deixar um vestígio de minha passagem nesta terra, onde recebi aplausos, coroas e ovações, de que nenhum orador, nenhum filósofo antes de mim usou ainda gloriar-se. (Fr. F. do Monte Alverne. Conclusão de seus sermões, vol. 4, pág. 290.)

§1º

Não é decerto despida de espinhos a tarefa que tomamos sobre os nossos ombros, traçando o quadro histórico da vida de **Fr. Francisco do Monte Alverne**. A época recente de sua morte, os poucos dias passados do período de sua glória, a falta de inteligência daquele que tanto empreende são dificuldades que só podem ser vencidas pela dedicação do amigo.

Ainda não é tempo para bem julgar aquele que acaba de descer à sepultura. Ainda a luta do sentimento e da paixão pode abrasar os ânimos, e fulminar o que por nossa consciência, aliás pura e sincera, for ditado em prol do ilustre finado.

E ainda mais crescem os embaraços quando se trata da biografia de um religioso franciscano, isto é, do verdadeiro soldado da Cruz, contra quem se conspira infelizmente o século dezenove, por intermédio de cabeças vertiginosas, que em sua descomunal perseguição desabam nos abismos das contradições, desconhecem as necessidades de seu país, e inconsideradamente procuram destruir o elemento único formador da ilustração, moralidade, e virtude de um bom clero.

São esses perseguidores contraditórios, porque quando pedem o direito amplo da liberdade dos povos restringem um dos meios de praticar esse direito, impedindo a vocação natural de qualquer à vida do claustro.

São desconhecedores das necessidades de seu país. Argumentando com os abusos da instituição, proclamam princípios abstratos, idéias exaltadas que nasceram com a revolução de 1789, e querem, por força de imitação imprudente, que nas terras virgens do Brasil, em seus sertões e campos despídos de civilização, o monge seja uma inutilidade.

Semelhante doutrina só por uma má e desgraçada aplicação pode fecundar em nosso país. Temos ainda necessidade de conquistar e civilizar tribos numerosas de selvagens: essa conquista feita com a espada e o canhão produziria sombras e cadáveres, alcançada com a palavra e com a cruz, produzirá novos seres, que serão outros tantos elementos de uma boa população para o nosso interior. A catequese pois pede novos Anchietas e Nóbregas, estes só se podem formar no claustro.

E tanto isto é verdade, que ao passo que se parece condenar a ordem monacal, cria-se um centro de missionários estrangeiros. Novo erro. Desprezam-se os núcleos nacionais que bem dirigidos podem prestar relevantes serviços, e são eles substituídos por estrangeiros, que não têm nem mais inteligência, nem mais vontade, e que nessas missões terão sempre o defeito de viciar a língua portuguesa.

Não é só a catequese que exige a conservação e o aperfeiçoamento da ordem monacal, a nossa educação intelectual moral e religiosa também a reclama. Não nos iludamos. O sistema francês pode ser uma realidade nos centros populosos, e ali se encontrará facilmente quem se dedique ao ensino dos meninos; no interior do país é uma infrutífera utopia. Só a resignação evangélica pode chamar os homens a esses pontos remotos do interior, essa resignação pode ser encontrada naqueles que tiverem sido educados na austeridade do claustro.

São aniquiladores do elemento único capaz de formar um clero perfeito. Não acreditamos que o sacerdote moralizado e ilustrado se forme no meio da sociedade, rodeado de prazeres e seduzido insensivelmente por gozos incompatíveis com o seu estado. A mais austera disciplina de um prelado enérgico e virtuoso não pode contê-lo, e sobre ele há de pairar sempre a imputação malévola nascida pelo menos da aparência do contato com o mundo e a sociedade em que vivemos. Essas imputações ainda que vagas são como a fumaça que sobe aos ares do pequeno incêndio, e que torna em brasa o corpo combustível que encontra, e sobre o qual passa constantemente. Entre o sacerdote regular e secular não há dúvida que o respeito é sempre mais decidido para aqueles a quem o povo vê todos os dias encerrado no retiro da oração, coberto com os hábitos da disciplina, praticando atos de penitência, sujeito a regras e costumes que o mais bem intencionado secular não pode apresentar. Não se condenem os conventos. Sejam eles reformados e melhor dirigidos a fim de que prestem os serviços que só eles podem fazer. Extirpem-se os abusos introduzidos pelo correr dos tempos, mas não se aniquile sob o pretexto do abuso prático, o que está reconhecido como bom e proveitoso princípio.

§2º

A nossa história é fértil em provas dos bons serviços prestados ao país pelas ordens regulares religiosas, e entre elas não há dúvida alguma que inferior lugar não ocupa aquela que foi fundada em 1210 pelo grande patriarca S. Francisco de Assis.

Não é preciso para isso compreender lembrar que essa ordem tem cedido ao estado suas melhores casas, que mais de uma vez pobres têm prestado asilo aos desvalidos, que foram sempre os escolhidos para guiar os últimos momentos daqueles que acabavam de ser fulminados pelas justiças da Terra; basta termos em memória que aí floresceram as grandes inteligências, de um Rodovalho, de um S. Carlos, de um Sampaio, do último de seus finados Fr. Francisco do Monte Alverne, e tantos outros.

Quando em 1808 a espada do conquistador da Europa obrigara a ilustre e muito nobre família de Bragança a deixar o velho Portugal e a procurar um asilo na terra de Santa Cruz, a corte portuguesa ficou maravilhada por encontrar nos claustros de sua colônia inteligências superiores, que se haviam formado sem ir a plagas mais remotas, nem a horizontes mais distantes que os muros de um convento: inteligências que se podiam elevar à altura da oratória sagrada tal qual o Sr. D. João VI não tinha sido visto na velha Europa, as quais vantajosamente discutiam com aqueles que eram acompanhados pelos pergaminhos lustrosos das mais notáveis universidades.

Então floresciam no convento dos religiosos de Santo Antônio, entre outros, três distintos pelo saber profundo, ilustração e preeminências como oradores sagrados. Eram eles Fr. Francisco de S. Carlos, Fr. Francisco de Sampaio, e Fr. Francisco do Monte Alverne. O primeiro faleceu em 6 de agosto de 1829, o segundo em setembro de 1830, e o terceiro acaba de exalar o último suspiro no dia 2 de dezembro de 1858.

Eram três vultos que faziam parte dessa plêiade em que fulguravam Caldas, Monsenhor Neto, e Cônego Januário, oradores sagrados, filósofos e teólogos profundos.

O único que restava era Fr. Francisco do Monte Alverne, testemunho vivo desse saber, e dessa proeminência da oratória sagrada em outros tempos. Era a última das estrelas brilhantes desse firmamento, e como as outras correu a sua órbita, e lá cambou no ocaso -morreu!

Para bem compreendermos a vida de Fr. Francisco do Monte Alverne, preciso é abrir o livro das crônicas dos membros da sua ordem, e nele ler-se-á o seguinte:

"Fr. Francisco do Monte Alverne, que no século se chamava Francisco José de Carvalho, nasceu aos 9 de agosto de 1784 na cidade do Rio de Janeiro, foi batizado aos 24 dias do referido mês de agosto na Sé Catedral daquela mesma cidade. Foram seus pais João Antônio da Silveira, natural e batizado na freguesia do Pico, bispado de Angra, e Ana Francisca da Conceição, natural e batizada na freguesia de Nossa Senhora da Guia deste bispado do Rio de Janeiro.

§3º

"Aos 28 de junho de 1801 entrou para o convento da ordem Seráfica da Conceição, sendo aceito pelo ministro provincial Fr. Antônio de S. Bernardo Monção, e professou a 3 de outubro de 1802 nas mãos do guardião, que era Fr. José Mariano do Amor Divino."

Exulta, Francisco de Assis, que se alistou nas fileiras de teus soldados e irmãos, mais um denodado campeão, que, cingindo-se de glória, há de aumentar o brilho e a reputação daqueles que seguem teus preceitos.

Então possuía a ordem um magnífico convento na cidade de S. Paulo, onde havia estabelecido um colégio, no qual receberam educação e ilustração muitos dos homens que hoje dirigem a Faculdade de Direito em S. Paulo, que ocupam respeitável posição na sociedade.

Para esse convento, ou antes para esse colégio de S. Paulo, fonte única de instrução primária e secundária naqueles tempos, foi Monte Alverne em 1804 como colegial, e aí recebeu as lições do teólogo profundo Fr. Inácio de S. Justina, que já faleceu, e foi sepultado no convento da ordem em Itu.

E tendo adquirido a instrução precisa, recebeu as ordens, que lhe foram conferidas pelo sábio bispo de S. Paulo, D. Mateus de Abreu Pereira.

Tão rápidos foram os progressos do jovem religioso em seus estudos, tão firme a sua aplicação, tão vantajosos os resultados, que ele, que já em 1810 tinha sido eleito pregador e passante, isto é, substituto de Filosofia e opositor das cadeiras de Teologia, foi na congregação de 24 de abril de 1813 eleito lente de Filosofia para aquele colégio de S. Paulo e depois, em 1816, lente de prima do mesmo colégio.

Ainda existem nessa terra ilustre dos Andradas testemunhos vivos e valiosos do saber profundo professado por Monte Alverne nas cadeiras que lhe tinham sido confiadas. Ainda a tradição conserva intacta a memória dos bons serviços prestados à sociedade, à sua ordem e ao seu país na cadeira do magistério pelo mui digno franciscano.

Era então de costume nos conventos a defesa de conclusões magnas, verdadeiras festas literárias que se ostentavam com todo o esplendor, e as quais concorria o que de mais notável em saber e ilustração possuía o país. Monte Alverne, o estudante que não tinha passado em suas pesquisas científicas além dos muros do seu convento, bateu-se com vantagem e vitória com aqueles que ostentavam grande ciência, e que se faziam ainda mais recomendados pelos títulos adquiridos com talento e estudo.

E tais foram os seus serviços na carreira do magistério, que no capítulo em que saiu eleito provincial, Fr. Ângelo de S. José Mariano, o corpo capitular reunido no dia 27 de outubro de 1821, querendo recompensar os serviços prestados na sua brilhante carreira, como consta da ata capitular às fls. 127 e 178, tendo em consideração oito atos de conclusões públicas em Filosofia, e não havendo título explícito legal que obrigue os lentes de prima a defenderem atos públicos de teologia, lhe declararam todos os seus privilégios, e mais os de outra guardiania.

Já então Monte Alverne era teólogo de nunciatura apostólica, título que lhe foi dado em 18 de novembro de 1818. — Examinador da Mesa de Consciência e Ordens, cargo de que foi incumbido desde 20 de setembro do mesmo ano. — Foi guardião do Convento de Nossa Senhora da Penha. — Foi secretário da província em 1824; em 1825 eleito custódio de mesa.

§4º

Não foi só nesse célebre colégio dos franciscanos em S. Paulo que Monte Alverne exerceu com honra e glória o magistério; também no lugar em que havia nascido, no Rio de Janeiro, seguiu a mesma profissão com reputação superior, lecionando, no Seminário de S. José, Retórica, Filosofia Nacional e Moral e Teologia Dogmática.

Se em S. Paulo há testemunhos vigorosos do saber do ilustrado professor, não menos são os que existem na capital do Império. Domingos José Gonçalves Magalhães, Manuel de Araújo Porto Alegre, Antônio Félix Martins, e tantos outros, aí figuram proeminentemente na república das letras, e tornam ainda mais grandioso o nome daquele que eles melhor do que ninguém conheceram, e de quem receberam a ciência, a palavra e a inspiração.

Bem o disse o Sr. Porto Alegre, "aqueles que como ele passaram das lições de Fr. José Policarpo de Santa Gertrudes, o mestre bondoso, para aquelas de quem se diz — rei da palavra: estes mais do que ninguém podem aquilatar quão grande, majestoso e solene era o saber do filósofo brasileiro".

O finado bispo D. José Caetano foi quem o nomeou professor para o seminário de S. José, funções que preencheu até 1836. E também nesse intervalo de tempo recebeu o ilustrado fluminense as nomeações de examinador sinodal e membro correspondente do Instituto Histórico da França.

Seus serviços foram aqui como ali importantes para a ciência, ele próprio o diz com orgulho e franqueza nos seguintes termos: "Empreguei, é verdade, os anos da minha mocidade em dirigir as inteligências que me tinham sido confiadas, revelei verdades que meus antecessores não me tinham comunicado, alarguei a esfera da inteligência; marchei intrépido; pisei o egoísmo; fui sobranceiro à inteligência; não voltei o rosto à injúria, à calúnia; fui conspurcado por a inveja...; mas longe de sucumbir levei de vencida meus adversários.

"Uma nova arena se abriu diante de mim no seminário de S. José. Meus serviços são conhecidos: a mocidade não foi enganada, o que não era conhecido foi apresentado às claras..."

E no entanto, o grande homem, de quem se podia esperar a continuação de serviços senão maiores, ficou quase morto para o mundo! Fatal amaurose acometeu seus belos olhos, sepultou-o em profundas trevas, e privou-o da contemplação do mundo externo, sempre brilhante, magnífico e encantador, como criação sábia de um Deus.

Apenas acometido dessa horrível enfermidade, retirou-se ao claustro, lá ficou esquecido doze anos!

Quão ingrato é o mundo?! Monte Alverne que guiara a mocidade pelas veredas escabrosas da vida. Que com a palavra inspirada pela chama celeste convertera talvez tantos corações estranhos aos influxos benéficos da religião! Que havia descido da cadeira sagrada seu carro triunfal, e estendido o braço de gigante sempre vencedor nos combates da cruz a seus patrícios que lutavam com o gênio da desordem e da anarquia. Que com a sua palavra sagrada e o fogo do patriotismo que abrasava seu peito havia tanto concorrido para que a pedra

preciosa do continente sul-americano, a monarquia brasileira, não fosse mareada pela mão impura do audaz e déspota aventureiro. Monte Alverne ficara esquecido! Por doze anos teve por companhia o silêncio de sua sela, a presença muda de seus livros, o braço de um fiel escravo que o guiasse através das massas aglomeradas em nossas ruas, que às vezes por curiosidade apenas perguntavam — quem é esse cego que passa? — e que com indiferença de gelo ouviam a resposta — chama-se Fr. Francisco do Monte Alverne.

É sem dúvida horrível o sentimento de ingratidão! Com ele não é possível o desejo da glória, nem o amor ao trabalho. E onde está a glória, onde a virtude, onde enfim a nobreza da alma? quando o século só tem por divisa — Sê rico e serás feliz!

§5º

Estamos nos últimos dias do ano de 1836. Estamos na época em que a noite se declarou eterna para Fr. Francisco do Monte Alverne. Desde então inauditos são os sofrimentos que cercam a alma do triste e desconsolado velho. Cego não podia prestar os serviços impostos ao seu ministério. Cego viu-se abandonado por aqueles que ainda há pouco pequenos junto de seu vulto de gigante haviam parasitas crescido à sombra de uma grande árvore, e tratavam de fazer cair a seiva daquela de quem receberam a vida.

No meio de seus sofrimentos nem um queixume, nem uma acusação. Resignado, consolava-se implorando o auxílio da religião, de quem sempre fora o mais denodado defensor.

Ele o diz nos seguintes termos: "O resultado de tantas fadigas foi a extenuação de meu cérebro, e a perda irreparável de minha vista. No fim de 1836, terminava todos os meus exercícios literários, e eu me achava impossibilitado para empreender o mais insignificante trabalho. Não é dado a alguns homens avaliar as agonias de meu coração nesta horrível peripécia de minha vida. Deus chegou aos meus lábios a taça da minha tribulação, suas fezes não estejam talvez ainda esgotadas... a vontade do Senhor seja feita..."

Tanta resignação só se podia esperar do filósofo para quem a primeira lei era o Evangelho.

À vista desse deplorável e inesperado estado havia jubilado lente em 24 de abril de 1841, e também em 1847 foi nomeado membro honorário do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, e em 1848, membro honorário da Imperial Sociedade Amante da Instrução.

Seria tão grande abandono devido a essa sorte geral que infelizmente acompanha todos os homens de letras em qualquer parte do mundo?! Seria o ostracismo da Grécia que fazia beber a Sócrates a cicuta?! Seria a decadência

dos romanos que condenava a desterro o poeta Ovídio?! Seria a indiferença imperdoável quase contemporânea que se lembra de coroar Tasso quase moribundo, e que abandonava Camões esmolando o pão sobre desprezíveis palhas em um hospital?! Teria Monte Alverne provocado o ciúme das mediocridades, que, carregadas depois com ouropéis, nem sequer se dignavam olhar para o homem que temiam pelo seu merecimento real?!

Se assim foi, maior ainda a ingratidão! Condenar-se ao esquecimento e ao abandono o inteligente e ilustrado Monte Alverne, que teve a ousadia de combater por aquelas mesmas idéias que cobriram de glória, de brasões, e levaram ao poder outros que apenas fizeram número material no grupo, que jamais entraram em combate, porque este podia ser sustentado só pelo saber e pela virtude.

Oh! Não sejamos tão fáceis em condenar o homem que tão nobre, virtuoso e desinteressadamente serviu nas fileiras do cristianismo, que desceu até o mundo para com a luz brilhante do Evangelho sustentar o berço daquele que era o penhor da grandeza e da estabilidade da Nação brasileira, o defensor da religião do Estado — a religião Católica Apostólica Romana.

Ainda é muito cedo para bem julgar essa época memorável, mas hoje todos já concordam que o grande partido que combateu a restauração e perseguiu o republicanismo foi o grande partido que mais serviços prestou ao país porque foi aquele que salvou a Monarquia brasileira.

Que vinha porém fazer o frade nessa luta de paixões, quase de sangue? Que vinha buscar ele no meio do século quando sua missão era toda divina, sendo apenas soldado no reino de Jesus Cristo?

Só a má vontade pôde denegrir os passos do grande Alverne nessa sua conduta. É dirigido pelo sacrossanto amor da Pátria que o inspira, pela dedicação ao seu monarca a quem considera como anjo tutelar da Nação, e portanto corre em socorro desse país, desse monarca, não brandindo uma espada mortífera e desoladora, e sim usando da palavra que subjuga convencendo, que cria novos mundos, que faz vigorar boas idéias. O grande meio e argumento de que se serve é o Evangelho — o grande fim que almeja a religião.

O mais áspero burel, o mais mortificante cilício, pode enfraquecer as paixões satânicas do mundo, embotar a sensibilidade física, pôr em contacto o homem com a divindade, não poderá porém enervar o patriotismo e o amor da nacionalidade nos vôos de suas inspirações nobres — para isso era preciso destruir o Eu e apagar o sentimento da virtude.

Pelo amor da verdade, não se exija do religioso o sacrifício do amor filial, e ainda mais do amor da pátria.

Como quer que seja, Fr. Francisco do Monte Alverne depois de cego ficou esquecido no retiro da sua cela por espaço de doze anos!...

§6º

Corria o ano de 1848. O Dr. Joaquim Pinto Brasil, que com tanto entusiasmo e distinção dirigia as cadeiras de Filosofia, na aula pública, e no Imperial Colégio de D. Pedro II, como substituto ali do conselheiro Sales Torres Homem (hoje ministro da Fazenda), e aqui, em lugar do proprietário Dr. Domingos José Gonçalves Magalhães, agrupou em redor de si os moços inteligentes que cursavam o primeiro ramo da ciência e criou uma associação literária que foi denominada — Ensaio Filosófico —, à qual mais tarde o Exmo bispo diocesano concedeu o título honroso de episcopal.

Essa associação foi solenemente inaugurada no dia 10 de dezembro de 1848 em uma casa do largo de S. Francisco de Paula, canto da Rua do Fogo.

Para assistir a essa solenidade foi convidado o padre-mestre, Fr. Francisco do Monte Alverne, que pressuroso veio assistir à primeira festa literária de moços que reuniam suas forças no estudo da filosofia do Espírito Humano, por meio da associação, a primeira nesse gênero, que então se criava.

Não contava o venerando ancião com o que lá o esperava. Acostumado ao retiro e ao esquecimento, surpreendido ficou quando se apercebeu que o primeiro passo que davam esses moços fracos, cheios apenas de amor de glória, era vingar a sua memória indignamente esquecida, e fazer justiça ao seu mérito transcendente e incontestável. E por isso o proclamaram o genuíno representante da Filosofia do Espírito Humano no Brasil, e como sinal de seus triunfos pediram ao prelado fluminense que lhe oferecessem uma coroa de louros.

Era a primeira vez que Monte Alverne, depois de doze anos de duro esquecimento, via-se restituído à posteridade honrosa a que tinha jus por sua inteligência e por seus serviços. Lágrimas abundantes correram de seus olhos, o prazer inefável reanimou suas feições abatidas e maceradas pelo desgosto, sua voz sonora e grave desprende-se de seus lábios quase frios pela indiferença. Ouviu-se um ligeiro queixume da vítima da ingratidão, logo depois um agradecimento a quem lhe sabia fazer justiça. Por meio de uma exortação veemente convidou os moços que o vitoriavam a trilharem o caminho da glória, a prosseguirem com frente altiva, não obstante a má vontade, o desprezo, e a própria inveja que porventura se opusesse aos seus cursos, porque ele havia também encontrado estes óbices, mas com pertinácia continuou, não voltou o rosto, caiu alfim extenuado, sem luz e sem forças, mas nunca vencido.

Era na verdade solene o momento em que orava o venerando

Alverne, sua alma era o embate de violentas comoções, e mais de uma lágrima verteram seus ouvidos quando ele exclamou:

"Estou fraco e abatido... a posição em que estou é tão extraordinária para mim que talvez não a compreendais!... Se eu soubesse que era arrancado das bordas do meu sepulcro, do seio do meu retiro, para receber das mãos da mocidade uma coroa de louros, honra cívica que premia meus serviços pisados pela ignorância, esquecidos pela estupidez, e mal pagos pela mais fria indiferença, ainda assim talvez não tivesse coragem de apresentar-me para recebê-la.

"Eu sei que ela tem um grande peso, que tem um brilho muito acima de meu merecimento, e que meus trabalhos não correspondem a esta auréola que recebo no fim da minha vida!... Parece-me que sou uma vítima enfeitada para a hora do sacrifício! Tanta honra, tanta consideração para um homem oculto no silêncio de uma cela, passando da obscuridade à glória, a velhice coroada por mocidade, a morte reanimada pela vida... são fenômenos tão grandes, geram sensações tão poderosas que não as posso ocultar.

"Doze anos tenho estado em silêncio!... Sabeis que força é preciso para que escapem estas palavras toscas no meio de tanto entusiasmo, a despeito desta glória que a mocidade acaba de revelar, deste futuro que se apresenta tão radioso!"

Ainda nesse improviso enérgico e cheio de vida, que parece feito nos primeiros anos de Monte Alverne, respiram as suas idéias dominantes, o amor de sua pátria e a sua dedicação pela religião do Cordeiro Imaculado.

"Sempre vi (continua ele) no caráter dos brasileiros essa superioridade de talentos que ninguém lhes contesta, esse futuro grandioso, essa glória que deveria ilustrar o nosso país tão espezinhado pelo estrangeiro que não conhece e aprecia, porque talvez não nos possa bem avaliar."

"O cristianismo que revelou os verdadeiros destinos do gênero humano enobreceu o coração do homem, elevou sua razão, ilustra o seu espírito e marcha sempre a despeito de todos os reveses à frente da civilização, porque ele é o seu mais forte elemento, porque ele é o tipo nobre e sublime da grandeza, da glória e da liberdade do homem."

São sempre as idéias dominantes do grande homem — a pátria e o Evangelho. E não é Monte Alverne o próprio que nos arroubos de seu entusiasmo de fogo pela pátria invoca a proteção de S. Sebastião em favor da terra brasileira, e apoio decidido em prol da cidade, a rainha da América do Sul, que imediatamente se colocou debaixo de seu protetorado? Não é ele o mesmo que explanando as idéias de seus trabalhos oratórios nos diz que o seu pensamento

é a religião do Crucificado e quem invoca o salmo do rei Davi para explicar a sua idéia?

Desde esse seu primeiro triunfo não ficou mais Monte Al-verne abandonado e esquecido no silêncio da cela, quase um túmulo. Em 1851 iguais demonstrações se reproduzem com a criação da sociedade Emulação Filosófica, da qual foi proclamado presidente perpétuo e grande conservador.

E tais foram os seus serviços à sua ordem e à religião que o SS. Padre, por intermédio de seu internúncio nesta corte, monsenhor Bedini, e com beneplácito imperial, em 1850 dispensando a irregularidade contraída pela cegueira, concedeu que ele pudesse ser definidor, representar no capítulo da ordem e assinar de chancela.

Não foram estas as únicas ovações que recebeu Fr. Francisco do Monte Alverne; uma maior lhe estava reservada, verdadeira apoteose, digna de seus talentos, capaz só ela de transmitir o nome do ilustre franciscano às gerações posteriores.

§7º

Os contemporâneos de três reinados, e que floresceram com Fr. Francisco do Monte Alverne, o consideram como um grande filósofo, como o genuíno representante da pura filosofia do Espírito Humano no Império do Brasil. Infelizmente, ainda não é dado ler a prova cabal de seus conhecimentos nesta árvore gigantesca, da qual nascem todas as ciências — o seu compêndio de Filosofia —, que começava a ser impresso quando foi surpreendido pelo sono eterno dos justos.

Improviso feito por Monte Alverne na sessão de inauguração do Ensaio Filosófico.

Impossível pois é darmos um juízo sobre esse trabalho, que, segundo ouvimos a mais de um entendido em tais matérias, e que tiveram o prazer já de o ver, se julga perfeito.

O que é verdade também é que o método de ensino por ele proposto não está em harmonia com o que ultimamente se costuma seguir nas aulas, pois que se nos informa que ele pretende que o estudo se comece pela lógica — e sendo assim devemos lastimar que não lhe sobrasse tempo de fazer o prólogo dessa obra, no qual havia de necessariamente defender o seu sistema, que se acha em oposição com que segue a escola moderna dos psicologistas franceses.

Essa obra estava escrita originariamente em latim tendo o ilustre finado deliberado imprimi-la, propôs-se reduzi-la à linguagem vernácula, visto que o estudo da língua latina, hoje muito desprezado, fazia com que o seu compêndio não tivesse aplicação fértil para a mocidade a quem era destinado.

Não obstante a privação em que estamos do livro complexo de suas idéias sobre a matéria, acreditamos poder afirmar pelos fragmentos de seus discursos, pela doutrina de seus discípulos, que ele repelia com energia as premissas falsas de Condillac, e que, filósofo espiritualista tendo por base o *nosce te ipsum*, acompanhava a razão até os limites do finito, e abraçava a crença do mistério que consola a alma e que não a martiriza com o racionalismo cético e estúpido, que vai esbarrar no abismo do ateísmo com todos os seus horrores.

Procurava conhecer-se a si — conhecendo-se a si via que a razão tem limites até onde chega — daí preciso é chamar em socorro a revelação, ciência profunda e inabalável, porque é a ciência de um Deus.

Reconhecendo os foros da razão — e admitindo a intervenção da divindade nos casos em que sem ela nada tem explicação, Monte Al-verne não naufragava no sistema do êxtase improdutivo, que tira ao homem a sua qualidade mais proeminente — o ser capaz de se conhecer.

Era um verdadeiro filósofo do Cristianismo.

§8º

Se a reputação do teólogo e filósofo não lhe pode ser contestada, muito menos a de pregador notável entre os primeiros pela eloquência, linguagem e dicção.

Ainda bem em princípio de sua vida monacal deu ele logo mostras de sua proeminência nessa carreira, porquanto já em 17 de outubro de 1816 tinha sido ele nomeado pregador régio, nomeação que, segundo se exprime a crônica de sua ordem, era digna de seus talentos.

Não se pense que era pequena coisa a reputação de pregador naqueles tempos, em que a cadeira sagrada era a única em que se manifestava gloriosamente o saber, a ilustração e as flores da eloquência.

Os conventos eram núcleos fertilíssimos das reputações científicas, e na oratória sagrada se manifestava apenas Monte Alverne, quando já neles faziam as delícias da corte portuguesa, e arrebatavam admiração, os prolectos e abalizados oradores como S. Carlos, Sampaio, monsenhor Neto, padre Caldas e outros.

Ainda as tribunas parlamentar e judiciária não existiam, e que mais tarde chamando a si recentes talentos eclipsaram a tribuna sagrada.

Grande devera ser o esforço, o trabalho e o estudo de Fr. Francisco do Monte Alverne para poder competir com os contemporâneos, que, segundo ele mesmo diz, na grande arena, a capela imperial, monumento imortal de piedade do Sr. D. João VI, ostentavam toda a pompa do gênio brasileiro.

Não é nossa intenção fazer um exame desses sermões, verdadeiros modelos de eloquência, monumento inimitável da literatura sagrada brasileira. Eles aí correm impressos, graças aos seus últimos esforços, coadjuvado pelo seu dedicado amigo o Rev. padre João Diniz da Silva. Todo aquele que amar a literatura pátria deve sem dúvida alguma lançar seus olhos para esses livros de ouro. Apenas falaremos do seu sermão monumental, o panegírico por ele feito a S. Pedro de Alcântara que bem se poderá dizer o último cântico do servo de Deus, no grande ofício e desempenho do sacerdócio.

Quem depois de estar dezoito anos cego escreve um panegírico como o de S. Pedro de Alcântara, quem subindo à tribuna sagrada abatido de forças e de sofrimentos, acabrunhado pelo peso de setenta anos, repete essa sua produção com energia e força de vinte anos, quem faz acompanhar essa recitação de um acionado majestoso e grave do qual nem memória havia, esse será com toda a justiça reconhecido pelos contemporâneos como o príncipe dos oradores sagrados.

§9º

Coube a S. M. I. o Sr. D. Pedro II a glória de fazer triunfar em seu reinado agosto a memória daqueles varões do Evangelho e da ordem franciscana que haviam precedido, e sido coevos de Monte Alverne. Coube a S. M. I. o Sr. D. Pedro II o grande fato imortal de evitar que Monte Alverne descesse ao túmulo sem uma lágrima ardente de saudade de seus compatriotas reconhecidos a seu nome e aos seus serviços.

Havia quase dezoito anos que o Alverne não subia à cadeira sagrada, e nem pela lembrança de ninguém passava a possibilidade de um tal fato, e no entanto anunciou-se aos habitantes descuidosos da corte do Brasil, que no dia 19 de outubro de 1854 o padre-mestre Fr. Francisco do Monte Alverne faria o panegírico de S. Pedro de Alcântara.

Pressurosa corre a população ao templo da capela imperial. Os velhos iam recordar-se de seus tempos triunfantes da oratória sagrada, os moços verificar se a tradição não faltava à verdade, e se com efeito o Alverne era o primeiro entre aqueles que tanto se diziam gloriosos nesses misteres.

O resultado foi além da expectativa: os velhos sonharam com os belos dias de seu passado e mal acreditavam que no homem de setenta anos estivesse aquele mesmo Monte Alverne, que outrora com tanto saber fazia compreender os mistérios divinos da religião; que com tanta energia atacava o vício, e os vaidosos dominadores da Terra; que com tanta melancolia e saudade pranteava a morte da primeira imperatriz do Brasil; e que finalmente com tanto fulgor descrevia os feitos daqueles que bem haviam merecido de Deus, e que a Igreja reverenciava como seus heróis: os moços mal compreendiam o que diante deles

se passava, e com dor confessavam que à vista do sermão de Monte Alverne, o intérprete fiel do passado, a tribuna sagrada era hoje triste sombra, pálido reflexo do que fora em tempo de S. Carlos e Sampaio.

Novas sensações, novos combates para a alma do velho franciscano. Com o corpo alquebrado pelos anos, pelos desgostos e pelos trabalhos, sem vista, sem ciência do compacto auditório que o cercava, bem se pode dizer que Monte Alverne falava para o céu, e qual o imortal fundador de sua ordem, apresentava nos gestos, nas feições e na voz aquela divina inspiração que guiara o grande servo de Deus, que mereceu em recompensa gravar em seu corpo os mistérios vivos da paixão do Redentor.

Abre a boca, desprende a voz, e vem depressa esse auditório compacto e imenso, arrebatando pela eloquência, pela dicção correta, pelas imagens, e pelo acionado animador da palavra, foi levado espontaneamente ao aplauso. Fato virgem e sem exemplo nos anais dos povos.

Mal pensava Monte Alverne que lhe estava reservada uma significação mais grata, mais notável e mais sensível ao seu nome, do que uma mitra sobre a fronte, refulgentes condecorações sobre o peito e títulos pomposos, porque as mitras, as condecorações e os títulos são muitas vezes partilhas da mediocridade, e no entanto o aplauso espontâneo na própria casa de oração, a ovação inesperada pela massa do povo, só pode ser conquistada pelo gênio na circunstância em que estava Fr. Francisco do Monte Alverne.

Na verdade grande peça de eloquência é esse sermão do qual infelizmente não podemos dar completa notícia, porque não se acha publicado.

Os pequenos trechos que passamos a citar dão uma idéia da grandeza do todo.

Assim é que depois de fazer um brilhante exórdio, ele o continua fazendo transpirar ligeiro queixume que solta sua alma, queixume repassado de unção, porque ele não blasfema contra o autor de seus dias, mostra-se resignado, e só diz — É tarde... É muito tarde!...

"Não, não poderei terminar o quadro que acabo de bosquejar: compelido por uma força irresistível a encetar de novo a carreira que percorri por 26 anos, quando a imaginação está extinta, quando a robustez da inteligência está enfraquecida por tantos esforços, quando não vejo as galas do santuário, e eu mesmo pareço estranho àqueles que me escutam, como desempenhar esse passado tão fértil de reminiscências? Como reproduzir esse transporte, esse enlevo com que realcei as festas da religião e da pátria?... É tarde... É muito tarde!...

Ao terminar estas palavras, levanta-se o sinal de aprovação das massas que aí se agrupavam, parecia que todos sentiam profundamente a dor que nutria o seu peito, traduzida nestas tocantes e eloquentes frases.

"Seria impossível (continua ele) reconhecer um carro de triunfo neste púlpito que há dezoito anos é para mim um pensamento sinistro, uma recordação aflitiva, um fantasma infenso e importuno, a pira em que arderam meus olhos, e cujos degraus desci só e silencioso para esconder-me no retiro do claustro. Os bardos do Tabor, os cantores de Hermon e de Sinai, batidos da tribulação, devorados de pesares, não ouvindo mais os ecos repetirem as estrofes de seus cânticos, nas quebradas de suas montanhas pitorescas; não escutando a voz do deserto que levava ao longe a melodia de seus hinos; penduraram seus alaúdes nos salgueiros que bordavam o rio da escravidão; e quando os homens que apreciavam suas composições, quando aqueles que se deleitavam com os perfumes do seu estilo, e a beleza de suas imagens, vinham pedir-lhes a repetição dessas epopéias em que perpetuavam a memória de seus antepassados e as maravilhas do Todo-Poderoso, eles cobriam suas faces umedecidas de pranto e abandonavam as cordas frouxas e desafinadas de seus instrumentos músicos ao vento das tempestades."

Bela e sublime comparação ampliativa com que o orador descreve o seu estado, e a impossibilidade em que está de repetir aquelas epopéias, que faziam as delícias das gerações que outrora o ouviam.

Termina o seu exórdio com a seguinte apóstrofe, cheia de belezas inumeráveis, e que também faz ver cada vez mais a crença existente de seu espírito, que a religião é a fonte inesgotável e a única de todos os seus bens e de suas inspirações.

"Religião divina, misteriosa e encantadora. Tu que dirigiste meus passos na vereda escabrosa da eloquência, tu a quem devo todas as minhas aspirações, tu, minha estrela, minha consolação, meu único refúgio, toma esta coroa... Se dos espinhos que a cercam rebentar alguma flor, se das silvas que a enlaçam reverdecerem algumas flores, se um enfeite, se um adorno renascer dessas vergôntes já secas, deposita-a nas mãos do Imperador para que a suspenda como um troféu sobre o altar do grande homem a quem ele deve o seu nome e o Brasil a proteção mais decidida."

Depois de traçar com mão de mestre a vida do herói denodado do Evangelho, depois de fazer a defesa dos serviços prestados pelo claustro, depois de descrever com cores inimitáveis a abdicação de Carlos V, termina a sua narração pintando a morte de Pedro de Alcântara de um modo tão patético que novos murmúrios de aprovação partem do meio do povo que silencioso e absorto o escutava.

"O lidador (diz ele) tinha já dobrado a meta do estádio que levava de vencida. Exausto de forças caiu sobre montões de palmas e grinaldas, que merecera por sua perseverança. Pedro de Alcântara está rodeado por seus irmãos que o observam, choram e admiram. O pobre de Jesus Cristo despe o hábito e pede outro mais velho em que se envolva depois de morto. O superior olha em torno de si, e não encontrando quem ostenta igual desprezo, veste a relíquia inestimável e lhe dá em troca a sua túnica. O corpo do penitente assemelha-se às raízes ressecadas, sua pele está denegrida e queimada com o fogo da mortificação. O frio da morte agita seus membros luzidos e descarnados. Um moço religioso aproxima-se e intenta estender sobre ele um lençol: re-tira-te, grita o lidador: ainda há perigo, o inimigo está em presença, ainda não cessou o combate! O justo imprime os seus lábios no sinal adorável da redenção... Pedro de Alcântara subiu ao trono de Deus."

Era na verdade aquele mesmo orador sagrado que nos tempos de sua força e mocidade, fazendo o panegírico de S. Sebastião, exclamava:

"Eis aqui, senhores, o protetor que o céu nos concedeu, o anjo tutelar que defende os muros desta cidade heróica, desta pátria amada, país clássico da liberdade brasileira, escolho terrível do despotismo; que debaixo de mil cores, que debaixo de mil formas tem procurado enxovalhar a terra de Camarão, de Bueno e de Negreiros. Salve, ó pátria minha, ó terra de minha mãe, ó país em que descansam as cinzas veneráveis de meu pai! São passados duzentos e sessenta e quatro anos que teus bravos filhos proclamaram no meio dos mais ardentes aplausos a intervenção do homem extraordinário, que reanimando o valor de nossos batalhões afugentou de nossas praias esses ferozes opressores que pretendiam lançar sobre nossos pulsos o cadeado infame da escravidão e do opróbrio. Cingida de glória, cercada de ilustração, tu justificas da maneira a mais completa que a sorte dos povos está confiada a uma providência que zomba das paixões e ilude a política dos homens. Tu serás grande, tu serás venturosa, assim está escrito, assim está decretado."

É ainda o mesmo Monte Alverne que, pregando por ocasião do aniversário do juramento da Constituição, proclama idéias de puro direito público e dá conselhos salutareos àqueles que tiveram a ventura de nascer em um país regido por código tão sábio e tão perfeito; assim se exprime:

"Quando todas as nações da Terra se deixassem envilecer pelo cativo, quando todo o mundo se desonrasse abraçando uma direção que degrada e embrutece o homem; cada um de nós cerrando o coração às suas mais caras afeições deve defender a todo o transe esta árvore misteriosa que encerra a semente da prosperidade nacional. Não permita Deus que tenhamos outro procedimento. Os verdadeiros filhos de uma pátria degenerada não podem encontrar algum pretexto para violar uma convenção regulada pelos princípios da justiça. Repeli com horror todas as insinuações que tendem a destruir o

edifício social. Um anátema de execração fulmine aqueles que pregando a doutrina do absolutismo apagam os brasões de vossa glória; e lisonjeando-vos com as idéias de uma liberdade sem limites procuram submergir-vos em horrores da anarquia, depois de mostrar-vos à face do universo, como infratores desta constituição, que só pode afiançar o vosso engrandecimento."

Eis aí a doutrina de um verdadeiro sectário da monarquia constitucional, que odeia o despotismo e que despreza e fulmina a liberdade licenciosa.

É esse trecho eloquente paráfrase de versículos do livro dos Macabeus.

É sempre o grande Monte Alverne, o defensor da religião, o amigo dedicado de seu país, propugnador pela conservação das instituições e de trono.

Eis como de repente passou o gênio do silêncio à vida brilhante! Maiores serviços lhe foram ainda exigidos. Monte Alverne não se negou a eles, e, obediente ao convite do excelso monarca brasileiro, fez o panegírico da Virgem Mãe do Salvador, hino pomposo tecido à sua Assunção, e recitado na igreja da Glória do Outeiro, no dia 15 de agosto de 1855.

Este novo sermão, complexo de beleza, é ainda digno do saber e da ilustração de Fr. Francisco do Monte Alverne. Depois de um magnífico exórdio, entra o orador no assunto de seu discurso, pinta com cores celestes, extraídas dos livros dos profetas e dos evangelistas. Aquela a quem Deus criou para ser a Mãe sempre Virgem do Salvador do homem: a estrela salvadora em nossas tribulações, e a rainha dos anjos, que em contínuos coros evangélicos rodeiam o seu trono de luz; e depois de descrever assim esse quadro do mistério sublime de nossa Santa Religião, ele nos faz ver que essa mulher Santa *ab initio*, que veio como segunda mãe dos homens reparar os males que causara a primeira, e que, dando à luz o Homem-Deus, regenerou a humanidade, era a protetora sempre constante, sempre vigorosa da Cristandade. E como sempre depois do tributo à Religião, ele não se esquecia de sua outra mãe querida — a pátria, demonstra numa rápida descrição dos acontecimentos históricos, quanto essa proteção fora decidida, e muito principalmente quando as trombetas dos exércitos tocavam festivas a última vitória. A esse som amado desperta-se eloquente o setuagenário franciscano e exclama:

"Não nos pesamos de asseverar: o Brasil não tem que pretender de sua preclara interventora outros documentos da afeição mais apurada. A concórdia restabelecida; a tolerância extirpando ou moderando ódios inveterados e animosidades mal extintas; melhoramentos materiais considerados outrora qual a representação de um sonho; a façanha de Monte Caseros, restaurando a vergonha de nossas armas nas margens do Ituzaingó, e afugentando esse déspota popular que nos atirava a todo o instante o cartel de desafio, e cuja presença no poder era uma ameaça para o Brasil, e uma afronta ao Império; a

passagem do Tonelero ganhando para a marinha militar uma auréola que deslumbrou as proezas do Obligado e São João de Ulloa, são o mais belo relevo a este reinado que levará ao término do orbe o renome brasileiro, e com ele a alta fama de seu abalizado monarca."

E se alguém houver ainda que pense que a causa que deu lugar ao esquecimento do infeliz cego, por doze anos, foi quiçá alguma idéia vertiginosa que sustentasse na época do perigo para a monarquia, risque de sua lembrança semelhante pensamento, e para capacitar-se que o Alverne falando ao século foi sempre sustentador da monarquia constitucional, leia o seguinte trecho do panegírico de Nossa Senhora da Glória:

"Não está ainda tão viva a lembrança desses dias de luto, de terror e incerteza em que o Brasil achou-se a braços com essa fatal minoridade, o escolho em que tem vacilado as monarquias mais bem organizadas? Quem acreditaria que um príncipe de cinco anos pudesse comprimir a anarquia, e assegurar um paradeiro à guerra civil, que assolava nossas sociedades e todas as nossas províncias? Quem se jactaria de predizer as consequências dessas idéias exageradas, desses projetos sinistros, dessas aspirações criminosas, que punham em risco o padrão indelével do bom senso dos brasileiros? oh! nunca foi mais justamente apreciado o influxo benéfico da realeza; nunca foi mais valioso este prestígio que torna tão venerável a majestade dos reis!... Ao fragor do incêndio que reduzia a cinzas nossas povoações, ao tinido lúgubre dos punhais fraticidas que votavam a uma vingança estúpida centenares de vítimas, à inauguração desses festins selvagens, em que o canibalismo dava os mais frenéticos emboras ao roubo, à devastação, à barbaridade e à ignorância, Deus nos deparou no Príncipe com que nos mimoseara, o termo de tantos danos, e a aurora de uma felicidade que não nos era dado lobrigar."

A peroração desse panegírico é igualmente de um magnífico efeito, e só respirando os perfumes das flores delicadamente colhidas pelo exímio Alverne na fonte fecunda de suas inspirações — a Religião e o Evangelho.

Este belo sermão já não pôde ser recitado como fora o de S. Pedro de Alcântara. A enfermidade tinha caminhado a passos de gigante, e Monte Alverne havia-se levantado do leito da dor, para ir prestar essa homenagem à Glória de Maria, em nome do magnânimo chefe dos brasileiros.

Apesar dos sofrimentos do corpo, continuava sempre ativo o seu espírito, e assim ainda depois disso fez o exame e crítica do poema —Tamoios — composição do distinto poeta Domingos José Gonçalves Magalhães; preparava-se para dar o seu parecer sobre a obra do mesmo —Fatos do Espírito Humano — sobre a grande questão mais importante da atualidade — o casamento misto — e ainda em sinal de respeito a SS. Padre Pio IX propunha-se a fazer o

panegírico da Conceição, no dia 26 de dezembro do corrente ano na igreja da Ordem Terceira da Conceição, quando foi surpreendido pela morte.

Eram vãos desejos de seu espírito que não recuava logo que se tratasse de glorificar a religião de Jesus Cristo, mas que se quebraram de encontro à fria laje da sepultura.

§10º

Não foi só do grande mundo do século que Monte Alverne sofreu desprezos e perseguições; no mesmo claustro houve quem, desconhecendo seu mérito, e sua reputação, o tratasse desapiedadamente, e o que é mais para admirar que esse pouco caso tenha partido de quem com ele havia sido contemporâneo.

A Providência Divina fez com que o século acabasse respeitando-o e reconhecendo seus serviços, fez com que também no claustro fosse ele reverenciado: e esta consideração e esse respeito deram-se logo que saiu ministro provincial o mui distinto e esperançoso fluminense Fr. Antônio do Coração de Maria e Almeida, que era seu extremoso amigo, e havia sido seu discípulo, coadjuvado pelo guardião Fr. João do Amor Divino Costa.

E assim devera ser, porque Monte Alverne acreditava firmemente no futuro, acreditava que só os moços lhe haviam de fazer justiça: sua crença era bem fundada, porque a mocidade não é egoísta, e com entusiasmo tributa veneração e respeito àqueles que fazem a glória do passado, e que lhe podem servir de modelos para o presente e o futuro.

§11º

No dia 29 de novembro de 1858, estando Monte Alverne em Niterói, em casa de um amigo, para onde se havia retirado, não só para distrair seu espírito, como para completar o seu trabalho sobre os casamentos mistos, foi acometido de uma congestão cerebral, que pela terceira vez o atacava, e apesar dos esforços da arte, rodeado de seus amigos, e de seus irmãos, que haviam corrido em seu socorro, e que lhe ministraram os últimos serviços da religião, às 11 horas da noite do dia 2 de dezembro do mesmo ano passou ao sono eterno e à mansão dos justos.

Morreu justamente no dia em que o excelso monarca, o amigo a quem sempre dedicara grata afeição, completava 33 anos, como se quisesse que o monarca brasileiro quando pensasse no dia faustoso de seu nascimento tivesse uma lembrança do pobre franciscano, a quem tanta consideração dera em sua vida, a ponto de o ir ver em sua própria cela depois de seu grande sermão de S. Pedro de Alcântara.

Apenas S. M. I. teve notícia do passamento de Fr. Francisco do Monte Alverne, ordenou que o seu corpo fosse conduzido ao cais da cidade, em uma de suas galeotas, e daí aos jazigos de sua ordem em um coche de sua imperial casa; e por outro lado o mui digno provincial Fr. Antônio do Coração de Maria mandou que o corpo fosse antes embalsamado, em sinal de respeito e piedade ao preclaro varão que acabava de desaparecer da face da Terra; os desejos do provincial encontraram no Dr. Peixoto a melhor execução, o qual generosa e gratuitamente tudo fez para esse fim.

Na tarde de 4 de dezembro, pelas 5 horas da tarde, abordou ao cais a galeota imperial, que vinha impelida por branda viração trazendo os restos mortais de Monte Alverne; numerosos e dedicados amigos aí o esperavam, e pegando no caixão o levaram até o carro que o conduziu junto à ladeira do convento. A comunidade trazendo à sua frente os irmãos da Ordem Terceira da Penitência, de cruz alçada e dirigida pelo provincial, recebeu o caixão que levado à igreja foi daí conduzido, depois das orações do estilo, à capela onde foi depositado.

Grande foi o concurso de povo que assistiu às últimas honras prestadas ao talento, aos serviços e às virtudes do digno fluminense.

S. M. I. querendo ainda por sua alta vontade dar um sinal do apreço e consideração que lhe merecia o finado mandou assistir ao funeral o seu mordomo-mor, conselheiro Paulo Barbosa da Silva, general Cabral, e o camarista Nogueira da Gama. Encerrado o caixão e fechado, foram as chaves entregues ao mordomo de S. M. I.

Descansa em paz, ó Monte Alverne! Lidador forte e invencível das glórias do cristianismo e de tua pátria. Foste ainda assim mais feliz que os companheiros de tuas lutas.

Como eles, morreste simples frade da Ordem Seráfica da Imaculada Conceição, e assim devera ser para maior glória, porque teu saber, teus serviços traduziam-se em um nome que não devera desaparecer, e com esse nome desceste ao túmulo. Então como hoje, és sempre Fr. Francisco do Monte Alverne.

Mas, enquanto dos outros só existe a memória, porque nem de seus jazigos, nem de seus restos há notícias, o teu corpo aí está como relíquia das glórias dessa casa, para ser mostrada aos vindouros, resumindo-se em teu cadáver tudo quanto de grande ostentou o passado desse claustro.

Descansa em paz, ó Monte Alverne! Teus desejos estão cumpridos: querias sair deste mundo com a doce consolação de que de ti se tivesse uma lembrança honrosa, e que sobre a tua sepultura se derramasse uma lágrima ardente. A memória não se destruirá jamais, as lágrimas de teus amigos foram abundantes e espontâneas.

Está vingada a memória do grande S. Carlos, do imortal Sampaio: gratidão ao atual prelado da Ordem Franciscana Fr. Antônio do Coração de Maria!

JERÔNIMO FRANCISCO COELHO



Jerônimo Francisco Coelho, do conselho de S. M. o Imperador, guarda-roupa da casa imperial, comendador da ordem militar de S. Bento de Aviz, e da imperial Ordem da Rosa, brigadeiro do exército, vogal do conselho supremo militar, e deputado à Assembléia Geral Legislativa, nasceu na vila (hoje cidade) da Laguna; província de Santa Catarina, a 30 de setembro de 1806; seus avós foram, por parte paterna, o falecido capitão-mor daquela vila, Jerônimo Francisco Coelho, e por parte materna, o alferes de milícias Lino dos Santos, natural este da vila da Laguna e aquele da cidade do Porto.

É o filho segundo do já falecido major Antônio Francisco Coelho, que era primogênito daquele capitão-mor. Tanto seu pai como sua mãe D. Francisca Lina do Espírito Santo Coelho, que ainda hoje vive, são naturais também da vila

da Laguna de onde veio para a Corte com seus pais em 1809, tendo três anos de idade.

No ano de 1813, seu pai levou-o em sua companhia para a província do Ceará, para onde havia sido nomeado comandante de um Corpo de Infantaria, e ao mesmo tempo inspetor das tropas da mesma província, de que era então governador Manuel Inácio de Sampaio. Ali, sendo ainda menor, assentou praça de 1º cadete na companhia de artilharia, em 17 de dezembro de 1813.

Tendo seu pai adoecido gravemente, com ele regressou para a Corte no ano de 1815, tendo sido então excluído da praça; infelizmente seu pai, três meses depois de sua chegada à Corte, sucumbiu à moléstia de que fora acometido; um seu tio, o Dr. João Francisco Coelho, tomou-o a si com vista de encarregar-se de sua educação, entregando-o, por isso, aos cuidados do padre-mestre Florêncio Alves de Macedo Pereira, um dos mais acreditados professores de latim daquele tempo.

Falecendo seu protetor e tio Dr. Coelho poucos meses depois da morte de seu pai, teve de continuar a sua educação a cargo de sua mãe, D. Francisca Lina Coelho, que, conquanto se achasse na corte, fora de sua terra natal, sem parentes, e em circunstâncias pouco favoráveis, não esmoreceu, e sobranceira às dificuldades próprias de quem se acha em terra estranha, dotada porém de energia e resolução superior à de seu sexo, empenhou-se com a maior dedicação e desvelo em completar a educação de seus filhos, inclusive a do mais velho, o hoje falecido Dr. Antônio Francisco Coelho, que foi major do corpo de engenheiros e lente da Escola Militar. Continuou os seus estudos de latinidade com o mesmo padre-mestre Florêncio, de Filosofia Racional e Moral com o padre-mestre Frei José Policarpo, estudando outros diferentes preparatórios, como francês, inglês, etc.

Novamente assentando praça no regimento de artilharia da corte a 16 de fevereiro de 1816, matriculou-se na extinta Academia Militar a 8 de março de 1820, onde sempre primou como estudante, obtendo as cartas dos cursos matemático e de engenharia, tendo alcançado os primeiros prêmios no 3º e 4º anos.

Foi promovido a segundo-tenente em 23 de fevereiro de 1823, e a 12 de outubro de 1824, contando apenas 18 anos de idade, já se achava no posto de capitão, tendo em 20 meses obtido três postos, mediante concurso e exames públicos conforme a lei de promoções, que então regia.

A proibição de promoções no exército, que posteriormente foi decretada por lei da Assembléia Geral, o fez retardar 13 anos na carreira dos acessos, vindo a ser despachado major para o corpo de engenheiros a 13 de setembro de 1837, tendo feito passagem para esse corpo a 2 de janeiro de 1834, tenente-coronel a

7 de setembro de 1842, coronel a 14 de março de 1847, e finalmente brigadeiro a 14 de março de 1855.

Serviu portanto efetivamente por espaço de 14 anos em diversos corpos arregimentados da arma de artilharia, tendo tido muitos anos por comandante o venerando marechal do Exército Francisco de Paula Vasconcelos, o primeiro e mais distinto artilheiro do Império.

No mês de dezembro de 1827 casou com D. Emília Carolina da Costa Barros, filha do tenente-coronel Francisco da Costa Barros. Existem deste consórcio dois filhos e uma filha, sendo aqueles o capitão de engenheiros bacharel em matemática Jerônimo Francisco Coelho Júnior, e o tenente do estado-maior de primeira classe José Francisco Coelho. Viuvou em 30 de agosto de 1854.

Toda a sua vida, depois de adolescente, tem sido sem interrupção consagrada ao serviço do estado, quer no serviço militar dos corpos, quer em comissões profissionais de engenharia, ora nos altos cargos da suprema administração, ora, finalmente, no corpo legislativo, tendo principiado o seu tirocínio parlamentar na assembléia provincial de sua província, de que foi membro desde 1835 até 1847.

No ano de 1838, aos 32 anos de idade, tomou pela primeira vez assento na Assembléia Geral Legislativa, como deputado pela província de Santa Catarina, sua terra natal, tendo sido eleito e reeleito seguidamente por espaço de dez anos, até o de 1847 inclusive.

Como político, honesto e probo sem ostentação, de inabalável firmeza de caráter, granjeando por isso a estima e o respeito, não só dos seus correligionários, como dos seus antagonistas políticos, professou sempre até hoje opiniões liberais, sempre, porém refletido, tolerante e moderado, nunca acompanhando seu partido nas suas exagerações. Seus princípios têm sido constantemente a aliança da liberdade com a ordem, e o do triunfo das idéias liberais conquistado pela convicção no campo da legalidade e dentro dos limites e órbita das leis.

Assim, apesar de intimamente unido à oposição de 1838 e 1842, de que faziam parte distintas notabilidades, tais como os irmãos Andradas, Marinhos, Otonis, Álvares Machados e outros. Deles frequentes vezes se separava em diversas votações, não adotando o princípio severo de negar pão e água ao governo, prestando-lhe, pelo contrário, o seu voto nas medidas puramente governamentais, e negando-o às que eram de confiança, ou simplesmente de ocasião, ou às que eram exigidas pelo espírito de partido.

Negou, por exemplo, ao Gabinete de 19 de setembro o seu voto à lei interpretativa do ato adicional, e da reforma judiciária; concedeu-o, porém, a

todas as leis de força e a de orçamento, e bem assim a do 1º de dezembro de 1841, de que foi o autor de acordo com o ministro da guerra de então, José Clemente Pereira, organizando o quadro dos oficiais do Exército, e aumentando-lhes a tarifa dos soldos.

Tomou parte nas questões mais graves de seu tempo, e em geral em todas que diziam respeito a assuntos militares; seus discursos eram sempre ouvidos com atenção pela Câmara; sua elocução era fácil e clara, e algumas vezes até graciosa. Lógico nos raciocínios, e rigoroso nas suas demonstrações, o seu voto e opiniões emitidas nas discussões quando se tratava de materiais profissionais decidiam ordinariamente a votação da Câmara, sem distinção de partido.

Todas essas provas exibidas no Parlamento mereceram-lhe a honra de ser chamado aos conselhos da coroa, fazendo do Gabinete de 2 de fevereiro de 1844 como ministro da Marinha, e interino da Guerra, passando depois a efetivo para esta última repartição a 23 de maio desse mesmo ano.

Ao historiador imparcial pertence para o futuro apreciar devidamente os atos do Gabinete de 2 de fevereiro, tendo em vista a situação política daquela época. Esse gabinete, proclamando a política da concórdia e da clemência, aconselhara à coroa o perdão para os vencidos na rebelião de Minas e S. Paulo em 1842, e em consequência teve lugar a 14 de março de 1844 o ato magnânimo da anistia. Esse fato conspirou contra o gabinete, e tornou profundamente hostil o então denominado partido da ordem, e dividiu em dois campos adversos os partidos atualmente conhecidos com os nomes de liberal ou luzia, e conservador ou saquarema.

Nesta situação dos espíritos abriu-se a sessão legislativa de 1848, e achou-se o gabinete na Câmara dos Deputados em frente de uma oposição violenta, forte por sua grande maioria, que abrangia três quartos do número de deputados; respeitável pela importância e pelo talento de seus chefes, entre os quais se contavam os Srs. viscondes de Uruguai e de Itaboraí, Eusébio Pereira da Silva, Sousa Ramos, visconde da Boa Vista, Rego Barros, e outros, todos fervorosos em suas crenças políticas, e decididos a todo o transe a golpear e derrubar o novo gabinete.

Coube ao Sr. Coelho, como ministro da Guerra e deputado, sustentar na câmara temporária a luta renhida, que então se travou na discussão do voto de graças.

A oposição em grande maioria, por meio de seus mais eloquentes órgãos, estigmatizado o gabinete, declarou-se com ele inconciliável, e ameaçou-o energicamente com a recusa clara e decidida de sua confiança, e intimando-o, quase em tom imperativo, a que se retirasse pela falta de apoio dos representantes da Nação.

Foi então que o Sr. Coelho, na sessão de 23 de maio, respondendo à oposição em um enérgico discurso, declarou que o gabinete não se retirava, apesar da oposição em maioria se declarar inconciliável, e de ameaçar com a recusa decidida de confiança por parte da Câmara, terminando com as seguintes memoráveis palavras: "Temos recursos na constituição; apelaremos para a coroa e para o país, e o seu juízo supremo decidirá quem deva governar o estado: ou nós, ou vós".

A revelação que se continha nestas palavras impressionou vivamente a oposição. No dia seguinte lia-se em ambas as câmaras o decreto de dissolução entre os vivas e aclamações do povo, que ocupava as galerias e as imediações do paço da Câmara dos Deputados.

A nova Câmara dos Deputados, reunida em 1845, prestava o seu apoio unânime ao Gabinete de 2 de fevereiro, excetuando três deputados, que se declararam em oposição, talentosos e hábeis oradores, a quem nesse tempo se denominou — Patrulha.

O Partido Liberal, reabilitado e chamado às posições oficiais, movido principalmente pelo sentimento de gratidão, dava pleno apoio ao gabinete, mas nele se pressentia uma certa sofreguidão e impaciência pela adoção de medidas no sentido da política do progresso, e em antagonismo com as medidas fortes, que tinham sido convertidas em lei pela política anterior.

Era como uma reação natural, que o governo prudentemente procurava moderar, abstendo-se de promover medidas precipitadamente no sentido que seus amigos desejavam, pelo que era por eles acusado de inércia. Foi por isso que o Sr. Coelho, à vista desses indícios de sofreguidão da parte dos amigos do gabinete, em uma das sessões de maio de 1845, proferiu esse notável discurso, no qual proclamou a inércia como sistema político em certos casos e em dadas circunstâncias, considerando-a, tanto no sentido físico como moral, uma força capaz de resistência, e muitas vezes a única própria, salutar e benéfica para impedir movimentos desordenados.

Este discurso lhe alienou as simpatias de alguns de seus amigos políticos; posteriormente, tendo-se oposto e fazendo cair com o seu voto, e do seu colega dos estrangeiros, Ernesto Ferreira França, a medida proposta sobre a incompatibilidade dos magistrados com as funções de deputado, estando além disto nesta parte divergente da opinião dos outros seus quatro colegas, teve de retirar-se do ministério a 26 de maio de 1855.

Entre os serviços mais notáveis prestados ao país neste seu primeiro ministério deve contar-se a parte direta e ativa com que planejou e concorreu para a pacificação da província do Rio Grande do Sul.

Em perfeita inteligência e acordo com o então presidente e comandante-em-chefe do exército naquela província, o general marquês de Caxias, seu amigo de juventude e seu contemporâneo na Academia, tudo entre eles se dispôs e combinou com tanto acerto, que a paz veio a efetuar-se pelos meios da convicção espontânea e sincera, fazendo com que os rebeldes confiassem na clemência imperial e na fé do governo.

Para esse fim veio particularmente à corte em comissão por parte dos rebeldes o (entre eles) tenente-coronel Antônio Vicente da Fontoura, acompanhado pelo coronel Manuel Marques de Sousa (hoje barão de Porto Alegre). Foi o Sr. Coelho quem fez com o comissário Fontoura e coronel Marques todos os ajustes e combinações precisas para se realizar a tão desejada pacificação, que até então milhares de contos despendidos e milhares de vida preciosas sacrificadas não tinham podido conseguir.

No seu gabinete e com seu punho foi ele quem redigiu as instruções de 18 de dezembro de 1844, que foram levar a pacificação material e moral à infeliz e magnânima província do Rio Grande do Sul, há nove anos trucidada pelos horrores da guerra civil.

Quando algum dia essas instruções chegarem a ser publicadas, se reconhecerá que a paz desta província foi obtida pelos meios os mais honrosos, com brilho e magnanimidade da coroa, e sem ao mesmo tempo humilhar os brios daqueles nossos valentes irmãos iludidos, que depunham as armas, e voltando à comunhão nacional, vinham abrigar-se sob o manto da clemência imperial.

Quando na Câmara dos Deputados a oposição pouco generosa, e certa de que o melindre das circunstâncias não permitia ao governo fazer revelações, arguia o gabinete de ter mareado o brilho da Coroa, o Sr. Coelho respondia com sua voz expressiva: "Senhores, está unida toda a grande família brasileira, o Império está em paz; rendamos graças a Deus".

Em objetos de serviço distinguiu-se sempre por sua grande atividade: entre outros fatos há o seguinte de notoriedade pública. O partido da ordem na província das Alagoas incorrera na mesma falta, que arguia a seus adversários políticos, pois quando em oposição, descrendo dos meios legais, revoltou-se e recorreu também aos meios materiais, empunhando as armas e atacando em seu palácio o delegado do governo o Sr. Bernardo de Sousa Franco; e os revoltosos nessa ocasião não desdenharam chamar em seu auxílio o famoso bandido e salteador das matas de Jacuípe, Vicente de Paula.

O presidente da província, sem força para resistir à revolta, que com tanta fúria rebentara de improviso, havia solicitado auxílio aos presidentes de Pernambuco e da Bahia. Todas estas notícias chegaram à corte trazidas pelo vapor Imperador, que entrou neste porto a 17 de outubro de 1844; o incansável

ministro da Guerra de 2 de fevereiro deu logo todas as providências, e com tal rapidez que no dia seguinte, 18, havendo apenas decorrido 24 horas, o mesmo vapor saía pela barra fora com uma força de linha de 400 praças completamente armada e municada, sob o comando do valente general Seara, e a 24 do mesmo mês saltava a força nas Alagoas, e no dia seguinte era reinstalado em seu palácio o presidente, que desde o dia 21 se achava com as principais autoridades a bordo do iate Caçador; a 31 de outubro dava-se o sanguinolento combate da Atalaia, e logo em seguida outros, em que as forças legais levaram sempre de vencida os revoltosos. À presteza dos auxílios enviados da corte pelo ministro, e à concorrência dos socorros das províncias da Bahia e Pernambuco deve-se o ter sido suplantada em começo uma revolta, que, com o auxílio e intervenção dos bandidos das matas, ameaçava tomar grandes proporções, e produzir males incalculáveis.

Enquanto ministro, não se descuidava da parte puramente administrativa. Deu à Escola Militar os estatutos do 1º de março de 1845, fazendo cessar a confusão de doutrinas, que resultava de uma interminável sucessão de reformas sobre reformas; restaurou o Hospital Militar da Corte, em benefício da vida dos soldados, que mal tratados nos insalubres e mal providos hospitais regimentais, sucumbiam à míngua em número extraordinário; fundou o observatório astronômico do Castelo, cuja criação, decretada por lei há muitos anos, tinha ficado em letra morta, e nunca se cuidara na sua execução.

Deixando de ter assento na Câmara dos Deputados no ano de 1848, foi nomeado presidente e comandante das armas da província do Pará, tomando posse destes cargos a 8 de maio do mesmo ano.

Nesta presidência ainda mais firmou o seu crédito de administrador inteligente, reto, justo e imparcial: desenvolveu sua habitual atividade dando impulso a diferentes obras públicas da província, apesar dos minguados recursos das rendas provinciais, tendo encontrado os cofres exaustos e a província com uma dívida superior a 70:000\$.

Durante a sua administração no Pará, em princípios de 1850, tentaram os franceses uma segunda ocupação do Amapá, sendo governador de Caiena Mr. Pariset, que mandara estacionar algumas goletas e brigues de guerra em frente à embocadura do mesmo Amapá. O Sr. Coelho, por seu turno, mandou preparar todos os navios de guerra da estação do Pará, e expediu para Caiena o brigue de guerra Niterói com ofícios àquele governador, fazendo enérgicas reclamações contra a tentativa de nova ocupação; travou-se então de parte, por meio de notas diplomáticas, com renhida e luminosa discussão, que foi toda publicada no relatório de estrangeiros de 1852, sobre a questão de limites do Oiapoque, e sobre a verdadeira inteligência dos tratados, cujo resultado foi fazer calar no ânimo do governador de Caiena a convicção da injustiça de sua pretensão;

retiraram-se os navios franceses, não indo portanto avante a projetada ocupação.

Para caracterizar devidamente esta sua administração na província do Pará, e conhecer-se a norma de princípios que o dirigiram, basta copiar textualmente um trecho do seu relatório de entrega ao vice-presidente o Dr. Ângelo Custódio Correia, em que, entre outras regras que o guiaram no seu governo, pôde dizer-lhe o seguinte:

"Não partilhei com ninguém o exercício de minha autoridade: governei só, acertei e erreí só. Nunca admiti confidências auriculares sobre objeto de negócios públicos, e nenhum ato de minha administração foi por alguém anunciado da véspera na praça pública.

"Esforçando-me por imprimir em todos os meus atos um certo cunho de imparcialidade e justiça, consegui nulificar a aparição de partidos, e ter uma presidência tranquila, etc..."

Entregando as rédeas da administração do Pará no 1º de agosto de 1850, tendo conquistado as simpatias dos paraenses, recolheu-se à corte em novembro desse mesmo ano, e então se retirou completamente da vida política e administrativa, empregando-se por seis anos em diferentes cargos puramente militares, tais como o de diretor da fábrica da pólvora, que exerceu até o mês de junho de 1854; de diretor do arsenal de guerra da corte, até setembro de 1855; diretor da Escola da Aplicação do Exército, até março de 1856, em que foi nomeado presidente e comandante das armas da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul.

À exceção dos cargos de presidente e comandante das armas das províncias do Pará e Rio Grande do Sul, nunca quis acumular mais de um vencimento ou gratificação por empregos diversos.

Quando foi nomeado diretor do arsenal de Guerra da Corte, a que estava anexa a direção das obras militares, fez separar este último cargo, que desde então até hoje tem diretor especial, dizendo que o serviço do arsenal tinha de sobra com que ocupar-se, e que não queria ser diretor honorário ou nominal daquelas obras somente para receber as gratificações, que importavam 1:600\$ por ano; nisto deu ao mesmo tempo prova de desinteresse e zelo pelo bem do serviço.

De maneiras afáveis no seu trato ordinário, e ao mesmo tempo enérgico nas ocasiões precisas, nos empregos superiores, que há exercido, tem sabido fazer-se respeitar e obedecer, captando ao mesmo tempo a cordial estima de seus subordinados; é assim que, quando embarcou para o Rio Grande do Sul, despedindo-se dele os alunos da escola de aplicação reunidos em corpo, com seu novo diretor e mais oficiais e empregados daquela escola, um dos alunos,

em nome de todos os seus colegas, leu um discurso por ele assinado, em que, além de muitas outras expressões lisonjeiras, tratando de retratar o seu caráter, exprimia-se nas seguintes palavras:

"O que nos penhora individualmente e o que nos constitui gratos sobretudo são essas qualidades pessoais, que os distinguem, são essa candura e inteligência, que unia e separava incontinenti o diretor e o aluno, que distinguia o mestre dentre os que trabalhavam juntos, e que obsequiava ordenando, etc."

Dois anos depois de ter deixado a direção do arsenal de guerra da corte, quando os operários e mestrança desse arsenal dele há muito já não dependiam, achando-se já na presidência do Rio Grande do Sul, esses seus ex-subordinados se recordavam agradecidos de sua paternal administração e, espontaneamente cotizando entre si uma parte do produto de seus salários, mandaram preparar uma rica espada de ouro, e lha enviaram para aquela província, como um sinal de lembrança e reconhecimento ao seu ex-diretor.

Chegando à província do Rio Grande do Sul, foi acolhido com a mais cordial benevolência e simpatia: todos ali, tanto ex-rebeldes como legais, consideravam o ministro pacificador de 2 de fevereiro como um antigo conhecido e amigo.

Nesta segunda administração seguiu invariavelmente os mesmos princípios que na província do Pará, de retidão, igualdade, justiça e imparcialidade para todos. Assim também do mesmo modo conservou a estima, simpatia e consideração dos rio-grandenses até o último dia de sua presidência.

Coube-lhe ali dissolver a divisão auxiliar brasileira, que havia regressado de Montevidéu, organizando as brigadas que deviam guarnecer, policiar e defender nossas fronteiras, e dando-lhes instruções convenientes para remover ou resolver os diferentes conflitos que com diversos estados vizinhos ali ordinariamente surgem.

Assim como no Pará, nessa província deu ele o máximo impulso às obras públicas, criando a respectiva repartição. Planejou e deu princípio a essa importante estrada de 60 léguas pelo litoral, que tem de dar cômoda e segura comunicação entre as cidades de Porto Alegre e Laguna, da qual devem provir imensas vantagens às duas províncias de S. Pedro e Santa Catarina, e que tem por fim proporcionar em época talvez bem próxima a construção de uma estrada de ferro, que será a verdadeira e única possível barra do Rio Grande.

Tendo-o a sua província, depois de decorridos dez anos, reeleito deputado à Assembléa Geral Legislativa, passou a administração da província ao segundo vice-presidente, em 13 de março de 1857, e veio para a corte tomar assento.

Aqui chegou nos últimos dias do mês de abril do mesmo ano; e tendo logo ocorrido a retirada do Gabinete de 6 de setembro, presidido pelo Sr. general

marquês de Caxias, entrou segunda vez para o Ministério, como ministro da Guerra do gabinete de 4 de maio daquele mesmo ano de 1857.

Na forma da constituição, teve de passar novamente pela prova das urnas eleitorais, e seus patrícios o reconduziram por uma excessiva maioria de votos.

Posto que há dez anos retirado do parlamento, nele se apresentou com o desembaraço do antigo parlamentar, sem desmentir um só momento o conceito que outrora houvera adquirido.

Nas discussões da sessão legislativa do corrente ano, agredido o gabinete de 4 de maio por uma oposição compacta, sistemática, enérgica e talentosa, conservou-se sempre a par de seus colegas, na altura de sua posição.

Conquanto alquebrado de forças e já investido pela enfermidade que depois o veio a prostrar, ainda era o mesmo administrador inteligente e incansável. Na previsão de uma guerra iminente, que estava a rebentar a cada momento com a república do Paraguai, e que a todos parecia inevitável, coube-lhe, como ministro da Guerra, a árdua tarefa de providenciar não só sobre os preparativos e armamentos de guerra, provimentos dos arsenais, mandando fazer avultadas compras na Europa, como também sobre o movimento e marcha das tropas, parte das quais tinha de atravessar centenaes de léguas por caminhos inóspitos e em grande parte desertos; teve de fazer organizar um corpo de exército no Rio Grande do Sul, e de fazer remessa para a fronteira do baixo Paraguai, na província de Mato Grosso, à custa de grandes sacrifícios, de um imenso e pesado material de guerra, remetendo para ali engenheiros hábeis, e oficiais experimentados das diferentes armas, grande número de artistas, operários dos principais ofícios, fazendo seguir repetidos contingentes de tropas, e tendo forças já preparadas e prontas a marchar à primeira voz nas províncias de Goiás, Minas, São Paulo e Paraná.

Não se limitava somente à expedição de ordens gerais, pois tratava logo de promover os meios de facilitar a sua execução, e de prevenir os embaraços e dificuldades prováveis, que pudessem ocorrer, organizando explícitas e minuciosas instruções sobre os detalhes relativos à especialidade de cada serviço.

Todo este insano trabalho era feito sem ostentação nem aparato, e ainda assim teve de curtir amarguras, vendo a imprudência com que a imprensa oposicionista, para atacar o gabinete, esmerilhava, esquadrinhava, espreitava, e por este modo irrefletidamente revelava ao inimigo todas as medidas, todas as providências tomadas pelo ministro, discutindo-as e censurando-as uma por uma.

Côncio de seus deveres em assuntos tão melindrosos, cerrava os ouvidos a estes clamores indiscretos, e prosseguia sem a menor hesitação em fazer executar as suas ordens; e ainda mesmo que a questão pendente com o Paraguai não tivesse tido, como teve, tão feliz e pacífica solução, quando soasse a hora do combate, o Império havia de se achar preparado para sustentar com honra e glória a sua dignidade e os seus direitos.

Infelizmente em meio da sessão legislativa do ano de 1858 não pôde resistir à enfermidade que há tempos o afligia, e caiu gravemente enfermo, como ainda até hoje se acha, tendo passado há seis meses por acerbos e cruéis sofrimentos, de que ainda não está livre.

Este motivo o tinha feito passar interinamente a pasta da Guerra ao seu colega da Marinha o conselheiro Dr. José Antônio Saraiva em 10 de julho deste ano, até que, ainda pelo mesmo motivo, deixou o ministério, e com isso deu lugar à retirada de todo o Gabinete a 11 de dezembro do corrente ano.

Neste segundo Ministério coube-lhe a tarefa de ser ainda o reformador das escolas militares, como houvera sido em 1845, e a 1^o de março do corrente ano de 1858 fez publicar o novo regulamento respectivo.

Entre os serviços profissionais, que prestou em diferentes épocas, deve ser mencionado um, em que deu prova de seu desinteresse, e também de sua dedicação à imperial família.

Logo depois do primeiro ministério, em outubro de 1844, foi escolhido por S. M. o imperador para chefe da comissão de engenheiros incumbida de medir e demarcar as 25 léguas de terra que deviam formar o complemento do dote da sereníssima princesa de Joinville, sendo essas terras nos sertões de S. Francisco, da província de Santa Catarina. Nessa importante e espinhosa comissão empregou cinco aturados meses, internado em ermos sertões, sofrendo toda a sorte de privações, quase sempre sem abrigo contra as intempéries, em maus ranchos de palha, feitos à pressa em cada dia no lugar do pouso, muitas vezes sem mantimentos, e algumas vezes chegando a sua comitiva ao ponto de desespero e desânimo. Mas o exemplo do sofrimento e paciência do chefe, que, calmo, sereno e resignado, compartilhava com igualdade as mesmas privações, a sua perseverança e atividade fez superar todas as dificuldades, e chegar ao termo dos trabalhos da completa medição, demarcação e mapeação de tão extensa e agra porção de território. Salvou também grandes embaraços compondo-se amigavelmente com todos os heróis e posseiros confinantes nas terras próximas ao litoral, evitando conflitos e contestações, devido, principalmente, à influência e estima de que gozava como deputado em sua terra natal, e muito difícil teria sido a qualquer outro terminar em paz tão melindrosa comissão, na qual, e no dizer dos naturais do país, se lhes tiravam as terras para dar aos estrangeiros.

Por esta comissão, atendendo a que o assunto se referia a serviço de casa imperial, renunciou aos seus vencimentos ordinários, bem como às avultadas gratificações extraordinárias, que a todos os outros membros da comissão foram concedidas.

Tendo servido em altos e importantes empregos, como chefe de três repartições militares, dois ministérios, duas presidências, tendo estado muitos anos no parlamento, e incumbido de difíceis comissões da sua profissão, achase no fim da sua carreira tão pobre como no princípio. Quando se lhe faz alguma observação nesse sentido, responde: "A minha pobreza é a minha riqueza."

De costumes simples, de uma vida sem fausto e sem luxo, acomodando-se às suas circunstâncias e aos recursos de cada época de sua vida, é seu dito habitual: "Vivo com todo o dinheiro, gasto tudo o que ganho, e somente o que ganho; nada tenho, e nada devo."

Em toda a sua vida nunca importunou os ministros com pedidos para si, nunca solicitou empregos ou comissões; ao contrário, sendo consultado, rejeitou muitos de elevada importância; é máxima sua nunca pedir. Sendo ministro, escreveu-lhe um general, em véspera de um dia de despachos, pedindo-lhe conselho se devia falar a outro de seus colegas, fazendo-se lembrado para um despacho que dele dependia. O Sr. Coelho, como membro do gabinete, sabia que esse general estava já inscrito na relação dos agraciados; e sem querer revelar-lhe o que havia, e mesmo para poupar-lhe o vexame de um pedido supérfluo, respondeu-lhe escrevendo por baixo da carta estas lacônicas palavras: "Os generais não pedem: eu acostumei-me a não pedir (para mim) desde subalterno."

O monarca o tem honrado com diferentes provas de estima, nomeando-o seu guarda-roupa, conselheiro e condecorando-o com as comendas de Aviz e da Rosa, e ultimamente acaba de ser agraciado com a nomeação de vogal do Conselho Supremo Militar.

Tais são os traços biográficos e os fatos principais da vida do Sr. Brigadeiro Jerônimo Francisco Coelho.

FRANCISCO DE LIMA E SILVA



Francisco de Lima e Silva, regente do Império, marechal-de-campo, comendador das Ordens de Aviz e da Rosa, grão-cruz da do Cruzeiro, gentilhomen da câmara imperial, e do conselho de Sua Majestade, foi um dos mais notáveis caracteres que atravessaram as fases do Reinado, da Independência, da Abdicação, da Minoridade e da Maioridade.

O resumo das principais épocas da sua vida militar e civil, quer como general, quer como regente, comprova as raras qualidades de sua alma, e o quanto deve ser grata a memória deste benemérito da pátria; respeitável pela sua intrepidez como soldado, admirável pela sua humanidade como chefe e vencedor, estimável pela sua prudência e justiça como juiz, unia a todos estes dotes o da urbanidade e modéstia, os da caridade e de um pai extremoso.

Deus, nas eventualidades da sua vida, deu-lhe grandes consolações e grandes dores; porque, se viu seu filho Luís, o ilustre marquês de Caxias, subir honrosamente os mais altos graus da escala social, e seu filho José, pela

eminência de suas qualidades, gozar da estima do país e do soberano, viu também descerem prematuramente à sepultura seus filhos Francisco e Carlos, militares completos e merecedores de um grande futuro.

Descendente da ilustre família dos alcaides-mores de Faro e de S. Ivo, nasceu no Rio de Janeiro a 8 de julho de 1785, filho legítimo do marechal José Joaquim de Lima e Silva e de D. Joana da Fonseca Costa. Segundo os seus usos e privilégios das famílias militares, assentou praça na idade de cinco anos como cadete no regimento de Bragança, onde seguiu todos os postos até o de substituir seu pai no comando do mesmo batalhão.

Na época da Independência prestou os maiores serviços: à sua coragem, firmeza, atividade e confiança pública, deve a cidade do Rio de Janeiro muitos bens naquela perigosa conjuntura, e ele adquirir a fama de um soldado completo.

Para acalmar a revolta pernambucana de 1824 era necessário um homem que, pelo seu passado, inspirasse a maior confiança, tanto ao governo como aos que não compartilhavam os sentimentos dos revoltosos; e para esta perigosa e difícil missão foi escolhido o brigadeiro Lima e Silva, não só para comandar a brigada expedicionária, como também para presidente interino da província, e da comissão militar, criada por carta imperial de 27 de julho de 1824.

Combateu a revolta com todas as armas de um coração bem formado. Aos que não venciam pelo ferro, venceu pela magnanimidade, pela piedade, e por todos os meios de que uma heróica generosidade pode dispor em posição tão difícil e tão ampla como o exigiam as circunstâncias.

Mas não eram os rebeldes à integridade do Império os seus maiores contrários; eram sim os homens armados de um zelo excessivo, e os que disfarçavam seus ódios com todas as cores do falso patriotismo quando invocam a lei. O general Lima tinha horror ao sangue. Para melhor descrever essa situação e o estado dos espíritos, ouçamos o que dizia, de Pernambuco, ao Sr. D. Pedro I o general M., e o que ao governo do mesmo Imperador escrevia o general Lima; o contraste das expressões revela salientemente o que acabamos de dizer, e o quanto era nobre e sumamente humano o coração de Lima, e o alcance de suas vistas políticas naquele tempo.

Ao Sr. D. Pedro I escrevia o general M.:

"Senhor. — Chegou finalmente a época em que a minha consciência principia a acusar-me ou arguir-me de não haver eu participado a V. M. a repreensível conduta do brigadeiro Francisco de Lima, que, insensível às honras com que V. M. I. o tem sobejamente distinguido (julgando em seu orgulho que talvez mais se lhe deva), tendo antes em vista seus fins particulares do que a cega

obediência às imperiais ordens, quando todas tendem unicamente ao bem geral do Brasil; que, esquecido do solene juramento de fidelidade que, quer antes, quer depois de ser nomeado para comandar a expedição de Pernambuco, deve ter prestado nas mãos de V. M. I., ousa insensato novamente cabalar e iludir o governo, deixando de cumprir ordens tão claras como positivas, pretextando dúvidas e tropeços que a cada passo o estorvam e embaraçam. Sim, Senhor, chegou o momento em que é preciso arrancar a máscara à impostura, e fazer aparecer o homem tal qual é. O brigadeiro Lima em nada tem cumprido as ordens de V. M. I.; ele não estabeleceu a comissão militar, parece que muito de propósito, para apresentar dúvidas que tivessem em resultado o demorar a posse do presidente nomeado por V. M. I., e a mim; e enquanto esperava decisões, engolfado na desmesurada ambição de mando, urdia novas tramas, escogitava novas dúvidas para de novo iludir o Ministério, entretanto que as rédeas do governo da província eram sustentadas de uma maneira tal, que os rebeldes, que a todo o momento deviam ter esperado a justa punição do seu horrendo crime, principiavam a encarar o Brigadeiro Lima, senão como seu consócio, ao menos seu patrono, seu protetor e amigo: resolvendo entretanto o Brigadeiro Lima, em seus, para mim ocultos, planos, e em seus clubes intrigar e enredar o presidente Mayrink..."

O vago e a linguagem deste documento confidencial, cujo original temos à vista, justifica o caráter de quem o escreveu, e o do General Lima e Silva. Não seria esta a linguagem dos Sejanos e Tigelinos quando aguçavam as iras de Tibério e Nero para se fartarem de sangue? O Sr. D. Pedro I foi surdo a todas estas misérias.

Vejam agora o que ao mesmo tempo escrevia o general Lima, e conjuntamente o contraste que apresenta este documento pela elevação dos sentimentos, pela humanidade e alcance de vistas políticas! Escreve uma circular ao Conselho de Estado:

"Pelos papéis oficiais estará V. Ex^a bem ao fato do que se tem passado de quanto tenho feito, tanto nesta malfadada província, como nas outras do Norte, e até mesmo na da Bahia."

"A comissão militar, tendo sido aberta imediatamente que me chegaram com o total destroço dos rebeldes; os presos que estavam no caso de ser considerados chefes da rebelião, foram já executados; e outros suspensa a execução de suas sentenças, até a decisão de Sua Majestade Imperial, por haver a mesma comissão julgado melhor demorar a execução e esperar as imperiais ordens, do que fazer repetir a cena de 1817, que se julgaram depois não serem cabeças indivíduos que já tinham sido precipitadamente fuzilados na Bahia e nesta cidade, cujos acontecimentos são aqui mui recordados por estes povos o que, junto às mais violências e despotismos inauditos que então se praticaram, criaram a obstinação que hei encontrado e causaram esta reação e ódio ao

governo, supondo talvez que eles se repetissem; era-me portanto mister desmenti-los por fatos de moderação, e germinar nestes corações endurecidos por uma educação pervertida pela lição de infernais periódicos, o amor que deviam ter à sagrada pessoa do Imperador, e a confiança no governo; e é por isso que tenho sido mais humano que severo, sem deixar de ser justiceiro, e me persuado ter alcançado algum fruto."

"V. Ex^a, como sábio e experimentado nos grandes negócios, estará bem certo quão dificultoso é classificar e punir crimes de opinião, e em negócios tão melindrosos, mediante as circunstâncias em que se tem achado o Brasil, e as vicissitudes das coisas, os diferentes caracteres com que se têm apresentado; a propugnação pela independência, os desejos da liberdade dos povos; a aluvião de escritos incendiários e subversivos da ordem, que têm posto todos os povos em desconfiança e em atitude de resistirem ao que eles chamam roubo de seus direitos individuais e de sua decantada liberdade."

Diz franca e lealmente que a comissão militar não deve continuar por ser um tribunal de horror; e que, a executar-se à letra a última carta imperial, ainda seria preciso condenar à morte mais de cem pessoas, o que não seria praticável e nem consentâneo com as pias intenções do Imperador. Pede para que os comprometidos sejam julgados pelos tribunais ordinários, que não são odiosos; e lastima a casualidade de ser composta comissão de quatro portugueses imprudentes que davam a entender o contrário, espalhando que vieram de propósito! Mostra o ponto culminante onde este odioso poderá chegar, assim como a execração em que ele é tido, pois o chamam publicamente de verdugo dos seus patrícios e o sustentáculo das vinganças dos europeus.

Requer a eleição dos deputados; aconselha uma política mais branda, medidas prudentes e enérgicas, e o maior zelo na observação da constituição; bons e honestos empregados, escritores que dirijam a opinião pública, e uma correspondência ativa e regular por meio de correios de vapor para mais estreitar os laços de amizade e comércio, e sobretudo pede inteira confiança nos altos funcionários que se mandarem para a província.

Aquele que venceu à força de armas Pernambuco, que fez parar a revolução, é o que fala desta maneira ao governo e aos seus conselheiros. Digam os homens de hoje se o regente Lima não era um homem das mais altas qualidades, um espírito vidente e digno de ocupar o lugar que posteriormente ocupou!

Acalmadas as paixões, e antes que alguns dos revoltosos escapados tomassem assento em ambas as câmaras, o nome do general Lima foi de dia em dia convertendo-se em um hino de concórdia e gratidão, porque o tempo foi pouco a pouco revelando atos de sua magnanimidade que fazem honra à espécie humana, e que serão admirados por todas as idades.

A Providência havia ligado os destinos da monarquia brasileira àquele brioso soldado por mais de um fato, e colocado nele e em seus ilustres filhos a continuação da mesma missão.

Arauto da ordem no primeiro movimento contra a integridade do Império, depois da Independência, coube-lhe a glória de amparar a monarquia mais tarde, e de ver em seu filho Luís o pacificador de quatro províncias revoltas e o general-em-chefe que mandou um contingente a Buenos Aires para destronar o governador Rosas, que em nossos dias fez reviver as loucuras de todos os tiranos da Antiguidade.

De volta de Pernambuco, e estando de semana no paço de S. Cristóvão como veador da santa Imperatriz Leopoldina, coube-lhe a honra de apresentar em seus braços à corte o Sr. D. Pedro II, que acabava de nascer em 2 de dezembro de 1825! Quem diria então que seis anos mais tarde ele o havia de proclamar imperador no Campo de Santana, no meio do povo e da tropa, e que lhe salvaria a coroa através das tempestades que passaram durante a sua regência?!

Mandado para São Paulo em 1828 como governador das armas, ali correu perigo de vida no dia 17 de outubro, quando passava revista às tropas, por se haver espalhado que fora ali mandado a fim de proclamar o absolutismo. Homens armados de bacamarte o seguiam a cada movimento de um lado e de outro, com o fim de o acabarem ali se acaso desse a menor mostra de um tal intento. Tudo se desvaneceu ao primeiro — Viva à Constituição do Império.

O que escreve este resumo biográfico do regente Lima ouviu isto da boca do muito respeitável bispo eleito Moura, no momento em que reprovava o ato e o narrava ao bispo do Rio D. José Caetano.

De fins de 1829 até 9 de dezembro de 1830 foi comandante das armas interino na corte, e novamente nomeado para São Paulo, onde não voltou por ter sido nomeado efetivo em 13 de março de 1831 para a capital e província do Rio de Janeiro, lugar que deixou no dia 7 de abril, por ter sido eleito membro da regência provisória.

Na noite de 6 de abril dirigiu-se o general Lima a São Cristóvão para solicitar do Sr. D. Pedro I algumas providências, à vista do estado em que se achavam o povo e a tropa; e ouvindo a este o firme propósito em que estava de abdicar, disse-lhe: "Pois bem, Senhor, eu parto para o Campo a unir-me com o povo e tropa, e a colocar-me à frente da revolução que se prepara, mas juro a Vossa Majestade que ela será sempre no sentido monárquico." E o imperador, dando-lhe um abraço, respondeu: "Sr. Lima, sempre o considereei como meu amigo sincero: vá, e lhe entrego o destino de meus filhos."

Voltou-se, e o general veio para o Campo até chegar o momento em que o Sr. D. Pedro mandou depositar em suas mãos o decreto de sua abdicação.

O general Lima reuniu em torno de si e de todos os amigos da Constituição, leu o decreto, e proclamou imperador do Brasil ao Sr. D. Pedro II.

Na eleição da regência permanente ninguém pretendeu o seu lugar, todas as divergências foram na nomeação dos dois outros, o que se fez sem agitação no palácio dos senadores.

Desenganado o partido republicano, descontente os que se julgavam com direito ao governo, começaram a prorromper anarquias de todas as espécies. O regente Bráulio Muniz morreu de hipertrofia do coração; e o regente Costa Carvalho, hoje marquês de Monte Alegre, não podendo suportar a pressão de seus amigos políticos, as inconseqüências da época e as exigências de novos ambiciosos, retirou-se para São Paulo, e deixou o velho general com o peso e responsabilidade do governo do Império.

As câmaras, pela fatura do ato adicional, decretaram a unidade da regência, e no dia 12 de outubro de 1836, entregou o general Lima a Diogo Antônio Feijó a regência do Império sem deixar nenhuma queixa, e sem ser acusado de um ato imprudente.

Escolhido senador pelo regente Feijó, obteve ainda mais esta prova do povo fluminense e do governo do quanto era respeitado e das lembranças de grata memória que deixara após uma regência tempestuosa, e de amargas provações. Amigos e inimigos lhe fizeram justiça, porque todos reconheceram os eminentes serviços e a constância do general Lima e Silva.

As câmaras unânimes lhe concederam uma pensão vitalícia, igual à metade do subsídio que percebia como regente. Essa pensão valeu a muitos desgraçados, consolou muitos infelizes, mormente militares velhos, porque o regente Lima era de uma generosidade a toda prova; e que o digam as vítimas de Pernambuco, as viúvas desvalidas e desgraçadas, e os próprios complicados, que acharam sempre na tênue bolsa do soldado um pão para si, seus filhos e sua família. O senador Manuel de Carvalho o confessava publicamente, dizendo que Lima tinha sido o anjo consolador de todos os seus desgraçados companheiros, e o seu também.

Retirado à vida doméstica, e testemunhando os acontecimentos posteriores, as mudanças de idéias, as acusações feitas ao passado por alguns proteus políticos, resolveu-se a escrever umas memórias a fim de que a posteridade não ficasse enganada; e dizia ele, que fora o tempo mais agradável da sua vida aquele em que se ocupou com este escrito.

Uma vez passeando ele pelas salas do paço da cidade com o que escreve estas linhas, e olhando para o retrato da Senhora D. Maria I, que estava no gabinete do despacho da regência, exclamou: "Ah! Sr... se este retratado falasse, se ele contasse o que ouvira neste gabinete quando se quis vender a coroa imperial e mandar o imperador estudar a arte de governar nos Estados Unidos, muita gente fugiria desta casa e nunca mais aqui apareceria. Eu e os outros que salvamos a monarquia, aqui andamos a admirar estes senhores, que passeiam como se nunca nada houvera: a influência política é como a moda, que muda com os tempos."

O homem que ocupou os mais altos empregos do estado, que teve em suas mãos os destinos do Império, que, senhor de uma revolução, tinha por si a tropa e o povo, morreu pobre e foi enterrado pela irmandade da Cruz dos Militares. Seus ilustres filhos viram nesta forma de enterro mais um brasão de família e um documento indeclinável da probidade daquele que deixou a regência muito mais pobre do que quando para ela entrara, porque uma parte dessa pensão do estado também foi distribuída para a amortização de suas dívidas.

No dia 2 de dezembro de 1853, no momento em que descia para o paço o Sr. D. Pedro II, deu a alma a Deus, aquele que o havia... anos antes sustentado em seus braços, e no dia 7 de abril de 1831 segurado em sua fronte infantil esse diadema americano que começa lançar seu brilho por todo o mundo.

O regente Lima tinha um amor particular ao Senhor D. Pedro II, tinha-lhe uma afeição paternal. Contar-se-lhe os progressos intelectuais do imperador, suas boas ações, era uma delícia indizível para ele; e logo acudia cheio de ufanias: "Aqui, aqui nestes braços o apresentei à corte no dia do seu nascimento; com esta boca o aclamei no campo de Santana, e com este coração leal fiz tudo quanto devia para conservar-lhe a coroa."

Nos despachos que houveram pela sagração, foi nomeado barão da Barra Grande, sem grandeza. Julgou de sua dignidade não aceitar, e morrer com o título de regente do Império. Os indivíduos que aconselharam este proceder ao governo devem hoje gemer, pensando que sobre ele recai somente tão grande ingratidão, e a responsabilidade de quererem rebaixar o velho general, o pio herói de Pernambuco, o primeiro regente do Império, com um título que o colocava abaixo de seus sucessores no governo, e de quem trazia ao peito a grã-cruz do Cruzeiro, e a medalha de ouro dos que pugnaram pela integridade do Império.

Era o regente Lima um homem de mediana estatura, de proporções fortes, de uma fisionomia austera e de um olhar firme, mas bondoso. No seu trato familiar era de uma urbanidade tal e de uma modéstia que cativava a todos.

A sua conversação era variada, cheia de fatos, de anedotas interessantes e de formas muitas vezes originais; mas em tudo isto descobria-se sempre o soldado, mas o soldado ilustrado por um longo e meditado estudo das cousas humanas. Às vezes encarando os acontecimentos pátrios, resumia-os por admiráveis sentenças que tinham o cunho da simplicidade na forma, da intensidade na matéria, e da modéstia que lhe era natural.

O que escreve este bosquejo passageiro da vida de um benemérito da pátria, contrai por amor da mesma pátria o dever de escrever mais de espaço a biografia de um varão, cujo nome deve ser caríssimo a todos os que vêm na monarquia o princípio de nossa estabilidade e grandeza, e o elemento mais seguro para a ordem e prosperidade do Império do Brasil.

Os que passaram pelos dias tempestuosos da menoridade reconheceram a verdade do grande princípio, e os serviços prestados ao Brasil pelo general Francisco de Lima e Silva.

VISCONDE DO RIO BONITO



Nos países livres, onde o sistema representativo não é formalidade exterior ou rebuço do despotismo, e sim a manifestação verdadeira da inteligência e vontade popular, exerce o comércio grande e natural influência, já pelo trato quotidiano em que vive com todas as outras classes, já pelas repetidas ocasiões que tem de prestar-lhes serviços, já porque adquire uma posição de abastança e de independência, a *aurea mediocritas*, que é considerada pelos filósofos como a situação mais feliz sobre a Terra.

Habitado ao trabalho e à economia, com o espírito de ordem e de regularidade, procurando no seio da família o descanso e a compensação das fadigas diurnas, apreciando os homens e as cousas sem o prisma das paixões

políticas, o negociante tem sido, nesta corte, um tipo de moralidade e dedicação à ordem pública, e de abnegação e modéstia.

Praticando as mais raras virtudes cívicas, pensa que cumpre deveres ordinários e comuns: a única ambição a que aspira, é a de ser tido na conta de homem de bem e de cidadão prestimoso e desinteressado.

Esta foi a classe em que nasceu **João Pereira Darrigue Faro**; esta foi a escola em que se doutrinou desde a infância; esta foi a tradição que recebeu, continuou e legou a seus filhos.

Seu pai, o negociante Joaquim José Pereira de Faro, tinha conquistado no comércio franco e na lavoura uma bela fortuna, e o que é melhor, o título de honrado e cavalheiro. Aliado aos homens de verdadeiro patriotismo, que cuidavam dos negócios públicos por bem do país e não por interesse de posição ou de família, aquele negociante concorreu com a sua influência e cabedais para os melhores atos da existência do Brasil. Na época em que o espírito público reagiu os planos imprudentes de uma política que ofendia não só a liberdade constitucional, mas ainda os instintos nacionais, o velho negociante Faro foi respeitado pelos partidos atenta a franqueza e retidão com que, apesar de nascido em Portugal, aconselhou a seus filhos que acompanhassem a oposição e ser-lhe logo o comando do Batalhão da Candelária e os de Santa Rita, de onde passou depois a chefe de legião e preencheu muitas vezes as funções de comandante superior.

O sangue-frio e dedicação, a energia e ao mesmo tempo moderação, com que o jovem comandante se houve na repressão dos tumultos e cenas desordenadas que diariamente abalavam a tranquilidade desta corte, foram recompensados pela estima de seus concidadãos, e pelo reconhecimento do governo. Daí datam muitas das relações, que João Faro conservou até a sua morte, com os homens importantes daquela quadra, com os Srs. Costa Carvalho, Honório, Vergueiro, Torres e outros. Quando um dos mais ilustres cidadãos que teve o Brasil e de que se ufanaria qualquer país do mundo, quando Feijó veio preso de S. Paulo para esta corte depois da revolução de 1842, a primeira pessoa que o procurou foi João Faro, e ofereceu-lhe tudo o de que precisasse.

Não era então o regente, não era então o ministro que no mais intenso da anarquia soubera fazer predominar a paz e o respeito às instituições: era o cidadão perseguido, era o homem de sentimentos que se diziam perigosos, era o chefe que tomara, por nobreza d'alma, a responsabilidade de uma revolução a quem só aderira quando a viu perdida. Também quando o velho Feijó deu com os olhos em João Faro, subindo ao navio que lhe servia de cárcere, voltou-se para um oficial que estava a bordo e lhe disse estas palavras: "Pai e filho, sempre os mesmos! O pai comprometeu-se por Vergueiro, o filho se compromete por mim."

O governo, também pelo seu lado, o considerava sempre. Assim, o chamou para a comissão mista brasileira e portuguesa, para a direção dos teatros, para a comissão espinhosa da distribuição de ações da estrada de ferro, para 1º vice-presidente do Banco do Brasil, 1º vice-presidente do Tribunal do Comércio, etc.

Considerado sempre por seus concidadãos, João Faro foi eleitor constantemente, membro da Câmara Municipal da corte e deputado provincial em várias legislaturas. Se não teve um assento na Câmara dos Deputados, sabe-se que foi isso devido à sua abnegação e modéstia, porque gozando de uma grande influência, preferia servir-se dela para elevar os seus amigos e os homens que lhe pareciam aptos para os cargos públicos.

A posição política em que mais francamente se revelou o mérito de João Faro foi a vice-presidência da província do Rio de Janeiro. Quatro vezes sucessivas desde 1850 exerceu ele esse cargo, e com tanta probidade, aptidão e bom senso que, sem distinção de opiniões políticas, vissem a causa do Brasil, sua pátria, causa que ele também adotava de coração. Mais tarde o partido moderado, reconhecendo essa nobreza de sentimentos, aceitou o concurso da família Faro, teve nela um apoio constante e sempre desinteressado, distinguiu-a, dando a seu chefe na eleição a que se procedeu em 1833 para senadores pelo Rio um lugar na lista tríplice, ao lado de Diogo Antônio Feijó e de Antônio José do Amaral.

A estas qualidades de cidadão, herdada de seu pai, João Faro reunia um caráter simpático, de grande amabilidade, que lhe granjeou amigos verdadeiros em todas as classes da sociedade. Tinha também uma virtude, que lhe inspirava sua digna mãe, a Sr^a D. Ana Rita de Faro, era o amor dos pobres e desgraçados. Homem lhano, que vivia sem ostentação apesar de sua riqueza, se ele distinguia o poderoso e o rico do infeliz e do pobre era para estender a sua mão com mais cordialidade a estes.

João Faro nasceu a 9 de julho de 1803. Nessa época a educação literária no Rio de Janeiro era minguada de recursos. Destinado para a mesma profissão de seu pai, recebeu a instrução comum e depois seguiu o curso completo da Aula do Comércio. Como se lhe percebesse logo a aptidão que depois mostrou em várias comissões administrativas, foi aproveitado para o antigo Banco do Brasil, onde prestou serviços até a liquidação desse estabelecimento e adquiriu uma prática que lhe foi sumamente proveitosa.

Na época da Independência, o Sr. D. Pedro I querendo ter em torno de si os filhos das principais famílias, criou a guarda de honra. Fazendo parte dela João Faro, foi promovido desde o posto de alferes até o de major, e mereceu ser escolhido para comandar o piquete que em 1826 acompanhou o Imperador na sua viagem à Bahia. O seu zelo no serviço, a delicadeza de suas maneiras, os sacrifícios de fortuna que fazia para corresponder à confiança imperial, lhe

granjearam a estima de D. Pedro, que o condecorou com o hábito do Cruzeiro, com o hábito e depois comendada de Cristo, e com o da Rosa à chegada da imperatriz a Senhora D. Amélia.

Não era porém o desejo de obter distinções desta ordem que o movia a prestar-se ao serviço público. Quando, no tempo da regência, se criou a Guarda Nacional, que era destinada a uma vida de lutas contínuas para manter a ordem contra a anarquia da exaltação e contra os conspiradores ambiciosos, João Faro ofereceu-se a prestar o serviço de simples guarda; mas o governo, que o apreciava devidamente, confiada a província o aplaudiu, as assembléias provinciais o felicitaram, o governo imperial o distinguiu e o corpo eleitoral deu-lhe a mais significativa demonstração de reconhecimento. Procedendo-se a uma eleição de senador, quando João Faro se achava fora da administração, foi ele o mais votado pela província para uma lista onde figurava o nome do Sr. Eusébio de Queirós, o homem então de mais prestígio no partido conservador.

Como negociante, era proverbial a sua probidade e cavalheirismo. Nunca perseguiu, nunca vexou. Preferia perder nos seus interesses para não publicar as vilanias de que fosse vítima. Também a estima de que gozava na praça se patentou na primeira eleição para diretores do Banco do Brasil, tendo obtido no primeiro escrutínio maioria absoluta dos sufrágios. Igual demonstração teve quando se fizeram as primeiras eleições para deputados ao Tribunal do Comércio. Era além disso consultado e ouvido por todos os negociantes, como um homem de sã razão e de escrupulosa retidão.

O chefe da nação deu-lhe também grandes provas de seu apreço: nomeou-o veador de S. M. a Imperatriz e conferiu-lhe o título de Barão do Rio Bonito, título como que falecera seu pai o Sr. Joaquim Faro. Pouco depois o barão do Rio Bonito foi elevado a visconde do mesmo nome.

Possuindo, por herança de seu pai, fazendas de café no município de Valença, mostrava-se lavrador inteligente, introduzindo ali notáveis melhoramentos e amenizando a sorte de seus escravos, que o amavam como a um pai. A primeira estrada importante da província do Rio, de traço regular, pela qual puderam transpor a serra grandes carros para condução de gêneros e passageiros, foi empreendida de acordo e com o concurso de João Faro, que deu o maior impulso. Falo da estrada do Presidente Pedreira, que honra ao presidente que a aprovou, e aos fazendeiros (entre os quais, José Clemente, João de Faro, Ezequiel Padilha, Camilo Faro e outros), que a dirigiram e levaram a efeito.

Há ainda uma face do caráter do visconde do Rio Bonito que merece atenção: a sua dedicação aos estabelecimentos pios. Quanto não lhe deve a Santa Casa de Misericórdia! Como escrivão do Hospício de Pedro II, quanto não concorreu para se levar ao cabo essa obra de verdadeira piedade! Como provedor do asilo

de Santa Leopoldina em Niterói, a ele se pode atribuir em grande parte a criação e estabilidade dessa instituição!

Quando contava 53 anos e 4 meses de vida, faleceu aos 11 de novembro de 1856.

Este ligeiro artigo, recordando as virtudes domésticas de João Faro. Filho, marido, irmão e pai extremoso, tributava um respeito religioso à sua velha mãe, rodeando-a da consideração de todos os seus amigos; amou à sua mulher e amava a seus filhos com uma ternura admirável; votava amizade profunda a seus irmãos e merecia deles confiança ilimitada, servindo de pai a todos os seus sobrinhos e mostrando o maior desinteresse, sempre que tinha de entrar com eles em qualquer partilha de bens.

NICOLAU PEREIRA DE CAMPOS VERGUEIRO



A vida deste varão ilustre é uma das mais importantes entre todas que têm avultado no Império do Brasil. Este nome já era conhecido na revolução constitucional de 1820, que tinha abalado todo o Império português, e se foi engrandecendo todos os anos à proporção que as idéias liberais iam triunfando da rotina, e dos princípios velhos de opressão.

Desde que tomou assento nas Cortes portuguesas, como deputado pelo Brasil, até hoje, o Senador Vergueiro tem sido fiel e firme às convicções liberais moderadas. A inconstância dos interesses, a modificação que o tempo imprime sobre quase todos os homens e até sobre as próprias coisas, não arrefeceram seu ânimo robusto na defesa das máximas constitucionais.

Nunca foi surpreendido em contradição política, nem tampouco em divergência com o passado. Firmou-se no Partido Liberal por espontânea tendência, progrediu com ele, e sofreu resignado nos dias infelizes.

Sempre que subiu as escadas do poder, foi por provocações de seus correligionários e exigências da situação, e não por solicitações suas. Pode-se dizer com toda a franqueza que o Senador Vergueiro não possui o vaidoso amor do poder. Por mais salientes que tenham sido os postos de honra e governança que ocupou, não serviram para a prosperidade de seus parentes. O nepotismo não anuviou seu governo, de justiça e abnegação.

Dotado de um espírito ilustrado e tenaz, de uma vontade robusta, e lógico no governo, jamais voltou o rosto à verdade e à desgraça, não desanimou aos amigos, não ofendeu aos adversários, não provocou excessos, ainda nos períodos mais críticos. Nos grandes conflitos consultava sua consciência como a um juiz infalível; a decisão dela equivalia à ação.

Na vida pública tem sido um exemplo de fidelidade, na vida privada um belo modelo de cidadão e pai de família.

Eis os contornos gerais de sua bela fisionomia moral; entremos nos fatos históricos, não para traçar sua biografia, que só mais remota posteridade escreverá como cumpre, porém simplesmente uma breve notícia, que sirva para atestar que tão avultado é o seu mérito que, sendo ainda vivo, nem por isso é esquecido.

Nicolau Pereira de Campos Vergueiro nasceu em 20 de dezembro de 1778, na freguesia de S. Vicente Ferrer, no lugar de Valporto, termo naquela data da cidade de Bragança, no reino de Portugal.

Em 1801 formou-se na Universidade de Coimbra bacharel em direito civil. Passou no ano seguinte a residir na província de São Paulo, onde exerceu a advocacia, e ali casou com D. Maria Angélica de Vasconcelos, filha do capitão José Andrade de Vasconcelos.

Menos afeiçoado às chicanas do foro do que dedicado ao serviço da sua pátria adotiva, e obedecendo tanto aos próprios desejos, como ao exemplo de seus maiores, consagrou o seu tempo aos melhoramentos agrícolas; e para executá-los, deixou a banca e foi residir no sertão Piracicaba, onde a sua influência inteligente produziu em pouco tempo notável desenvolvimento na pequena indústria que ali então se mantinha.

Em 1821, rebentando a revolução em São Paulo, foi inopinadamente nomeado membro do governo provisório; e apesar da pouca afeição que votava aos cargos públicos, aceitou aquele, dizendo: "Não sei como sairei: mas embora fique mal com todos, hei de ficar bem com a minha consciência."

Seguindo-se logo depois as eleições para as Cortes constituintes de Lisboa, foi nomeado espontaneamente deputado, contra o voto do Dr. José Bonifácio de Andrada, vice-presidente do governo provisório, que na mesa eleitoral disse-lhe

mostrando a sua cédula: "Sou franco, não voto no senhor, porque faz muita falta ao governo."

Partiu no entanto o novo deputado para Lisboa, onde chegou em fevereiro de 1822, encontrando a notícia dos decretos que mandavam regressar o príncipe regente, e aboliam os tribunais do Rio de Janeiro.

Constando então a impressão desagradável que esses atos do poder haviam causado no Brasil, nomearam as Cortes para syndicar do seu alcance a uma comissão mista de doze membros, em cujo número entrou o Sr. Vergueiro.

Como membro dessa — comissão política dos negócios do Brasil, — provou o Sr. Vergueiro o quanto lhe fervia na alma o afeto generoso que consagrava ao Brasil.

Apreciador e juiz imparcial dos fatos, escreveu sobre eles um voto em separado, que se denominou justamente — a proclamação mais enérgica da independência do Brasil.

Achando-se fora de Lisboa foi convidado pelo secretário das Cortes para assinar a constituição, e respondeu por escrito que "quando estivesse presente, a não assinaria, por não serem nela atendidos os interesses da nação constituída".

Voltando ao Rio de Janeiro, tomou assento na Assembléa Constituinte que funcionava, e ali defendeu, como o fizera nas Cortes lis-bonenses, a causa do país novo, que devia medrar sob o auspício da liberdade constitucional, que a opinião menos propecta do povo começava a preferir ao jugo rotineiro das praxes e das doutrinas do absolutismo.

Em 12 de novembro de 1823, dissolvida a Assembléa Constituinte, e invadida a casa dos trabalhos legislativos, foi o Sr. Vergueiro preso com outros representantes e conduzido à fortaleza de Santa Cruz, onde se achavam os Srs. José Bonifácio de Andrada, e vigário Belchior, ilustres sócios de seu martiriológio, que uma semana depois viu arrastar ao degredo entre outros encarcerados.

Solto, o Sr. Vergueiro regressou talvez com mais ardor ao pacífico remanso onde a sorte ainda não permitiu que corressem calmos os seus dias.

Eleito deputado nas subseqüentes eleições, e proposto senador pelas províncias de S. Paulo e Minas Gerais, tomou assento no ano de 1826 na câmara eletiva e nela continuou no seguinte, distinguindo-se com assiduidade nos importantes debates que ali foram encetados.

Em 1828, tendo apenas assistido à primeira sessão preparatória, foi atacado de uma violenta febre cerebral que pondo em risco a sua existência como que

tornou mais evidente o seu mérito sendo, enfermo como estava, escolhido senador sob nova proposta da província de Minas Gerais.

Em 1830, sofrendo ainda os efeitos da moléstia que o prostrara, foi o Sr. Vergueiro chamado a formar o novo gabinete, encargo que aceitou convidando para as diferentes pastas aqueles de seus amigos de cujo devotamento e patriotismo mais esperava, na época turva em que assumiam o poder.

Na revolução de 1831, tendo o Sr. Vergueiro ficado no Rio de Janeiro durante as férias parlamentares, foi um dos signatários de uma representação enviada ao governo por 24 deputados, sobre as necessidades urgentes da situação.

Progredindo porém a onda revolucionária apareceu no dia 6 de abril a demissão do Ministério seguida da relação dos novos ministros, da suspensão de garantias, e de ordens de prisão em que figurava o seu nome.

No dia seguinte em face do novo gabinete, que nada empreendia a bem da tranquilidade pública, reuniram-se os revoltosos no Campo da Aclamação, e ali pediram em massa a reintegração do ministério demitido.

Apesar de aceita a substituição dos ministros, e declarando-se que o Sr. Vergueiro seria incumbido dessa tarefa, não diminuiu a efervescência do povo ao qual começavam a reunir-se alguns corpos de linha.

Seguiu-se a abdicação do Imperador, tendo sido demitido o novo gabinete com exceção do Sr. marquês de Inhambupe.

Houve então uma reunião em assembléia geral dos deputados e senadores existentes na corte, que concordaram na nomeação de uma regência provisória para a qual foi eleito o Sr. Vergueiro com mais dois membros.

Nessa posição suprema o já encanecido servidor do estado não desmentiu os precedentes honrosos de seu belo caráter, mantendo a ordem e semeando a paz em uma quadra tão melindrosa.

Em 1833, apesar do mau estado de sua saúde, entrou no Ministério do Império, e serviu interinamente no da Fazenda.

Em 1835, sofreu uma gravíssima moléstia do coração cujos estragos nunca mais pôde sanar.

Em 1837, foi nomeado diretor do curso jurídico de S. Paulo, cargo que por prazer exerceu até 1842, tendo antes pedido, por enfermo, ser dele dispensado.

Em 1840, discutindo-se a grave questão da maioria votou a favor dela como necessidade irrecusável, e em 1841 por ocasião da coroação do Sr. D. Pedro II, foi agraciado com a grã-cruz do Cruzeiro.

Em 1842, um desgosto profundo veio ferir inesperadamente o honesto e leal representante do partido liberal do país. Abafada a revolução de S. Paulo, era mister responsabilizar por ela a alguém, e contra toda a expectativa recaiu a escolha no cidadão pacífico, que jamais pretendia firmar com o sangue e o fogo os princípios políticos que abraçava e sustentara na tribuna.

O Senado porém julgou improcedente esse processo, em que em vão se procurava lançar um labéu desairoso sobre um benemérito do país.

Em 1847, ocupando provisoriamente a pasta da Justiça, fê-lo por mais tempo do que esperava, do que resultou-lhe novo acesso de febre cerebral que quase o deixou sem vida.

Aqui se pode considerar terminada a aura política do Sr. Vergueiro, pois, se ainda hoje, como senador, eleva a voz trêmula no mesmo recinto em que colheu as palmas de orador, é para pugnar pelos interesses da colonização do país, a cujo estudo e desenvolvimento há longos anos se dedica, colhendo lisonjeiros frutos dessa pertinácia na prosperidade da colônia que tem estabelecida em suas terras, na província de S. Paulo.

Contando atualmente oitenta anos de idade, o Sr. Vergueiro aparece aos olhos da geração presente como um vulto grandioso do cidadão probo e honesto, do estadista íntegro, e do representante fiel de um partido que se ufana de o ter por decano.

BERNARDO PEREIRA DE VASCONCELOS



Bernardo Pereira de Vasconcelos, um dos maiores vultos da história contemporânea brasileira, nasceu na antiga Vila Rica, hoje cidade de Ouro Preto, em 27 de agosto de 1795. Foram seus pais o Dr. Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos, e D. Maria do Carmo Barradas; seus avós maternos o Dr. João de Sousa Barradas e D. Jacinta Maria da Fonseca Tavoreda e Silva; seus avós paternos o coronel Jerônimo Pereira de Vasconcelos e D. Ana Jacinta da Natividade.

Dotado de viva compreensão, foi por seus pais destinado desde logo à carreira dos estudos, e mandado para Portugal aos 12 anos de idade, para, sob direção de pessoas de alta posição da sua família portuguesa, aproveitar as lições mais apuradas decerto nas aulas da metrópole do que o podiam ser nas da colônia.

Corria infelizmente o ano de 1807: os acontecimentos políticos embaraçaram a realização da intenções paternas. O navio que levava o menino brasileiro foi aprisionado e dirigido para a Inglaterra; Portugal estava então ocupado pelas

armas da França, e a França estava nas suas grandes guerras com a pátria de Pitt, ou antes com a Europa inteira.

Da Inglaterra teve de regressar para o Brasil, e de aqui concluir os estudos preparatórios. Seguindo outra vez para Portugal em 1813, matriculou-se nas aulas de direito da Universidade de Coimbra, frequentando-as com a maior distinção, e saindo enfim em 1818 com o grau de bacharel formado.

Na companhia de seus tios, o conselheiro do Estado Fernando Luís de Sousa Cardoso e Silva e Dr. Bernardo de Sousa Barradas, conservou-se um ano em Lisboa, para completar os seus estudos jurídicos: só em 1820 regressou à pátria.

Consagrou-se à profissão de advogado: mas tão abundantes naquela época não eram os homens de estudo, que fosse possível ao jovem legista seguir a sua vocação para essa profissão; foi logo despachado juiz de fora de Guaratinguetá, na província de S. Paulo. Daí, de volta para Ouro Preto, obteve a nomeação de desembargador da Relação do Maranhão.

A este tempo agitava-se o país: a revolução da Independência, a convocação da Constituinte, seus debates, suas lutas, sua dissolução, tinham-se sucedido, sem que ao distinto jovem coubesse nesses primeiros ensaios da vida política do país grande papel. Proclamada porém a constituição, convocada a primeira assembléia legislativa, Bernardo Pereira de Vasconcelos, eleito entre os representantes da província de Minas, veio sentar-se nesse recinto de que não devia mais arredar-se, sem embargo de todas as vicissitudes dos tempos, até que fosse ocupar a cadeira vitalícia de senador.

Então começou a vida pública desse homem, cuja falta ainda hoje todos lamentam.

Bom senso nesse grau tão apurado que é quase gênio, amor ao estudo, facilidade de concentrar-se na mais profunda atenção, força de iniciativa para descobrir a solução das complicações, vastidão de conhecimentos, sempre aumentada por indefesso estudo de todas as horas, tornaram esse homem o que os contemporâneos presenciaram, o que a posteridade, consultando os monumentos das nossas leis, os anais do nosso parlamento, os registros do nosso conselho de estado, há de por certo admirar.

Para isso tudo concorreu: até a sua saúde deteriorando-se, pregando-o à cadeira e ao leito por fatal paralisia, como que o obrigava a concentrar a vida nas faculdades intelectuais, e lhe não deixava por única distração as dores constantes, por única ocupação, senão o estudo, a leitura refletida dos melhores livros, a conversa familiar e instrutiva. Sempre afável, Vasconcelos abria todas as noites a sua sala a quem quer que o procurasse; com a mais prazenteira amabilidade, sem que nunca esmagasse os outros com a sua

superioridade intelectual, punha a conversação na altura da inteligência dos que com ele estavam, e sabia destarte aproveitar todos os conhecimentos que cada qual podia ter, em qualquer especialidade.

Com esses dotes entrando na vida pública, Vasconcelos alistou-se necessariamente entre esses deputados brasileiros e liberais que, em oposição ao governo, procuravam dar ao país a verdade do regime constitucional, e as instituições prometidas pela constituição. No meio das patrióticas aspirações que então se multiplicavam, poucos eram os homens práticos, poucos os que aos princípios e às teorias podiam acrescentar conhecimentos positivos de administração e de governo. Entre esses poucos, Vasconcelos era um dos mais notáveis e nos trabalhos dessas câmaras que nos deram a organização superior do Tesouro, da Caixa da Amortização, do Supremo Tribunal de Justiça, das câmaras municipais, que enfim organizaram o país tão recentemente constituído em nação, ampla participação teve ele.

D. Pedro o chamou logo em 1828 para o Ministério; mas então o regime parlamentar não era compreendido no país; entendia-se que o deputado liberal devia condenar-se eternamente à posição de adversário do governo, nunca aceitar o poder. Por deferência aos seus amigos políticos, Vasconcelos teve de curvar-se a essa doutrina, e de repelir o convite da coroa. A luta assim travada, a questão política assim entendida, não podia ter desfecho senão em uma revolução; ela apareceu.

Nem se julgue que se aceitasse o poder, quando a ele chamado, Vasconcelos teria salvado o país; primeiro, era mais do que certo que a corte o não receberia nas condições legítimas de ministro parlamentar; em segundo lugar, com todo o seu prestígio e todo o seu talento, é mais do que provável que Vasconcelos, ministro nessa época, sem dominar a torrente, teria sido abandonado pelos amigos, considerado trãnsfuga da causa popular. Cumpria pois deixar que o tempo trouxesse as suas grandes lições, e provasse aos liberais que a oposição não é senão o combate para triunfo de uma idéia, triunfo que se efetua no dia em que é ela chamada ao poder.

Pela revolução de 7 de abril de 1831, os liberais vencedores aceitaram enfim a posição que desde 1828, D. Pedro lhes havia oferecido. Mas então estavam soltas as paixões revolucionárias, a agitação armada, o motim da soldadesca, as pretensões exageradas do entusiasmo punham o país em quotidiano perigo.

Vasconcelos foi ministro da Fazenda do primeiro ministério liberal. As finanças então achavam-se no grau maior de descrédito e de ruína, agravado ainda pelo efeito natural da revolução, pela intimidação permanente do motim. Mal compreendemos hoje os serviços prestados por esse ministério de 1831, que teve de lutar, no meio da dissolução de todos os elementos do governo, com todos os germes de dissolução social. Reprimir o motim nas ruas, dissolver a

soldadesca, manter a ordem pública, restaurar a força moral do governo, até então universalmente considerado como o inimigo da sociedade, conservar unidas as províncias que os sonhos federalistas arrastavam, fazer frente às despesas do serviço público, manter ileso o crédito nacional, lutar contra a invasão da moeda falsa de cobre, a par da moeda depreciada de um banco mais do que roubado e falido... Honra e glória aos homens de então! honra e glória ao patriotismo e à devolução dos brasileiros! tudo isso se conseguiu, e a posteridade reservará belo quinhão nos seus agradecimentos a esses que lhe salvaram a pátria.

Em 1832 foi dissolvido esse Ministério.

Em 1833 estava Vasconcelos em Ouro Preto, quando aí rebentou uma revolta contra a autoridade do presidente da província que era então o desembargador Manuel Inácio de Melo e Sousa, hoje barão do Pontal. No meio dos gravíssimos indícios que a haviam anunciado, achando-se o presidente ausente da capital, assumiu Vasconcelos, na qualidade de 1º vice-presidente, as rédeas da governança; era uma posição de perigo e de sacrifício; Vasconcelos não tinha a prudência egoistística que nessas horas abandona o país, e tergiversa com o dever: cumpria sufocar o motim. Infelizmente a dedicação do homem não bastava, eram necessários recursos e não houve tempo de reuni-los: os insurgentes haviam combinado o seu plano com tanta sagacidade, que a autoridade só no último momento prevenida, não pôde contê-los. Vasconcelos foi por eles preso.

Conseguindo porém evadir-se aos sediciosos, apresentou-se na cidade de S. João del-Rei, aí organizou o governo e a tarefa, chamou às armas os mineiros, e dentro de poucos dias forças consideráveis marchavam contra o dominadores da capital. A revolta não se pôde manter, e o presidente chamado, instado por Vasconcelos, para vir tomar conta do seu lugar, pôde fazê-lo livre de todo o perigo, sendo aliás coadjuvado, nas medidas que posteriormente teve de tomar, pela influência e conselho do grande estadista.

Em 1834 tinha a câmara sido reunida com os poderes necessários para reformar a Constituição, e realizar essa promessa, que fora como o ponto de transação entre todas as frações liberais, senhoras do país depois de 1831. A dificuldade porém dessa obra constituía uma das maiores complicações do momento: Vasconcelos foi dela encarregado: infelizmente ao seu trabalho fizeram-se emendas, contra as quais muitas vezes reclamou perante os seus amigos e aliados políticos, emendas que tornaram defeituosa essa reforma, hoje ato adicional, e que exigiram alguns anos depois a sua interpretação.

Em 1835 membro da primeira assembléia provincial mineira, compreendeu ele que cumpria mostrar praticamente a bondade dessa instituição, e o muito que com ela podia ganhar a administração das províncias; meditando pois sobre as

necessidades de melhoramentos apresentou acerca das estradas e do ensino público projetos cuja adoção marcou uma verdadeira época de progresso, e a que se prende tudo quanto de melhor tem-se posteriormente feito nesse sentido.

As circunstâncias políticas entretanto se modificavam; o falecimento do Sr. D. Pedro I, que fazia perder todas as esperanças, e portanto todos os receios de uma restauração, a votação do Ato Adicional tinham trazido a distensão dos espíritos, tanto tempo empenhados nas lutas políticas, e com ela novas necessidades para a governança: cumpria organizar, todos o sentiam, e proclamavam; mas como, em que sentido? e quem poria peito a essa reorganização?

Separado dos seus antigos aliados políticos, Vasconcelos tomou a frente da oposição que então se apresentava ao governo do regente Feijó. As sessões de 1836 e de 1837 o viram constantemente na tribuna, instando com esse governo para que apresentasse os remédios que julgava necessários aos males, que ele próprio denunciava, e que todavia ele próprio agravava. Por fim, ao invés de modificar o seu governo, o regente preferiu renunciar ao alto cargo que ocupava entregando-o ao senador Pedro de Araújo Lima, hoje marquês de Olinda. Vasconcelos tomou então a pasta da Justiça e interinamente a do Império. Foi o Ministério de 19 de setembro.

Não é aqui lugar oportuno para apreciar a ação e influência desse tão falado Ministério: o que ninguém contestará, é que se lhe deve triunfo do regime parlamentar, o reconhecimento da condição de solidariedade no gabinete, do apoio das maiorias, da disciplina das discussões. Não é menos certo que as idéias monárquicas, tanto tempo obliteradas, começaram a ressurgir nos espíritos, e em públicas e oficiais demonstrações.

Foi nesse tempo, e no meio desses cuidados que Vasconcelos, que queria dar impulso aos estudos no Brasil, fundou o colégio Pedro II e decretou a existência de outros estabelecimentos de instrução, que não chegaram infelizmente a realizar-se, talvez por falta de cooperadores.

Dissolvido o Ministério de 19 de setembro, outros lhe sucederam, durante os quais o prestígio do poder regencial foi-se aluindo.

Em 1840, quando já a revolução da maioria estava senhora do triunfo, Vasconcelos, que estava retirado dos conselhos e da influência no governo, foi chamado para junto do regente. O movimento já ia muito adiantado; Vasconcelos não o pôde conter. Algumas horas depois da sua entrada para o gabinete, havia ele triunfado. Aí corre impresso um manifesto em que o distinto estadista expõe circunstanciadamente o que então ocorreu, quais as vistas e intenções do governo, qual o sentido de seus atos, e porque foram malogrados.

No seu ministério, Vasconcelos havia preparado o imenso trabalho da reforma do código do processo. Interrompida a discussão desse projeto, que ele como senador havia oferecido em 1839, continuou depois em 1841 sob os auspícios do ministro da Justiça, Paulino José Soares de Sousa, hoje visconde de Uruguai. Esse foi de todos quantos debates têm ocupado o nosso parlamento o mais aturado, e o mais completo; para a glória de Vasconcelos bastaria a parte que nele tomou. Adotado enfim pelas câmaras é a Lei de 3 de dezembro de 1841.

Coube-lhe igualmente a glória de sustentar, e de fazer passar o projeto, também por ele elaborado, da criação do Conselho de Estado.

Não menos se lhe devem os estudos que prepararam o projeto de lei das terras; embora por outrem oferecido à atenção das câmaras, ninguém há que ignore a parte que na sua elaboração, como na sua sustentação, coube ao distinto estadista.

Depois da criação do Conselho de Estado, Vasconcelos, nomeado conselheiro ordinário, prestou sempre o mais acurado apoio à administração do país, ainda com ministérios que lhe eram infensos; o conselheiro de estado punha de lado a política, para esclarecer com a sua vasta inteligência as questões administrativas, e conseguir o bem do país, ainda quando feito por mãos de adversários seus. Pode-se quase que sem hipérbole afirmar que enquanto foi vivo, Vasconcelos foi o Conselho do Estado.

Se não faltaram calúnias à sua vida, não lhe faltaram também aplausos e galardões.

Ministro duas vezes, deputado em todas as legislaturas até que em 1838 entrasse para o Senado, conselheiro de Estado desde a fundação, condecorado em 1849 com a grã-cruz do Cruzeiro, havia anteriormente recebido de S. M., o rei dos franceses, a grã-cruz da Legião de Honra, por ter sido o plenipotenciário brasileiro no tratado matrimonial da Sra. princesa D. Francisca com o Sr. príncipe de Joinville.

Nos últimos anos da sua existência, a paralisia que o atormentava foi tomando um caráter mais greve, sem todavia conseguir quebrar a serenidade de seu espírito, a atividade do seu amor ao estudo, e do seu zelo pelo país.

Ouvindo-o, iludido pelo vigor desse espírito, ninguém podia fazer idéia da fraqueza, do sofrimento desse corpo. Só os seus íntimos conheciam, vendo o progresso dos estragos da horrível enfermidade, que essa imensa luz do gênio estava para apagar-se com a ruína desse corpo.

Entretanto não foi a paralisia. Em 1850 a febre amarela que dizimava o Brasil, e que parecia escolher as suas vítimas nas eminências sociais, acometeu-o... e em 1º de maio a cidade do Rio de Janeiro, coberta de luto, as câmaras que já

tenham sofrido tantos golpes dolorosos, ouviram a notícia fatal: "Bernardo Pereira de Vasconcelos já não existe".

Seu corpo jaz no cemitério de S. Francisco de Paula; seu nome na História, e na recordação dos brasileiros. Homem político, Vasconcelos ainda não tem herdeiros.

Às vezes nós que o conhecemos, e fomos honrados com a sua intimidade, nos perguntamos, o que teria sido dos acontecimentos do país, se ao invés de morrer aos 55 anos, Vasconcelos tivesse vivido mais algum tempo, a sua existência tivesse sido prolongada até os nossos dias, e... tomamo-nos de reiterados pesares!

FRANCISCO DIOGO PEREIRA DE VASCONCELOS



Francisco Diogo Pereira de Vasconcelos, irmão legítimo de Bernardo Pereira de Vasconcelos, foi, como ele, filho do Dr. Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos e de D. Maria do Carmo Barradas, neto pela parte materna do Dr. João de Sousa Barradas, e de D. Jacinta Maria da Fonseca Tavoreda e Silva, e pela paterna do coronel Jerônimo Pereira de Vasconcelos e de D. Ana Jacinta da Natividade. Nasceu a 28 de dezembro de 1812 na antiga Vila Rica, hoje cidade de Ouro Preto, capital da província de Minas Gerais.

Apenas concluídos com distinção nas aulas daquela província os estudos preparatórios, seguiu para S. Paulo, e no ano de 1831 matriculou-se na Academia Jurídica, recebendo o grau de bacharel formado em ciências sociais e jurídicas no ano de 1835.

De volta à província de seu nascimento, foi no ano seguinte, o de 1836, nomeado juiz municipal e de órfãos do termo do Ouro Preto, lugar que serviu até ser nomeado juiz de direito substituto da comarca do Paraibuna. Nesse cargo pouco tempo se demorou, pois logo em 1839 foi despachado juiz de direito da comarca do Rio das Mortes, na mesma província de Minas Gerais.

Em 27 de agosto de 1839 casou com D. Bernarda Malvina de Vasconcelos, que faleceu em Petrópolis no dia 19 de abril de 1857, ficando-lhe deste consórcio uma filha.

No ano de 1840 tomou assento na Assembléia Provincial e serviu em diferentes outras legislativas, honrado por vezes com a eleição de presidente da mesma assembléia.

Em 1842 foi nomeado chefe de polícia de Minas Gerais, lugar que exerceu até princípios de 1844.

Foi eleito deputado à assembléia geral legislativa no ano de 1842 e reeleito nas seguintes legislaturas, menos em 1844 e 1848, em que aliás lhe coube a suplência próxima, tendo por isso assento na câmara temporária apenas com a interrupção de um ano, o de 1845.

No ano de 1843 foi nomeado 2º, e posteriormente 1º vice-presidente da província de Minas Gerais.

Foi removido em 1844 para juiz de direito da 2ª vara criminal do Pará (capital).

Em 1849 serviu pela segunda vez o cargo de chefe de polícia da província de Minas.

Em 1850 foi chamado para servir na polícia da corte e demorou-se no emprego de chefe de polícia até o ano de 1853, em que foi mandado presidir à província de Minas Gerais.

Neste exercício se conservou até fevereiro de 1856, sendo transferido no mesmo caráter para presidente da província de S. Paulo.

Tendo tomado posse da presidência dessa província em abril do mesmo ano de 1856, retirou-se em janeiro de 1857 da capital de S. Paulo para a do Império, em consequência dos graves sofrimentos de sua mulher, que, como fica dito, morreu pouco tempo depois.

Eleito deputado pelo 1º Distrito Eleitoral de Minas, tomou assento na Câmara dos Deputados no dia 3 de maio de 1857, e no dia 4 do mesmo mês e ano foi chamado ao Ministério da Justiça pelo marquês de Olinda, encarregado por S.

M. o Imperador de organizar um gabinete pela retirada do que fora presidido pelo finado Marquês de Paraná.

Procedendo-se em julho deste ano à eleição de dois senadores nas vagas deixadas pelo dito marquês de Paraná e pelo de Valença, foi seu nome incluído na lista sêxtupla, e por carta imperial datada de 4 de novembro de 1857 foi escolhido senador do Império, tomando assento na respectiva câmara em maio do ano de 1853.

Retirou-se do ministério com seus colegas no dia 12 de dezembro do mesmo ano de 1858.

É comendador da Ordem de Cristo, e oficial da Rosa.

SÉRGIO TEIXEIRA DE MACEDO



Sérgio Teixeira de Macedo nasceu no Rio de Janeiro em setembro de 1809. Seu pai, o major Diogo Teixeira de Macedo, retirando-se do serviço militar nesse posto, tinha vindo estabelecer-se em Pernambuco, e depois nesta cidade.

Sérgio, o quinto de seus filhos, foi o primeiro dos dois que aqui nasceram.

Nas diversas aulas então aqui existentes, e que de melhor conceito gozavam, estudou ele os rudimentos das letras, e as doutrinas preparatórias, sempre benquisto dos seus professores, e especialmente dos seus condiscípulos.

Sua compleição delicada, seu tardio desenvolvimento físico davam-lhe uma aparência de idade inferior à que tinha, e assim concorriam para que sobressaísse entre os seus companheiros, que devidamente apreciavam o seu gênio jovial, e o seu comércio fácil e ameno.

Resolvido a estudar as ciências jurídicas, partiu em 1827 para Coimbra e tendo-se matriculado em outubro, estava em junho de 1828, à espera de sua vez de fazer exame, quando, em consequência dos sucessos políticos que então agitavam o reino de Portugal, foi fechada a Universidade.

A esse tempo porém já estavam fundados os cursos jurídicos no Brasil. Pai desvelado, querendo melhor e mais economicamente promover a educação dos seus três últimos filhos, o major Diogo Teixeira de Macedo foi residir em Pernambuco, e o curso jurídico de Olinda viu em seus bancos o jovem Sérgio com os seus irmãos Álvaro e Diogo.

Os filhos correspondiam ao desvelo do pai: tendo por companheiros de aula moços distintos, cujo talento posteriormente primou em maior teatro, como fossem seu primo Eusébio, Sousa Martins, Franco de Sá e outros, Sérgio sempre com eles foi proposto para prêmio.

No seu viver de estudante aplicado, sentiu que não bastavam as aulas para ocupar a atividade do seu espírito: era tempo de efervescência política, e um jornal do formato e dimensões dos melhores de então, O Olindense, apareceu em 1831, e Sérgio achou-se em breve redator exclusivo dele.

Eram difíceis os tempos. A abdicação de D. Pedro I havia trazido a crise, que, como lição, ficou na memória de todos.

O Olindense viu-se a braços com os propaladores de idéias destruidoras de toda a ordem social. Em Pernambuco os ressentimentos e as pretensões da luta de 1824 davam talvez às paixões de 1831 caráter mais acerbo e violento do que no resto do Brasil.

O Olindense porém não se desmentiu; firme na sua linha de sustentador das sãs doutrinas, nunca esqueceu a decência, a moderação e a energia que lhes dão realce; e seus artigos, reproduzidos no Aurora, no Astréia, no Diário Fluminense, no Independente davam testemunho do merecimento prematuro do jovem escritor.

Formado em outubro de 1832, o Sr. Sérgio de Macedo, quando se apresentou no Rio de Janeiro, achou já sancionado o código do processo. Exigia este um ano de prática de advocacia para poder ser juiz; alguns de seus colegas que, favorecidos pela letra inicial dos seus nomes, se haviam formado alguns dias antes, tinham sido imediatamente despachados juizes de fora, e como tais haviam entrado na organização da nova magistratura. Não podendo empregá-lo o Ministro da Justiça, Honório Hermeto Carneiro Leão, o fez eleger promotor público, incumbiu-lhe diversos trabalhos, e o tratou com aquela amizade que sempre lhe conservou, distinguindo-o com alguma comissão importante em todas as ocasiões em que entrava para o ministério. Enquanto praticava no

escritório do Dr. Saturnino de Sousa e Oliveira, e exercia o emprego de promotor, escrevia alguns artigos para o Verdade e para o Aurora, de cujo redator, Evaristo Ferreira da Veiga, foi sempre amigo.

Ao cabo porém de alguns meses, o Dr. Sérgio de Macedo resolveu solicitar e obteve o lugar de secretário de legação em Paris, que por meses esteve vago.

Pouco tempo esteve na posição subalterna de secretário; a mudança do chefe da legação deu-lhe a oportunidade de servir como encarregado de negócios desde junho até novembro de 1834. Poucas questões havia então que tratar, todavia uma pequena dificuldade, que ocorrera no serviço, foi vencida com bom êxito.

Apenas um mês continuou secretário; em princípio de dezembro lhe chegou a nomeação de encarregado de negócios em Lisboa.

As circunstâncias eram melindrosas. O Sr. D. Pedro I governava Portugal como regente. As relações dos dois países se azedavam com os movimentos anárquicos aqui ocorridos, em que a perseguição aos portugueses era o grito de guerra. O partido restaurador havia comprometido o nome do Imperador, regente de Portugal; uma lei de banimento contra ele fora infelizmente votada na Câmara dos Deputados. O diplomata brasileiro tinha, pois, de ir achar em Lisboa uma posição delicadíssima.

O governo brasileiro limitado na sua escolha a homens que não tivessem sido favorecidos pelo governo do Sr. D. Pedro I, nem lhe houvessem sido infensos, depois de se haver dirigido a vários caracteres conspícuos, que todos recusaram, determinou-se a ordenar àquele que devia obedecer.

Era uma verdadeira loteria incumbir a um moço de menos de 25 anos a legação mais trabalhosa, pelas muitas relações dos dois países, e mais melindrosa, por amor daquelas circunstâncias.

Antes de partir para esse destino, o jovem diplomata casou-se com uma senhora de família muito distinta e abastada do pariatto irlandês, família a que pertencera o celebre deão Swift, tão famoso nas letras e na política inglesa.

Na opinião de muitos, a morte do Sr. D. Pedro I tirava à legação brasileira em Lisboa grande parte das suas dificuldades. Era um engano. Não era no ressentimento de um príncipe daquela têmpera que o negociador brasileiro havia de achar embaraços. O poder estava em Portugal nas mãos dos últimos entusiásticos amigos do falecido Imperador-regente. Havia paixões; até mesmo palavras desagradáveis tinham sido trocadas entre o Ministro dos Negócios Estrangeiros e o nosso cônsul.

O Sr. Sérgio de Macedo, porém, teve a fortuna de entender-se com o Duque de Palmela, então encarregado da pasta dos Negócios Estrangeiros. Homem superior e amigo do Brasil, o duque desde logo estabeleceu as relações com o diplomata brasileiro no tom de agradável cortesia, que ao depois, com a estima progressiva que lhe inspiravam o trato e o caráter do Sr. Macedo, foi perfeita cordialidade.

O digno brasileiro estudava, entretanto, as relações comerciais dos dois países, segurava a posição dos brasileiros ali residentes, dava instruções aos cônsules, e transmitia ao seu governo informações cuja exatidão, denotando estudo e critério, foram apreciadas pelo Ministro Alves Branco, sucessor do Sr. Aureliano de Sousa e Oliveira que o havia nomeado.

Entretanto, no Brasil realizava-se, pela morte do Sr. D. Pedro I, importante mudança política. Acabavam as esperanças do partido que desejava aquele príncipe no trono, ou na regência; inutilizava-se o sistema cuja importância estava na luta com esse partido; surgiam novos sistemas, novas pretensões, novos partidos.

A nomeação de uma criança (como diziam os influentes da nova situação) para a espinhosa legação de Lisboa, não era explicada como uma necessidade, mas como um ato de nepotismo. Alves Branco, porém, que não conhecia pessoalmente a criança, estava tão satisfeito com as suas comunicações, que o sustentou com toda a sua influência, resistindo às pretensões dos muitos candidatos, que julgavam cômoda uma missão diplomática em terra da nossa língua.

É difícil escrever a biografia de um diplomata ainda vivo, e em tempo tão próximo às negociações em que teve parte. Tudo quanto se começou não foi ultimado, muitas questões devem estar ainda pendentes, até mesmo das concluídas nem todas se podem revelar; só a posteridade talvez possa inteirar-se de todos os segredos. Cumpre-nos unicamente falar daquilo que de algum modo tem chegado ao conhecimento do público, ou daquilo que nunca foi secreto.

O tráfico de escravos se fazia licitamente nas colônias portuguesas. Entendiam as autoridades dessas colônias, entendia o governo que só uma lei nova podia tornar ilícito esse tráfico.

Ao Sr. Macedo era recomendado representar contra essa tolerância, contra essa animação a um comércio que era no Brasil contrabando.

O governo brasileiro desde então queria sinceramente a abolição do tráfico, e fiel às suas instruções, o Sr. Macedo insistia perante o gabinete português, alegando, que por virtude do tratado com a Inglaterra, o tráfico era ilegal nos

domínios portugueses, pois desde que, pela Independência do Brasil, deixara Portugal de ter colônias na América, caducara a exceção feita no tratado de 1817 a bem da continuação do tráfego ao sul do Equador, em consideração às necessidades da grande colônia portuguesa. Esse proceder do Sr. Macedo em Lisboa granjeou-lhe da parte do governo britânico a reputação de adverso ao tráfego, que ao depois tão útil veio a ser nas suas negociações em Londres.

Bem depressa dissipou-se a serenidade em que Portugal parecia entrar depois de tão devastadora luta e tão destruidor despotismo.

A guerra civil e a desordem vieram dificultar a posição do nosso diplomata. No meio dos perigos e angústias que cercavam a Rainha, o corpo diplomático estrangeiro havia tomado uma atitude, que os partidos pareciam aceitar.

O representante do Brasil manteve até o fim a posição que lhe competia, com tanta prudência e dignidade, que nunca deixou comprometido o seu governo na luta dos partidos portugueses, e que, longe de perder a amizade e consideração dos chefes de todos esses partidos, foi, pelo contrário, cada vez mais benquisto e considerado, e seu procedimento tanto agradou à rainha, que, sentindo-se próxima a ser mãe, convidou seu augusto irmão a ser padrinho do futuro príncipe, e lhe rogou mandasse a procuração ao Sr. Macedo, apesar da sua inferior categoria diplomática.

Na ocasião do batizado ordenou que fosse tratado como embaixador, e o condecorou com a grã-cruz da sua Ordem de Cristo, dignidade que, pela primeira e até hoje última vez, foi conferida a simples encarregado de negócios.

Foi este o último ato da sua missão em Lisboa. As discussões com a Santa Sé, suscitadas pela questão do bispo eleito do Rio de Janeiro, aconselharam a remoção do ministro brasileiro daquela corte; foi ele mandado para Lisboa, e o Sr. Macedo teve de ir para Roma e Turim.

Retirou-se deixando saudades em todos os brasileiros residentes em Portugal, deixando a paz e a boa inteligência entre os dois governos, deixando apontados em sua correspondência com a secretaria de estado os negócios que careciam de ser atendidos.

Estava em viagem quando lhe foi ordenado que, ao invés de seguir para a Itália, ficasse em Paris, e ali substituísse o ministro, que obtivera uma licença.

Entretanto ocorreu a mudança de regente, Feijó foi substituído pelo Sr. Araújo Lima. Outras deliberações foram tomadas quanto à ligação de Paris, e em abril de 1838 seguiu o Sr. Macedo para Roma.

Na Cúria Romana eram conhecidas algumas opiniões que ele emitira oficialmente sobre as relações com a Santa Sé, e por isso foi recebido com distinção pelo papa Gregório XVI.

Sua missão em Roma, além do reconhecimento da independência do Chile, por ele obtido da Santa Sé, nada mais apresenta do que a expedição dos negócios ordinários, que sempre foram concluídos com felicidade, até mesmo esse da confirmação do bispo eleito do Rio de Janeiro, que foi enfim levado a termo decoroso.

Em fevereiro de 1842 partiu ele de Roma para Turim, aparentemente para levar ao Rei Carlos Alberto as insígnias da Ordem do Cruzeiro, mas realmente para entrar em negociações que oficialmente ficaram secretas, mas cuja existência se divulgou logo pela imprensa. Respeitamos o segredo oficial, bastando asseverar que o nosso negociador foi louvado e galardoado.

Foi então elevado à categoria de ministro residente na corte de Turim, e dispensado da missão de Roma, continuando todavia acreditado em Parma.

O Santo Padre, por ocasião da sua despedida, enviou ao Sr. Macedo as insígnias de comendador da sua ordem de S. Gregório Magno, acompanhadas de um breve pontifício concebido nos termos os mais lisonjeiros.

Apenas estabelecido em Turim, teve o Sr. Macedo, em meados de 1843, ordem de ir a Paris substituir interinamente o ministro daquela corte, incumbido de uma missão especial em Londres. Essa interinidade terminou com o ano de 1843.

Nela o Sr. Sérgio de Macedo parece ter sido incumbido de transações diretas com o rei Luís Filipe, e este, bem como toda a família real, em cujo grêmio acabava de entrar a nossa princesa, a Sr^a D. Francisca, sempre o tratou com especial benevolência.

Voltou o nosso ministro ao seu posto de Turim. Pouco tempo porém lhe foi dado continuar nessa sua quieta residência; porquanto foi logo removido para a corte de Viena no mesmo caráter de ministro residente.

O rei Carlos Alberto, que já havia dado ao Sr. Macedo a comenda da sua ordem de S. Maurício e S. Lázaro, presenteou-o na sua despedida com uma magnífica boceta de rapé, de ouro, ornada com o seu retrato guarnecido de brilhantes.

Em Viena o nosso ministro teve de ocupar-se das relações comerciais, que iam avultando com aquela potência pelo porto de Trieste.

Obteve do príncipe de Metternich o reconhecimento das repúblicas do Chile e do Paraguai; esse reconhecimento que tanto amargurou a existência de Rosas, e

sobre o qual tanto escreveu e representou; esse reconhecimento que todas as outras grandes potências nos recusaram.

Em 1847 foi o Sr. Sérgio elevado à categoria de enviado extraordinário e ministro plenipotenciário, chegando assim, depois de 14 anos de serviço, ao grau mais elevado da nossa diplomacia.

Seguiram-se em 1848 as cenas da estrondosa revolução européia, que produziu a queda do rei Luís Felipe.

Viu o Sr. Sérgio a desorganização completa da monarquia austríaca, e manteve sempre a sua posição, com o corpo diplomático, ao lado do Imperador.

No meio destes acontecimentos o nosso ministro foi removido para os Estados Unidos, onde ocorriam sérias dificuldades.

Quando lá chegou o ministro brasileiro, caía a administração democrática pela eleição do general Taylor, representante do partido whig ou conservador. A pendência com aquele governo teve a solução mais satisfatória e decorosa que podia ter.

As relações de ambos os governos continuaram nos termos da mais perfeita cordialidade, todos os negócios que foram aparecendo, ficaram decididos sem quebra dessa boa inteligência.

O que de mais importante ocorreu foi a proposta feita pelo secretário de Estado americano ao nosso ministro para a abertura da navegação do Amazonas a todas as bandeiras.

A resposta do Sr. Macedo colocou logo a questão no ponto em que continuou sempre a ser considerada. O direito do Brasil, de franquear, ou limitar, ou de todo fechar aquele rio, foi estabelecido, e a conveniência de tomar qualquer daquelas decisões deixada ao seu juízo e discricção.

Ausente do Brasil desde 1833, alcançou enfim, em 1851 o Sr. Macedo uma licença para vir a esta corte. Ao chegar achou-se designado para a legação de Paris, que acabava de vagar. Dispunha-se a ir para o seu novo posto, quando pelo Sr. Visconde de Itaboraí, então Ministro da Fazenda, lhe foi pedido um trabalho acerca do que conviria fizesse o governo para solver os empenhos em que se achava, tendo de pagar em 1853 o empréstimo português de 1823, que, pelo tratado do reconhecimento da independência, ficara a nosso cargo, em 1854 os empréstimos de 1824. O primeiro importava um milhão de esterlinos, ou nove mil contos, e os outros em três milhões de esterlinos, ou vinte e sete mil contos.

À vista da exposição apresentada pelo Conselheiro Sérgio, o visconde resolveu incumbi-lo das operações de créditos para isso necessárias: foi pois removido de Paris para Londres.

Depois de 18 anos de ausência da pátria, dos parentes, dos amigos, apenas quatro meses foram dados ao distinto brasileiro para saciar as saudades que o deviam pungir. Logo em outubro partiu para seu novo destino.

la cheio de cuidados, pois a sua missão era mais árdua; as questões políticas sobrepujavam a dificuldade das questões financeiras: salvar os comprometimentos do Tesouro, por maiores que fossem, era muito menos do que vindicar o decoro nacional. Era, pois, esse o momento em que os cruzeiros ingleses queimavam nossos navios nos nossos portos e ancoradouros.

Se porém era árdua a missão, o acerto da escolha ou a fortuna do nomeado para logo a modificou: os mais prósperos resultados foram obtidos. Em consequência de suas laboriosas e hábeis negociações, e da boa aceitação que ao governo britânico merecia o antigo inimigo do tráfico de africanos, em fins de abril ordem era dada aos cruzadores ingleses de se absterem de violências, expressões de sincero pesar pelo passado eram dirigidas ao negociador brasileiro, em atenciosa franqueza se lhe explicavam as razões que obstavam a que o governo desde logo propusesse a revogação do *bill* que autorizava tais violências, passando este a ser letra morta.

Ao tempo que salvava a honra do país, seriamente se ocupava o ministro brasileiro com os interesses materiais. Então apresentava-se em Londres uma pessoa munida de títulos, que supunha válidos, para organizar uma companhia que construísse a estrada de ferro de D. Pedro II. Eram princípios de 1852; no mercado abundava dinheiro; nenhuma empresa considerável aparecia; ferro, mão-de-obra, fretes, engenheiros hábeis, empreiteiros os mais sagazes e poderosos, tudo havia em abundância e por preços baixos. O nosso ministro devia impedir que a primeira empresa do Brasil se transformasse em uma especulação de agiotas. Semelhante risco foi desde logo desviado; a mesa de diretores, que mais poderosa se podia desejar, achou-se prontamente formada.

Questões que se levantaram nesta corte adiaram, primeiro, a adoção da lei que dava a garantia do juro de 5 por cento, e depois, a escolha da pessoa a quem devia ser outorgada a concessão do privilégio. A ocasião fugiu com o ano de 1852. Organizaram-se diversas empresas na Índia, na Itália, no Canadá; todas iam a Londres buscar capitais, elevaram portanto todos os preços, empregaram muitos engenheiros e empresários. Com o ano de 1853 deviam começar dificuldades onde até então tudo havia sido facilidade.

Naquilo, porém, que só dependia da vontade do nosso negociador, as vantagens do ano de 1852 não foram perdidas. Ao chegar a Londres em fins de 1851,

achara no mercado os fundos brasileiros de 5 por cento ao preço de 86. E o governo tinha obrigação de pagá-los ao par em abril de 1854. Esses fundos porém foram ganhando rápida marcha ascendente; chegaram ao par.

Certa cláusula do contrato do governo com os agentes financeiros atava as mãos do ministro. O contrato foi inovado com economia nas comissões, e com eliminação daquela cláusula. Livre em suas deliberações, o negociador anunciava, pacote por pacote, ao governo imperial o que esperava para o mês seguinte: os resultados confirmavam suas previsões.

Segundo as cláusulas do contrato para o empréstimo português, era permitido resgatá-lo, quando o governo quisesse, pagando as apólices ao par. Em julho de 1852 concluiu o nosso negociador um empréstimo ao juro de 4.1/2 por cento e ao preço de 95, com o qual remiu aquele outro, que era de 5 por cento. Assim o ônus tornou-se uma fonte de economia.

Era essa a base da grande operação meditada. Só em abril de 1854 podiam ser pagos os empréstimos de 1824. Como as apólices de 4.1/2 por cento rastejavam pelo par, estava certo o Sr. Sérgio de resgatar esses empréstimos por meio de outro a juro de 4 por cento negociado a 94 ou 95.

A guerra européia porém veio transtornar estas combinações. O ano de 1854 veio achar as apólices brasileiras em um preço elevado relativamente às das outras nações; mas, como as de todas, tinham descido. As de 5 por cento estavam a 96 e 97. O 1º de abril, termo fatal do empréstimo, batia à porta, o plenipotenciário brasileiro em Londres, obrigado a proceder antes de ter recebido a última decisão do governo às ponderações que fizera, desenvolveu, para a operação que única podia fazer, um sistema tão completo de cautelas e de facilidades, que o resultado veio surpreender a ele próprio, e mais ainda ao governo.

Os empréstimos de 1824 foram pura e simplesmente renovados por mais dez anos. Não pesou sobre o tesouro do Brasil ônus algum.

Toda a imprensa inglesa sustentou a medida, e a justiça dela. Todos os possuidores de apólices a aceitaram. Uma insignificante comissão de 1/2 por cento aos contratadores dos empréstimos pelo trabalho da emissão das novas apólices de dez anos, postas em todas as praças da Europa, por onde se tinham espalhado as apólices brasileiras, foi a única despesa do Tesouro.

A satisfação do Marquês de Paraná, ministro da Fazenda, manifestou-se no aviso endereçado ao Conselheiro Sérgio, aviso o mais honroso que um funcionário pode receber. O Sr. Macedo foi então agraciado com a grã-cruz da Ordem da Rosa, em que era simplesmente oficial.

Temos agora de voltar às estradas de ferro, e ao ano de 1853.

O governo imperial para desembaraçar-se das incertezas de uma concessão de empresa de estrada de ferro feita aqui, tão longe do mercado em que devia ser levantado o dinheiro, e querendo livrar-se de outras dificuldades autorizou o ministro em Londres a outorgar essa concessão a quem lhe parecesse oferecer melhores garantias.

Reunida esta autorização, que equivalia a 38 mil contos, aos empréstimos, às encomendas de vasos de guerra, e muitas outras, e às despesas regulares que fazemos anualmente pela Legação de Londres, vê-se logo que à discrição do Sr. Sérgio de Macedo colocado a duas mil léguas do governo, estiveram entregues mais de oitenta mil contos. À poucos homens talvez se tenha confiada a gestão de capitais tão avultados.

O ano de 1853 devia porém ser para o feliz negociador um ano de provação. No meio dele perdeu o Sr. Macedo sua esposa, modelo de virtudes, mãe extremosa, notável pelo espírito de ordem e economia com que dirigia sua casa. Compreende-se quão sensível lhe seria essa perda que o deixara com cinco filhos menores: compreende-se que ela fortemente o impelisse na resolução, em que de há muito estava, de recolher-se à pátria, de deixar enfim uma carreira em que ele e seus filhos se tornavam como que desligados dessas afeições íntimas de família, dessas amizades e simpatias da infância, tão poderosas para a felicidade humana, e até como que ficava ele posto em olvido dessa pátria que com tanta fidelidade estava servindo.

Seguiram-se os receios da guerra européia, a consequente falta de confiança e o retraimento dos capitais. Desapareceram todas as facilidades de formar uma companhia para construir e custear a estrada de ferro de D. Pedro II. Essa concessão, até ali por tantos disputada, agora nem um homem sisudo a queria sem reservas que tirassem toda a obrigação de levantar logo os capitais.

Sendo porém necessário decidir este negócio, assim mesmo com essas reservas indeclináveis foi em novembro de 1853 feita a concessão a uma poderosa reunião de capitalistas. Seguiu-se a guerra, e a inação, cláusula expressa do contrato da concessão de que naturalmente se prevaleceram os concessionários.

Entretanto no mercado de Londres a empresa de Pernambuco procurava seu caminho sem a menor intervenção do ministro brasileiro. Aparece, porém, a empresa da Bahia com a cláusula fatal de uma garantia de juros adicionais de 2 por cento, votada pela sofreguidão e pelo irrefletido patriotismo da Assembléia Provincial.

Antes de ser concedida essa garantia, logo que apareceu a idéia dela, o Sr. Macedo a tinha combatido. Cassandra inútil, não foi ouvido, ou não foi acreditado. Hoje todos conhecem o mal dessa concessão tão elevada; mas

naquele tempo a impaciência e o entusiasmo não quiseram atender à voz que aconselhava prudência.

Forçoso foi às Assembléias Provinciais de Pernambuco e Rio e Janeiro imitarem o exemplo da Bahia. O governo provincial de Pernambuco autorizou o ministro em Londres a dispor dos 2 por cento adicionais da província para obter logo sua estrada de ferro. Ele os outorgou aos concessionários, limitando a duração a 20 anos, e procurou obter que para a Bahia também a 20 anos se limitasse a concessão: mas já estava feita por 90; baldados foram pois os seus esforços.

Para a estrada de ferro de D. Pedro II outro sistema, que exigia maior coragem, foi adotado. Os concessionários desta empresa renunciaram à concessão. Se porém com a simples garantia de 5 por cento ninguém queria obrigar-se a levá-la a efeito, com a garantia de 7 por cento todos a queriam, e o nosso ministro era importunado por homens que já não pediam, mas ofereciam comprar por grossas somas uma tão vantajosa concessão.

O Sr. Sérgio de Macedo entendeu que, a fazer o Brasil o sacrifício de tão grande garantia de juros, devia livrar-se dos inconvenientes de uma companhia estrangeira.

Aproveitando os menos incompletos dos planos levantados pelos pretendentes que aqui haviam aparecido, fez ele em fevereiro de 1855 um contrato para a execução das obras da primeira secção da estrada de ferro de D. Pedro II. Obtida essa base essencial para a formação de uma companhia, deixou ao governo a opção entre a formação de uma companhia nacional, ou de uma companhia estrangeira, pedindo somente que apressasse a sua decisão. Aconselhava ele fortemente a formação da companhia nacional, e respondia à objeção da falta de capitais com recurso ao crédito, com o qual se podia obter o empréstimo desses capitais com o juro de 4.1/2 por cento em lugar de conceder a garantia de 7 por cento unida a tantas probabilidades de questões, de lutas, de encontros de interesses, que nunca se dariam nos empréstimos.

Na adoção deste sistema o Sr. Macedo afastava-se da lei. A responsabilidade deste passo entendeu o governo que devia deixar-lha: decidiu pois transferi-lo para os Estados Unidos: se fosse arguido por essa falta de pontual execução da lei, poderia declarar que a não tinha aprovado, e com aquela remoção o mostraria.

Vencidas as dificuldades que pensou encontrar na formação da companhia e no levantamento dos capitais, passada a sessão legislativa sem que a menor censura lhe houvesse sido feita no parlamento, o governo reconheceu o serviço que o Sr. Macedo havia feito ao país.

Por uma carta em que tudo isto lhe era comunicado lhe foi ordenado que não partisse para os Estados Unidos, mas se recolhesse a esta corte, pois aqui seria útil ao governo.

Ao chegar aqui o Sr. Macedo, consultado sobre o emprego de presidente da diretoria da estrada de ferro, respondeu que o seu decoro não lhe permitia aceitar semelhante posição. Outros empregos foram-lhe oferecidos nesta corte; recusou-os, assim como a missão para os Estados Unidos, e duas outras diplomáticas, dizendo que lhe era preciso estar o país algum tempo, e requerendo simplesmente ser posto em disponibilidade ativa. Isto lhe foi concedido.

Entenderam seus amigos que convinha responder às censuras que alguns jornais haviam feito ao contrato relativo à execução da 1ª seção da estrada de ferro. Ele o fez numa série de artigos publicados no Jornal do Comércio, e depois coligidos em um folheto. A clareza da exposição, a força da verdade, e o tom de convicção que distinguem este escrito calaram em todos os ânimos desapassionados. Nem uma resposta lhe foi dada. O espírito de partido tem por vezes renovado asserções refutadas, e insinuações absurdas; o Sr. Macedo nunca mais respondeu. A sua vida aí está para responder.

Ao marquês de Paraná, que sempre fora seu amigo, que sempre confiara em suas luzes e probidade, parecia incomodar a falta de aproveitamento de pessoa capaz de prestar tão bons serviços; ofereceu-lhe diversas presidências de províncias de 1ª ordem, que foram recusadas. Por fim a dificuldade de achar um presidente para Pernambuco o fez insistir de modo que o Sr. Macedo não pôde recusar.

A 21 de maio partiu para Pernambuco no vapor de guerra Viamão.

Chegou à província a 27, e tomou posse no dia seguinte.

Demoramo-nos na exposição dos serviços prestados no exterior pelo conselheiro Macedo, porquanto, pela sua natureza mesma, são dos que mais fáceis se esquecem, e menos são sabidos.

Presidente de Pernambuco, aí temos o antigo fundador do Olindense de volta à política interna, à frente da alta administração do país.

Para a época em que foi empregado, para a importantíssima província que lhe fora confiada, o Sr. conselheiro Sérgio tinha uma grande vantagem: havia conservado todas as suas relações da mocidade, e de aula, sem que nas nossas lutas internas se houvesse comprometido; suas idéias o faziam conservador; mas ninguém dos adversários desse partido tinha contra ele represálias que exercer.

Compreende-se, pois, como haviam de ser acolhidos na província a que era mandado o nome e a pessoa do novo presidente.

Entretanto, acercava-se o período fatal das eleições, período sempre incandescente, e que em Pernambuco, onde os velhos partidos não tinham deposto as suas inimizades, envolvia sérios perigos.

A presença da cólera-morbo na ocasião em que se haviam feito as qualificações, a abstenção do Partido Liberal nas precedentes eleições, impunham ao presidente a obrigação de providenciar contra os vícios da qualificação. Ele o faz com tanto acerto, que de todos é louvado; as medidas que então adota, as soluções que então e, posteriormente, dá a inúmeras dúvidas sobre a inteligência da legislação, não têm sido até hoje combatidas, nem censuradas.

Em uma das freguesias da capital aparece na eleição municipal alguma desordem, medidas de prudente vigor, por todos os contendores a princípio aceitas e aplaudidas, mantêm a ordem e restauram a regularidade do processo eleitoral.

Segue-se a essa eleição a dos eleitores; corre pacificamente. Então porém cessa para uma fração do partido liberal o período de louvores e de justiça ao presidente; a sorte das urnas havia sido contrária a suas pretensões.

Impassível às agressões, o presidente continua no seu zelo pela prosperidade da província, e em 1º de março de 1857 instaura a sua assembléia com um relatório em que até os adversários admiraram tantos estudos feitos em tão pouco tempo e no meio de tantos cuidados.

Entretanto, o fim da presidência do Sr. Sérgio estava chegando: os seus amigos e patrícios do Rio de Janeiro haviam-se lembrado dele; e os votos do 1º círculo eleitoral da corte o mandavam à Câmara.

Para vir tomar assento, deixou ele a presidência no meio das maiores demonstrações de estima e de consideração dos pernambucanos, e no intervalo da primeira e segunda sessão legislativa, embora não se houvesse até então pronunciado em oposição, não pôde anuir às reiteradas instâncias do marquês de Olinda que lhe pedia reassumisse aquele encargo.

Tomou assento na Câmara em 7 de maio. Se tem sido curta a vida parlamentar do conselheiro Macedo, pois apenas consta de duas sessões, se ainda é tão recente que está na memória de todos, ninguém nos contestará quando dissermos que com seu proceder, com a sua palavra, justificou ele o conceito de que goza, conquistou simpatias que justamente o colocam na mais elevada posição.

Todavia, se não pôde anuir ao convite do marquês de Olinda para voltar a Pernambuco, não podia negar-lhe o auxílio de suas luzes e experiência para o serviço do país nas suas relações exteriores.

Nomeado plenipotenciário para aqui tratar com o ministro inglês, concluiu a convenção que sujeita a uma comissão mista a decisão e julgamento de todas as reclamações pendentes entre os governos brasileiro e britânico. Um só tribunal tinha até aqui decidido todas as questões: a vontade do governo inglês. Só ele declarava admissíveis as suas reclamações, só ele repelia as dos brasileiros. Pela convenção, o governo poderoso e o governo fraco se sujeitam ao mesmo tribunal, composto de súditos de cada um deles com voto igual.

Chamado em 12 de dezembro a tomar a pasta do Império, no gabinete atual, o Sr. Conselheiro Sérgio saberá desempenhar essa nova missão, como tem desempenhado todas as que lhe têm sido confiadas.

Membro de diversas sociedades sábias, nacionais e estrangeiras, condecorado com a mais alta mercê da Ordem da Rosa, apresenta em diversas condecorações estrangeiras, o autêntico testemunho dos seus serviços diplomáticos, e da consideração em que é tido pelos soberanos das nações perante as quais teve de representar o Governo brasileiro.

MANUEL FELIZARDO DE SOUSA E MELO



O conselheiro **Manuel Felizardo de Sousa e Melo**, nasceu a 8 de dezembro de 1805, na freguesia de Campo Grande, município da corte.

Em casa de seus pais, o major Manuel Joaquim de Sousa, natural da província de Minas Gerais, e de D. Luzia Maria de Sousa, nascida em Iguaçu, estudou as primeiras letras e o latim.

Em março de 1819 entrou no seminário de S. José, onde frequentou as aulas de filosofia, retórica, grego e de francês.

Em junho de 1822 seguiu para Portugal, e nesse mesmo ano matriculou-se nos primeiros anos matemático e filosófico, e na cidade da Bahia em 14 de agosto de 1823, tomou o grau de bacharel formado em matemáticas em junho de 1826, sendo reputado um dos mais distintos estudantes entre seus

condiscípulos, e tendo obtido prêmios em todos os anos em que esta distinção era permitida aos alunos mais aplicados.

Em fevereiro de 1827 foi despachado lente substituto da academia militar da corte, e, pouco depois tenente graduado capitão do corpo de engenheiros.

Até 1832 foi incumbido pelo governo de algumas comissões importantes, como a de membro da comissão liquidadora do primeiro Banco do Brasil, e do exame do pessoal do Tesouro e de todas as outras repartições fiscais da corte, exame preciso para a reforma desses estabelecimentos, pois que antes se devia verificar quais dos empregados então existentes deviam continuar no serviço.

Em fins de 1832 teve a comissão de organizar, na qualidade de inspetor, a tesouraria provincial de S. Pedro do Sul, e conseguiu em dois anos e meio fazer duplicar a renda.

Retirado poucos dias antes da infeliz revolta que por dez anos assolou aquela província, voltou ao magistério, e nele se conservou até fins de 1837, época em que foi nomeado presidente da província do Ceará.

Grande então era o exaltamento dos partidos políticos em todo o império; o novo presidente sofreu, pois, da parte de um deles encarniçada guerra; e, se foi forçado a reagir para manter a ordem conduziu-se sempre com tanta justiça, que pouco tempo depois, os próprios adversários o confessaram. Foi obrigado a refazer a polícia, a fazer algumas alterações na Guarda Nacional, mas não demitiu um só empregado cujas funções não influíssem a tranquilidade pública: a um só empregado sequer não tirou o pão com que se alimentava e à sua família.

Removido em fevereiro de 1839 para a presidência da província do Maranhão, encontrou ali em campo a sedição que em dezembro anterior se havia feito contra o seu antecessor.

Os recursos da província se achavam exaustos. A única força de que o Presidente Camargo poderia dispor, e havia mandado contra os sediciosos tinha sido feita prisioneira, e o comandante esfolado vivo. Tudo foi então preciso criar para repressão da revolta. Da corte e das províncias, e com longa demora, apenas se enviaram: da Bahia, um chamado batalhão, recrutado na véspera do embarque, levando o fardamento e armas encaixotados, e por oficiais muito pouco efetivos, e o resto novos cadetes arvorados em oficiais de comissão; de Pernambuco um outro batalhão de soldados novos, ou antes de recrutas que se achavam apenas com as primeiras lições; e do Ceará, uns 30 a 40 soldados. A corte, tendo sua atenção presa com a rebelião do Rio Grande do Sul, apenas pôde enviar para o Maranhão duas ou três escunas de guerra; e o Pará os destroços de um batalhão que foram encher os hospitais militares. Com estes

recursos, e criando na província corpos provisórios, conseguiu o Presidente Sousa e Melo ter em campo cerca de 5.000 praças, bater os revoltosos em diversas ações, e entregar a província a seu sucessor, depois de restaurada pela segunda e última vez a cidade de Caxias, de repelidos os desordeiros de todas as povoações, cursos de água e estradas, e de fazê-los recolher às matas. Apenas em força se animavam então os revoltosos a mostrar-se na remota comarca de Pastos Bons.

A província não foi entregue mansa e pacífica ao Sr. Marquês de Caxias, sucessor do conselheiro Sousa e Melo, mas a revolta que contou um exército de mais de 15.000 homens estava vencida, e com os meios criados por este administrador. O ofício em que o Conselheiro Sousa e Melo dá conta ao governo de haver entregue a presidência expõe o estado em que deixava a província.

O emprego de força material muito produziu, e ações mortíferas tiveram lugar, tendo o presidente dirigido uma delas, a da tomada da vila de Icatu; mas o que maiores e mais benéficos resultados produziu foi o constante uso dos meios brandos para com aqueles que se não achavam efetivamente em armas, e o bom tratamento aos que as depunham.

Os partidos políticos estavam no último grau de exaltação; um atribuía ao outro a origem da revolta e sua continuação: queriam portanto aproveitar-se da ocasião para saldar contas antigas. A imprensa de um desses partidos, os deputados da província à assembléa geral, o presidente da província do Piauí, e seus numerosos amigos, mais ou menos abertamente acusavam o Conselheiro Sousa e Melo por não desenvolver energia contra os autores e fomentadores da revolta. A tudo resistiu o presidente: conhecia perfeitamente que o concurso de todos os maranhenses era necessário para debelar a revolta, e fazendo dela desaparecer toda a cor política e de partidos, conseguiu extremá-la da parte sã da província, deixando-a somente com a mais vil plebe, que se entregava a todas as orgias de sangue e devassidão e por isso mais fácil foi vencê-la.

Não se limitou o presidente à província do Maranhão; grande parte da do Piauí, interceptada da capital, e não podendo receber ordens e auxílios de Oeiras, teve o Conselheiro Sousa e Melo de encarregar-se de sua administração, e de libertá-la dos desordeiros.

Força numerosa ali concentrou, e por medidas prontas e enérgicas salvou a Vila da Parnaíba que estava prestes a ser saqueada.

Dispensado da presidência do Maranhão, foi promovido ao posto de major pelos serviços relevantes feitos na província: e três meses depois seguiu como residente para a província de Alagoas, que agitada se achava ainda pela última sedição contra o presidente Agostinho da Silva Neves, e subsequente mudança da capital para a cidade de Maceió.

Sem a menor oposição administrou a província por dois anos e meio, e a deixou tranquila. Neste intervalo por duas vezes foi eleito deputado em primeiro lugar, e com grande diferença de votos em relação aos que seus colegas obtiveram.

Em fins de 1843, foi nomeado presidente da província de São Paulo, donde voltando a assistir à sessão legislativa de 1844, e tendo sido dissolvida a Câmara dos Deputados, regressou para a Escola Militar a exercer o magistério, exercício em que se conservou até março de 1848, época em que, na qualidade de ministro da Marinha e interino da Guerra, ao princípio, e depois na de ministro da Guerra, fez parte do Ministério de que foi presidente o Exmo. visconde de Macaé.

Dissolvido o ministério ocupou-se no magistério e na Assembléia Provincial do Rio de Janeiro, da qual foi eleito presidente, e de novo subiu em 29 de setembro do mesmo ano ao Ministério, ocupando efetivamente a pasta da Marinha e interinamente a da Guerra. Em fins de 1849, passou-se efetivamente para o Ministério da Guerra em que permaneceu até setembro de 1853.

No seu longo ministério a pacificação de Pernambuco se fez com rapidez e se obteve a glória de duas grandes vitórias: a primeira incruenta, a da dissolução do exército de Oribe, que há dez anos sitiava a cidade de Montevideu, e dominava toda a República Cisplatina; a segunda, conseguida com pequena perda de sangue brasileiro, mas com dispêndio de muita coragem e habilidade dos nossos bravos.

Rapidez do movimento das tropas e ao completo fornecimento de tudo quanto era necessário para um exército em campanha, se deveram em não pequeno número os bons resultados acima apontados.

O recrutamento do exército, a promoção dos oficiais, e melhoramentos razoáveis de vencimentos a estes e aos inferiores, a disciplina do exército e sua administração, foram atendidos por diversos atos administrativos, ou legislativos, indicados ou promovidos pelo Conselheiro Sousa e Melo.

Em 1º de outubro de 1848, foi eleito senador pela província do Rio de Janeiro, e escolhido em dezembro do mesmo ano.

Nomeado presidente da província de Pernambuco, em outubro de 1858, tomou posse da presidência a 6 de dezembro, e a entregou ao Sr. Conselheiro J. A. Saraiva em fins de janeiro do corrente, por ser chamado ao Ministério da Guerra, no qual entrou em exercício a 12 do mês seguinte.

Em dois meses incompletos de administração em Pernambuco pouco poderia ter feito em benefício da província; entretanto, conseguiu durante esse período inspirar tal confiança a todos que foi seguido pelos chefes até o embarque, deixando gratas recordações.

Entre diversas comissões que tem desempenhado, sobressai a de comandante geral da freguesia de S. José, nos lutuosos dias de 1831 e princípios de 1832, em que a cidade do Rio de Janeiro era constantemente insultada por desordenados movimentos revolucionários. Com a guarda municipal de sua freguesia cooperou ativamente para a manutenção da ordem, achando tempo ainda de comparecer muitas vezes à frente da 2ª Companhia do Batalhão de Oficiais-soldados, da qual foi eleito 1º comandante.

Desde o início de sua carreira política, sustentou sempre os princípios da ordem, e nas câmaras legislativas jamais se afastou de tais princípios conciliando-os sempre com a bem atendida liberdade.

Nomeado em janeiro de 1854 diretor-geral das terras públicas, contribuiu para a organização dos diversos regulamentos para a execução da lei de 18 de setembro de 1850.

Por decreto de 2 de dezembro de 1857, foi promovido a brigadeiro graduado; por ocasião da coroação teve a comenda da Ordem de Cristo e, de Portugal, a Grã-Cruz da mesma ordem pelos serviços prestados à marinha portuguesa no desarvoramento da nau Vasco da Gama, etc.

JOSÉ TOMÁS NABUCO DE ARAÚJO



Filho legítimo do Senador José Tomás Nabuco de Araújo, que, no primeiro reinado e durante a minoridade, foi presidente de diversas províncias, e de sua mulher D. Maria Bárbara Ferreira Nabuco, o conselheiro **José Tomás Nabuco de Araújo** nasceu na cidade da Bahia em 14 de agosto de 1813.

Logo nas aulas menores mostrou que seria digno da ilustração da família a que pertencia, e a quem o país já devia cidadãos ilustres na magistratura e na jurisprudência.

Dotado de atilamento e de perseverante aplicação, ainda menino já se ocupava com assuntos sérios, especialmente com as questões políticas que, aliás, nesse tempo de patriotismo e de dedicação, constituíam como a atmosfera em que vivia o brasileiro.

Quando no ano de 1831 foi matricular-se no curso jurídico de Olinda, o jovem Nabuco era um dos mais distintos desses jovens em quem descansavam as esperanças da pátria.

Político, discutidor, infatigável no trabalho, como estudante sustentava nas aulas lugar de honra entre os seus companheiros. Não podia contentar-se com os estudos como alimento à atividade do seu espírito, nem faltar à sua vocação que o chamava a ocupar-se dos negócios públicos. Portanto, tomou parte em todas as associações patrióticas dessa época de agitação, e para vulgarizar as suas convicções empregou logo a pena de jornalista.

Sem embargo da sua mocidade, solicitavam a sua coadjuvação, aceitavam os seus conselhos, atendiam a sua palavra os homens mais notáveis que nessa época dirigiam a opinião pública, e refreavam os desmandos revolucionários.

O Eco de Olinda, montado em 1831 em colaboração com os Srs. Ferraz e Cansação, então igualmente estudantes, o Velho de 1817, fundado em 1833, o Aristarco, que existiu de 1834 a 1836 foram os ensaios do estudante que, ao depois, no período tão importante de 1844 a 1849 devia, no Lidador e na União, apresentar-se um dos mais prestimosos atletas da grande causa da unidade brasileira, e das instituições que nos garantem a liberdade e a ordem.

Formado em 1º de dezembro de 1835, foi alguns meses depois despachado promotor público da cidade do Recife, e nesse emprego se conservou até janeiro de 1841. Foi então nomeado juiz de direito da comarca de Pau do Alho, na mesma província de Pernambuco.

Enquanto promotor público, aplicou-se com a devida atenção e seriedade aos graves estudos de assunto tão árido como a jurisprudência, e a par dos conhecimentos especiais, que desde então alcançou, e que tão raros são na época da leviandade e do improvisado em que vivemos; adquiriu os hábitos da reflexão, madureza e estudo que ainda hoje o recomendam.

Podemos considerar essa época como a de seu tirocínio: tirocínio de eloquência, nas sociedades populares em que sua palavra incansável sustentou os sãos princípios constitucionais, e no júri em defesa da sociedade contra o crime: tirocínio de publicista e de político, quer naquelas associações, quer na constante redação de jornais, em épocas tão diversas das de hoje, em épocas em que a luta animada como que punha em questão cada dia, cada hora, a existência das instituições nacionais; tirocínio de meditação e de estudo na árida ciência do direito positivo.

Assim, preparado antes de chegar aos 30 anos de idade, os votos da província em que residia chamaram-no ao parlamento: nele teve assento nessa deputação pernambucana que então era tão rica de talentos e de notabilidades,

na sessão de 1843, e nunca mais cessou de fazer parte dela, senão quando o partido que lhe era infenso comprimia o voto popular de modo a excluir todos os que não pertenciam às suas chapas.

Na assembléia provincial pernambucana de que por vezes tinha feito parte havia-se adestrado para aparecer em maior teatro.

Antes de o vermos nesse novo teatro, acompanhem-lo um pouco na sua carreira de magistrado.

Da comarca do Pau do Alho foi, em 1842, removido para a do Recife: no exercício das funções judiciárias em comarca tão importante pôde mostrar o que a natureza e o estudo o haviam feito. Granjeou logo com a consideração e a estima pública os foros de abalizado magistrado, a ponto tal que, quando em 1847, a reação política então desencadeada por um partido que senhor do poder, não admitia em posições oficiais a quem quer que o não servisse, o removeu para a comarca do Açu, houve um clamor geral de indignação, ecoado por toda a imprensa do país, e os cidadãos mais grados do Recife, sem distinção de opiniões ou de parcialidades políticas, deram solenes testemunhos da mágoa que lhes causava a prepotência que os privava de juiz tão reto e tão ilustrado.

Assim, o golpe com que o ódio implacável dos seus adversários o queria castigar, achou-se frustrado; foi ocasião para o juiz removido dessa solene compensação, e ainda mais o serviu abrindo-lhe a carreira da advocacia. Ao invés de ficar resignado com o degredo a que era condenado, o jurisconsulto abriu banca de advogado; aí o acompanharam o conceito, as simpatias que tinha sabido adquirir, e quando um poder mais regular o restituiu em 1849 à sua comarca do Recife, foi para o ilustre advogado um verdadeiro sacrifício aceitar a nomeação. Esse sacrifício, porém, ele o fez porque as circunstâncias eram graves: Pernambuco tinha visto uma nova revolta, felizmente a última que tem ensanguentado o país; processos iam ser instaurados aos comprometidos nessa revolta, o júri do Recife ia julgá-los; era, pois, indispensável que o magistrado que lhe tivesse de presidir, não deixasse que as paixões políticas, os ressentimentos e ódios se substituíssem à justiça. Nabuco de Araújo compreendeu que havia uma missão importante para o juiz de direito do Recife. Aceitou-a, cumpriu-a. Os processos políticos foram então levados a bom êxito sem quebra da lei e da justiça.

A vida política o distraiu então completamente da carreira de magistrado; restituído à tribuna em 1850, nunca mais pôde voltar à sua comarca, e em 1857 conseguiu a sua aposentadoria de juiz de direito com as honras de desembargador.

As convicções que o Conselheiro Nabuco tem por diversas vezes manifestado na tribuna, e que cada vez se enraízam mais no seu espírito com os fatos que tem

presenciado, acerca da incompatibilidade das funções de magistrado com as funções políticas, especialmente as de natureza eletiva, determinaram-na naquela solicitação, quando as nobres inspirações do seu talento à sua patriótica ambição de servir ao país, oferecia a carreira de político melhor e mais vasto campo do que a do magistrado.

Membro distinto das maiorias ordeiras, o conselheiro Nabuco fez-se logo reconhecer como um homem de futuro pelo seu talento de tribuna, pelos seus trabalhos de comissões e de gabinete.

Por amor deles viu-se, no Ministério do Sr. Queirós Coutinho, nomeado membro da comissão que teve de organizar os regulamentos necessários à execução do código do comércio; e foi autor do importante regulamento das correições.

Entrando, enfim, na alta administração, foi em 1851 presidir à província de São Paulo. Essa província, uma das que mais agitadas temos tido pelas paixões políticas, importantes pelas notabilidades que aí capitaneiam os partidos, era incontestavelmente uma das em que se exigem talentos de mais subida plana. O hábil administrador manobrou de modo a neutralizar as paixões, a fazer arrefecer as lutas, a acalmar o antagonismo dos interesses, e teve a fortuna de conciliar amizades distintas de ambas as parcialidades, que ainda se lhe conservam devotadas.

Os tempos, porém, iam fazendo sua obra: longe estavam os dias de lutas; os partidos antigos começavam a deixar as suas bandeiras. Nessas circunstâncias, o Sr. Carneiro Leão é encarregado de organizar um gabinete: a palavra em que se encerrava o programa desse gabinete tinha de ser: conciliação. Um notável discurso do deputado de Pernambuco, no começo dessa sessão legislativa, o seu procedimento na câmara, a sua presidência de São Paulo, tudo o apresentava ao organizador do gabinete como o melhor para coadjuvá-lo na pasta da Justiça.

Nesse longo ministério, que durou de 1853 até 1857, e que é um dos que mais fortes vestígios têm de deixar na nossa história, coube ao Conselheiro Nabuco de Araújo papel importante. Os serviços que então prestou, querendo dar regularidade à administração da justiça, os seus grandes trabalhos sobre a reforma da nossa organização policial e criminal, e seu projeto para introduzir a luz no caos de nossa legislação hipotecária, e assim tornar possível o crédito territorial, estão na lembrança de todos, e embora não sejam leis do país, constituem o mais belo florão de glória do ministro que compreende os deveres do seu cargo.

A morte do presidente do Conselho determinou a dissolução desse Ministério; se as circunstâncias políticas da proximidade de uma eleição sob o regime de uma nova lei, impunham aos companheiros do marquês de Paraná o dever de continuar no poder, considerações políticas de igual peso determinavam-lhes

que se retirassem na presença da nova câmara — o conselheiro Nabuco o compreendeu e solicitou a sua demissão.

Nesse ministério, o conselheiro Nabuco mostrou-se um dos mais sinceros e devotados propugnadores da conciliação; na tribuna a defendeu por vezes e a explicou com o seu talento de hábil doutrinário, com as suas grandes exposições de idéias gerais; na prática, não fazendo seleção de pessoas pelas simples recomendações do passado, mas somente atendendo ao merecimento de cada um, mostrou-se o que havia anunciado que seria já na presidência de Pernambuco, já nos seus discursos na sessão de 1853, especialmente quando procurou sustentar a validade do diploma com que então se apresentava como deputado pelo Pará o Sr. Sousa Franco.

Depois desse Ministério, tão preeminente se tornou o conselheiro Nabuco que na nova organização ministerial de que foi encarregado o Sr. visconde de Abaeté, em 12 de dezembro do ano passado, não podia deixar de ser contemplado. Tendo recebido recentemente da coroa a graça da escolha para senador em uma lista que só lhe cabia o terceiro lugar, o Conselheiro Nabuco entendeu que não podia recusar-se ao convite. Embora nisso sacrificasse grandes interesses, aceitou o posto... Não o pôde porém sustentar: reconheceu, dizem-nos pessoas bem informadas, que não se poderia dar entre ele e alguns dos seus colegas a necessária solidariedade; retirou-se pois em 19 de março deste ano.

Ao sair do Ministério, em 1857, o Conselheiro Nabuco alistou-se entre os advogados do foro fluminense, onde foi escolhido como devia sê-lo um jurisconsulto tão abalizado; agora, que de novo se acha fora do poder, voltará à sua banca de advogado: ainda aí prestará bons serviços à administração da justiça.

Do caráter nobre e desinteressado do hábil jurisconsulto há uma prova raríssima nos nossos dias.

É de prática que as vagas senatórias que aparecem, quando no poder estão ministros com a idade de 40 anos, pertençam a esses ministros. Ainda livre da influência indébita, a eleição sempre se acomoda em prol do cidadão cujo merecimento está sobressaindo em uma pasta. Nabuco de Araújo tinha ambição mais nobre: desprezando essa prática, no seu longo ministério da Justiça viu sucederem-se sete vagas de senador por províncias onde tinha ele algum título pessoal com que apadrinhasse a sua candidatura; foram essas vagas duas por São Paulo, duas pela Bahia, uma pelo Pará, uma por Pernambuco e uma por Alagoas; o ministro Nabuco não foi candidato. Reservava-se para pleitear a sua candidatura no dia em que não fosse mais ministro, no dia pois em que não lhe pudesse ser exprobrada a interferência

oficial. Esse dia chegou enfim: a província do seu nascimento apresentou-o à coroa, em 1858, e a coroa o escolheu.

Eis em breve resumo a vida pública do conselheiro Nabuco. Da sua vida particular apenas nos cabe aqui mencionar o seu consórcio, logo no começo da sua carreira, em março de 1840, com a Sra. D. Ana Benigna Barreto Nabuco, filha legítima do tenente-coronel Antônio de Sá Barreto e D. Ana Felicidade Barreto, irmã germana do marquês do Recife, descendente em linha reta e legítima dos morgados do cabo de Santo Agostinho.

JANUÁRIO DA CUNHA BARBOSA



Januário da Cunha Barbosa nasceu na cidade do Rio de Janeiro, a 10 de julho de 1780. Foram seus pais Leonardo José da Cunha Barbosa e Bernarda Maria de Jesus, aquele natural de Lisboa, esta do Rio de Janeiro. Perdendo sua mãe, quando apenas contava nove anos, e pouco tempo depois seu pai, ficou a sua educação, assim como a de seus irmãos ainda mais moços do que ele, a cargo de um tio paterno, que o sustentou nos estudos preparatórios ao estado eclesiástico, que ele abraçara no ano de 1801 pela ordem de subdiácono, entrando no sacerdócio em 1803, logo que completou a idade para isso requerida. Em 1804 fez duas viagens a Lisboa, e voltando em junho de 1805 entregou-se ao ministério do púlpito, em que adquiriu crédito.

Estabelecendo-se a capela real no Rio de Janeiro, no ano de 1808, teve Januário da Cunha Barbosa carta de pregador régio. Desvelou-se no desempenho deste encargo, do qual colheu o hábito de Cristo, os aplausos dos cortesãos e a estima de seus patrícios. Em setembro desse mesmo ano, foi Januário admitido a substituir a cadeira de filosofia racional e moral, habilitando-se para isso na

Mesa do Desembargo do Paço, e começou também em janeiro seguinte a servir o lugar de pró-comissário da ordem terceira dos Mínimos. Em dezembro de 1814, teve a propriedade da cadeira, vaga por jubilação de seu proprietário.

Em 1821, o grito de liberdade soltado em Portugal achou eco no coração de Januário da Cunha Barbosa, que, como visse se desenvolverem os destinos do Brasil a esse brado, que retumbou prontamente em todas as suas províncias, quis logo, associado a um amigo e colega em seus estudos, Joaquim Gonçalves Ledo, concorrer com um contingente necessário em tal ensejo. O Revérbero Constitucional Fluminense, periódico semanal que apareceu pela primeira vez em 15 de setembro desse ano, encaminhou os brasileiros à Independência, fortificou-lhes a opinião contra os disfarçados acometimentos das Cortes em Lisboa, acendeu-lhes o entusiasmo daquela época, dispondo os ânimos para a emancipação do Brasil, proclamada em setembro de 1822, mas começada verdadeiramente em maio pela representação redigida pelos redatores do Revérbero, lembrada pelo então Presidente da Câmara Municipal, José Clemente Pereira, e discutida por estes e mais dois patrícios, José Mariano d’Azevedo e José Joaquim da Rocha, que assim lançaram a pedra angular no alicerce da independência do Brasil.

Quando em setembro desse ano os negócios do país chegavam ao ponto de seu maior desenvolvimento, Januário da Cunha Barbosa marchou à província de Minas Gerais para coadjuvar os mineiros na aclamação do Príncipe, então escolhido para reger os destinos da nação. Apesar de que os sentimentos de quase todos os mineiros estivessem acordes para este ato, contudo a presença de um fidalgo português, que ali governava com algum partido, fez necessária a sua ida à capital de Minas. D. Manuel da Câmara nem se pôde opor ao ato da aclamação que poucos dias antes havia desaprovado, nem se demorou ali depois desse ato, que fora celebrado na melhor ordem e com entusiasmo impossível de se descrever. Januário da Cunha Barbosa tratou então em Vila Rica, Mariana, Caeté e Sabará, de temperar algumas paixões irritadas pelos acontecimentos anteriores; trabalhou por si e por seus amigos em ordem a fazer chegar ao centro da opinião nacional os que erradamente divergiam, ou que achavam graves embaraços na indignação dos escandalizados por seus primeiros atos; e conseguiu gloriosamente fazer muitas reconciliações. Mas quando Januário da Cunha Barbosa acabava a inteira conversão dos dissidentes, um mês depois da aclamação do Imperador constitucional na capital de Minas, em que tivera não pequena parte, ele foi preso em seu regresso ao Rio de Janeiro, recolhido à fortaleza de Santa Cruz em 7 de dezembro, no mesmo instante da sua chegada à corte, e no dia 19 posto a bordo de um bergantim francês, e deportado para o Havre, sem processo, sem se atender a um só de seus requerimentos, e sem subsídio para manter-se em terra estrangeira!

Januário da Cunha Barbosa teve muitos outros companheiros de desgraça, e de tão inqualificável deportação. Julgado improcedente o processo contra todos eles, e na ausência de todos instaurado, teve ele bem depressa em Paris as provas de que sua inocência havia plenamente triunfado, sendo-lhe restituída a liberdade de voltar ao seu país.

Em 1823, deixando a capital da França, dirigiu-se ao Havre, donde regressou ao Império, chegando ao Rio de Janeiro em dezembro do mesmo ano. O exílio só serviu para fazer avultar a consideração de que por todos os seus atos e serviços feitos à pátria tornara-se tão credor. Todo o tempo de sua imerecida deportação foi pelo ilustre brasileiro aproveitado em ilustrar a sua inteligência, habilitando-a com os frutos da experiência e a lição dos homens para melhor servir ao seu país, cuja prosperidade constituía o constante objeto de sua solicitude e anelo.

Não era possível que os acrisolados serviços, tão desinteressadamente prestados à pátria e ao Império por Januário da Cunha Barbosa, ficassem eternamente deslembrados na consciência pública e nos arquivos da administração suprema.

Restituído à pátria, foi o digno fluminense recebido pelo Sr. D. Pedro I com todos os sinais de benevolência, sendo logo em seguida honrado com o oficialato do Cruzeiro, em abril de 1824, e com o lugar de cônego da capela imperial, em setembro do mesmo ano.

Tão significativos atos de distinção da parte do monarca foram por parte dos povos correspondidos por demonstrações não menos nobres e honrosas. Os mineiros, recordando os preciosos serviços que lhes prestara o cônego Januário, e os fluminenses disputando-lhes a glória de os retribuir, conjuntamente elevaram o cônego Januário ao alto cargo de representante da nação na primeira legislatura, que teve lugar em maio de 1826, na qual, em respeito à lei, tomou parte pela província do Rio de Janeiro, por ser a do seu nascimento.

Concluídos os trabalhos do quadriênio, o governo, querendo aproveitar as luzes e reconhecida a aptidão do cônego Januário, encarregou-o, não só da direção da tipografia nacional, como também da re-dação do Diário do Governo.

Como era natural, não poderia deixar o cônego Januário, nessa sua nova posição, de incorrer no desagrado daqueles que, por qualquer modo, hostilizassem os atos da administração a cuja defesa se prestava. Não há ministério que não tenha adeptos detratores. Dessa origem procedeu o resfriamento das afeições de alguns de seus amigos e admiradores, sem que jamais lhe pudessem fazer carga de ser menos extremoso defensor dos verdadeiros sentimentos liberais que professava, ou de olhar com menos horror para quanto podia alimentar a anarquia ou a revolução.

Por essas vicissitudes, tão naturais no regime da política adotada, facilmente explica-se a dispensa do cônego Januário da redação da folha oficial, em abril de 1831, bem como também a sua reintegração, logo em junho do mesmo ano, sob a administração da regência permanente, que soube fazer justiça aos sentimentos e à ilustração de um cidadão tão distinto. Novas provas de consideração do governo ainda se observam em suas nomeações de examinador sinodal, de cronista do Império e de diretor da Biblioteca Nacional.

Nos últimos anos de sua existência, não se descuidava um só momento o cônego Januário de dedicar-se com o mais desvelado zelo ao serviço do seu país. As letras receberam de sua cultura e constantes estudos os mais benéficos impulsos.

O periódico Auxiliador da Indústria Nacional, o Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, a Revista Trimensal do mesmo Instituto, o poema "Niterói" a coleção das poesias mais estimadas dos poetas brasileiros, com a vida de alguns deles, lhes devem a sua existência. Se se juntarem a esses títulos de glória os serviços prestados ao ensino da filosofia por espaço de vinte e sete anos, que lhe valeram por fim a sua jubilação, e os aturados trabalhos de uma ativa correspondência entretida com as principais sociedades literárias da Europa e da América do Norte, atinar-se-á com a razão por que em seus últimos anos tantas provas de distinção pública, nacional e estrangeira, procuravam como que à porfia honrar o benemérito literato. A tão distintos incentivos deveu o cônego Januário o ser secretário perpétuo das duas mais úteis sociedades da capital do Império, como sejam a Sociedade Auxiliadora e o Instituto Histórico, o ser membro do Conservatório Dramático, correspondente de catorze associações literárias estrangeiras. As comendas do Cruzeiro e Cristo foram unidas às da Rosa, da Conceição de Vila Viçosa, em Portugal, e de Francisco I, em Nápoles.

Ainda no último quartel de sua vida, e quando os fluminenses o haviam novamente elevado ao lugar de deputado à assembléia geral legislativa, seus amigos o viram dedicar-se com a solícitude que tanto o distinguiu ao estudo da reforma da instrução pública.

Orador sagrado, seus inúmeros sermões e orações de graças atestam a sua profunda erudição, colhida nas melhores obras da literatura religiosa, publicadas nas línguas latina, portuguesa, espanhola e francesa. Seus próprios desafetos nunca deixaram de admirar o talento e a superioridade com que nessa qualidade honrava as letras e a pátria.

Escritor público, era dotado de rara fecundidade, de recursos variadíssimos e de um estilo lúcido, algumas vezes caloroso, sempre insinuante, agradável e interessante. Era um dos principais de sua época, digno companheiro dos Cairus e Ferreiras da Veiga.

Professor de filosofia, por mais de um quarto de século, instruía a mocidade nos sãos princípios da ciência, extremando-os dos abusos e inconvenientes excessos. Inúmeros cidadãos, que por mais de um título hoje realçam nas cadeiras dos legisladores da pátria, entre a ilustrada classe médica, na honrosa profissão das armas, e em outras não menos dignas posições, atestam os serviços importantes e verdadeiramente reais com que procurava o cônego Januário desenvolver e ilustrar a inteligência pública.

Poeta, diferentes escritos seus o colocam na ordem dos primeiros épicos, satíricos e epigramáticos da sua época.

Jornalista, foi um dos mais conspícuos colaboradores do tempo, e devendo-se, como acima fica dito, à força de seus escritos, cheios de energia, cabedal e independência, as causas produtoras dos principais sucessos do país.

O cônego Januário arrebatava no púlpito pela sua presença nobre, por sua larga frente, seu olhar vivo e brilhante, seus gestos regulares e sua voz acentuada e sonora.

Em sua organização sanguínea, móvel e suscetível, achava-se como que encarnado o espírito do jornalismo.

Era constante e aturado no trabalho, incansável em produzir, inexaurível no improvisar. Seus trabalhos apenas se afrouxaram quando na idade de sessenta e dois anos, uma paralisia lhe veio suspender a ação da mão direita.

A morte o arrebatou na idade de sessenta e seis anos e meio, aos 22 de fevereiro de 1846, assistindo-lhe aos seus derradeiros instantes os seus melhores amigos.

O país deplorou a perda do homem distinto, que por mais de um título se havia ilustrado e o havia honrado.

O cônego Januário da Cunha Barbosa teria colhido melhores louros em sua afanosa vida, e veria melhor recompensados os seus eminentes serviços, se a ingratidão dos homens e as tormentas políticas tanto o não houvessem contrariado.

MARQUÊS DE PARANAGUÁ



Francisco Vilela Barbosa, natural da província do Rio de Janeiro, filho de Francisco Vilela Barbosa, tendo terminado os estudos preparatórios, seguiu para Portugal, a fim de estudar matemática na universidade de Coimbra. Depois de formado nessa faculdade, assentou praça na armada nacional, no posto de 2º tenente, em 1797, na idade de 25 anos, onde prestou bons serviços, principalmente no cerco da praça de Túnis, e na tomada dos piratas argelinos, no Mediterrâneo.

De volta a Lisboa foi nomeado lente da Real Academia de Marinha, por proposta da congregação dos lentes da universidade de Coimbra, segundo a lei; passando para o real corpo de engenheiros, em agosto de 1802, no posto de 1º tenente, sendo em dezembro do mesmo ano promovido a capitão e a major em julho de 1810.

Sendo já membro da Sociedade Real Marítima, Militar e Geográfica de Lisboa, foi eleito sócio da Academia Real das Ciências na classe das ciências exatas, em dezembro de 1814, sendo em 1818 eleito vice-secretário, com exercício de secretário, que serviu até demitir-se, em 1823.

Além dos trabalhos acadêmicos, F. V. Barbosa procurou dotar as ciências com alguns de seus escritos.

Escreveu para a Real Academia Elementos de Geometria com um tratado de geometria esférica, 1 vol. em 8º, do qual a academia tem feito quatro edições, já extintas. O 6º tomo, part. 1ª das memórias, e história da Academia Real das Ciências de Lisboa, traz a Primavera, sublime cantata, feita por V. Barbosa. Assim como o tomo 8º das mesmas memórias contém os discursos recitados pelo vice-secretário V. Barbosa na sessão pública da academia, a 24 de junho de 1821, e no paço de Queluz a el-rei o Sr. D. João VI, em 9 de julho do mesmo ano, por ocasião da sua chegada a Lisboa.

A mudança de sistema de governo facilitou aos fluminenses a ocasião de distinguirem ao seu comprovinciano, que em Portugal tantas provas dava de seu talento; F. V. Barbosa foi eleito deputado às Cortes constituintes, pela sua província natal.

Porém, apenas os deputados portugueses justificaram a independência do Brasil, com a sua conduta imprudente e provocadora, V. Barbosa provou que tinha um coração brasileiro; que o amor da pátria que nele palpitava, não tolerava a menor idéia de opressão para o Brasil; e unido à falange dos Andradas, dos Linos Coutinhos e de todos os outros brasileiros, reconheceram que as vistas do congresso eram hostis ao Brasil; que o Brasil, que principiara a ser livre em 1808, não podia mais voltar às cadeias coloniais; e com eles assinou, a 18 de setembro de 1822, a declaração proposta pelo digno paulista Fernandes Pinheiro, depois Visconde de S. Leopoldo, de que não jurariam a Constituição, porque na sua discussão haviam votado contra ela; e também porque entendiam ter cessado os seus poderes; pedindo V. Barbosa em sessão do congresso, a urgência para a discussão dessa declaração.

Porém, apresentando a comissão de Constituição do Congresso o famoso projeto de decreto, que não só cassava os poderes delegados ao príncipe real no Brasil, como anulava seus atos, lhe marcava o prazo de quatro meses para voltar a Portugal, prazo que na discussão foi reduzido a um mês, depois da intimação; ordenando a el-rei, que no caso de recusa do príncipe, fosse ele desautorado! e constando em Portugal o decreto do príncipe real o Sr. D. Pedro, para a convocação das cortes constituintes no Brasil, F. V. Barbosa, depois de declarar ao Congresso português, que voava ao Brasil, para tomar parte na sua independência, atravessando, se possível fosse, o oceano com a sua espada na boca, requereu ao governo português a demissão de todos os seus empregos e

postos; o que só lhe foi concedido por decreto de 17 de maio de 1823, quando regressou para o Brasil.

Sem nos fazermos cargo de historiar os dias da nossa Constituinte, diremos, como coevo imparcial, como brasileiro desinteressado, que tem acompanhado todos os partidos políticos desde 1822, sem nunca haver a eles pertencido, que não tardou em mostrar a Constituinte que não havia compreendido a sua alta missão; a Constituinte, cujos membros haviam sido feitos pela única eleição vestal, que o Brasil tem tido, desde a sua emancipação!

No seio da Constituinte manifestou-se um grupo, que eivado da demagogia, parecia querer lutar com o poder. Essa luta era, sem dúvida, funesta ao país; a existência da Constituinte era pois um mal!

Ao chefe do estado foi indicado o corretivo; porém, generoso como era, a ponto de ser tolerante, entendeu que o remédio era violento; e então procurou em ocasião oportuna, com palavras sinceras, como amigo fanático do Brasil, que ele emancipara! neutralizar as idéias que pareciam exageradas de um dos membros mais preeminentes desse grupo; mas a decepção foi completa! A resposta dessa capacidade foi audaz, chegou a parecer insultuosa! E foi então, que o imperador o Sr. D. Pedro I, ciente dessa opinião, e recebendo aviso de um dos caracteres mais distintos da Assembléia Constituinte, em saber e moderação, de que, se o remédio fosse demorado, produziria o efeito inverso, resolveu dissolvê-la, com o decreto de 12 de novembro de 1823. F. Vilela Barbosa, recém-chegado de Portugal, defensor corajoso da monarquia, e da liberdade legal, não desejava ver reproduzidas no seu país as cenas da constituinte francesa de 1789 e 90: aceitando a responsabilidade moral do ato da dissolução, com ela aceitou no dia 10 desse mesmo mês a nomeação de ministro e secretário de Estado dos negócios do império; passando para ministro da Guerra a 14, e a 17 para ministro da Marinha, cujo ministério serviu até 16 de janeiro de 1827, data em que talvez a firmeza de seu caráter o fez solicitar e obter a sua demissão; tendo sido durante esse espaço novamente ministro da Guerra, de 26 de julho de 1824 a 3 de agosto do mesmo ano e dos Negócios Estrangeiros, de 4 de agosto de 1825 a 21 de novembro desse ano.

Novamente ministro da Marinha, a 4 de dezembro de 1829, deixou essa pasta a 19 de março de 1831, tendo estado também com a pasta de Estrangeiros desde 29 de setembro a 9 de outubro de 1830.

Deixou, dissemos nós, a pasta da Marinha a 19 de março de 1831, porque tendo-se violentamente manifestado o partido revolucionário, pretextava, para as suas iras, a existência do Ministério Paranaguá (F. Vilela Barbosa havia sido nomeado por seus bons serviços visconde de Paranguá, e depois marquês).

Sem dúvida, o marquês de Paranaguá não transigia com revolucionários, e portanto ele era um obstáculo para seus fins!... O marquês de Paranaguá deixou pois o poder a 19 de março de 1831, aconselhando porém à Coroa a nomeação de um Ministério liberal; e esse Ministério composto em parte de capacidades, e no todo, de pessoas que o seu partido indicava como as mais aptas para satisfazer as suas exigências, ou não tinha força moral para obstar o progresso do mal, que ostentava o seu poder ou traía a coroa e nada fazia. A exoneração desse Ministério foi decretada a 5 de abril seguinte, e chamado o marquês de Paranaguá.

Mas, o dano estava feito. Só medidas enérgicas podiam salvar o país. Porém, o Imperador o Sr. D. Pedro I temia o derramamento do sangue brasileiro, no emprego dessas medidas; e generoso e magnânimo, como era, preferiu sacrificar-se, abdicando à coroa em seu excelso filho. Manifestada a vontade do Imperador, o marquês de Paranaguá retirou-se no dia seguinte ao da sua entrada, a 6 de abril de 1831.

Dada a abdicação no dia 7 seguinte, ficou o nobre marquês exposto à sanha do partido revolucionário, que a não ser a lealdade de um amigo, que a tempo o preveniu, para abrigar-se na legação francesa, e depois a bordo do Almirante Grivel, ele teria sido vítima dos facciosos, que duas vezes, depois de quebrarem as janelas da sua casa, a invadiram; tendo em uma dessas invasões penetrado, em alta noite, até ao aposento da desolada consorte, que como heroína lhes bradava pela Constituição, lançando-lhes em rosto a sua ferocidade contra uma senhora! No dia seguinte, a nobre marquesa teve também de exilar-se, para fugir à sanha dos revolucionários do 7 de Abril!

O marquês de Paranaguá era criminoso, por ser amigo do Sr. D. Pedro I, como tantos outros!

Amigo da sua pátria, que tantas vezes cantou na lira sublime, que com encanto tangia, só queria para ela o verdadeiro sistema constitucional representativo; e era por isso que os demagogos o tinham como o seu maior antagonista!... E a tal ponto chegou a sua sanha, que além de outras afrontosas calúnias, lhe assacaram haver ele mandado buscar ao estrangeiro, e conservar ocultas no Arsenal da Marinha, forcas de ferro, para com elas punir aos liberais. Não é um romance que escrevemos; essas acusações foram tantas vezes repetidas pela imprensa revolucionária que brasileiros respeitáveis as acreditaram. Não há muitas semanas que ouvimos a uma alta personagem a confissão a mais sincera dessa fraqueza:

"Eu cheguei a crer", disse ela, "que de fato existiam no Arsenal da Marinha as tais forcas de ferro, mandadas vir pelo marquês de Paranaguá."

O marquês de Paranaguá, exilado meses, até cessar o vulcão revolucionário, pois que ainda depois exigiram a sua deportação, entregou-se à vida privada, limitando-se a comparecer às sessões do Senado, do qual era membro desde a sua criação.

Conselheiro de estado, pela lei de 20 de outubro de 1823, foi ele um dos dignos brasileiros a quem o Sr. D. Pedro I incumbiu a revisão do projeto da Constituição, por ele redigido, e que por isso teve a glória de ser um dos seus referendatários, por cujo motivo foi condecorado com a dignitária da Imperial Ordem do Cruzeiro.

Em janeiro de 1826 foi o plenipotenciário do Tratado de Amizade e Comércio que o Brasil fez com a França.

Habitados a julgarmos os fatos pelos resultados, entendem hoje alguns dos nossos políticos que os artigos permanentes desse tratado foram um erro, pois que ligaram o Brasil a condições onerosas! Não entraremos no exame da conveniência ou desconveniência desses artigos, mas é nossa convicção que se na sua estipulação houve sacrifício, era ele necessário naquela época. Emancipado o Brasil em 1822, ainda em agosto de 1825 não havia sido a sua independência reconhecida pela mãe-pátria, nem por nenhuma nação estrangeira; mesmo a Inglaterra, que maior comércio tinha com Brasil. O Brasil solicitava esse direito da França, o reconhecimento da sua Independência. A França, conquanto não receasse comprometer-se com Portugal dando esse passo, todavia queria tirar vantagem dessa primazia; com o ato pois do reconhecimento da Independência exigia um tratado de comércio, com tais artigos permanentes: convinha ao Brasil, naquelas circunstâncias, recusar o pedido? Que nos responda o bom senso dos nossos políticos imparciais.

É, porém, verdade que às boas relações entre os plenipotenciários brasileiros e os da França, deve o Brasil as condições favoráveis que lhe vieram do tratado, as quais custaram a destituição dos da França, e com ela a sua desgraça!

Uma outra circunstância colocou a França em posição vantajosa para com o Brasil; a sua aquiescência à exigência do Brasil demoveu a mãe-pátria a reconhecer a independência do Brasil, antes que aquela o fizesse; e tendo chegado a esta corte, como mediano para aquele fim, Sir Carlos Stuart, em princípios de agosto de 1825, a 29 do mesmo mês e ano estava assinado o tratado do reconhecimento da sua independência, cabendo ainda a Francisco Vilela Barbosa a glória de ser ele um dos seus plenipotenciários.

No Ministério da Marinha prestou o nobre marquês relevantes serviços, com os recursos que lhe dava um orçamento sempre mesquinho, como permitiram então as finanças do país. Aos seus esforços, secundados pelo digno fluminense Francisco Bibiano de Castro, e o honrado José Maria de Almeida, apesar do

limitado orçamento de 1.200 e 1.600 contos de réis, nos anos de 1825 e 1826, conseguiu mandar para o rio da Prata uma esquadra respeitável de mais de quarenta vasos, entre os quais três fragatas de linha, que a não ser a proteção oculta da grande potência marítima às Repúblicas contendoras, o Brasil teria evitado a vergonha de fazer um tratado preliminar de paz, quando as forças imperiais triunfavam dos revoltosos. Os bons serviços prestados pelo nobre marquês de Paranaguá à Marinha de Guerra foram galardoados pelo imperador, o Sr. D. Pedro I, com a Grã-Cruz da Imperial Ordem do Cruzeiro.

O homem que tantos serviços havia prestado no reinado do primeiro imperador não podia ser indiferente ao do Sr. D. Pedro II. Convencido que nada podia fazer durante o governo fraco da minoridade, tão semelhante dos governos interinos, o marquês de Paranaguá aguardava a maioria do Sr. D. Pedro II para oferecer-lhe seus serviços, que eram recomendados por um autógrafo do Sr. D. Pedro I, que o nobre marquês só devia entregar depois que o Sr. D. Pedro II tomasse as rédeas do poder.

O marquês de Paranaguá, assim como tantos outros distintos brasileiros, tinha visto a insuficiência dos governos regenciais para proverem ao bem do país, talvez pela razão já dada, da franqueza que traz a interinidade; nem a regência provisória, nem a trina, reduzida a um membro que menos fez, só com o seu prestígio militar; e finalmente a de um único regente, que apesar do prestígio ganho pelos seus bons serviços prestados nas grandes crises por que passou a capital do Império, e com todo o sufrágio do país, teve de abandonar o posto, reconhecendo essa impotência, e então aspiravam o momento feliz em que o jovem monarca assumisse o poder. Esse momento apresentou-se a 23 de julho de 1840.

Os partidos políticos reconhecendo a deficiência de suas forças, que o golpe de estado de 22 de julho desse ano acabou de aniquilar, viram na maioria a sua redenção; e sendo ela aclamada pela assembléia geral, foi o nobre marquês de Paranaguá, panegirista dessa aclamação, não quis marear a sua glória com uma idéia de interesse pessoal; ele pediu e obteve a declinação dessa honra. Porém, a 23 de março do ano seguinte, 1841, teve de obedecer ao Imperador, entrando para o poder, na pasta da Marinha, que por força de circunstâncias deixou a 26 de agosto de 1842, tornando porém a entrar para o mesmo ministério a 13 de setembro desse ano, que deixou a 20 de janeiro de 1843.

Além de outras provas de distinção que aprovou a S. M. I. o Sr. D. Pedro II, conceder ao nobre marquês como justiça a seu mérito, dignou-se S. M. determinar que o marquês de Paranaguá exercesse as funções de condestável, no glorioso ato de sua coroação. No quadro histórico que existe no imperial paço da cidade, representando esse ato solene, figura o nobre marquês no exercício de tão altas funções.

O nobre marquês renunciou ao poder em 1843, para não mais voltar a ele. Reconhecia que suas forças físicas eram apenas sustidas pelo espírito de seu caráter; que 75 anos de idade, dos quais 50 haviam sido passados no bulício de uma vida toda intelectual, que muitas vezes era exacerbada pela sublimidade de suas idéias poéticas, não lhe permitiam outro trabalho que o da revisão de seus escritos. Entregue a ela, não era todavia indiferente às discussões do Senado; em todas tomava o interesse a que levava o zelo da causa pública, principalmente naquelas questões que lhe eram peculiares.

Depois de tenaz enfermidade, de mais de ano, e quando parecia completamente restabelecido, findou-se o nobre marquês de Paranaguá, quase repentinamente, a 11 de setembro de 1846, deixando desolada a nobre marquesa, esposa em segundas núpcias, da ilustre casa de Brancamps de Portugal, e sem sucessão; sendo suas cinzas depositadas em modesto mausoléu, que a piedade de sua consorte lhe dedicou, na ordem 3ª dos mínimos.

Se algum dia a história do Brasil for imparcialmente escrita, serão nela devidamente avaliados os serviços do marquês de Paranaguá, de caráter firme, independente e probo a toda a prova.

A não ser a fatal resolução do nobre marquês, de entregar às chamas todos os seus escritos, meses antes do seu falecimento, teríamos para admirar, não só a sua coleção de poemas épicos como as interessantes notas para a história do Brasil, que com todo o esmero as havia escrito, para quatro volumes, e que algumas vezes nos honrou com a sua leitura.

Mandou porém imprimir o seu Tratado de Geometria, que também havia escrito, e que hoje faz parte dos compêndios das nossas escolas militares.

O marquês de Paranaguá havia sido reintegrado nos postos militares de engenharia, de que fora demitido em Portugal, tendo depois acesso até ao de brigadeiro, em que se reformou. O marquês de Paranaguá honrou a pátria e o nome de brasileiro.

Rio de Janeiro, 24 de setembro de 1858.

BISPO DE ANEMÚRIA



Frei **Antônio de Arrábida** nasceu na cidade de Lisboa, em Portugal, a 9 de setembro de 1771, de pais honrados e virtuosos, que lhe deram esmerada educação, baseada nos princípios religiosos, os quais com rápido desenvolvimento o prepararam para o estado regular, e por tal maneira, que Antônio de Arrábida não esperou a idade canônica para o abraçar, e apenas acabados seus primeiros estudos entrou para o claustro, no convento de S. Pedro de Alcântara, quando tinha então 15 anos; tomou logo as primeiras ordens, e aí esperava a época da sua profissão. Porém, conhecida sua aplicação aos estudos superiores, e seu aproveitamento, foi ele escolhido para lente e bibliotecário do convento de Mafra, onde com grande proveito para si e para a corporação esperou a idade necessária e professou. Continuando ali tão honrosa ocupação, foram seus talentos e conduta devidamente apreciados pelo virtuoso príncipe, depois rei, o Sr. D. João VI, de saudosa memória, na sua estada naquele convento, chamando-o para junto de si, quando Fr. Antônio tinha apenas 28 anos de idade.

Colocado assim em tão alta posição desde 1800, Fr. Antônio, o amigo confidente do príncipe, nunca dela abusou: era na habitação régia o mesmo religioso do claustro; e cultivando sempre as letras, Fr. Antônio não perdia ocasião de fazer o bem: quem o conheceu sabia que era ele o mediano entre o príncipe clemente e caridoso e o necessitado.

Em política já então era Fr. Antônio de escrupulosa reserva, quando em consultas o ouvia o príncipe, muito mais depois que Sua Alteza foi a regente; e o acerto em que nelas se houve era uma garantia que lhe dava o seu confidente.

Assim passaram os anos até 1807, em que o príncipe regente, reconhecendo a importância do Estado do Brasil, e querendo dar-lhe um governo mais forte, mais prestigioso, resolveu nomear ao Sr. D. Pedro de Alcântara, príncipe da Beira, seu condestável no Brasil, para onde devia logo partir.

Tomada esta resolução, e quem sabe com que alcance, aconselhada talvez pelo distinto brasileiro, então incumbido do gabinete do príncipe regente, foi por ele comunicada a Fr. Antônio, da parte de Sua Alteza, com a declaração de que o príncipe o havia nomeado secretário particular do augusto condestável, e que dentro em poucos dias seguiriam para o novo destino; dando-lhe um exemplar da proclamação impressa, que naquela ocasião seria publicada. Ao Instituto Histórico e Geográfico do Brasil foi há dois anos oferecido o documento autêntico, que comprovava o fato da nomeação do augusto condestável, até então ignorado. Porém, quando Fr. Antônio preparava-se para a longa viagem, com tanto segredo, que sua própria família apenas sabia que em serviço do regente saía de Lisboa, é novamente chamado pelo regente, por intermédio do mesmo nosso distinto patricio, e então lhe comunica que o número de passageiros havia-se aumentado, isto é, que ele e toda a família real partiam para o Brasil; que Fr. Antônio o devia acompanhar, e na mesma nau, dando-lhe mais, além da nomeação do seu diretor espiritual e de mestre do príncipe da Beira. A notícia da invasão dos franceses em Portugal havia obrigado o príncipe regente a tomar uma tal resolução.

Obedecendo Fr. Antônio às ordens do príncipe, não pôde lhe ocultar o desejo que tinha de contribuir para o engrandecimento de um país, cuja prosperidade ele tanto profetizava; declarando mais, que, vindo para o Brasil, seria brasileiro!...

Realizada a viagem, e chegada a família real a este porto, não tendo sido para isso indiferente ao príncipe regente o parecer do seu confessor, sobre a escolha da província, ou cidade do Brasil, para sua residência, foi sempre Fr. Antônio o confessor inseparável do príncipe regente, não porque assim quisesse ostentar privança, mas porque o ordenava o príncipe. Nós fomos testemunha da modéstia de Fr. Antônio em todo esse tempo, apesar do reflexo que lhe cabia, do astro que acompanhava.

Chegada a época da aclamação do príncipe, por falecimento da rainha a Sr^a D. Maria I, foi ela julgada oportuna pelo novo monarca para elevar o seu confessor em dignidade no seu estado; porém, Fr. Antônio tudo recusou com respeito, aceitando apenas a pensão de 400\$000 do bolsinho de el-rei, para suas irmãs, que haviam ficado em Portugal.

No ano de 1821 vieram os sucessos, que proclamaram a Constituição, a 26 de fevereiro; e conquanto o Fr. Antônio não fosse liberal, todavia desejava que o país, que adotara por pátria, tão voluntariamente, acompanhasse as idéias do século, e melhorasse, com a adoção de novas instituições; neste caso, pois, não hesitou Fr. Antônio nas respostas que tinha de dar ao príncipe e ao rei, sendo consultado; elas foram favoráveis à manifestação popular, e por maneira, que podemos certificar, que a modesta cela de Fr. Antônio (Fr. Antônio nunca deixou a morada do convento de Santo Antônio dessa corte) era o ponto de reunião dos Rochas, dos Azevedos Coutinhos, dos Nóbregas, dos Andradas e outros colaboradores da Constituição e da Independência, onde se resolvia o que devia ser e foi proposto ao príncipe, e a el-rei, e depois ao imperador.

Dado aquele passo importante, já não era possível duvidar da sorte do Brasil; porém outro tanto não acontecia a Portugal, donde tudo era para recuar; e então pareceu a el-rei, indo, tudo remediava; e resolvendo-o fazer, em menos de um mês, não pedia mais a Fr. Antônio o auxílio dos seus conselhos, que lhe recordavam reflexões feitas em 1807, todas favoráveis ao monarca e ao Brasil, mas que não cessasse de dirigir a seu filho, o príncipe D. Pedro; o qual colocando logo Fr. Antônio no mesmo posto que ocupara para com seu augusto pai, e já mais o consultando, e ouvindo, que não conhecesse o acerto de suas idéias, e o estudo que fazia dos homens e das coisas do Brasil, o nomeou, a 23 de outubro de 1822, bibliotecário da Biblioteca Pública e Nacional, onde Fr. Antônio prestou importantes serviços, que ainda hoje o recordam. Entre os bons serviços prestados pelo novo bibliotecário, um há, sem dúvida, que revela bem o apreço em que Fr. Antônio tinha às coisas do Brasil. Fazendo organizar o índice da livraria, encontrou ele o importante Manuscrito Botânico, do padre-mestre Fr. José Mariano da Conceição Veloso, franciscano da província do Rio de Janeiro, e natural de Minas, que em 1790 o havia dedicado a Luís de Vasconcelos, depois conde de Figueiró, com o título de Flores Fluminenses, formado com saber e precisão, e muito trabalho de coligir, descrever e fazer desenhar 1.639 espécies de planta.

Por tão feliz achado exultou de prazer Fr. Antônio, amigo que era do Brasil, e para logo o denunciou na augusta presença do fundador do Império, o Sr. D. Pedro I, com o plano e proposta para sua publicação; o qual desejando, e tudo fazendo para realçar a glória do Brasil, dignou-se mandar aprovar a proposta por aviso da secretaria de estado dos Negócios do Império, de 25 de abril de 1825, e louvar o reconhecido zelo do bibliotecário, por tudo quanto podia

acreditar o gênio brasileiro; determinando que o texto da obra fosse aqui impresso, na tipografia nacional, sob as vistas do mesmo bibliotecário e o Dr. João da Silva Caldeira; e autorizando-o a remeter os desenhos para Paris, a fim de serem litografados na oficina de Lasteurie, "ficando a direção de todos estes trabalhos, diz o referido aviso, a cargo do bibliotecário, por lhe serem louváveis, e muito análogos ao seu patriotismo".

Antes de janeiro de 1831, estavam todas as litografias recebidas no Rio de Janeiro, para a publicação de 3.000 exemplares.

Fr. Antônio era tão brasileiro, que acusado, logo depois da nossa independência, por uma alta personagem do velho mundo, por não ter cooperado para a conciliação dos dois países irmãos, o que dizia ela, teria sido fácil, mas antes concorrido, talvez, para a sua emancipação, respondeu-lhe ele nestes termos:

"Se a boa-fé presidia às suas deliberações, às das Cortes, se os seus intentos não eram escravizar, por que razão lhe tem custado tanto a ajustar os projetos emitidos pelas comissões? Por que razão nada do que parece favorecer o Brasil diretamente lhe agrada? Por que razão os mais francos princípios de reciprocidade, e os artigos, talvez os mais onerosos, mas que provam os ardentes desejos que os brasileiros tinham da união, têm sido constantemente reprovados ao som de impropérios e de afrontas, de gritos, e pachouchadas, indignas do mais ordinário? É assim que irmãos se ajustam? É este o método de tratar as mais interessantes questões de Estado?" Estes sentimentos de brasileirismo em Fr. Antônio eram tão conhecidos e apreciados pelo imperador o Sr. D. Pedro I, de sempre saudosa memória, que lhe determinou, depois da queda da Constituinte, apresentasse um projeto de Constituição; o qual foi tomado em consideração pelos distintos brasileiros colaboradores da que nos rege, e Fr. Antônio convidado e ouvido para as respectivas conferências.

Ao brasileirismo de Fr. Antônio deve o país o significativo título da primeira de suas ordens honoríficas.

Querendo o Sr. D. Pedro I dar a Fr. Antônio maior prova de sua estima, solicitou e obteve da Santa Sé, com surpresa dele, a dignidade de bispo titular de Anemúria; adicionando-lhe a nomeação de coadjutor do capelão-mor. Agradecendo ao seu augusto amo tanta distinção, não lhe estava bem uma renúncia, ele resignou-se mas escrevendo a um amigo, a 23 de outubro de 1826, disse-lhe: "A Providência queira não tomar contas ao imperador, por este excesso de liberalidade."

O imperador ainda deu ao bispo de Anemúria outra prova da valia em que tinha seus talentos; dignou-se nomeá-lo diretor dos estudos do augusto príncipe e princesas imperiais; e no seu segundo consórcio, condecorá-lo com a Grã-Cruz da Imperial Ordem da Rosa.

O homem que tantos serviços havia já prestado ao Brasil não podia deixar de participar de um dos seus maiores triunfos, do reconhecimento da sua independência; e tendo Portugal ouvido enfim o reclamo da justiça, nomeando o embaixador que devia fazer o tratado do reconhecimento da Independência do Brasil, apenas chegado ao Rio de Janeiro Sir Charles Stuart, a 16 de julho de 1825, foi procurar na modesta cela do convento de Santo Antônio a Fr. Antônio de Arrábida, e entregar-lhe uma carta autógrafa de el-rei o Sr. D. João VI. Não diremos até que ponto pôde influir a mediação do amigo confidente de ambas as Altas Partes Contratantes; mas é fato que, três dias depois da chegada, teve o embaixador a sua apresentação, e a 29 de agosto do mesmo ano, pouco mais de um mês da sua chegada, estava assinado o tratado!

Foi o bispo de Anemúria incansável em promover o engrandecimento do nosso museu; entre outras, muito importante foi a oferta, que para ele fez a Sua Majestade o Sr. D. Pedro I, de uma coleção de mil preciosas medalhas, que ele possuía, egípcias, gregas e romanas.

Os anos decorridos depois, até a abdicação, não foram de ócio para o bispo de Anemúria. Evitaremos os comentários dos seus sofrimentos nessa época de dor, que nos trouxe o devolvimento da coroa a S. M. I. o Sr. D. Pedro II, príncipe virtuoso, ilustrado, e magnânimo, a glória dos monarcas do nosso século.

Esses sofrimentos foram agravados, quando o punhal do assassino o foi procurar na sua cela no convento de Santo Antônio, na tarde do dia 15 de julho de 1831! O bispo de Anemúria foi obrigado na tarde seguinte a tomar o disfarce para procurar um asilo seguro. Ele achou-o na casa hospitaleira de um respeitável ancião, onde esteve três anos. O bispo de Anemúria havia sido contemplado em uma lista de proscritos: o seu crime era ser amigo do Sr. D. Pedro I!

Logo depois, isto é, a 16 de agosto do mesmo ano, o bispo de Anemúria exonerado do lugar de bibliotecário da Biblioteca Pública Nacional, perdendo assim o único vencimento que tinha dos cofres públicos, porque toda a sua subsistência cessou com a partida do magnânimo Sr. D. Pedro I.

Reduzido portanto à miséria, e a mendigar dos amigos o pão necessário, ele recorreu a uma subscrição entre amigos e caritativos, para formar um fundo, cujo rendimento minorasse a sua mendicidade; ele obteve-a em parte, o que muito deveu, entre outros, ao Exmo marquês de Abrantes, que afincadamente a promoveu. O generoso coração de S. M. o imperador apareceu a concorrer com uma mensalidade, segundo sua ordem de 23 de agosto de 1834, que lhe foi paga até sua morte.

Estava o bispo de Anemúria nestes apuros de meios de subsistência, quando um amigo de além-mar lhe lançava em rosto o nenhum fruto que havia tirado dos

seus bons serviços, e ele respondia-lhe em carta de 8 de fevereiro de 1835: "De que tenho eu de me pejar, da minha mendicidade? A minha profissão religiosa; 40 anos de serviços públicos, e aos imperantes; sacrifícios não equívocos, prestados não só à submissão e ao respeito, mas ao amor e à gratidão para com os soberanos são títulos que fazem muita honra à miséria a que fui reduzido".

A Providência quis ainda uma vez ser-lhe propícia, para o punir talvez depois com maior severidade. Em 1836, foi-lhe concedida pelo corpo legislativo uma cômputo de um conto e duzentos mil-réis anuais; e tendo sido criado o Colégio D. Pedro II, nesta corte, por grandes instâncias de seus amigos aceitou a sua reitoria, por decreto de 5 de fevereiro de 1838; dando tanto apreço a esse assentimento o Exmo Ministro Vasconcelos, que, apesar de seu estado de paralisia, foi ao convento de Santo Antônio, à cela do bispo de Anemúria, agradecer-lhe o seu sim e dar-lhe por esta forma um desmentido às frívolas acusações.

Os sofrimentos morais haviam fortemente contribuído para deteriorar a saúde do reitor do Colégio de Pedro II. Depois de tê-lo montado e conseguido a sua marcha regular, instou ele, e obteve a sua exoneração, por decreto de 15 de junho de 1839.

Nesse mesmo ano, teve o bispo de Anemúria a distinta honra de administrar a S. M. I. o Sr. D. Pedro II o sacramento da Confirmação, com a agradável coincidência de haver tido a subida honra de ser padrinho do Imperador o Sr. D. Pedro I, no mesmo sacramento.

Retirado o bispo de Anemúria para fora da cidade, pelo seu mau estado de saúde, não lhe foi ali indiferente o brado da Maioridade: voltou à corte; e unindo seus votos aos dos defensores desse princípio, procurou chamar para ele os que por acaso ainda não tinham avaliado a sua importância. De tão feliz sucesso, da aclamação da maioridade de S. M. o Sr. D. Pedro II, participou diretamente o bispo de Anemúria; ele teve a honra de ser um dos prelados assistentes à coroação e sagração do mesmo augusto senhor; sendo por esse motivo condecorado com a comenda da ordem de Cristo; e criando-se depois o Conselho de Estado, foi ele contemplado no número dos conselheiros, na sua criação, sendo nomeado, por decreto de 5 de fevereiro de 1842, conselheiro de estado extraordinário. Porém, pouco mais de três anos exerceu essas funções; o aviso da Secretaria de Estado dos Negócios do Império, de maio de 1845, exonerou-o delas, e novamente reduziu a privações, que tanto mais sensíveis lhe foram, quanto suas forças o abandonavam e aparecia o desânimo para mais nada empreender.

Então teve de ser novamente pesado ao pequeno círculo de seus amigos, tão pequeno como é o de um velho sem valimento.

A mesma cômputo de 1:200\$000, que o corpo legislativo lhe havia concedido em 1836, foi mal interpretada, e dela deduzida a pensão de 400\$000, que recebia do bolsinho de el-rei, o Sr. D. João VI, e que não lhe havia sido mais paga desde 7 de abril de 1831.

Com tão poucos meios, impossível era sustentar-se; e no seu mau estado de saúde, sem novamente recorrer aos amigos, ele viveu, pois, os últimos tempos de sua existência na companhia de alguns, falecendo na de um deles.

Vendo aproximar-se seus últimos dias, combatidos por oito meses de enfermidade e tendo já satisfeito todos os deveres de católico, o bispo de Anemúria reconheceu que lhe faltava ainda cumprir um rigoroso dever para si, e para aqueles que possuem iguais sentimentos; esse dever era o de beijar pela última vez a mão de S. M. o Imperador, e pedir-lhe que lhe perdoasse, se alguma vez o ofendeu. Não o podendo fazer, nem autorizar ao amigo, em cuja casa estava, a que o fizesse pessoalmente, pela estada fora da corte do mesmo augusto senhor, autorizou-o a que por escrito, e para aquele fim, procurasse o intermédio do gentil-homem de serviço ao monarca, manifestando-lhe ao mesmo tempo, que havendo ele servido com toda a dedicação aos augustos antepassados de S. M. o imperador, desde o Sr. D. João VI até então, cinquenta anos decorridos, não se recordava que um só momento houvesse deixado de servir com muita adesão, fidelidade, amor, respeito e dedicação a sua augusta família nessas três gerações; que jamais houvesse abusado da confiança que nele tinham depositado, traindo-a de qualquer maneira; e que, finalmente, nos quarenta e dois anos que serviu ao Brasil, nunca fez, nem aconselhou senão o bem para seus augustos amos, e para a pátria que tão voluntariamente adotou; que cômputo desta verdade ele beijava pela última vez a augusta mão de S. M. o imperador e imperial família; e suplicava ao Senhor dos Impérios, que com a sua bênção os protegesse, e ao Império do Brasil, como ele sempre rogou no santo sacrifício da missa; esperando que um dia, pela Misericórdia Divina, e ainda que demorado pela longevidade de S. M. o imperador, para bem do Brasil, ambos pudessem dizer em face do Deus vivo — Venite, exultemos domino. A resposta de S. M. I., em carta do Exmo conde de Iguaçú, foi a mais lisonjeira possível para o bispo de Anemúria; as expressões imperiais serviram de consolação ao bispo moribundo, que faleceu pouco depois, a 10 de abril de 1850, nos braços do amigo, filho daquele que o havia recebido em sua casa a 16 de julho de 1831.

Muito mais poderíamos dizer do bispo de Anemúria, se uma resolução, filha sem dúvida da sua modéstia, não nos privasse de importantes documentos, entregando-os às chamas, pouco tempo antes da sua última enfermidade, entre os quais havia importantíssimas cartas autógrafas de diversos monarcas, principalmente de SS. MM. II. e RR., os Srs. D. João VI e Francisco I.

Rio de Janeiro, 20 de março de 1859.

TERESA CRISTINA MARIA



Sua Majestade, a Senhora **D. Teresa Cristina Maria**, terceira Imperatriz do Brasil, nasceu a 14 de março de 1822. É irmã de S. M. o Sr. D. Fernando, atual rei das Duas Sicílias, por sucessão a seu pai, o Rei Francisco I.

Ornada pela mão pródiga da Providência de todas as virtudes que podem realçar o alto valimento do trono, a imperatriz do Brasil, nascida sob um outro horizonte, é, na opinião unânime dos brasileiros, uma protetora desvelada e amante, em cujo seio augusto se entensoura uma afeição sincera ao seu povo.

Se em algumas resoluções da monarquia pode-se crer que as inspirou de mais perto esse espírito divino que outrora, diz-se, iluminava os apóstolos e os

aurúspices, na escolha da augusta soberana do Brasil, mais que nunca poder-se-á adotar como um mistério celeste o acerto e o seu resultado feliz.

Há quinze anos que o Brasil goza a ventura de elevar-se sob os auspícios da imperatriz atual; e desde o solar faustoso até a choça modesta do operário é lembrado com júbilo o dia 3 de setembro, em que S. M. I. acolheu pela vez primeira as saudações festivas do seu novo povo; já nessa hora prometendo-lhe no seu aspecto doce a soberania branda e carinhosa que ele até hoje aplaude e abençoa.

Foi, com efeito, um belo dia o dessa data, em 1843, apesar do aspecto melancólico do céu e das torrentes de chuvas que dele se despenhavam.

Eram talvez nuvens arredadas ao impulso de suspiros tristes do límpido horizonte de Nápoles, que vinham derramar na verde alcatifa de nossos campos as lágrimas vertidas no derradeiro adeus do povo napolitano a sua princesa adorada.

Palpitava, no entanto, demais forte e ansioso o regozijo dos brasileiros para que essa expressão dos elementos o pudesse tolher ou abafar.

Na tarde do dia 3, às 5 horas e 35 minutos, entrou em nosso porto a fragata Constituição, conduzindo ao seu bordo a imperatriz, entregue, no dia 1º de julho do mesmo ano, no palácio de Chiatomoni, em Nápoles, ao embaixador de S. M. o imperador do Brasil, o Sr. José Alexandre Carneiro Leão, pelo príncipe de Cila, ministro e secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, na qualidade de delegado de S. M. o rei das Duas Sicílias.

A fragata Constituição fora precedida pela corveta Euterpe, que anunciou aos brasileiros a propícia vinda da imperatriz; entraram depois a corveta Dois de Julho, e uma nau e três fragatas napolitanas.

Chegada a fragata defronte da fortaleza de S. João, foi saudada por todas as fortalezas do mar e vasos de guerra nacionais e estrangeiros surtos no porto.

Ao anoitecer, apenas fundeara a fragata, dirigiu-se a seu bordo o imperador acompanhado pelos ministros de estado, e ali demorou-se algumas horas.

No dia 4, desembarcou a imperatriz no cais cujo nome comemora esse fato.

Esse ato a que se seguiram as bênçãos do imperial consórcio teve lugar da maneira mais solene.

A S. M. o imperador acompanhava S. A. R. o príncipe Luís, conde d'Aquila, irmão da imperatriz, e o cortejo seguindo pelas ruas da Imperatriz, Larga de S. Joaquim, Campo da Aclamação, S. Pedro e Direita, parou às portas da Capela

Imperial, onde receberam a SS. MM. o Exmo bispo conde de Irajá, capelão-mor, e o cabido.

Procederam-se então as sagradas bênçãos; e terminada esta cerimônia, dirigiram-se os augustos noivos para a imperial quinta da Boa Vista entre filas de povo que anelava conhecer a graciosa soberana, cujo sorriso afável respondia a cada ovação que surgia das turbas. Eram as primícias da influência benéfica que a Imperatriz devia exercer sobre o coração de seus súditos.

No oitavo dia, depois do consórcio de SS. MM. II., a multidão enchia o recinto da capela imperial onde celebrava a missa de ação de graças por tão jucundo sucesso.

A cidade iluminou-se; e os atavios de maior gala enfeitaram esses dias de festa.

Assim, subiu os degraus do trono brasileiro a imperatriz atual; e jamais o diadema monárquico brilhou sobre uma fronte mais reveladora de raros dotes de coração e dessa inteligência materna, que parece a depuração do espírito até o seu maior grau de sensibilidade e delicadeza.

Ao esplendor do trono nada mais falta; o futuro da Nação porém carecia de um novo penhor, de um laço que a ligasse em vínculos estreitos à imperial estirpe.

Deus ouviu as preces da Nação, e no dia 23 de fevereiro de 1845, ela soube que a imperatriz era mãe; que mais uma raiz profunda segurava a monarquia ao solo brasileiro.

Nascera o príncipe D. Afonso.

Grande foi a ventura da Nação; mas também grande tinha de ser a dor que cedo a acompanhou.

No dia 11 de junho de 1847, o anjo da morte estendeu sobre o berço imperial o crepe dos finados; e a esperança dos brasileiros, o príncipe D. Afonso, foi valer de mais alto pela paz e felicidade de seus súditos.

Nesse transe supremo, nessa provança difícil, a imperatriz mostrou o quanto a resignação e a fé nos decretos do Céu suavizam as angústias que a humanidade partilha.

As lágrimas da mulher umedeceram por algum tempo a tela suntuosa do trono; a saudade sombreou por alguns meses essa fronte serena onde a bondade da alma se reflete, até que, debruçada sobre o berço imperial, prespondeu novamente aos vagidos do segundo príncipe que, como tênue meteoro, perpassou também em face do seu povo, e, serafim celeste, foi, como o

primeiro, sorrir à luz dos planetas, implorar às plantas do Criador pelo bem, pela sorte dos brasileiros.

Era o príncipe D. Pedro.

Por duas vezes a alegria da Nação sucedeu em curto espaço de tempo a aflição mais sincera; por duas vezes do trono brasileiro trasladaram-se para o trono celeste duas jóias de imensurável valia, dois príncipe herdeiros da coroa.

Submissa ao novo golpe como sofrera o primeiro, a imperatriz, chorando essa perda irreparável, mereceu do seu povo esse tributo de admiração e respeito a que tem sempre jus as íntimas e verdadeiras dores.

Atualmente, dedicada à educação das princesas Isabel e Leopoldina, S. M. ensina às mães como, entre as galas do poder, se desvela o coração no cultivo dos grandes sentimentos.

Mãe inteligente e amorosa, como é esposa terna e amante, a imperatriz é hoje o modelo augusto, em que os brasileiros estudam o desenvolvimento e a beleza dos maiores afetos.

Protetora de muitas associações filantrópicas, S. M. ampara-as a um mesmo tempo com o auspício de soberana e com o desvelo feminino; os pobres invocam-na como assídua esmoler; os órfãos, como mãe; e o seu povo, como a mais eficaz das protetoras.

Tais são em traços indeléveis as qualidades eminentes que ornaram a atual imperatriz do Brasil, soberana por escolha feliz de seu augusto esposo, duplamente soberano pelo culto reconhecido que, em geral, lhe consagram brasileiros.

PEDRO DE ALCÂNTARA BELLEGARDE



Quando os grandes acontecimentos sociais, que enchem as primeiras páginas da história deste século, vieram provar que a vasta América, até então refúgio de obscuros desválidos, devia oferecer nova pátria aos príncipes perseguidos pelas consequências da revolução francesa; quando, para nos servirmos ainda de palavras que com sobrada razão para aqui transladamos, a vanguarda do exército francês pisava a terra lusitana, e o príncipe D. João, convencido por uma parte de que toda a resistência seria infrutífera contra o imenso poder de Napoleão, com as poucas forças do Reino, e por outra, cedendo às instâncias de seus conselheiros colaboradores da política inglesa, se revolveu a sair do Tejo e vir buscar asilo no Estado do Brasil; foi a nau *Príncipe Real* escolhida para transportar à terra de Santa Cruz o regente e a corte.

A bordo desse importante vaso de guerra vinha um destacamento de artilharia, de que era comandante o capitão Cândido Noberto Gorge de Bellegarde. Esse distinto oficial trazia em sua companhia a sua virtuosa consorte Sr^a D. Maria

Antônia de Niemeyer Bellegarde, que, não obstante o estado em que se achava, não quis deixar de segui-lo em uma viagem tão travada de contrariedades.

Ao deixar as águas do Tejo a nau *Príncipe Real* viu-se salteada por violentos temporais. A despeito da coragem varonil que possuía a sra. D. Maria Bellegarde, e que era realçada por uma resignação verdadeiramente evangélica, tantas e tão veementes comoções não podiam deixar de atuar fortemente sobre o seu organismo, e o resultado foi que no dia 13 de dezembro de 1807 veio antecipadamente ao mundo um menino que, poucos dias depois, e nos braços do príncipe D. Pedro, recebia na pia batismal o nome de **Pedro de Alcântara Bellegarde**.

Chegando ao Rio de Janeiro o capitão Gorge Bellegarde foi promovido a major e transferido para o corpo de engenheiros; e no ano de 1810 expirou deixando dois filhos confiados aos ternos cuidados de uma mãe, que soube assídua velar sobre eles com solícitude e dedicação nunca desmentidas, e certamente bem dignas do galardão com que a Providência a recompensou, a sincera obediência e o profundo respeito de seus filhos.

No ano subsequente (1811) ao do passamento do major Gorge de Bellegarde, o munificente Monarca, em remuneração dos serviços do finado, mandou assentar praça de cadetes de artilharia a seus filhos, vencendo desde logo tempo de serviço e soldo.

A sra. d. Maria Bellegarde, que ainda no verdor dos anos trajava o crepe da viuvez, dedicou-se incansável à educação de seus filhos, que sob tais auspícios obtiveram tão rápidos progressos, que, em 1821, Pedro de Alcântara Bellegarde, seu secundogênito, que então contava apenas treze anos de idade, conseguiu matricular-se na Escola Militar, na qual, não obstante ser o mais jovem de todos os seus companheiros, não deixou jamais de ombrear com os mais notáveis, e não raro de excedê-los. No ano de 1827 concluiu ele o curso da Escola Militar, que era então de sete anos, havendo por cinco vezes obtido prêmios.

Foi aí que o jovem Pedro Bellegarde começou a revelar da maneira a mais brilhante a sua já bem culta inteligência.

A lei vigente para as promoções de artilharia no tempo da independência estabelecia os concursos.

O mancebo que tão esforçado se mostrara nas lides da inteligência não podia deixar de apresentar-se na arena; a própria consciência para lá o impelia. Apresentou-se; e o futuro, que tantas vezes implacável dissipa as mais amenas esperanças, encarregou-se desta vez de demonstrar irrecusavelmente quão legítimas eram as aspirações do talentoso mancebo.

Pedro de Alcântara Bellegarde alcançou por concurso os postos de 2º tenente, em 1823, de 1º tenente três meses depois, e de capitão de artilharia em 1824!

Além destas soube ainda merecer outras provas de consideração: antes mesmo de concluir os seus estudos foi pelo governo escolhido para servir sob as ordens dos ilustres engenheiros Cordeiro Torres (depois visconde de Jerumirim) e Andréia (depois barão de Caçapava) nos trabalhos das fortificações das vizinhanças da cidade, e para outras comissões importantes de engenharia; e passou para o corpo de engenheiros.

Concluído o curso da Escola, foi-lhe cometida a direção da obra do Farol da Ilha Rasa; e bem assim o encargo de coadjuvar o plano do canal do rio Guandu à baía do Rio de Janeiro.

No ano de 1828 foi-lhe conferida a graduação de major. Depois esteve por mais de dois anos em Campos de Goitacases, incumbido de fazer os primeiros estudos sobre os canais do Ururaí e do Nogueira, além de outros trabalhos.

Regressando à corte, em 1832, e encontrando os negócios públicos dispostos por forma mui pouco compatível com os seus princípios de fidelidade, hesitou por algum tempo em conservar-se na carreira militar, que lhe parecia haver perdido nessa época o seu mais belo brasão: o da lealdade.

Tentou então estudar Medicina, mas a anatomia se lhe apresentou de uma repugnância invencível; projetou depois estabelecer-se com uma tipografia destinada à publicação de vários trabalhos científicos que encetara: tão persistentes esforços haviam por único escopo abandonar a carreira que abraçara.

Achava-se nestas circunstâncias, quando se anunciou o primeiro concurso para vagas de substitutos da Escola Militar, lugar que se havia recusado sempre a solicitar, por ser cordialmente infenso a um tal sistema de alcançar empregos e posição. Então o seu antigo mestre e prestante amigo Cordeiro Torres veio demovê-lo de seus projetos, e levado mais pela abnegação, toque principal do seu caráter, do que por vontade própria, tal era a relutância que sentia em depender do governo, se inscreveu para o concurso anunciado.

Pelos fins do ano de 1832 teve lugar o primeiro concurso para professores da Escola Militar: seis concorrentes se apresentaram às três vagas de substitutos, e destes somente foi proposto o major Pedro de Alcântara Bellegarde.

Este fato por si só bastaria para fazer crer a quem não houvera o ânimo prevenido, que à nomeação do único candidato aprovado se não levantaria a mais tênue dúvida. Não aconteceu porém assim: nos tempos duros que então corriam o merecimento profissional bem pouco lhe valeu! Antigas relações de amizade que mantinha com pessoas desafetas ao governo, ou antes por este

perseguidas, retardaram por seis meses a sua nomeação, e por ainda mais um ano a posse do lugar!

Arrede Deus de nós outros semelhantes tempos de intolerância!

Empossado finalmente em 1834 no emprego de substituto da Escola Militar, exerceu os encargos inerentes a este lugar e ao de lente proprietário pela maneira distinta por que o atestam, além de um bem merecido renome, os seus próprios discípulos e colegas, que vieram sempre crescentes os créditos que granjeara como estudante e engenheiro prático. Lecionou em quase todas as cadeiras da Escola, e não raro em mais de uma ao mesmo tempo. Sem outras interrupções, a não serem as motivadas pelo público serviço, seguiu a carreira do magistério por espaço de vinte anos até o de 1853, em que se jubilou, recusando a graça que o governo lhe ofereceu de continuar no exercício de suas funções, dizendo: "A jubilação dos lentes antigos não é só uma recompensa de serviços, é também uma garantia de progresso; se hei sempre servido bem, outros virão depois e servirão melhor".

No ano de 1836 fundou-se, em Niterói, a Escola de Arquitetos Medidores, sobre um projeto elaborado pelo então já major efetivo Pedro de Alcântara Bellegarde e apresentado à assembléia provincial por José Clemente Pereira. O autor do projeto foi nomeado lente e diretor da Escola, e sucessivamente regeu todas as diferentes cadeiras do ensino; e como se tanto labor fora ainda insuficiente, compôs e deu à luz da publicidade compêndios apropriados à instrução dos arquitetos medidores;

instituição que, quando começava de apresentar auspiciosos resultados, foi suprimida.

Por esse mesmo tempo o major Bellegarde e o coronel Conrado Jacó de Niemeyer submeteram à aprovação da assembléia geral o plano de organização de uma companhia para o arrasamento do morro do Castelo.

Esse projeto, por circunstâncias que não cabe aqui aquilatar, não logrou o seu fito, e daí há tão-somente resultado o ir-se de dia para dia tornando mais dispendiosa e difícil uma obra de utilidade real. Parecia que de todo se sumira nos limbos do esquecimento o projeto dos dois hábeis engenheiros, e que o morro do Castelo permaneceria firme em seu posto até que um cataclisma se encarregasse de o derrocar. Alguns recentes estragos vieram porém acordar amortecidos receios, e hoje cura-se de novo da remoção dos perigos que a existência da montanha pode acarretar.

Oxalá que desta vez se leve a efeito a obra, sem aguardar que alguma calamidade nos venha punir de tanta irresolução!

Em 1841 a província de Pernambuco, por intermédio de seu presidente, convidou os dois engenheiros coronel Conrado e major Bellegarde, a fim de darem um plano para o encanamento das águas potáveis do Recife. Pressurosos acederam eles ao reclamo, e no curto período de dois meses de serviço apresentaram o plano completo, acompanhado das plantas, nivelamentos, etc. A obra realizou-se pouco tempo depois, e a província de Pernambuco goza hoje de seus benéficos resultados.

Antes dessa viagem, o major Bellegarde havia organizado o projeto, e dado começo à primeira estrada macadamizada do Império — a do Botafogo.

Ao regressar de Pernambuco foi nomeado chefe de uma comissão novamente criada de instrução prática dos engenheiros, acumulando além disso ao exercício da sua cadeira de construções na Escola Militar as lições de astronomia prática. Empregado sempre em diversas comissões, quer na corte, quer na província do Rio de Janeiro, e prosseguindo na publicação de suas obras científicas e práticas de engenharia; assim lhe correu a vida até o ano de 1848.

Foi então que uma nova carreira se abriu à sua dedicação. Obrigado a aceitar a nomeação de encarregado de negócios no Paraguai, para ali partiu no fim do ano de 1848, e nessa legação permaneceu até 1852. Pouco amigo, por natureza, de fazer valer os seus serviços, não foram eles então devidamente apreciados. Hoje porém que a todos são patentes as dificuldades das negociações com aquela República, e quanto é ali melindrosa a residência de um ministro estrangeiro, pode o público melhor avaliar os óbices que teve o nosso encarregado de superar para celebrar um tratado de aliança, que foi o primeiro sinal da grande cruzada, que deu em resultado a queda de Rosas!

De volta dessa importante missão, foi o então já brigadeiro Bellegarde nomeado diretor do Arsenal de Guerra da corte, que, pouco havia, passara pela desagradável fase, que é geralmente conhecida. Durante a sua administração a repartição mui regularmente funcionou.

A 6 de setembro de 1853 foi convidado para a pasta da Guerra pelo então visconde de Paraná, a quem declarou que, se se tratava do sistema de perseguição e intolerância, não podia assentir; e havendo-lhe o novo presidente do conselho manifestado qual a marcha que pretendia seguir, respondeu por estas palavras, que patenteiam a nobreza de seus sentimentos: "Sendo assim, e V. Ex^a o presidente do conselho, aceito".

No exercício do seu ministério, que durou de 6 de setembro de 1853 a 14 de julho de 1855, procedeu sempre com toda benevolência compatível com os austeros deveres da vida militar, jamais deixou de prezar e respeitar os seus camaradas, e teve a fortuna de propor e obter galardão para alguns deles, que a despeito de relevantes serviços viviam quase esquecidos.

Criou o batalhão de engenheiros, completando assim a organização do quadro do exército; e a Escola de Aplicação, que seus próprios êmulos (só a mediocridade é que os não tem) não podem deixar de elogiar, e que é por sem dúvida um perdurável monumento alevantado à glória do sábio continuador da grandiosa obra encetada por D. Rodrigo de Sousa Coutinho, o fundador da Escola Militar.

O desprazer que lhe causara o desfecho da nossa missão ao Paraguai (1854-1855), acumulando a desgostos provenientes de incompatibilidades de caráter com o presidente do conselho, inspiraram-lhe a inabalável resolução de insistir por sua demissão do elevado posto que ocupava.

Retirando-se do Ministério, foi poucos meses depois nomeado vogal do Conselho Supremo Militar, e sem mais comissão alguma do governo se conservou durante as administrações dos seus sucessores marquês de Caxias e Jerônimo Francisco Coelho.

Achando-se reduzido a um emprego honroso, porém de trabalho muito inferior às suas habilitações e atividades, depois de haver por algum tempo esperado, tomou o partido de encarregar-se, com permissão do governo, da organização da carta da província do Rio de Janeiro, conjuntamente com o coronel Conrado Jacó de Niemeyer, seu tio e antigo companheiro de trabalho, e neste empenho ainda ambos se conservam.

Havendo chegado a esta corte a infausta nova do falecimento do marechal-de-exército barão de Caçapava, chefe da comissão de limites entre o Império e o Estado Oriental, o dr. J. A. Saraiva, então ministro interino dos negócios da Guerra, o nomeou para substituir ao ilustre marechal-de-exército em tão honrosa comissão. Ele seguiu pouco depois para a província do Rio Grande do Sul, e, decorridos alguns meses, os trabalhos de campo haviam tocado ao seu termo.

Mui deliberadamente nos abstemos de entrar em considerações sobre estes últimos serviços, e por isso, para ultimar, apenas acrescentaremos que o brigadeiro Pedro de Alcântara Bellegarde é atualmente do conselho de S. M. o Imperador, viador de S. M. a Imperatriz, comendador da Ordem de S. Bento de Aviz, doutor em ciências matemáticas, diretor da Escola Central, chefe da comissão de limites do Império com o Estado Oriental, vogal do Conselho Supremo Militar e da Justiça, sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, e de outras sociedades científicas e literárias.

É que, indefesso no estudo, o fruto de suas lucubrações se acha reunido, não só em luminosos escritos inéditos, mas também nas obras que há publicado, e se compõem de compêndios de Matemática, de Mecânica, Arquitetura Civil e Hidráulica, Topografia, Direito das Gentes, Balística, e vários outros, todos

notáveis, na opinião dos profissionais, pela reunião das condições de clareza, concisão, e aplicação prática.

Julho, 1859.

MARTIM FRANCISCO RIBEIRO DE ANDRADA



Há muita vida, muita grandeza em nosso passado. A história contemporânea brasileira é fecunda em brilhantes episódios, em gloriosos exemplos, que devem ser religiosamente guardados pela gratidão nacional.

A causa da liberdade no Brasil tem sido ilustrada por devoções patrióticas, por sacrifícios heróicos. Filhos ingratos, nós renegamos o passado, e olhamos com desdenhosa indiferença para aqueles que nos legaram uma nacionalidade. A lápida, que encerra os restos de nossos grandes homens, guarda também as glórias da pátria: entretanto eles aí jazem no esquecimento, e a geração presente renega o culto do passado para incensar os ídolos do dia!

Desde a Independência até hoje há mais de um exemplo eloquente para atestar a grandeza histórica de nossos maiores, José Bonifácio, Martim Francisco, Antônio Carlos, Feijó, Paula Sousa, Alves Branco, são nomes que simbolizam

épocas, e hão de representar com honra o Brasil de hoje perante as gerações futuras.

No grande pórtico de nossa história política avulta a figura majestosa de Martim Francisco Ribeiro de Andrada.

Enquanto o passado for uma religião; enquanto a virtude cívica for honrada, e o patriotismo merecer cultos, esse nome viverá nas recordações da pátria agradecida. Sua glória selou-a já a tradição.

Ide aí a todos os ângulos do Império; penetrai até lá onde não tiver repercutido o movimento do século, escutai o singelo habitante do nosso interior, e ouvireis o nome dos Andradas proferido com o respeito devido a esses homens-épocas, que concitam a gratidão de um povo inteiro.

Martim Francisco é um dos apóstolos mais devotados de nossas liberdades, um dos grandes obreiros de nossa independência. Sua vida é uma reação contra o passado colonial, um protesto enérgico e eloquente contra o absolutismo. Seus longos sofrimentos pela causa do Brasil, o prestígio da proscricção, a probidade e independência de seu caráter, o mesmo orgulho de seu merecimento, dão à sua figura proporções grandiosas, que nos recordam os homens da antiga Roma, e o colocam entre os vultos mais notáveis do país.

Martim Francisco Ribeiro de Andrada nasceu na então vila de Santos em 1776: foram seus pais o coronel Bonifácio José de Andrada, e sua mulher D. Maria Bárbara da Silva. Os recursos de sua família proporcionaram-lhe a vantagem de seguir, com seus dois irmãos, a carreira literária: a Universidade de Coimbra abriu-lhe seus tesouros, e aí obteve Martim Francisco o grau em matemáticas.

Desde o reinado de El-Rei D. João V alargara-se consideravelmente o círculo dos brasileiros que se dedicavam às letras, e concorriam com distinção para o serviço da metrópole. O desembargador João Pereira Ramos de Azevedo Coutinho, seu irmão o conde de Arganil, reitor reformador da Universidade de Coimbra, José Bonifácio de Andrada e Silva, Fr. Veloso, o grande botânico, Sousa Caldas, Silva Alvarenga, Coelho de Seabra, fecham com honra o século XVIII, e abrem com majestade o século XIX nos fastos do Brasil. Martim Francisco pertenceu também a essa plêiade brilhante. No ano de 1800 vemo-lo já empregado em excursões científicas ao serviço da nação portuguesa ao lado de seu irmão José Bonifácio, e do tenente-general Napion. O Brasil era então representado com glória ante a metrópole.

Voltou depois à sua pátria todo entregue à vida pacífica do homem de letras, e acumulando com seus estudos esse cabedal de erudição e saber, que devia mais tarde engrandecê-lo tanto no teatro da vida pública.

Serenos foram os dias que passou sob o reinado de D. João VI: o Brasil todo vivia tranquilo sob o regime do absolutismo, e parecia como adormecido para ganhar forças, com que se empenhasse mais tarde na luta porfiada da Independência.

Durante esse largo período, em que se preparam os acontecimentos, que deviam mais tarde confundir-se com seu nome, Martim Francisco era ainda o homem de letras, todo entregue às indagações da ciência.

O país entrara em uma nova fase: retirado El-Rei D. João VI para Portugal, tornara-se a recolonização do Brasil o alvo político das Cortes de Lisboa. Os decretos de 29 de setembro foram o primeiro passo para restabelecer a antiga denominação colonial. O Brasil uníssono repeliu tão impolítica pretensão. Com seu irmão José Bonifácio concorreu Martim Francisco, a esse tempo secretário do governo provisório de São Paulo, para essa gloriosa representação de 24 de dezembro de 1821, que foi o primeiro grito do patriotismo contra a prepotência da metrópole.

Chegado à corte, é José Bonifácio chamado à gerência dos negócios públicos, e começa sua grande obra de organizar o país no sentido das idéias da Independência. O passado porém estava ainda em pé: o mando de Portugal dominava. As medidas impolíticas das Cortes haviam lançado o germe da discórdia entre os brasileiros.

Em São Paulo o movimento retrógrado das idéias lusitanas, apoiado pelo general João Carlos, conseguira entorpecer o progresso da liberdade constitucional, que a nova ordem de coisas tentava plantar no país. Como representante das novas idéias, que se encarnaram em José Bonifácio para dar-nos a Independência, é Martim Francisco expulso do governo provisório de sua província, e conduzido preso para a corte. Tal era ainda a força das idéias regressistas.

Chegado ao Rio, aguardava-o o mais brilhante triunfo: seu nome ia ligar-se ao grande drama de nossa libertação política.

A luta da Independência era uma empresa difícil: desorganizado pelas Cortes, o Brasil entrava em combate com uma potência constituída, que o assenhoreara por três séculos.

Nessa grande empresa empenhavam-se todos os recursos do país: provas de extraordinária firmeza e atividade dera José Bonifácio, conduzindo com prudência consumada o movimento da Independência. A época porém era crítica: as circunstâncias do país punham em contribuição todos os recursos do político; a nova ordem de coisas reclamava sobretudo um hábil financeiro, que pudesse, por acertadas medidas, fazer face às avultadas despesas, que exigiam acontecimentos tão extraordinários: esse homem apareceu em Martim

Francisco. A 4 de julho de 1822 é ele chamado ao ministério da Fazenda: sua glória ilumina-se com os raios da liberdade nascente. O desinteresse e a probidade deram a mão a subidos talentos para firmar sua reputação política: apesar dos enormes dispêndios da guerra da Independência, sua probidade e patriotismo acharam recursos para fazer-lhes face sem gravar os cofres da nação.

Consumou-se a Independência, e a Constituinte brasileira reuniu-se para organizar o pacto da nova associação política. Martim Francisco foi a ela deputado pelos votos da província do Rio de Janeiro: o ministro, encarregado de dirigir os destinos do Império, devia no seio da Constituinte defender os interesses do povo, a causa da liberdade. Essa missão ele a desempenhou com honra.

A energia dos Andradas em uma época crítica, travada de paixões e preconceitos de nacionalidade, acarretou-lhe inimigos ardentes: uma oposição surgiu logo na cena política, que procurava embaraçar-lhes a ação: depois de algumas vicissitudes a liga dos exaltados com os realistas determinou-lhes a queda, e a 17 de julho de 1823 o glorioso Ministério da Independência estava fora da administração.

Os talentos dos Andradas porém marcavam-lhes ainda um lugar distinto na arena política: retirados do poder organizaram essa oposição vigorosa, que antepunha os recursos da imprensa, a eloquência da tribuna aos desvios do poder.

Na administração cingira Martim Francisco sua frente com os louros de uma glória imorredoura: a tribuna reserva-lhe os triunfos da palavra, a preeminência do orador.

Sua palavra ecoava com a majestade do tribuno do povo: no fato de Davi Pamplona, sua voz elevou-se à altura de uma nobre indignação; nos transportes do patriotismo, ela bradava com energia à Assembléia:

"Legisladores, trata-se de um dos maiores atentados, de um atentado que ataca a segurança e dignidade nacional, e indiretamente o sistema político por nós adotado e jurado. Quando se fez a leitura de se melhante atrocidade, um silêncio de gelo foi nossa única resposta, e o justo receio de iguais insultos à nossa representação nem sequer fez as somar em nossos rostos os naturais sentimentos de horror e indignação. Dar-se-á caso, que submergidos na escuridão das trevas tememos encarar a luz? Que amamentados com o leite impuro do despotismo amamos ainda seus ferros e suas cadeias? Ou que, vergados sob o peso de novas opressões, emudecemos de susto e não sabemos deitar mão da trombeta da verdade, e com ela bradar aos povos: 'Sois traídos!...'"

"Infames! Assim agradecem o ar que respiram, o alimento que os nutre, a casa que os abriga, e o honorífico encargo de nossos defensores, a que indiscretamente os elevamos? Que fatalidade, brasileiros! Vivem entre nós estes monstros, e vivem para nos devorarem!... Grande Deus! É crime amar o Brasil, ser nele nascido, e pugnar pela sua Independência e pelas suas leis! Ainda vivem, ainda suportamos em nosso seio semelhantes feras!!..."

Esse discurso foi o testamento político da Constituinte: suas palavras, incendidas pelo entusiasmo ardente do patriotismo ofendido, feriram o poder, e os nomes dos que as proferiram foram inscritos nas tábuas da proscricção: a 12 de novembro de 1823 a Constituinte era dissolvida à força armada, e Martim Francisco, com seus irmãos e outros patriotas, arrastado às torturas do exílio!

Enquanto Martim Francisco, atirado às plagas do estrangeiro, geme sob o peso do exílio, o poder desenvolvia no Brasil sua vasta rede de pesquisas, em que tentava colhê-lo: a dissolução da Constituinte fora apenas um episódio da grande obra empreendida contra os representantes da nação. O decreto de 24 de novembro de 1823 instituiu um vasto plano de inquisição política, que imprimia o caráter de criminalidade nos mesmos discursos dos deputados à Constituinte!

Martim Francisco e Antônio Carlos foram compreendidos na horrorosa devassa, a que então se procedeu. O processo contra eles instaurado é uma exceção, um interregno da Constituição: parece antes um parto do absolutismo dos antigos tempos, do que um documento de uma época constitucional: seus discursos na Constituinte, as cartas por

eles escritas do desterro à família, aí figuravam como provas de criminalidade; e essas cartas o governo apreendera, violara seu segredo, e mandara por portaria de 9 de outubro de 1824 apensá-las ao processo! A História lembrará sempre, como uma feição característica da época, que o ministro, que referendou esses atos, foi um dos redatores da Constituição do Império.

Em 1828 estava ultimado o plano do poder: o processo, que inculpava Martim Francisco do crime de sedição, ia ser sujeito à Relação. O ilustre proscrito corre com seu irmão Antônio Carlos ao Rio para defender-se, e, chegando à sua pátria, é encerrado em uma masmorra da Ilha das Cobras, onde deve expiar o crime de haver amado sua pátria.

O véu ia rasgar-se, e sua inocência aparecer em toda sua luz. A 6 de setembro de 1828 a Relação do Rio de Janeiro firma a sentença de absolvição que lava a afronta feita aos Patriarcas da Independência, e os restitui ao seio de seus concidadãos. Nesse mesmo ano a província de Minas, o foco do civismo naquela época, protestava contra o poder, elegendo para a legislatura de 1830 o patriota proscrito.

Desgostoso porém por tantas decepções, lecionado por sofrimentos tão dolorosos, Martim Francisco protestara nunca mais chegar aos lábios o cálix amargurado da vida pública, que para ele só encerrara o fel da ingratidão.

Em 1830 recusou entrar para os conselhos da Coroa, a que o chamava o Imperador, já arrependido de seu erro.

A generosidade é o apanágio das almas grandes: Martim Francisco e seus irmãos perdoaram a Pedro I as ofensas dele recebidas, e foram na adversidade os únicos amigos que encontrou o Imperador.

A glória mais bela é a que iluminam os raios desmaiados de um astro cadente. Na hora suprema da adversidade a amizade assume a sublimidade de um sacerdócio: Martim Francisco soube ser amigo dedicado no dia do infortúnio, ele, que no tempo da prosperidade só recebera do monarca ofensas e ingratidões. Levou a fidelidade ao infortúnio do Imperador ao ponto de recusar servir sob a regência, porque, aceitando o 7 de Abril como um fato consumado, não queria assumir a responsabilidade de um governo saído do seio de uma revolução por ele reprovada.

O voto nacional lhe dera um assento no recinto dos legisladores da pátria. Restituído ao antigo teatro de suas glórias parlamentares, Martim Francisco desprende sua voz poderosa, e opôs o prestígio de sua palavra à marcha triunfante do governo da revolução.

Os acontecimentos se haviam sucedido com rapidez: a democracia tocara seu último ponto de exaltação política: envolto nas faixas da infância, lá estava esquecido em São Cristóvão o jovem Imperador; ao lado do berço imperial velava um venerável ancião, que na hora da adversidade aceitara de um pai esse legado sagrado.

Nessa época cheia de apreensões e de sustos, os atos do tutor pareceram aos olhos suspeitosos da revolução um crime: o governo propôs às câmaras a remoção de José Bonifácio da tutoria, Martim Francisco ocupa a tribuna em defesa de seu irmão.

Havia em Martim Francisco esse fogo sagrado das grandes convicções, que é como uma centelha despreendida do céu para animar a argila humana. Sua palavra traduzia a nobreza de suas paixões, e coloria-se com os brilhantes reflexos de um patriotismo ardente.

Durante o tempo da regência guardou Martim Francisco religiosamente o protesto que fizera de abster-se da vida pública.

Em 1838, quando sobre os restos da democracia se erguera uma nova política, Martim Francisco engrandeceu com seus talentos essa patriótica minoria, que opunha na câmara os recursos da eloquência ao poder.

Na menoridade não havia salvação para o Império. O governo da regência gravitava sob o peso de uma missão superior às suas forças. A maioria apareceu como o termo dos males públicos.

Nesse grande movimento parlamentar, que investiu o Imperador de suas funções majestáticas, Martim Francisco teve uma parte larga e generosa. De novo o velho patriota desenrolou o pendão de sua eloquência, e apoiou com o prestígio de sua palavra respeitável essa idéia, que se antolhava à nação como o símbolo da salvação pública.

A 23 de julho de 1840 a maioria era uma realidade, e o ilustre paulista era com seu irmão Antônio Carlos chamado aos conselhos da Coroa pelo jovem Imperador. O mesmo gênio, que tinha assistido o Império nos dias da Independência, fora pela Providência fadado para inaugurar o reinado do segundo imperador: atravessara dezoito

anos de infortúnio para cumprir sua missão, e finda ela nada mais lhe restava sobre a Terra. Em menos de nove meses deixou o poder, e nos poucos dias que viveu, guardava-lhe ainda a adversidade seus sofrimentos para coroá-lo mártir da pátria.

Nenhuma parte tomou nos acontecimentos de 1842: entretanto, suas cãs foram desacatadas, e ele, com seu irmão Antônio Carlos, solenemente exautorado das honras de camarista do Imperador. A ingratidão devia ainda turvar seus derradeiros dias, e até à última hora o venerando ancião teve de sofrer pela pátria.

Um ano depois falecia em Santos no dia 23 de fevereiro de 1844 um venerável velho, cujo nome recordava as glórias da Independência, e cujo passamento obscuro traduzia uma viva exprobração à ingratidão de sua pátria: era o conselheiro Martim Francisco Ribeiro de Andrada.

De uma severidade de costumes superior a toda sedução, conservou-se sempre pobre, sem honras, e baixou ao túmulo apenas com o hábito de Cristo do tempo colonial ao peito. Para sua glória porém bastava-lhe seu nome.

Esse nome simboliza a época grandiosa da Independência, as virtudes cívicas do cidadão. Sua vida fora travada de sofrimentos e de dor; seus dias amargurou-os a ingratidão dos contemporâneos.

Sobre seu túmulo porém brilha hoje o sol de sua glória: as paixões do dia desapareceram ante a luz radiosa da verdade. A glória tem sempre por pedestal um túmulo: só a morte assela a reputação dos grandes homens.

A memória de Martim Francisco revive eterna no coração da pátria agradecida: sua figura avultará sempre no pórtico majestoso, que abre a época de nossa libertação política.

Honremos os grandes homens de nossa pátria; cubramos de flores suas lousas sepulcrais: só assim veremos renascidos os dias dos Paulas Sousas, Andradas, e Feijós; só assim seremos dignos dos altos destinos, que nos chamam no seio do porvir!

INÁCIO MARCONDES DE OLIVEIRA CABRAL



Inácio Marcondes de Oliveira Cabral, filho legítimo do capitão-mor Inácio Marcondes do Amaral, e da Sra. D. Ana Joaquina de Oliveira Marcondes, nasceu na vila de Pindamonhangaba a 7 de dezembro de 1783. Desde que atingiu a idade de poder aplicar-se aos primeiros estudos, deixou a casa paterna, e retirou-se para a cidade de Taubaté, onde deu princípio à sua educação literária, a qual teve de concluir na cidade de São Paulo, frequentando as escolas que ali existiam, e instruindo-se nas matérias que então se ensinavam.

A rígida e severa educação, que os antigos paulistas sabiam dar a seus filhos, e que garbosamente ostentavam na vida particular e pública, tornou o sr. Inácio Marcondes inflexível em seu caráter e austero em seus costumes desde a mais tenra idade. Sempre zeloso de seus sentimentos de honra e dignidade, efeitos da educação que recebera, contudo soube conquistar o respeito e a simpatia de seus colegas, ao lado da mais pura estima e confiança de seus professores. Inclinando-se logo nos primeiros anos de seus estudos à carreira sacerdotal,

dedicou-se ao conhecimento das matérias próprias; e por isso, depois de estudar latim, filosofia racional e moral, retórica e teologia, obedeceu à sua vocação, e satisfez o desiderato de seus pais, realizando a sua ordenação de presbítero, e retirando-se para a companhia destes no seu lugar natal, onde estabeleceu permanentemente sua residência.

Iniciando a vida pública ladeado do prestígio e legítima influência, que seu pai sempre mereceu na sua província natal; revestido ele próprio das qualidades que tornam o cidadão recomendável e inspiram a mais firme confiança aos seus conterrâneos, cedo recebeu provas não equívocas do alto grau de respeito e veneração que seus comprovincianos lhe tributam em homenagem aos elevados sentimentos que o distinguem.

A província de São Paulo que, em outras eras, justo título de celebridade e de orgulho havia adquirido entre suas irmãs pelo rigoroso escrúpulo, que guardava na escolha de seus representantes, nem uma só vez deixou de conceder nos Conselhos Gerais, e depois na Assembléia Legislativa Provincial, uma cadeira ao sr. Inácio Marcondes, ao lado dos imortais Andradas, Feijós, Paulas Sosas e Álvares Machados. — Nesses tempos, em que o patriotismo e o entusiasmo tinham verdadeiro fervor no peito dos paulistas; em que a abnegação era considerada como um dever sagrado, como uma religião santa, de cujas máximas não era permitido afastar uma só linha, sob pena de ser tido por um réprobo da pátria; aí, nesse recinto, onde se reuniam os cidadãos mais conspícuos, e as primeiras ilustrações do país, os sentimentos de devotamento pela pátria tomavam de dia em dia novo impulso, as crenças do coração se robusteciam, e formavam essas fileiras compactas e cerradas, que tinham por motivo de ação o amor do país, e por norma de conduta seu engrandecimento, o respeito às instituições e o florescimento da província.

Sob a benéfica influência dessas inspirações santas, filhas da liberdade, enunciadas e transmitidas por órgãos eloquentes, e por campeões distintos, o sr. Inácio Marcondes consolidou suas crenças, deu o último traço em sua fisionomia política, e adquiriu essa prudência e longanimidade, que constituem um caráter verdadeiramente superior. Munido de arma tão poderosa, não poucas vezes, nessas épocas vertiginosas, em que nas localidades, longe das vistas imediatas do governo, e da ação direta das autoridades superiores, o espírito de partido encandecido, e as paixões políticas violentamente exacerbadas, entregues aos seus próprios impulsos, pareceriam degenerar em sanguinolenta anarquia, o distinto paulista prevalecendo-se de sua legítima influência, e ascendência sobre os espíritos, conteve o povo em sua cólera, e evitou cenas bem dolorosas.

Atalaia incansável do sossego público e do florescimento de seu município, não poucas vezes há sido onerado pelo governo provincial e pelos sufrágios do povo

dos seus mais importantes negócios locais, os quais tem sabido promover e realizar com dedicado desinteresse e satisfação pública.

Não menos digno de nossa admiração e das bênçãos da pátria é o sr. Inácio Marcondes quando o contemplamos como sacerdote.

A fiel e constante observância dos deveres que a Igreja impõe aos seus ministros; os atos de piedosa caridade que exercita, sempre que à sua proteção recorrem os indigentes, nos inspiram sentimentos de respeito e veneração.

A munificência imperial não tem esquecido os merecimentos do distinto cidadão, com honras e distinções dignas de seu caráter, sentimentos e serviços. Já o sr. D. João VI o nomeara cavaleiro da Ordem de Cristo com tenças, por alvará régio de 5 de dezembro de 1820. S. M. Imperial houve por bem nomeá-lo Comendador da mesma Ordem em 9 de agosto de 1841.

Por carta imperial de 6 de maio de 1846 foi nomeado cônego honorário da Catedral e Imperial Capela da Corte do Rio de Janeiro. Por breve de 21 de janeiro de 1853 o Santíssimo Padre houve por bem agraciá-lo com as honras e privilégios de protonotário apostólico.

O Instituto Episcopal Religioso, fundado no Rio de Janeiro sob os auspícios do exmo. bispo diocesano, conde capelão-mor, ofereceu-lhe o título de sócio honorário.

S. Exa. o sr. bispo metropolitano de São Paulo, D. Antônio Joaquim de Melo, conde romano, incansável e solícito na apascentação de seu rebanho, apreciador dos sentimentos religiosos do monsenhor Inácio Marcondes, fê-lo seu delegado na comarca, confiando-lhe poderes e faculdades privilegiadas.

Pelo bem da causa pública, fiel observância e propagação das doutrinas pregadas do alto do Gólgota, o monsenhor Inácio Marcondes, o cidadão, e o sacerdote, não vacila um momento ante o sacrifício de sua individualidade.

Nas últimas eleições, a que se procedeu para representantes da nação, o 3º Distrito da província de São Paulo fez recair em grande maioria seus sufrágios sobre o distinto brasileiro. Se em defesa das necessidades públicas, e dos legítimos interesses de seus constituintes lhe tem faltado o poder da palavra, não lhe faltará firmeza de caráter, robustez de crenças, e um fogo santo e nobre de patriotismo, se a pátria exigir uma prova de seus sacrifícios.

O Brasil se deve ufanar com orgulho de possuir em seu seio caracteres puros, e vontades tão dedicadas como os filhos da Grécia e de Roma.

DOM PEDRO I



Dom Pedro I, fundador da monarquia brasileira, é uma dessas personagens que oferece ao filósofo e ao político, a par dos mais subidos títulos à admiração, mais amplo assunto de estudo. O biógrafo não é historiador; se pode indicar algumas observações, não deve demorar-se nelas, nem mesmo completá-las, cumpre que elas saiam de si mesmas, das circunstâncias da vida que narra, dos acontecimentos em que seu herói achou-se envolto como personagem capital: a nossa tarefa é, pois, limitada, e ainda bem; que, se fosse tão extensa quanto poderia o leitor esperar, declinaríamos a nossa competência para desempenhá-la.

Segundo filho varão do príncipe D. João e de D. Carlota Joaquina, princesa espanhola, D. Pedro nasceu em 12 de outubro de 1798. Na corte paterna a educação do jovem príncipe, como a de seus irmãos, foi um tanto descuidada; era esse o costume da corte portuguesa, e ainda mais o devia ser com o caráter

da princesa-mãe e do príncipe regente. Arredado dos negócios públicos, cujo tirocínio constitui uma das máximas vantagens da realeza, excluído de todo estudo sério, se Pedro I foi o que vimos, deveu-o a uma natureza exuberante que o dotara das mais apreciáveis qualidades do homem e do estadista.

Chamado em cedo ao poder em circunstâncias de máxima gravidade, completou ele por si mesmo os seus estudos, e de sua bela alma recebeu a educação de estadista.

Obrigada a corte portuguesa a retirar-se para seus domínios transatlânticos, não só para malograr a conquista francesa, como para entregar aos Ingleses ortugal, seu território, seus recursos e seus braços que eles organizassem para a luta européia contra Napoleão. D. Pedro ainda menino veio para o nosso Rio de Janeiro. Não surpreende pois o amor que nos linha; que, de tão menino criado entre nós, necessariamente seria nosso.

A pátria não é tanto o lugar em que nascemos como aquele a que nós homens prendemos as nossas doces recordações de infância, de mocidade, aquele cujas auras benfazejas nos embalarão nesses dias em que o ente humano, para crescer, para desenvolver-se tão completamente se assenhoreou dos elementos vitais que o cercam, a si os assimila, com eles cresce e se desenvolve. Nascido em Lisboa, só até os dez anos D. Pedro respirou os ares europeus: menino e moço foi Brasileiro, ao Brasil devia amar com o instinto, com o zelo, com o ciúme do amor da pátria.

A morte, ferindo o primogênito de D. João (sua fatal dos primogênitos de Bragança), aproximou do trono o jovem príncipe.

O movimento constitucional de 1820, essencialmente dominado pelo exército em que a França vencida havia inoculado o gérmen de suas idéias, abalou Portugal e Brasil: a corte teve de ir para Lisboa; os sonhos de um grande Império luso-brasileiro tornaram-se impossíveis: a corte em Lisboa não nos podia dar senão a antiga condição de colônia, e o Brasil estava tão adiantado, tinha tanta consciência de si, que não podia resignar-se a essa miserável condição.

Fácil era prevê-lo e D. João, saindo do Brasil, levando consigo a corte portuguesa, pode ver o futuro, e convenientemente providenciá-lo. Seu filho D. Pedro, seu primogênito, o herdeiro de sua monarquia, foi deixado entre nós com o título de regente.

D. Pedro já estava nas afeições populares: os seus modos francos e abertos, algumas anedotas que dele corriam, em que a agudeza do espírito e a bondade do coração transluziam, até o contraste do que se sabia do seu caráter e do

caráter de seu irmão, a parte que tivera na aceitação da constituição proclamada 1821; tudo lhe granjeava as simpatias populares.

Mais do que tudo, ainda concorriam as virtudes da princesa austríaca com quem em 1818 havia ele unido a sua sorte.

A princesa D. Maria Leopoldina apresentava aos brasileiros o tipo dessas virtudes domésticas que tão preciosas lhes eram e ainda hoje lhes são: nos corações de todos já havia lançado raízes essa afeição vivaz que acompanhou-a até o túmulo, que ainda hoje, tantos anos depois da sua morte, ainda hoje faz lembrado com amor o seu nome por nossos pais, por todos quantos a conheceram e que ainda vivem para nos contar as suas virtudes.

O príncipe deixado para regente do Brasil era em tudo apropriado à missão a que o chamava a Providência, e que já então podia ser prevista. Os brasileiros desde logo se lhe uniram, fizeram conta dele em todos os cálculos de futuro a que se entregava o patriotismo. Em breve a ação das cortes portuguesas, os seus esforços para reduzir o Brasil à posição em que tinha jazido antes de 1808, e ainda mais para quebrar a unidade brasileira, foram despertando zelos e ciúmes; a ação patriótica de sociedades secretas se fazia sentir em todas as manifestações exteriores, concentrando o esforço e os votos nacionais para resistir ao fatal regresso contra nós planejado.

Não pretendemos escrever a história dessa bela época de tanta glória, de tanta ufania para o nome brasileiro e para o príncipe que se colocou à frente do Brasil; somente, pois, indicaremos datas.

Em 9 de janeiro de 1822, ao decreto das Cortes portuguesas que queriam arredar de entre nós o príncipe regente, e assim estreitar a reconquista da colônia, respondia a câmara municipal do Rio de Janeiro representando em nome dos povos das cidades do Brasil inteiro, e pedindo ao príncipe que desobedecesse e a par do título de regente recebesse para si e para seu primogênito o título de defensor perpétuo do Brasil; e o príncipe, reconhecendo que nisso ia o bem de todos, mandava dizer ao povo que ficava.

Cumpria dar simultaneidade ao movimento nas províncias; apareciam alguns embaraços, alguns empuxamentos de vontades rivais, o príncipe teve de ir com a sua presença pôr termo ao desenvolvimento desses germes de que poderiam sair a guerra civil e a ruína do país. Mi-

Na obra da organização liberal as dificuldades cresciam: o talento, a boa vontade do príncipe e do povo não bastavam para fazer funcionar a máquina complicadíssima do regime representativo; as paixões suscitadas, preconceitos, rivalidades, os hábitos velhos do absolutismo e as suas instituições em luta com as recentes e exageradas pretensões à liberdade, e com instituições novas, mal

compreendidas, mal estudadas nos livros estrangeiros, e que cumpria transplantar; tudo isso constituía dificuldades tão momentosas que de sobejo explicam todos os desastres do primeiro reinado e da menoridade que se lhe seguiu.

Bendigamos a Providência, bendigamos o príncipe, bendigamos o patriotismo de nossos pais, a quem devemos não haver a nação naufragado nessa empresa em que todas as recentes nações nossas conterrâneas, menos uma, têm naufragado!

Para dar uma constituição aos povos, condição anexa à sua aclamação em 12 de outubro e à sua sagração em 1º de dezembro de 1822, o Imperador convocou uma constituinte.

A experiência de todos os povos nos diz o que é uma constituinte, qual a sorte efêmera das constituições que saem, se algumas conseguem sair, das suas apaixonadas discussões.

A constituinte brasileira não podia escapar a esta sina. Como lhe escaparia? A nação tinha nela reunido todos os mais distintos patriotas da independência, os mais distintos de seus literatos: entre eles porém nem um homem prático aparecia. Em geral os nossos literatos, formados desde a infância nos estudos clássicos, eram cidadãos entusiastas da velha Grécia, da prisca Roma; suas idéias políticas não iam além das virtudes dos heróis de Plutarco: os mais lidos tinham algum conhecimento das obras da escola liberal francesa, dos grandes dogmas apregoados pela revolução de 1789: nisso ficavam.

Sobre eles atuava uma opinião fogosa, da mesma ilustração, bebida nas mesmas fontes... A imprensa livre a fomentava, e infelizmente se comprometia nas paixões da independência, nas rivalidades do nascimento.

Desse caos ia nascendo o que dele podia nascer — a anarquia. D. Pedro I o fez cessar. A Assembléa Constituinte foi dissolvida, alguns dos seus mais consideráveis corifeus deportados. Esse golpe de estado, não nos cabe a nós, em uma simples biografia, apreciá-lo, nem examinar

majestático, no alimento, enfim, dado a partidos prestes a transformarem-se em facções, por essa sinistra fatalidade que nos arremessou a nós brasileiros, filhos de portugueses, nas insídias, nas guerras civis, nos desatinos dos filhos dos castelhanos. Conquista recente portuguesa, a colônia espanhola quis ser Brasil, quis figurar décima nona estrela na bandeira nacional: logo porém, com o abalo da dissolução da constituinte, a província Cisplatina desligou-se.

A monarquia brasileira quis reavê-la, e a guerra do Sul, em que nos achamos envoltos com as repúblicas do Prata, começou...

Pouco tempo felizmente durou esse erro da política no Brasil: a paz de 1828 salvando a dignidade nacional, constituiu em república independente da Confederação Argentina, que tanto a cobiçava, essa província que não podia nem devia ser nossa.

No interior, entretanto, os acontecimentos se iam precipitando: em 3 de maio de 1826 D. Pedro instalava a primeira legislatura do Império; algumas instituições livres se decretavam; a imprensa saía do regime arbitrário para entrar no da repressão legal, as finanças começavam a regularizar-se pela criação da caixa de amortização e pela organização do tesouro; o poder municipal, cujas bases estavam na constituição, recebia o seu desenvolvimento em uma lei orgânica que ainda subsiste, embora de feito e na prática tenha sido alterada.

Mas ao par desse trabalho, inspirado mais pelo patriotismo do que pela ciência, e que devemos admirar como pôde ser feito naqueles dias da nossa infância política, progredia um trabalho funestíssimo na opinião, no espírito público.

D. João VI, depois de reconhecer a independência do Brasil, e de assim ter consumado o desdobramento do velho reino em duas monarquias separadas profundamente pelo Atlântico quanto pelas rivalidades dos povos, havia falecido. A coroa portuguesa foi deferida ao Imperador do Brasil. O princípio hereditário o chamava ao trono, e todos os amigos da liberdade do progresso em Portugal, conhecendo o espírito liberal do príncipe, a ele aderiu, com tanto maior entusiasmo quanto, se excluído fosse o primogênito de Bragança o trono caberia ao infante D. Miguel, cujos instintos despóticos eles sabiam apreciar.

A circunstância era grave para o Imperador do Brasil. Unir de novo na sua cabeça as duas coroas era pensamento que nem por um mo -

cito, reorganizaria mais convenientemente a administração militar; logo também partiu para essa remota província.

Nela estava, quando uma fatal mensagem o trouxe apressado à capital: chega, e acha morta em 11 de dezembro de 1826 a sua esposa, a mãe querida de augusta e numerosa prole, a imperatriz amada por todas as famílias brasileiras.

Viúvo D. Pedro ainda era moço: o ministro brasileiro que acompanhara à Europa a rainha D. Maria II, levava igualmente missão de tratar do segundo casamento do Imperador.

Com efeito ele o conseguiu, e a princesa D. Amélia de Leuchtemberg, segunda imperatriz do Brasil, entrou no tálamo imperial em setembro de 1829.

Por este tempo a luta intestina dos partidos, fomentada por tantos incidentes exteriores, tinha chegado ao ponto da maior incandescência: a revolução

francesa que excluía do trono o ramo mais velho da família de Bourbon repercutia no Brasil, fazendo fermentar os princípios revolucionários eivados do republicanismo, e tornados mais intensos pela associação dos escrúpulos de nacionalidade.

A uma Câmara que em luta com o Senado, por amor da inteligência do artigo constitucional que determina a fusão em assembléia geral, ia deixando o governo sem a legalidade do orçamento e da fixação de forças, havia sucedido a agitação das sociedades secretas, a ação subversiva de uma imprensa que punha por diante dos seus votos democráticos a palavra federação, não compreendida, não explicada senão como um eco da Confederação do Equador de 1825.

Na presença desse movimento dos espíritos, D. Pedro I, antes de ceder-lhe, de por ele pautar o seu procedimento, quis verificar o grau de sua intensidade: partiu, pois, para Minas, província cujos sentimentos monárquicos mais lhe eram recomendados. A difamação, o sarcasmo o acompanharam. E para que tivesse ele prova de quão desafeiçoados lhe estavam os povos, de quão fatalmente se havia desandado dos dias da primeira popularidade de 1822 aos primeiros meses de 1831, o ministro que o acompanhava, sujeito então à reeleição por ter deixado vago na Câmara, ao passar para o Gabinete, o seu assento de deputado, viu-se repellido pelos colégios eleitorais!

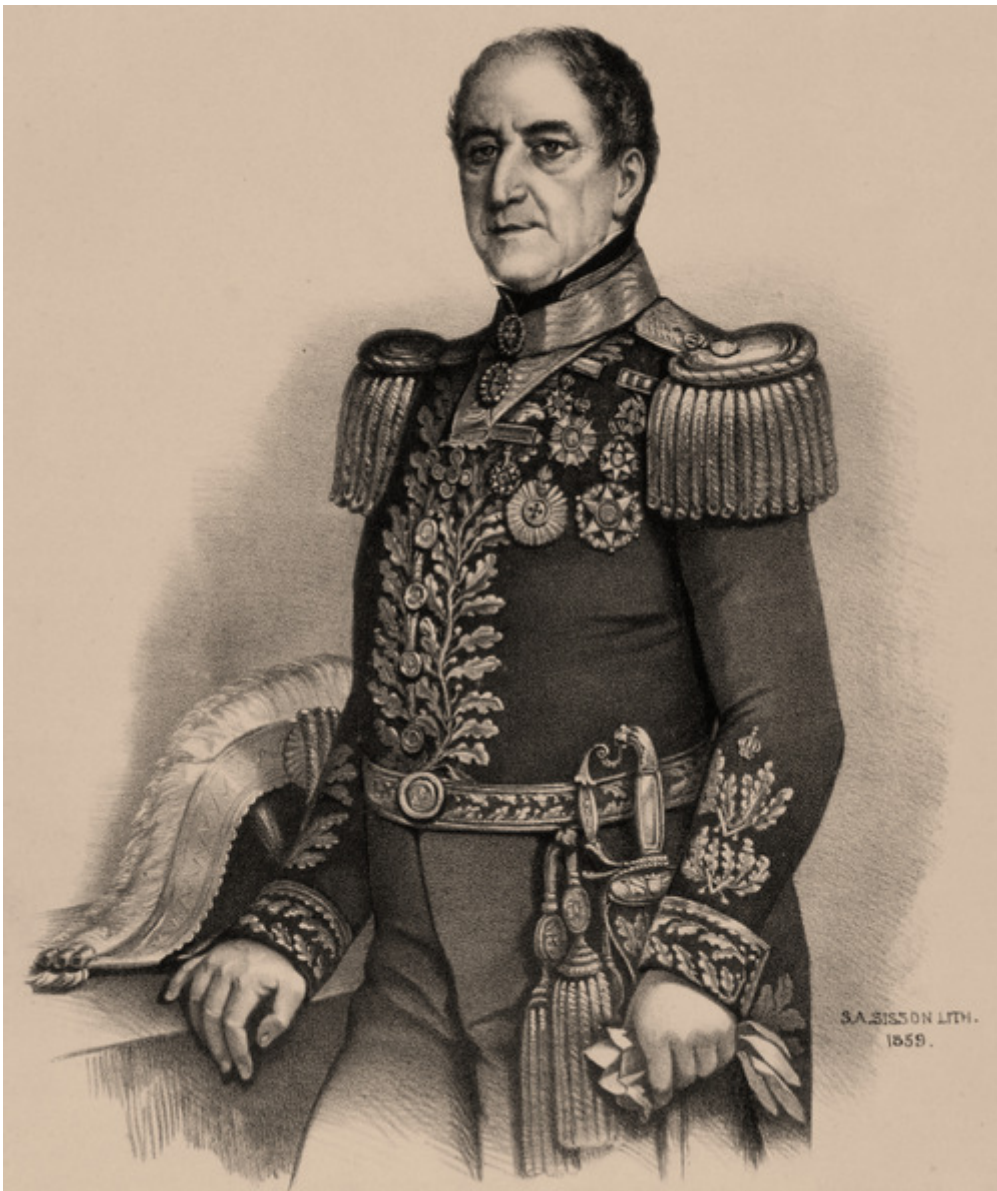
Em princípio de 1833 ei-lo já D. Pedro IV, não mais D. Pedro I, desembarcando em Mindelo à frente de um pugilo de bravos que vão libertar a pátria.

Sempre a par de sua posição, agora que carecia das virtudes do guerreiro, da ciência dos cercos e das batalhas, ele as acha embora nunca as houvesse estudado, nunca exercitado, ele as acha na fecunda inspiração do gênio, e em breve a sua mão vencedora assina o tratado de Torres Vedras que põe termo à usurpação e ao absolutismo nas terras de Portugal.

Então, a grande missão do príncipe está completa; sua dinastia ocupa dois tronos; nenhuma glória mais pode vir a seu nome: cumpre que se retire da Terra, que vá esquecer na mansão dos justos as injustiças e as ingratidões dos homens, que vá enfim descansar na paz do túmulo o corpo alquebrado de tantas fadigas, magoado de tão ingentes lutas. Em 24 de setembro de 1834 viu Lisboa, coberta de luto, finar-se esse, o maior dos Braganças, ainda na flor da idade, mas já velho de lidas e de glória.

Na história de dois povos, nos fatos de duas nações, nascida uma, outra restaurada para a liberdade, deixou ele o grande nome de libertador a grande recordação das mais nobres virtudes políticas.

JOÃO CRISÓSTOMO CALADO



Desde alguns anos que a morte impiedosa tem feito gemer o Exército brasileiro pela sucessiva perda de nobres veteranos da pátria, velhos guerreiros, generais experimentados que deixaram o seu nome escrito honrosamente nas páginas da História.

O valente soldado, mancebo ainda, que, sonhando com a vitória e com retumbantes façanhas, desperta ao clangor das trombetas que o chamam à peleja, e denodado corre ao assalto mortífero da praça, levando no coração o amor e nos lábios o nome da pátria, e que, ou no fervor da batalha ou na hora do triunfo, cai ferido por golpe mortal e expira, deixando o mundo com um herói de menos, é uma vítima que nunca se lamenta bastante; porque o futuro preparava ao jovem guerreiro troféus de vitória e os galardões da bravura.

Mas na sepultura do velho general caem lágrimas ainda mais dolorosas. O velho general é o orgulho dos veteranos que ele guiou às batalhas do tempo passado; é o pai desses mesmos e dos novos soldados com quem por vezes partilhara perigos, infortúnios, proezas e triunfos; o velho general é a crônica viva e respeitável desses mil episódios tremendos, brilhantes, calamitosos, entusiásticos da história variada e eletrizadora da guerra; o velho general é o exemplo da disciplina, é o símbolo da fidelidade, é a confiança da pátria, o baluarte da nação, o guia da vitória: a sua experiência é um grande livro, onde os novos guerreiros aprendem segredos que as mais sábias teorias não descortinam: a sua espada é um monumento que recorda gloriosos acontecimentos.

O Exército é uma família imensa: todos os soldados são irmãos, e os velhos generais são como os venerandos patriarcas desses milhares de homens, que têm todos a mesma bandeira, que prestaram todos o mesmo juramento, que obedecem todos ao mesmo dever: são as lendas vivas de um passado que pertence a eles todos.

E quando morre um desses capitães, que, tendo já a nobre cabeça coroada pela neve dos anos, tem ainda o braço de ferro para defender o país, o Exército chora um chefe, os soldados um pai, a Pátria um benemérito.

Esse velho corpo que desce à sepultura é como uma fortaleza que desaba: contam-se no cadáver as cicatrizes das feridas feitas pelas balas e pelas baionetas do inimigo; calcula-se quanto sangue correu delas, vê-se nas rugas da fronte pálida ainda planos de batalhas; vê-se na imobilidade das feições marmóreas o frio valor do bravo que nem se sorria, nem tremia em frente da morte, e que impávido bradava — marcha! — sem indagar se adiante estava o perigo, bastando-lhe a certeza de que adiante estava o dever.

Oh! Curvemo-nos ante as sepulturas daqueles que por longos anos pagaram ao Estado o tributo do sangue: honremos os guerreiros que morrem, porque os guerreiros são os baluartes da honra nacional, suas espadas as muralhas do Império.

Entre esses beneméritos veteranos, que desceram à sepultura, um dos primeiros, cujo nome encontramos riscado da lista dos vivos, é o marechal **João Crisóstomo Calado**.

Em setenta e sete anos de vida, sessenta e dois de serviços relevantes prestados ao país; em sessenta e dois anos de serviço militar, exemplo constante de disciplina, de denodo, de dedicação, de perícia, de honestidade e de honra; em sua vida particular e em todo o tempo, notável como cidadão prestimoso e probo, como esposo devotado, como pai extremoso e como amigo fiel, eis em resumo a história do marechal Calado.

Cumprindo, porém, acompanhar este ilustre finado desde o berço até à campa para pagar-lhe assim o tributo devido ao seu merecimento, o biógrafo descansa a pena, e deixa falar por si a relação de fatos

sempre honrosos que documentos oficiais atestam; pede simplesmente à memória que trace em alguns minutos essa carreira brilhante e trabalhosa de sessenta e dois anos de serviços, e entrega à posteridade o cuidado de fazer justiça e de honrar o nome do benemérito general perdido pela pátria.

Os beneméritos falam por si mesmos na recordação de suas grandes e nobres ações: o elogio delas transpira naturalmente, como o perfume se exala do seio das flores.

João Crisóstomo Calado nasceu em 24 de março de 1780, na cidade de Elvas, reino de Portugal, de seus legítimos pais, o coronel Manuel Joaquim Calado e D. Maria Joaquina Nobre. Assentou praça em 26 de março de 1795, no Regimento de Infantaria nº 20, e foi reconhecido cadete.

Na guerra de 1801 combateu contra os espanhóis; e finda essa campanha, cursou as aulas de matemática, abandonando o serviço militar durante o domínio francês na Península Ibérica. Em 1808, com seus companheiros de estudos, passou à Espanha, onde se reuniam forças para expelir os franceses, e foi pelo tenente-general Francisco de Paula Leite nomeado ajudante-de-ordens do general espanhol D. Antonio de Arcé, com a patente de tenente, à qual tinha sido elevado por decreto de 5 de fevereiro de 1805. Sob o comando deste general, e pertencendo a uma divisão inglesa, fez toda a campanha até 1814 e entrou em Portugal; ascendeu gradualmente os postos, tendo sido graduado major em recompensa de sua conduta na ação de 5 de março de 1811, junto a Chia-lona, e elevado à efetividade do mesmo posto na batalha de S. Munhoz, pelo zelo, valor e acerto com que defendera uma posição contra o exército de Soult; sendo ao demais louvados em ordem do dia seus serviços durante a expedição de Cádiz a Sevilha, em agosto de 1812, pelo bom desempenho dos cargos de chefe da correspondência oficial e parlamentar para o resgate de prisioneiros. Feita a paz, e restaurado o governo português, foram a João Crisóstomo Calado oferecidos postos militares no exército de Espanha; mas, preferindo continuar no serviço de sua pátria, recusou-os, e mereceu especial recomendação do general d'Arcé ao governo; seus serviços até então foram pela Coroa remunerados com a Cruz de S. Bento de Aviz e a tença correspondente.

Organizado de novo o Exército em 1815, querendo o príncipe regente D. João VI mandar uma divisão para o Brasil, foi o tenente-coronel João Crisóstomo Calado encarregado de organizar e disciplinar o 4º Batalhão de Caçadores; e apresentando-o na melhor ordem ao tenente-general Lecor, chefe da expedição, partiu para o Brasil investido do comando desse corpo. Marchou a

divisão, denominada de voluntários reais de el-rei, para a campanha da Banda Oriental do Uruguai; o coronel João Crisóstomo Calado dela fez parte na qualidade de comandante do 2º Regimento de Infantaria; posteriormente comandou a 1ª e 2ª brigadas, e obteve em prêmio a condecoração da Torre e Espada.

Uma nova época vai começar para o ilustre guerreiro; uma nova pátria lhe abre o seio; o valente soldado vai adotar a bandeira gloriosa de um novo império, e cumprirá até à morte o juramento de fidelidade que lhe vai prestar.

Não é um desertor que abandona as suas pelas contrárias falanges: não; é um exército que se divide, é a antiga pátria que se separa em duas nações distintas; e ele é o homem devotado, o soldado leal que aceita e adota a nova pátria pelo coração.

Começava-se a elaborar a idéia de independência do Brasil: a João Crisóstomo Calado, chefe da 2ª Brigada de Voluntários Reais, se perguntou se prestaria sua coadjuvação para ser aclamado imperador o príncipe D. Pedro e se o sustentaria; protestou que se podia contar com ele e com as forças sob seu comando; e aderindo decididamente à Independência acompanhou o general Lecor, então visconde da Laguna, em sua retirada da Praça de Montevideú; reuniu-se às forças que a favoreciam, e debelou as contrárias, comandadas por d. Álvaro da Costa. Sofreu em consequência sequestro nos bens que possuía dentro da praça.

Proclamada a independência e o Império, tendo embarcado as forças de D. Álvaro da Costa, foi João Crisóstomo Calado comissionado à corte para dar parte do ocorrido ao Imperador, o qual lhe ordenou continuasse no serviço do novo Império, promoveu-o por merecimento ao posto de brigadeiro graduado, e nesta categoria o fez regressar à Província Cisplatina.

Pretendeu pouco depois esta província reconquistar sua independência e proclamar-se república; abriu-se por isso nova campanha em maio de 1825. O brigadeiro Calado seguiu firme em seus sentimentos a favor do Império; combateu a rebelião, sofrendo novo sequestro dirigido então a seus bens rurais que perdeu. Por ordem do visconde da Laguna tomou o comando da guarnição e departamento de Maldonado; posteriormente o barão de Vila Bela, nomeado presidente e governador das armas da província rebelada, o incumbiu de, com os destroços do exército, organizar e disciplinar uma divisão e assumir o comando da linha em frente da praça: honrado com a cruz de ouro da campanha Cisplatina e com o hábito do Cruzeiro, o brigadeiro Calado permaneceu neste serviço ativo até que, mudada a guerra para a província do Rio Grande do Sul, pela intervenção das tropas argentinas, o marquês de Barbacena, chefe do exército brasileiro, o chamou e incumbiu de comandar a 2ª divisão desse exército, à testa da qual assistiu à batalha de 20 de fevereiro de

1827 nos campos de Ituzaingó: pela maneira distinta por que se portou então mereceu ser elogiado em ordem do dia, feita publicar pelo mesmo marquês. (Claramente se acham descritos esses seus serviços, e comprovados por documentos oficiais na segunda parte do opúsculo publicado em 1852, sob o título Memórias do grande exército aliado libertador do Sul da América.) Coube-lhe a promoção a marechal-de-campo graduado, e voltou a Montevideú, onde assumiu o comando-em-chefe das forças ali estacionadas; comandou-as até que o tratado de 27 de agosto de 1828 as fez retirar. No ano seguinte, achando-se reunida em Santa Catarina grande parte do exército, foi João Crisóstomo Calado nomeado comandante das armas da província.

As idéias de proteção ao absolutismo que professavam as autoridades civis encontraram nele opositor; foi por conseguinte delatado e submetido a conselho de guerra, o qual unanimemente o absolveu, declarando-o, em sentença de 14 de novembro, sem culpa, e a sua conduta irrepreensível durante o comando das armas; sentença confirmada pelo Conselho Supremo Militar quatro dias depois, declarando-se sua conduta não só irrepreensível, mas digna de louvor pelo zelo com que se prestara no desempenho de seus deveres. (Ordem do dia do quartel-general de 2 de outubro de 1829.) S. M. o Imperador fez-lhe mercê do título da comenda da Ordem de S. Bento de Aviz, em 18 de outubro desse ano; e o Poder Executivo deu complemento a essa pública satisfação, nomeando-o de novo comandante das armas da mesma província, por decreto de 30 de janeiro de 1830. Mas o marechal, compreendendo que sua presença em Santa Catarina ocasionaria discórdia de autoridade, pediu dispensa, e se lhe concedeu com transferência para o comando das armas da Bahia, onde tinha sido assassinado seu antecessor. No exercício desse cargo foi agraciado com a comenda da Ordem da Rosa.

A nomeação do marechal Calado para o comando das armas da província da Bahia em tão espinhosas circunstâncias, e no estado de excitação política em que então se achava aquela província, assinala a alta confiança que no ilustre militar depositava o governo de S. M. o Senhor D. Pedro I.

Mas os germens de uma revolução já estavam espalhados em todo o Brasil: causas acumuladas, os acontecimentos da França em 1830, os erros do governo e a exaltação dos partidos preparavam um cataclismo tremendo, que somente pôde ser removido pelo patriotismo do Senhor D. Pedro I, que resolveu abdicar.

O movimento de 7 de abril de 1831 foi precedido na Bahia pelo de 5 do mesmo mês e do mesmo ano. O comandante das armas da Bahia julgou de seu dever opor-se à revolução: recebendo, porém, ordem do presidente da província, Luís Paulo de Araújo Bastos, de deixar o posto, embarcou para a corte; à sua chegada teve notícia da abdicação de D. Pedro I, e foi recolhido às prisões da fortaleza de Villegaignon. Côncio de ter procedido no restrito cumprimento de seus deveres, pediu se lhe nomeasse conselho de guerra, sem mesmo esperar

que os espíritos serenassem. Em 28 de julho de 1831 foi absolvido em 1ª instância, por julgá-lo o conselho sem criminalidade; e na confirmação da sentença declara o Conselho Supremo Militar que o fazia, não só por lhe não provar criminalidade, mas até por serem muito louváveis todos os seus procedimentos.

Apesar, porém, destas sentenças, que punham a coberto seus bríos de soldado e o honravam como cidadão, compreendeu o marechal Calado que sua estrela achara névoas no zênite, e era de mister esperar que se dissipassem para prestar algum fulgor ainda no ocaso; retirou-se por dois anos para as margens do rio da Prata, deu nova têmpera à sua coragem na sede de suas glórias.

De volta ao Rio de Janeiro, foi elevado à efetividade do posto de marechal-de-campo; e a regência, julgando-o capaz de sufocar a rebelião que rebentara na província da Bahia, em 7 de novembro de 1837, e a assolava ameaçando todo o norte do Império, o nomeou comandante das armas dessa província, com autoridade de formar um exército para submeter os revoltosos. Cumpriu o seu dever, batalhou durante três dias consecutivos, obrigou a render-se à discricção desde o chefe até o súdito da rebelião, e a 16 de março de 1838 cravou na Praça da Piedade o estandarte imperial.

Os habitantes da Bahia demonstraram sua gratidão ao benemérito general comandante do exército restaurador da ordem e da legalidade por intermédio de uma deputação, composta de alguns de seus mais distintos concidadãos, que lhe dirigiu um voto de reconhecimento. Uma particular manifestação partiu ainda de muitos proprietários e negociantes, que além disso assinaram avultadas quantias em uma subscrição destinada a oferecer uma prenda valiosa ao ilustre marechal. Este, porém, esquivou-se nobremente a receber o último favor, e o cedeu em benefício das viúvas e órfãos dos bravos mortos em defesa da legalidade. A gratidão pública brilha aqui a par do desinteresse. Entretanto, a digna esposa do general vencedor não pôde deixar de aceitar uma oferenda duplamente preciosa, porque, ao mesmo tempo que lhe recordava um dos belos feitos do esposo, representava a efígie de S. M. I. o Senhor D. Pedro II com a inscrição "Os baianos agradecidos ao marechal Calado, 1837".

Por tão relevantes serviços o governo imperial elevou o ilustre militar ao posto de tenente-general, e nomeado ainda vogal do Conselho Supremo Militar.

Nos tumultuosos dias de julho de 1840, foi João Crisóstomo Calado o oficial-general que de moto próprio, compareceu no paço da Boa Vista, e por ordem de S. M. I. o Senhor D. Pedro II, e de seu tutor o excelentíssimo senhor marquês de Itanhaém, encarregou-se da guarda do palácio, ponderou que a presença de baionetas no pátio do palácio era um inútil, triste e talvez prejudicial degrau para a ascensão de S. M. ao poder, e conseguintemente fez retirar os corpos armados, acompanhou o Imperador até o paço do Senado, e só o deixou

quando o reconheceu empossado da suprema administração em plena paz e regozijo.

Em 1841 o tenente-general teve a nomeação de conselheiro de guerra, e com cinquenta e quatro anos de serviço ativo pediu sua reforma em marechal do Exército, e obteve com a cláusula de continuar no exercício de conselheiro de guerra.

Esta longa e não interrompida série de serviços terminou enfim de uma vez para sempre no dia 1º de abril de 1857 pelo falecimento do varão distinto e preclaro que os prestara.

Sobre a sepultura do marechal João Crisóstomo Calado a Pátria, a esposa, os filhos e numerosos amigos derramaram lágrimas de amor e de saudade.

Não faltaram honras nem distinções ao benemérito: João Crisóstomo Calado era fidalgo cavaleiro da casa imperial, comendador das ordens de Aviz e da imperial da Rosa, oficial da imperial ordem do Cruzeiro, cavaleiro da Torre e Espada, e condecorado com a cruz da campanha peninsular na Europa, e com a estrela de ouro da do rio da Prata; conselheiro de guerra e marechal do Exército do Brasil.

Subiu a tão subido posto, conquistando todos os graus na escala de hierarquia militar por serviços relevantes prestados nos campos de batalha ou em importantes comissões administrativas.

As honras lhe foram devidas, como de direito lhe cabe um renome glorioso e a memória dos justos eternizada à história da pátria.

MARQUÊS DE INHAMBUPE



Antônio Luís Pereira da Cunha, marquês de Inhambupe, nasceu na cidade da Bahia a 6 de abril de 1760.

Com idade de 21 anos embarcou para Portugal e chegou a Lisboa a 6 de junho de 1781.

Nessa cidade aperfeiçoou-se e completou seus estudos preparatórios, já começados no Brasil, e em 1782 marchou para Coimbra, em cuja universidade entrou no mesmo ano, matriculando-se na faculdade de leis.

No segundo ano do curso jurídico, conhecendo que podia bem-vencer as matérias que tinha a estudar, e desejando alargar o mais possível a esfera de

seus conhecimentos, matriculou-se no primeiro ano do curso de matemáticas como estudante ordinário, e, fazendo o respectivo exame ao mesmo tempo que o de direito, obteve o prêmio da congregação da faculdade.

Enquanto foi compatível com o estudo de direito, continuou o curso de matemática, e o de filosofia em que depois entrou, e no mês de junho de 1787 tomou o grau em direito civil.

Retirando-se para Lisboa, foi admitido a ler na Mesa do Desembargo do Paço a 19 de janeiro de 1788, e não somente as suas notas da universidade, como ainda as da Mesa do Desembargo, facilitaram-lhe

o despacho de juiz de fora da vila de Torres Vedras, de que tomou posse em setembro de 1789.

Por decreto de 4 de outubro de 1792, foi promovido a ouvidor de Pernambuco, e voltando ao Brasil tomou posse a 17 de outubro de 1793.

Neste novo lugar esteve por seis anos, servindo ao mesmo tempo como desembargador da Relação da Bahia, a que foi graduado por decreto de 6 de agosto de 1793.

Tendo em dezembro do ano de 1798, em que completou o sexto ano de exercício em Pernambuco, sido deposto o governador e capitão-general, foi ele incluído no triunvirato estabelecido na lei de 1770, e neste cargo serviu por um ano, que lhe faltava para terminar o sexto de exercício na Relação da Bahia.

No ano seguinte de 1800 voltou a Portugal, e aí, justificando-se plena e satisfatoriamente de acusações que se lhe fizera como administrador da província de Pernambuco, foi despachado por decreto de 2 de janeiro de 1802 ouvidor da comarca do Rio das Velhas, em Minas Gerais, e por decreto de 27 de fevereiro seguinte cavalheiro da real Ordem de Cristo.

E como tivesse direito a um lugar na Relação do Porto, S. M. Fidelíssima ordenou, por imediata resolução de 17 de julho do mesmo ano, que se lhe passasse carta de desembargador daquela Relação, com exercício na ouvidoria de Sabará, sendo antes consultada a Mesa do Desembargo do Paço.

Em setembro seguinte embarcou para o Rio de Janeiro, donde seguiu para Sabará, e a 4 de fevereiro de 1803 tomou naquela vila posse do lugar de ouvidor.

Durante o exercício desse lugar, foi por decreto de 24 de junho de 1806 despachado desembargador ordinário da Casa da Suplicação de Lisboa. Ali esteve até que, com a chegada ao Rio de Janeiro da corte e família real, obteve

licença para vir beijar a mão de El-Rei, e com efeito chegou ao Rio de Janeiro a 24 de abril de 1808.

Não tendo sido contemplado nos despachos da Mesa do Paço novamente criada no Brasil, foi esta injustiça prontamente reparada, despachando-o S. M. F. por decreto de 13 de maio de 1808 chanceler da Relação da Bahia, com o título do conselho, sendo além disto despachado por decreto de 6 de dezembro do mesmo ano conselheiro do Conselho da Fazenda, para ter exercício quando voltasse da Bahia.

A 3 de maio ainda de 1808 tomou posse do lugar de chanceler da Bahia, e tendo a 24 falecido o governador e capitão-general daquela província, conde da Ponte, entrou no governo dela, em companhia do arcebispo metropolitano D. Frei José de Santa Escolástica e do tenente-general João Batista Vieira Godinho.

No governo da província adquiriu muita influênciã e simpatia, e por tal modo se houve que S. M. recusou-lhe sempre e a seus companheiros a exoneração repetidas vezes pedida, até que depois de dezesseis meses, fazendo a câmara da capital da província uma representação ao governo central, para conservar-lhe os três governadores provisórios, ele serviu-se disto para reclamar com mais força sua demissão, que lhe foi dada e aos mais, com muitos elogios, especialmente a ele.

Em atenção a esses serviços, o sr. D. João VI foi servido condecorá-lo por decreto de 13 de maio de 1811 com a comenda da Ordem de Cristo, de que já tinha o hábito.

Encarregado por imediata ordem de S. M. F. de organizar umas posturas e regulamentos municipais para a câmara da capital, e que pudessem ser aplicáveis a todo o reino, procedeu com toda a circunspecção, tendo sempre em vista as vantagens de sua pátria natal, e tanto que foi por isto acusado de atacar de frente o supremo poder do soberano; pelo que não foram seus trabalhos adotados.

Completados os seis anos de serviço que lhe foram marcados na Relação da Bahia, deu posse em setembro de 1815 a seu sucessor, e tendo já embarcado para o Rio recebeu a bordo, do conde dos Arcos, governador da província, um atestado o mais honroso possível em abono de seus serviços ali prestados.

Recolhendo-se a esta capital, entrou imediatamente em exercício do lugar de conselheiro do Conselho da Fazenda, de que havia tomado posse em janeiro de 1809.

Por decreto de 27 de agosto de 1817 ordenou S. M. F. que se compilhassem as ordenanças da marinha para regulamento da armada nacional, e com esse fim foi nomeada uma junta, a que foi ele adjunto e em que bons serviços prestou,

até que aquele trabalho passou para a comissão de censura e revisão, donde nunca mais saiu.

Em 1818 foi por decreto de 6 de fevereiro despachado para deputado da junta do comércio, agricultura, fábricas e navegação, de que tomou posse imediatamente.

Havendo-se impossibilitado por moléstia de continuar no exercício de fiscal das mercês o conselheiro Diogo de Toledo de Lara Or-donly, foi ele encarregado daquele mister por aviso de 10 de setembro de 1818, e tão bem se conduziu nessa serventia que S. M. F., dando-se o conselheiro Toledo por pronto, não permitiu que Pereira da Cunha deixasse aquela repartição, e, para o conter ali e não despedir a Toledo, criou outro lugar, ficando desde então dois, em vez de um só fiscal das mercês.

Chegando a El-Rei a notícia do levantamento do Porto em 1820, e da criação da junta governativa de 24 de agosto, e sendo indispensável tomar medidas prontas e decisivas, mandou S. M. F., por decreto de 18 de fevereiro de 1821, que se nomeasse uma comissão com o fim de escolher os objetos mais úteis para serem discutidos nas Cortes que se iam reunir em Lisboa, e nesta comissão, por decreto de 24 do mesmo mês e ano foi contemplado o conselheiro Pereira da Cunha, que além disto foi muitas vezes consultado por El-Rei a respeito daqueles negócios, sendo sempre suas decisões recebidas com muita satisfação e consideração.

Tudo foi baldado no fim de reprimir o levantamento popular; emissários dos insurgentes fizeram aqui mesmo o povo e a tropa obrigar o Rei a prestar a 26 de fevereiro, juramento solene de aceitar a Constituição que se estava organizando em Portugal, e foram a ponto de lhe imporem nomes para certos e determinados empregos do Reino.

Entre esses estava o do conselheiro Pereira da Cunha, que demais foi no dia 26 chamado em nome do povo e da tropa ao teatro de S. Pedro, onde eram convocadas todas as pessoas que deviam receber os novos empregos, assim como as que tinham de ser despedidas.

O lugar que lhe coube foi o de intendente-geral de polícia da corte e reino, de que tomou posse, apesar de não entrar no movimento reacionário, a fim de evitar o perigo que naquela circunstância lhe traria uma recusa.

No exercício daquele lugar pôde restabelecer a ordem pública, e pôr em bom pé e regular andamento o serviço da repartição; pagando, durante oito meses que serviu, a dívida atrasada, e pedindo para maior regularidade uma contadoria que S. M. F. se dignou criar por decreto de 18 de março do mesmo ano.

Como intendente, ainda foi ele que regulou o método para fazer-se a despesa, tão irregular até então, do encanamento do rio Maracanã, e que acabou com os espiões de polícia, cuja única vantagem consistia na despesa do Estado e em abusarem da boa-fé das autoridades acusando impunemente cidadãos honestos e inocentes.

Depois de ter prestado estes e muitos outros serviços que impossível é numerar, foi exonerado daquele lugar por decreto de 6 de outubro do ano de sua nomeação e oito meses depois dela.

Ordenando S. M. F. que se procedesse no reino do Brasil e domínios ultramarinos à nomeação para deputado à Corte de Portugal, na forma das instruções que acompanharam o decreto de 7 de março de 1821, foi o conselheiro Cunha nomeado comissário em sua freguesia e vogal das juntas eleitorais, por vontade dos respectivos deputados, e nesse lugar prestou grandes serviços à ordem pública, privando que chegassem ao monarca reclamações e representações indevidas e impróprias.

Obrigado a deixar o Brasil pelas ocorrências que se deram em Portugal, o Sr. D. João VI deixou por decreto de 7 de março de 1821 encarregado do governo geral e inteira administração do Brasil o príncipe D. Pedro, a quem constituiu regente e seu lugar-tenente.

Este, proclamada que foi a independência do Império e eleito pelo povo brasileiro Imperador Constitucional do Brasil, nomeou ao conselheiro Cunha conselheiro de Estado, e encarregou-o nessa qualidade de organizar juntamente com outros o projeto da Constituição que mais tarde foi jurada; e nesse trabalho o conselheiro influiu tanto pelas idéias liberais, que admirou a todos, porque era homem da escola antiga, e ninguém acreditaria que deles partissem os artigos da Constituição que mais sobressaem pelas garantias liberais.

Jurada a Constituição, foi ele na criação do senado eleito por três províncias e escolhido pela de Pernambuco.

Em 1825, quando foi chamado para a pasta dos Negócios Estrangeiros, já o senador Cunha tinha sido agraciado por S. M. o Impera-

dor Pedro I com o título de visconde de Inhambupe, dignatário do Cruzeiro, e mais tarde marquês de Inhambupe.

Como ministro de estrangeiros, assinou alguns tratados importantes, e entre eles o de 23 de novembro de 1826, celebrado com a Grã-Bretanha, para pôr fim ao comércio de escravatura da Costa d'África.

Por algumas outras vezes foi ministro de estado, e quando em 6 de abril o povo pedia amotinado a retirada do Ministério, foi ele nomeado pelo Imperador,

algumas horas antes da abdicação, ministro do Império, em cuja qualidade coube-lhe, depois da retirada do Imperador, a regência do Império, em que esteve até à eleição da regência permanente, como é determinado pela Constituição.

Depois da retirada de D. Pedro e de ter entregado aos regentes as rédeas do governo, retirou-se da vida pública, concentrou-se na família, e apenas ocupou-se com o Senado, a que foi sempre assíduo e de que foi muito tempo presidente; lugar este em que se achava quando a morte o surpreendeu a 18 de setembro de 1837.

Eis um homem que foi um dos vultos mais salientes em uma grande época da história luso-brasileira, e que entretanto morreu de todo na lembrança dos dois povos a quem com tanta dedicação serviu.

Nenhum brasileiro apresenta maiores serviços à sua pátria, nenhum os tem de maior importância, nem mais nobre e desinteressadamente feitos.

O marquês de Inhambupe gozou sempre de uma popularidade imensa, como o prova sua eleição senatorial por três províncias; esteve sempre no agrado e confiança dos monarcas que presidiram os destinos de nossa terra, como o provam as difíceis e honrosas comissões que constantemente lhes mereceu.

E entretanto o que é feito de seu nome? Quem guarda sua memória respeitável? O país? Não, porque o país só lembra e aplaude o homem, enquanto ele serve.

Só uma família pobre, mas distinta, guarda em seu santuário a recordação do pai desvelado e carinhoso, só ela lembra ao brasileiro, se algum há que procura desenterrar os fósseis brilhantes da história de sua pátria, a passagem nesta terra do marquês de Inhambupe.

JOSÉ ANTÔNIO SARAIVA



Ao começar da última sessão do Parlamento, neste ano de 1859 uma circunstância notável prendeu para logo a atenção do público. Um cidadão que havia militado nas fileiras do partido conservador, e que acabava de ser, no governo de Pernambuco, delegado do gabinete que então geria os destinos do país, se levantava e dizia:

— Retiro a minha confiança ao Ministério de 12 de dezembro!

Caindo em cheio numa assembléia, cujas ondas vagavam ainda sem norte, cujos movimentos revelavam antes receios do futuro do que esperança no presente, essa manifestação franca de um voto decisivo ia condensar as nuvens da oposição, fomentar o debate, provocar a luta, excitar protestos, levantar contendas. Portanto, o que desagradava a muitos, assim como, para outros, era o som da trombeta que dá o sinal de combate.

Nesse dia, a sorte do Gabinete de 12 de dezembro foi jogada. Nesse dia, a opinião que esse ministério representava, e que com ele devia triunfar, conheceu, ou devia conhecer, que as vias do futuro lhe estavam cortadas, que os aliados rasgavam, ainda que com saudades, o pacto firmado depois da vitória de 29 de setembro de 1848; viu que se conspirava, se armava a sedição e levantava-se dentro em seus próprios acampamentos; descortinou o abismo que aos poucos se fora cavando a seus

pés, e que agora, mais profundo, a cercava em derredor: e então, pressentindo a derrota, clamou que fora atraçoada...

Atraçoada! Não! havia sido, apenas, julgada.

Os dogmas passam: era tempo de instituir exame, de colher documentos, de proferir juízo sobre aqueles que, alardeando vestes pontifícias, e com a gravidade de serem sobrenaturais, pretendiam o governo exclusivo, em nome de um privilégio odioso. Os dogmas passam: sobre a areia movediça dos tempos não é possível construir pirâmides. Os dogmas passam: para cada época um princípio, uma opinião, uma idéia essencial, um pensamento diretor.

Como em tudo, assim é na política. Aqueles que só cuidam do dia de hoje, que assistem descuidosos ao nascer da aurora e ao cair da noite, que não se elevam ao cume dos princípios donde se contempla o universo, esses, na manhã de 29 de setembro de 1848, no dia de uma vitória, não sonhavam que a medalha teria um reverso. Acreditavam ingenuamente que a última palavra estava proferida: que bastava gravá-la nos frontais dos palácios e esculpi-la nas colinas dos templos, para a completa felicidade do país.

Ilusão pueril!

Rasgou-se o véu de ficção que tomaram pela realidade. O futuro avança, ameaça confundi-los; e eles, imprudentes! abandonam-se à indolência de Cápuia, às venturas do presente.

Não o dizemos por nós somente. Quem quis escutar, ouviu-o distintamente por toda a sessão, que acaba de findar, do corpo legislativo. Sem falar desses murmúrios populares, tão cheios de bom senso, e que são de ordinário os precursores do porvir, a manhã das revoluções; sem recordar esse rumor que nos vem das províncias, ora vago como o longínquo bater das ondas nas praias, ora condensado com o arruído de um imenso tropel; sem comemorar as apreensões da imprensa, as exagerações, se são exagerações, dos jornalistas políticos; não são bastante eloquentes os sucessos que se acabam de reproduzir no seio do Parlamento? E quem houve que se não sentisse comovido pelo decurso de toda esta última sessão?

Esses acontecimentos são dignos da História. Não deixemos, pois, obscurecerem-se as glórias do nosso tempo; não olvidemos os triunfos da causa do progresso; não condenemos à indiferença os cavalheiros do futuro. É tão criminoso o ateísmo político como é desastrosa a exageração do fanatismo. Registremos nestas ligeiras páginas, soltas aos ventos da fortuna, a vida daqueles de quem o Brasil espera muito. Soletremos ao país os nomes distintos de esforçados lidadores. Sem apóstolos não há religião possível: se vos interessais pela causa que defendeis, lede o livro de seus apóstolos, ouvi a história de seus feitos. É assim que as crenças se fortificam, que as fileiras se condensam, que se ajunta o valor à esperança; é assim que a confiança cresce, que todos se animam, que todos palpitam, que todos se põem à escuta das palavras de seus consórcios, ameaçando confundir os que faltarem à fé jurada; é assim que o coração do povo, transformando os representantes de sua opinião em ídolos de ouro, derruba por terra, sem estrépito, sem assuadas, sem clamores, as estátuas de barro!

Começamos a nossa tarefa por um nome que, de três anos a esta parte, tem sido o alvo de muita ansiedade, o repouso de muita esperança. Vamos retratar a vida de um cidadão que, na sagacidade do tino, no conhecimento dos homens, na prontidão no decidir, na originalidade dos projetos, na ciência de se colocar superior a todos os interesses e a todas as paixões, e só inferior ao interesse e à paixão da justiça, pode servir de modelo aos homens da administração; e, pela sinceridade das convicções, pela moderação das idéias, pela vista profunda e longa que descortina os efeitos das causas, atrai a atenção dos estadistas e a contemplação do país. Vamos, enfim, tirar a limpo o vulto simpático do sr. conselheiro Saraiva.

José Antônio Saraiva nasceu no engenho Quitangá, freguesia do Bom Jardim, do município de Santo Amaro, na província da Bahia, em o 1º de maio de 1823. É filho legítimo de José Antônio Saraiva e de D. Maria da Silva Mendes, falecidos, o primeiro no ano de 1834, e a segunda em 1833. Foram seus avós maternos o capitão Luís Manuel da Silva Mendes e D. Joaquina Inácia Perpétua Felicidade Garcez; e paternos, o negociante matriculado (na praça da Bahia) José Antônio Saraiva e D. Catarina Francisca Saraiva.

Seu pai tomou uma parte muito ativa nas lutas da independência do Império. Com o denodo de um patriota assistiu às convulsões do despotismo português, do regime colonial; entoou os hinos de "independência ou morte", que faziam, e ainda fazem, estremecer a Bahia inteira: ouviu os gemidos de angústia e os cânticos de triunfo. Com o coração ainda quente das emoções da liberdade, a reação monárquica e centralizadora de 1825 viu-o, o mesmo homem, voltar as costas, como outros tantos, ao príncipe que o 7 de Setembro fizera imperador e que se esquecia da origem popular de seu trono.

Membro do partido liberal-extremo daqueles tempos, José Antônio Saraiva deu a seu filho a educação moral e literária mais apurada, destinando-o às carreiras públicas: foi assim que, na ocasião de sua morte, o menino, havendo atingido apenas os onze anos da idade, conhecia já as línguas latina e francesa, e tinha noções gerais de geografia, estudos feitos na cidade de Santo Amaro.

Desse tempo em diante ficou o jovem Saraiva entregue aos cuidados de seu avô afim, o brigadeiro Henrique Garcez. Este, que era guarda-roupa do Sr. D. Pedro I, e professava opiniões políticas opostas, forcejou por que o menino abandonasse o pensamento, tão acariciado por seu pai, de seguir o curso das academias de direito; incitava-o a que se desse à lavoura ou comércio, obstando, com esse intuito, por alguns anos, a continuação dos estudos já adiantados.

Não pôde o velho brigadeiro, porém, vencer a obstinácia com que o moço ambicionava realizar os desígnios de seu pai: enviou-o, pois, a S. Paulo, onde, com aplausos dos colegas e dos doutores seus mestres, recebeu, em outubro de 1846, o grau de bacharel em ciências jurídicas e sociais. Ali, no meio dessa atmosfera juvenil em que se respira vida, em que o espírito se alimenta de entusiasmo, e a imaginação corre a devassar futuros; ali, no silêncio da meditação, nos bancos da academia, ao lado dos Olímpio Machado e dos João Brotero, as idéias do moço se apuraram e fortificaram, suas convicções se formaram, o seu caráter começou de tomar as formas precisas e as feições simpáticas, que tanto o distinguem.

Regressando, logo após, à província que o viu nascer, exerceu imediatamente vários cargos policiais da capital, ao passo que estreava no papel de advogado, ocupando por vezes a tribuna do júri. Pouco tempo depois, era nomeado, em junho de 1848, promotor da comarca de Jacobina; juiz municipal de Valença, em novembro do mesmo ano; e, posteriormente, removido para os termos reunidos de Jacobina e Vila Nova da Rainha, onde angariou a estima de todos os munícipes sem exceção. A retidão do juiz devia de ser o brilhante prefácio da imparcialidade do administrador.

Eleito membro da assembléia provincial (1849), abordou a tribuna sem acanhamento, sujeitou-se sem embaraço, orou sem tropeços. Tomando parte ativa nas discussões, falando uma linguagem singela, mas animada, grave, sem pretensão, moderada, sem fingimento, granjeou simpatias gerais, e firmou reputação de pensador.

Destarte, e mostrando-se familiar no conhecimento dos negócios públicos, nomeou-o o governo imperial, por carta de 23 de junho de 1850, presidente do Piauí.

A administração que fez nessa província dá-nos a medida dos talentos e o cunho do caráter do Sr. conselheiro Saraiva. Durou ela pouco mais de três anos, e durante esse espaço assistiu a eleições de membros da assembléia provincial, de deputados gerais e de um senador. Côncio da dignidade de seu cargo, sem exagerá-lo, assim como sem deprimi-lo, soube respeitar a liberdade de voto; não oprimiu para vencer, não corrompeu para excluir; não montou máquinas eleitorais, não converteu o governo em caudilho de partidos. A repressão do crime foi pensamento seguido e ato contínuo do seu governo: se a sua autoridade pesou com força sobre alguma coisa, foi certamente sobre a cabeça dos inimigos da lei. Não passaram despercebidos os seus serviços eficazes que prestou nesse ramo da administração da justiça; no relatório de 1852, o ministro dessa repartição deles fez menção honrosa e especial. Reconhecendo má a situação da capital da província, a cidade de Oeiras, resolveu o sr. Saraiva edificar uma outra nas margens do Parnaíba; e, apesar das dificuldades que se lhe opunham, apesar dos interesses locais coligados que já haviam embaraçado e contrariado intenções semelhantes de alguns de seus antecessores, conseguiu a necessária autorização da assembléia provincial. Assim, com uma presteza e uma prudência sem iguais, viu-se de chofre nascer a nova capital, a cidade Teresina, cujo florescimento é a glória de seu fundador.

Mas, não existe, que saibamos, na história das últimas administrações das províncias do Império, uma circunstância tão digna de atenção como a seguinte: o presidente que governara a província do Piauí por mais de três anos; que operara a transferência da capital; que perseguia os criminosos por toda a parte, sem exceção de cores locais, de patrocínios políticos; que, finalmente, atravessara várias lutas eleitorais, e, entre essas, uma eleição de deputados e outra de senador; deixou o poder sem haver exercido uma vingança política, sem haver referendado listas de proscricções, sem haver abandonado a província à prepotência dos grupos; deixou o poder com as saudades de todos, com as afeições dedicadas de muitos, com as bênçãos do povo — desse povo que mais tarde, no ano de 1858, erigia-lhe, na cidade que fundara, uma pirâmide com esta legenda: "Em sinal de memória, os piauienses agradecidos!" Ah! se esses administradores efêmeros, se esses governos de aparato, se esses chefes de momento pudessem defender seus nomes da devastação dos tempos de hoje, envolvendo-os nas dobras de uma semelhante túnica de seda e púrpura, que só a mão generosa do povo suspende aos ombros dos governos patriotas, desinteressados e justos!

Removido, em agosto de 1853, para a presidência de Alagoas, empenhou-se nesta província, com tanto ardor quanto manifestou na do Piauí, pela repressão do crime. Tão próspero sucesso correspondeu a seus esforços que, dentro de poucos meses, o foco de malfeitores que infestava o centro de Alagoas, na comarca da Imperatriz, ficou para sempre destruído. — Aqui, revelou, ainda uma vez, a consciência que tinha de sua autoridade, e a convicção, que sempre

manteve, de que a maior necessidade dos povos é a imparcialidade no governo, a independência no administrador, — essa qualidade especial de se colocar o poder acima de todos, para fazer justiça a todos, sem recear de ninguém; qualidade que não exclui certamente o respeito à opinião, porque é sem dúvida a melhor garantia da opinião.

O mesmo, inteiramente o mesmo, se pode afirmar de seu governo em S. Paulo.

Despachado presidente dessa província em junho de 1854, o Sr. Saraiva, ao passo que impunha o programa de moderação aos dois partidos que ardentes dividiam S. Paulo, transformando em realidade o pensamento do gabinete de que era delegado, traçava os mais seguros e deslumbrantes planos de melhoramentos materiais. Com efeito, a província de S. Paulo, com avultada população e centros produtores, disseminados por um território tão extenso quanto fértil, sentia a mais palpitante necessidade de vias de comunicação; necessidade que, subindo ao auge, se converteu hoje em verdadeiro desespero. Administrações cujos cuidados se reduziam ao estreito círculo das questões políticas; influências de localidade, que pensavam na distribuição das rendas, impedindo uma boa e sistemática aplicação dos recursos da província, concorreram, com outras causas que nos não cabe discutir aqui, para o abandono das estradas, caminhos, canais e pontes, condições imperiosas da lavoura de um país. Maravilhado de que nem sequer se haviam conservado convenientemente algumas das construções antigas, como a estrada do Cubatão, o Sr. Saraiva solicitou para logo, e obteve da assembléia provincial, os fundos necessários para o engajamento de operários e engenheiros, que efetivamente se contrataram em Londres.

Resolvido a imprimir uma direção nova aos trabalhos públicos da província, o Sr. Saraiva conseguiu, por intermédio do ministro brasileiro naquela corte, o engajamento de um engenheiro profissional, incumbido principalmente de "levantar a carta das estradas de S. Paulo", carta que devia de ser, no pensar do Sr. Saraiva, o roteiro seu, e dos presidentes vindouros, para o seguimento e complemento gradual de um sistema de viabilidade que ligasse, primeiro, os grandes centros produtores aos portos no litoral, e, depois, todos aqueles entre si: sistema tão simples, tão econômico, tão razoável, tão intuitivo, e que, entretanto, ainda é hoje um problema para as ricas províncias do Brasil!

Por desventura, porém, da província de S. Paulo, um governo que tão magníficos resultados prometia foi de breve duração. Por tomar assento na câmara temporária, de que fora, em novembro de 1852, eleito membro por sua província natal, o Sr. Saraiva largou, em junho de 1855, das rédeas da administração, durante a qual seu espírito se revelara plenamente desenvolvido em toda a extensão dos seus vastos recursos.

Desse cargo, por ter votado contra a lei da reforma eleitoral, pediu, e, apesar das insistências do presidente do gabinete, obteve a sua exoneração.

Votando contra o Gabinete Paraná, o Sr. Saraiva não se determinava pelos motivos de oposição, que moveram geralmente os conservadores de ambas as câmaras divergentes do Ministério: o seu era um motivo diverso: era (se nos é lícito devassar as intenções de outrem), era, talvez, a diminuta confiança que aos caracteres refletidos inspira uma situação nova, que não dava seguranças de si mesma; eram, talvez, as apreensões do constitucional; eram, porventura, receios de um poder cuja prepotência... se não sabe dizer até onde podia chegar.

Em novembro de 1855 foi reeleito deputado pelo distrito da Jacobina. A câmara temporária, aprovando unânime (exceto um voto) o parecer que concluía pela legitimidade da eleição do Sr. Saraiva — eleição disputada, mas de que se triunfou, apesar de influências ministeriais e da de outros cavalheiros residentes na corte — a câmara temporária via-o dias depois (maio de 1857), tomar assento nos conselhos da coroa, ministro da Marinha, membro do gabinete a que ela prestava, em sua primeira sessão, uma adesão franca, um apoio entusiasta, o Gabinete de 4 de maio, o Gabinete do marquês de Olinda, do senador Sousa Franco, do general Coelho.

Não é nosso propósito, nem podíamos fazê-lo, determinar precisamente a porção de influência que coube ao Sr. Saraiva nas tendências, nos planos, nas decisões, no progresso, na vida, na morte do Gabinete de 4 de maio. A situação política que esse gabinete criou no país, sustentada, acariciada, protegida, fecundada pelo venerando cidadão que o organizara, foi resultado do concurso leal e sincero de cada um de seus colegas. Ao Sr. conselheiro Saraiva, pela reputação que se havia feito, pelas ligações, que o prendiam à Câmara dos Deputados, pela franqueza das opiniões, pela sinceridade das convicções, coube, certamente, grande parte dos sucessos do gabinete. Mas as questões da repartição a seu cargo, de natureza antes administrativa do que de política interna, atraíram a sua atenção, tanto mais fortemente, quanto dificuldades se levantavam nas relações do Império com um dos estados ribeirinhos, para cuja solução devia de intervir a nossa marinha de guerra.

Com efeito, a administração do Sr. conselheiro Saraiva foi das mais fecundas que conta a repartição da marinha. Vê-lo, a esse jovem ministro, procurar auxílios de todos, aproveitar as informações de todos e, com os dados colhidos nessas pesquisas, traçar planos e empreender trabalho de vastas proporções! Que manejo dos negócios, que firmeza nas idéias, no sistema, nos resultados! Suas vistas perscrutadoras dominaram para logo as minudências da repartição que dirigia; e, dentro em poucos meses, sua atividade fez-se sentir no centro e na circunferência da administração. Reorganização do corpo de saúde da armada, do corpo de fazenda, dos oficiais de apito, do corpo de maquinistas;

reforma da academia de marinha, sob um desenho mais largo e um método mais regular do que o antigo; melhoramentos dos artífices de embarque; criação de companhias de aprendizes menores na corte, Bahia e Pernambuco; e de aprendizes marinheiros em Pernambuco, Santa Catarina e Mato Grosso; aumento da de imperiais marinheiros desta última província; contrato de marinhagem para os navios que se fabricaram; aumento da flotilha de Mato Grosso; construção, na Europa, de dez canhoneiras a vapor, adaptadas à navegação do rio da Prata e confluente; fabrico de seis vasos próprios para subirem o Paraguai; fundação do estabelecimento naval do Itapura, com o projeto da navegação a vapor do Alto Paraná; aumento considerável do material dos arsenais; melhoramento de portos; regularização do corte de madeiras; regulamento e organização do conselho naval, além de outros muitos objetos, enfim, eis o fruto precioso de uma administração que, por desventura do país, só durou dezoito meses, estreito espaço de tempo sem dúvida, mas de sobejo aproveitado por um ministro jovem, empreendedor e animado.

Contudo, houve quem levantasse, contra a administração do Sr. conselheiro Saraiva, censuras de desperdício e esbanjamento. Fora, porém, mister provar que, na iminência de guerra com o Paraguai, e desprovido de tudo, devesse o governo dormir numa indolência criminosa, pelo escrúpulo de despender bastante com a compra de material e engajamento de marinhagem, suficientes para assegurar-se o triunfo da causa brasileira. Os dinheiros públicos não se gastaram em vão e sem proveito para o futuro: obteve-se excelente material para os arsenais; adquiriu-se grande número de bons marinheiros; aumentaram-se e regularizaram-se diversos corpos; e, finalmente, construíram-se ou compraram-se, quase todos fora do país, não menos do que dezoito vasos de guerra, adaptados à navegação dos rios: todas estas, vantagens que não são transitórias. Demais, proporcionalmente à de outros exercícios, a despesa realizada, por conta da administração do Sr. Saraiva nem foi tão avultada como se tem querido insinuar ao público, nem tão subida como podê-la-ia tornar um ministro menos fiscalizador e econômico. Enfim (e para aqui excitamos toda a atenção do leitor), quem evitou a guerra com o Paraguai, guerra que afinal seria sempre, mesmo depois de uma vitória, mais estéril que fecunda, mais penosa que produtiva; que moderou as iras do seu governo, arrancando-lhe concessões, não foi somente a mágica palavra da diplomacia; não foram cortejos, não foram aparatos oficiais: mas foi a atitude imponente e ameaçadora em que se colocou o Império; foi a previdência do ministro que, de antemão e com a maior atividade, reuniu todos os recursos que pudessem proporcionar o triunfo da guerra iminente.

Nos conselhos da Coroa, o Sr. Saraiva, o ministro jovem, podia bem assentar-se ao lado do Sr. marquês da Olinda, o ministro ancião. Quaisquer que hajam de ser os casos futuros, guarde o Sr. conselheiro Saraiva a memória de sua administração afortunada: tão pura e tão cheia, é uma glória legítima!

Não cabe aqui estudar as causas da dissolução do Gabinete Olinda. Quaisquer que hajam sido elas, é certo, porém, que o ministério de 12 de dezembro, com a presença do Sr. Nabuco de Araújo, não se podia abrir em hostilidade com os homens da situação de 4 de maio. Foi assim que, persuadido, rogado, instado, consentiu o Sr. Saraiva em ser nomeado presidente da província de Pernambuco (dezembro de 1858). Posteriormente, porém, a retirada do Sr. conselheiro Nabuco, fiança, e representante no seio do gabinete, ao que se dizia, "da opinião de seus amigos", forçou o Sr. Saraiva a solicitar a exoneração do cargo de presidente, e a encaminhar-se para os bancos da oposição.

Nesse dia, abriu-se para a vida política do Sr. conselheiro Saraiva uma fase inteiramente nova. Seu voto já não podia ser, como em 1855, puramente simbólico. Devia levantar-se, animar-se, agitar-se, excitar os amigos ao combate, correr à tribuna, cercá-la, movê-la, dominá-la. A cena mudava-se. O protagonista também tinha outra missão. Já se não tratava de gerir os públicos negócios: tratava-se de rasgar o véu que esconde o nosso horizonte político: tratava-se de demarcar a compasso a derrota que se deve seguir, de descrever com saliências o terreno em que se vai combater, de indicar com precisão a estrela que nos deve guiar.

Orador de oposição, na última sessão da câmara temporária, o Sr. Saraiva não faltou a esse programa obrigado de toda a oposição. Sua palavra foi clara, fluente, animada; seu tom, de convicção, sincero, persuasivo, entusiástico; suas idéias, moderadas como se foram as idéias de um ministro, generosas como as intenções de um moço. Este orador da oposição não tem a linguagem abrasada do fervoroso Antônio Carlos; não revela a oposição de sistema; propõe-se apenas, segundo o acreditamos, a expor, sem cortejo de exagerações e doestos que irritam, mas não convencem, as bases de uma opinião política que se vai formando e ganhando corpo no espírito público, a despeito das potências de fato, das influências antigas, da corrupção de muitos e do desânimo geral.

Essa opinião política é a que não julga estreito o âmbito das leis constitucionais, mas que o pensa completo e suficientemente amplo; que tem por timbre a adoração à lei e o respeito ao governo, que proclama a descentralização real, porque é uma ficção a descentralização legal, e um absurdo a centralização que reina de fato; que ama o trono por amor do povo, e quer para o povo o profundo e exclusivo amor do trono; que rejeita o fausto, condena a suntuosidade, repudia o luxo; que pede melhoramentos reais, administração verdadeira e resultados positivos; essa opinião, enfim, é a que combate os privilégios, renega as sinecuras, desconhece as acumulações e condena a oligarquia cismática!

Oxalá que, amparada pelos espíritos fortes como o do Sr. conselheiro Saraiva, possam em breve os adeptos dessa política generosa nomeá-la a seus

adversários, que são os inimigos da prosperidade do país, com esta só palavra de nobre orgulho e profunda crença: "*Aveugle, qui ne la voit pas!*"

Rio de Janeiro, 26 de setembro de 1859.

MARQUÊS DE BARBACENA



Felisberto Caldeira Brant, visconde e marquês de Barbacena, senador do Império, conselheiro de estado, gentil homem da imperial câmara, mordomo-mor da imperatriz a Sra D. Amélia (hoje duquesa de Bragança), alcaide-mor da vila de Jaguaripe, cavaleiro da ordem de Pedro I, grã-cruz das ordens do Cruzeiro e Rosa, comendador da ordem de Cristo, cavaleiro da Torre da Espada, grã-Cruz da Coroa de Ferro, marechal de exército, membro de várias sociedades científicas e literárias no Brasil e na Europa, nasceu a 19 de setembro de 1772, no arraial de S. Sebastião, perto da cidade de Mariana, na província de Minas Gerais.

Foi filho legítimo do coronel Gregório Caldeira Brant e sua mulher D. Ana Francisca de Oliveira Horta, neto paterno do coronel Felisberto Caldeira Brant, contratador geral dos diamantes e do ouro naquela província, e de D. Branca de Almeida Lara; neto materno do coronel José Caetano Rodrigues Horta e D. Inácia Pires de Almeida. A família paterna do marquês de Barbacena é oriunda

de Utrecht, na Holanda, e seu bisavô Ambrósio Caldeira Brant veio estabelecer-se no Brasil em 1700.

Tendo concluído os seus estudos preparatórios em Minas, Felisberto Caldeira Brant veio para o Rio de Janeiro em 1786, onde teve de passar com outros seus colegas por um exame público em presença do governador e capitão-general, que então era Luís de Vasconcelos, e tão notável foi esse seu exame de humanidades, que o governador para dar-lhe uma prova de distinção e agrado mandou-o convidar para jantar com ele naquele dia. Depois de assentar praça de cadete, embarcou para Lisboa em 1788, e foi ali continuar os seus estudos sob a direção de seu tio Manuel José Pires da Silva Pontes, lente da academia de marinha naquela cidade, e, por gratidão e reconhecimento aos bons conselhos e direção do mesmo seu tio, adotou o sobrenome de Pontes, de que sempre usou até ser titular. Entrou para o colégio dos nobres em Lisboa, e depois de ter satisfeito os exames preparatórios necessários para matricular-se na academia de marinha, aí continuou os seus estudos, sempre com a maior distinção e sucesso, como se vai ver pelo seguinte fato.

Aconteceu que nessa época o célebre Martinho de Melo, ministro dos negócios de ultramar em Portugal, resolvendo reformar a academia de marinha e procurando meios de excitar os alunos ao estudo, ordenou que aos estudantes que fossem premiados se conferissem postos de acesso. Tal e tão brilhante foi, pois, a carreira escolar de Felisberto Caldeira Brant, que no fim dos cinco anos do curso, e tendo apenas dezenove de idade competia-lhe já o posto de capitão-de-mar-e-guerra, pelos prêmios que havia obtido. O governo português, porém, entendendo que não convinha dar-lhe um tão elevado posto em tão tenra idade, passou-o a seu pedido para o exército, sendo logo nomeado major do estado-maior e ajudante de ordens de D. Miguel de Melo, governador de Angola, com a obrigação de aí servir por dois anos.

Estando em Angola, apareceram ali dois corsários franceses que incomodavam os portos de Angola e Benguela. Então o jovem major ajudante-de-ordens ofereceu-se para comandar as duas embarcações de guerra que ali existiam, e sair com elas a dar caça aos corsários; e tão bem-sucedido foi no desempenho desta comissão que os afugentou para longe e nunca mais apareceram, sendo seus serviços reconhecidos e premiados pelo governo com a mercê do hábito de Cristo.

Terminados os dois anos de sua residência em Angola, voltou a Lisboa, passando pela Bahia, onde demorou-se alguns meses, e contratou o seu casamento com D. Ana Constança Guilhermina de Castro Cardoso. Seguindo para Lisboa, voltou depois à Bahia, nomeado tenente-coronel do regimento de 1ª linha daquela cidade, e então efetuou o seu casamento a 27 de junho de 1801, nascendo-lhe deste consórcio quatro filhas e dois filhos, dos quais somente lhe sobrevivem

dois filhos e uma filha, que são os Srs. conde de Iguaçu e visconde de Barbacena, e a Sr^a viscondessa de Santo Amaro.

A casa de seu sogro Antônio Cardoso dos Santos era uma das principais casas comerciais da praça da Bahia, possuindo já uma considerável fortuna, que ficou desde logo à disposição de seu genro. Nestas circunstâncias e conhecendo bem as grandes vantagens do comércio, estabeleceu ele novas relações comerciais, e as entretive com diferentes praças do mundo, sem contudo abandonar a sua vocação e carreira militar.

Convencido das grandes vantagens da introdução da vacina no país, e tendo tentado debalde mandar vir o pus vacínico em lâminas, resolveu em 8 de agosto de 1804 mandar a Lisboa sete moleques seus escravos, acompanhados de um cirurgião no navio Bom Despacho, para serem aí vacinados alguns, devendo, durante a viagem, passar o pus de uns para os outros, a fim de poderem chegar à Bahia em estado de continuar a programação. Felizmente por este modo, e não poupando sacrifícios nem despesas, conseguiu ele que chegasse o pus vacínico em perfeito estado, e desde logo foi a vacina propagada na Bahia, sendo daí remetida para o Rio de Janeiro e Pernambuco. Cabe-lhe portanto a glória de ter sido o introdutor de tão útil descoberta no país, a expensas suas.

Em novembro de 1805, chegando à Bahia a esquadra inglesa do almirante Popham com destino a Buenos Aires, trazendo a seu bordo dez mil homens de tropas e tendo necessidade de dinheiro para reparos e fornecimentos, não achou no comércio daquela praça quem lhe quisesse adiantar a soma necessária. Então o tenente-coronel Felisberto Caldeira Brant (a quem desde agora chamaremos sempre o marquês de Barbacena, posto que ainda o não fosse, para uniformidade desta narração) resolveu prestar esse auxílio à esquadra inglesa, e adiantou-lhe a quantia de 67:000\$ em moeda forte sem juro algum, recebendo para seu pagamento letras sobre o tesouro inglês. Alguns meses depois recebeu o marquês de Barbacena um ofício do almirantado inglês em que em nome do seu governo se lhe agradecia aquele importante serviço prestado à esquadra do almirante Popham, e assegurando-lhe que em qualquer ocasião o governo inglês lhe retribuiria tão grande obséquio.

Já nesse mesmo ano havia o marquês obsequiado na cidade da Bahia ao príncipe Jerônimo Bonaparte, que ali aportara numa esquadra francesa, pouco antes de chegar a esquadra inglesa, e dele recebera em agradecimento uma espada e alguns outros presentes. Este distinto acolhimento de estrangeiros tão notáveis produziu algum ciúme no espírito do governador o conde da Ponte, e então o marquês, para evitar desavenças, decidiu passar-se com toda a sua família para Lisboa, o que realizou.

Chegando a Lisboa, alugou o marquês o palácio do conde da Ega para residir, e o governo o nomeou tenente-coronel do regimento de Peniche; acontecendo

porém a partida da família real para o Brasil veio nessa mesma ocasião o marquês com sua família, ficando porém na Bahia, onde tinha suas propriedades.

Sendo nomeado, em 1811, brigadeiro graduado e inspetor-geral das tropas da Bahia, procurou logo disciplinar os corpos de linha e milícias às quais deu uma nova organização. Levantou uma planta militar da província, designando o espaço ocupado pelos diferentes corpos, assim como da província de Sergipe, que então era uma comarca da Bahia. Cuidou de melhorar a sorte do soldado no aquartelamento e rancho, e fundou o montepio para os oficiais. Nesse mesmo ano estabeleceu no arsenal de guerra uma fábrica de armas de fogo, mandando vir espingardeiros de Sergipe. Em 1812 mandou fazer a expensas suas uma estrada de S. Jorge dos Ilhéus ao arraial da Conquista, com a extensão de 42 léguas empregando nestes trabalhos 240 escravos de suas fazendas, e concluindo a estrada em 1815, em que desceram já por ela boiadas, algodões e muitos outros produtos daqueles sertões: neste mesmo ano foi nomeado correspondente do Banco do Brasil na praça da Bahia.

Em 1813 introduziu o marquês na província a primeira máquina de vapor para moer canas, fazendo-a assentar e trabalhar no engenho de seu cunhado o coronel Antônio Cardoso dos Santos. Em 1815 veio ao Rio de Janeiro como representante dos principais proprietários da província, trazendo uma representação com numerosas assinaturas, pedindo medidas enérgicas contra a insurreição dos escravos que, iludidos com a proteção do governador, tinham-se levantado já algumas vezes causando grandes prejuízos e desgraças. O governo atendeu às razões dos peticionários, e expediu ordens no sentido da representação, sendo este um grande serviço prestado à província da Bahia naquela época.

A 2 de janeiro de 1817, por diligência e esforços do marquês, instalou-se também a caixa de descontos, na Bahia, filial do Banco do Brasil, sendo diretores ele, Pedro Rodrigues Bandeira e Manuel João dos Reis.

Durante a revolução de Pernambuco naquele ano, prestou muitos serviços pessoais ao governo, e emprestou mesmo uma escuna para conduzir petrechos bélicos. A província da Bahia deve-lhe também por esta ocasião um assinalado serviço que ele lhe prestou, e de que não podemos aqui fazer menção pela brevidade desta notícia; sendo certo que aos esforços e bons ofícios do marquês de Barbacena deve ela o não ter sido também envolvida no flagelo da guerra civil que assolou a de Pernambuco, sem comprometimento de pessoa alguma.

Em 1818 encomendou o marquês para Inglaterra uma máquina de vapor para mover um barco que foi mesmo construído na cidade da Bahia o qual fez a sua primeira viagem à Cachoeira no dia 4 de outubro de 1819, levando a seu bordo

o governador e muitas pessoas gradas, o marquês e os seus sócios nesta empresa, o negociante Pedro Rodrigues Bandeira, e o capitão-mor Manuel Bento de Sousa Guimarães. O novo barco de vapor continuou suas viagens para os portos do recôncavo da província, até que se arruinou, e com ele a idéia de sua introdução, que foi devida unicamente ao marquês de Barbacena.

Em 1821, tendo íntimas relações de amizade com os principais agentes da revolução que rebentou naquela cidade a 10 de fevereiro desse ano, pôde convencer-se de que o plano vindo de Lisboa era para reassumir a antiga preponderância e iludir os brasileiros com frívolas promessas de liberdade. Assim sendo convidado para fazer parte do clube diretor, recusou, e disse aos tais agentes que, segundo ouvira ao conde de Palmela, estava persuadido, de que el-rei Sr. D. João VI pretendia dar uma constituição aos seus Estados, e que então lhe parecia melhor que se esperasse o resultado do movimento no Rio de Janeiro. Mas esses senhores, que depois fizeram a desgraça da Bahia, a nada atenderam, e assentaram em cumprir a todo transe as ordens da corte de Lisboa.

No dia 10 de fevereiro, tendo-se reunido muita gente no forte de S. Pedro, quartel do regimento de artilharia, e aparecendo também grande quantidade de povo na praça de palácio, mandou o governador conde de Palma chamar o marquês, e ordenou-lhe que fosse examinar o estado daquele regimento. O marquês disse ao major Hermógenes que o acompanhasse com duas companhias de infantaria, e aproximando-se ao fim da Rua das Mercês, que conduz ao largo onde está o forte de S. Pedro, observou uma peça de artilharia postada e um destacamento com um oficial. Mandou então fazer alto à tropa que o acompanhava, e marchou ele só com o seu pajem para indagar do oficial que comandava a peça e o destacamento o fim para que ali estava. Apenas porém se foi aproximando, o oficial mandou dar fogo à peça, escapando o marquês milagrosamente, tendo levado uma bala na espada, outra no chapéu, o seu cavalo tantas, que à pequena distância caiu morto, assim como o seu pajem, que morreu também no conflito. As duas companhias sofreram consideravelmente, perdendo o seu comandante e vários soldados.

Voltando ao palácio, o marquês disse ao governador que a revolução havia rebentado, e que achava melhor aquiescer a ela do que deixar derramar mais sangue. Dirigiram-se então todos para a casa da câmara, onde já se achava reunido um grande número de pessoas, tendo os agentes da revolução concordado de antemão em fazer lavrar uma ata para os fins que tinham em vista, conforme as instruções recebidas de Lisboa. Nesta ocasião apareceram muitas invectivas contra o marquês, e com dificuldade permitiram que ele ali estivesse.

Dando-se começo à leitura da ata, viu o marquês que nela se prometia obedecer à Constituição que se fizesse em Portugal. Então pediu ele a palavra, e

disse que, uma vez que se sacudia o jugo do governo despótico, entendia que a maior conveniência do Brasil era separar-se logo de Portugal e fazer a sua Constituição. O partido português, que se achava presente e dirigia o movimento, exacerbou-se muito com estas opiniões do marquês, e fez reprová-la idéia. Continuando a leitura da ata, estava também expressamente declarado nela que o Brasil aceitava sua sujeição a Portugal. O marquês pediu de novo a palavra, e observou que, visto mais não poder ser, aos menos se substituísse a palavra "sujeição" por "adesão", o que foi geralmente aceito e aplaudido.

Estas inspirações patrióticas do marquês de Barbacena produziram grande efeito no espírito e nos corações dos brasileiros que se achavam presentes, e apesar de sua exasperação e ódio, o partido português viu-se obrigado a transigir, e desde esse momento aplacou algum tanto as suas iras contra o marquês, que parecia apoiado pelos seus compatriotas; chegando até os próprios membros do futuro governo provisório a pedirem-lhe que os coadjuvasse no desempenho de sua missão. É admirável a fortaleza da alma e a elevação do patriotismo do marquês de Barbacena nestes momentos críticos: pois apesar de ter recebido um tiro de metralha, ouvindo sibilar as balas em todas as direções, apesar de ter perdido o seu cavalo e o seu pajem, e chegando à casa da câmara ameaçado de ser lançado pela janela fora e insultado com todos os epítetos injuriosos, contudo sua coragem nada sofreu, nem seu ânimo vacilou: patriota em alto e puro grau, ele entreviu o futuro político do seu país, e, resolvido a cumprir o seu dever de cidadão a todo transe, expôs com clareza e decisão as idéias que pareciam convenientes à sua pátria.

Voltando para sua casa, e apesar de aceitar o fato consumado, ainda assim continuaram os seus inimigos a tentar contra sua vida, do que teve várias denúncias. Isto o determinou a abandonar a Bahia, o que fez metendo-se a bordo de uma fragata inglesa que partia para o Rio de Janeiro.

Chegando ao Rio de Janeiro, apresentou-se ao governo, e rebentando poucos dias depois a revolução, ordenou uma notabilidade dessa época que o marquês ficasse preso em sua casa com sentinela à porta. Ele pediu então licença para retirar-se para Inglaterra a tratar de sua saúde, e efetivamente para ali partiu em um navio mercante. Chegando a Londres, o marquês não foi bem recebido pelos corifeus da revolução, que o acusavam dos acontecimentos da Bahia, julgando-se eles com o direito de dirigir a marcha futura deste país no interesse da corte de Lisboa. Entre esses corifeus distinguia-se o célebre redator do jornal O Português.

Continuou por algum tempo o marquês a residir em Londres, ocupando-se da educação de seus filhos e de alguns melhoramentos para as propriedades agrícolas que possuía no Império; e, logo que o Sr. D. Pedro I resolveu ficar no Brasil e declarar a sua independência, abriu o marquês uma correspondência ativa com o ministro José Bonifácio de Andrada, oferecendo-lhe sua pessoa e

bens para o serviço do seu país. Foi nesta ocasião que o marquês teve a idéia de apresentar ao governo inglês a carta que havia recebido do almirantado agradecendo-lhe os serviços prestados à esquadra inglesa na Bahia em 1805, pedindo-lhe uma

conferência particular. O ministro dos Negócios Estrangeiros de Inglaterra, Mr. Canning, não podia receber o marquês em caráter público, mas recebeu-o em qualidade particular e como um cidadão distinto, e testemunhou-se todo o desejo que tinha de o obsequiar e recompensá-lo por aquele serviço, escrevendo-lhe frequentemente e dando-lhe muitas facilidades para poder ele auxiliar o governo brasileiro. O marquês declarou ao ministro inglês que se dava por satisfeito, e aceitaria como a maior paga do serviço a que ele audia, conseguindo a segurança e o reconhecimento da independência do Brasil.

Nestas intenções escreveu o marquês a todos os brasileiros notáveis por qualquer título, convidando-os a voltar para o Brasil, e oferecendo-lhes meios de transportes e auxílios. Conhecendo também pela correspondência oficial que haviam no Brasil falta de marinheiros e de oficiais, e de muitas outras coisas, mandou à sua custa marinheiros e oficiais engajados, empenhando não só tudo quanto tinha, mas até pedindo emprestadas algumas somas que lhe faltavam. Entre esses oficiais veio o atual almirante Grenfell.

Animou alguns negociantes a remeterem petrechos bélicos, e fez tudo quanto esteve ao seu alcance para coajubar o governo do Sr. D. Pedro I.

Em 1823 voltou ao Rio de Janeiro como deputado à Assembléia Constituinte pela província da Bahia, mas pouco depois foi a mesma assembléia dissolvida. Convidado nessa época para a pasta da guerra e marinha, recusou. Parecendo-lhe que o melhor meio para chegar a um bom resultado prático seria aceitar a constituição oferecida pelo Imperador o Sr. D. Pedro I, foi à Bahia promover esta aceitação, e de fato conseguiu o seu desejo. S. M. I. agradeceu-lhe este serviço, e por este tempo, pouco mais ou menos, recebeu ele o título de visconde de Barbacena, sendo poucos anos depois elevado a marquês do mesmo título. Daí partiu ele para Londres a negociar um empréstimo para o governo, e tratar do reconhecimento definitivo da nossa independência. O empréstimo realizou-se com condições muito vantajosas para o país, tanto no preço, como pela qualidade dos capitalistas que o fizeram, e que ainda hoje sustentam o nosso crédito naquela praça.

Tendo o governo português nomeado um plenipotenciário para tratar com os plenipotenciários brasileiros, que eram o marquês de Barbacena e o visconde de Itabaiana, sobre o reconhecimento da independência do Brasil, não foi possível chegar a um acordo; mas o governo inglês, desejando que o reconhecimento tivesse lugar, porque assim convinha aos seus interesses, mandou Sir Charles

Stuart a Lisboa, donde veio para o Rio de Janeiro, e aí se fez o tratado do reconhecimento da independência.

Voltando o marquês de novo ao Rio de Janeiro, foi eleito senador por três províncias ao mesmo tempo, pelas províncias de Minas, Bahia e Alagoas. O Imperador escolheu-o pela província das Alagoas, em 19 de abril de 1826, data da organização primitiva do senado brasileiro.

Em fins deste mesmo ano foi nomeado general-em-chefe do exército do Sul, mas só tomou o comando do exército em janeiro de 1827. Nos ofícios que dirigira ao ministro da Guerra pinta o marquês o estado lastimoso em que achara o exército, a nudez dos soldados, a falta de cavalaria e munições, o hospital sem camas, e finalmente a mais completa falta de recursos, pedindo se lhe mandasse fornecer de tudo quanto era preciso. O marquês deu as providências que estavam ao seu alcance, e mandou reunir a esquerda do exército que se achava a oitenta léguas do centro.

Não tendo cavalaria, e espalhando-se a notícia da invasão da província do Rio Grande pelo General Alvear, cuidou o marquês em tomar posição em algum terreno montanhoso, para poder resistir ao inimigo, que tinha grande força de cavalaria. Reunindo-se o general Brown e o general Barão do Serro Largo, montou a força do nosso exército a 6.600 praças das diversas armas e paisanos armados. A idéia de que o inimigo se retirava, ou antes fugia diante de nós, produziu um falso entusiasmo nas nossas tropas, que mostravam-se desejosas de atacar o inimigo. O marquês pretendia aumentar o seu reforço antes de o fazer; mas convocando um conselho militar sobre este assunto, foram todos de opinião que se atacasse o inimigo quanto antes. O marquês, informado da retirada do inimigo, encarregou o Coronel Bento Manuel Ribeiro que se conservasse à vista dele, para informar ao general do que se passasse; e para melhor desempenhar esta comissão o dito coronel escolheu 800 soldados bem montados. No dia 18 de fevereiro participou o coronel Bento Manuel Ribeiro ter havido um pequeno choque com a retaguarda do inimigo, perdendo este 50 homens. No dia 19 marchou o exército imperial em procura do inimigo que se dirigia para o paço do Rosário; e no dia 20 pela manhã avistaram-se os dois exércitos. O marquês reconheceu o campo e fez as suas disposições para o combate, dando o comando da divisão ligeira ao general Barão do Serro Largo, e ordenando-lhe que avançasse sobre o inimigo. A primeira divisão foi confiada ao comando do general Barreto, e a segunda, ao do general Calado.

A primeira divisão marchou sobre o inimigo e alcançou grandes vantagens; mas neste momento o inimigo desenvolveu alguns corpos de cavalaria sobre a divisão do general Serro Largo, e este, possuindo-se de um terror pânico, fez meia-volta e deitou a fugir caindo sobre o nosso regimento de cavalaria nº 5, e quase envolvendo os batalhões nos 13 e 18, que se formaram em quadrado e fizeram fogo sobre o inimigo de envolta com a divisão ligeira. Este sucesso

retardou a marcha da segunda divisão, que devia ter apoiado a primeira. Então o marquês, vendo aquele desastre, a deserção de muitos soldados e oficiais e a do corpo comandado por Issac Calderon, julgou conveniente tomar a defensiva até que o coronel Bento Manuel Ribeiro chegasse com a divisão do seu comando, visto como tinha ordem de conservar-se nas imediações, e de reunir-se ao exército logo que ouvisse o fogo. Mas tal não aconteceu, e o general-em-chefe teve necessidade de mandar formar quadrados e esperar os ataques do inimigo, que entretanto foram todos repelidos com honra e coragem.

Tendo durado onze horas o fogo, e havendo falta de água, tendo o inimigo incendiado os campos circunvizinhos, resolveu o general retirar-se para o Caciqui. Cessando o fogo, o general Alvear escreveu ao nosso, pedindo licença para mandar buscar o cadáver do coronel Brantren, que tinha morrido em frente dos nossos quadrados. Tal foi a perda do inimigo nesta batalha, que, apesar de retirar-se o nosso exército a passo ordinário, não foi perseguido pelo inimigo, e conservou sempre a sua formatura. Depois da ação, verificou-se que havíamos perdido duzentos e tantos homens entre mortos e feridos, quando o general Alvear eleva a perda do seu exército a 500 homens, como confessa na sua defesa, que corre escrita, reconhecendo o merecimento do general brasileiro. Deve-se observar também que o exército brasileiro constava somente de 6.600 praças, enquanto que o do Alvear era de 10.140.

O resultado desta batalha foi que nunca mais o exército inimigo nos incomodou, e fez-se a paz. Apesar de todos os contratempos

e desgraças, o marquês mostrou a maior bravura e sangue-frio durante a ação, como atestam todos os oficiais superiores que a ela assistiram, e manobrou com habilidade tanto no ataque como na retirada.

Feita a paz com Buenos Aires e voltando o marquês ao Rio de Janeiro, foi nomeado embaixador e encarregado de acompanhar para Viena d'Áustria S. M. F. a sr^a D. Maria II, servindo-lhe de tutor durante a viagem, e incumbido ao mesmo tempo de escolher nas cortes da Europa uma nova esposa para S. M. o Sr. D. Pedro I, que pretendia passar a segundas núpcias.

Chegando o Gibraltar comunicou com a terra para ter notícias e receber refrescos; e então soube com a maior surpresa que D. Miguel, tomando posse da regência de Portugal em nome da rainha, havia-se declarado rei absoluto com violação do juramento e protestos feitos perante os soberanos d'Áustria, França e Inglaterra, e perante seu augusto irmão; recebendo também informações confidenciais do visconde de Itabaiana, nosso ministro em Londres; e do marquês de Resende, ministro em Viena, expondo-lhe a trama que a Santa Aliança havia formado para sacrificar a rainha, conservando-a em Viena até que D. Miguel tivesse destruído a carta constitucional dada aos portugueses pelo Sr. D. Pedro I, e consolidasse ali um governo de forma absoluta.

Poucos homens talvez se têm visto, como então o marquês de Barbacena, numa situação tão crítica, vendo-se na necessidade de tomar uma resolução grave e importantíssima para a liberdade de um povo, sem faltar ao mesmo tempo aos seus deveres; mas ele mostrou-se superior a todas estas dificuldades. Depois de pensar maduramente resolveu tomar sobre si e sobre a sua lealdade a imensa responsabilidade não continuar a viagem para Viena, e seguir com a rainha para Inglaterra, avisando a S. M. I. dos motivos que o tinham obrigado a tomar esta resolução, e esperando novas ordens.

Este acontecimento tornou-se muito notável por ser inesperado, e por colocar o governo inglês numa posição difícil. A nação inglesa aplaudia a resolução do marquês, e simpatizava com a inocente rainha de Portugal; mas o ministério inglês do duque de Wellington e lorde Aberdeen, desejando agradar ao príncipe de Metternich e ao rei da França, instava com o marquês para ir para Viena e cumprir as ordens do imperador, e até o conde Aberdeen se tornou violento em sua correspondência com o marquês; o qual conhecendo bem o terreno em que pisava, e a trama oculta de que era objeto, respondeu a Aberdeen que com ordem positiva de deixar a Inglaterra ele partiria imediatamente. Mas o marquês estava bem certo de que o Ministério inglês não ousaria fazer tal, desde que a opinião pública se havia pronunciado contra D. Miguel e em favor da rainha.

O príncipe de Metternich também lançou mão de todos os meios a seu alcance para obrigar o marquês a conduzir a rainha para Viena; mas foi debalde. Firme no seu propósito, o marquês sustentou sempre os direitos da rainha, e esperou a resposta de S. M. o Sr. D. Pedro I.

Entretanto ocupava-se sempre com a segunda parte da sua missão, o casamento do Imperador, e, depois de haver esperado por muito tempo em vão o cumprimento das promessas d'Áustria tratou de ver noutra corte da Europa uma princesa que conviesse ao trono imperial e aos desejos do príncipe que o ocupava, conseguindo finalmente a princesa Amélia de Leuchtemberg, que foi a escolhida esposa e a consorte fiel e amada do Sr. D. Pedro I, de quem é hoje viúva.

Quando o marquês concluía o ajuste do casamento, chegava a ordem do imperador para que a Sr^a D. Maria II voltasse ao Rio de Janeiro.

Não nos ocuparemos aqui com pormenores nem esclarecimentos sobre a questão dinástica portuguesa que então se agitava, porque isto exigiria maiores desenvolvimentos do que comporta uma notícia biográfica; bastará dizer que o marquês de Barbacena, conservando e fazendo sempre respeitar o seu caráter nacional, fez tudo quanto lhe era possível em favor de Portugal, e afagou e protegeu os portugueses dedicados à causa da rainha.

Aportando ao Rio de Janeiro em companhia da nova imperatriz e da rainha de Portugal, o imperador recebeu o marquês da maneira a mais obsequiosa, e concedeu-lhe todas as graças que poderiam ser-lhe agradáveis. Então pediu-lhe ele a graça de o deixar retirar-se à vida privada o descanso com dignidade, o que as circunstâncias políticas do país lhe não consentiram.

Os negócios públicos não marchavam bem. O imperador, iludido por certos indivíduos, arrostando a opinião pública do país, e uma revolução parecia estar iminente. O marquês, aproveitando então a influência que lhe davam os seus serviços e a consideração em que o tinha o imperador, fez diferentes observações a S. M. I. sobre a má direção dos negócios e sobre o perigo que nela havia. S. M. parecendo impressionado pelo modo por que o marquês encarava o estado dos negócios, e mostrando-se desejoso de conjurar a tempestade, instou com o marquês para que se encarregasse da administração, prometendo fazer tudo quanto dele se exigisse no interesse da paz e da ordem. O marquês acedeu às instâncias do imperador e aceitou o Ministério na intenção de fazer ao seu país todo o bem que pudesse, porque para a sua pessoa de nada precisava, tendo já alcançado todas as honras e dignidade da eleição popular e da coroa. Demais, há de ter-se notado por esta resumida narração que o patriotismo mais puro e mais dedicado foi sempre o traço dominante do caráter do marquês de Barbacena em toda a sua vida pública.

Organizado o novo Ministério, cuidou logo o marquês de apresentar-se às câmaras legislativas, encarando a situação do país da maneira mais franca e leal, reconhecendo os defeitos da administração, propondo os corretivos que lhe pareciam necessários, pedindo o seu apoio sem o qual não podia marchar, e anunciando as medidas que teria de apresentar à consideração do corpo legislativo. A violenta oposição que existia na Câmara dos Deputados, e que tinha guerreado fortemente os ministérios anteriores, declarou que, atendendo à marcha do atual ministério, lhe prestaria o seu apoio em tudo que fosse útil ao país.

Mencionaremos aqui uma circunstância infeliz que muito contribui para produzir e alimentar a desinteligência entre o Sr. D. Pedro I e o marquês de Barbacena. S. M. prestava decidido crédito aos seus criados particulares, e isto havia de tal sorte excitado o clamor público, que o marquês se julgou obrigado a exigir a expulsão desses criados do paço, ao que S. M. anuiu sem dificuldade. Alguns outros porém que ainda ficaram, insuflados pelo partido português dessa época, e procurando vingar os seus companheiros, começaram a incutir receios no ânimo do imperador, dizendo-lhe que o marquês posto à testa do Ministério governava tudo, e reduziria a coroa à maior nulidade; que os republicanos da Câmara dos Deputados o apoiavam, por que contavam com ele, e que assim levaria a monarquia ao precipício. Iludido por estas sugestões, e mal avisado em suas deliberações, o Sr. D. Pedro I pareceu ver com

efeito a sua queda nos triunfos do marquês, e assim resolveu desembaraçar-se dele. Insinuou-lhe primeiro que pedisse a sua demissão; mas o marquês respondeu que tendo-se comprometido com a Câmara dos Deputados pela apresentação de várias medidas importantes, tais como a organização da contabilidade pública, o resgate do papel-moeda, o estabelecimento de bancos, etc., não podia retirar-se do poder, porque isto parecia receio ou incapacidade de sua parte: mas que S. M. poderia demiti-lo se assim entendesse conveniente, e deste modo tudo ficaria satisfeito.

O imperador mandou então lavrar um decreto demitindo o marquês do Ministério, mas dando para isto uma causa que não existia, o que o obrigou a escrever ao visconde de Alcântara um ofício com todos os documentos, provando a inexatidão das asserções contidas no decreto de sua demissão, e a publicar num folheto avulso o ofício e todos os documentos que o acompanhavam. Esta brochura produziu uma grande impressão no espírito público; a oposição na câmara temporária tomou-a por tema de suas agressões ao novo Ministério, os jornais continuaram a azedar os ânimos e aumentar as desconfianças que já existiam, e as coisas chegaram a um tal estado de efervescência, que produziram os acontecimentos de abril de 1831, a abdicação do Sr. D. Pedro I e a sua retirada para a Europa.

O marquês não desejava a revolução, nem a provocava, tanto que nela não figurou; o que queria somente era persuadir o imperador a reinar constitucionalmente, não contrariando de frente a opinião pública nacional, legalmente manifestada. A última carta escrita ao Sr. D. Pedro I pelo marquês de Barbacena, no momento de deixar o Ministério, é um documento muito notável, que será publicado em outra ocasião.

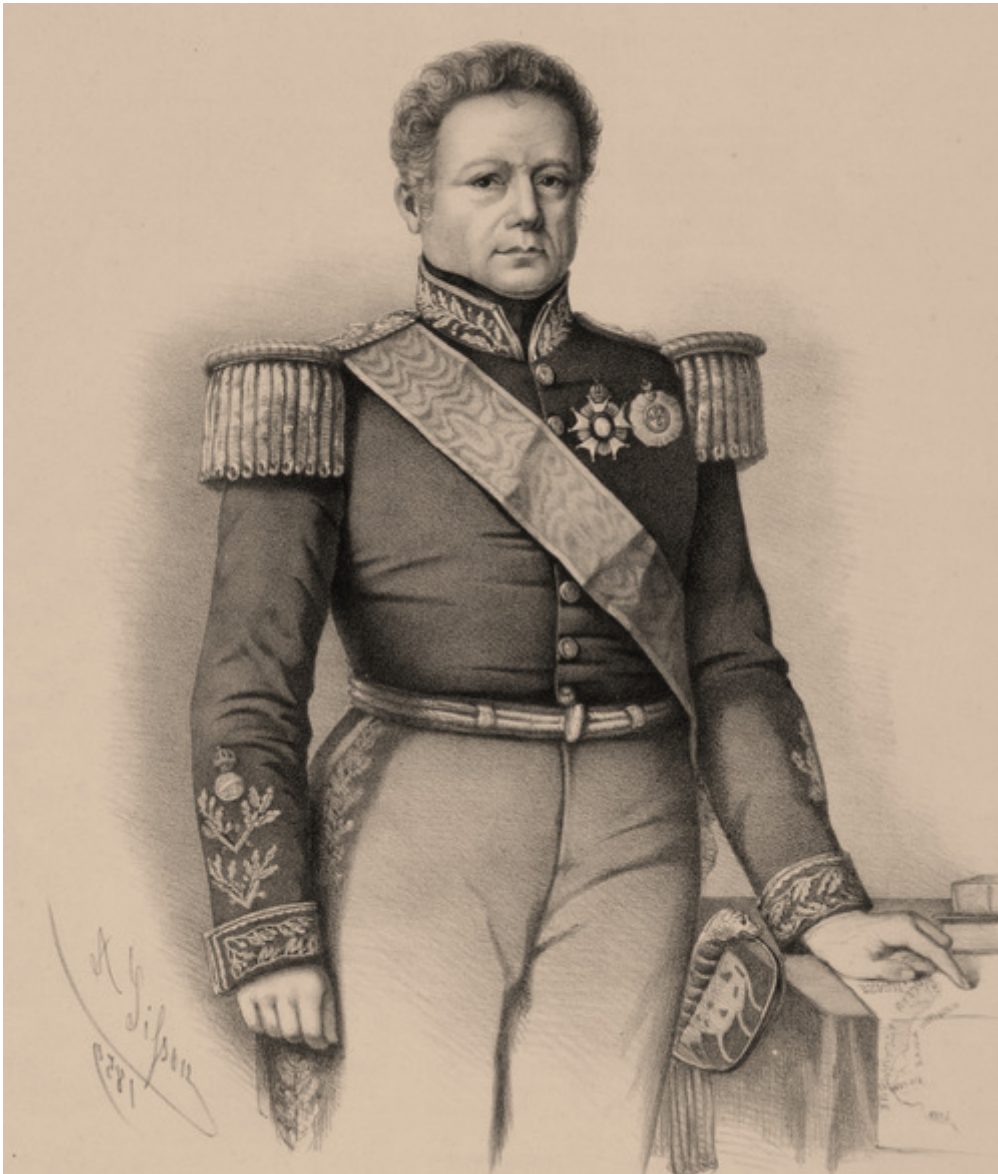
Desde essa época até 1835 conservou-se o marquês firme no seu posto no Senado, como monarquista de convicção e progressista, tanto no que respeita a melhoramentos materiais, como nas reformas sociais e políticas, defendendo sempre o princípio da segurança de pessoa e de propriedade. Muitas vezes discutiu e propôs reformas ao meio circulante, resgate da moeda de cobre, que então era um flagelo, e em todas as matérias econômicas ocupou sempre nas discussões lugar distinto.

Tendo de ir à Inglaterra em 1836, o regente Diogo Antônio Feijó nomeou-se ministro plenipotenciário para tratar sobre a interpretação do tratado de comércio, que então devia cessar com aquele país; mas nada pôde ele alcançar de lorde Palmerston, que só pretendia um novo tratado. Não perdeu porém o seu tempo nesta viagem, pois enviou ao governo uma proposta de alguns banqueiros ingleses para fundar um banco no Brasil, e retirar da circulação o papel-moeda do governo. Enviou também outra proposta da companhia inglesa do caminho de ferro de Durrham para construir uma estrada de ferro do Rio de Janeiro a Minas, exigindo somente a importação livre de direitos dos objetos

que lhe fossem necessários, e a concessão do terreno para a vida férrea, estações, etc.; mas o governo entendeu que não eram ainda coisas próprias para este país. Por este tempo começou o marquês a sofrer de pedra na bexiga, e, apesar de ter-se sujeitado muitas vezes à operação cirúrgica própria desta moléstia, por fim sucumbiu a ela. Enquanto lhe restaram forças foi sempre ao Senado e tomou parte nos debates.

O marquês de Barbacena faleceu a 13 de junho de 1841.

BARÃO DE CAÇAPAVA



Não é das tarefas menos árduas a que nos impomos esboçando a vida militar, civil e política de um dos mais ilustres e conspícuos cidadãos do Império do Brasil, cujos serviços prestados em prol da causa pública sem outro interesse além da consciência do dever e da honra, que sempre os pautaram, são hoje reconhecidos, porque as paixões que os contestavam, as rivalidades que se lhes antepunham e algumas ambições ilegítimas, que eles levaram de vencida, têm-se arrefecido e extinto, para cederem o passo à verdade e fazerem ouvir a voz da justiça, da imparcialidade, que os aquilatam, aferindo-os pelos efeitos e vestígios que deixaram impressos na memória daqueles para quem não é indiferente a glória alheia. São legados feitos à História, que os há de avaliar devidamente inscrevendo-os em uma de suas melhores páginas.

Francisco José de Sousa Soares de Andréia, barão de Caçapava, era homem perfeitamente talhado para os lugares da alta administração militar. Dotado de

coragem refletida, de inteligência cultivada, de probidade inconcussa aos assaltos da peita, de honradez estóica, de espírito de disciplina severo quando as necessidades assim urgiam, podia como Turenne colocar-se à frente de exércitos beligerantes, podia como Murat e Lannes familiarizar-se com a vitória, assim como, à semelhança de Vauban e Berthier, regularizar o serviço das campanhas, traçar planos, delinear e tornar efetivas as fortificações indispensáveis a malograr o ardor do inimigo e a debelá-lo.

É deste prestante servidor do estado, deste extremado campeão da monarquia, e acérrimo mantenedor da ordem pública que vamos tratar, esboçando o quadro dos seus serviços, exibindo a importância dos atos de sua vida militar e civil sem exagerá-los com uma análise minuciosa e parcial, nem enfraquecê-los com o esquecimento de circunstâncias que lhes dão o devido relevo.

É um serviço que fazemos à história do país, é um preparo que oferecemos à pena hábil que tiver de assinalar nos fastos do Império da Cruz as ações daqueles, que, pela sua dignidade e manutenção das instituições que têm recebido dos corpos políticos, lhe consagraram toda a vida, todos os esforços, zelo e dedicação que puderam para tão justo fim despende.

Francisco José de Sousa Soares de Andréia, barão de Caçapava, marechal do exército, conselheiro de estado e de guerra, grã-cruz da Ordem de S. Bento de Aviz, oficial da Imperial do Cruzeiro e comendador da Rosa, nasceu na cidade de Lisboa em 29 de janeiro de 1871. Destinado a seguir a carreira das armas, e feitos os primeiros estudos, em 14 de dezembro de 1796 assentou praça no Regimento de Infantaria, nº 2, onde reconheceu-se cadete a 18 de fevereiro do ano seguinte. Completou com distinção o curso de engenharia e navegação. Servindo na arma de artilharia fez a campanha de 1801, sendo promovido a alferes em 15 de agosto de 1805 com antiguidade do 1º de janeiro do mesmo ano. Desejoso de ir servir na marinha, foi em 1807 embarcado a bordo da nau, que conduziu de Portugal para o Brasil a el-Rei D. João VI, então príncipe regente.

Promovido a 2º tenente em 8 de março de 1808, foi transferido para o corpo de engenheiros, no qual se lhe deu o acesso de capitão em 7 de abril do mesmo ano.

Estes postos, ganhos pelo trabalho e merecidos pela inteligência, deram a conhecer que do capitão Andréia podia o estado aproveitar os préstimos em serviços de ordem mais elevada e dependentes de conhecimentos profissionais da engenharia.

Assim é que foi logo empregado no arquivo militar, nivelamento da cidade, dessecamento dos paus da quinta da Boa Vista, e outras comissões que desempenhou com geral aplauso, começando desde então a merecer muito

conceito e a distinguir-se na carreira de serviços valiosos feitos ao Brasil, pátria de sua querida mãe.

Casou em 8 de agosto de 1809 com a Sr^a D. Germana Rita Brito de Vitória.

Em 3 de abril de 1812 foi nomeado para fazer o reconhecimento da estrada projetada desta cidade ao Rio Preto e de executá-la, comissão onde se conservou até que em 1817 foi escolhido para fazer parte da expedição que marchou sob o comando do general Luís do Rego Barreto a pacificar a província de Pernambuco, estando então no posto de major em que fora graduado a 13 de maio de 1811 e feito efetivo em 30 de janeiro de 1813.

Havendo partido para esta expedição na qualidade de chefe de engenheiros, foi pelo general encarregado, em 6 de abril de 1818, da secretaria do governo da capitania de Pernambuco, substituindo o secretário José Carlos Mayrink, que foi depois senador por aquela província.

Por ofício de 6 de julho do mesmo ano foi-lhe cometido o oneroso encargo de organizar toda a divisão militar daquela capitania com autorização de dar instruções, fazer propostas de promoções, reformas e nomeações dos chefes, designando os distritos e limites dos batalhões e brigadas, lugares de exercícios, etc.

Tarefa tão espinhosa, e por sem dúvida de grave execução, foi de tal modo delineada e executada que não excitou clamores, se não mereceu aplausos, sendo certo que a organização da capitania chegou ao ponto de marcar as localidades em que deviam de ficar os habitantes isentos do serviço no caso provável de se efetuar em qualquer paragem do litoral o desembarque de uma expedição espanhola ao mando do general Riego, cujo aparecimento se esperava.

Ao par e passo que o infatigável major Andréia desempenhava com tanto tino e acerto estas medidas de precaução, dava andamento ao sistema de estradas da capital a diversos pontos do interior da capitania.

No decurso destes serviços inquestionavelmente valiosos foi promovido a tenente-coronel graduado em 6 de outubro de 1817, confirmado no posto a 4 de novembro de 1818, passando à graduação de coronel em 15 do mesmo mês e ano, e a ser confirmado no lugar de secretário do qual não percebeu ordenado.

Tendo a poder de sacrifícios e de mérito real conquistado a posição em que se distinguia e a reputação de ilustrado e probo servidor do Estado, não estava destinado ao nobre militar constituir-se a exceção dos que praticam feitos notáveis sem que a inveja de mãos dadas com a calúnia denigram a seu talante. Efetivamente a má vontade de seus inimigos urdiu-lhe tramas caluniosas das

quais saiu vitorioso, desenredando-as com a linguagem dos fatos, a cuja verdade em vão se opunha o artifício dos manejos como o cálculo da intriga.

A situação da capitania nesses tempos, que a história ainda não se encarregou de definir, era grave, e as providências e ordem a dominá-la não podiam ser outras senão as aconselhadas pela severidade.

O juiz da alçada, nomeado para processar e julgar os comprometidos na rebelião de 1817, mostrava-se animado de excessivo rigor no tocante a puni-los; e, a não dar-se a intervenção de um elemento e generosidade e favor desses réus políticos, muitos deles expiariam com morte afrontosa os delitos de que eram acusados.

Esse elemento de generosidade, esse corretivo, foi ministrado pelo ilustre militar de que nos ocupamos, e, graças a tão oportuna mediação, muitas vítimas já decretadas à morte escaparam do suplício. Honra ao barão de Caçapava, que foi o que deve de ser o bravo militar — impetuoso nos combates — indulgente na vitória.

A notícia deste fato, considerado como ato de extremo liberalismo, apressou-lhe a retirada de Pernambuco; e, chegado ao Rio de Janeiro por ordem do governo, teve de responder em 1821 por essas e outras quejandas acusações, de que logrou justificar-se plenamente.

Em julho de 1822 foi nomeado para fortificar Santa Catarina.

Os sentimentos do então coronel Andréia, os serviços até ali prestados ao Brasil, onde estava estabelecido, onde tinha filhos, eram motivos poderosos para não ensurdecer aos brados da independência, que ecoavam em todos os ângulos deste vasto território. Aderiu ao movimento geral e desde essas eras até os últimos momentos de sua laboriosa existência não teve um pensamento, não deu um passo, não praticou um só ato, que não tendesse ao bem do Império, ao seu engrandecimento, à consolidação das instituições juradas, e à conservação do prestígio da monarquia.

Encarregado de cobrir a cidade do Rio de Janeiro com fortificações, no que foi auxiliado com as luzes dos ilustres generais Francisco Cordeiro da Silva Torres e Antônio Elisiário de Miranda e Brito, foi simultaneamente incumbido da construção do farol da ilha Rasa, já principiado.

Tendo sido promovido a coronel efetivo em 12 de outubro de 1823, e estando ainda no exercício das referidas comissões, recebeu ordem para servir no exército do Sul, comandado pelo general-em-chefe marquês de Barbacena.

Foi promovido a brigadeiro graduado em 12 de outubro de 1826.

Nomeado ajudante-general do exército, assistiu à batalha de 20 de fevereiro de 1827, continuando a exercer esse cargo até 27 de janeiro de 1828, data em que foi incumbido de fortificar a vila do Rio Grande do Sul e barra da província, por nomeação do então general-em-chefe do Exército, visconde da Laguna.

Aceitou esta incumbência, impelido pelo desgosto que lhe causou a nomeação do marechal Brown para chefe do estado-maior do Exército.

Eram, porém, tais os brios do general Andréia, que, pedindo exoneração do cargo de ajudante-general, pedia ao mesmo tempo que não fosse distraído do teatro da guerra.

Entrado que foi na posse da mencionada comissão, teve de elaborar o projeto de um farol para a barra do Rio Grande, conforme lhe fora requisitado pelo presidente da província. Executou esse projeto em janeiro do ano seguinte.

Por aviso de 20 de dezembro de 1828 foi-lhe confiado o comando das forças imperiais da praça de Montevideu até que fosse entregue.

Era uma comissão inçada de dificuldades, embaraçosa por demais, visto como, para desempenhá-la convenientemente, fazia-se mister muito tino de envolta com severidade, indispensáveis a evitar graves conflitos entre a tropa brasileira e os orientais habitantes da praça. Mas, não estando essa comissão acima da altura dos préstimos do general Andréia, ele a concluiu sem a mais pequena quebra da dignidade e honra nacionais, provendo a todas as emergências que dela se derivaram com um acerto nunca desmentido.

A entrega da praça teve lugar em 23 de abril de 1829.

Volvido à corte, foi logo nomeado comandante das armas da província de Santa Catarina, donde foi removido para a do Pará, a fim de ali exercer idêntico lugar, para que fora nomeado em janeiro de 1830.

Havendo deixado em Santa Catarina batalhões disciplinados, que com ele tinham feito a campanha do Sul e suportado todas as fadigas e privações inerentes aos combates e às marchas por caminhos inóspitos, foi encontrar no Pará corpos insubordinados, soldadesca infrene pronta a servir às paixões dos amotinadores, que já preparavam as cenas de desolação de que foi teatro essa vasta porção do território brasileiro.

Tinha o general Andréia de chamar ao dever esses desvairados, de fazer abortar os germens de uma revolta iminente. Apoiado no concurso de cidadãos prestantes, apercebia-se para a execução de fim tão justo, quando foi destituído do comando em 22 de abril de 1831.

Regressando à corte, ficou desempregado e malvisto do governo de então.

Nenhuma estranheza deve causar este ato de ingratidão, precursor de outros de que foi vítima o general Andréia.

Quem folheia a história sabe da sorte dos Temístocles e Milcíades, dos Camilos e Cipiões. Os varões ilustres não passam à posteridade sem provar o fel da injustiça contemporânea, e sentir a falta de reconhecimento, se não do país, daqueles de cuja segurança foram muitas vezes os sustentáculos e de cuja fazenda a mais decidida garantia.

Os serviços do general Andréia não o preservaram do ostracismo, que, se alguma desculpa merece, é porque hoje os ânimos desapaixonados o consideram como consequência das vertigens e lutas dos partidos políticos que nesses tempos anômalos se debatiam em desfavor da ordem pública, pugnando mais pelo triunfo de pessoas do que pela realização de idéias. Neste estado enfermo da sociedade os princípios de justiça e os deveres da gratidão calaram-se em presença do alarido das paixões do momento.

Foi pois o general Andréia mandado para Santos, por aviso de 9 de março de 1832, à disposição do presidente de S. Paulo, que lhe ordenou partisse para a capital da província, e logo depois que seguisse para Porto Feliz, sem entrar na capital, datando a primeira ordem de 24 e a segunda de 29 do referido mês.

Por motivo de moléstia não pôde seguir o destino que se lhe indicava, nem arredar-se de Santos, aonde granjeou a afeição de muitas pessoas respeitáveis, que lhe ofereceram meios de retirar-se dali, convictas como estavam de que era vítima de perseguição, meios dos quais se não quis aproveitar por julgá-los desnecessários.

À vista de documentos transmitidos pela Câmara dos Deputados, em 9 de abril daquele ano baixou ordem para que respondesse a conselho de guerra pelo fato de haver mandado prender, quando comandante de armas no Pará, a Jacinto José Lopes, tenente de milícias, que havia desrespeitado o anterior comandante das armas.

O conselho de guerra, que se não deixou levar da subserviência a manejos de perseguição, proferiu a sua sentença, declarando que "visto não ter o acusado cometido transgressão de lei, e havendo pelo contrário procedido em ordem a manter a disciplina e subordinação militar, o absolvía". Essa sentença é datada de 19 de junho do ano acima, e, sendo enviada ao Conselho Supremo Militar e de Justiça, foi reformada em 31 de julho do mesmo ano "por ter sido o processo organizado em juízo incompetente", e por isso remetidos os autos à secretaria da guerra, a fim de que se lhes desse o devido destino.

Basta um exame perfunctório para reconhecer-se que o móvel de semelhante processo era o desejo de arredar do Pará o general Andréia; e, tanto assim é

que, tendo esse processo ido à relação do distrito, não foi possível encontrá-lo quando o ilustre general, presidindo aquela província, solicitamente o procurou para fazê-lo passar pelos últimos trâmites. Estava conseguido o fim; era inútil prosseguir nos meios, visto como não tinham sido eles curiais nem abonavam aqueles que os haviam posto em prática. Seria mesmo luxo de perseguição, alarde de injustiça, continuar esse padrão de vingança, contra um funcionário distinto a tantos respeitos, e que nunca soube cumprimentar os caprichos de quantos naqueles tempos de exaltamento e utopias mercadejavam com a desordem e desmantelamento da sociedade brasileira.

Era preciso que a atividade do brioso general fosse entretida com alguma comissão; mas sendo ele membro da Sociedade Militar estabelecida nesta corte, e indigitado como restaurador proeminente, fora impolítico empregá-lo.

O que fazer pois para não correr o perigo de conservar desocupada uma inteligência fecunda e diligente? O que se fez aconselhado pela política da estratégia e das insídias: foi convidado para a exploração do rio Doce no intuito de que se recusasse a partir e assim abrisse espaço a novas perseguições e saciedade de ódios.

Mas o nobre general não era tão notável na arte dos partidos que não adivinhasse o *anguis in herbis* de semelhante convite, de tão bem urdida cilada. Respondeu que estava pronto e disposto a seguir, uma vez que se lhe comunicasse a respectiva ordem e lhe fossem expedidas as necessárias instruções.

Tais instruções e ordens nunca as recebeu, nem mais se falou na imaginária comissão.

Na madrugada de 14 de dezembro de 1833 recebeu o general ordem, datada da véspera à meia-noite, para incontinenti dirigir-se ao quartel-general; e, aí sendo, foi detido e mandado recolher a bordo da Presiganga, onde, de parceria com outros presos, foi metido no porão e ali conservado até que o inspetor do arsenal de marinha, o chefe de divisão Francisco Bibiano de Castro, mandasse preparar as precisas acomodações. A 27 do mesmo mês comunicou-lhe ordem de soltura, "devendo ser conduzido por um coronel a bordo do brigade Rio-Grandense, no qual seguiria para a província de S. Pedro do Sul".

Rezavam as instruções, que lhe foram dadas — criar na província um arquivo; dar o plano para todos os depósitos militares, defesa da fronteira, melhoramento do porto e planta da província.

Parecia sobremaneira importante tal comissão, e tanto mais considerável quanto para o seu desempenho, além do elemento de confiança, fazia-se necessário no comissionado grande soma de conhecimentos profissionais.

Se foi real ou ilusória a criação desta comissão é o que não está averiguado; o que é certo é que o general Andréia foi dela dispensado em 25 de janeiro de 1834, e a 17 de fevereiro do mesmo ano "transferido para a vila de S. José do Norte, onde deveria conservar-se até nova ordem da regência".

Presidia então a província o sr. desembargador José Mariani, a quem foram expedidas as ordens em questão.

Caráter nobre e circunspecto, não se decidiu este digno funcionário a agir no interesse dos inimigos e perseguidores do ilustre general; pelo contrário tanto quanto pôde mitigou-lhe os dissabores do exílio por meio de atos de urbanidade e cavalheirismo.

Chegado ao lugar do seu degredo, não quis passar a vida enervando-se no ócio. Levantou diversas plantas, fez o projeto de arruamento da cidade do Rio Grande, que foi adotado com algumas modificações na execução. Obteve excelente acolhimento dos habitantes da vila, entre os quais viveu, recebendo constantes provas de consideração.

Posto em liberdade por ordem da presidência, datada de 17 de novembro do citado ano, foi, sem perda de tempo, encarregado da construção do farol da barra, em que se conservou até que, por aviso de 5 de março de 1835, foi chamado à corte, aonde demorou-se desempregado, sendo em princípios de novembro daquele ano nomeado presidente e comandante das armas do Pará, que estava sendo abrasado nas lavas do vulcão revolucionário.

Os membros do governo, que acordaram nesta nomeação eram os mesmos que o haviam feito tragar até às fezes o cálix da adversidade e das provações do exílio!

Outro cidadão, menos zeloso e mais ressentido, houvera declinado a nomeação no intuito de criar embaraços, de crivar de estorvos a marcha administrativa daqueles que com tanta desatenção, e quiçá crueldade, o haviam tratado; mas o clamor partia do país, a nação exigia os serviços dos seus sustentáculos, o Império arreceava-se de ver eclipsar-se uma das mais brilhantes estrelas de sua constelação. O que em tal conjuntura devera fazer o general Andréia?

Pospor à honra os desejos de uma vingança mesquinha e inoportuna. Foi o que fez e o que sempre se aplaudiu de ter feito.

Antes de seguir ao seu afanoso destino fez-se preceder de reforços de tropa e embarcações, a fim de não encontrar o teatro das operações sem os recursos com que devesse contar para o êxito feliz da causa que ia defender.

A 2 de janeiro de 1836 partiu para onde o chamava o dever de soldado e de cidadão. Ei-lo mar em fora do Rio de Janeiro a ir arcar com as dificuldades, os

perigos, as vicissitudes, as pretensões, os caprichos, os ódios profundos de uma revolução difundida por toda uma província de extenso território, dominada então por um pugilo de ambiciosos sedentos de mando e riquezas, e apoiada na massa de uma população, pela maior parte composta de semi-selvagens, saídos das virgens matas que bordam a imensidão das águas do Amazonas.

Considerada a província sob este aspecto, não era a pacificação de uma revolta o que ia operar o general Andréia, era uma verdadeira conquista, para a realização da qual estava munido de poderes, tais como o de promover em certos casos; mas não tinha os meios materiais indispensáveis porque o estado dos cofres públicos não comportava larga aquisição deles, e por haver necessidade de dividir os existentes pela província do Rio Grande, aonde já lavrava a lava revolucionária que a trouxe em combustão pelo espaço de dez anos.

Releva notar que o general Andréia, antes de partir para o Pará, ofereceu-se a desempenhar igual missão no Rio Grande do Sul, ponderando judiciosamente que, estando aquela província quase toda em poder dos rebeldes, e esta no começo da revolta, convinha tratar com antecedência da pacificação da última fazendo para ela convergir todos os esforços do Império, visto que pouco prejudicava à primeira ser pacificada depois, em ocasião em que a hidra da rebelião pudesse ser de pronto debelada.

Debatida esta questão difícil de resolver, decidiu-se por fim o governo a abrir mão dela, e o general Andréia seguiu seu destino, fazendo escala pelas províncias da Bahia, Pernambuco, Ceará e Maranhão, onde desembarcara a fim de apressar a remessa dos contingentes de tropa que essas províncias deviam fornecer, os quais, somados com as praças idas do Rio de Janeiro, não chegaram ao cômputo de 2.000.

Chegado ao Pará, verificou que da província apenas obedeciam ao governo legal a pequena ilha de Tatuoca, em que se haviam refugiado os habitantes da capital, Cameté, Vigia, Macapá, Abaeté e Muaná; em todos os outros municípios lavrava a revolta com intenso vigor.

Foi este o estado em que recebeu das mãos do corajoso e dedicado marechal Manuel Jorge Rodrigues a administração da província para a conservação da qual, com os fraquíssimos recursos de que dispunha, fez esse veterano do exército tudo quanto lhe sugeriu a sua reconhecida bravura, sofrendo privações de todos os gêneros, contrariedades de todos os quilates.

À memória do digno general barão de Taquari deve o estado subido reconhecimento.

Logo que o novo presidente entrou em exercício, tratou de prover aos meios eficazes de melhorar a sorte dos habitantes de Tatuoca; mandou escolher posição azada ao estabelecimento de uma povoação na ilha de Urapiranga, e deu princípio ao movimento das forças sob seu comando, estabelecendo um cerrado bloqueio na cidade de Belém.

A cidade, assim privada de comunicar-se com os outros centros da rebelião, e carecida de alimentos, não pôde resistir por muito tempo. Um mês depois estava em poder das forças legais.

Os poucos habitantes que não conseguiram subtrair-se às depredações dos rebeldes durante a posse da cidade por eles tomada, foram encontrados em perfeito estado de penúria. Vítimas de toda a casta de violências, de atos de feroz canibalismo, esses míseros oprimidos agradeceram a Deus e ao governo imperial o remédio a seus males, que lhes foi ministrado pelo ilustre general a quem se confiara a província.

Era um bom feito de armas a tomada da capital; com ela, além de um triunfo de grande alcance moral, haviam-se obtido vantagens materiais de muita importância, mas ainda restava bastante a empreender e demasiado a executar.

Internar forças pouco disciplinadas por uma província cortada de imensos rios, crivada de florestas densas, aonde os agentes da guerra civil ruminavam os meios de brandir, com esperança de resultado, as armas do fratricídio e o brandão do incendiário; conter soldados eivados de espírito de insubordinação apascentado nos motins populares do Rio de Janeiro em abril e setembro, soldados muitos deles saídos das prisões de Fernando de Noronha; suavizar a miséria, que, pálida e mirrada, se encontrava por toda a parte; reduzir ao domínio das leis assim os seduzidos como os sedutores, fazer enfim parar o carro da rebelião, que ainda não tinha sido ferida mortalmente, embora já um tanto depauperada de sangue — era o que restava fazer e curava de conseguir o infatigável presidente Andréia.

Os homens talhados para as grandes lutas não se deixam assoberbar pelas dificuldades que as erçam; envidam esforços, e, sempre de ânimo feito aos perigos, raras vezes sucumbem.

Não era o general Andréia homem de esmorecer e de recuar ante os estorvos que se opusessem à marcha de seus deveres — estudava-os para combatê-los, combatia-os para destruí-los.

Depois de tomada a capital, continuou na perseguição dos rebeldes, alcançando constantes e decisivas vantagens sobre eles. Capturou-lhes o chefe; apoderou-se da ilha de Marajó e de vários pontos do Amazonas, com o que desembaraçou com o comércio e a navegação dos obstáculos que até ali haviam encontrado.

Abertas à fruição do povo estas duas fontes de abastecimento de gêneros necessários aos usos da vida, principiou a abundância a substituir gradualmente a geral carestia.

O exército, desde a abdicação do Sr. D. Pedro I, não tinha sido distinguido com uma só promoção por classes; apenas dos corpos científicos alguns oficiais haviam sido promovidos.

Coube ao general Andréia a glória de fazer uma promoção em todas as armas, autorizado como estava a fazê-la e obrigado como se via pelo dever de retribuir os trabalhos de seus irmãos de armas, de recompensar os serviços daqueles que o estavam auxiliando na grande obra de restituir ao país uma das melhores partes do seu território.

Aos oficiais, que não pôde promover por estarem fora da alçada a que estava circunscrito, não deixou em esquecimento; recomendou-os ao governo imperial, abonando o muito que haviam feito.

Os recursos pecuniários de que podia socorrer-se o general a fim de pagar à tropa, como aos empregados públicos, eram de notória escassez e formavam uma das mais graves dificuldades com que lutava a administração a seu cargo. Os suprimentos que recebia do governo eram diminutos, porque nessa época nem às finanças do estado se podia conferir o epíteto de prósperas, nem as complicações que lhe estagnavam algumas de suas principais fontes davam lugar que a província do Pará obtivesse as quantias regulares para o pagamento das despesas certas e das extraordinárias que, como é de prever, exigiam as circunstâncias excepcionais em que ela se achava.

Entretanto cumpria pagar com alguma regularidade os soldos da tropa e cuidar de sua alimentação em ordem a não excitar justos queixumes.

Ainda desta vez o general Andréia mostrou-se sobranceiro às dificuldades; lançou mão de medidas adequadas, e os soldos, se não foram pagos em dia, em compensação nunca faltou aos soldados a necessária alimentação.

Em 17 de outubro de 1836 foi promovido à efetividade do posto de brigadeiro, passando a marechal graduado em 18 de fevereiro do ano seguinte e a efetivo a 1º de março de 1839.

A província do Pará não podia, no vórtice em que estava colocada, ser administrada ad instar do que se pratica em tempos normais; reclamava uma administração especial apoiada em alguma força indispensável a garantir a ordem e segurança pública. Foi por isso que o previdente administrador sujeitou-a a uma organização militar.

Deu a cada povoação um comandante militar escolhido dentre os cidadãos que mais se haviam pronunciado em favor do restabelecimento da ordem e em prol dela feito serviços.

Assim, era comandante militar de Cameté o padre Prudêncio; em Moju comandava as forças que cercaram o caudilho Eduardo o padre Martel que, sem embargo de ser entrevado e precisar de transportar-se em rede carregado por índios, tinha muita resolução e boa vontade.

A guarda nacional, que não chegou a ser criada, foi suprida por corpos denominados policiais, por companhias de trabalhadores; os primeiros, formados de funcionários públicos, de gente do comércio e de proprietários; os segundos, de indígenas destinados ao custeio da navegação fluvial, oferecendo destarte as seguranças precisas, assim aos donos das embarcações como às respectivas equipagens.

São de público conhecimento os profícuos resultados auferidos destas criações aconselhadas pela lei da necessidade, e de tanto préstimo foram julgadas, que, não existindo as causas que as originaram continuaram por muito tempo no pé em que foram estabelecidas.

Vagando apenas pelos sertões da província alguns grupos de rebeldes, e esses mesmos desmoralizados e desprovidos dos meios de prejudicar, podia considerar-se o Pará pacificado e restituído à comunhão brasileira.

Era tempo de pôr em execução as leis gerais do Império, que nem todas puderam estar em vigor durante o estado excepcional da província.

Foram nomeadas autoridades civis que entraram em exercício; procedeu-se à eleição de deputados e convocou-se a assembléia provincial que funcionou regularmente.

Restabelecido assim o domínio da lei, aniquilada a anarquia e por toda a parte plantada a ordem, tratou o ilustre general de realizar alguns melhoramentos materiais de que a província se achava carecida.

Ordenou a escolha de lugar nas Salinas para levantar um farol; dispôs os meios de construí-lo; cuidou da navegação do Amazonas, acoroçoando os negociantes e capitalistas, a fim de que incorporassem uma companhia que fizesse efetiva essa idéia de tantas esperanças, para cuja execução já haviam alguns fundos.

Infatigável no cumprimento de seus deveres, o ilustrado presidente não vacilava, não recuava em presença de embaraços. De ânimo deliberado a concluir com glória e proveito do país a missão de que se encarregara, nem a enfermidade lhe tolheu os passos na senda que trilhava, nem a carência de recursos que sofria lhe entibiou a coragem e lhe embotou o espírito

empreendedor com que asselava os atos de sua vida tão fecunda em acontecimentos notáveis.

Cabe aqui fazer menção de um fato comprobatório do quanto era capaz a energia do nobre general, que até à dor física não sabia ceder.

Na ocasião em que tinha de partir um pacote fraturou um braço. Compareceram médicos para reduzir a fratura; mas, enquanto eles aprestavam os aparelhos, o ativo general assinava ofícios e escrevia outros de seu próprio punho, com o fim de não tardar a saída do pacote. É de crer que dores lacerantes o afligissem, mas a vontade tenaz, a consciência do dever sobrepujaram a dor!

Antes de levar a efeito os melhoramentos que deixamos apontados, estabeleceu o corte de madeiras. Foi um meio salutar de que se socorreu para corrigir pelo trabalho a desmoralização a que tinham tocado os índios.

Quando se tratou de eleger o deputado que dava a província, não quis ser eleito, abnegação que muito o honra, visto como nessas eras, e mesmo ulteriormente, poucos foram os presidentes de províncias que deixaram de solicitar o mandato do povo. Entretanto obteve votos que o fizeram suplente.

Ao general Andréia já pouco restava a fazer na província do Pará.

Exonerado da presidência e do comando das armas no 1º de março de 1833, a 8 de abril entregou a administração da província ao novo presidente.

Nessa ocasião leu o relatório que escreveu, dando conta do estado da província, sendo ele o primeiro que fez a leitura de tal peça oficial, então não usada nem lembrada por nenhum presidente tanto daquela como de outras províncias, e hoje indispensável e obrigada por lei na entrega de administrações. É mais um melhoramento do ramo administrativo devido ao tino e ao acerto do general Andréia.

Oito dias depois da leitura dessa peça oficial, seguia para a corte o ilustre ex-presidente coberto de serviços da maior importância, da ordem mais transcendental, que a voz da injustiça e da ingratidão procuraram afanosamente desabonar, mal cuidosa de que a posteridade, que já começou, os havia de aquilatar e entesourá-los em uma das melhores páginas da história do único Império americano.

Felizmente o general Andréia possuía grande cabedal de bom senso, tinha proveitosa lição da história de outros países, e não se deixou arrastar e inutilizar pelo clamor e pelos ferros de inimigos gratuitos, que contra os atos de sua administração com tão grandes descomedimentos se pronunciavam.

Fez bem; não se encantonou, e a ulterioridade de outros graves acontecimentos em que tomou parte, de outros perigos que venceu em proveito do Império e de sua integridade tantas vezes assaltada pela sanha das rebeliões, veio cabalmente provar que o país carecia de sua espada, e mais ainda de sua perícia na administração.

A 6 de junho do ano citado tomou assento na câmara quadrienal, onde foi recebido como o Átila, o Gengiscã, cruel, tirano, devastador da província do Pará. E a província do Pará, entregue ao regime da ordem, fruindo os resultados da paz, lá estava no meio do seu Amazonas protestando contra tantos impropérios e ominosos baldões.

O ilustre acusado não era um Demóstenes, um Cícero, um Mirabeau, mas nem por isso estava na alheação dos recursos oratórios. Falava como escrevia. Incisivo, vigoroso, era o exemplo da regra de

Boileau — o que se compreende claramente se enuncia. Enérgico, resoluto, era mais uma prova da verdade de Buffon — o estilo é o homem.

Tomou a palavra por diferentes vezes, e com a franqueza do soldado, e a lealdade que se adquire nos combates, açaimou a loquacidade de seus adversários, pulverizando as acusações e triunfando como merecia.

A província de S. Pedro do Sul continuava a arder no fogo da revolta, e a de Santa Catarina, sua limítrofe, tinha sido invadida por um troço das forças rebeldes.

Era indeclinável a necessidade da pacificação de ambos, e o general Andréia foi encarregado de pacificar a última.

A nomeação foi impugnada na Câmara dos Deputados por forte oposição.

Parece que esses eleitos do povo queriam tornar imprestável o homem provado nos misteres para que era escolhido; mas o governo, surdo às roncadas de tão cerebrino patriotismo, fez partir o general que tomou posse da presidência e do comando das armas a 18 de agosto de 1839.

Estavam os habitantes da cidade do Desterro espavoridos, amedrontados das forças rebeldes que se lhes acercavam; reinava entre eles grande desconfiança, pendiam sobre pessoas gradas acusações de co-participação nas vistas dos revoltosos vizinhos, e uma extensa relação de indigitados co-rebeldes foi apresentada ao presidente.

Nesta ocasião, como em outras o havia feito, o general Andréia deu prova de não vulgar habilidade. Travou da lista em presença de muitas testemunhas, e em lê-la queimou-a, desarmando assim a intriga e nulificando os manejos de

que se pudera servir em detrimento dos denunciados e da marcha administrativa do presidente.

Por ação idêntica os historiadores romanos encheram de gabos o vencedor de Farsália que não quis devassar os papéis achados na tenda do infeliz rival desbaratado.

A força de que o general podia lançar mão era pequena, mas não obstante colocou-se logo na ofensiva, dando o comando dessa força, que orçava por um batalhão, ao tenente-coronel Fernandes (atualmente tenente-general reformado).

Organizou mais dois batalhões recrutados na província; recebeu outro de soldados paraenses, cujo comandante e oficiais haviam servido no Pará, e quatro canhoneiras de S. Pedro do Sul.

Em presença deste movimento os rebeldes retrocederam até à Laguna, onde parece se queriam fortificar.

Continuando o ataque e combinada a força naval ao mando do capitão-de-mar-e-guerra Mariath, que varou a barra, com a força de terra, que avançava a marcha forçada, foi tomada a vila da Laguna, e desassombrada das tropas rebeldes, que poucos dias depois desalojaram-se da província.

Fiel ao sistema de dotar as províncias que administrava com melhoramentos materiais, não deixou que a de Santa Catarina ficasse sem a dívida de reconhecimento de que em todas se fez credor. Além de outras medidas que ali pôs em prática, cuidou de preservar das incursões dos índios a parte do continente aonde haviam fazendas de plantação, e tratou seriamente dos trabalhos de estradas.

Estando ocupado nestas providências e em outras que planejava, recebeu o oferecimento da presidência e comando do exército da província de S. Pedro do Sul. Zeloso, porém, da própria dignidade, não desprezava a alheia; por isso respondeu ao brigadeiro Salvador José Maciel, emissário do oferecimento, que não desejava ocasionar, aceitando essa oferta, o desgosto do prestante general Manuel Jorge, incumbido de dirigir as operações das forças legais naquela província.

Subindo o referido brigadeiro ao Ministério da Guerra, recebeu então ordem de partir para a dita província. Era forçoso obedecer, e os hábitos de disciplina do nobre general não opunham relutância às intimações do governo.

Obedecendo à ordem, entregou a presidência e comando das armas de Santa Catarina em 26 de junho de 1840, e poucos dias depois seguiu para o Rio

Grande de S. Pedro do Sul a continuar a série dos serviços que tanto o nobilitaram na carreira das armas.

Temporais que sobrevieram obrigaram o vapor em que ia a arribar, e demorando-se ainda em Santa Catarina alguns dias, à espera de monção, seguiu viagem e tomou posse da presidência a 27 de julho.

Apenas empossado do comando do exército, operou as manobras que julgou mais convenientes.

Eram poucas as forças de que dispunha para fazer as evoluções rápidas de que tinha necessidade. Por isso requisitou mais dois mil homens e dois vapores, os quais não lhe puderam ser enviados.

Não obstante um tal transtorno conseguiu que os rebeldes marchassem em retirada até à Serra em que se refugiaram, conservando guarnecida a linha de Taquari, que seu antecessor tinha sustentado.

Expediu gente pelo Botucaraí para o Passo Fundo que protegesse, caso fosse preciso, a retirada do general Labatut, que havia marchado de S. Paulo à frente de tropa com artilharia.

O ter obrigado os revoltosos a se abrigarem na Serra, faltos de munições, era já uma grande vantagem que fora precursora de outras de não menor importância, à vista dos movimentos que o presidente general pretendia efetuar e com os quais esperava dar o golpe mortal na rebelião.

Enquanto se realizavam estas operações de guerra e combinações estratégicas, mutações políticas se davam na corte.

Houve mudança de ministério, e para a província foi enviado o deputado Álvares Machado em missão especial com os fins de chamar os revolucionários a uma solução pacífica.

Este acontecimento, que pertence à história coeva, e no qual figuraram alguns personagens que ainda vivem, não pode passar pela fieira de uma análise calma e imparcial, não deve mesmo ser discutido dentro dos limites de uma biografia do varão ilustre cujos restos mortais ainda não foram consumidos pelos vermes do jazigo em que dorme o sono da eternidade. Deixemo-lo em herança aos vindouros. Eles, com a razão fria e o ânimo estreme de preconceitos, que o julguem e lhe assinalem o mérito.

Não apareciam os reforços pedidos pelo general.

Cansado de esperar, dirigiu ao ministro da Guerra o ofício datado de 12 de setembro de 1840, dando conta do estado de coisas da província, terminando-o pelas seguintes palavras:

"Mande-me V. Ex^a pelo menos mais dois mil homens de infantaria, mande-me esses oficiais que estão pela corte e pelas províncias ganhando postos sem se incomodarem, mande-me os barcos de vapor que tenho pedido, e mande-me tudo depressa; e, se nada disto tem de vir, se a província tem de ser perdida, então peço que se deixe a outro essa tarefa; não seja eu que a enterre."

Exonerado da presidência e do comando das armas por decreto de 14 de novembro de 1840, repeliu as manifestações que a tropa e os habitantes de Porto Alegre queriam fazer em ordem a provar que confiavam em sua administração, opondo-se outrossim à posse do novo presidente. Era

um passo imprudente que se pretendia dar, era um precedente de desastroso alcance que se ia estabelecer, e, quando mesmo assim não fosse, a consideração única de que a tolerância desse ato poderia produzir crença de que o ex-presidente o havia preparado, o fez com todo o esforço despersuadir os entusiastas, e o deputado Álvares Machado assumiu as rédeas da administração sem o mais pequeno embaraço.

Presidiu o general Andréia por espaço de quatro meses a província de S. Pedro do Sul, e na estação menos própria a mover o exército, que deixou cheio de espírito de disciplina e adestrado para as operações de campanha.

Chegado à corte, tomou de novo assento na Câmara dos Deputados a 5 de maio de 1841.

Foi nesta ocasião que contra o ilustre general apareceu uma acusação relativa a abusos que lhe atribuíram como presidente da província do Pará.

Fundava-se a acusação:

1º Que o ex-presidente da província do Pará infringira o art. 15, § 17, da Constituição, arrogando-se as atribuições do corpo legislativo, porque, segundo constava do seu ofício de 29 de julho de 1837, autorizara alguns negociantes a estabelecer uma caixa de emissão de bilhetes impressos com o valor de 100 e 500 réis para troco das notas legais, com ágio de 1 a 3%, fazendo-o circular como moeda e como tais receber nas repartições fiscais, tudo sob pretexto de cada vez ser mais gravosa a falta de trocos miúdos.

2º Que com o fundamento de ser instado pela necessidade de pagar à tropa e aos empregados públicos a grande soma da dívida atrasada, e de não lhe ser possível obter letras sobre a tesouraria do Maranhão para realizar os 25:000\$000 mensais que o Tesouro Público Nacional destinara em suprimento à

do Pará, o ex-presidente lançara não arbitrariamente de três expedientes, todos, como o anterior, atentatórios das atribuições do Poder Legislativo, conforme a doutrina do referido art. 15, §§ 13, 14 e 17, e estava provado nos ofícios do mesmo ex-presidente de 1º e 13 de outubro de 1838 e 28 de fevereiro de 1839 sob nos 2, 3 e 4, e do ofício com documentos do inspetor da tesouraria da província sob nº 3, de 1839.

Os três expedientes averbados de ilegais eram:

1º Empregar nessa despesa por uma vez 56:500\$000 e 43:500\$000 por outra de moeda de cobre punçada que, por ordem do tesouro público devia ter sido remetida para o resgate e substituição, e que ainda circulava na província, desviando assim essa moeda do único e privativo fim a que era destinada, e praticando em consequência uma emissão extraordinária e ilegal.

2º Aplicar à mesma despesa 42:012\$825 em notas do novo padrão, que restavam da última operação do resgate do papel e cobre, operando por este modo outra emissão de moeda, que não era legal, por isso que na circulação não entrava pelo meio designado na lei, isto é, em substituição do que se resgatava e recolhia.

3º Tomar do cofre da renda provincial, a título de empréstimo para as despesas gerais, a quantia de 92:162\$700 por meio de vales assinados pelo inspetor da tesouraria e por ele rubricados, com inteira preterição de todas as formalidades essencialmente precisas para regular a contabilidade, administração e fiscalização dos dinheiros públicos, pois que, além de não ser bem demonstrada a urgência de tal medida extraordinária e excedente de suas atribuições, ela foi posta em prática por ordens simplesmente verbais, e nenhuma escrituração se fez em qualquer das tesourarias tanto da entrada como da saída da quantia tomada que, por falta das exigidas solenidades, pôde mais facilmente ser consumida e extraviada, sendo empregada em vastas negociações, como firma o documento nº 6.

O simples enunciado destas acusações revelam a *prima facie*, que elas foram produzidas no recinto da representação nacional na intenção de fazer vingar despeitos impotentes, que se serviram da irresponsabilidade da tribuna para nodoar a honradez do ilustre general, que salvou das garras da anarquia e restituiu ao Império uma de suas mais opulentas províncias.

O prestante general Andréia foi acusado no Parlamento brasileiro; no da Inglaterra nunca o seria, e, quando o fosse porque estivessem averiguados os pontos das acusações, um *bill* de indenidade seria votado. Os atos de ilegalidade imputados ao pacificador do Pará o não desdoura, e, a serem tais quais os figuraram, ainda assim se justificariam com a falta de recursos pedidos e a necessidade de prover de remédio às imperiosas ocorrências do momento.

A defesa do nobre acusado corre impressa.

É um documento precioso, um belo capítulo de sua biografia, que há de ser compulsado quando a história dos tempos que foram e são tiver de apreciar a rebelião do Pará, como todas aquelas para a aniquilação das quais se recorreu aos préstimos e perícia administrativa do general Andréia.

Nessa defesa, não obstante o ilustre general reconhecer que — *veritas odium parit* —, diz-se a verdade sem os atavios de quem solicita favores, senão com a dignidade de quem clama por justiça.

Ali menciona-se o escândalo com que se obrigou a um alto funcionário e comprometido a depor contra o ex-presidente do Pará mediante a promessa de consentir que partisse para o Amazonas a negociar com parte dos bens já sequestrados e o oferecimento de solver aos poucos a grossa quantia, a cuja indenização era forçado. Deu-se aberta a duas imoralidades para emprestar a uma outra a aparência de zelo pelos dinheiros públicos e pela punição da autoridade com excessos! Este e outros fatos, aduzidos na defesa provam a malignidade da acusação e a importância política que se lhe ligava.

Mas a nosso ver o que mais argumenta e conclui em defesa do honrado general é a nobre abnegação com que ele, deputado à assembléia geral, prescindiu do julgamento de seus pares preferindo o dos tribunais.

Tanta dignidade não ficou sem galardão. O Supremo Tribunal de Justiça absolveu-o.

É uma sentença que honra os provecos da magistratura brasileira.

Passada esta crise foi de novo empregado em comissões a par de suas não vulgares habilitações.

Em 1841 o governo incumbiu-o de formular o projeto da organização do quadro do Exército e de qualificar os oficiais que dele deveriam fazer parte. Em 11 de outubro de 1842 foi nomeado comandante do corpo de engenheiros.

A província do Rio de Janeiro deu ao ilustre general uma grande prova do elevado conceito em que o tinha elegendo-o seu representante à assembléia geral nas eleições de 1842, sem que para essa manifestação de apreço concorresse ele com o menor contingente de pedidos

e promessas dos que em tempos eleitorais soem fazer aqueles que almejam os favores da urna. A sua candidatura não foi imposta; foi ato espontâneo do corpo eleitoral da corte e província, então como sempre composto em sua maioria de cidadãos grados e vistos nos negócios públicos, para a gestão dos quais tinham muito onde escolher.

Em desempenho de tão importante mandato tomou assento na Câmara dos Deputados.

Em 20 de fevereiro de 1843 foi nomeado presidente da província de Minas Gerais, e a 4 do mês seguinte comandante das forças da mesma província.

As chamas revolucionárias, que a pouco se haviam difundido pela província, estavam extintas, mas às cinzas que produziram ainda restava grande soma de calor.

As prisões regurgitavam de réus políticos, muito diferentes dos do Pará, porque aqueles eram quase todos homens inteligentes e civilizados sem nódoas de atrocidades, e estes, em grande maioria, semi-selvagens e cobertos de crimes de todas as espécies.

Rancores inveterados, vinganças adiadas, estremecimento geral, oprimidos e opressores, era o quadro desanimador que oferecia a província de Minas, o Ofir do Brasil. Pode-se dizer sem receio de errar que as duas metades dela se votavam recíproco ódio; eram como se fossem dois acampamentos, o de Etéocles e o de Polínices, prontos a darem farto cevo as iras fraticidas que lhes tolhiam o uso da razão.

Presidir uma província neste estado de demência social era cometer empresa de arriscadíssimo êxito, arrostar dificuldades previstas e por prever.

O presidente, indócil a sugestões dos vencedores, podia sentir falta de apoio, e constituído o instrumento de suas paixões, posto à mercê de seus caprichos e veleidades, podia agravar a sorte dos comprometidos, que aguardavam nos cárceres a ação da justiça.

Dava maior relevo a estes graves embaraços a fama que na província havia precedido o general Andréia.

Reputado excessivamente rigoroso, indigitado hostil às idéias de liberalismo, e tido mesmo por cruel, fazia-se-lhe mister primeiro que tudo mostrar a exageração de um tal conceito, ofuscar essa impressão tão desfavorável.

Semelhante cuidado não escapou ao ilustre general que, dotado de um discernimento admirável, reconheceu logo que a sua norma de proceder devia ser a que sempre se impôs — não dispensar na lei, mas distribuir justiça a todos, cerrando os ouvidos a quaisquer insinuações, partissem elas de onde partissem.

Não ficaram sem demonstrações muito sensíveis estas louváveis disposições de ânimo em que se achava. As nomeações que fez foram a melhor pedra de toque que aferiu a imparcialidade de seus atos; elas recaíram em pessoas habilitadas e

das quais obtinha boas informações, embora algumas lhe fossem apresentadas como solidárias com as idéias do partido decaído.

Não aspirando às honras de homem político, como soem ser aqueles que tudo sacrificam à posse de uma tal representação, contentando-se em bem merecer do país, deixando das comissões que desempenhava resultados benéficos e indeléveis, que são os mais significativos atestados dos préstimos do homem público, depois de curar dos males morais da província, e ainda durante esse trabalho, que o honra, ocupou-se da abertura e melhoramento de estradas.

Sendo seu parecer que o meio mais eficaz, se não o único, de utilizar os ricos sertões do Brasil, é comunicá-los com o litoral, curou muito particularmente de comunicar a província com a do Espírito Santo, de estabelecer um ramal entre Caeté e a mesma província, de ligar por outra estrada aquele município ao de Joanésia, franqueando o comércio com a comarca da Serra e de abrir mais uma que partisse do lugar denominado "Quartel do Piauí" a encontrar a margem esquerda do rio Mucuri.

A estes trabalhos, por si sós de suma importância e de interesse vital para a província, associaram-se mais alguns da mesma natureza, tais como: princípios de outras estradas em diversas direções; projetos de pontes, confecção de orçamentos, tudo em desempenho das vistas de um vasto plano de vias de comunicação que pretendia pôr em prática na bela província que administrava.

O ilustrado monarca, a quem felizmente estão entregues os destinos do Brasil, galardoou ainda por esta vez os importantes serviços do infatigável presidente de Minas. Condecorou-o em 11 de setembro de 1843 com a grã-cruz da Ordem de S. Bento de Aviz.

A 4 de maio do ano seguinte foi exonerado da presidência daquela província, cuja administração entregou a seu sucessor no 1º de julho desse ano.

Voltando à corte, a fim de partir para a província da Bahia, de que tinha sido nomeado presidente, só pôde seguir viagem em dezembro de 1845, e a 10 desse mês tomar posse daquele cargo e do comando das armas.

Conquanto a província da Bahia gozasse de tranquilidade, não era todavia tão completa que não precisasse de algumas medidas de vigor que contivessem duas famílias que no interior se guerreavam.

Alguns destacamentos já tinham sido expedidos com o fim de pôr cobro a esses excessos.

O novo presidente mandou reforçar esses destacamentos; e, sabendo que um dos chefes das famílias em luta tão renhida estava na capital, procurou

habilmente persuadi-lo a pôr termo a essas desavenças, perante as quais a autoridade não devia cruzar os braços.

Volvida a província ao seu estado normal, não era possível que o general Andréia não encontrasse nela com que alimentar os seus desejos de aproveitar ao país, que o distinguia com empregos de laboriosa gestão, e que jamais ele deixou de desempenhar com zelo e dedicação exemplares.

Organizou a repartição das obras públicas, deu andamento às que achou paradas, mandou fazer outras de que a província mais carecia, provendo também a muitos melhoramentos na capital.

Ativo como era, diligente e decidido no cumprimento de seus deveres, justiceiro como convinha, tratou seriamente da repressão do crime, que há tanto tempo, mais do que nas grandes povoações, se abriga no interior de todas as províncias do Império, entregando ao arcabuz e às pontas dos punhais o desenlace de questões em que a justiça só deve intervir, a solução de ódios e vinganças que a civilização e o catolicismo altamente condenam.

Entretanto os criminosos frequentemente depararam assim refúgio como proteção; e, apaniguados nos redutos dos régulos de aldeia, zombam da ação da lei e acoroçoam outros atentados.

A exatidão do que fica dito levou o general Andréia a envidar esforços no interesse de fazer capturar e punir muitos malfeitores que erravam pelos sertões da província.

A fiscalização severa dos dinheiros públicos também absorveu grande parte da sua atenção.

Os descontentes bramiam, vociferavam; mas o zeloso presidente, surdo a seus queixumes e desmando de linguagem, ia por diante, só tendo em vista o bem público e o desempenho de sua missão em benefício da importante província que administrava.

A 27 de julho de 1846 foi exonerado daquela presidência, tendo sido cinco dias antes nomeado conselheiro de guerra. No ano anterior tinha sido condecorado com a comenda da Ordem da Rosa.

De volta à corte, reassumiu o comando do corpo de engenheiros, do qual pediu e obteve demissão para não ficar sujeito ao comandante das armas, que lhe era inferior em patente.

Em 18 de março de 1848 foi nomeado presidente e comandante do exército da província de S. Pedro do Sul, para a qual seguiu a empossar-se destes lugares, que pela segunda vez ia exercer.

Dominava então em Buenos Aires, com todo o peso infenso da prepotência, o ditador Rosas.

Esse homem *sui generis*, que governava pelo terror, fazia sentir ao Estado Oriental o ominoso do seu mando, e os brasileiros ali residentes sofriam todas as sortes de vexações.

Seus justos clamores ecoavam pela província do Rio Grande, e iam fomentando desejos de represália.

Este estado de coisas era ainda agravado pela presença de emigrados, contra os quais reclamava o ditador, e que fora crueldade entregar-lhos, o que efetivamente não aconteceu.

Estudando esta situação, o general resolveu acautelar a província de prováveis agressões dos seus inquietos vizinhos, preparando-a para qualquer eventualidade de guerra.

Mandou cobrir a cidade do Rio Grande com um entrincheira-mento; escolheu e determinou posições para acampamento de grandes forças, cobrindo certas zonas de terreno donde se pudesse procurar da fronteira o ponto que fosse mister; destinou Caçapava para depósito central de um material suficiente à força de vinte mil homens; indicou

nas imediações da vila lugar apropriado à construção de uma fortaleza com capacidade indispensável ao desempenho do fim que tinha em vista, isto é, no caso de qualquer revés de nosso exército, ter ele onde abrigar-se e socorrer-se fora da ação da cavalaria inimiga, que ali não podia manobrar pela natureza do terreno montanhoso; mandou projetar em Uruguaiana um quartel fortificado e um arsenal de marinha, mandando ao mesmo tempo armar uma força naval adequada ao rio em que tinha de navegar.

Releva notar que, pelo que se observa hoje, estes planos tão bem delineados e combinados não foram executados, maiormente no que diz respeito a Caçapava. Talvez que as vistas do general, cujo alcance penetrava muito pelo futuro, não fossem as mesmas de quem ultimamente executou essas fortificações.

Ao passo que o ilustrado general empreendia estes trabalhos puramente militares, ocupava-se dos outros ramos da administração com tanto zelo e fervor como se neles sós estivesse absorvido.

Empregou também os seus cuidados no melhoramento e aformoseamento da capital da província.

Deu começo aos edifícios da cadeia e ao teatro.

Conhecendo praticamente algumas localidades da campanha, e visitando outras de que não tinha pleno conhecimento, ia-lhes estudando as necessidades, que procurava prover de remédio.

Tendo notícias da resolução que alguns brasileiros haviam formado de passar ao Estado Oriental em demanda de gado, que o governo de lá não permitia saísse do seu território, e constando-lhe que alguém se fizera cargo de persuadir a esses inconsiderados que semelhante passo achava apoio no presidente da província, não somente tentou providenciar com o fim do Estado vizinho não sofrer a mais pequena agressão, como dispôs-se a seguir para a fronteira, passando pelo Rio Grande, aonde se lhe fazia mister deixar algumas instruções para o bom andamento do serviço.

Quando porém se apercebia para levar a efeito esta diligência, conveniente ao arrefecimento da exaltação que descobria na gente da campanha, soube por um navio de vela, entrado do Rio de Janeiro, que tinha de ser substituído.

Previdente como era em todos os atos de sua vida, regressou à capital a preparar-se para entregar a administração a quem o viesse suceder.

Findam aqui os trabalhos e valiosos serviços do ilustre general Andréia, prestados como presidente de províncias. Seis vezes foi investido desses cargos, na gestão dos quais houve-se com aptidão invejável, aliando às qualidades políticas do administrador, que não se reduz a manivela de partidos, os predicados do funcionário que, prescindindo de assessorias, tudo vê, tudo examina por si para conseguir marchar com segurança e certeza de eficiência das medidas que emprega.

Logo que chegou à corte foi nomeado membro da comissão de revisão da legislação e presidente da de propostas de promoção no exército.

Ocupando estes lugares, pediu e obteve reforma no posto de marechal do exército.

O Brasil tinha acabado de entabular tratados com as repúblicas vizinhas, sendo talvez o de ordem mais momentosa o que dizia respeito à demarcação de limites.

Por mui pouca que seja a lição que se tenha de negócios públicos, compreende-se qual a gravidade destas questões e o interesse que a elas ligam os estados.

A história da diplomacia regurgita destes fatos, e se geralmente são eles de difícil trato, no caso peculiar do Brasil a dificuldade subia de ponto, porque os vizinhos do Sul do Império, ávidos de concessões, que requerem, desconfiados e meticulosos, nunca se dispõem a mutuar a generosidade e galhardia com que

são tratados pelo governo imperial. A desconfiança é o seu sistema, e a fé púnica o seu alvo.

Convinha pois um homem de ânimo feito a arrostar as exigências de nossos vizinhos.

Esse homem, o governo imperial deparou-o no general Andréia.

Íamos omitindo um fato que nos parece digno de menção, porque refere-se a uma bela obra que está sendo executada, e cujo histórico cumpre-nos esboçar.

Em fins do ano de 1851 o ilustrado marechal do exército foi convidado para, com uma comissão que presidiu, e que ficou composta

do brigadeiro Antônio Joaquim de Sousa, do coronel Ricardo Gomes Jardim, do capitão do porto chefe de esquadra Pedro Ferreira, e do engenheiro civil Fernando Halfeld, propor o alinhamento do novo cais da alfândega da corte e o melhor plano de sua construção.

A comissão, assim composta, começou a funcionar muito antes da expedição do aviso que a nomeava, datado de 28 de janeiro de 1852.

Em ofícios de 14 e 17 de fevereiro do citado ano apresentou o marechal Andréia os pareceres relativos aos planos elaborados pela comissão.

A estes ofícios respondeu o Sr. visconde Itaboraí, então ministro da Fazenda, com o aviso de 22 de abril daquele ano, declarando que S.M.I. a cuja presença tinha feito subir os trabalhos da comissão, a mandava louvar pelo zelo com que os havia desempenhado.

A descrição do projeto do cais e das docas foi pelo marechal remetida ao Instituto Histórico, no arquivo do qual poderá sem dúvida ser examinada.

Reproduzimos este fato com o intento único de pôr a bom recado a reputação científica do ilustre marechal e dignos membros da comissão que presidiu, e com o fim mesmo de não haver aí alguém que diga que para execução de uma obra importante como é a do cais e bacias da alfândega não havia no país engenheiros de que se pudesse lançar mão.

Naturalmente estes motivos, e não os do despeito e da inveja, que nunca denegriu as qualidades cívicas do nobre marechal, compeliram-no a enviar ao Instituto a descrição aludida, estando já então na fronteira de S. Pedro do Sul a trabalhar na comissão de limites.

A lealdade que desenvolveu nos preparatórios desta árdua missão, a imparcialidade com que se houve, demonstrando ao comissário oriental que às intenções do governo imperial não dominava o desejo de adquirir terreno; o

zelo e a diligência que pôs em prática, apesar da idade avançada que os devera arrefecer, são da maior notoriedade e dispensam comentários.

Era o principal *desideratum* do marechal Andréia estabelecer uma fronteira que impedisse toda e qualquer reclamação futura da parte do estado vizinho, e foi por isso que, sem quebra do andamento da demarcação de limites, tratou de criar uma base para a carta do Império, cuja falta é sobremodo sensível. Levantou plantas de zonas de terreno

em distâncias da fronteira e tomou todos os apontamentos que julgou indispensáveis ao bom resultado do seu plano.

Veio interrompê-lo nestas fadigas a notícia da enfermidade grave de que se achava acometida sua respeitável consorte. O médico que a tratava e acompanhava o movimento da moléstia, instava-o a que viesse talvez assistir ao passamento dessa virtuosa senhora.

Bom cidadão, ótimo funcionário, como excelente pai de família, não pôde resistir à necessidade de seguir para a corte, onde desembarcou em fevereiro de 1855.

Pouco dias depois dava a alma ao Criador a virtuosa esposa, que pelo espaço de quase meio século comparticipou das glórias e sofrimentos de que foi iriada a vida laboriosíssima de seu ilustre marido.

Da volta inopinada do marechal quiseram tirar partido alguns que não sabiam graduar a importância dos seus serviços; mas embalde, porque o magnânimo príncipe, que empunha o cetro da monarquia americana, ainda por esta vez distinguiu o seu dedicado súdito e assíduo servidor do estado, conferindo-lhe o título de barão de Caçapava.

Estes atos dos soberanos justiceiros, pelos quais os povos concluem das qualidades brilhantes do seu espírito e coração, ao passo que realçam os méritos do dispensador de graças e os préstimos dos agraciados, servem eficazmente a punir o antagonismo dos caluniadores e a maledicência dos pessimistas, que só e meramente no alheio acham fértil pasto para as declamações de que usam e abusam.

Sem o tempo necessário à cicatrização das profundas feridas do coração; premado pelo dever que sabia antepor aos cômodos da vida, voltou o ilustrado comissário do governo imperial a reatar o fio de sua missão que pretendia concluir em proveito do Império e satisfação da Banda Oriental.

Superadas não pequenas dificuldades, já relativas à natureza do trabalho material, já inerentes a conferências e debates diplomáticos, estava a demarcação de limites fixada, restando apenas alguns acessórios e últimas

demãos, que à atividade proverbial do ilustre barão não causava abalo. Eram os remates de uma grande obra, mas o insigne arquiteto dela já os havia previsto e ia executá-los.

A morte, porém, a exatora do tributo a que nos condena a culpa original, apercebeu-se a receber o feudo daquele que por tanto tempo lhe havia disputado.

O barão de Caçapava dispunha de uma constituição atlética, gozava de saúde robusta e tão vigorosa que resistiu às fadigas de campanhas, a marchas forçadas, a climas insalubres, a privações e sofrimentos morais provenientes de alguns contratempos de sua vida pública e inerentes aos trabalhos próprios da arma científica em que tanto se distinguiu.

Mas a comissão de limites, encontrando-o no ocaso da existência e dependendo de movimento constante em campos amplíssimos que não podiam oferecer os cômodos da vida das cidades ou das povoações providas do necessário a uma subsistência regular; a importância bem merecida que ele ligava a esse encargo de honra e confiança, absorvendo-lhe grande atenção e obrigando-o a exames minuciosos e frequentes; os esforços do ânimo e do corpo que despendia sem cessar para levar ao cabo essa empresa momentosa, foram-lhe desenvolvendo os germes da enfermidade de que veio a sucumbir.

Adoeceu por diferentes vezes, sendo constrangido a ficar de cama.

Reconhecia então o dever de medicar-se, e não obstante a consciência que tinha da sua natureza privilegiada que o fez atravessar tantos perigos e percorrer incólume um longo estádio, aceitou com toda a docilidade os cuidados de seus filhos que sempre lhe dedicaram respeitoso e profundo amor.

Tratou-se pois com as cautelas que a gravidade do mal requeria, e ao acurado tratamento parecia que a doença tinha de ceder. Melhoras iam-se manifestando, e presumia-se próximo o restabelecimento.

Um transtorno, porém, que não podia prever-se, nem coube à sua família prevenir, uma contrariedade relativa à comissão que geria, agiu de modo tal sobre a sua enervação suscetível, que todas as melhoras obtidas esvaeceram-se dando aberta à recrudescência da moléstia que então zombou dos recursos da medicina e da vigilância do amor filial. Emissária da morte, incumbida de provar que não há naturezas indestrutíveis, quando soa o clangor da trombeta do extermínio, a enfermidade resolveu-se a não dar trégua, decidiu-se a combater até levantar o troféu da vitória e dotar a necrópole de S. José do Norte de mais um cadáver, o nada de um grande vulto, o invólucro de uma alma nobre, o símbolo de uma inteligência superior.

Caiu o enfermo em profundo abatimento.

As faculdades intelectivas, que a moléstia nunca alterou, deram-lhe a conhecer que ia morrer para o mundo e viver para a eternidade. Como filósofo e cristão aguardou esse momento, que os espíritos fracos e demasiadamente mundanos esperam transidos de terror, míseros que entendem ser inesgotável a fonte de gozos deste mundo caduco desde a queda do primeiro homem.

O antigo guerreiro e veterano dos exércitos do Brasil preparou-se para a agonia, para o último estertor de moribundo. Sua fronte calma e serena, seu olhar límpido e expressivo, davam-lhe a atitude do romeiro que, recostado ao derradeiro marco miliário de uma extensa peregrinação, estivesse repousando das fadigas e rememorando os feitos que praticara na romaria.

Assim esperou a morte; sua alma, como o incenso que fumeja ante as aras do Deus vivo, desprendeuse dos liames da Terra e voou rápido à mansão dos justos a auferir os gozos da bem-aventurança.

Que espetáculo digno de contemplação!

Esta lamentável morte teve lugar a 2 de outubro de 1858.

O prestante cidadão barão de Caçapava viveu para o país e morreu pelo país. Principiando a servir no reinado de el-rei D. João VI, a quem o Brasil deve avultada soma de benefícios, continuou a enobrecer-se na carreira das armas durante todo o reinado do magnânimo fundador do Império, e, dedicado como nenhum outro à pessoa do ilustrado e generoso príncipe o Sr. D. Pedro II, de quem contemplou as faixas infantis, a quem viu crescer e vigorar para glória do seu povo, não recuou uma só vez ante o apelo do mesmo augusto soberano, quando se tratava de comissões árduas e de embaraçoso desempenho.

Serviu a três excelentes monarcas, foi por eles remunerado; e, morrendo no último posto de honra que lhe confiou o neto do magnânimo D. João VI e filho do herói Pedro I, teve a felicidade de exalar o alento final pela prosperidade da única monarquia do continente americano.

O cadete de 1797 não foi desmentido pelo marechal do exército de 1858.

Seu corpo, a que foram tributadas todas as honras militares, jaz no cemitério de S. José do Norte, aonde o acompanharam as pessoas mais gradas do lugar, e outras que vieram do Rio Grande.

Uma humilde sepultura guarda os restos de um dos maiores vultos de nossos tempos. Sobre a lousa que os cobre têm rolado as ardentes lágrimas de seus filhos, dos seus amigos e camaradas, que lamentam a falta do pai extremoso e afável, do amigo leal e desinteressado, do general grave quando o serviço assim o requeria, mas ameno e jovial quando na barraca ou no lar da família descingia a espada do comando, emblema da disciplina, e trajava os hábitos do homem

particular. Belo epitáfio, que não se insculpe em mármore, senão na memória dos muitos que conheceram o barão de Caçapava e dão testemunho da excelência de seu caráter e da magnitude dos serviços que prestou.

Eis o homem de que nos ocupamos.

Não lhe celebramos condignamente os nobres feitos, porque, para cometer tamanha empresa, fora mister que nossa capacidade estivesse na altura do assunto proposto.

Felizmente por todo o Brasil ecoa o mérito do que ele fez em prol da sua integridade e do seu engrandecimento, e, se o louvor nacional carecesse de auxílio do louvor estrangeiro, pudéramos aduzir ao que fica dito bem lisonjeiras palavras proferidas e impressas por um hábil escritor francês.

Deixou um filho e uma filha, que herdaram, não fortuna, que a não soube acumular, mas um nome recomendável à geração presente e aos vindouros. Ambos vivem com a nobre altivez dessa herança, que conservaram como um palácio de honradez e dignidade para ser entregue à guarda e vigilância dos filhos de seu filho.

JOSÉ PINHEIRO DE VASCONCELOS



Se a França gaba os seus d'Aguesseau, os seus Molé, os seus L'Hopital, o Brasil pode apresentar na magistratura nomes que com esses emparelhem, para quem o dever seja uma religião, e que bem compreendam toda a majestade do cargo social que têm de desempenhar: administrar justiça. Entre esses nomes um dos que com mais ufania podemos designar é decerto o do atual presidente do Supremo Tribunal de Justiça, o Exmo Sr. **Joaquim José Pinheiro de Vasconcelos**.

Nasceu ele na ilha de Santo Antônio da província da Bahia em 4 de setembro de 1788, foram seus pais o Sr. José Pinheiro dos Santos e a Exm^a Sra D. Maria Joaquina do Amor Divino e Vasconcelos.

Na família aprendeu pelo exemplo e pela prática as virtudes austeras que nunca desmentiu: destinado à carreira de magistratura, nas aulas da capital da província entregou-se aos estudos preparatórios para ser admitido no curso

jurídico da Universidade de Coimbra; fê-lo com assiduidade e aproveitamento que lhe granjearam a estima dos seus mestres, como a simpática afeição dos seus colegas.

Formando em 1818, foi logo em 1819 despachado juiz de fora de Santo Amaro e S. Francisco: aí conservou-se por espaço de seis anos. Em 1827 entrou para a Relação da Bahia, teve ocasião de exercer quase todas as varas, prestando no exercício delas valiosíssimos serviços,

mantendo e cada vez mais confirmando a reputação de ilustrado, e de integérrimo.

Em 1849 foi nomeado presidente dessa mesma relação, cargo que exerceu até 1854. Então a antiguidade o trouxe ao Supremo Tribunal de Justiça, a cuja presidência foi chamado em outubro de 1857.

Entre os serviços que como magistrado prestou, não podemos deixar de mencionar a constância com que, na qualidade de ouvidor do crime, perseguiu e fez processar os moedeiros falsos, cuja atroz indústria tão fatal foi, e ainda mais fatal ia sendo àquela província e ao Império. Outro crime o achou igualmente severo, o tráfico de africanos; mas na repressão deste não é o magistrado, é o administrador político que aparece, e por ora só falamos do magistrado.

A confiança que sua inteireza inspirava, deu-lhe meios de exercer a mais benéfica intervenção nas contestações particulares, já decidindo-as como árbitro por ambas as partes nomeado e aceito, já conciliando-as e fazendo-lhes ver a justiça e a razão que seus contrários podiam ter, e assim fazendo terminar por amigáveis composições importantes litígios, próprios para alimentar ódios e inimizades, tanto mais implacáveis quanto acarretam consideráveis sacrifícios e despesas.

Essa alta probidade do magistrado em uma época como a que acaba de passar-se, nos primeiros tempos da nossa existência política, era uma recomendação que não podia ser posta em olvido, e que por diversas vezes obrigariam o juiz a despir a toga para tomar a farda do administrador político.

Logo no começo da sua carreira, ainda juiz de fora de Santo Amaro, o patriotismo o veio chamar. Eram os dias gloriosos da independência, e se em quase todo o Império tinha-se ela realizado sem contestações, no meio de vivas e aplausos, na Bahia devia custar sangue e impor heroísmos. O general Madeira com as tropas lusitanas estava senhor da capital: cumpria expeli-lo; mas para isso era indispensável criar forças, fazer aparecer recursos, organizar um governo, centralizar a ação e a resistência. Uma junta provisória organizou-se, e o voto popular, esclarecido pelo patriotismo, guiado pela confiança que a

ilustração e a inteireza inspiram, para ela deputou o juiz de fora Pinheiro de Vasconcelos. Compreende-se quão importante, e quão difícil era a missão dessa junta; não bastava vencer e repelir o inimigo, cumpria-lhe conter os excessos, refrear as exagerações, as pretensões desregradas dos aliados, dos amigos.

Na junta provisória o exímio patriota foi digno dessa missão, foi incansável de atividade e de firmeza: excessos não mancharam a mais justa e santa das causas.

Tão relevantes foram achados os serviços então prestados pelo Dr. Pinheiro de Vasconcelos, que as graças da monarquia os procuraram galardoar. Já em 1823, apenas instituída a Ordem do Cruzeiro, recebia ele a mercê de dignitário dela!

Por mais que se arrendasse da vida pública, por mais que fugisse às honras e às dignidades, por mais modesto que fosse, e despido de ambição, quem assim começava não podia ser esquecido. Ei-lo pois em 1829 chamado à presidência de Pernambuco, lá fica quase dois anos, e se regressa à sua relação, é para de novo em 1832 ser dela arrancado, de novo voltar à vida de administrador político.

Corriam dias fatais, o triunfo de abril tinha posto em fermentação todas as paixões revolucionárias, a autoridade estava desorganizada, e a força pública, que devia dar-lhe o seu apoio contra o motim, estava insubornada e era o maior perigo de então. Especialmente em Pernambuco esse perigo avultava: cerca de 1.500 soldados de primeira linha amotinados sublevaram-se. Pinheiro de Vasconcelos, sempre dominado pela consciência do dever, em frente do perigo que ameaça a sua existência, não desacoroçoa, não deserta da posição que lhe é confiada: fica em palácio, com a sua família: os amotinados podem vir... mas não hão de eles chegar, pois há patriotismo na população pernambucana, na mocidade que frequenta o curso jurídico; há presença de espírito, e prudência na presidência: as medidas mais acertadas e oportunas vencem, desarmam os sediciosos, a legalidade triunfa! Somente a vitória custou sangue, cento e trinta vítimas pagaram os desatinos revolucionários!

Inflexível e severo contra o crime, o presidente de Pernambuco, se o coíbe enérgico, contra o criminoso vencido não acha mais senão benignidade e brandura: seja desafrontada a lei, seja salva a sociedade; mas também não gema a humanidade, não imperem os ressentimentos e as paixões no que não é do seu domínio.

O Sr. Pinheiro de Vasconcelos foi também diversas vezes presidente da sua província natal, foi de 1832 a 1834, e de 1841 a 1844; foi-o de novo em 1848, e a província agradecida, sem que ele houvesse solicitado os seus votos, sem que ao menos houvesse declarado a algum amigo que os desejava sem a menor cabala sua, ou de amigos por ele autorizados, o apresentou duas vezes à escolha

da Coroa para senador do Império. Quando tantos pedem, instam, enredam, esses votos espontâneos são a mais doce das recompensas.

Em 1850 o monarca o nomeou viador da casa imperial.

Honras pois não faltaram ao digno brasileiro, honras não solicitadas, talvez nem desejadas pela sua modéstia, mas recompensa devida aos serviços que teve a fortuna de prestar.

Entre esses serviços omitimos os que na justa repressão do tráfico de africanos prestou, quando presidente da província da Bahia. Todos os meios de que podia dispor, ele os empregou, fez aprisionar, condenar muitas embarcações, processar os donos e tripulações delas, distribuir os serviços e a tutela dos africanos que traziam pelas repartições públicas, pelos estabelecimentos de caridade. Nem de outra sorte podia ser: Pinheiro de Vasconcelos aprendera como magistrado a não iludir a lei, a não pactuar com o crime, e o tráfico era crime aos olhos da lei.

Onde porém teve o ilustre brasileiro o melhor galardão do seu procedimento foi no lar doméstico: as doçuras da família lhe foram prodigalizadas. Casado com a Exma. Sra. D. Maria Francisca de Campos Pinheiro, teve a ventura de viver quarenta anos com ela, sem que nesse tempo o mais leve desgosto lhes anuviasse a pureza do horizonte. Desvelado na educação de seus filhos, acha no amor deles a única consolação da amargurada perda da companheira fiel, como acha nas recordações da sua vida, onde não há uma lembrança que lhe doa, acha na íntima consciência de que, sempre fiel ao dever, nunca prejudicou a um só cidadão a melhor, a mais apetecível das satisfações.

SEBASTIÃO DO REGO BARROS



O conselheiro **Sebastião do Rego Barros** nasceu em 18 de agosto de 1803, em Pernambuco, sendo seu pai o coronel Francisco do Rego Barros, e sua mãe a Exma. Sra. D. Maria Ana Francisca de Paula Cavalcanti de Albuquerque.

Destinado à carreira militar, sentou praça de cadete em setembro de 1817 depois da revolução que naquela província anunciou os primeiros impulsos da independência nacional e da liberdade, que em breve teriam de triunfar.

Foram eles porém então, por prematuros e mal dirigidos, facilmente abafados, e o jovem militar teve logo em 1818 de marchar para o interior da província acompanhando a força que ia restabelecer a ordem aí perturbada. Nessa ocasião teve o seu valor a consagração do sangue; foi ferido.

Em 1819 passou a servir às ordens do tenente-coronel Francisco de Albuquerque Melo, ocupado nas obras públicas. Partidário da Constituição, então proclamada em Portugal e já concebendo o movimento da liberdade e de engrandecimento da pátria que dela tinha de sair, o jovem brasileiro incorreu no desagrado do governo suspeito daquelas eras, e foi pelo capitão-general Luís do Rego Barreto preso e mandado para Lisboa em 1821.

Depois de ficar algum tempo no Castelo, foi solto e obteve licença para seguir, na Universidade de Coimbra, o curso de ciências matemáticas e filosóficas. Mas em 1823 as contestações e rixas entre os estudantes portugueses e brasileiros, repercussão necessária da independência proclamada nos campos do Ipiranga, obrigaram-no a interromper os seus estudos, indo então pedir à França o complemento deles. Em 1825 fez uma viagem à Alemanha, e na universidade de Gottingem em 1826 recebeu o grau de bacharel em matemáticas; na universidade de Paris frequenta a escola do estado-maior, e completados assim seus estudos acadêmicos, volta à pátria para trazer-lhe o tributo de sua aplicação.

De Pernambuco, a que chega em dezembro de 1826, parte logo para o Rio de Janeiro, obtém passagem do corpo de caçadores para o de engenheiros, e na patente de capitão vai servir em sua província. Jovem de 26 anos, é por ela eleito deputado, e vem em abril de 1830 tomar assento no Parlamento.

Era época de luta renhida entre o poder que não conhecia a liberdade e dela se arreceava, e a liberdade que não conhecia o poder, e o via hostil ao país. Os espíritos se agitavam: jovem, e votado à liberdade, Sebastião do Rego Barros tomou posição entre os adversários do poder, e por seu esforço conseguiu que fossem dissolvidos os batalhões estrangeiros, que inconstitucionalmente existiam.

Percebendo a aproximação da crise necessária dessa luta, o jovem deputado pressente que seus serviços talvez sejam necessários na corte; aqui fica pois no intervalo das sessões. A revolução aparece: D. Pedro I vai à Europa; está no trono o Sr. D. Pedro II... Mas a ordem fortemente abalada ameaça a ruína social; cumpre restabelecer, enquanto não se restabelece a paz nos espíritos, pelo menos a ordem nas ruas, a segurança pessoal e de propriedade.

O exército, indisciplinado pela cooperação na revolta vencedora, havia sido licenciado; a lei ainda não havia criado a guarda nacional; foi necessário improvisar uma força pública. Sebastião do Rego Barros, que não havia querido aceitar a pasta da Marinha, é nomeado pela regência comandante-geral dos guardas municipais da corte; mas logo que o primeiro perigo, o que impõe todos os sacrifícios, estava passado, por desinteligências com o ministro da Justiça, pediu a sua exoneração.

Então começou para ele uma vida tão excepcional entre nós, que ainda não tem nome na nossa língua; os franceses lhe chamam vida de *touriste*. Sempre reeleito, até os dias fatais do predomínio da autoridade rectora, Sebastião do Rego Barros, ao passo que no Parlamento ocupava a posição de honra de deputado independente, amigo da liberdade que é liberdade, isto é, que se consorcia com a ordem, e considera a autoridade sua aliada, coibindo-lhe todavia os desregramentos, aproveitava o intervalo das sessões para viajar. Montevideú o viu em 1822, Buenos Aires em 1834; de volta, vê e estuda as províncias do Rio Grande e de Santa Catarina, para onde havia seguido por terra.

No fim da sessão volta para sua província; desembarca porém na da Bahia, e segue por terra, atravessando as de Sergipe e de Alagoas.

O intervalo da seguinte sessão é aproveitado para viajar nas províncias de Minas, de São Paulo e do Rio de Janeiro. No fim da sessão de 1836, voltando por mar para Pernambuco, sofre uma péssima viagem depois de sessenta dias de perigos e de privações, arribando o barco no rio São Francisco, desembarca ele, e segue por terra.

No fim da sessão de 1837 graves acontecimentos políticos o chamam ao Ministério. A luta entre o poder executivo e o poder parlamentar, luta das mais brilhantes dos nossos anais, chegara ao seu termo, o regente Feijó deixara o poder; os homens da reorganização e do futuro foram com o Sr. Pedro de Araújo Lima, hoje marquês de Olinda, regente interino, chamados ao governo, o Sebastião do Rego Barros estreou aí a sua carreira administrativa, tomando conta da pasta da Guerra no sempre lembrado Gabinete de 19 de setembro.

Não pequena era sua tarefa: todos os serviços militares estavam desorganizados, não havia exército, nem armas, nem provisões bélicas, especialmente não havia soldados, e o recrutamento tão antipático ao gênio brasileiro, tão difícil em época de lutas de partidos encarniçados, embaraçado aliás pela prerrogativa assegurada à guarda nacional, e que com razão receava-se que quisesse ela sustentar, mesmo pela sedição armada, contra o decreto do Poder Legislativo, só morosos resultados poderia dar. Ora, as circunstâncias não consentiam morosidade. Rio Grande via essa fatal revolta que durou dez anos talar-lhe os campos; Bahia via a sua capital proclamar a república, e armar-se. O novo Ministro da Guerra achou recursos na sua atividade; a Bahia foi logo restituída ao império da lei; outro tanto aconteceu ao Maranhão, onde o espírito da revolta havia erguido a cabeça nos últimos tempos do Ministério de 19 de setembro, e se no Rio Grande igual fortuna não coroou os esforços da legalidade, não lhe foram eles poupados: o próprio ministro quis ver por seus olhos, dar oportunamente e com a necessária presteza as necessárias providências; foi pois pessoalmente ao Rio Grande; sua presença animou o exército, que ele acompanhou até além do rio Piratinim.

De volta para a corte, por aproximar-se a abertura do Parlamento, achou dissolvido o Ministério, e por mais instâncias que lhe fossem feitas para continuar na sua pasta, nada o pôde demover de acompanhar os seus colegas, logo depois de apresentar às câmaras o relatório da sua repartição.

No fim da sessão, enfermo e cansado, volta à sua província; aí recebe do regente, com o hábito da Ordem de Aviz, a efetividade do posto de capitão, em que até então tinha graduado.

Agravando-se as suas enfermidades, parte em princípio de 1840 para a Europa: as duas grandes capitais, Londres e Paris; a Escócia, a Irlanda, a Itália, não menos que a França e a Inglaterra, são por ele visitadas. Tendo percorrido toda a Itália sem faltar-lhe nem mesmo essa amostrinha de república de San Marino, atravessa os Alpes pelo Monte Genis, vê a Sabóia, máxima parte dos cantões suíços; admira a famosa queda do Reno em Schaffouse; embarca em Basiléia para descer o Reno, vê todas as lindas cidades das suas margens, atravessa-o em Colônia, chega à Bélgica, aí demora-se algum tempo em Bruxelas, segue para a Holanda, onde chega a tempo de assistir à grande patriótica solenidade da inauguração da estátua do célebre almirante Ruiter.

Essa longa digressão, vem-na ele terminar em Paris; daí, em março de 1842, vai a Liverpool, e volta para Pernambuco.

Aí sabe da dissolução da câmara que havia sido eleita no meio das reações e violências de 1840: na pátria, pois, descansa até que a nova eleição o mande outra vez ao Rio de Janeiro para a sessão de 1843.

Em fevereiro de 1844 há uma mudança ministerial: em Pernambuco recebe o Sr. Sebastião do Rego Barros convite e instância para aceitar uma pasta. O novo Gabinete ainda não se havia desenhado em sentido reator contra os princípios a que aderira, e os homens a que andara unido o Sr. Rego Barros, recusa ele porém mais uma vez a pasta, e embora declarasse explicitamente não ser a isso levado por vistas de antagonismo político, o novo Ministério atribui a recusa à malquerença ou à desconfiança.

Os fatos se precipitam. Instalada a câmara, o Ministério divorcia-se da sua maioria, e a dissolve: a reação prevista realiza-se. Pernambuco é uma das províncias em que mais implacável se faz ela sentir.

Todavia não tem ela tempo de executar tão completamente a sua obra, que a eleição não dê triunfo ao Sr. Sebastião do Rego Barros e aos seus amigos. Mas contra esses enganos da urna aí estava a ação e o voto da câmara na verificação de poderes. Quando chegou à corte, o deputado pernambucano achou-se, com os seus colegas, excluído do Parlamento.

Deixemos debaixo de um véu os tempos que correram desde esse dia até setembro de 1848. Apenas digamos que, sendo já tenente-coronel, o Sr. Rego Barros não quis continuar no Exército, e pediu a sua reforma.

O partido que estivera no poder até setembro de 1848 não quis abandoná-lo, sem tentar os recursos extremos e as armas da revolta: Pernambuco viu correr o nobre sangue de seus filhos. O Sr. Rego Barros não podia negar então à pátria os seus serviços. Nomeado pelo presidente da província comandante de um corpo de voluntários, reuniu-se aos bravos que em 2 de fevereiro de 1849 salvaram, com a cidade do Recife, talvez as instituições do Império.

Uma nova eleição manda o Sr. Sebastião do Rego Barros à Câmara, e em outubro de 1850 o governo que se preparava para a gloriosa guerra contra Rosas confia-lhe comissão delicada e importante na Europa.

As câmaras tinham autorizado o contrato de tropas estrangeiras: o Sr. Sebastião do Rego Barros foi encarregado de realizá-lo.

Então percorre ele diversos estados, entende-se com seus governos, e em julho de 1851 já estavam contratados, já remetidos para o Brasil, e dirigidos para o Rio Grande dois mil homens de boa tropa, infantaria, artilharia, e pontoneiros, prontos para entrar em ação.

O sr. Rego Barros aproveita a sua estada na Europa para visitar o Norte dela; Suécia, Noruega, Rússia são, depois dos ducados da Alemanha setentrional, por ele visitadas. A mísera capital da Polônia não podia deixar de chamar a atenção do viajante brasileiro.

Era a esse tempo a exposição universal de Londres; o Sr. Rego Barros não podia perder essa ocasião de admirar, reunidos pelo gênio da indústria, os primores da riqueza e trabalho de todos os povos. Partiu pois para Londres, e teve a fortuna de lá chegar oito dias antes do encerramento da grandiosa solenidade.

Daí vai a Paris querendo lá passar o inverno, e assiste ao famoso golpe de estado de 2 de dezembro que mudou as condições do regime parlamentar na França e no mundo.

Em fevereiro seguiu por terra à Espanha, demora-se algum tempo em Madri, visita as mais belas cidades desse reino, Granada, Sevilha, Cádiz, onde embarca e segue para Lisboa.

Em agosto estava de volta ao Rio de Janeiro, onde se demora para dar conta de sua comissão.

Reeleito para a câmara de 1853, faz parte da fração da antiga maioria, que tomou o nome de partido parlamentar, e trouxe o enfraquecimento e a

modificação do gabinete, subida ao poder do Ministério Paraná, e esse regime político que de então até hoje se tem desenvolvido.

Convidado para tomar parte nesse Ministério, não anuiu ao convite, mas em prova da sua adesão ao gabinete, aceitou a presidência da província da Pará, de que tomou posse a 16 de outubro.

Ativo e diligente, em província que tanto carece da ação do governo que auxilie e provoque o seu desenvolvimento, o Sr. Rego Barros visitou esses imensos rios, Amazonas, Tocantins, cujos segredos de opulência mal podem hoje ser calculados, e só o futuro revelará. Não lhe faltaram amarguras na sua administração, não que lhas predispuesse a opinião provincial, mas sim de um lado os flibusteiros americanos, sequiosos da invasão do Amazonas, do outro as pretensões arrogantes e a ignorância dos cônsules inglês e francês com quem teve de lutar.

Estava de volta ao Rio de Janeiro, e preparava-se para, no intervalo das sessões, seguir viagem para os Estados Unidos, quando o Ministério exigiu dele que aceitasse a delicadíssima presidência do Rio Grande do Sul. Repelindo o convite, mas querendo provar que a repulsa não era ditada por má vontade, aceitou voltar ao Pará, e continuar na sua administração.

Era o tempo em que o cólera-morbo assolava a população, sabe-se que de cuidados, que de atividade, que de providências sanitárias foram indispensáveis nesses dias fatais.

Enfim, em maio de 1856 entrega a presidência ao sucessor que lhe é dado, o tenente-coronel Baurepaire-Rohan.

Uma última excursão em 1857 o leva primeiro aos Estados Unidos, depois ao mundo asiático. Chega a Nova Iorque em 30 de dezembro, demora-se em Washington, onde tem ocasião, achando reunido o Congresso, de poder conhecer todos os homens notáveis dessa república-prodígio; percorre as margens do Mississipi e os recentes estados que aí florescem. Em fevereiro de 1858 está em Cuba: filho de província cuja indústria é essencialmente a produção do açúcar, não perde essa ocasião de estudar o seu fabrico na opulenta rainha das Antilhas.

Volta aos Estados Unidos; segue pelos do Norte estendendo as suas excursões até o Canadá, achando a cada momento ocasião de admirar a atividade, o arrojo do espírito humano, lançado desimpedida-mente nas vias de prosperidade material.

Volta então à Europa, quer seguir caminho da Terra Santa; vai à Baviera, único estado alemão que ainda não tinha visitado. Desce o Danúbio: em setembro estava em Constantinopla.

Esmirna, Rodes, Chipre, Beirute, Damasco, ruínas de Balbeck, cedros do Líbano, Jafa, Jerusalém, Jordão, Belém, tudo isso que a história, a tradição, a poesia tanto nos têm feito admirar, tudo isso a que se prendem tantas recordações, umas de grandeza humana, outras de bondade e majestade divina, o viajante brasileiro visitou. De volta ao Egito, à cidade de Alexandre, o Cairo, todas as maravilhas da terra dos faraós e dos Ptolomeus, pôde-as ele admirar. Atravessa o istmo de Suez em estrada de ferro, chega ao mar Vermelho, e pode ver o lugar em que Moisés com os descendentes de Jacó atravessou esse mar, aberto miraculosamente na sua presença.

De Alexandria a Malta, daí a Grécia. O Pireu, Atenas, Salamina, Maratona.

Daí vai às ilhas Jônias, e em Corfu reconhece a reação do povo contra a opressora proteção inglesa.

Não se esquece da bela Sicília. Daí a Nápoles: na sua primeira viagem a essa cidade o Vesúvio estava coberto de neve, agora o acha vomitando fogo.

Nenhum brasileiro viu mais terras, sentiu pois mais fortes e mais variadas impressões do que o Sr. Rego Barros. De tudo quanto viu

achamos notícia em livros de viajantes, de políticos, de historiadores, de poetas; são porém todos eles estrangeiros.

As impressões de um brasileiro, de um filho de nossa América meridional devem ser curiosíssimas, sendo tão diversos os pontos de partida e os termos de comparação.

Para terminar a sua vida de viajante havia o Sr. Rego Barros assentado visitar no fim da sessão de 1859 algumas províncias do Brasil, ver a famosa catarata de Paulo Afonso, compará-la com a tão gabada do Niágara. Mas, nos fins da sessão, uma mudança ministerial o obriga a tomar conta dessa pasta da Guerra que tantas vezes havia rejeitado. Às exigências da política cede a sua resolução: hoje S. Ex^a é ministro, e assim ao cabo de 21 anos prende o seu presente ao seu passado.

MIGUEL DE FRIAS E VASCONCELOS



Miguel de Frias e Vasconcelos nasceu a 15 de outubro de 1805. Filho de um militar (o tenente-coronel Joaquim de Frias Vasconcelos), seguiu a carreira de seu pai e assentou praça como cadete no 1º Regimento de Cavalaria aos 15 anos de idade. Oficial de artilharia daí a três anos, ele procurou logo ilustrar o seu espírito e seguir o curso da Escola Militar. Merecendo distinção pelos seus progressos e atividades, adiantou-se seguidamente nos postos até o de major graduado.

Estava ele encarregado da repartição do quartel-mestre general quando se deram os acontecimentos de março de 1831. Não temos de fazer neste momento uma apreciação histórica daqueles acontecimentos, nem o desfecho material de uma relução que estava feita nos espíritos. Sabe-se o procedimento sensato e verdadeiramente nacional que teve o exército naquela quadra. Só diremos que o oficial mandado em 6 de abril a São Cristóvão pelo general

Francisco de Lima ao Imperador D. Pedro I representar-lhe sobre a situação foi Miguel de Frias, e que a resposta que lhe deu o Imperador foi entregar-lhe o seu decreto de abdicação e proferir estas palavras: "Diga aos brasileiros que estimarei que sejam muito felizes".

O homem, que ouviu as últimas palavras que D. Pedro soltou como Imperador do Brasil, compreendeu desde então a fragilidade das posições elevadas e tomou consigo o compromisso de viver pelo povo e com o povo.

O que ele fez por essa idéia, se nem sempre foi justificado pela razão calma, pode-se assegurar que partiu das inspirações ardentes de seu generoso caráter.

Afrontando o perigo e a morte, ele era o primeiro que se expunha quando se tratava de combater por um princípio que lhe merecia assentimento.

Uma vez (a história o refere largamente) ele chegou a encontrar-se só: então pagou com o exílio a sua coragem; e depois, não podendo estar longe da pátria, veio submeter-se a um julgamento militar.

Na sua carreira militar Miguel de Frias foi um dos mais valentes pacificadores da revolta dos soldados estrangeiros em 1828: serviu com grande distinção no Rio Grande do Sul de 1842 a 1844, e na campanha do Estado Oriental, sob as ordens do general marquês de Caxias, que o requisitou para chefe do estado-maior.

Como homem de ciência, esteve em várias comissões, e em todas elas adquiriu um nome honroso. Foi diretor do Arsenal de Guerra, presidente da comissão de melhoramentos do material do exército e diretor das obras públicas desta corte, quer civis, quer militares.

O povo desta capital recorda-se com gratidão que os esforços de Miguel de Frias, auxiliado pela franca coadjuvação do Ministro do Império marquês de Mont'Alegre, devemos o encanamento das águas de Maracanã, que libertou-nos das grandes calamidades por que passávamos em certo período dos anos anteriores, e tornou esta cidade a mais notável do mundo a este respeito.

Também nunca cidadão algum obteve uma prova de tanta simpatia e consideração como Miguel de Frias do povo desta capital. Em 1852, procedendo-se à eleição municipal, foi ele eleito presidente da Câmara com 4.451 votos, principalmente das freguesias da cidade; e, tendo o governo anulado essa eleição, maior número de votos concorreu às urnas em favor daquele nome, que ficou de novo colocado no primeiro lugar dos vereadores.

Passou então a tomar a iniciativa em muitas medidas que até ali só pudera aconselhar ou indicar. O povo, sempre com os olhos nele, foi acompanhando e aplaudindo todos os seus passos, todo o seu empenho em dotá-lo com os melhoramentos que as forças e recursos da municipalidade permitiam.

Pode-se dizer de Miguel de Frias que foi o último homem verdadeiramente popular nesta corte. Nos derradeiros dias de sua vida, já angustiado pela moléstia e condenado pelos médicos, era ele procurado como o conselheiro e o protetor dos desvalidos.

Inteligências elevadas iam praticar com o enfermo, porque no contato com o seu nobre caráter sentiam-se mais fortes para resistir ao egoísmo que nos tem invadido.

Suas virtudes eram símplices e sem aparato; suas aspirações pessoais modestas; seu patriotismo ilimitado.

Depois de ter sido útil ao seu país, como militar e como engenheiro, mostrou que, para seu grande coração, beneficiar a sua pátria no horizonte que lhe fora circunscrito, não era bastante; votara-se também à educação da infância desvalida; entrara no horizonte da humanidade.

Zeloso pela educação dos meninos pobres, era desde muitos anos o presidente da Sociedade Amante de Instrução, que, recolhida ao silêncio da modéstia, tem feito serviços da maior utilidade. Para que essa benéfica instituição se firmasse em uma base sólida, Miguel de Frias, por esforço de probidade e economia (e esse louvor cabe também aos seus companheiros da direção), acumulou um capital de 100.000\$, que assegura o futuro das escolas da sociedade.

Esses dotes especiais que não pudera manifestar no comércio dos homens, e nas lides de sua afanosa vida de militar e engenheiro, mostrou auxiliando e empregando a maior solicitude por uma instituição dessa ordem.

Graças a ele, essa instituição prosperou tanto, que pôde assegurar asilo e educação aos que são lançados no mundo só para sentir todo o abandono e isolamento.

Fiel representante das virtudes dos belos tempos da independência, tinha todo o patriotismo dos grandes vultos que neles figuraram, e toda a honradez, toda a simplicidade de costumes que tornam o homem venerado pelas massas.

O brigadeiro Miguel de Frias mostrou que a classe militar pode ilustrar-se por mais de um título. Como militar, sua espada representava o valor; como homem de ciência, ganhou renome ao mesmo tempo o reconhecimento e elevadas simpatias do nosso público; como homem de caráter, toda a sua vida é um belo exemplo a seguir.

Foi por todos esses títulos que ele se ergueu tanto, e gravou seu nome no coração do povo.

No meio deste ele parecia um desses tributos moderados que outrora inspiravam-lhe amor e dedicação à pátria. Não se elevava senão por seu atos; se as circunstâncias o tivessem revelado mais cedo, melhor teria sido julgado; o povo compreenderia desde logo tudo que havia nele de digno e de nobre.

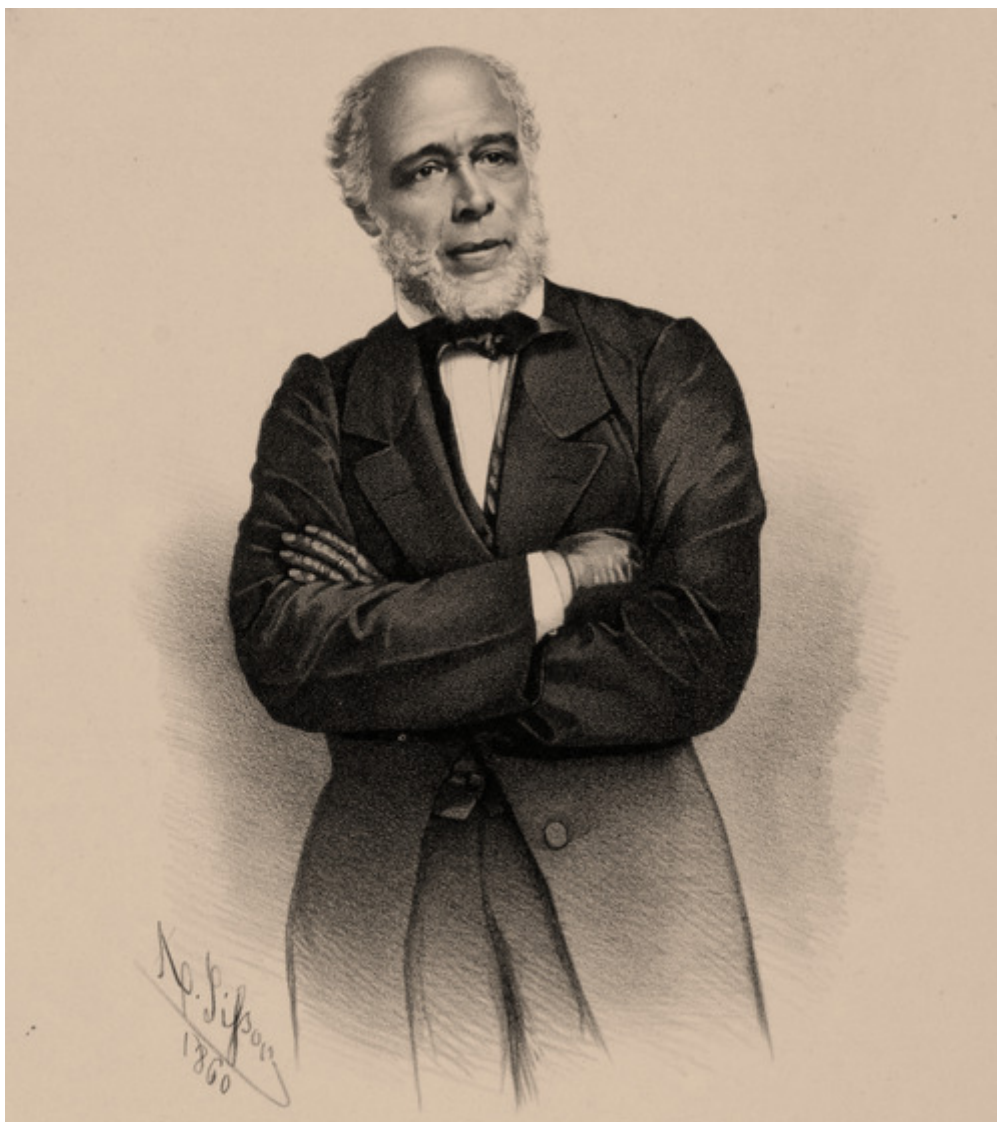
Nas lutas intestinas, na última luta com o estrangeiro, Miguel de Frias prestou relevantíssimos serviços. Tão modesto como patriota, entendia que cumprindo, ou indo mesmo além de seus deveres, nada fazia que merecesse tantos sinais de estima e distinção da parte de todos aqueles que, não pertencendo ao povo, o julgavam sem prevenção e sem inveja.

O nome de Miguel de Frias e Vasconcelos não se inscreverá ao lado dos que deixam as notabilidades políticas do nosso país; porém terá uma memória não menos duradoura: existirá na nossa história militar e na história dos melhoramentos de nossa capital; existirá sobretudo no coração do povo.

Se lhe faltassem outros títulos de recomendação à saudade dos homens de bem, bastar-lhe-ia esta singela inscrição no túmulo: "Foi o protetor da infância desvalida".

O distinto fluminense, brigadeiro Miguel de Frias e Vasconcelos, faleceu no dia 25 de maio de 1859.

VISCONDE DE JEQUITINHONHA



Escrevendo o esboço histórico de Washington disse o Sr. Guizot: "Duas coisas grandes e difíceis são de dever para o homem, e podem fazer a sua glória: suportar a desgraça, e a ela resignar-se com firmeza; crer no bem, e nele confiar com perseverança".

Nestas poucas palavras do célebre literato político eu vejo resumida toda a grande existência do homem público, cuja biografia pretendo escrever com a exatidão e a verdade que a história me impõe.

Os grandes combatentes na arena política da Europa, e dos Estados Unidos da América, não se podem comparar com os nossos, quando consideramos as dificuldades com que se luta num país em que as populações são disseminadas, os interesses desligados, e as idéias políticas mal compreendidas. A política na Europa é manobrada com todos os recursos dos governos representativos, o homem político tem só uma grande necessidade — o merecimento grande.

Orador, fala às turbas imensas e unidas por interesse e sentimentos iguais, arrasta-as e vence. Não é assim no Brasil. Não temos o hábito das grandes assembléias do povo, nem a educação política. O tempo consumido em mil distrações e na ociosidade dos povos tropicais mal chega para o arranjo dos negócios particulares. A política é um acidente neste país. É verdade que presentemente se começa uma revolução moral no espírito público no sentido de preocupá-lo com as soluções políticas, pois que nestes últimos anos ainda os mais indiferentes sofreram a sanção de seu abandono sendo comprometidos nos seus mais avultados interesses.

É preciso ter uma resignação inesgotável e uma coragem inteira para o sofrimento, se se quer sustentar o peso da nossa política, que força o homem público a discutir, e persuadir indivíduo por indivíduo, e animar a uns, e a atrair a outros. Estes trabalhos minuciosos consomem o tempo, e afadigam os espíritos ainda os mais robustos, e os distraem dos estudos.

Nos grandes povos os partidos combatem com grandes exércitos, de maneira que os ódios e os ciúmes particulares não se apresentam, ou pelo menos se não fazem sentir. Entre nós não se verificou essa identidade de crenças e sentimentos. O homem político tem muitas vezes necessidade de defender-se, e repelir as injúrias e as calúnias individuais que não interessam ao povo, de maneira que ele também se julgue ofendido. Na Europa os homens políticos defendem e repelem as injúrias e as calúnias lançadas por um partido a outro; e essas defesas e ataques são verdadeiros acontecimentos públicos.

Remonte-se o leitor ao ano de 1822 no Brasil, no teatro da guerra a mais gloriosa e a mais cruel em ódios e ressentimentos — à província da Bahia — e compreenda quanta resignação não foi mister desenvolver aquele que tinha concebido o pensamento imenso da independência.

A causa da independência do Brasil é uma das mais justas que se têm pleiteado, nós tínhamos o direito de sermos tratados como irmãos, e a metrópole pretendeu reduzir-nos de novo a colonos. Mas esta intenção reservada da metrópole não era compreendida por todos. Foi preciso pois convencer os brasileiros da Bahia do plano liberticida das Cortes portuguesas e de suas idéias infensas ao Brasil. Apareceu a imprensa habilmente manejada pelo homem, que depois se colocou à frente do movimento da independência. O publicista se fez conhecer e admirar. Entretanto não era bastante discutir, cumpria apaixonar — convocaram-se os clubes — o orador veemente apareceu e dominou.

Porém, antes que a idéia da emancipação política conquistasse decididos combatentes, e se formasse um grande partido capaz da execução, quantos perigos não correu o grande brasileiro que ousou concebê-la, pregá-la, e levá-la a combate na mais temível praça de armas portuguesas? Quantas decepções

sofridas, tentativas malogradas, quantos acasos tristes e imprevistos, sem falarmos de ciúmes e perfídias cruéis?

Tudo sofreu com a maior coragem o cidadão **Francisco Jê Acaiaba de Montezuma**.

Eis o primeiro esboço deste grande ser, que a vitória da independência e a gloriosa deportação pela dissolução da Constituinte, deu a conhecer em todo o Império, e cuja glória tem de passar à posteridade, embora víbora da inveja mais de uma vez acesa em cólera o tenha acometido. Não há baba, por mais impura, que nodoe o livro da história da liberdade do Brasil.

Nasceu na cidade da Bahia no dia 23 de março de 1794, sendo seus pais Manuel Gomes Brandão Montezuma e D. Narcisa Teresa de Jesus Barreto, ambos filhos daquela província e nela casados.

Destinou-o o seu pai para religioso da ordem seráfica dos franciscanos descalços, para a qual entrou no dia 4 de outubro de 1808.

Não tendo ainda completado 15 anos de idade, consentiu o provincial que morasse no convento da Bahia, vestido de secular, até os completar, e entrar então para o noviciado.

Sentindo-se porém com pouca vocação para a vida claustral, sete meses depois saiu do convento contra a vontade de seu pai.

Quis assentar praça no regimento de artilharia daquela província, do qual era capitão o célebre Manuel Pedro: ao que decididamente se opuseram seus pais.

Depois de ser aluno da primeira escola de medicina da Bahia, e em menos de três anos, fez os respectivos exames, foi em 1816 para a Universidade de Coimbra, onde se formou em leis, sendo premiado no 3º ano.

Tendo lugar naquele reino os sucessos de 24 de agosto de 1820, quando ainda sangravam as feridas abertas em todos os corações brasileiros pela revolução de 6 de março de 1817 em Pernambuco, concebeu o projeto da independência do Brasil, e nele mais se fortificou quando, repercutindo no Brasil aqueles sucessos de 1820, chegou a Portugal a notícia de que a Bahia se desligara do reino do Brasil para unir-se a Portugal, e dele receber imediatas ordens: notícia que por tal modo revoltou a todos os brasileiros, que nenhum deles obedeceu ao edital da Câmara Municipal de Coimbra, que ordenou três dias de luminárias; e isto praticaram espontaneamente, sem que houvesse antecipado ajuste.

Para deixar em Portugal amigos, e trazer para o Brasil um vínculo prestigioso que não parecesse obra do momento, criou logo em Coimbra uma sociedade política com o nome grego de Keporática, ou dos Jardineiros, com o fim

ostensivo de promover e sustentar a liberdade do povo português. As cores desta sociedade eram a verde e amarela, cores que ao depois, por uma mui notável coincidência, foram e são as do Brasil, o que atestaram todos que foram dela membros.

Chegando à Bahia em setembro de 1821, procurou ao vice-presidente da junta provisória de governo a quem antes de ir para Coimbra estava no hábito de prestar uma veneração sem limites pelo seu saber, e patrióticos sentimentos; e expôs-lhe com fraqueza o seu projeto, que foi por ele ardentemente reprovado, dizendo: que necessitávamos ainda de bons dez anos para nos prepararmos para tão ousado feito, e que qualquer tentativa atrasaria muito o Brasil e o passo que aliás ele e todos os brasileiros tanto desejavam dar.

Era um moço, e outro velho, não se raciocina com a alma heróica. Estas razões não o puderam convencer. Despediu-se, pedindo-lhe licença para daquele dia em diante nunca mais o visitar, e fazer ao seu governo a oposição que pudesse. A religião do patriotismo tem seus sacrifícios.

Respondeu-lhe com emoção: tentou ainda demover o jovem patriota de seu propósito; mas em vão; abraçou-o e despediram-se com sensíveis demonstrações de amizade. Nunca mais se viram senão aqui no Rio de Janeiro, visitando o vice-presidente da junta provisória ao Sr. Montezuma quando voltou do seu degredo. Bela vingança do conselheiro desobedecido!

Instalou logo a Sociedade dos Jardineiros. Existindo na Bahia uma folha com o título de Diário Constitucional, propôs ao seu editor, de nome Corte Real, depois Corte Imperial, brasileiro honrado e de grande constância e coragem, ser o seu redator, com a condição de nada publicar com referência à política, salvo escrito por ele. E concordando começou a escrever no mês de outubro seguinte.

Tratar imediatamente da grande questão, a independência, quando não havia ainda um centro comum, e nem se sabia o que queriam as outras províncias, era dar asas a que teorias opostas sobre a forma de governo aparecessem, e malograssem a gloriosa causa cujo triunfo tinha a peito.

A união portanto com o Rio de Janeiro sob o governo do príncipe regente o Sr. D. Pedro foi o alvo de todos os seus esforços, a despeito da comissão de censura que existia.

A junta provisória de governo que todos os dias pedia forças a Portugal era o principal obstáculo. A tropa brasileira, ofendida no seu patriotismo e abatida nos seus brios pela lusitana, detestava a junta.

Para melhor levar ao cabo o seu projeto reuniram-se em conselho militar no forte de São Pedro oficiais de diferentes patentes e armas, e convidaram-no para o presidir.

Compareceu, e depois de discutir-se o estado de degradação em que estava a província, e os erros da junta, propôs que, para maior liberdade de voto, dar-lhe-ia cada um dos oficiais em segredo a sua opinião quanto ao remédio com que cumpria atalhar o mal; e que manifestaria fielmente o da maioria do conselho. Assim se resolveu. Foi opinião unânime que marchasse toda a tropa brasileira para o campo da Piedade e se intimasse à junta a sua deposição, armando-se todos os cidadãos que se lhe quisessem unir. Depois tratou-se de marcar o dia, e assentou-se que fosse na madrugada do dia 3 de novembro seguinte.

Assim aconteceu; mas a inconstância, se não a traição, ou porventura ambas, detiveram em seus quartéis no prazo dado alguns dos corpos conjurados, sendo o resultado malograr-se a tentativa, ser o governo vitorioso, prender os oficiais mais denodados, embarcá-los e remetê-los para Lisboa, em cuja barra se lançou ao mar o distinto e ilustrado brigadeiro Boccaciari.

Se até então era a tropa brasileira perseguida, e perseguidos todos de cuja adesão a Portugal a junta suspeitava tomando-os por amigos da união com o Rio de Janeiro, daquele dia em diante a junta não conheceu mais limites à sua vingança.

Felizmente chegou o decreto das Cortes que regulava a eleição das juntas permanentes de governo.

A eleição teve lugar no último dia de janeiro. Os membros da junta provisória e os lusitanos esforçaram-se pela reeleição. Não o conseguiram. Foi completo o triunfo dos amigos da união, se não já da independência. Cidadãos conspícuos pelo seu saber e riqueza foram os nomeados. O medo porém era a qualidade proeminente da nova junta.

O medo a matou, e transformou, depois de horríveis sofrimentos, em aberta e forçosa revolução os desejos ainda mal traçados do patriotismo.

Côncio das boas intenções do governo, e mais porque o seu primeiro ato foi abolir a comissão de censura, não só o Diário Constitucional nunca o agrediu, senão que torneou sempre por ele, combatendo pelo seu crédito, e honra, que os lusitanos nunca cessaram de querer deslustrar; salvo quando na sustentação da causa da pátria era de todo indispensável censurar a dubiedade ou fraqueza de seu sistema político-administrativo para não enfraquecer ou desanimar os espíritos.

Todos, porém, lastimavam que a junta não se prevalecesse do grande prestígio, de que gozava, para abafar o orgulho, e estorvar a insolência dos lusitanos, elevando os ânimos abatidos dos seus concidadãos; o que era fácil, visto como

era ainda comandante das armas o brigadeiro Manuel Pedro, baiano de grande popularidade.

Em tais circunstâncias ancorou em 11 de fevereiro nas águas da Bahia o navio Danúbio, trazendo a notícia de ter sido nomeado o brigadeiro Madeira, oficial lusitano, comandante das armas da Bahia.

A entrevinda de uma tal notícia era fatal à união, e assim o entendeu o povo. Dias depois recebeu ele por outro navio a carta régia que o nomeava. E logo de si mesmo empossou-se, e oficiando ao general Manuel Pedro exigiu dos oficiais juramento de obediência.

O povo dirigiu imediatamente uma representação à Câmara municipal que tinha de insinuar a carta, segundo o disposto no regulamento dos governadores do 1º de julho de 1678.

No dia 18 foi nomeado o Sr. Montezuma por alvará da Mesa do Desembargo do Paço, vereador, e mais outros.

Reunidos, e examinada aquela carta régia, acharam: 1º, que na forma do estilo não a precedera participação à câmara respectiva, sendo regra que, sempre que el-rei queria que se desse posse independente de participação por carta régia dirigida à câmara, o declarava na mesma carta régia de nomeação como aconteceu com o conde de Palma e outros; 2º, que sendo necessária patente registrada na contadoria geral da corte, como é expresso no § 1º daquele regimento, o brigadeiro Madeira não havia feito o indicado registro; 3º, que a carta régia não se achava referendada pelo ministro de estado de repartição competente, como determinava a lei de 11 de julho de 1821. Assim que negou-se a insinuação, e comunicou-se à junta de governo. Assim o ardente patriota combatia os inimigos da independência com a lei portuguesa.

A junta, em vez de apoiar a jurídica decisão da câmara, apoderou-se de timidez, e reuniu em palácio a câmara e mais cidadãos; convidou o brigadeiro Madeira e o general Manuel Pedro. As tropas de ambos tinham tomado posições, e, quando o conselho se ocupava em discutir, batiam-se elas. Qual primeiro rompeu o fogo não foi bem verificado.

Dali seguiram-se os horrorosos atentados cometidos pelas tropas lusitanas, que foram as vencedoras, nos nefandos e sangrentos dias 18, 19 e 20 de fevereiro.

Afugentada desde então a concórdia do seio da sociedade e até das famílias, cujos membros eram uns brasileiros, e outros portugueses, a revolução estava feita; o mais era questão de tempo, que aliás corria rápido.

O Diário Constitucional, que jamais deixou de ser a sentinela da união, aproveitava todos os fatos, que a podiam servir e provocar.

Publicou a felicitação que os baianos residentes na corte dirigiram ao príncipe regente, e o ofício deste à Câmara ordenando-lhe que promovesse por todos os meios a concórdia e união das províncias e dos brasileiros.

Irritado, o general Madeira espalhou que no dia 15 de junho a Câmara ia proclamar a união com o Rio de Janeiro, e tentou prender a Câmara, e ao Sr. Montezuma principalmente. Para isto das oito para as nove horas da manhã postou soldados nas imediações da Câmara; mas esta não se reuniu, e não foi avante a ousada tentativa.

Ainda indecisos os espíritos brasileiros pelas consequências que soem seguir-se de uma revolução, bem que convencidos que era ela inevitável, olhados como estavam pelo prisma caliginoso da malevolência e ódio lusitano: para os decidir comunicou o Sr. Montezuma como certo ao distinto médico baiano José Alves do Amaral, indo visitá-lo ao lugar onde se achava escondido, que as tropas lusitanas haviam resolvido em um dos costumados clubes o reconhecimento do governo do príncipe regente, no dia de São Pedro, 29 de junho; não só porque assim se reconciliavam com o herdeiro da Coroa, e evitavam o desagrado do monarca, que nunca levaria a bem que eles ofendesse, senão que sendo inevitável, aquele sucesso convinha que dele não tivessem a glória os brasileiros, e tanto mais que só assim se poderia ainda evitar a independência total do Brasil.

E lastimando o Sr. Montezuma com energia que assim tomassem sempre os lusitanos a dianteira aos brasileiros, respondeu-lhe o Dr. Amaral que, se julgava conveniente, tinha naquele mesmo dia portador para o Recôncavo, e passava a comunicar tudo ao Bulcão (o mais rico senhor-de-engenho do distrito da vila de São Francisco, e onde estavam acoutadas grande parte das praças brasileiras desertadas da cidade) para que avisasse ao coronel Rodrigo Brandão, na Cachoeira, que proclamasse a união, visto como o referido coronel Brandão se havia comprometido como Bulcão a romper a revolução no momento por este indicado.

Assim aconteceu: e no dia 24 de junho, quando ninguém esperava, rebentou a revolução, na Cachoeira e vila de São Francisco, e dias depois na de Santo Amaro, todas limítrofes. Foi pois aquela inventada notícia o verdadeiro morrão que pôs fogo ao canhão da revolução, e fez desaparecer a indecisão que tantas vezes tem baldado gloriosos acontecimentos.

A província ainda não estava preparada para a guerra. Censuraram depois ao Sr. Montezuma, mas o Madeira também não estava. Pedia a Portugal constantemente reforços, respondia-lhe ele.

E que gênero de guerra se tinha que fazer? Que preparativos poder-se-ia realizar, de posse os lusitanos da capital? A revolução pelo contrário apurava os

ânimos e as intenções; e desde logo contava-se com o auxílio do príncipe imortal, que se havia posto à frente da causa brasileira. Todavia os tímidos não cessaram de censurar a ousadia do jovem, e ao imortal Bulcão, ao depois barão de São Francisco, cuja imensa fortuna pôs à disposição da revolução. Iguais censuras sofreu com igual resignação o general Washington na libertação dos Estados Unidos.

Isto feito, fugiu o Sr. Montezuma para o Recôncavo. O modo como o fez, os perigos que correu, a traça com que harmonizou um conselho militar que achou reunido no convento da vila de São Francisco na noite em que chegou e conciliou os dois distintos coronéis Felisberto Caldeira e Antônio Maria da Silva Torres, aquele brasileiro, este português, e não menos honrado, ilustrado, e ardentemente dedicado à causa brasileira, ambos porém profundamente rivais nos planos de defesa que sustentavam; rivalidade que mal extinta naquela época originaria grandes dificuldades e lançaria em iminente perigo a causa da revolução; e finalmente a influência que teve na organização do governo provisório; tudo isto deverá ser publicado desenvolvidamente na história biográfica do Sr. Montezuma, que breve pretendemos dar a público.

Adotado o plano de governo, foi nomeado membro pela vila da Cachoeira e igualmente felicitado pelos habitantes da de São Francisco, o que tudo se certifica com documentos existentes.

Instalado no dia 6 de setembro de 1822 com o título de conselheiro interino de governo, foi nomeado secretário, e depois membro da comissão que o mesmo governo, ou conselho, mandou ao Rio de Janeiro felicitar o príncipe regente, e expor-lhe as necessidades mais urgentes da província, atento o estado revolucionário em que estava. As instruções dadas pelo conselho aos membros da deputação constam de documentos que temos em presença.

Veio por terra até os Ilhéus, e daí por mar até o Rio de Janeiro, em uma pequena lancha pertencente ao engenho dos Ilhéus, do general Brant, dirigida por um preto. Quase perdidos antes de montar o Cabo Frio, por supor o mestre ser ali a barra do Rio de Janeiro, desembarcou na corte no dia 14 de novembro, e achou a notícia de ter sido aclamado imperador do Brasil o príncipe regente, e proclamada a independência.

Fez sem auxílio ou ajuda de custo do governo toda esta viagem!

Os portugueses espalharam logo depois da chegada que vinha fugido, e que os lusitanos haviam suplantado a revolução. S.M.I. ordenou ao Sr. Montezuma que escrevesse alguma coisa para desmentir essa falsidade e confundir tais intrigantes. Escreveu um folheto com o título de Manifesto, que foi impresso na tipografia nacional. Desgraçadamente o ilustre patriota não nos pôde dar um exemplar desse seu trabalho, dizendo-nos que quase todos os seus escritos

dessa época foram perdidos com a sua prisão e degredo depois da dissolução da Constituinte.

No dia seguinte à sua chegada foi apresentando a S.M.I. pelo ministro dos Negócios do Império, o Exm^o José Bonifácio de Andrada e Silva, de eterna memória. O que ocorreu nesta audiência privada é assunto antes de uma memória. Dignando-se S.M.I. marcar o dia da audiência pública, nela compareceu na casa da câmara municipal desta corte, e acompanhado por ela, e por muitos cidadãos, dirigiram-se ao paço da cidade, onde, rodeado de toda sua corte, houve por bem S.M.I. receber a deputação. O eloquente discurso que o Sr. Montezuma proferiu acha-se impresso no 1^o tomo das Memórias do Sr. Acióli. Aproximava-se o dia da coroação, e houve por bem S.M.I. mandar o Sr. Antônio Teles, hoje marquês de Resende, seu camarista, comunicar ao Sr. Montezuma a graça do título de barão da Cachoeira, e que por ela o felicitasse.

Depois de agradecer tão honrosa visita e felicitação, despedindo-se o sr. Antônio Teles, partiu logo para a casa do Sr. José Bonifácio. Expôs-lhe o que havia ocorrido, e pediu-lhe com a mais viva instância que fazendo-lhe a honra de pôr na presença de S.M.I. os sentimentos do seu mais profundo e reverente agradecimento, houvesse por bem revogar o despacho; pois uma tal nomeação lhe faria perder todo prestígio na província, quer para com os liberais exaltados, quer para com os monarquistas: aqueles, vendo-o elevado a uma classe que julgam repugnante ao princípio de igualdade, de que se dão por únicos defensores; estes, visto não pertencer o agraciado às famílias ricas e poderosas da província. No que não convindo S. Exa a princípio, por fim prometeu-lhe ir a S.M. Imperial.

E com efeito no dia seguinte, visitando-o para saber da resposta, S. Exa. o Sr. José Bonifácio informou-o que S.M.I. se dignara anuir ao pedido, louvando muito os patrióticos sentimentos do resignatário, mas que por isso mesmo havia graciosamente resolvido nomeá-lo dignitário da ordem que se ia criar, a do Cruzeiro. Ainda insistiu em que não tivesse lugar esta última graça, pois a revolução ainda não estava terminada. Ao que impôs-lhe S. Ex^a silêncio, dizendo que uma tal recusa faria crê-lo republicano.

É fato porém que o ter sido então nomeado dignitário causou-lhe, quando chegou à província, gravíssimos desgostos, e valeu-lhe poderosos inimigos. Todos se julgavam com direito de serem dignitários, e acreditavam que requerera para si e não para eles.

Fez-lhe a honra S.M.I. de o convidar para jantar em sua augusta mesa. Para dar uma prova de consideração à deputação da Bahia, convidou-o também para assistir a um grande exercício de toda a força existente na corte, e por ele comandada no campo de São Cristóvão.

No dia 7 de dezembro foi recebido membro da nobre ordem dos Cavaleiros de Santa Cruz, sociedade secreta criada pelo Imperador, e regida por um conselho com o nome de Apostolado, cujo chefe era S.M.I. Nessa mesma sessão, que S.M.I. presidiu em pessoa, foi nomeado caudel e encarregado da criação de uma palestra na província da Bahia, o que cumpriu, e grandes serviços fez à causa pública. O documento que temos em mão prova o que fica referido; e nele se vêem as letras iniciais do nome de S.M.I. — P.D.A. — e adiante Rômulo, que era o nome simbólico por S.M.I. adotado. Tudo escrito de seu próprio punho.

No dia 10 de dezembro partiu o Sr. Montezuma para a Bahia em uma galera francesa, que ia para Pernambuco, e levava o coronel José Joaquim de Almeida para comandante das armas.

Levou consigo uma imprensa e tipos, além de munições de guerra.

Chegando à altura dos Ilhéus e sabendo que a esquadra lusitana cruzava naquelas paragens, ambos deixaram a galera, embarcaram em botes do navio, e seguiram por terra para Cachoeira.

Ao chegar principiou a escrever um periódico com o título de Independente Constitucional. Soube então da questão agitada entre o conselho de governo e o general Labatut sobre o dinheiro por este achado no engenho dos portugueses Teixeira, que haviam fugido para a cidade alistados no partido lusitano.

Tomando conta da secretaria cuidou de conciliar o general Labatut, e para isso foi por ordem do governo conferenciar com ele no seu quartel-general. Preocupado com a idéia de ser aquele dinheiro, como disse *primi capientis*, o reputava seu.

Moderou por algum tempo um pouco a linguagem dos seus ofícios dirigidos ao conselho; entregou-lhe 120:000\$; por fim, eram tão imperiosas e mordentes as suas invectivas, tão desleais as suas queixas, tão despidas de fundamento as suas acusações, que mais pareciam inspiradas pelo ódio do que pelo amor à causa que em comum defendiam ambas as autoridades.

O governo nunca aceitou, nem recusou o conflito; mas era do seu imperioso dever expor fielmente ao governo de S.M.I. o estado real dos negócios da província; e formular perante ele suas queixas, não pelo valor delas em relação ao caráter público do mesmo governo, senão pela influência que poderiam ter no êxito da causa, e na sorte daqueles que haviam consagrado com seus atos e extremos morrer antes do que sujeitarem-se mais ao jugo lusitano.

As queixas do conselho constam dos seus ofícios dirigidos ao governo imperial, e arquivados na secretaria do Império.

Entre elas, algumas fundadas em atos praticados pelo general, e na sua indolência para com o inimigo, inteiramente afetavam o seu caráter como general, e tinha, por si, a convicção geral e profunda de todo o exército, que diariamente se desmoralizava e decimava pela inação, enfermidades, a ponto de ser opinião de toda a província que não se entraria na cidade, nem seriam expulsos os lusitanos enquanto comandasse ele o exército, convicção corroborada com o que declarava ao conselho de governo o próprio general. Descrevia-lhe o conselho o estado crítico e deplorável da província, e lhe pedia instantemente que desse pressa ao ataque geral: respondia-lhe o general que não era possível, e que melhor do que o conselho sabia ele o que cumpria fazer: convicção que fez brotar e ser bem-sucedida a sublevação do exército, que o prendeu, e deu o comando ao general José Joaquim de Lima, ao depois conselheiro de estado e barão de Magé. E na verdade poucos dias foram suficientes para que este general atacasse em toda a linha os lusitanos e entrasse na cidade, e os obrigasse a embarcar! Esta vitória assinalada, coroando de louros o exército do Recôncavo, mais confirmou no espírito da província a opinião já expressada.

A ata respectiva, assinada pelo general Labatut, pelo conselho de governo e por grande número de cidadãos na vila da Cachoeira, mostra qual foi o resultado da insultuosa ida do general à vila da Cachoeira para depor o Sr. Montezuma, e prendê-lo no dia 20 de fevereiro de 1823. Sem exageração se pode dizer que foi tal o excitamento popular que foi o agredido que salvou a vida do agressor.

Ele partiu para o seu quartel-general alta noite, e fugitivo!

Para animar o povo, e tornar bem sensível o ressentimento baiano contra os lusitanos, grande número das pessoas mais conspícuas da província e patriotas tiraram de seus nomes os apelidos portugueses, e adotaram em seu lugar nomes de árvores, rios e lugares brasileiros. Foi então que trocou o de Francisco Gomes Brandão Montezuma pelo de Francisco Jé Acaiaba de Montezuma. Jé é uma tribo de caboclos, e Acaiaba uma das árvores mais belas do interior da América, como descreve Southey na sua História do Brasil.

Levou consigo as instruções para a eleição dos deputados pela Bahia à assembléia constituinte. Esta se fez antes da expulsão dos lusitanos, sendo o Sr. Montezuma um dos escolhidos com muito menor votação do que era de esperar da popularidade que gozava antes de vir para o Rio de Janeiro. Este fato deve-se atribuir à desconfiança de uns e à inveja de outros, sugeridas e motivadas pela graciosa recepção com que o honrou S.M.I. Tal é a fraqueza dos homens!

O grande apuro em que se achava a província, pela demora do ataque e boatos que corriam, obrigou o conselho a fazer partir imediatamente o Sr. Montezuma

para o Rio, antes de se terminar a eleição, com ofícios documentados, concernentes ao estado em que achava o exército.

Fez esta viagem, como a primeira, inteiramente à sua custa, por Minas, subindo ao Rio Pardo, daí ao Tejuco, vila do Príncipe, Cocais, Mariana, Ouro Preto, Queluz, Barbacena, até o Rio de Janeiro, onde chegou em fins de junho de 1823, gastando na viagem setenta e cinco dias. Falhou poucos dias, e em mui poucos andou menos de dez léguas!

Foi logo beijar a mão a S.M.I., que se achava enfermo de uma queda que dera.

O que ocorreu nesta primeira visita que teve a honra de fazer a S.M.I. é mais próprio de uma memória, e por isso se omite, sendo suficiente mencionar: 1º, que tendo assentado praça em um dos corpos que se organizaram na Cachoeira, e fazendo serviço sempre que lho permitiam os trabalhos do conselho, foi de farda beijar a mão a S.M.I., e depois pediu-lhe que lhe fizesse a graça de mandar dar-lhe baixa. Ao que respondeu muito benignamente que não, e que, pelo contrário se, por ser o Sr. Montezuma formado em leis, não queria servir nos corpos de linha, dar-lhe-ia um posto nas milícias. Ainda pediu-lhe licença para instar pela sua baixa: respondeu-lhe o mesmo rindo-se. De sorte que é de crer que o Sr. Montezuma ainda tem praça; 2º, que recebendo, ao chegar aqui no Rio de Janeiro, ofício da junta do governo, de que era ainda membro, no qual lhe comunicava ter recebido do governo do Imperador ordem para o enviar para a corte, e que achando-se nela se apresentasse imediatamente ao mesmo governo; ao visitar S.M.I. e achando-se presentes dois ministros da Coroa deu parte a S.M.I. da ordem que havia recebido, e conformemente a ela pediu a S.M.I. que lhe indicasse a prisão onde se devera recolher! S.M.I. declarou maravilhado ignorar tal ordem e interrogou os ministros presentes a este respeito, e declarando eles que também não tinham dela conhecimento, dirigiu-lhe então S.M.I. expressões mui benévolas e graciosas, dizendo-lhe por fim que fosse tranquilo para casa. Ainda hoje é de crer que fosse apócrifa aquela ordem. Não declaramos os nomes dos ministros presentes para evitar juízos temerários.

Tomou assento na assembléia constituinte, no dia 21 de julho de 1823, e só fez oposição ao Ministro da Guerra, motor principal, no nosso conceito, da perigosa e fatal reação manifestada nos atos do Governo.

Opôs-se, é verdade, ao título de Marquês do Maranhão dado a Lorde Cochrane; não porque ele o desmerecesse, mas sim porque julgava inoportuna e inconstitucional tal nomeação enquanto se não promulgasse a Constituição que então se discutia, pertencendo a ela o declarar se haveria nobreza, e como, em que consistiria. O que se praticava em Portugal não podia dizer-se vigente no Brasil depois de sua independência, visto como tratávamos de nos constituir. E assim o entendeu depois a assembléia constituinte, promulgando a Lei de 20 de outubro de 1823; porquanto, se para terem vigor entre nós as ordenações, leis,

regimentos, alvarás, decretos e resoluções promulgados pelos reis de Portugal, e pelos quais o Brasil se governara até o dia 25 de abril de 1821, em que o senhor Rei D. João VI foi para Portugal, foi mister um artigo do Poder Legislativo constituinte brasileiro; pela mesma razão e fundamento, se não maior, à nomeação dos titulares devesse preceder uma lei que ou autorizasse o que tinha lugar na monarquia portuguesa, da qual se havia separado o Brasil, ou criasse uma nobreza nova com atribuições políticas ou sem elas.

Estes argumentos e princípios constam dos dois discursos que sobre este assunto proferiu; e julgando-se insultado nesta ocasião por um distinto orador, o Sr. Pedro José da Costa Barros terminou o seu segundo discurso, dizendo que pelo que respeitava às expressões ofensivas do ilustre preopinante (era assim que se dirigiam reciprocamente então os oradores), ele lhe daria a necessária satisfação em lugar competente. Nessa mesma noite, o tenente-coronel Antônio Martins, que ainda vive, e mora nesta corte, filho da Bahia, hoje reformado, teve a bondade de se encarregar do cartel para o dito seu colega, o qual deu tão judiciosa e plena satisfação por escrito, que nada daí resultou, sendo para notar que, no mesmo dia em que esperava resposta do dito seu colega, esperava também a do mal agourado pedido que havia feito da mão da virtuosa Sra. D. Mariana Angélica de Toledo Marcondes, com quem casou no dia 7 de outubro de 1823.

O que se passou entre ele e o seu colega, o bispo diocesano, que o honrava com a sua amizade, quando lhe foi pedir dispensa dos pregões, pertence a uma memória, e por isso também se omitirá nesta ocasião.

Antes que fosse nomeado Ministro da Justiça, o desembargador do paço, Clemente Ferreira França, comunicou-se-lhe que S.M.I. havia por bem nomeá-lo corregedor do cível, em atenção aos serviços por ele prestados até então. Imediatamente procurou a S. Ex^ª e disse-lhe ingenuamente que não tinha habilidade para ser juiz, pois ser-lhe-ia de grande dificuldade presenciar impassível uma parte cavilosa quando a lei lhe não dava o meio eficaz de pôr termos à cavilação. Respondeu-lhe que fosse dizer isso mesmo ao Imperador. Foi, disse-lhe, riu-se muito S.M.I., e a nomeação não teve lugar.

A assembléa constituinte foi dissolvida no dia 12 de novembro do mesmo ano. Foi um dos deputados presos ao sair pela única porta que as tropas que cercavam a assembléa deixaram aberta do lado do paço da cidade. No meio de uma escolta, iam com seus companheiros de exílio, a pé, tomando o lado do paço e Rua Direita para o arsenal da marinha, quando uma ordem expedida do paço, onde se achava S.M.I., os fez retrogradar. Embarcaram em um escaler, que os dirigiu ao dito arsenal de marinha, donde foram levados à fortaleza da Laje, e chegaram às 11 horas da noite. Encarcerado e incomunicável em uma das abóbas subterrâneas da fortaleza, cuja imundície de todas as espécies

seria impossível descrever, aí começou o martírio particular a que o condenara uma política meticulosa, se não retrógrada, ou ambas as coisas.

O que ocorrera na assembléia enquanto esteve em sessão permanente e no dia da dissolução; o que teve lugar quando chegaram os exilados alta noite à fortaleza, e nos dias que lá estiveram até embarcarem no dia 20 de novembro no transporte Lucônia com destino ao Havre, para onde lhes deram passaportes; e o que ocorreu na viagem até Vigo, e daí até a França, tudo isto julgamos assunto antes de uma memória, com exceção apenas dos seguintes fatos:

1) Foram os exilados generosa e humanamente tratados pelo comandante da fortaleza da Laje, o qual do rigor que se lhe ordenara só executou o que era absolutamente indispensável para livrar-se do risco que corria em uma total relaxação das ordens do Governo.

2) Logo depois da saída em mar grosso, disse o comandante da Lucônia ao imediato, segundo este referiu ao Deputado José Joaquim da Rocha, que a viagem para o Havre era mui perigosa, pois que iam chegar ao canal na força do inverno; que seria melhor arribar a Lisboa, ou alguma das ilhas dos Açores; ao que respondera o imediato que, proibindo as instruções arribar aos portos do Brasil ou de Portugal, não poderia jamais anuir à arribada proposta. Então indicou o comandante o porto de Vigo em caso de necessidade.

3) Quando o comandante se julgou na altura dos Açores, ordenou ao seu imediato que à noite se pusesse à capa, porque temia um baixio naquelas alturas. Sabendo, porém, o imediato que tal baixa não existia, e que o fim daquela ordem era ver se aparecia por ali algum vaso de guerra português, dos que costumavam cruzar naquela paragem, que os apressasse; quando entrava de quarto fazia navegar o navio com pouco pano, mas em rumo oposto, pondo-o inteiramente à capa quando tinha de entregar o quarto.

4) Na altura do golfo da Biscaia, próximo a Bordéus, caiu um temporal no dia 30 de janeiro, que causou sérias avarias. O comandante arribou a Vigo, em vez de o fazer para os portos da França, gastando para chegar a Vigo 13 dias.

5) Logo que deram fundo na baía de Vigo, vieram a bordo em uma barqueta o capitão do porto e outro sujeito; este, logo que se aproximou do navio, perguntou se não era a charrua Lucônia, como se a esperasse. Depois soubemos que aquele sujeito era o cônsul português Mendes.

6) Falecendo no dia em que fundearam o cirurgião do navio, prevaleceu-se desta circunstância o governo de Vigo para os pôr em quarentena rigorosa de quarenta dias, a despeito de saber que o cirurgião morreria de excesso de bebidas alcoólicas.

7) Na tarde do dia 28 de fevereiro, entraram pela barra a corveta Lealdade e um brigue de guerra português, e fundearam detrás das ilhas que ficam à entrada. O comandante foi à terra e solicitou a entrega dos proscritos, ao que, não anuindo o governador Eguia, saíram e cruzaram fora mandando oficiais pela baía de Mariú, por terra, a Vigo indagar o que se dizia, ou se pretendia fazer a respeito dos patriotas exilados.

8) Findos os quarenta dias de quarentena, e não desimpedido o navio, os deportados Martim Francisco e padre Belchior desembarcaram e, apresentando-se ao governador Eguia, instaram para que o navio fosse posto à livre prática. Respondeu o governador que, havendo reclamações do governo português, pendia a sua solução do governo supremo; e voltaram aqueles deportados para bordo escoltados pelo capitão do porto e outro oficial, os quais reti-rando-se de bordo levaram consigo o escaler e a lancha do navio, e no dia seguinte mandou o governador tirar-lhe o leme, e ficaram desde então prisioneiros a bordo.

9) Pelo intermédio do Sr. Lapeyre, vice-cônsul de França em Vigo, e do Sr. Lagoanere, cônsul-geral na Corunha, levaram ao governo espanhol uma representação contra as violências que sofriam, mostrando que o artigo do Tratado de Utrecht que permitia a extradição não se podia considerar em vigor depois de declarada a guerra entre Portugal e a Espanha, não tendo depois de feita a paz renovado as duas nações aquela estipulação. O marquês de Talaru, embaixador francês então junto a S.M.C., apoiou a representação perante o Conde d'Ofália, ministro dos Negócios Estrangeiros na Espanha.

10) Devemos aos bons e generosos ofícios daquele distinto diplomata uma ordem para poderem sair de Vigo em navio neutro, sendo-lhes absolutamente impossível executar sem risco esta ordem, visto que, desacoroçado o governo português da extradição que pretendia, mandou pela fragata Lealdade e um brigue cruzar na barra de Vigo! Representaram de novo, e se lhes mandou a permissão de irem por terra atravessando a Espanha escoteiros.

11) Estiveram em Vigo incomunicáveis desde 12 de fevereiro em que ali chegaram até 30 de abril, em que se permitiu aos deportados o conselheiro José Bonifácio de Andrada e a seu irmão Martim Francisco, por doentes, o irem para terra. Aproveitou-se o Sr. Montezuma dessa permissão, e foi com eles.

12) O comandante do referido transporte Lucônia, na véspera da sua partida era o oficial de marinha Antônio dos Santos Cruz, nascido no Brasil. Foi demitido, e nomeado em seu lugar o português Joaquim Estanislau Barbosa, capitão-tenente honorário da marinha de Goa: posto que se lhe fez efetivo posto na armada quando regressou a esta corte.

13) Se não todos, mais de duas terças partes da tripulação da Lucônia, que se compunha de 99 praças, haviam sido marinheiros aprisionados na Bahia, não só da esquadra lusitana comandada por João Félix, como de outras presas.

14) Estando os deportados em Vigo, e com a fragata Lealdade quase no lado, sublevaram-se os marinheiros, armaram-se de achas de lenha e garrafas cheias de água, pretextando haver deles o pagamento de suas soldadas; tudo porém fazia crer que o fim era prendê-los; e querendo o comandante, ou antes o seu imediato, defendê-los, foi à praça de armas, e só achou seis espingardas e essas completamente inutilizadas. Defenderam-se com o escuro da noite, e com as armas que cada um tinha levado! Até que implorando socorro da força espanhola, que vigiava o navio, esta deu parte ao governador de Vigo, o general Eguia, e este nobremente ordenou que saltasse tropa dentro dele e sufocasse a rebelião.

15) No dia seguinte instaram, e mais os oficiais, para que se procedesse a uma devassa. Por ela conheceu-se que o fim era entregar os deportados à fragata Lealdade. Os cabeças foram presos; mas o comandante os mandou para terra, e o cônsul português os recebeu, e nunca constou que houvesse punição!

16) A incerteza em que estavam do êxito da representação, contando apenas com a promessa dos bons ofícios do cônsul francês Lapeyre, sem um procurador em Madri que os escudasse com o seu zelo e dedicada solícitude, ao passo que apuravam o horror da situação dos deportados, de um lado o estado anárquico em que se achava a Espanha, e de outro os sucessos de Vila Franca, cujas consequências difícil lhes era calcular, ainda que revogadas fossem; feito assim o juízo de todos em mil voltas, arrastou-se o Sr. Montezuma a oferecer-se para ir disfarçado a Madri solicitar o deferimento da representação. Para fugir de bordo resolveu-se: 1º, que o faria em noite de chuva ou cerração, e meia hora antes da mudança dos guardas da noite, cujos barcos se aproximavam mais do navio do que os que o guardavam de dia; 2º, que nessa noite iriam jogar com o comandante os deportados José Bonifácio, Antônio Carlos e Martim Francisco, a fim de o entreterem. Despedido de sua mulher e acompanhado do deportado o padre Belchior, falecido vigário de Pitangui, em Minas, dirigiu-se o Sr. Montezuma às janelas da popa, único lugar onde era possível lançar-se ao mar. No ponto em que ia fazê-lo chegaram as barcas, e tão próximas, que com muita dificuldade pôde encobrir-se delas. Dias depois atiraram sobre dois marinheiros que fugiam a nado!

Igualmente omitiremos, como mais própria de uma memória, os meios que empregou o Sr. Montezuma para conseguir, depois de chegar à Corunha, e ter deixado em Vigo sua graciosa mulher, o vir buscá-la; o que ocorreu com um mal sim mandado vigiá-lo pelo governo durante essa arriscada jornada; o que teve lugar em Santander, com ordem de prisão, que lhes foi intimada pela polícia como portugueses que não tinham passaporte com o visto do cônsul português

com *exequatur* do governo espanhol; o modo por que foi iludida esta prisão: as cenas horrorosas que se passaram em Plencia; o logro que lhes quis pregar o arrais, justo para levá-los à Socoa, primeiro porto da França, e os demais dissabores por que passaram até que chegaram a Orleans. Mas não podemos omitir o modo por que ao ilustre exilado receberam as autoridades francesas, já prevenidas pelo diplomata brasileiro, ali residente! Logo que chegou a Baiona, achando-se sua mulher ainda enferma, consequência do mau sucesso que tivera a bordo da Lucônia, pediu passaporte para o Havre, onde esperava achar cartas do Brasil e alguma ordem para receber dinheiro, visto como a pensão que se deu era paga no Rio!

Respondeu o subprefeito que ia consultar o ministro; e no fim de onze dias, pouco mais ou menos, mandou-o chamar, e disse-lhe que não podia residir nem em departamento fronteiro do mar ou de terra, nem no departamento do Rhône, nem onde existisse residência real, e que só lhe dava cinco dias para aprontar-se e partir. E que nestes termos, não podendo dar-lhe passaportes para o Havre, escolhesse residência no interior.

Espantado de tal cominação, disse o Sr. Montezuma que os seus companheiros residiam, uns em Paris e outros em Bordéus; e que por isso lhe era impossível compreender os motivos de tal exceção!

Esta ordem não foi revogada, e teve de escolher a cidade de Orleans, para onde partiu, acompanhado de sua mulher, com um passaporte, no qual, à imitação das cartas de guia dadas aos presos ou galés, ia apontando o caminho ou itinerário que havia de levar, e se ordenava às autoridades que o prendessem no caso de encontrarem desviado do referido itinerário, o que sendo o visto em Angoulême pelos passageiros com quem ia na diligência, deu motivo a manifestações exprobradoras de tal procedimento da polícia, mormente vendo-se acompanhado de uma jovem esposa, que apenas contava dezesseis anos incompletos!

Em Orleans viveu apertadamente vigiado por espiões de polícia, como consta do Livro Negro, obra oficial publicada depois da elevação ao trono da casa de Orleans em 1830; deveu a Mr. du Briche, então subprefeito daquele departamento, mil ofícios de amizade, com os quais atenuou o furor e adoçou quanto pôde o azedume da perseguição. Depois de entreter uma muito desagradável correspondência com o nosso ministro em Paris, reclamando a revogação de tais ordens, e a permissão de sair de Orleans, que se lhe havia dado por homenagem, e nada obtendo, o mesmo subprefeito tomou sobre si o permitir-lhe ir a Paris.

Entendendo que viveria ali mais comodamente em sua casa do que em hotéis, e receando sempre nova perseguição ou a sua continuação, deixou sua mulher, e escoteiro partiu!

Quatro dias foram suficientes para que o ministro brasileiro soubesse e a polícia o obrigasse a voltar a Orleans. Perdeu então toda a paciência. E daí em diante ditava a desesperação, e com o fel o mais amargo escreveu as cartas com que não cessou de mortificar o nosso ministro em Paris. Os lisonjeiros são piores que os abutres, pois que estes devoram os cadáveres, e aqueles os vivos!

Cansado, se não envergonhado por fim o governo francês, de prestar-se a ser cúmplice nos vexames e gratuita perseguição de que era vítima o patriota exilado, expediu ordem às autoridades de Orleans para que fosse levantada a homenagem. Foi então de todo para Paris.

Chegando ali um cunhado seu, pediu passaporte para a Suíça, a fim de o meter em Berne no célebre colégio de Mr. Fellenberg. Não foi possível obter passaporte, dizendo-lhe a polícia: "traga o visto do seu ministro". Este sempre lhe negava. Resignado, matriculou seu cunhado no Colégio Morin, em Fontenay-aux-Roses. Faleceu! Sofreu o Sr. Montezuma um horrível ataque de reumatismo três dias depois de sua morte.

Melhorou com os banhos sulfúricos d'Enghien, e resolveu sair de Paris, qualquer que fosse o meio. Todos os sacrifícios, exceto este, estava pronto a fazer para expiar a culpa de haver servido ao seu país e não apoiado a infame política do dia.

Dirigiu-se à polícia: deu-lhe a costumada resposta. Procurou o general Lafaiete e Mr. Benjamin Constant: contou-lhes o seu caso, e pediu-lhes que se encarregassem de um requerimento seu à Câmara dos Deputados, se não o deixassem sair de França. Isto feito foi ao prefeito da polícia, e disse-lhe: "que não queria mais continuar a ser prisioneiro em França, pois a falta do visto do seu ministro não podia obrigar o governo francês a ser carcereiro do governo brasileiro! E que tinha já o requerimento, e o ia entregar a um daqueles senhores, para ver este ponto de direito público internacional decidido".

Respondeu-lhe que voltasse no outro dia. Voltou, e disse o prefeito que podia sair de França com um passaporte à imitação dos que tiram os franceses: isto é, por meio de uma justificação perante o comissário de polícia do quartirão onde morava; e à vista dela se lhe daria passaporte, declarando-se nele que não era francês, e o motivo por que se lhe dava o passaporte daquela espécie. Assim executou-se. O conde de Tasher, par de França, seu íntimo amigo a quem comunicou isto na véspera e que morava no mesmo quartirão, rua de St-Guillaume, nº 3, paralela à de Saint-Pères, quis honrar esta justificação jurando nela, e mais o barão de Ferussac, editor do célebre Boletim Universal de Ciências. À casa de ambos foi o comissário de polícia tomar o juramento. E foi assim que partiu para a Inglaterra, onde chegou em julho de 1828.

A célebre Sociedade de Geografia de Paris, sendo presidente o Sr. Jomard, nomeou o ilustre proscrito seu membro, e mais outra Sociedade de Ciências Morais e Políticas, e de História, e a sociedade dos Antiquários do Norte (na Suécia), e o Instituto dos Advogados em Paris.

A antiga Sociedade dos Templários, sendo grão-mestre o Sr. Palaprat, havia feito por ocasião da guerra que sustentamos com as repúblicas do Prata uma proposta ao Imperador para assisti-lo com um certo número de homens na referida guerra, contanto que reconhecesse S. M. I. a sociedade publicamente no Império, e se dignasse ser o seu chefe, pois ele abdicaria.

Veio ao Rio de Janeiro trazer a proposta Mr. du Back, coronel francês. S. M. I. não aceitou, segundo aquele grão-mestre comunicou ao Sr. Montezuma na ocasião de o receber cavaleiro, cujo diploma é escrito em latim.

Na França ocupou-se sempre em estudar, como a única vingança que lhe restava, frequentou um curso de botânica no jardim deste nome, sendo professor o célebre e venerando Mr. Desfontaines, e de física médica na escola de medicina de Mr. Pelletan, e o de frenologia de Mr. Gall no Ateneu.

Não escreveu coisa alguma na França relativamente aos negócios do Brasil, à exceção de um artigo assinado pelo próprio nome, e dirigido a uma folha de Lião, que censurou nomeadamente o seu comportamento na Assembléia Constituinte em relação à opinião que sustentou sobre o título de marquês do Maranhão, e outras. Justificou-se, e o jornal pareceu ficar satisfeito, e elogiou-o.

Chegando a Londres, o passaporte que trouxe causou admiração na repartição policial ao apresentá-lo e declarar onde ia morar, o que então se fazia naquele país.

Viveu em Londres, como na França, frequentando os tribunais do júri e cíveis. Visitou Manchester, Birmingham e Liverpool: examinou suas fábricas, manufaturas e minas, com cartas de negociantes de Londres, que lhas deu o sr. Freese, atualmente diretor de um excelente colégio no Morro Queimado. Foi à Escócia e Irlanda: demorou-se principalmente em Edimburgo, Glasgow, Belfast, Dublin e no condado de Londonderry.

Depois voltou à França, e não podendo ir à Itália, em consequência do terrível inverno desse ano, passou à Bélgica, daí aos Países-Baixos: demorou-se o que pôde em Haia, Roterdã e Amsterdã.

Tendo já dois filhos nascidos em Londres; não se tendo prazo marcado para o seu degredo achou já funcionando a assembléia-geral legislativa, e não tendo um só membro dela pedido informações ao governo sobre o seu desterro, nem proposto coisa alguma que tendesse ao menos a fixar-lhe um termo; recebendo da Bahia a notícia que na eleição dos deputados à segunda legislatura era

primeiro suplente; e reunida esta, pedindo, e obtendo o Sr. Miguel Calmon, hoje marquês de Abrantes, deputado por aquela província, licença por um ano para fazer uma viagem à Europa, entendeu que era azada ocasião de partir para o Rio de Janeiro, a despeito de lhe negar legação o competente passaporte; e, por uma destas coincidências inexplicáveis na vida humana, fez-se de vela de Falmout o paquete no dia 7 de abril de 1831!

Chegou ao Rio de Janeiro com longa viagem. O magno acontecimento político daquele dia, e o caliginoso estado em que se achava esta capital o aterraram.

No dia seguinte ao de sua chegada, indicou na câmara o Sr. padre José Custódio, deputado por Minas, que fosse convidado para tomar assento em lugar do deputado o Sr. Miguel Calmon. Assim se deliberou.

No dia 31 de maio tomou assento, e mais de uma vez temos ouvido dele a sincera confissão de que não sentiu prazer em ver-se livre do desterro, na sua pátria e no meio dos representantes da nação.

O estado em que se achava o seu espírito, entrevado na escuridão de um futuro para o qual não havia concorrido e que não podia descortinar, levou-o a adotar na câmara uma posição neutral, não sendo ministerial nem opositorista.

Eis que no dia 4 de junho aparece na câmara o ministro da Fazenda com uma proposta para se suspender por cinco anos o pagamento dos juros e amortização dos empréstimos externos. A oposição que fez a tal proposta foi ardentíssima, principiando logo por propor, assim que o ministro saiu, a nomeação de uma comissão especial. O que se adotou, e foi ele um dos membros.

Desde então submeteu-se de bom ou de malgrado às difíceis e penosas condições de um deputado quase isolado dos seus colegas por suas idéias e princípios.

Nomeada a regência permanente, fez-lhe a honra o sr. regente José da Costa Carvalho, hoje marquês de Mont'Alegre, de ir à Rua das Violas, onde morava, às 7 horas da noite, convidá-lo para membro do primeiro Ministério da regência.

Depois de sincera e cordialmente agradecer-lhe a grande prova de sua confiança, expôs-lhe que tendo estado na Europa perto de oito anos, e não pertencendo por isso mesmo ao partido que dera nascimento à atualidade, não podia julgar-se habilitado para ganhar o seu conceito e confiança, sem o que impossível era contar com aquela necessária estabilidade. A conversação durou até perto de onze horas da noite, e no fim dela teve o prazer de ficar convencido que S. Ex^a o regente aceitara benevolmente a sua recusação. O modo por que se comportou nas variadas crises dessa época parlamentar consta das atas e dos jornais que publicaram os debates.

Foi seu principal intento arrancar o Governo das garras dos turbulentos e dos sicofantas, defendendo os princípios monárquico-representativos, ameaçados seriamente pelas exagerações da época anormal em que estava o país. Para o conseguir, defendeu com energia os ministros acusados e os brasileiros adotivos: declarou-se na tribuna contra os projetos de lei: 1º, que autorizava o governo a demitir e aposentar os empregados que julgasse suspeitos; 2º, que extinguiriam os títulos e ordens, até a do Cruzeiro; 3º, que propunham reformas à Constituição; 4º, que em 30 de julho de 1832 convertia a Câmara dos Deputados em assembléia nacional; e o que bania o Imperador Pedro I.

Em 5 de agosto de 1831, talvez o primeiro deputado que teve a coragem de o fazer, requereu na Câmara que se tomassem medidas legislativas contra a importação de escravos, expondo que se fazia no Brasil um grande contrabando em fraude da lei e dos tratados, prometendo até declarar os nomes dos contrabandistas da Bahia; tendo aliás na Constituinte energicamente se declarado contra o princípio de se abolir o tráfico por uma estipulação diplomática, era de opinião que o fosse por uma lei nacional, a fim de evitarmos dificuldades futuras e a vergonha de darmos este passo na carreira da civilização, como que forçados pela necessidade de termos reconhecida a nossa independência pela Inglaterra.

Convencido da urgentíssima necessidade de fomentar a nossa indústria e comércio, o que modificaria muito a agitação pública, propôs que se nomeasse uma comissão especial para oferecer à assembléia-geral um projeto de banco nacional. A câmara assim resolveu, e, sendo nomeado membro da comissão, foi oferecido o projeto, que passou; mas teve emendas no senado, as quais em assembléia-geral não foram aprovadas; e passou o projeto a ser a lei de 8 de outubro de 1833.

Da Bahia, preveniram-lhe os cidadãos influentes da época que, se votasse contra as reformas, não seria reeleito. Respondeu: que havia passado o Rubicão, e repugnava o andar de costas! Não foi reeleito, apenas obteve 36 votos em toda a província!!

Foi nessa época que a imprensa do honrado Nicolau Lobo Viana publicou um célebre folheto A liberdade das repúblicas, escrito pelo Sr. Montezuma, o qual tinha por fim pôr barreira ao predomínio das idéias federativas e norte-americanas, que então eram muito acreditadas no país. Uma publicação da Europa (em França) de grande vulto respondeu a esse folheto monarquista com seu espírito republicano. Ah! se o Sr. Montezuma fosse homem de calcular seus interesses, teria, como fizeram outros, adotado as idéias do dia; e ele, que tinha trazido da Europa o prestígio da deportação, com facilidade dominaria o país, embora depois se convertesse. Ele não é desses.

Foi usar das letras a que lhe dava o direito o título acadêmico e a sua poderosa inteligência e conhecimentos jurídicos experimentados tantas vezes. Como advogado frequentes vezes sentou-se na tribuna judiciária, e com tal êxito que todos os réus por ele defendidos saíram absolvidos.

No mês de abril de 1837 foi convidado pelo regente para ter uma conferência com S. Ex^a em casa de João Silveira Pilar. Aí, depois de lhe expor o regente miudamente o estado político do país, perguntou-lhe se, à vista do quadro que acabava de bosquejar com toda a lealdade, aceitava ele o ser seu ministro.

Tendo acusado na Câmara de 1831 o regente quando ministro da Justiça, julgou do seu dever corresponder à exímia prova de confiança que nesta ocasião lhe dava com a outra não menos sincera; e respondeu afirmativamente, pedindo-lhe porém que anuisse às seguintes cláusulas: 1^o, que S. Ex^a não iria para São Paulo por motivo de suas enfermidades, como lhe havia anunciado, antes do dia 2 de dezembro; 2^o, que o Ministério ficaria completamente livre em sua ação político-administrativa até o mês de março, época marcada por S. Ex^a para a sua volta; 3^o, que, se S. Ex^a achasse o estado político-administrativo do país a seu contento, o Ministério continuaria. S. Ex^a anuiu ao que expusera; e entrou para o Ministério o Sr. Montezuma em 16 de maio do ano dito, poucos dias depois de uma reunião em casa do regente, expressamente convocada para tratar do estado do país, atenta a oposição que se manifestava já às questões que absorviam então toda a atenção pública e constituíam a principal alavanca da oposição eram a confirmação do bispo eleito para a diocese do Rio de Janeiro e as nossas relações com Montevidéu, atenta a guerra civil que lavrava e devastava a província do Rio Grande do Sul. O patriotismo e a religião eram pois os dois pedestais ou apoios em que descansava e assentava o poderoso motor oposicionista. Logo, era mister e urgente dar uma solução pronta a estas questões. Como ministro da Justiça e dos Negócios Estrangeiros, delas se ocupou imediatamente.

Enquanto à 1^a ofereceu a monsenhor Fabrini, então delegado do papa nesta corte, um projeto de concordata, e a elevação a arcebispado da diocese do Rio de Janeiro, nomeando-se para ela um arcebispo, que seria outro que não o bispo eleito Moura, o qual seria confirmado bispo *in partibus*. O Sr. Fabrini, transbordando de verdadeira satisfação, aprovou o indicado expediente, dizendo "que era assim que se encarava a questão em grande, e não mesquinamente como o havia sido: que estava certo que S. Santidade conviria, porque deste modo não só ficavam satisfeitos os seus escrúpulos de consciência e a dignidade da Coroa imperial, como que era uma medida eminentemente útil à Igreja brasileira, visto como por este plano ficava o Império dividido em duas metrópoles, a da Bahia para o Norte e a do Rio de Janeiro para o Sul, divisão reclamada pela grande extensão do país".

Não transcrevemos aqui os artigos da concordata, por ser isso mais próprio de uma memória, e constarem eles dos respectivos documentos existentes na Secretaria dos Negócios Estrangeiros.

Enquanto à 2ª, escreveu logo ao general Manuel Oribe, Presidente da República Oriental, de quem era amigo, sobre o assunto; e aquele general, acedendo da melhor vontade, respondeu-lhe: que, em prova da consideração e confiança que lhe merecia o atual Ministério, ia com prontidão fazer partir um encarregado de negócios para esta corte. E na verdade aqui chegou pouco tempo depois o Sr. Villademoros naquele caráter.

A enfermidade, porém, do regente aumentava diariamente, e resolveu dar a sua demissão. o que ocorreu antes dela, e depois, é mais próprio de uma memória.

Esteve portanto o Sr. Montezuma quatro meses no Ministério; dentro deles era impossível terminar o que havia encetado.

Em 1837 foi nomeado deputado pela Bahia, e tendo lugar a maioria do Imperador em 1840, para a qual votou, e pugnou como necessária, não só pelas circunstâncias em que se achava o país, como porque não era conveniente, sem ter ela lugar, cuidar do casamento das princesas suas augustas irmãs, nomeou-o o Ministério da Maioridade enviado extraordinário e ministro plenipotenciário junto ao governo britânico, e deu-lhe a carta de conselho. Exerceu aquele lugar até 24 de agosto de 1841, tendo tomado posse dele a 5 de dezembro do ano anterior.

Fez ali um importantíssimo serviço, e foi o de providenciar o pagamento em abril do juro da dívida pública externa, não concorrendo para isso a agência do Brasil, e sem que o tesouro público sofresse os prejuízos que de uma tal situação soem seguir-se.

Chegando de volta ao Brasil, continuou a advogar. Foi membro da assembleia provincial do Rio de Janeiro durante duas legislaturas, e teve a honra de ser seu presidente.

Criou o Instituto dos Advogados e o presidiu desde sua instalação em 7 de agosto de 1843 até que, sendo em 14 de setembro de 1850 nomeado conselheiro de estado extraordinário, deu a sua demissão, por julgar este lugar incompatível com o exercício da profissão de advogado, segundo expôs em um discurso que proferiu em sessão pública e solene, na qual o mesmo Instituto, aceitando com pesar a demissão do seu sócio fundador, o nomeou seu presidente honorário.

A Associação dos Advogados de Lisboa, memorando os serviços por ele prestados à ordem em geral dos advogados, nomeou-o membro correspondente.

É um dos mais antigos membros das sociedades literárias do Rio de Janeiro, Auxiliadora da Indústria Nacional, de Estatística, e da de 2 de Julho da Bahia, do Instituto Histórico e Geográfico, e membro honorário da Academia de Belas-Artes.

Três vezes foi apresentado à Coroa em lista tríplice para senador: duas pela Bahia e uma pelo Rio de Janeiro. Por carta imperial do 1º de maio de 1851 foi nomeado senador. O grau de ardente entusiasmo com que lhe deram os seus votos quase unânimes, os seus concidadãos de todos os partidos, consta das folhas da época da cidade da Bahia, onde se acharão descritas e transcritas as festas e felicitações das câmaras municipais e dos povos dos lugares por onde passou.

Em 2 de dezembro de 1854, havendo por bem S. M. I. agraciar com um título a cada um dos seus conselheiros de estado, foi nomeado visconde de Jequitinhonha, com grandeza.

Teve sempre a maior simpatia pela armada nacional, e desejando ter oficiais hábeis de marinha na sua família pediu ao governo para solicitar da Grã-Bretanha a permissão de entrarem para a armada inglesa dois filhos seus, um de nome Artur Leão Marcondes de Montezuma, e outro Leônidas Marcondes de Montezuma, na qualidade de aspirantes. O governo britânico consentiu. Deus, porém, malogrou a vontade do homem. O primeiro faleceu no naufrágio do brigue a vapor inglês Avenger. O segundo, depois de estudar ali sete anos, fazer seus exames, ser aprovado com grande louvor, foi uma das vítimas de uma epidemia que apareceu a bordo, e por fim ficou cego. Referimos isto unicamente para explicar a razão por que é o Sr. Montezuma comendador da ordem portuguesa de Nossa Senhora de Vila Viçosa, e vem a ser: o primeiro de seus filhos achou-se a bordo da fragata inglesa, que foi ao Porto em defesa do governo português contra os rebeldes, cujo chefe era o conde das Antas. Ali prestou serviços que mereceram a atenção do governo português, o qual, em correspondência com o nosso ministro em Lisboa, declarou que oferecia ao pai a prova de consideração que devia ao filho falecido. Que maior glória pode alcançar um pai neste mundo do que a de ser galardoado por uma nação estrangeira, como para convencê-lo e à sociedade em que vive das virtudes e do merecimento do filho! Só uma homenagem tal e tão solene poderia dar ao quadro das tristezas do pai um belo claro. Dizem os moralistas que o amor desce do pai para o filho; entendemos porém que as honras deviam subir do filho para o pai.

Por decreto de 20 de agosto de 1859 foi nomeado conselheiro de estado ordinário, e tomou cadeira na seção da Fazenda.

O visconde de Jequitinhonha conta 66 anos de idade, e apesar das grandes provações por que tem passado, correndo todos os perigos das crises as mais

extraordinárias do país, nas quais figurou principalmente; apesar dos profundos golpes que seu coração de pai e de esposo tem suportado, perdendo um filho no fundo do mar, vítima de horrível naufrágio, e recordando-se todos os dias da desgraça daquele para quem a luz não existe, apesar da luta de gigante que teve necessidade de sustentar contra seus adversários políticos, em que mais de uma vez foi acometido pelas costas e nas trevas; apesar de seus porfiados combates oratórios, ainda tem esta robustez de espírito e generosidade do coração, que fazem invejar os mais novéis. Dotado de memória pronta, de argumentação lógica sem asperidade, de palavra ativa e dominadora; preparado para todas as questões, pois sem quebra do merecimento alheio se pode dizer que é a mais vasta inteligência que orna o Senado brasileiro: — razão clara, força de vontade capaz de conceber e de executar, e com um nome ilustre, porque está escrito nos livros das vitórias da liberdade brasileira; parece que a Providência, conservando-lhe a vida, depois de haver chamado aos destinos de além-túmulo a maior parte de seus companheiros da independência, o reserva para novas, se não mais gloriosas épocas.

A paixão da política, como uma chama ardente, se apoderou da sua alma desde a tenra mocidade de acadêmico em Coimbra, e ainda não conseguiu consumir esta natureza secular. Desde 1822 que ele sofre as consequências de uma política versátil e exclusivista, e se um ou outro dia se anunciarão belas auroras, durarão pouco tempo, e se transformarão em noites negras.

Sem riquezas materiais, foi de mister multiplicar esforços e sacrifícios, para sair triunfante dos odientos combates de uma política estreita e mesquinha. Quantas vezes os príncipes do dinheiro o esperaram no desfiladeiro da necessidade para o seduzir, e depois atraí-lo; quantas vezes o quiseram vexar alardeando compromissos, que o trabalho honesto e assíduo solveu real por real, sem que o caráter perdesse nem sequer as feições de sua independência elevada até o heroísmo.

Luta antiga tem sido esta entre os príncipes do ouro, e os do entendimento, que a ganância de uns e o espírito de submissão de outros tem de perpetuar.

O visconde de Jequitinhonha é uma inteligência forte, cheia de recursos, e uma atividade que se não gasta. No meio das mais desencadeadas procelas políticas — advogava extensamente — falava quase toda a sessão da Câmara dos Deputados — escrevia para a imprensa, assistia aos clubes, sustentava uma correspondência imensa — e estudava. O trabalho e a economia constituíram-no inteiramente independente.

Como todos os grandes oradores, suas orações fizeram vítimas, que nunca lhe perdoarão o martírio, pelo que incorreu em excomunhões maiores, e o baniram do parlamento de 1840 até 1850, afora os oito anos de desterro!

Dentro dos acanhados limites de uma biografia não é possível comemorar todos os grandes triunfos deste célebre orador brasileiro, que começou seus combates na larga e gloriosa arena da Constituinte, que os sustentou nas tormentosas discussões do período regencial, e os tem renovado no Segundo Reinado. Há discursos seus, que são verdadeiros acontecimentos políticos.

Como advogado criminal patrocinou as mais belas causas que se têm julgado no país. Defendeu José Bonifácio de Andrada, o patriarca da Independência. Esta brilhante oração perdeu-se; entretanto tal foi a impressão que causou no espírito público desta capital, que ainda são eloquentes e comovedores os trechos truncados que os cidadãos daqueles tempos recitam de cor, trêmulos de entusiasmo.

Advogou as causas de seus amigos políticos que se arriscaram contra os seus conselhos em revoluções armadas, e de escritores políticos ardentes, que o governo mandou responsabilizar, os quais depois de absolvidos entraram em felizes carreiras, e finalmente envergaram a farda de ministros da Coroa. Salvou do cadafalso um ilustre militar, que veio depois a prestar relevantes serviços ao município da corte e à mocidade desventurada.

Há na sua coroa de glórias um florão de preço inestimável. O Imperador, mal aconselhado, escreveu seu nome nas tábuas da proscricção; quis o destino que o próprio Imperador abdicasse o trono, e que contra ele se propusesse no parlamento a lei do banimento. O visconde de Jequitinhonha, comprometendo sua popularidade, e afrontando o poste da calúnia, opôs-se com toda a eloquência à lei de banimento que tinha de pesar sobre a fronte do imperador decaído. A generosidade é tanto mais memorável quanto ela se produziu quando a vítima da dissolução da Constituinte apenas tocava em terras da pátria depois de oito compridos anos de desterro e esquecimento. Grandes e inexplicáveis sentenças do Céu, — no dia em que o Imperador assinava no paço de S. Cristóvão o ato da abdicação, nesse mesmo dia o Visconde de Jequitinhonha embarcava em um dos portos da Inglaterra com destino ao Brasil; e quando um rei sem trono corria o mar, buscando a terra do desterro, o banido de 1823 demandava as praias da pátria, onde o esperava a tribuna do parlamento para defender o Imperador.

Com a consciência do que vale, e capaz de representar um país e uma época inteira, teve a coragem de dizer a verdade nua e crua até nos degraus do Trono. Assim falou ao ex-imperador, quando o felicitou pelo triunfo da causa da Independência, sobressaindo estas vigorosas palavras: "Nem nos perturbará a demagógica ambição, instabilidade das repúblicas, nem nos definhará a tirania e prepotência das monarquias absolutas. Uma prudente e bem equilibrada divisão dos poderes públicos, guardada a inviolabilidade e mais direitos próprios da majestade, e defendido o sacrossanto do cidadão, constituirá para sempre a prosperidade, grandeza e segurança do rico Império do Brasil."

Era esta a genuína vontade de todo o império, e o visconde de Jequitinhonha não trepidou em exibi-la nos paços imperiais.

Este discurso eloquente, além de ser um rasgo de independência do cidadão que sabe ser livre, é um largo programa político, que ainda hoje pudera ser a bandeira de um grande partido político.

Como todos os notáveis oradores, o visconde de Jequitinhonha deve ser ouvido para ser devidamente apreciado. O discurso lido perde a maior parte de seu valor. Uma fronte larga, digna sede de um entendimento ilustrado, olhos vivazes, e que parecem perscrutar mistérios, gesto nobre, rosto expressivo, uma presença imponente, voz com todas as cadências, ele figura ao vivo todos os grandes sentimentos, e sobre as suas palavras as idéias tomam corpo e tudo se anima. Convence a uns, castiga a outros, e debela os adversários com todos os recursos das assembléias, principalmente com a estratégia parlamentar em que é invencível. Quem teve a fortuna de o ouvir no período tormentoso da regência afirma que o estadista tem apagado os clarões do orador. Entretanto ainda se pode considerar esta palavra eloquente como um poder que se teme quando ataca, e que se ama quando defende.

Os seus contrários têm-no averbado de versátil, olhando a sua vida política pelo prisma dos partidos, sem se recordarem que o homem da independência tomou perante sua consciência e a posteridade o compromisso de ser cidadão antes que correligionário. Aquele que arriscou sua vida pela liberdade de um país, que assistiu, e tomou parte ativa e gloriosa na sua formação, assumiu deveres paternais, que não pode nem deve sacrificar aos interesses especiais de partidos, que lutam, e desobedecem a seus conselhos. O visconde de Jequitinhonha tem um pensamento único, e fixo, mas não acompanha um partido em todas as suas transformações, ou em suas crises apaixonadas. Os seus princípios de 1822 conserva-os com o entusiasmo de um crente convicto.

Ele, e Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, que Deus chamou à sua glória, são os dois homens públicos da nossa pátria, que mais sofreram pela liberdade brasileira. A mais estreita amizade os uniu durante a vida; e, como duas águias, sempre que a tempestade se anunciou voaram do ninho do repouso, e afrontaram-na no meio do espaço.

A posteridade os julgará com justiça, o que não consente o ciúme dos contemporâneos, e os sofrimentos durante a vida serão compensados pelas honras póstumas prestadas com sublime espontaneidade pela geração que há de vir.

JOÃO PAULO DOS SANTOS BARRETO



O Marechal do Exército **João Paulo dos Santos Barreto** nasceu no Rio de Janeiro, em 28 de abril de 1788. Aos 19 anos de idade assentou praça no regimento de artilharia da corte, e encetou essa carreira brilhante, rápida e tão cheia de serviços notáveis, que hoje o tornam um dos vultos mais proeminentes e mais veneráveis do Exército brasileiro. Seu talento e serviços o fizeram percorrer com rapidez todos os postos da carreira a que se dedicara, sendo que desde o posto de sargento, que ocupou dois dias depois de assentar praça, até o de 1º tenente, foi sempre promovido por exame de oposição, como então se usava; aos 30 era capitão do corpo de engenheiros; aos 33 major; aos 35 tenente-coronel; aos 38 coronel do estado-maior.

Desde o começo de sua carreira, exerceu cargos os mais honrosos e de mui várias naturezas, e desempenhou comissões da mais subida importância.

Apenas voltava em 1818 dessa expedição, que fora a Pernambuco debelar uma tentativa de emancipação precoce e imprudente, era logo nomeado por decreto de 6 de fevereiro do mesmo ano lente substituto da Academia Militar; logo depois, em 1819, toma parte em uma importante comissão, confiada ao general Stokler, com o fim de estudar um sistema de fortificações marítimas e terrestres para a província do Rio de Janeiro; em 1821 é mandado à ilha Terceira para examinar de perto e reformar os estudos matemáticos e militares da escola daquela ilha; daí é mandado a Lisboa em diligência, donde depois parte para a França incumbido de fazer estudos práticos de engenharia e hidráulica. Assim os mais belos anos do jovem oficial foram consagrados todos ao serviço público.

Chegou a época da independência; e Santos Barreto voltou para a terra natal onde seu mérito, em um país que apenas começava a organizar-se, não podia deixar de ser aproveitado. Pedro I, que acabava de proclamar a emancipação política do Brasil, e que procurava rodear-se de todos os homens de mérito e distinção, chamou para junto de si o jovem e ilustrado oficial, e o fez secretário de seu conselho militar privado por poder militar na qualidade de comandante das armas. Santos Barreto estava na primeira plana por sua ilustração e serviços, e pois não podia deixar de ser aproveitado. Posto que a época fosse reacionária e de irritação de espírito, o caráter moderado e brando, a ilustração e o prestígio do nome de Santos Barreto foram bastantes para garantir a ordem e tranquilidade da província.

Apenas largava as rédeas daquela importante presidência, por ter sido eleito deputado geral pelo Rio de Janeiro, foi convidado a tomar assento nos conselhos da Coroa em 22 de maio de 1846, como ministro da Guerra. Foi então que pôde melhor desenvolver em prol da repartição a seu cargo os recursos de sua inteligência, ilustração e consumada experiência. As páginas da coleção legislativa dessa época estão cheias de numerosas e acertadas medidas, de sábias providências e regulamentos tendentes a organizar o exército, e a regular e melhorar tudo que diz respeito ao serviço militar. Pode-se asseverar, sem receio de errar, que Santos Barreto é um dos generais que entre nós mais tem contribuído para a melhor organização do exército.

Em 1848, foi de novo chamado para a pasta da Guerra, e a ocupou por quatro meses.

Dessa data em diante, apesar de sua avançada idade, Santos Barreto não tem cessado de servir ao país em numerosas e importantes comissões que fora longo enumerar. Deixando de parte outras muitas, só faremos menção das seguintes, que nos parecem mais importantes: em 1849 presidiu a comissão encarregada de examinar o estado da fábrica de pólvora, e propor as reformas convenientes, comissão que desempenhou, e levou a seu termo de modo satisfatório. No mesmo ano foi nomeado presidente da comissão de prática de artilharia, e no ano de 1850 presidente da comissão de melhoramentos do

material do exército. A ele se deve a construção dos canhões obuses de que hoje se servem os corpos de artilharia. Em 1851, foi membro da comissão encarregada da revisão da legislação do Supremo Conselho Militar.

Em 1852 presidiu a difícil e delicada comissão de exame do arsenal de guerra da corte, e nesse mesmo ano foi encarregado de rever e corrigir as instruções elaboradas pelo general Pardal para uso dos corpos de artilharia montada.

Por decreto de 24 de outubro de 1855 foi nomeado conselheiro de estado extranumerário.

Em todas essas laboriosas comissões de que era continuamente encarregado, Santos Barreto desenvolveu zelo, inteligência e atividade e aquelas, de que não foi desviado para exercer outros cargos ou por outro qualquer motivo a todas desempenhou do modo o mais satisfatório, como aconteceu com o governo das armas da província do Pará desde 1826 até dezembro de 1830, e o comando do batalhão de oficiais voluntários.

Por isso, por duas vezes foi mandado louvar pelo Governo Imperial, e se lhe agradeceu, já a parte que teve na organização do exército, já o bom desempenho das comissões de que encarregara. Santos Barreto também foi honrado por vezes com o sufrágio popular. Foi por duas vezes deputado da assembléia provincial da província do Rio de Janeiro; em 1844 a mesma província lhe deu um assento na assembléia geral legislativa.

Poucos homens se poderão contar entre nós que possam apresentar uma tão larga soma de serviços prestados com honradez, inteligência e dedicação, como o marechal Santos Barreto. Por sua ilustração e por seus longos serviços, é um dos mais belos ornamentos do exército brasileiro. Além de ser profundamente versado nas matérias profissionais de sua especialidade, possui variada instrução em outros ramos dos conhecimentos humanos.

Conta hoje 72 anos, e 53 de não interrompidos serviços; ainda está robusto e bem disposto; conserva todo o vigor de suas faculdades; é franco, jovial e afável no trato; é notável pela amenidade de sua conversação, sempre instrutiva.

É doutor em ciências matemáticas e físicas, tem o título do conselho, é fidalgo cavaleiro, marechal do exército, conselheiro de estado e de guerra, grão-cruz da ordem de Aviz, oficial da do Cruzeiro, viador da casa imperial, lente jubilado da Academia Militar e membro de diversas sociedades científicas, nacionais e estrangeiras.

MARQUÊS DE CARAVELAS



José Joaquim Carneiro de Campos nasceu a 4 de março de 1768, na cidade de S. Salvador da província da Bahia, filho legítimo de piedosos pais, D. Custódia Maria do Sacramento, natural da mesma cidade, e de José Carneiro de Campos, natural da província do Douro e Minho em Portugal, negociante matriculado da praça da Bahia. Desde os seus primeiros anos estes o educaram com o propósito de o destinarem à vida eclesiástica, e para este fim o fizeram entrar no mosteiro de S. Bento daquela cidade, onde completou seus estudos até tomar ordens e poder ser monge beneditino; mas, não sendo essa a sua vocação, obteve de seus pais faculdade para ir ao reino de Portugal cursar as aulas de direito na Universidade de Coimbra, onde recebeu o grau de bacharel.

Completos seus estudos, voltou para Lisboa, capital do reino, e aí adquiriu a amizade do muito distinto e benemérito D. Rodrigo de Sousa Coutinho, depois conde de Linhares, amigo e protetor dos talentos e merecimentos de todos os brasileiros que iam àquele reino.

O conde de Linhares, apreciador do merecimento de José Joaquim Carneiro de Campos, o convidou para mestre de seus filhos, encargo que desempenhou com o maior esmero.

Foi nomeado para oficial da secretaria de estado da Fazenda daquele reino, lugar que serviu até a partida do Sr. D. João VI para o Brasil, para onde foi chamado pelo dito conde, e mandado servir na Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, criada no Rio de Janeiro, sede do governo português.

Vagando o lugar de oficial-maior, era tal o distinto merecimento de José Joaquim Carneiro de Campos, que foi imediatamente para ele nomeado. Os seus serviços foram sempre louvados pelo Sr. D. João VI da maneira a mais pública; porquanto o condecorou com a comenda da ordem de Cristo, com o hábito de cavaleiro de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa e com o título de conselho, tendo além disso recebido do imperador d'Áustria Francisco I a comenda da ordem da Coroa de Ferro, por haver lavrado o auto dos esponsais da virtuosa e magnânima imperatriz do Brasil a Sr^a D. Leopoldina, de saudosa memória, com S. A. R. o Sr. D. Pedro, príncipe real do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves.

Voltando S. M. el-rei D. João VI para Portugal, foi servido este augusto monarca nomeá-lo conselheiro da Fazenda, tribunal então existente na capital do Reino Unido, cargo que exerceu então até à nova ordem política que surgiu no Império.

Foi eleito pela província de seu nascimento deputado à Assembléia Constituinte convocada pelo Sr. D. Pedro I. Na tribuna parlamentar ele fez aparecer a vasta cópia de conhecimentos políticos que causaram admiração geral e o colocaram no número dos brasileiros mais doutos.

Chamado ao Ministério do império, encarregado da pasta dos Negócios Estrangeiros, desempenhou com zelo e acerto as árduas funções destes cargos, até que pediu a sua demissão antes da dissolução da Assembléia Constituinte em 11 de novembro de 1823.

Nomeado conselheiro de estado logo depois daquele ato, teve a subida honra de que o Imperador o Sr. D. Pedro I, de gloriosa memória, tendo prometido uma Constituição mais liberal do que a que se discutia na referida assembléia, dignou-se entregar-lhe um projeto da nova Constituição por ele redigido, com o qual cumpria religiosamente a sua imperial palavra; mas com a bondade que o caracterizava, pediu a José Joaquim Carneiro de Campos que aproveitasse do mesmo projeto tudo aquilo que julgasse conveniente a bem do país. Era tal o empenho que ele tinha de ver concluída esta difícil e grandiosa obra, que dirigiu-se várias vezes para aquele fim à sua casa. Existem ainda contemporâneos que podem asseverar este fato.

Tendo José Joaquim Carneiro de Campos conferenciado com os outros conselheiros de estado, trabalhou com toda a atividade e esmero durante oito dias no projeto da nova Constituição, que sendo aprovado pelo Imperador o Sr. D. Pedro I e oferecido às câmaras municipais do Brasil que o aceitaram, foi jurado em 25 de março de 1826 como a Constituição do império, que felizmente ainda subsiste, sendo a causa principal da união, tranquilidade e prosperidade do Brasil. Sábios estrangeiros a têm louvado, reputando-a como uma das melhores que existem.

Bastava este incomensurável serviço para recomendar o nome de José Joaquim Carneiro de Campos à mais remota posteridade; mas a Providência nos seus importantes desígnios o reservava para ainda torná-lo benemérito da pátria.

Sendo eleito senador pela província da Bahia, sua pátria, continuou a fazer brilhar sua vastíssima erudição nos discursos que proferiu sobre as mais graves matérias, apresentando a sua opinião com franqueza e sem contemplações humanas; visto como José Joaquim Carneiro de Campos era um daqueles que estava firme na regra de que cada um deve preencher o seu dever sem se embaraçar com o resultado. Este nobre procedimento não podia deixar de merecer todo o respeito e contemplação; e por isso, quando o Sr. D. Pedro I abdicou a coroa do Brasil em seu augusto filho, foi ele por votação especial e quase unânime da assembléia geral dos representantes da nação, nomeado membro da regência provisória. Esta nomeação foi recebida com geral aplauso, e muito contribuiu para tranquilizar os ânimos então mui agitados.

Condecorado com a insígnia de dignitário da imperial ordem do Cruzeiro pelo Sr. D. Pedro I, foi também elevado aos títulos de visconde e marquês de Caravelas. Faleceu na corte do Rio de Janeiro em 8 de setembro de 1836, de idade de 68 anos, 6 meses e 4 dias, não deixando fortuna alguma, porque, rígido observador dos deveres da honra, contentou-se com os honorários de conselheiro de estado e senador, que apenas chegavam para uma decente subsistência.

A sua afabilidade e bondade de alma lhe granjearam as simpatias de todos que tiveram a fortuna de frequentá-lo. Seus parentes e amigos prantearam com a mais acerba dor tão irreparável perda.

Pode-se-lhe bem aplicar o que disse o insigne historiador Tácito do seu sogro Agrícola: *Bonum virum facili crederes, magnum libenter.*

MARQUÊS DE LAJES



Ligado ao nome dos contemporâneos ilustres do Brasil, caminhando em iguais categorias, carregado igualmente de serviços, quer no campo da batalha, quer no gabinete da administração, quer no seio da representação nacional, se nos apresenta o marquês de Lajes.

Não é dado ao homem o poder atravessar quatro reinados e uma tempestuosa minoridade, ficar sereno, sobre as ruínas de uma administração a que pertenceu, atravessar incólume por entre as armas e as pocemas frenéticas das revoluções, e dias depois reabilitar-se nos seus altos graus da administração sem que se tenham grandes convicções e provas de haver bem-servido, e de estar perfeitamente preparado para exercer tão altos cargos.

O marquês de Lajes serviu à rainha, ao rei, ao fundador do Império, às regências em nome do imperador, e ao Sr. D. Pedro II. Nesta viagem política e militar

através de quatro monarquias e de uma menoridade de três regências e de três diferentes épocas, este nobre soldado fez sempre uma marcha progressiva, uma ascensão triunfal, como passo a enumerar com a maior brevidade. Cada ano de sua vida lhe granjeava um posto, uma maior dignidade.

João Vieira de Carvalho, que de soldado se elevou à patente de tenente-general e de cidadão a marquês, nasceu no ano de 1781 em Olivença, então pertencente a Portugal; era filho do coronel João Vieira de Carvalho e de D. Vicência da Silva Nogueira. Assentou praça de soldado em 1786, de 5 anos de idade, e, sendo reconhecido cadete, foi alferes em 1801, ajudante do 2º regimento de Olivença em 1805.

Estudou no colégio dos nobres, e foi sucessivamente premiado durante o seu curso matemático, como provam os honrosos documentos que possui a sua ilustre família.

Na invasão francesa militou na Península, mas não quis servir às armas do conquistador. Deu-se por incapaz de serviço; e, socorrido pelo marquês de Alorna, veio para o Brasil oferecer ao rei seus talentos e serviços.

No posto de sargento-mor de engenheiros fez as campanhas do Sul dos anos de 1811 a 1812 e de 1816 a 1817. Serviu debaixo das ordens do general Manuel Marques de Sousa, e dos capitães-generais D. Diogo de Sousa e marquês de Alegrete. O seu valor e perícia lhe granjearam lisonjeiras ordens do dia; e na batalha de Catalão foi tal o seu comportamento, que por distinção teve o posto de tenente-coronel: a carta régia de 26 de julho de 1817 é um documento que muito honra a sua memória.

Comportou-se sempre salientemente naqueles rigorosos invernos em que caíram dedos aos soldados, já nos trabalhos das fortificações que dirigia, já nas terríveis viagens que empreendia através do inimigo, atravessando rios caudalosos, perigosos tremedais, e passando da Lagoa Mirim ao Uruguai com uma atividade e zelo que abonam sua coragem e perícia, e que se tornam respeitáveis pelas assinaturas de tantos guerreiros ilustres.

Em 1821 foi o ilustre marquês nomeado comandante militar e diretor da colônia de Nova Friburgo, onde prestou valiosos serviços, e cujo desenvolvimento a ele é devido. Em 1823 foi nomeado fidalgo cavaleiro; em 1824 brigadeiro e oficial do Cruzeiro; em 1825 barão com grandeza; em 1826 conselheiro de estado; em 1827 marechal efetivo; em 1828 conde; em 1829 senador do Império, cuja cadeira ocupou dezoito anos completos, tendo nesse respeitável corpo colhido a honra de se assentar na eminência presidencial.

Todas as vezes que saía do ministério, recebia, apesar de sua demissão, uma nova graça do soberano. Seis vezes foi ministro, das quais, uma ministro

interino do Império a 20 de janeiro de 1826; e cinco da Guerra, em 28 de outubro de 1822, 3 de agosto de 1824, 5 de abril de 1831, 1º de novembro de 1836, e 16 de maio de 1839. Homem votado ao país, nunca se negou a servir, uma vez que lhe era ordenado em nome do soberano, cuja protetora amizade se revelava bem distintamente, não só em público, como em correspondências particulares, cujos autógrafos a família do finado marquês conserva, como provas de subido conceito e merecida estima que lhe prodigalizava o monarca o Sr. D. Pedro I.

Na feliz aclamação e sagração do nosso atual Imperador, teve o conde de Lajes a honra de servir de alferes-mor; foi por S. M. I. elevado a grão-cruz de Aviz em 18 de julho de 1841, e a marquês de Lajes em 9 de abril de 1845. Quão difícil é o atravessar este mundo com um nome isento das manchas da calúnia e dos dardos da inveja!

Felizmente para a família deste honrado servidor do estado, existem incontestáveis documentos de sua inteireza e das suas sinceras intenções. Admira a franqueza, a liberalidade e o brasileiro com que falava ao fundador do Império nos seus pareceres e consultas. De outra parte, se vêem à margem das petições e das propostas, pela própria letra do Sr. D. Pedro I, a sua vigilante proteção e justiça, e os cuidados que ele empregava para que não houvessem preterições.

O marquês de Lajes foi o fundador da escola dos menores no arsenal do exército, e dessa companhia de artífices donde têm saído tão hábeis oficiais de ofício, e tanto amparo aos filhos desvalidos.

Foi ele que reorganizou a fábrica da pólvora e a mandou para a Estrela; foi quem fez da fortaleza de S. João um asilo para os inválidos.

Todas as acusações que pesaram sobre sua memória, de haver concorrido para se intentar uma restauração do governo absoluto, caem diante dos documentos que possui sua nobre família, dos documentos que o colocam na situação mais honrosa, porque o conservam no posto constitucional que havia jurado manter.

Morreu o nobre marquês em 1º de abril de 1847, com 66 anos de idade, deixando à sua família um nome honroso e o exemplo de uma carreira gloriosa e de uma alta posição adquirida pelo trabalho e pela fidelidade.

MARQUÊS DE MARICÁ

Mariano José Pereira da Fonseca, marquês de Maricá, grã-cruz da ordem do Cruzeiro, conselheiro de estado, senador do Império, signatário da Constituição, e autor de um livro que viverá enquanto o mundo prezar as verdades que ele encerra: falo das suas Máximas e Pensamentos.

A máxima é a expressão de uma verdade singela, ou o extrato de uma grande verdade emaranhada no turbilhão dos acontecimentos. A verdade é singela quando a razão a atrai e a precipita no coração, onde ela se dilui e se identifica com o nosso instinto moral. A verdade extraída dos acontecimentos é o resultado de um problema humanitário, é uma conquista preciosa para o homem e para o estadista, mas difícil na aplicação; porque o passado quando se renova traz sempre um cortejo diferente, e circunstâncias que o modificam.

A máxima moral, aquela que é filha da verdade eterna, é um monumento que pede outro monumento em recompensa. Entre as 3.169 máximas que o marquês de Maricá tirou à luz da imprensa, se encontram algumas cujos pensamentos estão elaborados por formas diferentes, e que só pedem um coordenador; mas entre elas se acha uma grande quantidade de verdades formuladas por uma maneira original, e que encerram, além do seu mérito intrínseco, aquelas virtudes de um estilo admirável, cuja ordem e movimento nas idéias é tecida por uma cadeia mágica, que as torna pequenos monumentos de beleza e concisão.

Para compensar da minha insuficiência neste lugar, e na ocasião em que sou obrigado a falar de um brasileiro tão distinto, passarei a um índice dos principais fatos da sua vida: é um documento sagrado, é um legado público, que ele confiou alguns meses antes de sua morte: é o marquês de Maricá quem vai falar, é ele mesmo que dita as principais frases de uma vida que foi toda consagrada à pátria, e à sociedade.

"Mariano José Pereira da Fonseca, hoje marquês de Maricá, nasceu no Rio de Janeiro em 18 de maio de 1773, filho legítimo do negociante Domingos Pereira da Fonseca, natural de Portugal, e sua mulher Teresa Maria de Jesus, natural do Rio de Janeiro.

"Na idade de onze anos para doze foi mandado por seu pai para Portugal, e no ano de 1785 entrou colegial no real colégio de Mafra, onde residiu três anos, e estudou gramática latina, retórica, lógica e as duas línguas grega e francesa.

"Em outubro de 1788 entrou na Universidade de Coimbra, onde, tendo feito os exames preparatórios para o curso jurídico, não pôde ser matriculado no seu primeiro ano por falta de idade, não tendo ainda os dezesseis requeridos pelos

estatutos, o que o determinou a matricular-se no primeiro ano da faculdade de matemáticas e filosofia, e nesta tomou o grau simplesmente de bacharel, por haver morrido seu pai no ano de 1772, quando se destinava a ir estudar medicina, em Edimburgo, sendo-lhe forçoso vir ao Brasil para arrecadar a herança de seu pai.

"Chegou ao Rio de Janeiro no princípio do ano de 1794, e tinha aberto casa de negócio quando foi preso em 4 de dezembro do mesmo ano; e foi retido incomunicável por dois anos, sete meses e quinze dias, e solto por efeito de um aviso, estranhando ao vice-rei conde de Resende a sua prisão e a dos seus companheiros por tanto tempo sem sentença, e se lhe ordenou que no caso de serem criminosos fossem remetidos presos para Lisboa, com seus processos, o que não teve efeito, por serem imediatamente soltos.

"Os processos desapareceram, e consta que o conde de Resende os levou consigo.

"Lugares e empregos que ocupou o marquês de Maricá desde que entrou na vida pública em 1802, e outras lembranças.

"Deputado de agricultura da mesa da inspeção do Rio de Janeiro, nomeado por aviso da secretaria de Ultramar, deputado da junta do comércio na sua criação pela extinção da mesa da inspeção, serviu até que entrou em ministro de estado da Fazenda em 1823, em 13 de novembro; diretor-tesoureiro da real imprensa, sem ordenado, e havendo emprestado, sem prêmio, para montar a fábrica, perto de 5:000\$000. Obteve a sua demissão deste emprego por morte do conde de Linhares. Administrador-tesoureiro da fábrica da pólvora, promoveu a extração do salitre em Minas Gerais com tal eficácia, que, produzindo no primeiro ano 150 arrobas, no terceiro excedeu a 10.000 arrobas, como se pode ver da escrituração respectiva, que deve achar-se no cartório do arsenal de guerra.

"Criado o tribunal do arsenal do exército, foi nomeado deputado tesoureiro; ficando abolido o emprego de administrador-tesoureiro da fábrica da pólvora. Serviu o dito lugar por alguns anos, e pediu instantemente a demissão, que lhe foi concedida.

"Serviu de censor régio por provisão do Desembargo do Paço, por mais de dois anos, e terminou este encargo com a liberdade da imprensa em 1821.

"Serviu de deputado secretário da junta provisória em 1821, e teve ele só todo o trabalho desta criação.

"Foi nomeado ministro da Fazenda em 13 de novembro de 1823, e obteve a sua demissão em 23 de novembro de 1825.

"Foi um dos primeiros conselheiros de estado, segundo a Constituição, e um dos redatores dela. Deixou de servir este emprego pela extinção do conselho de estado em 1834, ficando com as honras e ordenados.

"Foi eleito senador do Império pelo Rio de Janeiro, e tem servido este emprego de 1826 por diante.

"Foi ouvido em diversas conferências com a assistência dos ministros de Estado no reinado do Sr. D. João VI.

"Não entrou nem foi membro de clube algum, nem pedreiro-livre: o seu clube foram: sua família e a sua livraria.

"Subiu aos maiores empregos da sua pátria sem intrigas, cabalas, partidos, nem adulações, mas somente pela proteção divina, alguma inteligência, muita probidade, e especialmente por efeito das circunstâncias.

"Casou-se a 30 de junho de 1800 com D. Maria Barbosa Rosa do Sacramento, filha legítima do capitão Julião Martins da Costa, natural de Portugal, e negociante, e de D. Maria Rita Quitéria, natural de Minas Gerais: teve dela um filho e quatro filhas.

"Faleceu sua mulher em 23 de abril de 1840, dama da imperatriz e marquesa de Maricá: foi senhora de garbo, modelo de fidelidade conjugal e amor materno, e honra do seu sexo.

"Começou a escrever as suas Máximas na idade de 60 anos, quando chegou à de 70 havia publicado e feito distribuir grátis quatro volumes delas com 3.169 artigos, monumento da sua glória literária, e que mesmo honra a literatura brasileira.

"Os bens da fortuna que possui é trigo sem joio do diabo, é produto da pingue legítima de seu pai, do seu comércio por perto de vinte anos como negociante, do favor divino, da sua economia, ordem, trabalho e inteligência. Na sua vida pública não teve outro rendimento que o de seus ordenados: a sua integridade pode ser proverbial."

O marquês de Maricá era um homem de estatura mediana, de modesta aparência, de uma fisionomia grave, e de um caráter austero; a natureza e a sociedade haviam estampado no seu aspecto fisionômico os traços característicos do pensador e do magistrado, do filósofo e do diplomata, do tribuno e do burguês. Amava a conversação, a música, e a leitura; e era difícil acompanhá-lo todas as vezes que se entranhava nas grandes abstrações filosóficas: a volubilidade das suas palavras, a agudeza do seu espírito, e o seu gênio um tanto sarcástico, o tornavam extremamente agradável. Era apaixonado pela poesia italiana, e havia decorado os melhores pedaços do

imortal Torquato. Escreveu algumas odes anacreônticas, que foram postas em música pelo padre José Maurício; e era um destes velhos que amam a mocidade como a representante do futuro.

O caráter das poesias do marquês de Maricá, no pouco que delas vimos, é o da época em que começou a metrificar: a sua musa, como a de seus contemporâneos, trasfoleava as suas inspirações sobre os cantos do paganismo: presa às colunas do Partenon, só via no universo o Olimpo e o Parnaso, para povoar a natureza do novo mundo com as divindades de Homero, criar uma existência anacrônica, filha do mau preceito da imitação servil.

Homem progressivo, o vimos abraçar-se com a escola de Chateaubriand e aplaudir a nova era da poesia brasileira na aparição dos Suspiros Poéticos do Sr. Magalhães.

No seu livro de Máximas está fundada a sua glória: as grandes verdades são como clarão celeste, que ofusca os lumes da Terra.

O marquês de Maricá faleceu no dia 16 de setembro de 1848.

D. ISABEL E D. LEOPOLDINA



Salve as princesas do brasíleo Império! Mimosos dons de Supernal favor, Salve da pátria as filhas mais prezadas; Seu encanto, esperança, glória, amor!

São do afeto o mais puro doces prendas, Dois tesouros dos pais e da nação; Dos pais augustos, do Brasil que as amam Têm dois tronos de amor no coração.

De inocência e pureza anjos queridos, Brilham na infância cândidas e belas, Como em límpido céu claro e sereno Duas brilhantes, fúlgidas estrelas.

E já em graças mil que os anos crescem Anunciam o sol da mocidade, Como auroras que auguram pulcros dias de imensa resplandecente majestade.

São dos pais e da pátria as mais suaves Esperanças que vão se completando, Como flores que dos botões galantes Já rescendentes vêm desabrochando.

Salve as princesas do brasíleo Império! Mimosos dons de supernal favor; Salve da pátria as filhas mais queridas, Seu encanto, esperança, glória, amor!...

Salve as princesas, que no berço augusto, Inda pra mais fulgor da majestade, Ao som dormiram de ferventes hinos Cantados em louvor da liberdade!

Têm dos pais o exemplo das virtudes, Da pátria têm dedicação e ardor; Salve de Pedro e de Teresa as filhas! Salve as prendas de tão ínclito amor!...

Sempre na vida afortunadas sejam! E não de sê-lo; que Deus as abençoe: Felizes
sempre brilharão viçosas As duas flores de Brasília c'roa!

Sempre, sempre! que em seu destino e vida Terão ditosas por escudos seus O
amor dos pais e do Brasil inteiro, E além do amor a proteção de Deus.

VISCONDE DE S. LEOPOLDO



José Feliciano Fernandes Pinheiro, depois visconde S. Leopoldo, nasceu na antiga vila, hoje cidade de Santos, província de S. Paulo, aos 9 de maio de 1774, sendo seus pais o coronel de milícias José Fernandes Martins, e sua mulher D. Teresa de Jesus Pinheiro. Concluída a instrução primária, passou ao estudo da língua latina sob a direção do hábil professor régio José Luís de Melo, que distinguia o jovem estudante pela perseverança com que buscava superar as dificuldades do idioma de Virgílio, ganhando em aplicação o que lhe faltava em brilhantismo de talento. Sempre ávido de saber, alcançou de seu padrinho de crisma, o Dr. José Xavier de Toledo, vigário de Santos, que lhe desse algumas noções do francês, cujo conhecimento era sumamente raro nessa época: e com esse cabedal literário dirigiu-se à Universidade de Coimbra, na idade de dezoito anos. Em 1798 recebeu o grau de bacharel em cânones, cujo curso seguira por aquiescência aos desejos de sua piedosa mãe, sem que por forma alguma chamasse-o a sua vocação para o estado eclesiástico. Habilitando-o a formatura em cânones para seguir a carreira da magistratura preferiu José Feliciano tomar essa direção, obtida a necessária vênia paterna, e havendo cessado pelo

falecimento de sua mãe os motivos que o haviam encaminhado para o santuário.

Por largo tempo ficaria o moço bacharel confundido na turba dos pretendentes que afluíam às audiências do ministro do Ultramar sem a valiosa intervenção de seu parente Diogo de Toledo Lara Ordonhes, que gozava da privança de D. Rodrigo de Sousa Coutinho. Apresentado a este ilustrado estadista, foi José Feliciano despachado para o estabelecimento literário do Arco do Cego, dirigido pelo sábio autor da Flora Fluminense, Fr. José Mariano da Conceição Veloso. Durante três anos que aí esteve empregado deu exuberantes provas de sua capacidade, em várias traduções da língua inglesa, de que fora incumbido, bem como numa ótima compilação que apareceu com o título História Nova e Completa d'América.

Feito o seu tirocínio, muito a aprazimento do governo, recebeu em recompensa a nomeação de juiz das alfândegas do Rio Grande do Sul, por carta régia de 15 de julho de 1800, fazendo-se depender a elevação à capitania geral dos rendimentos das referidas alfândegas. De tal modo desempenhou o seu honroso e difícil encargo, que mereceu os elogios os mais unânimes e espontâneos do próprio corpo do comércio, cujos interesses eram lesados com a criação dessas repartições fiscais.

Passando pelo Rio de Janeiro, onde devera apresentar ao vice-rei, que então era D. Fernando José de Portugal (depois marquês d'Aguiar), a sua patente de auditor geral de todos os regimentos do Rio Grande do Sul, passada em 19 de setembro de 1801, foi nomeado para o laborioso cargo de auditor da esquadra encarregada da defesa do Brasil. Da maneira satisfatória por que desempenhou esta comissão dá testemunho o honroso atestado do vice-almirante Joaquim José Monteiro Torres, comandante da esquadra no impedimento do chefe de divisão Donald Campbell, datado de 5 de novembro de 1818.

Tornou nesse mesmo ano de 1801 ao seu país natal, e passando alguns meses no seio de sua família, de quem tão saudoso estava, embarcou-se para Porto Alegre, onde chegou em meados de 1802. Numerosos obstáculos impediram-lhe a imediata criação das alfândegas de que vinha incumbido, que só começaram a funcionar em 1804. Com a elevação à capitania geral gozou o Rio Grande das vantagens de que estavam de posse as suas co-irmãs, tendo por conseguinte uma junta da fazenda, onde José Feliciano serviu de procurador da Coroa, reunindo outrossim os cargos de juiz conservador dos contratos do quinto e dízimo ao inspetor do papel selado.

Com o título de governador administrava a capitania do Rio Grande do Sul o chefe de esquadra Paulo José da Silva Gama, condecorado mais tarde com o título de barão de Bagé, e tão estreitas relações travou com o moço juiz, e tão subido conceito formava de sua sisudez e inteligência que consultava-o nos

negócios os mais árduos da governança, dizendo em um documento que temos presente com data de 30 de junho de 1805 "que pela sua prudência e acertadas medidas aplacara a fermentação com que a princípio pareceu estranhar o corpo do comércio a fundação das alfândegas."

Na qualidade de auditor geral prestou por espaço de vinte anos os mais relevantes serviços, merecendo por isso ser sucessivamente graduado nos postos de tenente-coronel por decreto de 13 de setembro de 1810, e no de coronel pelo de 19 de outubro de 1811, vencendo soldo dobrado de capitão de infantaria. Acompanhou em 1812 o exército pacificador em sua marcha até Montevidéu, e tão bom conceito dele fazia o austero d. Diogo de Sousa capitão-general do Rio Grande e comandante do mencionado exército pacificador, que propô-lo para vogal da comissão militar, instalada por carta régia de 17 de setembro de 1813, na qual deveriam ser julgados numa só instância os implicados nos crimes de deserção, sedição, etc. Tão proverbial tornou-se a sua retidão que por carta régia de 19 de junho de 1816 foi escolhido para vogal permanente da junta de justiça, mandada organizar na capitania do Rio Grande do Sul, para processar numerosos réus que apinhavam as prisões.

Receando Fernandes Pinheiro que as honrosas comissões de que era incumbido o desviassem inteiramente da sua carreira de magistrado, requereu ao governo uma compensação que lhe foi concedida por decreto de 29 de junho de 1808 com o predicamento da correição ordinária, e mais tarde pelo de 17 de dezembro de 1811, com as honras de desembargador, e o predicamento do primeiro banco.

Proclamado o governo representativo foi Fernandes Pinheiro eleito deputado ao congresso constituinte de Lisboa pela província de S. Paulo, donde, como vimos, se achava a muitos anos ausente, e onde não lhe restava influência de família. Correm pelas mãos de todos os Diários das Cortes, e fácil é averiguar qual a conduta do deputado paulistano, que se não desamparou o seu posto antes do tempo, como muitos de seus colegas, foi pela íntima convicção que o seu mandato não havia expirado, devendo, como rezavam as suas instruções, propugnar pela integridade e indivisibilidade do reino unido. Logo porém que, pela aclamação do primeiro Imperador, conhecida lhe foi a vontade dos seus constituintes, apressou-se a regressar ao Brasil dentro do prazo que lhe fora marcado.

De volta à pátria, achou-se eleito por duas províncias (a de S. Paulo e Rio Grande do Sul) para deputado à assembléia-geral legislativa constituinte, concorrendo com as suas luzes e experiência para elaboração de alguns projetos de máxima e pública utilidade.

Sendo dissolvida a primeira assembléia brasileira por causas que nos cumpre examinar, foi nomeado primeiro presidente da província do Rio Grande do Sul,

por carta imperial de 25 de novembro de 1823. Em prol da sua administração falam altamente a criação da colônia de S. Leopoldo, fundada à margem do rio dos Sinos, e a cinco léguas de distância da capital, e ainda hoje o mais florescente dos nossos núcleos coloniais, a da primeira tipografia que possuiu a província, e a inauguração da casa de caridade, que com toda a pompa teve lugar no dia 1º de janeiro de 1825. "Toda a cidade de Porto Alegre (diz um ilustre poeta) o viu, cheio d'unção, com a sua farda doirada carregando às costas um doente deitado numa rede, e dando esse exemplo de humildade evangélica que foi por todos seguido."

Apreciador do mérito, não podia o Sr. D. Pedro I deixar de remunerar os serviços que a bem do seu nascente império prestava Fernandes Pinheiro; assim pois galardoou-o com as honras de conselheiro por carta imperial de 13 de outubro de 1825, elevando-o a 21 de novembro desse mesmo ano ao subido cargo de ministro do império.

No Ministério, bem como na presidência de uma província, deu Fernandes Pinheiro infinitas provas do seu gênio criador, e a ele se deve o desenvolvimento da Academia das Belas-Artes, que se achava em embrião, a dos cursos jurídicos de S. Paulo e Olinda, cuja idéia iniciou na assembléia constituinte em sessão de 14 de junho de 1823, acompanhando-a em suas diversas peripécias até a final promulgação da lei de 11 de agosto de 1827, que teve a satisfação de referendar. Reformou a escola médico-cirúrgica dando-lhe melhor organização, e promoveu quanto em si coube o progresso das letras e artes no país. Na viagem que fez o primeiro Imperador ao teatro da guerra do sul foi Fernandes Pinheiro o ministro escolhido pra acompanhá-lo, acrescentando-se-lhe, como sói acontecer em tais ocasiões, o expediente de todas as secretarias.

Desenfreada oposição movia-se ao fundador do Império, e o espírito demagógico não poupava apodos aos conselheiros da Coroa. Fernandes Pinheiro, já então visconde de S. Leopoldo, desgostou-se de ver-se alvo de calúnias, "não podendo, como ele próprio se expressa, continuar no ministério sem manifestar de uma maneira expressa que preferia os interesses e as honras do emprego à sua reputação e dignidade pessoal." Pediu e obteve a sua demissão, sendo-lhe no decreto de 20 de novembro de 1827 louvados o zelo e probidade com que havia desempenhado as funções desse emprego, e assegurando-lhe que ficavam na imperial lembrança os serviços nele prestados.

Na criação do Senado foi eleito pela província de seu nascimento, sendo pouco depois elevado à eminente dignidade de conselheiro de estado por decreto de 18 de maio de 1827, fazendo o Imperador seleção dele para secretário do conselho, lugar de imensa responsabilidade e grande ônus.

O zelo e conhecimentos do visconde de S. Leopoldo foram vantajosamente aproveitados no primeiro imperado, cabendo-lhe mui delicadas missões, como v.g. a de negociar a convenção de paz entre o Brasil e a República Argentina, datada de 24 de maio de 1827; o tratado de amizade, navegação e comércio entre o Brasil e a Grã-Bretanha de 17 de agosto do mesmo ano bem como idêntico tratado com a Prússia, baseado na mais perfeita igualdade.

Agravando-se as suas enfermidades com a longa residência na capital do Império, e saudoso do seu retiro, requereu dispensa do emprego de conselheiro de estado, que lhe foi concedida por decreto de 9 de março de 1830, sendo-lhe conservadas todas as honras e preeminências anexas ao referido cargo.

Gozava das doçuras do lar doméstico em companhia da Exm^a Sra. D. Maria Elisa Júlia de Lima, com quem se ligara pelos vínculos matrimoniais desde o ano de 1819; esmerava-se na educação de seus filhos quando rebentou o furacão revolucionário de 1831, que abalou até os alicerces o nosso edifício social. Eram por todos conhecidos os princípios políticos do visconde de S. Leopoldo e sua inteira adesão à dinastia reinante, assim pois a revolução de 20 de setembro de 1835 não podia deixar de causar-lhe terrores e inquietação pela sorte da sua família. Cuidadosamente vigiado pelos rebeldes, viu-se recluso em sua casa durante os nove meses em que os republicanos de Piratinim dominaram na capital da província. Quando porém despontou a heróica reação de 15 de junho de 1836, foi o visconde lembrado para aconselhar e dirigir a contra-revolução. Temos presente os depoimentos que em uma justificação de seus serviços prestaram os dois marechais João de Deus Mena Barreto, Francisco das Chagas Santos, em que confessam que as razões do ilustrado visconde foram as que mais os demoveram a afrontar os riscos de uma reação para a qual mui poucos elementos haviam combinados. O que seria feito do velho monarquista se nos dois assaltos dados com forças combinadas de terra e mar conseguissem os rebeldes entrar na cidade, mal resguardada por um tapume de tábuas singelas, e por pouco mais de duzentos defensores entre velhos, paisanos e moços bisonhos?

Vindo ao Rio de Janeiro assistir à sessão legislativa de 1837, foi nomeado pelo então ministro dos Negócios Estrangeiros, o Sr. A. P. Maciel Monteiro, para presidente de uma comissão que devera determinar quais os limites que podem ser considerados como naturais com relação às localidades e topografia do país. De tal modo preencheu o visconde de S. Leopoldo o que dele se esperava, que o referido ministro declarou em uma das sessões da Câmara dos Deputados do ano de 1838 que os resultados dos trabalhos apresentados pelo benemérito estadista lhe haviam sido mui úteis e proveitosos.

Apenas de posse das suas funções majestáticas, quis o Sr. D. Pedro II dar um testemunho do apreço que lhe mereciam os serviços do antigo ministro de seu avô to pai, ligando-o mais inteiramente à sua família na qualidade de viador

das sereníssimas princesas, lugar que desempenhou com zelo e dedicação que o caracterizava.

Já dissemos que o visconde de S. Leopoldo estreara a sua carreira como literato; resta-nos mostrar como jamais esqueceu-se ele dos seus princípios, nem renegou, como muitos outros, o culto da ciência

pelas fascinações da política e pela magia das grandezas humanas. Manuseando com suma despesa os importantes documentos depositados nos arquivos do Rio Grande do Sul, escreveu os Anais da dita província, cujo primeiro volume foi publicado nesta capital no ano de 1819, o segundo em Lisboa em 1822. Posteriores estudos fizeram-lhe modificar o primitivo plano da sua obra, e levaram-no a dar-lhe nova edição que saiu dos prelos de Paris em 1839. Julgada está pela posteridade semelhante obra, e todos os escritores nacionais e estrangeiros que se hão ocupado com a nossa história rendem homenagem à sua profunda erudição e justeza de raciocínios combinados com a mais pura e castiça linguagem. Devemos ainda à sua doura pena alguns outros trabalhos que, posto que de menores dimensões não são menos importantes: referimo-nos à sua Memória sobre os limites naturais, pactuados e necessários do Império do Brasil, lida na sessão do Instituto de 16 de fevereiro de 1839; a Vida e Feitos de Alexandre de Gusmão, e seu irmão Bartolomeu Lourenço de Gusmão, publicada em 1839 nas memórias do mesmo Instituto, assim como a Resposta às Breves Anotações que sobre a sua memória relativa aos limites do Brasil escrevera o conselheiro Manuel José Maria da Costa e Sá. Em desenvolvimento de um programa que fora dado para a discussão escreveu o visconde um erudito trabalho em que demonstrou que o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro era o representante das idéias de ilustração que em diferentes épocas se manifestaram em nosso continente, cujo trabalho se acha inserto no tomo 1º da Revista do mesmo Instituto.

A propósito de Instituto releva não esquecer que o visconde de S. Leopoldo com o marechal Raimundo José da Cunha Matos e o cônego Januário da Cunha Barbosa foram os videntes que no ano de 1838 previram que da fundação dessa associação proviria ao Brasil grande honra e proveito. Testemunhas seus consórcios do interesse que manifestava pelo desenvolvimento intelectual do país, e prestando preito à sua vastíssima ilustração, elevaram-no à cadeira presidencial enquanto vivo fosse. Sensível a todas essas demonstrações de estima e consideração, trabalhava o visconde na composição de uma História Geral do Brasil quando surpreendeu-o a morte no dia 6 de junho de 1847 na cidade de Porto Alegre, sendo sepultado no cemitério da Santa Casa de Misericórdia.

Era o visconde de S. Leopoldo de amenas e delicadas maneiras, instrutiva conversação, e de raríssima modéstia, que mais brilho dava ao seu reconhecido merecimento. Confessavam seus adversários políticos (únicos que em sua longa

existência contou) que acovardava-os a sua extrema polidez, fazendo-lhes perder terreno o seu finíssimo trato. Mais homem de gabinete do que de tribuna, melhor sabia servir-se da pena do que da palavra, e quando violentamente agredido preferia calar-se a repelir insulto por insulto.

Atravessou o oceano a fama das suas muitas luzes, e diversas academias e sociedades estrangeiras, como a Academia Real das Ciências de Lisboa, a dos Amigos Naturalistas de Berlim, o Instituto Histórico de França, a Sociedade de Agricultura de Carlsruhe, a Filomática de Paris, lhe enviaram diplomas, e honraram-se de contá-lo no número de seus sócios.

Na vida particular era o visconde o complexo de todas as virtudes que se desejam encontrar num homem, e ainda hoje é sua memória abençoada por todos que tiveram a ventura de conhecê-lo.

RAFAEL TOBIAS DE AGUIAR



Entre os grandes vultos da história política da província de S. Paulo, se destaca o vulto grandioso do brigadeiro **Rafael Tobias de Aguiar**. A tenacidade e a constância desses homens que, vencendo montanhas e atravessando rios caudalosos, foram levar até o Peru a fama do nome paulista, parece haver-se consubstanciado no caráter e nas ações do distinto paulista, cuja vida vamos esboçar em largos traços.

Soldado constante de uma idéia, defensor inabalável da causa liberal, ante todos os vaivens, e a instabilidade da sua longa carreira, aquela alma espartana nunca recuou ante os golpes da fortuna, e mais de uma vez, como o velho romano, preferiu a causa dos vencidos à causa dos vencedores.

Rafael Tobias de Aguiar nasceu na cidade de Sorocaba, na província de S. Paulo, aos 4 de outubro do ano de 1795. Fruto abençoado de legítima união entre o

coronel Antônio Francisco de Aguiar e D. Gertrudes Eufrosina de Aguiar, viu escoar-se a infância e despontar-se a mocidade entre as tradições de um passado feliz; pois que sua família era uma das mais gradas e ricas do país; visto que seu pai um dos mais abastados fazendeiros da província. O pai de Tobias de Aguiar não pertencia ao número dessas almas ignaras e orgulhosas que acreditam que o ouro é o rei do universo, e dispensa a virtude. Dele recebeu o seu filho as mais sãs lições de moral; deveu-lhe a mais cuidadosa educação intelectual, aquela que pelo menos comportavam as dificuldades do regime pouco adestrado à que sujeitava o Brasil à metrópole portuguesa.

Tobias de Aguiar estudou todas as humanidades e teve a ventura de estudar algumas delas com o seu parente e amigo o ilustre Martim Francisco Ribeiro de Andrada. Por morte de seu pai, foi investido da direção da avultada fortuna de sua casa, e conduziu-se com tanta prudência, que não só a fez prosperar como apresentar avultados lucros.

Começou ele a sua vida política servindo no regimento de milícias, da cidade de Sorocaba, seguindo gradualmente os postos até o de coronel comandante do mesmo, sendo incansável em promover a sua disciplina e brilhantismo, para consecução do que não poupou despesas e sacrifícios.

Tinha ele apenas 26 anos e já o sacro fogo do patriotismo lhe ardia intenso no peito magnânimo. Foi nessa idade que iniciou e armou, a expensas suas, cento e tantos homens, para enviá-los ao Rio de Janeiro a debelar as tropas de Avilez que pretendiam entorpecer os pródromos de nossa independência política. Quando o Augusto Fundador do Império, desafiando mil perigos, tomou a resolução de ficar no Brasil, e de arrostar as iras de nossos antigos dominadores, Rafael Tobias de Aguiar, com aquela fé no futuro do país que sempre tiveram os paulistas dos tempos gloriosos, empenhou todas as suas forças em auxiliar o nosso libertador na sublime tarefa que encetara.

Não só concorreu com avultados donativos para esse fim, como promoveu uma subscrição entre os seus patrícios da cidade de Sorocaba, e a pedido do governo aditou a quantia de doze contos de réis para esse fim. Sempre que se tratava de auxiliar com sua fortuna e com os seus esforços a prosperidade do Império, Rafael Tobias de Aguiar era o primeiro a entrar no páreo e alcançar a meta desejada. É assim que sem exigir juro algum ao estrear seus trabalhos na fábrica de ferro de São João de Ipanema, ele emprestou avultada quantia para esse fim, e fê-lo em ocasião em que o governo da província não tinha nem sequer o preciso para pagar os vencimentos dos empregados públicos, e só depois de longos anos de espera é que foi embolsado da quantia adiantada.

Quando o povo sorocabano, refratário aos melhoramentos materiais de sua localidade, opondo-se com todas as forças à abertura de novas ruas, ameaçava o governo da província com uma sedição, Tobias de Aguiar, com suas imensas

relações, com sua vontade enérgica e suas palavras persuasivas, conseguiu chamar os espíritos a sentimentos mais ordeiros, manter a paz e prestígio da autoridade.

Tobias de Aguiar era um dos homens mais populares da província de São Paulo, e as simpatias profundas que por ele nutria o povo paulista o habilitaram, como membro do conselho do governo e dos conselhos gerais, a prestar relevantes serviços à província que o vira nascer.

Chegada a época que decorreu de 1831 a 1834, foi-lhe confiado o importante cargo de presidente da província de São Paulo, e apesar dos exaltamentos de uma revolução que havia triunfado e da relutância dos vencidos, soube conservar a ordem sem que uma gota de sangue fosse derramada. Tobias de Aguiar teve a honra de ser por muitas vezes eleito deputado à assembléia geral legislativa e assembléia provincial de São Paulo, tendo presidido por duas vezes a esta distinta corporação.

Quando a alta inteligência que preside os destinos do Império assumiu as rédeas do poder, houve por bem nomear R. T. de Aguiar presidente da província de São Paulo; e o distinto paulista soube corresponder satisfatoriamente a esta prova de confiança da Coroa.

A estrada da Maioridade, progresso notável no sistema de viação, é um padrão de glória dessa presidência. Sempre generoso, sempre solícito pelos interesses da província de São Paulo, Tobias de Aguiar recusou sempre receber seu ordenado de presidente, e o fez aplicar em obras públicas, e em prol dos institutos de instrução que a província estabeleceu para as classes necessitadas. A Deus não praza que, levantando o véu do esquecimento que a vontade soberana lançou sobre os acontecimentos de 1842, venhamos dar a lume recriminações sobre os tempos que já foram, e despertar as angústias de um passado ainda tão próximo; outro é o nosso fim. Sem examinar as causas que acarretaram os movimentos armados que se deram no ano de 1842 nas províncias de São Paulo e Minas, seja-nos lícito restituir aos atos do distinto paulista, cuja vida esboçamos, sua verdade histórica.

Suspeito de favorecer o movimento revolucionário que o governo então receava, Tobias de Aguiar, avisado por um amigo devotado de que ia ser preso, retirou-se da capital com direção às suas fazendas até que serenassem tais suspeitas e que se lhe fizesse justiça.

Chegado a Sorocaba, amigos sinceros, porém ardentes, o haviam imprudentemente comprometido, e disseram-lhe que só com um movimento geral podiam ser salvos. O nosso amigo compreendeu perfeitamente que um movimento realizado por massas populares, quase desarmadas e sem disciplina, seria infalivelmente debelado pelas forças do governo; mas, para salvar seus

amigos, arriscou sua vida e sua fortuna. Foi um erro talvez, mas um desses erros que só praticam os corações magnânimos, e que só podem compreender as almas nobres.

A província de São Paulo, que bem conhecia o distinto caráter e virtudes cívicas que adornavam o brigadeiro R. T. de Aguiar, mais de uma vez o incluiu em listas senatoriais. O governo do Brasil, reconhecendo seus serviços, entre outras condecorações o distinguiu com a comenda de Cristo e com a dignitária da Rosa, e lhe concedeu o posto de brigadeiro do nosso exército.

A avultada riqueza de R. Tobias não era por ele aferrolhada em férreos cofres. Na sua primeira presidência emprestou ele à fazenda pública a quantia de 30:000\$000; e na segunda presidência a de 20:000\$000,00, sem exigir juro algum. Os cofres da província, que na época de 1840 lhe tinham sido entregues esgotados a ponto de ser preciso que ele emprestasse dinheiro para se pagar empregados públicos, foram por ele entregues ao seu sucessor com avultado saldo.

Nunca a miséria bateu à porta de R. T. de Aguiar, que o pranto da angústia que derramava não se lhe tornasse em lágrima de pura alegria. Não esperava ele que seus amigos lhe pedissem aquilo que desejavam; fazia mais, adivinhava-lhes o desejo.

Quando seu velho mestre, o respeitável André da Silva, viu-se exposto a perder o teto que o abrigava, T. de Aguiar, sem ostentação que torna pesada a esmola àquele que a recebe, comprou a casa em que ele residia, deu-lhe o usufruto da mesma, e depois dele à sua enteada.

Como político, o homem cuja vida esboçamos era uma dessas almas cunhadas no molde esparciata, um desses homens de antes quebrar que torcer, de que nos fala Sá de Miranda. O estandarte de suas crenças hasteara ele nos arraiais do partido liberal, e novo Leônidas morreria antes nessas novas Termópilas, do que renunciaria as crenças sinceras de seu coração, a causa nobre e santa que havia esposado apenas lhe despontara a bela inteligência. Além de suas crenças inabaláveis, tinha ele uma qualidade bem rara no tempo do sórdido egoísmo em que vivemos — era — o sincero interesse, a mais íntima devoção pelos seus amigos. Um só fato é mais eloquente que todas as palavras. Poucas horas antes de morrer no meio das mais acerbadas torturas, ele ainda escrevia em prol da eleição de um de seus mais íntimos amigos, e dirigiu ao mesmo palavras que revelavam que nele a amizade sobrepujava à dor.

Rafael Tobias de Aguiar, o chefe mais popular do partido liberal paulista, faleceu em viagem da cidade de Santos para a capital do Império, a bordo do vapor *Piratininga*, no dia 7 de outubro de 1857, vítima de uma moléstia acerbada. A província de São Paulo inteira pranteou a morte de um de seus mais distintos

filhos. Rafael Tobias de Aguiar era homem, teve, como outro qualquer, erros em sua vida, mas os fatos dela nos apontam uma soma tal de atos virtuosos e de serviços prestados ao estado, que o historiador imparcial pode contá-los sem receio entre os vultos mais notáveis da história pátria.

BARÃO DE MURITIBA



Noticiando-se a um liberal extremo que o Sr. Barão de Muritiba havia tido um incômodo de cabeça, disse ele com sincero pesar: "Se morresse, perderíamos um grande cidadão".

Estas palavras demonstravam vivamente quão real é o mérito daquele que buscamos esboçar. Na verdade, como particular é o Sr. de Muritiba um exemplo digno e raro; e se nos fosse dado levantar esse véu atrás do qual se passam as mais belas cenas da família, os irmãos, os maridos, os pais colheriam nobres lições. No Sr. de Muritiba acha-se um complexo de qualidades eminentes. Homem de vontade firme, escravo de dever por amor do dever, estudioso, devotado à sua gente, ele não cede senão convencido, não faz senão o que a consciência lhe diz ser um bem. Muitos são os serviços prestados ao Brasil por esse, um de seus mais preclaros filhos; e quando a história pátria memorar os seus homens então limpos da baba da calúnia, o busto do Sr. de Muritiba sobressairá radiante e magnífico.

Manuel Vieira Tosta nasceu na cidade da Cachoeira, província da Bahia, correndo o ano de 1807. Seus pais, honrados fazendeiros, tendo em vista dá-lo à carreira das letras, buscaram para ele os melhores mestres daquela cidade, e depois o mandaram para a capital da província a terminar o estudo de humanidades, sendo que no ano de 1824 o fizeram seguir para a Universidade de Coimbra a alcançar formatura em direito.

Foi durante o seu curso de estudos, no qual tinha por condiscípulos o Sr. Visconde do Uruguai, que apareceu a rebelião do Marquês de Chaves, e então Vieira Tosta, como outros muitos brasileiros, alistou-se no batalhão acadêmico em defesa da carta constitucional outorgada por D. Pedro IV.

Sabem todos de quanta dedicação deu provas aquela mocidade cheia de entusiasmo e de heroísmo.

Sem que se houvesse envolvido nos acontecimentos do reino no ano de 1828, quando teve lugar a usurpação de D. Miguel, o Sr. Tosta foi obrigado a retirar-se de Portugal, faltando-lhe um ano para completar os seus estudos. Seguiu ele para a França, e aí, recebendo a notícia de se achar riscado do número dos alunos de Coimbra como um dos voluntários do batalhão acadêmico, resolveu-se a tirar proveito científico da sua estada em Paris, e por isso tornou-se assistente das lições dos professores da escola de Direito, e também das de Economia Política ensinada no Conservatório das Artes pelo célebre João Batista Say.

Em 1830 voltou à Bahia; e porque se houvessem aberto os dois cursos jurídicos, obteve matricular-se no de São Paulo, onde em outubro de 1831 alcançou diploma de bacharel formado, e o que mais é — um dos dois prêmios nos que então foram dados.

Despachado logo juiz de fora do termo de Cabo Frio e Macaé, serviu até 1833, quando se pôs em execução o Código de Processo Criminal. Ainda hoje a gente daqueles lugares e daquele tempo fala com respeito e simpatia no nome do seu juiz de fora.

Depois de ser nomeado para diversos lugares de juiz de direito, foi o bacharel Tosta mandado ocupar o da Cachoeira, onde teve logo ocasião de prestar relevante serviço, pondo em pessoa termo à sublevação da vila da Pedra Branca, que é situada nos confins da comarca.

Os votos de seus provincianos, por ocasião das primeiras eleições para as assembleias provinciais, vieram dar-lhe prêmio, pois que o fizeram deputado efetivo.

Achava-se o Sr. Vieira Tosta com licença, quando rebentou a revolução de 7 de novembro de 1837, e logo desprezando o favor, e tornando a seu posto, como

chefe de polícia da Cachoeira deu as mais enérgicas providências, pondo a força policial e a Guarda Nacional em pé de fazerem frente a qualquer agressão por aqueles lados, e evitando o contágio do mal. Acéfala a província pela retirada do presidente e outras autoridades, nem por isso esmoreceu o Sr. Tosta, e antes, mostrando que é homem para as ocasiões arriscadas, arranjou armas, munições e gente — quase 1.000 homens — que mandou em auxílio dos que sitiavam os revoltosos na capital; e para embarcar os passos dos mal-intencionados que se dirigiam para a vila da Feira de Santa Ana, fez marchar seu próprio irmão o coronel Jerônimo Vieira, à testa de voluntários e guardas nacionais, enquanto ele, seus outros parentes e amigos ficavam velando em armas na Cachoeira.

Foi juiz tal no lugar do seu nascimento, cercado de parentes, e amigos, que levou um magistrado a dizer que só ele, Tosta, era capaz de exercer jurisdição em seu ninho sem excitar queixas, nem murmúrios.

Em 1838 veio tomar assento na Câmara temporária como um dos eleitos pela Bahia, e então sustentou com a sua palavra e voto o Gabinete de 19 de setembro, patenteando os seus princípios conservadores, dos quais nunca se arredou, por entender que o progresso não consiste em mudar, mas em mudar com proveito real indicado pela verdadeira experiência.

Promulgada a lei que criou os juizes dos feitos da fazenda, foi o Sr. Vieira Tosta escolhido para a vara da Bahia, vara em cujo exercício esteve de 1842 a 1843. Neste ano o elevou o governo a um dos lugares de desembargador da Relação de Pernambuco, achando-se então ele com assento na assembléia provincial, em virtude de terceira reeleição. Do tribunal de Pernambuco foi passado para o da Bahia; e sendo nomeado chefe de polícia daquela província não chegou a tomar posse do cargo, porque teve de seguir para Sergipe na qualidade de presidente, lugar este que ocupou até julho de 1854, tornando então para a relação da sua província onde se conservou em exercício até 1848. Foi durante este exercício em 1846 que teve lugar o assassinato em que tanto falaram os jornais da época, assassinato perpetrado na pessoa de uma interessante moça em sua própria casa, nos braços de sua mãe.

Ouvia o Sr. Tosta que da casa pediam socorro, e não obstante achar-se desarmado acudiu logo; sendo certo que, se não pôde impedir o tiro que matou a donzela, conseguiu com risco de vida que o malvado não contasse mais uma vítima na pessoa da mãe da infeliz, pois que, atirando-se ao ferro que se dirigia àquele fraco peito, quebrou-lhe a lâmina, ficando com a mão ferida, na qual ainda hoje se observam os sinais de sua abnegação e humanidade. Se belo foi o seu ato, belo foi o prêmio que então recebeu, pois logo correram à sua casa inúmeros pais de família a louvá-lo e felicitá-lo cordialmente.

No ano de 1848 veio o Sr. Tosta para a Câmara dos Deputados como um dos eleitos pela Bahia, e colocou-se no seu lugar de opositor.

Subindo o Gabinete de 29 de setembro, escolheu o Sr. Tosta para a presidência do Maranhão; mas ele respeitosamente recusou o honroso cargo, declarando entretanto que estaria pronto a obedecer ao governo quando este julgasse indispensáveis os seus serviços.

Aparecendo então o desgraçado movimento de Pernambuco, foi o Sr. Manuel Vieira Tosta, instado para que seguisse sem perda de tempo a tomar o governo da província. Recuar seria fraqueza, seria pôr-se em desacordo com os seus princípios, e faltar à promessa feita ao governo; por isso o Sr. Tosta, aceitando a arriscada missão, partiu. Ninguém ignora que principalmente a ele, à sua energia e critério se deve a sufocação do terrível movimento, durante o qual pôs mil vezes em risco a sua própria vida. Não nos demoremos porém sobre estes fatos que deverão ser apreciados com mais justiça pelos vindouros; digamos somente que o Sr. Tosta foi escravo do seu dever, da sua consciência, e que era incapaz de olhar com prazer para o sangue de seus patrícios, porque tem um coração elevado e unicamente brasileiro.

Substituído a seu pedido na presidência pelo Marquês de Paraná, o Sr. Manuel Vieira Tosta veio encarregar-se da pasta dos negócios da Marinha, pasta que conservou até 1852, servindo algum tempo igualmente na da Guerra, mas não podendo tomar conta da da Justiça, para a qual fora chamado, porque o atacou então a febre amarela, dando lugar a que fosse ele próprio substituído.

Digamos que a esse ministério do Sr. Tosta se acham ligadas as glórias do Tonelero, pois foi o Sr. Tosta o ministro que preparou a nossa armada expedicionária, no que mostrou a sua perícia administrativa casada com o seu zelo pelos dinheiros públicos.

Em 1851, apresentado por mais de dois terços de votos dos eleitores da Bahia em lista sêxtupla, havia sido escolhido senador.

Em 1853 passou a ter exercício de desembargador na Relação da corte; e em 1855 foi mandado na qualidade de presidente para a província do Rio Grande do Sul.

Regressava então do Estado Oriental o exército auxiliador, e o novo presidente teve logo de providenciar para que a retirada das tropas se efetuasse sem maior incômodo, e sem os riscos a que então as consideravam expostas. Os negócios por aqueles lados não corriam bem, e foi por isso mesmo que se julgou necessária a presença de um homem como o sr. Tosta, o qual, não obstante deixar gravemente enferma uma filha querida, só ouviu o chamado do país.

Foi durante essa presidência que o cólera-morbo invadiu a província. O zeloso administrador teve mais uma ocasião, e bem terrível, de mostrar a sua dedicação à humanidade. Tudo quanto podia fazer como governo e como

homem o Sr. Tosta fez para ocorrer às necessidades da ocasião. Para ele não havia noite nem dia, não havia lugar, não havia descanso dando com o seu exemplo força aos que eram fracos, e mostrando, como sempre, que acima de tudo põe a sua consciência.

Sendo exonerado a instâncias suas, regressou para a corte em 1856. No ano de 1858 foi nomeado, pelo marquês de Olinda, presidente da Associação Central de Colonização, lugar que aceitou a rogos do mesmo marquês, e por lhe parecer que nada tinha com a política. Nesse lugar, que deixou para tomar parte como Ministro da Justiça no gabinete de 21 de março de 1859, o sr. Tosta também deu as mais claras provas do quanto se interessa por tudo aquilo de que se acha encarregado.

Seria uma falta se não disséssemos que como magistrado o Sr. Manuel Vieira Tosta foi sempre um modelo, segundo confessam todos lastimando a sua aposentadoria.

Outra falta seria se não declarássemos que como legislador toma o Sr. Tosta sempre parte conscienciosa nas importantes questões, oferecendo também interessantes projetos sobre as nossas coisas civis e criminais, que ele ainda hoje estuda com ardor juvenil.

Não quis o Sr. Tosta ultimamente aceitar o lugar de consultor do Ministério da Justiça, lugar para o qual foi escolhido, e nisto mostrou mais uma vez que o não move o interesse, e sim o dever.

Foi agraciado com a comenda da Ordem de Cristo em 1841, com a dignitária do Cruzeiro, e carta de conselho em 1849, com a comenda da Rosa em 1858, e finalmente, com o título de barão com grandeza em 14 de março de 1855.

Devemos crer que o Sr. barão de Muritiba aprecia essas provas da munificência imperial, visto como as tem merecido; mas também cremos que o senhor barão não liga menor preço à estima pública que ele tanto acata, e da qual se há tornado verdadeiramente digno.

PEDRO FERREIRA DE OLIVEIRA



O estudo da História é uma das principais fontes de todo o bem de um povo.

A lição da vida de seus maiores, ilustrando-o, fá-lo compreender o seu modo e meios de ser e os trâmites por onde realizará os altos benefícios reservados às sociedades sabiamente constituídas.

É esta a mais bela e sublime missão da racionalidade.

Mas, para que não se desvaire o espírito, e se atinja tão precioso fim, cumpre que a História seja zelosa de si mesma; que, depurada ou sublimada no cadinho da verdade, seja santa como um pensamento do Céu.

Seria criminoso de traição a Deus e à posteridade o historiador que temendo comprometimentos, para evitá-los, manchasse a candidez da verdade na exposição dos fatos, ou por qualquer modo retrocedesse ante pueris ou serôdias conveniências.

Se o espírito de justiça e verdade não presidir a dedução dos fatos, por maior que seja a eloquência com que se deslizem aos olhos do leitor, tudo poderão eles constituir, menos a História, menos uma fonte de bens e um conselheiro fiel; serão, sim, uma boceta de Pandora, sempre aberta, manando somente males.

A todo transe deve-se a verdade a Deus e à posteridade.

Mas não é nosso fim dissertar nem escrever a História nacional: desejamos apenas esboçar uma parte dela, escrever, embora toscamente, a biografia de um cidadão ilustre, sobre quem pesaram os efeitos da obediência militar e das conveniências políticas.

A História de uma nação não é, em grande parte, mais do que o conjunto das biografias de seus homens políticos.

Pedro Ferreira de Oliveira nasceu na freguesia do Pilar, província do Rio de Janeiro, aos 19 de fevereiro de 1801. Era filho legítimo do honrado comerciante Pedro Ferreira de Oliveira e de D. Ermelinda Maria do Amor Divino.

Entre os carinhos de uma mãe extremosa e os afagos de um pai solícito, recebeu a mais completa educação moral e a primária instrução.

A inteligência e o caráter nobre e elevado, que revelou desde a mais tenra puerícia, prendiam as simpatias de quantos o conheciam, e derramavam torrentes de ventura no coração paterno.

Cuidadoso do seu futuro, seu pai o enviou para a cidade do Rio de Janeiro, a fim de dedicar-se à carreira comercial. Encetou-a como caixeiro na casa de Luís Paulo aos dez anos de idade.

Sua alma nobre e impressionável, cheia de aspirações que o comércio não comporta nem pode satisfazer, revelou desde logo a repugnância que ele lhe inspirava. Mas, tão jovem como era, possuía já Pedro Ferreira de Oliveira a virtude da resignação. Submeteu-se pois à vontade paterna.

Estudioso e inclinado à meditação, empregava as horas que lhe eram concedidas para o repouso na aquisição de conhecimentos, que mais tarde lhe facilitaram o ingresso na Academia de Marinha, carreira que lhe embalava o coração e formava o seu belo ideal.

Chegava-se entretanto ao ano de 1817, em que o brandão da revolução incendiou a província de Pernambuco, e, sendo mister enviar forças da capital, sorteou-se um certo número de praças de cada batalhão miliciano dela, e com essas praças se organizou um corpo de voluntários destinado à companhia em que se ia entrar.

A sorte designou o jovem Pedro Ferreira de Oliveira, que então contava dezesseis anos de idade, como um dos milicianos do batalhão da Candelária que deviam tomar parte em tão perigosa empresa.

Marchando para o seu destino, foi ali reconhecido segundo-cadete, por seu pai capitão-de-milícias, e o merecimento que revelou procurou a vantagem de ser empregado pelo general em sua secretaria.

Voltando de Pernambuco, onde a sua verdadeira vocação robusteceu-se e desenvolveu-se por modo irresistível, não se demorou em entrar para a Academia de Marinha. Matriculou-se como paisano, porque então só podiam ser aspirantes a guardas-marinhas os filhos de coronéis e patentes superiores a esta.

Efetou em 3 de março de 1818 a sua primeira matrícula; cursou todas as aulas, que formavam os três anos da antiga academia, seguidamente e sem perda de um só ano, obteve em todas as matérias a primeira aprovação que então se podia conceder; e, pelo seu procedimento exemplar, aplicação e inteligência, alcançou as mais distintas classificações e as mais honrosas informações de seus lentes e superiores. Tudo isso consta dos livros da academia e lhe valeu, como justa recompensa de mérito comprovado, a praça de guarda-marinha extraordinário, que lhe foi concedida em 1º de fevereiro de 1821 e em que foi reconhecido no 1º de março do mesmo ano.

Poucos dias depois desse reconhecimento, a 10 do mesmo mês de março, embarcou na corveta *Voador* e partiu para Lisboa em companhia da frota que conduzia ao rei D. João VI. Por este fato obteve, como os seus camaradas, o hábito da Ordem de Cristo.

Servia Pedro Ferreira naquele país com distinção, estimado e bem-visto de todos os seus camaradas, quando inopinadamente repercutiu em todo o Portugal o Grito do Ipiranga. Expediu-se logo ordem para que a corveta *Voador* se aprontasse e fizesse de vela para Pernambuco.

Apenas esta ordem foi conhecida a bordo, dirigiu-se Pedro Ferreira ao seu comandante e lhe declarou que não lhe era mais permitido continuar a fazer parte da guarnição da corveta; que, sendo brasileiro e aderindo com todo o entusiasmo à independência do seu país, julgava do seu rigoroso dever dar a sua demissão, para o que pedia licença a fim de ir à terra depositar nas mãos do ministro seu requerimento.

Pouco mais de vinte anos contava então. Se se atender às circunstâncias da ocasião, e especialmente a de achar-se rodeado somente de portugueses, todos irritados pelo inesperado golpe que acabavam de receber, não se deixará de reconhecer em seu procedimento muita honra, nobreza, coragem e dedicação

ao seu país. Não escapou em princípio aos sarcasmos do comandante e oficiais, mas estes mesmos afinal reconheceram que o homem, que tão lealmente procedia, era digno de respeito e atenção. Foi-lhe concedida a licença.

A demora do despacho, pedido ao ministro português, agravava a triste posição do esforçado solicitante, que, achando-se em país estranho e sem recursos próprios, apenas encontrava alívio a uma parte dos seus sofrimentos na parca e mui limitada proteção que lhe prestava um tio, ali residente, que era eclesiástico e pobre. Urgindo as circunstâncias, e querendo saber sem mais delonga a sorte que o aguardava, pediu com viva instância para falar ao ministro e por fim o conseguiu.

O Conde de Linhares o recebeu em seu gabinete, e, ao entregar-lhe o decreto de demissão e um passaporte para Inglaterra, dirigiu-lhe as seguintes palavras: "Vá para o Brasil, Sr. Ferreira, e com este proceder mostre àqueles que lá ficaram e aderiram à independência do Império, o que é um militar de honra em cujo peito bate um coração patriota".

Sucedia isto em janeiro de 1823, e em abril do mesmo ano, chegado ao Brasil, apresentava-se Pedro Ferreira de Oliveira ao comandante dos guardas-marinhas. Alguns, a quem não agradava o seu procedimento, fingiam crer que pelo fato de haver pedido demissão perdera ele o direito de ser reconhecido oficial da nascente marinha imperial. Mas Pedro Ferreira recorreu ao Imperador D. Pedro I, e S. M., apreciando o seu procedimento, o despachou segundo-tenente aos 21 de maio. Em julho embarcou o jovem oficial no brigue Cacique, e daí a um ano foi promovido ao posto de primeiro-tenente por consulta e resolução do Conselho Supremo Militar.

Em 1824, ano de provações para o país, rompeu de novo a guerra civil em Pernambuco. Organizou-se para operar ali uma divisão naval, tendo o comando em chefe dela o oficial-general Davi Jevret, que sabia escolher oficiais. Seguiu nessa divisão o primeiro-tenente Pedro Ferreira de Oliveira.

Era o seu batismo de fogo.

Cumpria combinar com o General Lima, comandante do exército legal que sitiava a cidade, um plano de ataque por mar e terra. Essa comissão, extremamente delicada, espinhosa e de difícil execução, não podia deixar de ser confiada a um oficial de inteligência, vista penetrante e sangue-frio. A honra de desempenhá-la coube a Pedro Ferreira de Oliveira. Ele a preencheu como era de esperar-se. Julgue-se dos perigos que afrontou e do valor que desenvolveu por este fato: dezesseis homens o acompanharam, e deles só voltou com vida um marinheiro!

Os serviços que prestou nessa conjuntura, o peso e o valor de suas reflexões criaram-lhe uma reputação indestrutível, e captaram a amizade e o respeito dos dois generais, como consta da correspondência íntima dos mesmos e das ordens do dia.

A execução do plano de ataque deu em resultado a tomada da cidade.

A previdência e o denodo do jovem oficial foram galardoados com o comando do brigue *Independência ou Morte*, e com uma das doze medalhas com que o Imperador distinguiu os mais valentes, e na qual de um lado se vê a efígie de D. Pedro I, e do outro lê-se: *Aos mais bravos*.

Um ano depois achava-se Pedro Ferreira de Oliveira na Bahia. Tendo ali chegado a nau Pedro I, comandada por Jevret, a fim de animar o espírito público, tomado de apreensões e receios, talvez infundados, e devendo aquele general da armada deixar o comando do seu navio por ter sido chamado à corte, por acordo entre ele e o presidente da província, foi-lhe esse comando confiado, não obstante haver oficiais mais graduados e antigos.

A nau *Pedro I*, como todos os navios que Pedro Ferreira comandou, foram sempre apresentados como modelos de asseio, de ordem e de disciplina. A sua fé de ofício a este respeito narra muitas ordens do dia em que o quartel-general o louvava e lhe dava agradecimentos por ordem do ministro da Marinha.

São ainda os documentos oficiais que nos revelam a série de relevantes serviços prestados por Pedro Ferreira de Oliveira no comando do brigue *Pampeiro*, por ocasião da campanha de 1828 entre o Império e as províncias confederadas do rio da Prata, quer em relação às vezes que o canhão brasileiro teve de troar em desafronta do pendão auriverde, quer na perseverante e solícita proteção que prestou ao comércio, ou na defesa e guarda das costas em que fora muitas vezes empregado, quando a comissão era arriscada e exigia um oficial ativo e desvelado.

O posto de capitão-tenente que então obteve, quando ainda não contava bem sete anos de serviço na armada nacional, foi uma recompensa justa e devida ao seu bem provado mérito, e ninguém mais merecidamente colocou sobre o peito a medalha de honra dessa campanha que também obteve.

Tinha então vinte e seis anos de idade, era capitão-tenente em uma época em que o elemento estrangeiro dominava exclusivamente a corporação da marinha e em que tudo indicava o firme desejo de que esse estado de coisas se perpetuasse. Era sem dúvida preciso que possuísse muito merecimento!

Cumpram ainda que a História registre um fato que lhe pertence, praticado pelo capitão-tenente Oliveira quando ainda se achava no seu brilhante comando do brigue *Pampeiro*.

Tendo saído a cruzar, avista um possante brigue de guerra; dá-lhe este um tiro de pólvora seca com fim de que mostrasse o *Pampeiro* a sua nacionalidade, sem aliás firmar primeiro sua bandeira, como era do seu dever segundo a cortesia e usos marítimos. O *Pampeiro* não se deu por entendido, continuou placidamente no bordo que seguia, aproximando-se sempre do orgulhoso colega. Uma segunda detonação e o sibilo de uma bala férrea fizeram-se ouvir no *Pampeiro*, que ao mesmo tempo distinguiu no penol da mezena do seu antagonista as cores do leopardo britânico. Então, sim, estavam preenchidas as formalidades, satisfeitas todas as conveniências, e o *Pampeiro* não era menos cavalheiro para fazer esperar a devida saudação a tão obsequioso cumprimento. O pendão nacional foi imediatamente firmado com um tiro de bala, que, passando por entre os mastros do brigue inglês, cortou-lhe alguns ligeiros cabos. Desprendeuse dos turcos desse brigue um escaler que, convenientemente tripulado, se encaminhou para o *Pampeiro*. Atravessou este logo a fim de receber a visita que lhe queria fazer a urbanidade britânica. Era porém uma satisfação que exigia o comandante inglês, o qual se julgava ofendido pela bala do canhão brasileiro, sem querer recordar-se de que fora ele quem dera o exemplo da saudação militar. O capitão-tenente Pedro Ferreira respondeu ao agente do comandante inglês em termos peremptórios e enérgicos: — que não tinha satisfações a dar; que, pelo contrário, era ele quem as devia receber, por ter recebido provocações bruscas de um navio de guerra que bem conhecia o *Pampeiro* e sabia qual a comissão que desempenhava; que cortava toda ulterior discussão de palavras e estava resolvido a correr todas as eventualidades de seu ato. E manobrando continuou na mesma direção. O brigue inglês fez o mesmo, porém demandando a barra do Rio de Janeiro, onde à sua chegada pediu o comandante satisfação ao governo brasileiro. Voltando Pedro Ferreira da sua comissão, foi ouvido, e, dada a sua resposta, foi o seu belo procedimento elogiado pelo Ministro da Marinha, o general da Armada Diogo Jorge de Brito.

Depois do *Pampeiro*, passou Pedro Ferreira de Oliveira a comandar os navios de maior força da esquadra nacional, como as corvetas *Defensora* e *Regeneração*, as fragatas *Piranga*, *Campista*, *Paraguaçu*, *Príncipe Imperial*, etc.

O arsenal e intendência da província da Bahia necessitavam de um homem inteligente, probo e criador: Pedro Ferreira foi o escolhido para o respectivo encargo.

Seu caráter sisudo e austera probidade, seu trato lhano, franco e sem pretensões em breve captaram o respeito e a estima dos baianos, que disso lhe deram repetidas provas. Por eles foi eleito mais de uma vez deputado à assembléia provincial e suplente à geral, sempre eleitor, tesoureiro e presidente da caixa econômica, membro da comissão encarregada de render a homenagem do amor e adesão da província à pessoa do Imperador e de representar a mesma província no ato da coroação.

Os serviços que prestou na Bahia foram reconhecidos e premiados com a promoção ao posto de capitão-de-fragata.

Nesse lugar e com esse posto o surpreendeu a revolução que rebentou em 1837.

Chamado por nomeação do presidente a tomar o comando da fragata Constituição, capitânia da força naval em operações naquela província, e assumindo-o em consequência de terem adoecido vários comandantes, tão vivamente se fez sentir a sua ação nesse posto, onde sempre se encontrou nas horas de grave perigo, que, estabelecido e rigorosamente apertado o bloqueio, pode-se dizer que aos seus esforços foi devida, em máxima parte, a terminação da revolução que pouco depois se conseguiu.

Aí foram eminentes os seus serviços. Mais de uma vez cobriu-se de glória. Foi ele quem dirigiu o ataque de abordagem, dado por quatro escaleres com 60 homens a uma escuna dos rebeldes, perfeitamente tripulada e armada, que foi tomada a ferro frio.

Pouco antes de terminada a revolução, chegando ao Rio de Janeiro o capitão-de-mar-e-guerra Raposo, a quem, como mais graduado, competia o comando da força naval, entregou-lhe Pedro Ferreira de Oliveira. Eis o que a seu respeito escreveu nessa ocasião aquele bravo e honrado militar: "Tomando conta da divisão, e informado minuciosamente, com aquele zelo, inteligência e dedicação que distinguem o capitão-de-fragata Pedro Ferreira, dos resultados das operações efetuadas, e ciente das projetadas, cumpre-me declarar que achei a divisão no mais belo pé de ordem e disciplina, e entre os seus navios uma canhoneira tomada por abordagem aos rebeldes e arrancada do ancoradouro da cidade e debaixo de suas baterias pelo referido capitão-de-fra-gata".

Restituído o sossego à província e ocupando Pedro Ferreira outra vez o seu emprego de intendente, galardoado pelo governo com o oficialato da Ordem do Cruzeiro, não tardou a parte sensata da população em dar-lhe as provas do seu reconhecimento elegendo-o deputado à assembléia provincial e 1º suplente à geral.

Os que conhecem o provincialismo baiano por certo aquilatarão devidamente essas provas da afeição consagrada à pessoa de Pedro Ferreira de Oliveira.

Terminado o seu mandato à assembléia, regressou para a corte e apresentou-se ao quartel-general.

Por aviso de 3 de fevereiro de 1842 foi nomeado para examinar a barra da Guaratiba, e por outro de 22 do mesmo mês e ano comandante do corpo de imperiais marinheiros e da fragata *Paraguaçu*.

Este ano de 1842 foi assinalado por novas comoções intestinas, e foram teatro delas as províncias de Minas e São Paulo. Favorecendo a sorte das armas aos homens que se achavam ao leme da nau do estado, permitiu-lhes que alijassem às praias estrangeiras os vencidos, ou antes alguns personagens ligados ao partido que ousara reagir contra a pressão que se pretendia exercer.

Pedro Ferreira de Oliveira foi designado para conduzir os exilados às margens do Tejo na fragata do seu comando. Ao desempenho dos seus deveres oficiais, reuniu, sem prejuízo deles, tanta urbanidade e cavalheirismo, minorou tanto os penosos inconvenientes da posição dos seus hospedes, que a sua comissão, apesar de difícil e desagradável, conquistou-lhe a sincera e constante amizade de todos eles.

Regressando da Europa, e sendo, por decreto de 23 de julho, promovido ao posto de capitão-de-mar-e-guerra, tomou o comando da corveta *Dois de Julho* por ter este navio de fazer parte da esquadra destinada a conduzir de Nápoles ao Rio de Janeiro a adorada princesa que faz hoje a ventura do Império de Santa Cruz.

Por esse motivo foi condecorado pelo rei das Duas Sicílias com o hábito de cavaleiro da Ordem de S. Fernando.

A 9 de fevereiro de 1844 foi nomeado para comandar a divisão naval do Sul, e por aviso de 26 de março elogiado em ordem geral do dia pelo estado de ordem, disciplina e asseio em que os navios do seu comando foram achados pelo ministro da Marinha, indo S. Ex^ª ali inesperadamente.

Em 10 de julho do mesmo ano foi nomeado membro da comissão encarregada do melhoramento das armas da repartição da Marinha.

Temos até aqui percorrido rapidamente as páginas brilhantes da vida deste ilustre marinheiro; temo-lo visto sempre firme no seu posto de honra nos momentos de perigo, e inabalável nos cataclismas por que tem passado o país: chegamos agora a uma das fases da sua carreira onde melhor se pode estudar e conhecer o seu caráter e as elevadas qualidades que o ornavam.

O comando em chefe da estação naval do rio da Prata era então a mais honrosa e difícil comissão militar. Foi escolhido para ele o homem que fora capitão-tenente aos 26 anos, que nesse posto e nessa idade comandara fragatas, e no posto anterior e aos 24 anos nau e corvetas; o homem que havia servido ao país com tanta honra durante vinte e três anos como oficial de marinha em trinta vasos de guerra; aquele, enfim, cujos honrosos precedentes eram atestados por comandos constantes, elogios, promoções e condecorações.

Nomeado para esse comando por decreto imperial de 17 de janeiro de 1845, partiu para o seu destino em 5 de fevereiro, e poucos dias depois arvorou a sua insígnia na capitânia da divisão.

A época era difícil para as repúblicas do Prata.

O déspota sanguinário, que escravizara a república Argentina e a continha sob seus pés na mais abjeta prostração e ignorância, pretendendo submeter ao mesmo tempo a pequena República Oriental do Uruguai, auxiliava ostensivamente com seus soldados ao caudilho que nela queria exercer a ditadura, e que mais tarde, se alcançasse, seria o fiel executor das vontades e das ordens de sangue e extermínio do Nero americano. Essa horda, composta de argentinos e orientais, capitaneada pelo General Oribe, sitiava a cidade de Montevideú, colocando as forças militares das potências ali representadas em posição mui difícil. Para nenhuma nação era essa posição tão delicada e afanosa como para o Brasil, pelas circunstâncias gerais, pelas que nasciam dos imensos interesses de súditos brasileiros sujeitos ao arbítrio dos beligerantes e pelas dificuldades nascidas da rigorosa neutralidade adotada pelo Império e dos antigos ódios de raça.

Como se tudo isso não bastasse, veio mais tarde a intervenção anglo-francesa tornar mais espinhosa a tarefa dos agentes brasileiros.

A situação exigia do comandante da nossa força naval tanta gravidade, penetração, previdência, energia e perseverança, que parece difícil pudesse um só homem reunir tais qualidades e desenvolvê-las por largo espaço de tempo sem a menor contrariedade: porquanto o menor desvio do procedimento que lhe estava traçado na observância da política imperial, e na manutenção dos legítimos interesses brasileiros, poderia causar ao governo do país acerbos desgostos.

Durante cinco anos mostrou-se o chefe brasileiro sempre pronto para obrar em qualquer sentido enérgica e decisivamente. Sempre calmo, os seus movimentos, embora calculados, nunca deixaram de ser livres e desassombrados.

Uma só vez não foram desmentidas as suas combinações.

Apesar das contrariedades e dificuldades em que se achou em tão largo espaço de tempo, teve a fortuna de captar a respeitosa estima não só dos beligerantes, como dos agentes diplomáticos estrangeiros e do governo imperial. A alta satisfação deste lhe foi assegurada por duas promoções por merecimento e pela profusão de elogios que se lêem nos despachos dos ministérios da Marinha e de Estrangeiros. O reiterado pedido de informações políticas, a instância com que se lhe rogava que não deixasse a comissão que lhe estava confiada, as

expressões sumamente lisonjeiras que caracterizavam às comunicações que lhe eram dirigidas, bastariam para intumescer de orgulho o coração de homem menos forte e menos filósofo.

Nesta parte tão importante da vida de Pedro Ferreira de Oliveira não podemos deixar de narrar com alguma minuciosidade três fatos que bem o caracterizam.

O primeiro, que mostra de quanta serenidade dispunha nas ocasiões de extremo perigo, é o seguinte.

Indo o fiel da corveta *Dois de Julho* ao paiol dos mantimentos buscar a ração de aguardente para a marinagem, quase cheia a celha, caiu nela a vela da lanterna que por descuido estava aberta, e, incendiando-se o líquido, pensou o fiel evitar o mal derramando-o no chão. Pelo estado de perturbação em que se achava esqueceu-se de chegar o batoque à torneira da pipa, de modo que, correndo dela aguardente, ia encontrar a que estava inflamada e assim alimentava o incêndio que já se estendia por toda a parte.

O paiol da pólvora era contíguo ao da aguardente.

Pedro Ferreira, que se achava em sua câmara, ouvindo ruído fora do natural, saiu para informar-se.

O oficial do quarto, apenas o avistou, bradou-lhe: há fogo no paiol de pólvora! *É impossível*, respondeu o general imediatamente, e sem a mais leve alteração, *porque, se assim tivesse acontecido, nem o senhor teria tempo para pronunciar essas palavras.*

Mas ouçamo-lo e atenda-se bem ao modo como ele referiu o acontecimento.

"Desci ao lugar da desgraça, e então reconheci toda a extensão do perigo; cumpria subir para fazer executar as minhas ordens; mas ao pôr o pé no primeiro degrau refleti que logo que me visse a guarnição encaminhar-me para a tolda pensaria que eu fugia do perigo por julgá-lo impossível de vencer, e então consequentemente ela se lançaria ao mar como único meio possível de salvação. Contive-me, pois, e, chamando o oficial de quarto, dei-lhe a seguinte ordem: 'Mande tocar a postos, e a toda a pressa que se deite água por esta escotilha até alargar completamente este paiol. Não se recebe auxílio de pessoa alguma: bastamos nós para vencer a dificuldade. E descendo, dirigi pessoalmente os trabalhos, que se concluíram em menos de meia hora, sem termos de lamentar outra qualquer desgraça."

Durante os trabalhos apareceu um escaler de um brigue francês, que estava fundeado junto à corveta, inquirindo do perigo e oferecendo os seus serviços: respondeu-se-lhe que havia fogo a bordo, mas que se lhe agradecia sua obsequiosidade.

Como não há desgraça que não tenha o seu lado bom, serviu este acontecimento para firmar a reputação de excelente disciplina de que gozava a divisão naval brasileira; porque o Almirante Lainé, informado do que ocorria assistiu de seu bordo, armado de óculo, a toda a faina, e nesse mesmo dia à tarde, achando-se em casa do cônsul de Espanha, onde igualmente estavam o ministro brasileiro, e outros cavalheiros, enunciou-se por este modo: "A corveta *Dois de Julho* teve hoje um incêndio a bordo, e a sua tripulação houve-se por modo tão admirável no trabalho da extinção, que mais parecia haver exercício geral a bordo do que tão grande e iminente perigo".

O segundo fato passou-se do modo que se segue.

Em razão das enfermidades que, trazidas de terra, se desenvolveram a bordo dos navios do seu comando, entendeu Pedro Ferreira conveniente estabelecer um hospital em terra, e, com o fim de pôr igualmente a coberto da arbitrariedade oriental uma propriedade brasileira, escolheu o terreno, aliás muito apropriado ao objeto principal, em que existia encravada a charqueada do súdito brasileiro Manuel Gonçalves, situado no litoral do Cerro em frente de Montevideú.

Para proceder em regra, como era seu costume, e como se previsse acontecimentos que depois mostraram o acerto do seu procedimento, procurou, por intermédio da legação imperial, obter do governo da praça a adesão necessária, bem como que fosse considerado neutro aquele território enquanto o ocupasse o hospital brasileiro. Igual acordo obteve do outro beligerante, o General Oribe. Assim ambos os beligerantes sancionaram a ocupação.

Estabelecendo o hospital, ia todos os dias um escaler levar o necessário para os doentes e empregados. De tudo isso estavam informados os almirantes das esquadras interventoras, a francesa e a inglesa.

Foi entretanto substituído o almirante inglês pelo Sr. A. Inglifield. Por exigência da legação imperial, foi necessário mandar-se alguém ao acampamento de Oribe, e, sendo o almirante inglês o bloqueador, a ele se dirigiu Pedro Ferreira, requisitando a competente autorização para despachar um escaler para Ponta d'Éguas. Respondeu-lhe o almirante que só depois de falar ao francês e aos agentes diplomáticos das duas nações, a fim de que eles resolvessem, poderia dar uma resposta definitiva.

Entramos nestes pormenores para fazer conhecer a razão por que Inglifield caiu no equívoco de supor que Pedro Ferreira, sem aguardar a resposta prometida, tentara violar o bloqueio, despachando um escaler ao litoral do Cerro, onde se achava o hospital.

No dia seguinte, como era costume, dirigiu-se o escaler ao hospital, que também servia de depósito de sobressalentes, e voltando com um mastarêu a reboque, foi detido em caminho por um escaler inglês que pretendia conduzi-lo à sua capitânia.

Sendo Pedro Ferreira informado de que um escaler inglês se dirigira ao brasileiro, despachou um outro para saber de que se tratava e para conduzir o nosso a seu bordo.

O almirante inglês, vendo partir esse segundo escaler, despachou três com gente armada e logo depois uma grande lancha tendo à proa uma peça.

Pedro Ferreira fez imediatamente largar mais três escalares bem armados e comandados por um oficial bravo, com a seguinte ordem: trazer a todo o transe o escaler brasileiro ou irem para bordo de Ingfield somente cadáveres. Fez ao mesmo tempo sinal aos outros navios da divisão ordenando-lhes que aprontassem seus escalares.

Neste estado de excitação ouviu-se um tiro partido da capitânia inglesa, e viu-se no penol o sinal chamando os escalares a bordo.

O almirante tinha refletido, e, como cavalheiro valente e humano, pesado bem as consequências do seu ato; e tendo consciência da sua superioridade em força material, retrocedeu, porque o podia fazer sem desonra. Apreciou devidamente a valentia do chefe brasileiro e fez a devida justiça ao seu honroso procedimento.

Assim terminou de modo satisfatório um incidente que se apresentara com caráter tão grave e cujas consequências podiam ter sido mui funestas. Retiraram-se os escalares de ambas as partes e seguiram-se as explicações entre os dois chefes, reconhecendo o inglês o seu equívoco pelo que não duvidou dar as mais completas explicações.

Indo Pedro Ferreira para terra, foi recebido por uma multidão de pessoas que o esperavam para cumprimentá-lo, e entre elas se achou o ministro brasileiro Silva Pontes.

Desde esse momento estreitaram-se de modo notável as relações entre o chefe brasileiro e o almirante inglês.

O governo imperial não se demorou em aprovar a briosamente conduta do comandante da nossa estação naval, e não foi parco nos louvores que lhe dirigiu, como consta da correspondência oficial.

O terceiro fato foi mais complicado e revelou em todo o seu brilho os sentimentos patrióticos e os brios militares de Pedro Ferreira de Oliveira.

O almirante francês Le Predour, chegando a Montevideu para comandar a força naval da sua nação, acompanhado de alguns navios com tropa na qual se manifestara uma epidemia, pediu ao governo que lhe designasse local para estabelecer um hospital, e o governo, animado talvez pelo desejo de humilhar aos brasileiros, desprezando as razões a favor deles apresentadas pelos médicos da junta de higiene, designou a charqueada do sùdito brasileiro Manuel Gonçalves. Era para isso necessário que se retirasse o hospital brasileiro onde diariamente se arvorava o nosso pavilhão, e que havia sido estabelecido em terreno neutralizado e por acordo entre a legação imperial e os dois beligerantes.

De conformidade com a sua resolução, dirigiu o governo de Montevideu uma nota à legação imperial pedindo que fosse desalojado o hospital brasileiro a fim de se estabelecer no mesmo local o da esquadra francesa, cujo governo era seu aliado.

O conselheiro Silva Pontes, informando a Pedro Ferreira dessa exigência, declarou-lhe que era sua opinião que cedesse para evitar complicações.

O chefe brasileiro respondeu, repelindo semelhante resolução e declarando categoricamente que o hospital só sairia a tiro de canhão e depois de ter ele perdido o seu último marinheiro ou de ter queimado a última escorva.

Silva Pontes insistiu, declarando que assumia perante o governo imperial a responsabilidade do ato, mas o chefe retorquiu dizendo firmemente que não subscreveria a ato tão humilhante enquanto tivesse vida, e cortou toda ulterior correspondência com o ministro a esse respeito.

Firme no seu propósito, passou a dar todas as providências para não ser surpreendido, mandando colocar, no dia marcado pelo governo oriental para o desalojamento, nas proximidades do hospital, a

corveta União, o brigue Capiberibe e os mais navios que puderam mudar de ancoradouro e colocar-se em posição vantajosa, e ordenou que todos estivessem prontos para o combate, ao primeiro sinal, quer viesse de terra, quer do mar, de bordo dos navios franceses.

Vendo o governo da praça e o almirante francês a atitude assumida pelo chefe brasileiro, e fazendo a legação conhecer que estava em desacordo com ele, começaram as explicações.

O almirante declarou que não tinha exigido aquele local e não o queria desde que se achava ocupado por outro; e o governo da praça dirigiu imediatamente uma nota à legação imperial dizendo que não insistia no seu propósito, que não fora sua intenção ofender o chefe brasileiro nem obter à força o desalojamento, e que, apenas indicara o lugar na hipótese de querer o mesmo chefe cedê-lo.

O governo imperial, informado do ocorrido por ambos os seus empregados, aprovou, como era de justiça, o procedimento do chefe da estação naval.

Este incidente não alterou as relações que ligavam esses dois empregados; fortificou-se, pelo contrário, a sua amizade, e cresceu o apreço em que o conselheiro Silva Pontes tinha a Pedro Ferreira. Prova-o um ofício que o mesmo conselheiro lhe dirigiu quando, pedindo ele uma licença para vir à corte, deixou o seu comando.

Eis o que se lê nesse ofício:

"Depois de agradecer a V. S^a tanto a participação [da retirada] como o conhecimento que me dá das indicadas instruções [são as que o general deixava ao oficial que o ficava substituindo] nas quais não é possível deixar de encontrar aquele espírito de patriotismo, aquela justa imparcialidade, aqueles sentimentos de humanidade e aquele tino e discernimento que tão preciosa tornam a cooperação de V. S^a nada me resta mais do que fazer votos ao Céu pelo pronto regresso de V. S^a, principalmente se o governo imperial apesar de minhas súplicas continua a conservar-me em uma posição, que se tornará muito mais difícil para mim, dado o caso de que eu tenha de perder absolutamente a valiosa coadjuvação de V. S^a Tal é o meu pensamento como empregado público, sinceramente interessado no melhor serviço do nosso augusto soberano. Como homem particular V. S^a conhece a consideração, estima e amizade que lhe consagro. Deus guarde a V. S^a. Legação do Brasil em Montevidéu, 4 de dezembro de 1849. — Ilm^o Sr. Pedro Ferreira de Oliveira etc. — [assinado] o encarregado de negócios, Rodrigo de Sousa da Silva Pontes."

Chegou Pedro Ferreira ao Rio de Janeiro a 18 de dezembro, mas apenas pôde gozar de menos de um mês de licença. Foi constrangido a regressar para Montevidéu por serem ali precisos os seus serviços. Partiu a 15 de janeiro de 1850.

Colocado outra vez no posto, entregou-se como antes ao serviço do seu país, prestando eficaz proteção ao comércio, que à sua retirada para a presidência da província do Rio Grande do Sul lhe endereçou a mais lisonjeira e cordial manifestação dos seus sentimentos de gratidão.

A época em que Pedro Ferreira de Oliveira foi nomeado para presidir a província do Rio Grande do Sul era difícil e cheia de perigos; mas ele se houve com tanto tino e prudência, que conseguiu acalmar as paixões políticas, conciliar os homens, dispor e preparar o espírito público para a guerra gloriosa, que depois foi empreendida pelo Brasil contra o sanguinário déspota da Confederação Argentina, reunindo o pessoal e material de guerra espalhado por toda a província, promovendo a prosperidade dela e distribuindo a justiça, de modo que saiu estimado e abençoado por todos.

Precipitando-se os acontecimentos políticos, e convindo que o general, comandante-em-chefe do exército de operações fosse ao mesmo tempo presidente da província, foi exonerado da presidência e substituído pelo mais digno sucessor que se lhe podia dar, pelo mais hábil general do Império, por um dos mais distintos servidores da nação, o Marquês de Caxias.

Durante a sua residência no Rio Grande, foi nomeado comendador da Ordem de Aviz, e logo que chegou à corte recebeu a nomeação de capitão do porto do Rio de Janeiro, lugar que, para lhe ser dado, de propósito se criou então, separando-o da inspeção do arsenal.

Em janeiro de 1852 foi honrado pelo Ministério da Fazenda com a nomeação de membro de uma comissão especial para o alinhamento e construção do cais da alfândega do Rio de Janeiro, e pelo Ministério da Marinha foi nomeado membro da comissão científica encarregada do exame das derrotas dos navios da Armada, e incumbido especialmente de recolher as observações indicadas nas cartas de Mr. Maury, diretor do observatório de Washington.

Chegamos a uma época da vida de Pedro Ferreira de Oliveira, em que a justiça, devida mais aos mortos do que aos vivos, porque estes podem defender-se e aqueles legam a sua defesa à posteridade, exigia que entrássemos em uma completa exposição de fatos e razões a fim de remover até a última sombra das censuras que tanto amarguraram os últimos anos da existência do ilustre finado. Mas o homem, que foi em vida um exemplo de patriotismo e abnegação, não será depois de morto obstáculo à conclusão daqueles mesmos negócios, para cujo favorável arranjo empenhou a sua experiência, a sua inteligência e a sua subordinação como militar.

Ainda não está resolvida a mais importante das questões, que originaram a expedição mandada em 1855 ao Paraguai e a comissão diplomática que, com o comando em chefe dessa expedição, foi pelo governo imperial confiada a Pedro Ferreira de Oliveira.

Quando a História, desembaraçada das conveniências políticas e das considerações que a elas se prendem, puder emitir juízo imparcial sobre todas as circunstâncias daquela dupla comissão, confiemos que a biografia do ilustre chefe-de-esquadra oferecerá o raro exemplo de uma longa existência, igual constante sucessão de serviços, na importância deles, e no desempenho de espinhosos deveres espontaneamente assumidos ou impostos pela posição oficial e pela subordinação militar.

Três foram os objetos da missão de que se trata.

1º Reclamar uma satisfação pela ofensa feita ao Império na pessoa do seu encarregado de negócios, o Sr. Filipe José Pereira Leal.

2º Reclamar que o simples trânsito pelos rios Paraguai e Paraná, na parte em que suas águas pertencem à República, fosse franqueado aos navios e súditos brasileiros, como se acha estipulado no art. 3º do tratado de 25 de dezembro de 1850.

3º Celebrar, se o governo da República a isso se prestasse, os ajustes concernentes aos limites e à navegação e comércio entre os dois países em conformidade do art. 15 do mesmo tratado.

A primeira questão foi resolvida de uma maneira honrosa para o Brasil.

Quanto às outras celebrou o plenipotenciário brasileiro duas convenções que o governo imperial julgou não dever ratificar.

Em consequência disso foi Pedro Ferreira de Oliveira exonerado do comando da divisão naval.

Eis o que a esse respeito se lê na sua fé de ofício:

"Por aviso de 4 de junho de 1855 foi exonerado do comando da divisão naval do rio da Prata, e mandado recolher imediatamente a esta corte para dar conta do seu procedimento como plenipotenciário no ajuste das questões pendentes entre o Império e a República do Paraguai."

Essa ordem foi logo executada. Pedro Ferreira de Oliveira recolheu-se ao Rio de Janeiro; mas, apesar de achar-se pronto para dar contas do seu procedimento como vivamente desejava, não teve a satisfação de ver realizada essa segunda parte da resolução do governo.

Dois anos depois de concluída a sua missão, por decreto de 11 de abril de 1857 foi nomeado vogal do Conselho Supremo Militar; em 18 de dezembro do ano seguinte conselheiro de guerra; e em 16 de abril de 1859 diretor da Escola de Marinha.

Foram os últimos cargos que desempenhou.

Faleceu em 11 de março de 1860.

Ainda algumas palavras, e teremos concluído a nossa missão.

Pedro Ferreira de Oliveira, de estatura menos que ordinária, de formas delicadas, bem conformado e proporcionado, de fronte ampla e levemente inclinada para trás, feições simpáticas, olhar sereno e investigador, boca pequena, tinha um defeito físico que não lhe permitia enunciar-se com facilidade, pelo que adquirira o hábito de falar com muita lentidão. Sem possuir ampla e variada instrução literária, possuía a necessária para bem desempenhar, como mais de uma vez mostrou, todas as posições da vida

pública, e toda quanta ciência era de mister à sua profissão, na qual era realmente ilustrado; dotado de muita inteligência e feliz penetração, era fácil em atingir as relações das idéias; de caráter ameno e leal, nunca fez mal a alguém intencionalmente; e se no desempenho de suas obrigações contrariou alguma pretensão, ou fez aplicação severa da lei, foi isso o resultado de ponderosas exigências do dever. Não menos virtuoso nas relações da família, do que como cidadão, foi

esposo e pai extremoso. De uma probidade e inteireza a toda prova, legou à sua família um nome sem mancha, mas nenhuma fortuna, nem um óbolo para o seu saimento. O governo imperial o reconheceu concedendo uma pensão à sua viúva e a uma filha menor.

JOÃO MANUEL PEREIRA DA SILVA



Não se trata nesta biografia de um homem político somente, trata-se também de um literato. **João Manuel Pereira da Silva** nasceu na vila de Iguaçu, província do Rio de Janeiro, no ano de 1818. Era seu pai um negociante, que adotara o Brasil por sua pátria, e que servira na corte os cargos de juiz de paz de almotacé, e sua mãe procedia de uma excelente e numerosa família daquele tempo.

Muito moço seguiu para Paris a completar seus estudos, começados no Rio de Janeiro.

Na Faculdade de Direito formou-se e defendeu tese em 1838, tendo por seu presidente o infeliz Conde Rossi, que foi assassinado em Roma, ocupando o lugar de ministro do papa Pio IX.

Voltando para a sua pátria, preferiu Pereira da Silva a carreira livre e independente de advogado a qualquer emprego público.

No ano de 1840 entrou para a Assembléia Legislativa da província do Rio de Janeiro. No de 1843, tomou assento na Câmara dos Deputados, como suplente.

Esta legislatura porém pouco tempo durou, porque foi dissolvida em maio de 1844, pelo Ministério Macaé e Alves Branco, que, vencendo as eleições, a que fizera proceder em todo o império, expelindo do corpo legislativo a todos os seus adversários, foi neste número incluído

João Manuel Pereira da Silva, que, desde que chegou da Europa, se dedicara ao Partido Conservador.

Continuou a advogar, e ao mesmo tempo pelos seus escritos, e artigos de periódicos, e na assembléia provincial, na qual teve sempre assento, continuou a servir as idéias e interesses do seu partido, até que nas eleições gerais de 1847 conseguiu ser um dos poucos conservadores, que foram eleitos para a Câmara dos Deputados, e que, aí, na sessão de 1848, formava um núcleo de oposição governamental, que trouxe a queda do poder do Partido Liberal, que se conservara na administração desde 1844.

Dissolvida esta Câmara em setembro de 1848 pelo ministério conservador presidido pelo marquês de Monte Alegre, foi de novo reeleito João Manuel Pereira da Silva e voltou para a Câmara em 1850.

Nesta época findou a sua carreira de advogado que deixou, achando-se com uma fortuna independente.

Muitas causas célebres defendeu quer perante o tribunal do júri, quer por escrito no foro civil, que mereceram as honras da publicação nos periódicos do tempo.

Não se esqueceu nunca da literatura pela qual professava particular predileção. Romances, críticas literárias, alguns versos, que publicou durante esse período e que se acham nas coleções de jornais e revistas, levaram-no a empreender estudos sérios e mais de fôlego, e entregou-se às investigações sobre a história de seu país.

Publicou um esboço literário sobre a literatura brasileira para introdução do *Novo Parnaso Brasileiro*: um estudo sobre a influência inglesa em Portugal, e a vida dos poetas Tomás Antônio Gonzaga, e frei Francisco de S. Carlos. Em 1847 imprimiu sob o título de *Plutarco Brasileiro*, em 2 volumes em 8º francês, uma coleção de biografias e críticas, que teve aceitação, apesar de muitos defeitos que se lhe notavam.

Na Câmara dos Deputados de 1850 a 1856 foi sem dúvida um dos oradores mais estimados e dos membros de comissões mais trabalhadores e ativos. Quase que não houve questão importante em que não tomasse parte. Foi um dos

estrênuos defensores da política estrangeira do Visconde do Uruguai, que ocupava a pasta dos Negócios Exteriores. As questões do rio da Prata tão entremeadas de lutas e ódios, as diversas peripécias por que passaram as nossas relações internacionais com a Inglaterra e França, e as tentativas do governo brasileiro para ajustar com os estados americanos confrontantes os seus limites territoriais, e para negociar tratados de navegação, comércio e extradição de criminosos, acharam no deputado pelo Rio de Janeiro um sustentador acérrimo e decidido. A colonização européia foi por ele tratada na sessão de 1853 de uma maneira notável.

A reforma hipotecária, que pretendeu inaugurar no Brasil o Ministério de 1854, obteve dele um luminoso relatório, como relator da comissão especial que a Câmara dos Deputados nomeou. Os negócios da guerra e marinha ocuparam a sua atenção e cuidados, e pertenceu durante algumas sessões à comissão de marinha e guerra.

A convenção da moeda falsa, que se negociou com o governo português, para o fim de terminar este cancro, que envergonhava as duas nações e só servia para ilicitamente enriquecer alguns indivíduos, foi por ele sustentada, e mereceu esse seu comportamento, e a sua posição de relator da comissão diplomática, encarregada do exame e parecer sobre tal assunto, a comenda da Ordem de Aviz, que enviou-lhe el-rei de Portugal. Por fim, a reforma da lei de eleições, que acabou com os deputados por províncias e organizou os representantes de pequenos círculos, teve nele um campeão, que a primeira vez que foi executada o tornou uma das suas vítimas mais ilustres.

Ainda depois desta derrota, presidiu por alguns meses a província do Rio de Janeiro, em cujo governo adquiriu geral simpatia pela sua atividade, conhecimentos especiais e zelo como administrador.

Descido da presidência, partiu para a Europa, e lá, cumpre dizer com verdade, não fez menores serviços ao seu país com os seus escritos.

Foi um deles notável a publicação que fez na língua francesa na *Revista dos Dois Mundos* de 15 de abril de 1858, a respeito do Império do Brasil durante o governo do Sr. D. Pedro II.

É um trabalho, se bem que conciso, completo; política, comércio, indústria, finanças, recursos e forças do Brasil, tudo ali se descreve com a maior exatidão. Em resposta a quanto se publicara na Europa a respeito de sua pátria, mostrou ele ao mundo, e por uma publicação lida por número enorme de gente, e gente habilitada, o que era o Brasil, e o futuro que o devia esperar.

Este trabalho foi publicado em traduções alemãs e inglesas e causou sensação na Europa. Traduzido também em português, foi publicado em Lisboa e no Rio de Janeiro.

Outra publicação, que fez na Europa, foi a da obra *Varões ilustres do Brasil durante os tempos coloniais*, em 2 volumes em 8º francês. É a re-compilação dos trabalhos históricos e literários do autor sobre o Brasil. Acrescentou-lhe grande massa de novidade, e formou um livro, que teve traduções parciais em revistas francesas, e foi elogiado pelos jornais e revistas francesas, inglesas, alemãs e italianas, e por conhecidos e abalizados escritores.

Estas publicações causaram no Brasil agradável sensação. Muitos adversários políticos seus mudaram seus ressentimentos em estima. Quando João Manuel Pereira da Silva chegou ao Rio de Janeiro, de volta de sua excursão, achou-se membro da assembléia provincial do Rio de Janeiro e presidente por unanimidade de votos.

Tem-se conservado neste posto: tem servido em várias comissões de nomeação do governo, como a de presidente da inspeção da casa de correção e de membro da reformadora da lei de câmaras municipais e da lei da guarda nacional; tem servido de consultor do Ministério do Império, e, além da comenda de Cristo, obteve também ultimamente da munificência imperial a grande dignitária da Ordem da Rosa.

João Manuel Pereira da Silva é membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro desde sua fundação, do Instituto dos Advogados, do Instituto Histórico de França e várias outras associações científicas e literárias.

MARQUÊS DE S. JOÃO DE PALMA



Dom **Francisco de Assis Mascarenhas** nasceu na cidade de Lisboa a 30 de setembro de 1779. Foram seus pais D. José de Assis Mascarenhas, conde de Óbidos, Sabugal e Palma, e D. Helena de Lima, condessa dos mesmos títulos, filha dos marqueses de Ponte de Lima. Os filhos das famílias nobres de Portugal, em geral preferiam a carreira das armas à das letras. A nobreza desse reino, assim como de toda a Europa, repousava sobre a tradição da glória militar. As guerras de África, os feitos d'armas mais recentes e mais brilhantes ainda da conquista das Índias Orientais conservavam entre a nobreza portuguesa muito vivaz o amor à carreira militar.

Apesar de pertencer a uma das famílias mais nobres e antigas do reino de Portugal, família que segundo geralmente se dizia tinha relações de parentesco com a dinastia reinante, o jovem D. Francisco já por sua vocação natural às

letras, já pelo amor que seus nobres pais votavam a todas as profissões liberais, foi mandado à Universidade de Coimbra para aí frequentar o curso de Direito.

Feitos os seus estudos preparatórios com notável aproveitamento, o jovem D. Francisco matriculou-se no curso de leis, que frequentou até o 2º ano. Seu talento provado nas lidas escolásticas, sua aptidão

para o manejo dos negócios públicos, fizeram com que seu pai o retirasse cedo da escola para dedicá-lo ao serviço do rei.

Há muito tempo o Brasil era o teatro onde se exercitavam os talentos da nobreza portuguesa. Para aqui mandavam os reis de Portugal filhos das principais famílias do reino com cargos mais ou menos importantes.

Ainda bem jovem D. Francisco de Assis Mascarenhas foi nomeado governador e capitão-general da capitania de Goiás.

Embora fosse muito remota, de escassa população, e de minguados recursos a capitania de Goiás, o novo capitão-general houve-se com tal prudência, revelou tanto tino administrativo no seu governo, que o Sr. D. João VI, que com sua corte havia passado para o Brasil, quis aproveitar seus talentos, e ao mesmo tempo recompensar seu zelo e dedicação pelo serviço público, nomeando-o governador e capitão-general da capitania de Minas Gerais.

De todas as terras de Portugal era então a capitania de Minas a que mais atenção merecia aos reis de Portugal. Sua grande extensão, a avultada população que já então encerrava em seu seio, sua adiantada civilização, os imensos interesses ligados às suas riquíssimas minas de ouro, a importante repartição da intendência dos diamantes, que eram explorados por conta do estado, tudo concorria para tornar o governo dessa capitania muito cobiçado mesmo por homens do maior merecimento.

A nomeação para esse elevado cargo ordinariamente não recaía senão em homens de uma grande reputação, de talentos superiores, de aptidão administrativa já experimentada. O Sr. D. João VI, escolhendo para esse importante lugar a D. Francisco de Assis Mascarenhas, demonstrava de um modo solene o grande apreço em que tinha suas luzes, seus talentos, seu patriotismo.

Bem depressa o novo governador de Minas provou que, embora muito moço, ninguém melhor do que ele poderia desempenhar as árduas funções de seu emprego. Apenas tomou posse, em 5 de fevereiro de 1810, aplicou-se com todo o ardor a estudar as necessidades da capitania, e a tomar as medidas que estavam nas faculdades de um capitão-general.

É sabido que a mudança da corte de Lisboa para o Rio de Janeiro não foi um fato indiferente ao Brasil. O rei, vendo com seus próprios olhos a magnificência da terra de Santa Cruz, tratou de dar-lhe todo o impulso, de desenvolver todos os germes de riqueza que encerrava. Não só na corte como em algumas províncias promoviam-se grandes melhoramentos, muitos dos quais infelizmente não puderam ser levados a efeito.

Aos cuidados do governador de Minas confiou o Sr. D. João VI muitos projetos de grande vantagem para aquela província. Cometeu-lhe o trabalho de organização de um sistema bem combinado de presídios militares que servissem não só para evitar que os selvagens perturbassem os pacíficos habitantes das matas, como também para chamá-los ao grêmio da civilização. Já há muito existiam, é verdade, as divisões das matas do rio Doce, porém foi só então que pensou-se em dar-lhes uma organização salutar.

A navegação do rio Doce, assunto que preocupou bastante o governo do Sr. D. João VI e também do Sr. D. Pedro I, foi recomendada com todo e empenho ao governador de Minas. Em uma carta régia de 21 de agosto de 1810, que temos à vista, o príncipe regente insiste com o general sobre as vantagens dessa navegação, e recomenda-a muito particularmente ao seu reconhecido zelo e dedicação.

As expressões cheias de cordialidade, de que o Sr. D. João VI se servia quando escrevia a D. Francisco de Assis Mascarenhas, demonstram de um modo inequívoco que era ele um administrador que sabia dedicar-se aos interesses dos países que eram confiados aos seus talentos.

Homem ativo, administrador consciencioso, não se poupava a trabalhos, quando se tratava do interesse público. É assim que visitava os pontos mais importantes das capitanias que governava, para pessoalmente conhecer suas necessidades e provê-las de remédio.

Através de caminhos ingratos percorreu toda a distância que separa Vila Rica, hoje cidade do Ouro Preto, do arraial do Tijuco, hoje cidade de Diamantina, para por si mesmo examinar o estado em que se achava a intendência dos diamantes, estabelecida naquele arraial.

Em reconhecimento dos bons serviços prestados em Goiás e em Minas no primeiro ano de sua administração, o príncipe regente fez-lhe mercê do título de conde de Palma.

A carreira administrativa de D. Francisco de Assis Mascarenhas foi das mais longas. Seu governo em Minas prolongou-se até 11 de abril de 1814. Logo depois passou a administrar a capitania de São Paulo e finalmente a da Bahia.

O modo por que se houve em todas essas administrações granjeou-lhe na corte tal reputação que o rei não duvidou nomeá-lo para o importante lugar de vice-rei da Índia portuguesa, emprego que não aceitou.

Por esse tempo foi agraciado com a grã-cruz da Ordem de Cristo e nomeado presidente do Desembargo do Paço, regedor da justiça e conselheiro de estado.

Por ocasião da nossa emancipação política D. Francisco de Assis Mascarenhas não trepidou um só momento em abraçar a causa do Brasil em cujo serviço tinha gasto toda a sua mocidade.

No reinado do Sr. D. Pedro I não lhe faltaram honras e distinções, nem tampouco resfriou-se o seu zelo e dedicação pelo serviço público.

Foi então agraciado com o título de marquês de S. João de Palma, nomeado mordomo-mor do imperador e grã-cruz efetivo da imperial Ordem da Rosa.

Assistiu à coroação do Sr. D. Pedro I como condestável.

Com a nova ordem de coisas o nome do marquês de S. João de Palma não perdeu o prestígio que havia adquirido nos tempos do regime absoluto.

Pelo contrário bem depressa teve ele uma prova irrecusável da confiança que inspirava geralmente.

Na eleição dos primeiros senadores em 1826, seu nome foi apresentado à escolha imperial por quatro províncias. O Sr. Pedro I escolheu-o membro pela província de São Paulo.

Três anos depois, em 1829, o Imperador confiou-lhe uma missão especial na Europa.

O marquês de S. João de Palma uniu-se em casamento à D. Joana Bernardina do Nascimento Reis, filha legítima do coronel Joaquim Vicente dos Reis, abastado fazendeiro da Vila de Goitacases, hoje cidade de Campos.

Dotado de um coração cheio de bondade, animado sempre da mais cordial benevolência para com todos, cavalheiro, generoso, de um desinteresse pouco comum, o marquês de S. João de Palma fazia-se estimar de todos quantos tinham ocasião de tratá-lo. Seu gênio afável conquistou-lhe a simpatia dos povos de todas as capitanias que governou.

Aos 6 de março de 1843, contando 64 anos de idade, o marquês de S. João de Palma terminou sua carreira neste mundo, deixando um nome digno da nobre família a que pertencia.

JOSÉ JOAQUIM DA ROCHA



O Capitão-mor **José Joaquim da Rocha**, do conselho de Sua Majestade o Imperador, dignitário da ordem imperial do Cruzeiro, nasceu na cidade de Mariana, antiga capital da província de Minas Gerais, em 19 de outubro de 1777; ali fez seus estudos e com tanto aproveitamento, que com 16 anos de idade, por escolha de seu mestre o padre Pascoal Bernardino de Matos, que foi mestre dos marqueses de Queluz, Barbacena e Sabará, dos conselheiros Lúcio Soares Teixeira de Gouveia e Francisco de Paula Pereira Duarte, regeu a aula de latim de que o mesmo era professor; casou-se em 25 de abril de 1798, por cujo motivo deixou de seguir para a Universidade de Coimbra, para se formar em Direito; serviu vários cargos da governança e ofícios de justiça, únicos empregos que então havia em sua cidade natal, e com tal perícia e bom comportamento se houve que mereceu a estima não só dos juizes com quem serviu, como do reverendo bispo que então regia a diocese de Mariana, do capitão-geral e de outros funcionários públicos da capital; foi oficial do regimento de milícias da

cidade e capitão de ordenanças de um distrito próximo a ela, para cujo posto foi escolhido para com sua prudência e tino fazer cessar as dissensões que existiam entre diversos possuidores de terras auríferas do lugar, o que conseguiu sem estrépito de armas, ou de injustiça, por cujo serviço, e por outros prestados depois, foi promovido ao posto de capitão-mor agregado, e de efetivo por morte do que o era. Em 1808, quando a família real portuguesa chegou ao Rio de Janeiro, veio ele procurar algum emprego que estivesse a par de seus conhecimentos; aqui se fixou, e, ainda que não formado em Direito, estabeleceu banca de advocacia; nessa carreira se houve com tanta inteligência, que era tido como um dos mais hábeis advogados de seu tempo, tanto no cível como no eclesiástico, o seu ministério foi sempre prestado gratuitamente aos homens do foro, aos pobres, e às viúvas desvalidas; e aos ricos mesmo só exigia o pagamento de seu trabalho antes pelo valor da causa do que pelo valor do mesmo trabalho.

Achando-se a administração dos hospitais militares em muita confusão, principalmente na parte relativa à despesa com a sua manutenção, foi ela reorganizada; instituindo-se uma junta com o título de junta médico-cirúrgica e administrativa dos hospitais militares, o capitão-mor Rocha foi escolhido pelo seu zelo e pureza para contador fiscal dela, tendo debaixo de sua inspeção a compra de todos os objetos necessários ao hospital militar e da marinha da corte, e do que se remetia para os das províncias.

Em 1821, quando se proclamou no Rio de Janeiro a Constituição de Portugal, o capitão-mor Rocha aderiu a ela como o meio mais seguro de manter-se a união das províncias do Brasil, que por vezes tinham dado mostras de quererem-se separar uma das outras; nas primeiras reuniões para a escolha dos eleitores que deviam nomear os deputados às Cortes Constituintes de Portugal foi ele sempre contemplado; já para promissário paroquial, já para eleitor de comarca, e já para eleitor de província; a província de Minas o elegeu deputado suplente às Cortes de Portugal.

Quando em dezembro de 1821 chegaram ao Rio de Janeiro os decretos das Cortes de Portugal, de 29 de setembro do mesmo ano, um que, destituindo o Brasil da categoria de reino a que fora elevado pela carta de lei de 16 de dezembro de 1815, dava nova forma ao governo das províncias, e outro que mandava retirar-se do Brasil, para viajar pela Europa, ao Sr. D. Pedro de Alcântara, príncipe real do reino unido de Portugal, Brasil e Algarves, que aqui ficara como regente e lugar-tenente de seu augusto pai o Sr. D. João VI, o capitão-mor Rocha foi o primeiro que teve a lembrança de pedir-se ao príncipe regente que suspendesse a sua partida até que às Cortes de Portugal fossem dirigidas representações dos povos do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas e outras províncias do Brasil, e de combinação com seu irmão o tenente-coronel Joaquim José de Almeida, do batalhão de caçadores, assentaram em mandar-se

emissários aos governos de São Paulo e Minas, convidando-os para este fim; e escrevendo aos seus amigos que faziam parte deles, com efeito partiu para São Paulo o capitão Pedro Dias de Macedo Pais Leme, depois marquês de Quixeramobim, e para Minas o tenente Paulo Barbosa da Silva, hoje brigadeiro, conselheiro e mordomo da casa imperial, para, além das cartas de que se encarregaram para fazer entrega, pessoalmente instruírem aos governos das ditas províncias dos acontecimentos do dia e pedir-lhe suas coadjuvações, e, graças ao zelo que os ditos emissários empregaram, conseguiram o que desejavam, vindo deputações dos ditos governos a solicitarem do príncipe a suspensão de sua viagem e a sua permanência no Brasil; foi o capitão-mor Rocha que teve a iniciativa da representação do povo da cidade do Rio de Janeiro, e coadjuvado pelo dr. José Mariano de Azevedo Coutinho e Fr. Francisco de S. Paio, religioso franciscano do convento da corte, redigiram a que o senado da Câmara dirigiu ao príncipe regente em 9 de junho de 1822, fazendo assinar a representação pelas estações públicas e por casas particulares, por seu filho Inocêncio da Rocha Maciel, e seu amigo Antônio de Meneses Vasconcelos de Drummond, hoje conselheiro, e depois abrindo as portas de sua casa de dia e de noite para ali serem elas assinadas pelas pessoas que o desejavam fazer, sem receio das ameaças que diariamente eram feitas pelos soldados e oficiais da divisão portuguesa que aqui se achavam, e que com tenacidade exigiam a saída do príncipe; o testemunho disto está bem patente no que o tenente-general Jorge d'Avilez, que foi comandante das armas da corte e depois da dita divisão, disse no relatório que fez ao governo de Portugal sobre os motivos que deram causa à retirada dela para aquele reino, datado do navio que conduziu Sua Excelência em 21 de maio de 1822; entre outras coisas disse aquele general "que a *barca de vapor* tinha partido para a capitania de Santos com deputados a todas as câmaras da costa, a solicitá-la para fazerem causa comum com o Rio de Janeiro, e que este negócio era manejado pelo *insigne rábula Rocha*, em cuja casa havia uma subscrição de assinaturas, tendentes a este fim".

Apresentada a representação do povo do Rio de Janeiro pelo senado da Câmara ao príncipe regente, e declarando este que anuí ao voto do povo, e que não partia para a Europa, amotinou-se a tropa portuguesa, e o capitão-mor Rocha foi indicado como o principal causador dos acontecimentos, e sua casa na Rua da Ajuda, Canto do Beco do Propósito, foi marcada como uma das que deviam ser arrasadas, e tanto que, quando a tropa portuguesa pegou em armas na noite de 11 de janeiro de 1822 foi colocada no morro do Castelo, junto ao convento dos Barbadinhos, uma peça de artilharia apontada para a dita casa, a qual só foi retirada na tarde do dia 12, quando a tropa embarcou para a Praia Grande; e o capitão-mor só teve notícia deste acontecimento à noite, quando voltou do quartel do campo de Santa Ana, para onde tinha marchado com seus filhos e irmãos a pegar em armas contra a referida tropa.

Durante o tempo que mediou entre a saída da tropa portuguesa, e a volta da resposta das Cortes às representações do povo, o capitão-mor Rocha fez com que os deputados de Minas, em cujo número era ele contemplado como suplente, suspendessem sua partida para Lisboa; sua casa ficou sempre como o ponto de reunião dos que desejavam a residência do Príncipe Regente no Brasil, foi ele quem, à vista dos acontecimentos que se davam, lembrou-se de escrever às pessoas influentes das diversas vilas e cidades da província de Minas, para aclamarem Imperador do Brasil ao príncipe regente, e tão acertadas foram as medidas que tomou, que a idéia foi logo abraçada pelas câmaras das ditas vilas e cidades, tanto que quando chegou a Barbacena o padre Januário da Cunha Barbosa, emissário mandado à província de Minas para o dito fim, já achou lavrada a ata em que a câmara e povo daquela (então) vila tinha tomado a deliberação de fazer a aclamação no dia 12 de outubro de 1822.

Em atenção aos serviços prestados ao país pelo capitão-mor Rocha, foi ele agraciado pelo novo imperador com a insígnia de dignitário da ordem imperial do Cruzeiro, criada no dia 1º de dezembro do mesmo ano, e escolhido pela província de Minas como representante dela na Assembléia Geral Constituinte, que se devia reunir no dia 3 de maio de 1823: teve sempre idéias monárquico-constitucionais, opondo-se às de absolutismo ou republicanismo.

Dissolvida a Assembléia Constituinte em novembro de 1823, foi o capitão-mor Rocha, e seus dois filhos, Inocêncio e Juvêncio, presos e deportados para a França, assim como o foram os irmãos Andrade, Montezuma, e o padre Belchior. Residiu em Paris até princípios de 1830, quando regressou para sua casa, e aí continuou na sua profissão de advogado, até que houve a revolução de 7 de abril de 1831, que chamou ao trono o Sr. D. Pedro II, e fez retirar-se para a Europa o Sr. D. Pedro I: foi o capitão-mor Rocha nomeado pela regência provisória em nome do Sr. D. Pedro II, em 12 do dito mês, enviado extraordinário e ministro plenipotenciário do império em Paris; nesta missão se houve com tanto tino, que teve as boas graças do rei Luís Filipe, da rainha, e da família real; em seu caráter de ministro foi chamado pelo Sr. D. Pedro I, duque de Bragança, para assistir ao parto da Imperatriz Amélia, que teve lugar em Paris, a 1º de dezembro de 1831; comparecendo no palácio do duque, aí se conservou até verificar-se o nascimento da princesa D. Maria Amélia, e lavrar-se o auto de verificação da identidade de sua pessoa, e com este passo deu ocasião não só a que o duque de Bragança fosse no dia 2 do dito mês à legação do Brasil em Paris cumprimentá-lo por ocasião dos anos do Sr. D. Pedro II, como a fazer que cessassem as desconfianças que haviam de que o mesmo duque pretendia reclamar a abdicação que havia feito da coroa do Brasil, como asseveraram outros membros do corpo diplomático.

Achando-se complicado em Roma o negócio da confirmação da nomeação do Dr. Antônio Maria de Moura para bispo do Rio de Janeiro, foi o capitão-mor

Rocha mandado pela regência no mesmo caráter de ministro plenipotenciário junto da Santa Sé, por carta credencial de 28 de fevereiro de 1834, e aí também se houve com tanta prudência e tino que alcançou da Santa Sé a favor do Dr. Moura dispensas de impedimentos até então negadas, fazendo ele apenas uma protestação de fé em lugar da retratação até aí exigida, feito o que seriam expedidas as bulas de confirmação e sagração, o que se não realizou por causa da resposta que o Dr. Moura deu ao governo, em que declarava que se recusaria a fazer tal protestação de fé: dada por finda esta missão, voltou o capitão-mor Rocha segunda vez para sua banca de advogado com uma dívida maior de 4:000\$000, contraída nas duas missões, e que pagou com o seu trabalho.

Por ocasião da sagração do Sr. D. Pedro II, foi o capitão-mor Rocha agraciado com título do conselho.

Estragada sua vista e saúde com o assíduo trabalho obteve por prêmio de todos os seus serviços uma pensão de 1:200\$000 com sobrevivência à sua mulher e filhas, a qual só estas participaram, por ter ele falecido em 16 de julho de 1848, antes de ser ela aprovada pelo corpo legislativo: o imperador tendo notícia de sua morte ordenou que as despesas do funeral fossem pagas à custa de seu bolsinho, e apesar disso foi feito com a necessária decência e parcimônia; quando se anunciou seu passamento todos os jornais do dia lhe fizeram a devida justiça, e na ocasião de dar-se à sepultura o seu corpo, o Sr. M. A. Porto Alegre, orador do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil de que ele era membro, pronunciou o discurso seguinte:

"Foi igual na modéstia, e amor pátrio!

"No ânimo contristado de todos os amigos, que vêm dar o último adeus aos restos mortais do venerando conselheiro José Joaquim da Rocha, se manifesta um grande pensamento, que se abraça com duas idéias sublimes: se pensamos na pátria — a gratidão; se no homem que foi — uma inextinguível saudade; este pensamento, que revela um mundo e um varão ilustre, abre no coração brasileiro um templo de emoções sagradas, e o sublima até onde é possível; até os términos da mais acrisolada virtude; este pensamento, brasileiros, que agora borbulha em vossos peitos, que neste momento enflorasse os vossos lábios, e como um eco da consciência, e como um voto ungido pela fé e pelo amor, voa a depositar-se respeitosamente sobre este esquife, é aquele mesmo que realizou a palavra do Ipiranga: é o *fiat* da independência.

"É a independência da nossa pátria, é o sonho do modesto Espártaco, realizado à sombra augusta, plácida e paternal da monarquia, é a independência sem lagos de sangue, sem os horrores da anarquia, sem as monstruosidades da guerra civil e sem essas incalculáveis peripécias que sagram o carrasco, exterminam todas as virtudes, e plantam o gérmen da crueldade e da barbárie.

"É a independência tal qual a concebeu José Joaquim da Rocha, e tal qual a realizaram os brasileiros, o monumento de glória que ilustrará eternamente a memória desta ilustre vítima de uma inqualificável modéstia, em uma época em que se pede o prêmio antes da vitória, e o salário antes do trabalho.

"A vida do conselheiro Rocha se assemelha a esses rios caudalosos que rebentam à flor da terra, e que depois de fertilizarem vastíssimas regiões se aprofundam de novo e se perdem nas areias do oceano; foi uma vida missiva, que resplandeceu em uma fase de glória, e que foi coroada com a palma do martírio: o dia do seu nascimento, e o dia do seu consórcio, têm alguma misteriosa coincidência com os destinos do Brasil: há neles a expressão da monarquia e da liberdade, há neles uma profética harmonia, uma revelação dos futuros acontecimentos.

"Na época da independência, a casa do capitão-mor Rocha teve a honra de possuir, durante a estada de Avilez no Castelo, uma peça de artilharia constantemente assestada e para ela apontada.

"Foi membro da assembléia constituinte, e compartilhou a sorte dos ilustres Andradas.

O Sr. Pedro I, no dia 1º de dezembro de 1831, antes do nascimento da Sra. D. Amélia, diante dos príncipes da França, dos membros do governo, de todo o corpo diplomático e de alguns brasileiros, disse-lhe, abraçando-o, que ele era um perfeito cavalheiro: era então o conselheiro Rocha enviado extraordinário e ministro plenipotenciário junto à corte de Luís Filipe.

"O rei dos franceses e sua virtuosa esposa o estimavam ao ponto de o convidarem para assistir às reuniões de família e a esses festejos domésticos, onde só ele se achava, sem seus colegas do corpo diplomático.

"Mandado a Roma, recebeu do santo padre Gregório XVI provas não equívocas de uma particular afeição: o conselheiro Rocha possuía o segredo de se tornar amado, e de se fazer respeitar debaixo das aparências de sua modéstia proverbial.

"O Instituto Histórico não nos manda aqui para com tristes recordações aumentarmos a dor geral; os pobres perderam no pobre e

laborioso conselheiro Rocha um grande amparo, e sua honrada família um verdadeiro pai, o modelo de todas as virtudes patriarcais.

"Um trabalho insano e excessivo para sua idade e forças abreviou seus dias, e muito concorreu para o seu total aniquilamento a perda progressiva de sua tão preciosa vista.

"Sua Majestade o Sr. D. Pedro II tratou sempre com particular estima o conselheiro Rocha: deu-lhe uma pensão com sobrevivência à sua consorte e duas filhas, e para mais autenticar a sua munificente proteção, mandou-lhe fazer este funeral.

"Quando estive em Roma, e lá recebi os benefícios do conselheiro Rocha ouvi-o dizer ao maior poeta do Brasil estas memoráveis palavras: 'Dou por bem empregado todos os sacrifícios e perdas enormes que tive de 1822 a 1830, se uma voz se levantar na minha sepultura e pronunciar estas palavras — Independência ou Morte — *`porque nestas palavras se encerram os dias maiores e os mais felizes da minha vida'*; e o conselheiro Rocha chorou!

"Sejam, pois, cumpridos os seus desejos de uma maneira solene e patriótica, e receba o conselheiro José Joaquim da Rocha esta coroa de Brasil em nome da pátria, em nome da História, que lhe oferta o Instituto Histórico, que guardará sempre a mais grata recordação do seu finado sócio honorário, do benemérito José Joaquim da Rocha, que foi o primeiro motor da nossa independência.

"Independência ou Morte."

JOSÉ INÁCIO SILVEIRA DA MOTA



O conselheiro **José Inácio Silveira da Mota**, nasceu a 15 de fevereiro de 1811 na capital da província de Goiás, sendo aí ouvidor da comarca seu falecido pai o conselheiro Joaquim Inácio Silveira da Mota.

Em agosto de 1823 foi enviado por seus pais para Lisboa onde fez seus estudos clássicos, que havia começado na Bahia: destinava-o seu pai a estudar na Universidade de Coimbra o curso de Direito. Para essa Universidade foi ele mandado em 1828, mas as dissensões políticas dessa época naquele reino interromperam os trabalhos da Universidade. Nessas dissensões tomaram parte muitos brasileiros; o Sr. Silveira da Mota compreendeu que, brasileiro, devia abster-se de toda a intervenção pessoal, quaisquer que fossem as suas idéias e simpatias. Voltando para Lisboa, soube que se tinham criado os cursos jurídicos de São Paulo e Olinda; embarcou pois imediatamente para o Rio de Janeiro, e daqui seguiu para São Paulo a tempo de poder matricular-se no ano de 1829.

Concluiu os seus estudos escolares em novembro de 1833, tomando o grau de bacharel.

Nesse mesmo ano apresentou teses para o grau de doutor, e o obteve; e estando vagas duas cadeiras de substitutos do curso jurídico, concorreu para uma dessas cadeiras, com outros quatro candidatos, e obteve não só a aprovação, como também as mais honrosas votações relativas, de onde resultou ser nomeado substituto para uma das cadeiras vagas pela regência permanente.

Muito se deve gloriar o Sr. Silveira da Mota do brilhante começo de sua carreira literária e pública. Tendo perdido seu pai na idade de 21 anos, quando ainda era estudante do 4º ano, não tendo herdado senão o nome e a honradez do velho magistrado, ficou arrimo de numerosa família e destituído de todos os bens da fortuna. Mas conseguiu vencer o apuro dessas circunstâncias; os seus já então reconhecidos talentos, as suas ótimas qualidades lhe granjearam amigos entre as notabilidades da província em que residia; entre estas ufanar-se-á de contar os Paula Sosas, os Costas Carvalhos, os Feijós, e os Vicentes Pires da Mota.

Os seus primeiros títulos de glória literária foram exibidos na cadeira de Direito Criminal, que regeu por 4 anos; dela passou para a teoria de processo, ultimamente para a de Direito Administrativo, que lecionou por poucos dias.

O júri lhe abriu campo para o talento de orador que depois demonstrou na tribuna das câmaras legislativas. No júri de São Paulo ficou memória de algumas de suas defesas, distinguindo-se especialmente as que era obrigado a improvisar por ser na ocasião mesma do julgamento convidado pelos juizes de direito para defender réus desvalidos. Entre esses improvisos citaremos o discurso em defesa de um réu escravo condenado à morte — o discurso em defesa do tenente-coronel Lacerda, acusado como autor da rebelião de 1842, da qual o Sr. Silveira da Mota fora, aliás, franco adversário.

A essas lidas do professorado e da advocacia ficou entregue desde 1834 até 1842, estranho ao movimento político da província, fortificando e enriquecendo o seu espírito pelo estudo e pela reflexão.

Em 1842, sendo deputado provincial, tomou a parte mais importante nas discussões tempestuosas dessa assembléia, sendo o único orador que se opunha aos homens notáveis que então nela tinham assento, e tomavam parte nos debates, Paula Sousa, Vergueiro, Antônio Carlos, Martim Francisco, Álvares Machado, Rodrigues dos Santos, etc.

Em 1842, porém, os debates não deviam circunscrever-se às assembléias políticas: os adversários do governo conspiraram à subversão da ordem pública, e fizeram aparecer o movimento revolucionário.

Homem de ação tanto como homem de estudo e de gabinete, o Sr. Silveira da Mota, ao lado do general hoje marquês de Caxias, prestou à pacificação da província serviços importantes; se porém o guiava o entusiasmo, não o cegava o fanatismo, e os próprios adversários políticos acharam nele, quando vencidos, um protetor desvelado.

Em 1849 a província de São Paulo o mandou à Câmara dos Deputados, e reelegeu-o em 1853. Em posição mais elevada, melhor pôde então o Dr. Silveira da Mota mostrar todo o seu merecimento. Fiel à idéia política que sempre abraçara, e que nunca desmentiu, o digno brasileiro fez-se especialmente notável nas grandes questões sociais que se prendem ao cativo. Depois de importantes interpelações dirigidas ao ministro de Estrangeiros acerca das violências que estavam sendo praticadas pelo cruzeiro inglês nos nossos portos e litorais, e que mostrou a justa indignação do patriotismo, apresentou ele, expôs e defendeu um projeto tendente a excluir lentamente das cidades e concentrar no campo a população escrava, pelos meios indiretos de um imposto progressivo.

Apresentado em 1853 pela província do seu nascimento em lista tríplice para senador, foi por carta imperial de abril desse ano escolhido, e o senador continuou a obra do deputado.

Em oposição às medidas financeiras do Ministério Sousa Franco, fez importantes discursos sobre os saques com que o ministro, querendo acudir a perigos fantásticos, expôs seriamente o crédito do país. Não acompanharemos a vida parlamentar do nobre goiano, apenas mencionaremos os dois belos e progressivos projetos de um liberalismo prático que ele apresentou este ano, já proibindo os leilões e praças de escravos, já concedendo aos escravos o direito da família, e vedando a venda de filhos separados de seus pais e de suas mães.

O Sr. conselheiro Silveira da Mota é advogado do foro fluminense, e nele goza da consideração devida a um belo talento unido a um belo caráter.

ALEXANDRE JOAQUIM DE SIQUEIRA



Nasceu o Sr. **Alexandre Joaquim de Siqueira** aos 19 de dezembro e 1814, no sítio de Coboró, termo da cidade de Niterói, província do Rio de Janeiro.

Foi o quinto filho de Joaquim José de Siqueira, e de sua esposa D. Alexandrina Maria de Siqueira.

Formado em Direito aos 21 anos, ao regressar de São Paulo em 1835 exerceu por pouco tempo o lugar de promotor público da corte.

No ano de 1836 estabeleceu a sua residência na Vila de Vassouras, onde advogou até 1842, em que foi nomeado juiz municipal e de órfãos daquela Vila.

Tendo rebentado a rebelião de Minas, Siqueira empregou todos os meios com que as leis o habilitavam e a influência de que dispunha, para debelá-la; fazendo marchar a guarda nacional de Vassouras para aquela província, e promovendo

uma subscrição, para a qual também contribuiu de sua bolsa, a fim de serem sustentadas as tropas imperiais.

Em fins de 1842 foi nomeado juiz de direito da comarca de Cabo Frio, e em 1843 tomou assento como membro da assembléia provincial do Rio de Janeiro.

Nesse mesmo ano foi nomeado presidente da província do Piauí, tendo enfermado gravemente em viagem teve de regressar da Bahia, sem que chegasse ao lugar de seu destino.

Em 1844 recusou o lugar de chefe de polícia da província do Rio de Janeiro, e uma cadeira no Parlamento, que o Sr. Aurelino, presidente daquela província, lhe oferecera, porque não podia servir com lealdade o governo sem renegar os princípios políticos, que sempre professara.

Este seu procedimento foi devidamente punido, sendo pouco depois removido da comarca de Cabo Frio para a do Rio Grande do Sul, e logo depois para a de Belém no Pará.

Excluídos do Parlamento os membros do Partido Conservador, o Sr. Siqueira defendeu na assembléia provincial os princípios de seu partido e os seus correligionários perseguidos com esforço e constância.

Nomeado juiz de direito da comarca de Vassoura pelo Ministério do Senhor Eusébio, em 1848, promoveu na cidade daquele nome a edificação da casa da câmara, a cadeia e hospital de caridade.

Em 1850 foi nomeado presidente da província de Minas, e ali obteve da assembléia provincial a revogação das leis inconstitucionais e anárquicas, que a anterior assembléia decretara. Acometido de uma grave oftalmia, em 12 de maio oficiou ao governo pedindo demissão; no dia 14 passou a administração ao terceiro vice-presidente da província, e tendo este recusado aceitá-la, passou-a no dia 8 de junho ao quarto vice-presidente, o coronel Romualdo José Monteiro de Barros. De posse do ofício, que este lhe dirigiu com data de 10 de junho comunicando ter assumido a vice-presidência da província, o Sr. Siqueira retirou-se de Ouro Preto, e veio esperar no município do Rio Preto, da província de Minas, que se lhe desse sucessor, e ao mesmo tempo procurar clima mais apropriado ao seu estado de saúde.

Tendo-lhe sido nomeado o sucessor em 17 de junho, recolheu-se o Sr. Siqueira à sua casa. Posto que esta seja a verdade dos fatos, constantes dos documentos oficiais, que temos à vista, o Sr. Siqueira foi acusado pelo espírito de partido de ter abandonado a presidência, e deixado acéfala a província!

Apesar de sua enfermidade, e de estar sangrado no dia 23 de maio, sufocou o Sr. Siqueira um motim militar no Ouro Preto, apresentando-se na praça pública, e mandando prender os cabeças dele, os capitães Paca e Livramento.

Nos quatro meses de sua administração o tempo foi pouco para que o Sr. Siqueira tomasse conhecimento dos muitos e variados assuntos do governo; ainda assim a ele deve a província de Minas a idéia do convênio por esta feito com o Rio de Janeiro para cobrança dos impostos que lhe são devidos na entrada da fronteira, e a iniciativa da idéia da exploração e navegação a vapor do rio São Francisco.

Nomeado chefe de polícia da corte em abril de 1853, exerceu aquele cargo até março de 1854, em que foi aposentado por ter adoecido gravemente.

Durante a sua administração não se perpetrou crime, cujo autor não fosse descoberto e preso.

À força de vigilância e de energia o Sr. Siqueira acabou com os capoeiras, quadrilha de assassinos que infestava a capital do império, e que matava pelo prazer de matar.

Estabeleceu o depósito dos cadáveres achados, e deu o regulamento conveniente para se descobrirem as causas que tinham produzido a morte, e conhecer-se a pessoa do morto.

Convencido da inutilidade do corpo municipal, como auxiliar da polícia, criou a companhia de pedestres e deu-lhe regimento.

A prostituição é um mal das sociedades civilizadas, que, se não pode ser curado radicalmente, deve ser atenuado e refreado. Para este fim o Sr. Siqueira expediu um regulamento, que até hoje pende da aprovação da câmara municipal. Nele atendia à moralidade e salubridade públicas.

Desta pende também a aprovação de outros dois regulamentos por aquele senhor expedidos e concernentes a hospedarias, estalagens e casas de dar dinheiro sobre penhores, estas, no estado atual, antros da usura, e aquelas valhacoutos de ladrões e assassinos.

O Sr. Siqueira publicou o regulamento para as carruagens e outros veículos de condução, fundou a albergaria de mendigos inválidos, extinguiu o uso bárbaro do entrudo e o monopólio das carnes verdes com que uma vasta associação esfaimava a população da capital.

Nomeado diretor da estrada de ferro de D. Pedro II, em 1855, exerceu aquele emprego até março de 1859, em que deu a sua demissão por não concordar com o presidente da diretoria sobre o sistema

da administração, que este queria, e por não aprovar o modo imperfeito por que eram executadas pelos empreiteiros, apoiados sobre aquele presidente as obras da 2ª seção.

Eleito em 1856 vereador da câmara municipal da corte, e deputado por esta à assembléia geral legislativa, muito poucas vezes pôde o Sr. Siqueira concorrer às sessões, porque esteve enfermo durante quase todo o quadriênio.

Membro do partido conservador progressista, o Sr. Siqueira apoiou, com reservas, o Ministério Olinda-Sousa Franco.

Em oposição ao Ministério Abaeté-Sales, foi um dos seis deputados que, na sessão de 1860, continuaram em oposição ao Ministério Ferraz, o continuador da política do seu antecessor.

Em 1848 foi o Sr. Siqueira agraciado com o hábito de Cristo; em 1853 foi nomeado desembargador honorário; em 1855 comendador da Ordem de Cristo e em 1858 oficial da imperial Ordem da Rosa.

JOSÉ MARIA DA SILVA BITANCOURT



A melhor biografia de um general é a sua fé de ofício.

Homem de abnegação, cidadão dos sacrifícios, o militar, desde que assenta praça, constitui-se *ipso facto* o agente moral e ativo da mais gloriosa missão humana — a do severo cumprimento do dever.

Ora, no cumprimento do dever é que reside a força, a nobreza e a glória da personalidade humana.

Le seul grand homme ici bas, diz um distinto escritor francês, *c'est l'honnête homme*.

Se, pois, o homem honesto é aquele que, através de todas as vicissitudes da vida, acata a religião do dever e cumpre à risca as prescrições de seu destino

social, onde ir buscar melhor tipo para a dignidade humana, melhor exemplo da supremacia individual do que no soldado disciplinado e nobre que na sua fé de ofício tem o atestado oficial, e por assim dizer diário, de todos os atos de sua vida concernentes à prática do seu dever?

Demais, no mundo da justiça social, as glórias não se repartem na proporção das forças. O maior prêmio deve sem dúvida corresponder ao maior esforço, mas este está ou deve estar menos na razão direta da capacidade do que na dos sacrifícios.

Fazer, custa pouco a quem o pode. Fazer, porém, contrariando os instintos naturais, e subordinando as leis gerais da natureza ao poder da vontade, à pura ação da consciência, violentando a própria fraqueza, martirizando o coração em honra de um princípio abstrato, nisso, sim, há grandeza, há mérito individual superior.

Ainda sob este ponto de vista, que esforço há aí comparável a do militar brioso, que desde os cômodos domésticos até à própria conservação, desde a família e as mais caras e poderosas afeições humanas até à renúncia voluntária da existência, tudo, tudo sacrifica à religião do patriotismo, à fidelidade do dever?

O tenente-general Bitancourt está neste caso. Sua vida tem sido uma cadeia ininterrompida de serviços, trabalhos, e dedicação. Cinquenta e três anos de continuado labor, atesta-no de sobejo. E essa prova material de sua importância desaparece ante a magnitude das variadas comissões científicas e militares de que há sido sempre encarregado.

Filho legítimo do tenente-coronel Elesbão José da Silva Bitancourt e de D. Teresa José da Silva Bitancourt, desde tenra idade deliberou-se a seguir a árdua carreira de seu digno progenitor, sentando praça a 13 de janeiro de 1808, e tendo apenas de idade 13 anos. Sua primeira comissão foi marchar para as fortificações e defesa da 2ª linha da barra desta capital, quando se fecharam os portos aos ingleses. Foi ao regressar dessa comissão que o jovem cadete, desejoso de instruir-se, matriculou-se na escola militar, encetando o curso completo de sua arma e das ciências naturais e matemáticas de que mais tarde, em 1859, lhe foi conferido o grau de bacharel.

Infatigável de braço como de pensamento, mesmo durante o curso da escola, continuou a servir como soldado de seu país. Foi daí, e sempre como um estímulo à sua vocação, e um prêmio a seus serviços, que sucessivamente galgou os postos superiores.

Cadete de 1ª classe em 1808; 2º tenente em 1813; 1º tenente em 1818; capitão em 1820; major graduado em 1822 e efetivo em 1824; tenente-coronel em 1827; coronel graduado em 1829 e efetivo em 1830; brigadeiro graduado em

1839 e efetivo em 1842; marechal-de-campo graduado em 1849 e efetivo em 1852; tenente-general graduado em 1858 e, finalmente, integrado na efetividade desse alto posto em 1860, durante esse longo período de tempo grandes serviços e graves responsabilidades foram pelo tenente-general Bitancourt realizados e assumidos com dedicação e êxito.

Forte de corpo como de espírito, ao general Bitancourt não houve nunca empresa que o fatigasse ou comissão que o quebrantasse de ânimo. O Rio de Janeiro, o Pará, Pernambuco, Ceará e Rio Grande do Sul são testemunhas de seus esforços. Mais ou menos, poucos palmos do solo pátrio deixaram de ter pegadas do militar distinto cujos serviços rememoramos aqui. Onde houve necessidade de um sacrifício, precisão de um esforço, direção de engenho e ação de soldado, lá se achou sempre o general Bitancourt com o compasso ou com a espada, com o plano ou com a execução, auxiliando, promovendo, dirigindo e realizando as obras requeridas pela defesa da pátria ou pela exigência dos superiores, e sempre merecendo destes a estima e os louvores de que fazem dignas as individualidades notáveis. A independência nacional; a instrução do exército, como disciplina ou como ciência; a artilharia de terra e mar; as fortificações permanentes e volantes; os trens bélicos; o fabrico da pólvora; o arquivo geográfico; a estatística; as escolas militares; a engenharia; a administração civil e militar; finalmente instituições de beneficência e socorro à pobreza devem-lhe grandes serviços.

Sua inteligência e sua espada alternaram sempre no trabalho. Importantes relatórios sobre todas as especialidades que acima indicamos atestam suficientemente o alto mérito do general Bitancourt. Nem de seus serviços foi o menor aquele que prestou como lente de matemática e artilharia do 1º corpo da artilharia de posição.

No entanto, todos esses longos serviços, todo esse período glorioso de alternativas de perigos e privações, de trabalhos e de aplicação, foram em um dia postos à prova do sofrimento e da amargura. Uma hora de indiscrição ou de má-fé pôde, para punição da fraqueza humana, levantar sobre tantos troféus de dedicação e probidade o crepe de uma suspeita indigna.

Diretor do arsenal de guerra da corte durante o Ministério de 19 de setembro e acusado o ministro da repartição da guerra nesse tempo, o Sr. conselheiro Manuel Felizardo, por alguns deputados da oposição parlamentar, o chefe que não soube, ou não quis defender-se como um ministro constitucional das prevaricações e dilapidações de que acusavam o seu ministério, entendeu achar mais fácil evasão fazendo recair o peso das censuras sobre os inferiores que foram assim vítimas expiatórias de erros ou de crimes que não cometeram.

Entre essas vítimas achou-se o general Bitancourt. Demitido do melindroso cargo que ocupava, primeiro passo do militar brioso, ofendido em seus créditos

de homem, de cidadão e de empregado público, foi requerer imediatamente conselho de investigação e de guerra para justificar sua conduta e confirmar o inabalável conceito em que sempre fora tido pelo país.

A opinião pública não precisava dessa investigação, mas os escrúpulos da consciência pura prevaleceram justamente sobre o legítimo orgulho da inocência. O general Bitancourt defendeu-se brilhantemente, e uma sentença unânime declarou-o inculpado das faltas que lhe atribuíam. Costumado a baratear seu sangue e sua vida, doía ao general Bitancourt ver baratearem-lhe os créditos. Repeliu, pois, a injúria da suspeita esmagando coma a sentença de um tribunal solene a calúnia que tentara manchá-lo em sua honra.

O general Bitancourt ficou, pois, o que sempre fora; um homem probo e pronto para dedicar-se ao serviço de seu país, ainda com sacrifício. O mais notável desse episódio é que o próprio diretor do arsenal de guerra, demitido e caluniado, foi o incumbido, pouco tempo depois, pelo governo imperial de ir ele próprio ao arsenal instaurar processo de verificação sobre abusos dessa repartição!

Terminaremos esta notícia com mais alguns leves detalhes.

Como homem particular, o general Bitancourt é um cavalheiro completo. Nobres qualidades o recomendam à estima de que goza.

Foi casado com a Sra. D. Maria Joana de Gusmão Bitancourt, filha legítima do major Manuel Álvares de Gusmão e de D. Francisca Rosa de Gusmão. Deste consórcio teve 12 filhos, dos quais vivem 4 que são Eles-bão Maria da Silva Bitancourt, capitão do estado-maior da 1ª classe, Conrado Maria da Silva Bitancourt, capitão de artilharia do exército, D. Maria Teresa da Silva Bitancourt e D. Maria Amália da Silva Bitancourt. Estes filhos formam hoje a maior ventura do general Bitancourt. Todos eles dignos e estimáveis, em nada desmentiram a origem que tiveram.

Chefe de numerosa família, seu exemplo é uma virtude prática e inspiradora.

Entendimento claro; inteligência cultivada; idéias adiantadas e generosas; espírito vivo e animado: conversação amena, trato urbano, sisudez de caráter, familiaridade não hipócrita, gênio bilioso, mas re-fletido, ardente e impetuoso no entusiasmo ou na cólera, lhano e cortês sempre, são os dotes principais, as mais salientes qualidades da sua fisionomia moral.

Bem que pertencente, pelo nascimento, aos fins do século passado, pela juvenildade de seu espírito e de seu corpo facilmente o acreditará um moço encanecido pelas fadigas rudes do serviço militar.

Bravo como soldado; prudente como general; hábil como administrador, nos diferentes cargos que tem ocupado, já como comandante de armas em várias províncias, já como presidente noutras e já como general-em-chefe do exército do Sul em operações de campanha, o general Bitancourt deu sempre de si grandes provas.

Eleito deputado à Assembléia Geral Legislativa pela província do Ceará em 1844, deixou de tomar assento na câmara por se haverem anulado as respectivas eleições, a capricho da política de então. Fez parte das câmaras municipais da Estrela e de Magé em 1840 e 1849, onde prestou bons serviços como vereador, e quando estava encarregado da diretoria da fábrica da pólvora da Estrela.

Foi membro da assembléia provincial do Rio de Janeiro em 1848; é conselheiro de guerra, vogal do Supremo Conselho Militar, fidalgo cavaleiro da Casa Imperial, comendador e cavaleiro da Ordem de São Bento da Aviz, da do Cruzeiro e da Rosa, e membro de várias corporações científicas e humanitárias.

FRANCISCO GOMES DE CAMPOS



Numquam ab eo quod justum videbatur discedens, et nullam fraudem, nullumque mendacium admittens... Ubi ad rempublicam accessit non potentium amicorum praesidio niti voluit sed consiliis factisque utilibus et ustis... Id se patriae debe re existimabat ut ei prodesset..."

Select. e Prof. Scrip. Hist. L. III C. I.

As palavras do trecho acima citado de uma das obras mais úteis destinadas à instrução da mocidade estudiosa, e aí aplicadas ao homem mais justo da Grécia, podem, ainda que escritas com referência ao passado, constituir o elogio de um contemporâneo ainda vivente, cuja carreira vital já percorrida com elas se acha de acordo. E o que se dá a respeito do varão sábio e prestante cuja fiel e expressiva efígie acompanham estas linhas confiadas ao papel com a complacência e convicção de falarmos a linguagem do coração e da verdade.

O homem de quem falamos é uma dessas notabilidades cujo merecimento e préstimos substanciais mais se patenteiam, recomendam e elevam as posições conspícuas que ocupam sucessivamente na sociedade, e mais são reconhecidos e conceituados pela sua realidade e pelo seu peso, do que pelo estrondo dos pregões da fama e pelas agências e

ardores officiosos dos partidos: ele é um desses caracteres que ao mesmo tempo honram ao país em que nasceram e a época em que vivem, e protestam com a sua existência contra a generalidade absoluta dessa corrupção que à época e ao país em que vivem costumam imputar os perversos que os poluem, sempre com pretensões de únicos homens de bem com detrimento ou menosprezo dos verdadeiramente honestos e úteis à sociedade, da qual estes pela sua real importância são mais do que uma simples parte.

Francisco Gomes de Campos, filho legítimo de João Gomes de Campos, e de D. Luísa Galves Palensa, ambos naturais da cidade do Rio de Janeiro, nasceu na mesma cidade a 19 de fevereiro de 1788, e foi batizado na freguesia de Nossa Senhora da Candelária. Seus maiores foram oriundos de Portugal e Espanha.

Seu pai, bacharel formado pela Universidade de Coimbra na faculdade de cânones, exerceu a profissão de advogado da relação do Rio de Janeiro, e ocupou cargos da governança, como o de juiz almotacel, e vereador da câmara na época em que essa administração municipal tinha a denominação de senado.

Foi por seu pai destinado às letras, assim como foram seus dois únicos irmãos varões, João Gomes de Campos, falecido em 1855 no lugar de ministro do Supremo Tribunal de Justiça, sendo o decano dos magistrados, com 45 anos de serviço, e Joaquim Gomes de Campos, falecido em 1821 na cidade do Havre de Grace, depois de ter por anos feito com distinção e aplausos seus estudos médicos na escola de Paris, e obtido nela o grau de doutor; pelo que fora recomendado pelo marquês de Marialva, então embaixador de Portugal ante o rei Luís XVIII, a el-Rei D. João VI, que à face de tal documento lhe mandou dar uma pensão para viajar pela Europa antes de regressar ao seu país natal: pensão de que se não pôde utilizar pela prematura morte, que lhe cortou a carreira, e roubou à pátria um digno filho na flor dos anos.

Desde a instrução primária inclusive fez F. G. de Campos os seus estudos nas aulas públicas desta cidade, intituladas então aulas régias, como fossem a de primeiras letras, a de gramática latina, a de retórica e poética, e a de filosofia racional e moral, com os acessórios ligados a cada uma delas, tudo pelo método jesuítico, em parte reformado pela junta dos estudos da Universidade de Coimbra, e pelos padres da congregação do oratório de Lisboa, que não poucos serviços fizeram às letras em Portugal e no Brasil.

Aos 17 anos de idade achava-se a juízo de seus mestres, e com espontâneos atestados por eles conferidos, habilitado para os estudos maiores, tendo concluídos os literários com grande aproveitamento. Da veracidade destas asserções ainda hoje fazem fé os escritos desse discípulo tão elogiado, e alguns versos que poderiam fazer honra a qualquer dos melhores poetas clássicos, mas de que só dá às vezes conhecimento aos seus mais íntimos amigos, que como nós reconhecem nessas ocasiões que, como o de Anacreonte, o seu espírito, ainda na idade das cãs, não fica esquecido das musas com as quais na juventude tinha mais largos e deleitosos folgedos.

Dispondo-se em fins do ano de 1807 para na monção de 1808 partir para Lisboa, a fim de fazer os seus estudos na Universidade de Coimbra, foi-lhe cortada a carreira, e perdida toda a esperança de a recuperar, com a inesperada invasão francesa em Portugal, e pela guerra que por seis anos devastou a Península Ibérica; pelo que foi obrigado a mudar de destino, aceitando aos 21 anos de idade o pequeno emprego de oficial da secretaria do Registro Geral das Mercês, então criada nesta cidade, com o ténue ordenado de 200\$ por ano.

Mudara-se porém a face da Europa em 1813 com a derrota de Napoleão I nos gelos da Rússia, ao passo que a península livrava-se da invasão, expulsos os exércitos franceses para o interior da França; tendo-se como certo, ou muito provável o restabelecimento da paz em toda Europa. Abrira-se enfim a Universidade de Coimbra, que por seis anos jazera deserta, e esta notícia despertou em F. G. de Campos a idéia de seu antigo propósito.

Pediu, e obteve de el-rei D. João VI, então príncipe regente, mediante consulta do conselho da fazenda, licença para prosseguir nos seus estudos na Universidade de Coimbra, vencendo os seus ordenados; e partiu para Lisboa a 14 de março de 1814, tendo a fortuna de voltar ao porto do Rio de Janeiro a 13 de setembro de 1819, com as suas cartas de bacharel, e de formatura na faculdade de leis, havendo sido plenamente aprovado em todos os exames, e atos acadêmicos, e obtido as melhores informações dirigidas ao Tribunal do Desembargo do Paço, por todos os lentes da faculdade, sem outra recomendação mais, que a da sua aplicação e conduta.

No mesmo dia da entrada e desembarque teve a honra de apresentar-se na quinta da Boa Vista a el-rei D. João VI, que o recebeu com a costumada afabilidade, e até se dignou interrogá-lo, para saber como passara em Portugal, se gostara do país, e qual era o seu projeto, voltando ao seu país natal.

Por motivos que não valem narrar-se, abandonou a idéia de dar-se à advocacia, ou seguir a magistratura, e contentou-se com o lugar que lhe foi conferido, de oficial da secretaria de estado dos Negócios do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, de que era ministro o varão distinto Tomás Antônio de Vila Nova Portugal, de recomendável memória para o Império do Brasil, pelos serviços por

ele prestados: sendo oficial-maior José Joaquim Carneiro de Campos, depois marquês de Caravelas, cujo nome é bem conhecido no Brasil, e não menos recomendável aos brasileiros.

Em 20 de setembro de 1820 casou-se com a Exma Sra. D. Luísa Maria Susano de Campos, falecida a 7 de novembro de 1853.

Retirando-se em 1821 el-rei o Senhor D. João VI para Lisboa, entre outros muitos brasileiros, que por ocasião da despedida foram agraciados com diversas mercês, foi condecorado com o hábito da Ordem de Cristo, continuando a servir na mesma secretaria de estado, até que pela aclamação do Senhor D. Pedro I imperador do Brasil, criadas as outras secretarias de estado, ficou pertencendo à do Império, sob o respectivo ministro de estado José Bonifácio de Andrada e Silva, sendo oficial-maior Teodoro José Biancardi, varão distinto por suas letras e caráter.

Durante a sessão da Assembléia Constituinte foi, por especial nomeação, encarregado de reger a mesma secretaria de estado no impedimento do mencionado oficial-maior, que fora incumbido de organizar a secretaria da mesma assembléia, enquanto por ela não fosse criada por ato próprio.

Sendo-lhe cometida pelo ministro J. B. de Andrada e Silva a tarefa de organizar o relatório, que devia oferecer à assembléia, desempenhou o encargo tão satisfatoriamente que, dando-lhe conta do seu trabalho, foi este aceito com aprovação. Não se verificou porém a apresentação do relatório pela inesperada dissolução da assembléia.

Convocada a assembléia legislativa para sessão ordinária de 1826, por nomeação imperial foi encarregado de reger a secretaria da Câmara dos Deputados na qualidade de oficial-maior interino, enquanto a mesma câmara não providenciasse a esse respeito, e aí permaneceu por espaço de três anos, sem que por esse serviço recebesse outra remuneração mais, que o bom agrado e satisfação dos membros da câmara.

Em 1828, a instâncias do ministro de estado dos Negócios da Justiça José Clemente Pereira, deliberou-se a entrar na carreira da magistratura, sendo nomeado juiz de fora do cível desta cidade, lugar graduado com o predicamento de correição ordinária.

Em 1830 por ocasião do consórcio do Senhor D. Pedro I com a princesa, a Senhora D. Amélia, hoje duquesa de Bragança, foi nomeado ouvidor da comarca do Rio de Janeiro, lugar do primeiro banco, que compreendia quase toda a província, e contava entre outros anexos todas as conservadorias de índios, exceto os do termo de Campos.

Ocorrendo a anarquia que antecedeu, assistiu e sucedeu ao dia 7 de abril de 1831, convenceu-se da impossibilidade de manter-se no exercício do lugar que ocupava, absolutamente coacto, e sem deliberação própria e livre, para guardar e fazer guardar a lei; e aproveitando-se da oportunidade que lhe ofereceram as indiscrições do ministro da Justiça de então, pediu, e prontamente obteve demissão do lugar de ouvidor no dia 27 de abril do mesmo ano.

Desde então até janeiro de 1843 absteve-se de aceitar empregos de no meação do governo, posto que alguns lhe foram oferecidos de pingues vencimentos, e de representação, inclusive o cargo de ministro de estado. Retirado ao seu lar, ocupou-se nas tarefas do foro, advogando particularmente.

Foi neste tempo e neste retiro que teve a distinta honra de ser lembrado e livremente eleito pelos seus compatriotas, primeiro para o cargo de presidente da ilustríssima câmara municipal, de janeiro de 1833 a janeiro de 1837, e depois para o de deputado da assembléia geral legislativa de 1838 a 1841, cargos estes, que serviu com lealdade e honra.

Pelo fausto motivo da coroação de sua majestade imperial o Senhor D. Pedro II foi condecorado com a comenda da Ordem de Cristo.

Em janeiro de 1843 foi nomeado desembargador da relação desta cidade por proposta espontânea do ministro da Justiça Honório Hermeto Carneiro Leão, depois marquês de Paraná, aprovada por sua majestade imperial; e tomando posse deste lugar, foi logo nomeado procurador da Coroa, Fazenda e Soberania Nacional interino, para servir no impedimento do desembargador José Antônio da Silva Maia, ocupado então nas sessões do Senado.

Vagando o lugar de procurador da Coroa, foi nomeado procurador da Coroa efetivo no ano de 1846, e logo condecorado com o título de conselheiro na época em que era ministro do Império o conselheiro Joaquim Marcelino de Brito, e da Justiça o senador José Joaquim Fernandes Torres.

O lugar de procurador da Coroa tem uma esfera de jurisdição tão vasta e pontos de contato com outros tão numerosos e tem matérias de que trata tão variadas, que não há por assim dizer negócio algum que lhe seja absolutamente estranho; e que às vezes não tenha de ser esclarecido, e resolvido pelo saber e conselhos de quem ocupa uma posição tão elevada qual é a dos interesses da soberania nacional e da Coroa.

Como sempre, o conselheiro Francisco Gomes de Campos tem servido este lugar de um modo mui digno e satisfatório, sustentando-lhe sempre o decoro e conservando constantemente o conceito universalmente adquirido de homem reto e incorruptível, e de jurisconsulto altamente entendido e versado nas matérias da sua ciência profissional, mostrando ter pleno conhecimento de *qua*

locatus est in re, e assinalando as virtudes públicas e privadas que o distinguem, e que o tornam geralmente estimado.

O que o conselheiro Francisco Gomes de Campos tem feito nos empregos, que desde a idade de 21 anos tem ocupado, consta autêntica e exuberantemente de todos os cartórios judiciais, em cujos arquivos se acharão por sua letra ou assinatura documentos que mostram o que tem sido no foro, como juiz e como advogado. No da câmara municipal saber-se-á o que fez como presidente do extinto senado, e depois como presidente da Câmara Municipal segundo o novo regimento, e nos de todas as secretarias de estado, sem exceção de uma só, bem como nos do conselho de estado, do Senado, e da Câmara dos Deputados encontrarão os curiosos abundantes pareceres e outros escritos seus, para ajuizarem dos seus serviços como quiserem.

Os 52 anos da carreira pública do ilustre contemporâneo acabam de ser galardoados por S. M. Imperial, por decreto de 16 de janeiro de 1861, com o título de Barão de Campo Grande com as honras de grandeza.

JOAQUIM MARCELINO DE BRITO



O Exmo Conselheiro Joaquim Marcelino de Brito, natural da cidade S. Salvador, Baía de Todos os Santos, capital da antiga metrópole da América do Sul, nasceu a 2 de junho de 1799, filho legítimo do capitão Manuel Joaquim de Brito e de D. Ana Maria da Silva, dali também naturais e moradores.

De mui tenra idade, os honrados pais do conselheiro Joaquim Marcelinho de Brito, cuidara de sua educação. Uma inteligência fácil e clara, como a que tinha o jovem Joaquim Marcelino de Brito, forçava incessantemente aos mestres a dizerem a seus honrados pais, que prosseguissem na cultura intelectual de seu filho, que bem aproveitada viria a ser um dos ornamentos da pátria.

Seus honrados progenitores recebiam os prenúncios dos mestres, com a mais viva satisfação, e bem que não dispusessem, com vantagem para seu filho, dos

bens que a fortuna oferece aos seus escolhidos; envidaram esforços, e puderam conseguir mandá-lo para a Universidade de Coimbra cultivar o talento, que lhe deu o Criador, alargando a admirável esfera de sua favorecida inteligência.

Partiu o jovem Joaquim Marcelino de Brito para a Atenas portuguesa em busca daquilo que lhe era impossível encontrar na pátria; e chegando a Coimbra a 22 de julho do ano de 1817, se matriculou no dia 5 de novembro, depois de ter preenchido as condições da lei, que regia a Universidade, no 1º ano da Faculdade de Direito.

Como na pátria, nos estudos humanitários, o jovem baiano, iniciado em Coimbra no templo das leis, passou como um dos primeiros adeptos, fez o seu ato de formatura no dia 3 de junho de 1822 com geral aplauso de seus discípulos e satisfação de seus mestres, tendo correspondido em fama nos cinco anos acadêmicos, à mesma que obteve nos estudos de humanidades, sendo premiado no 2º e 3º anos.

Partiu o Dr. Joaquim Marcelino de Brito para a cidade de Lisboa em 6 de agosto de 1822, com o firme desígnio de seguir para a prática, porém, a Bahia estava com as armas nas mãos contra as forças lusitanas disputando com avidez a independência e liberdade; e portanto não havendo embarcação para ali, partiu para Pernambuco em 18 de setembro de 1822, onde chegou felizmente, e se demorou pouco mais de um mês. Formado no conhecimento das leis, não lhe convinha permanecer sem fazer carreira na magistratura, e então julgou não dever perder tempo e partiu a 27 de novembro para o Rio de Janeiro a apresentar-se a S. M. Imperial para lhe dar o destino que seus talentos e estudos pediam. Chegando a 10 de dezembro do mesmo ano, compareceu na presença do Sr. D. Pedro I, sendo acolhido com urbana deferência, em face dos seus honrosos documentos foi imediatamente despachado por decreto de 13 de janeiro de 1823 juiz de fora da cidade da Fortaleza ou Nova Bragança, capital da província do Ceará, ocupando a pasta da Justiça, Caetano Pinto de Miranda Montenegro, depois marquês da Praia Grande, que declarou se lhe conferia esse lugar, que era de segunda entrância pelos valiosos documentos de que era portador.

De posse da sua nomeação, em 14 de abril deste mesmo ano de 1823 partiu para Pernambuco, e daí para o Ceará no dia 9 de junho, onde chegou no dia 14, e tomando posse no dia 16 entrou em exercício.

Estando vago o lugar de ouvidor-geral, teve o Dr. Joaquim Marcelino de Brito de o exercer interinamente, e nesta qualidade visitou a quase todas as vilas da comarca, fazendo as correições, a que era obrigado pelos regulamentos da justiça nesses tempos tão melindrosos em que a anarquia se mostrava por toda a parte.

O nosso magistrado, unicamente com a mira no interesse público e bom desempenho dos seus deveres, se portou com tal circunspecção e prudente energia, que a ordem pública se mantinha nos lugares de sua jurisdição.

Estando de correição em Vila Viçosa, sobre a serra da Ibiapaba, teve a notícia da dissolução da Assembléia Geral Constituinte, que teve lugar em virtude do decreto de 12 de novembro de 1823, e ao mesmo tempo que por este acontecimento começava a aparecer na capital da província alguma agitação, que ameaçava a tranquilidade pública, e por isso julgando que a sua presença ali se tornava necessária partiu imediatamente para a capital do Ceará, não obstante a longitude de quase 90 léguas e das dificuldades da viagem, motivadas pelo começo de uma seca que meses depois se tornou aterradora. Superando todos os embaraços que se lhe antepunham chegou à cidade em 11 de fevereiro de 1824, e o que ele supunha apreensões vagas, reconheceu ser uma grande agitação, que preludiava uma próxima revolução. Em semelhante conjuntura é sempre um ânimo forte, guiado pela energia e pela prudência, quem salva o estado das tempestades políticas, e foi a prudência de parceria com a energia que salvou o Ceará das cenas tenebrosas da anarquia, que então o ameaçava; e para o que desenvolveu a maior atividade, não se poupando aos meios de abafar a revolução procedendo com todo o vigor das leis, contra qualquer crime que se perpetrava. Deste modo, e por esta vez, não realizaram os desordeiros os seus intentos: porém as entranhas da província estavam contaminadas por efeitos de propaganda revolucionária, e apesar da maior vigilância, da maior atividade desenvolvida pelo ouvidor da comarca, não pôde evitar que o mal deixasse de produzir os seus maléficos efeitos, surgindo com todo o seu alento, e robusteza, no dia 25 de abril, proclamando-se ao que eles chamavam República da Confederação do Equador, a exemplo de Pernambuco, e aclamado o presidente temporário por ordem deste foi na madrugada do dia 26 conduzido preso para bordo de um navio inglês, que se achava fundeado no porto, por ter incorrido no ódio dos chefes da revolução pelo fato de se opor constantemente aos seus planos, e não combinar com os seus princípios.

Sendo posto a bordo o ouvidor Joaquim Marcelino de Brito, foi recebido pelo comandante da embarcação não como um prisioneiro político, porém como uma autoridade coagida, que repelia uma facção criminosa, e em caráter de passageiro o conduziu para a Inglaterra, com passaporte que lhe mandou o presidente da República, e com destino de Liverpool, fazendo-se de vela no dia 1º de maio, com quase só a roupa do corpo, por lhe ficar em terra tudo o que possuía.

Quarenta e cinco dias gastou o navio a chegar ao lugar do seu termo de viagem, e ancorando no dia 15 de junho no fundeadouro de Liverpool, saltou para terra, onde se demorou até o dia 23 de julho, em que partiu para o Rio de Janeiro.

Em seguida ao seu desembarque, cuidou em apresentar-se ao imperador, para dar-lhe conta do seu comportamento como agente da autoridade pública, historiando os acontecimentos do Ceará, como eles se passaram e pelo que mereceu de S.M. elogios, e o reconhecimento dos seus serviços e sacrifícios, tendo sido antes nomeado ouvidor da comarca de Sergipe d'el-Rei, pela resolução da consulta de 12 de maio de 1824, dando-se-lhe logo por acabado o lugar do Ceará.

Com esta nova nomeação partiu no dia 22 de dezembro para a cidade da Bahia, e dali por terra em 26 de fevereiro de 1825 se encaminhou para Sergipe, e chegando no dia 8 de março do mesmo ano à cidade de S. Cristóvão capital então da província, tomou posse do lugar e entrou em exercício de ouvidor da comarca.

Um magistrado inteligente, e moço, rodeado de considerações, excitou interesses domésticos, e o Dr. Joaquim Marcelino de Brito, julgando ser tempo de contrair laços conjugais, escolheu para esposa a Exma. Sra. D. Senhorita Acióli de Madureira Brito, nobre pelo nascimento, pertencente a uma das mais consideradas famílias da província de Sergipe, já pela antiguidade e nobreza de sua linhagem, como pela abastança em que viviam.

A recordação de seu exemplar comportamento, da sua inteligência, e imparcialidade na distribuição da justiça, ainda se conservava com o mesmo vigor, apesar do tempo, no coração dos habitantes da província do Ceará, porque nas eleições que se procederam no ano de 1825 para 1ª legislatura ordinária foi escolhido por ela a representar como seu deputado. Julgou-se o dr. Marcelino de Brito tão honrado por esta eleição, que foi toda espontânea, devida à simpatia que ali deixou, que a tomou com o maior prêmio que podia receber em toda a sua carreira política.

Já se achando o corpo legislativo funcionando na capital do Império, recebeu em Sergipe o diploma de deputado.

Com tão distinta preferência largou o seu exercício de ouvidor de Sergipe no dia 6 de fevereiro de 1827 para vir tomar assento na Câmara dos Deputados, partindo no mesmo dia por terra, para a Bahia, e daí para o Rio de Janeiro, onde chegou a 2 de abril, sendo no mar roubado pelos corsários de Buenos Aires.

No dia 26 de abril prestou juramento, e tomou o lugar que lhe competia na câmara temporária, como representante da província do Ceará.

A sua conduta na câmara legislativa foi sempre, como em toda a sua vida, modelada pelos sentimentos da honra, e do bem público.

Sabemos que o Dr. Joaquim Marcelino de Brito quando entrou para a Câmara dos Deputados em 1827 já estava nomeado desembargador de Pernambuco por

decreto de 12 de outubro de 1826, de que tomou posse por procurador em 12 de julho de 1828. Encerrada pois a última sessão legislativa, partiu da corte para a Bahia, e dali para Pernambuco passando por Sergipe e Alagoas, a entrar em efetivo exercício do seu lugar de desembargador, que de fato assumiu no dia 9 de fevereiro de 1830, largando-o em 15 de abril desse mesmo ano, para vir outra vez tomar assento na Câmara dos Deputados, porque tinha sido eleito pela província de Sergipe.

Por carta imperial de 20 de outubro de 1830 foi o desembargador Marcelino de Brito nomeado presidente de Sergipe, encargo do qual tomou posse em 16 de janeiro de 1831.

No dia 5 de abril entregou o governo de Sergipe ao vice-presidente legal para vir exercer as funções de deputado, em que efetivamente entrou, chegando ao Rio de Janeiro a 28 do mesmo mês. Tendo ocorrido os acontecimentos de 7 de abril, e sendo geral a agitação em quase todo o império foi o Deputado Joaquim Marcelino de Brito requisitado pela regência provisória, por ofício de 15 de junho, a partir imediatamente a tomar conta da presidência de Sergipe, onde chegou no dia 21 de julho, tomou novamente conta da administração da província, encontrando os ânimos agitados, e a província ameaçada de movimentos anárquicos, que se pronunciavam pôr todos os pontos; e para os desvanecer e prevenir tomou as providências que as circunstâncias urgiam, e sempre com a prudência e moderação que convém pôr em ação nestas conjunturas.

O estado crítico em que se achavam as coisas fez que o governo imperial não anuisse à saída do presidente, pedindo-lhe que se conservasse, o que fez até março de 1833 em que tornou para assembléia geral legislativa a exercer as funções de deputado. Foi em aviso de 3 de março de 1832 que o governo imperial julgou conveniente ordenar-lhe que não abandonasse o seu posto por estar certo não só dos seus bons princípios de ordem, como do seu prestígio ali. Sentindo-se com a saúde danificada por motivo de excessos de trabalho, pediu a sua demissão do cargo de presidente; porém o governo imperial lha negou, declarando-lhe em aviso de 31 de março, que achando-se a regência satisfeita com as maneiras por que se tinha portado na administração da província de Sergipe, muito convinha ao interesse público, que continuasse por mais algum tempo. Partiu pois dessa província no 1º de abril de 1833, depois de ter anteriormente entregado a administração ao vice-presidente, e chegou à corte no dia 15 de maio.

Entrou em exercício na câmara temporária em 17 do mesmo mês, sendo nomeado vice-presidente da câmara nos meses de junho e agosto até o encerramento da sessão, que teve lugar em outubro.

Instou pela demissão de presidente, declarando não poder mais servir e em vista dos motivos que alegou, a obteve, como lhe foi comunicado por aviso de 15 de julho de 1833, sendo-lhe louvados pela regência os seus bons serviços.

Os seus merecimentos individuais, sua reconhecida inteligência, sua honradez de magistrado, seus importantes serviços ao país lembraram a regência de o convidar a fazer parte do Ministério, oferecendo-se-lhe uma das pastas, que recusou, porque conhecia o peso do encargo, e o valor da responsabilidade que está ligada à pasta de um ministro da Coroa, mormente naqueles tempos duvidosos e difíceis. Continuando na sua carreira de magistrado foi por decreto de 3 de fevereiro de 1834 removido da relação de Pernambuco para a da cidade da Bahia, onde tomou posse e entrou em exercício a 28 de maio do mesmo ano.

Em 27 de setembro de 1835, em consequência do impedimento do presidente da Bahia, foi chamado para o substituir, por lhe competir em caráter de vice-presidente, em cujo lugar esteve até o dia 26 de março de 1836, em que tomou posse o presidente nomeado Francisco de Sousa Paraíso, tendo ele recusado a nomeação que desta presidência se lhe fez por carta imperial de 28 de outubro do ano antecedente.

Nas eleições a que se procedeu para a quarta legislatura foi eleito deputado pela província da Bahia, pelo que interrompeu o exercício de desembargador, e veio tomar assento na câmara temporária em abril de 1838.

Na sessão do ano de 1840 foi nomeado presidente da Câmara dos Deputados logo em maio, e foi tal a sua imparcialidade neste importante lugar, que gozou da reeleição nos meses seguintes pelos votos de ambos os partidos, em que se achava dividida a câmara temporária.

Nas sessões de julho tiveram lugar as tempestuosas discussões sobre o projeto da maioria.

Em circunstâncias porém tão melindrosas conservou-se o Deputado Joaquim Marcelino de Brito no seu posto, empregando todos os meios, como presidente da Câmara, para sossegar qualquer tumulto e se algumas cenas desagradáveis se pronunciavam, moderavam-se logo pelo reclamo de ordem e esforços empregados, terminando tudo pela proclamação da maioria do Imperador, que teve lugar no dia 23 de julho de 1840 em assembléia geral.

Reeleito ainda presidente da Câmara no mês de agosto, teve de continuar até o fim da sessão, que se encerrou no dia 15 de setembro.

Acabados os trabalhos deste ano, retirou-se para a sua província, e no ano seguinte de 1841 compareceu à sessão, opondo-se com o seu voto às reformas do Código do Processo, e outras medidas que passaram nesta sessão. Como

membro do Parlamento assistiu à coroação do Imperador, que teve lugar no dia 18 de julho.

Finda a quarta legislatura, o desembargador Joaquim Marcelino de Brito foi reeleito pela província da Bahia, para tomar parte na quinta; tomou assento no 1º de maio, e sendo neste mesmo dia lido o decreto da dissolução da Câmara, e convocada outra para o 1º de novembro, partiu para a Bahia a continuar o seu ministério de desembargador da Relação, apresentando-se nela no dia 12 de julho.

Por carta imperial de 16 de abril de 1844 foi nomeado presidente de Pernambuco, cargo do qual tomou posse em 4 de junho do mesmo ano.

Díficeis e melindrosas foram as circunstâncias da época desta presidência, pela luta encarniçada dos partidos políticos de Pernambuco.

Não querendo envolver-se na política dos partidos, achou embaraços quase insuperáveis na execução dos seus princípios políticos e governativos, e por isso pediu logo a sua demissão, instando para que ela lhe fosse concedida, o que aconteceu por carta imperial de 23 de setembro do mesmo ano de 1844; e entregando a administração da província ao desembargador Tomás Xavier Garcia de Almeida em 9 de outubro, retirou-se para a Bahia a continuar no exercício de sua relação.

Na sessão da Câmara dos Deputados do ano de 1846 coube-lhe ainda o encargo de representar a Bahia.

Em 2 de fevereiro foi chamado o Deputado Marcelino de Brito a fazer parte do novo gabinete, que se organizou, sendo nomeado ministro do Império por decreto de 2 de maio desse ano de 1846, e interino da Justiça por decreto da mesma data, em cuja pasta esteve até o dia 5 do mesmo mês.

Pelo seu ministério se deu regulamento à aula do comércio da corte por decreto de 6 de julho de 1846, e ao instituto vacínico por decreto de 17 de agosto do mesmo ano, e para a execução da lei que concede diversos privilégios às fábricas de tecidos de algodão por decreto de 13 de janeiro de 1847: estabeleceram-se as bases para se fundar na corte o Conservatório de Música por decreto de 21 de janeiro de 1847, e deram-se todas as providências para que se tornasse efetiva esta fundação.

Deram-se providências sobre a concessão de brasão de armas, a expedição dos despachos para a nomeação dos oficiais mecânicos da casa imperial, e provimentos dos ofícios dela, e levantamento de armas imperiais em frente de algumas moradas por decreto de 31 de janeiro de 1847. Prontamente foram decididas inúmeras dúvidas que apareceram na execução da lei regulamentar das eleições, tendo em vista a fiel execução da mesma lei, e a liberdade do voto;

e expediram-se vários decretos fazendo declarações sobre a mesma lei, a servirem-lhe de regulamento.

Deram-se providências sobre o abastecimento de águas nesta cidade, dando-se grande impulso às obras da canalização do rio Maracanã; mandando-se reparar e concertar os chafarizes e construir novos.

Não foi só sobre o Rio de Janeiro que o ministro do Império empregou os seus cuidados: a colonização ocupou a sua atenção, mandando um grande número de colonos para o Rio Grande do Sul e Santa Catarina, e outros para o Espírito Santo, que formaram os núcleos das duas colônias que ali se fundaram.

Na ausência do Imperador pela visita que fez à cidade de Campos desde 20 de março de 1847, dia da partida, até 30 de abril em que chegou, ficou o conselheiro Joaquim Marcelino de Brito encarregado interinamente da pasta da Fazenda, e da presidência do tesouro público nacional em consequência de ter acompanhado o Imperador o respectivo ministro que então era o conselheiro Holanda Cavalcanti.

As províncias do Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte por esse tempo estavam lutando com uma seca destruidora, que as assolava pela fome e pela miséria, e o ministro do Império aproveitando a autorização que a lei lhe dava imediatamente mandou remessas de mantimentos em modo que chegando a tempo pôde acudir à fome que as flagelava. Foi no Ministério de 2 de maio que se deu o nascimento da Sr^a D. Isabel, hoje princesa imperial, em 29 de julho de 1846, e o batizamento em 15 de novembro, sendo o conselheiro Marcelino de Brito quem lavrou os respectivos autos.

A Academia de Medicina, desejando obstar a propagação do sistema homeopático no Império pelo modo que se fazia, representou contra os abusos, e o Ministério respondendo às dúvidas resolveu em portaria de 7 de julho de 1846 que os médicos e cirurgiões brasileiros, ou formados nas escolas estrangeiras que tivessem legalizado os seus diplomas nas faculdades do Brasil, estavam no seu direito seguir o sistema que quisessem; não se permitindo o exercício da medicina aos que não estivessem nos termos da lei.

Solícito no desempenho dos deveres inerentes ao seu ministério, cuidou com desvelado zelo de todos os ramos anexos ao ministério do Império, não se poupando a trabalhos até que com os seus colegas pediu a sua demissão, que lhe foi dada a 22 de maio de 1847 por se julgar que o gabinete não tinha suficiente maioria na câmara temporária, apesar de não haver manifestação expressa por votação.

Não se poupando aos serviços do estado, no mesmo ano de 1852 tomou assento na Câmara dos Deputados, como representante da província da Bahia, e entrou para a câmara no fim da sessão do ano seguinte de 1853.

No dia 5 de julho de 1855 na qualidade de presidente do Tribunal do Comércio da Bahia coube-lhe o encargo de instalar o Tribunal do Comércio Judiciário de segunda instância em virtude do regulamento de 1º de maio desse mesmo ano; e então deixou o seu exercício na Relação, de que também servia de presidente interino por não poder acumulá-lo na forma do regulamento. Por decreto de 12 de outubro do mesmo ano de 1855 foi nomeado ministro do Supremo Tribunal de Justiça pela sua antiguidade de magistrado, contando mais de 33 anos de bons serviços.

Já não lhe era possível a permanência na Bahia porque o seu novo tribunal tinha assento na capital do império; e ao despedir-se daquela cidade recebeu um ofício da junta diretora da Associação Comercial datado de 15 de fevereiro de 1856, oferecendo-lhe em nome da associação o diploma de membro honorário, como expressão do sentimento da mais perfeita estima e consideração aos seus serviços feitos ao comércio.

Como deputado, como ministro do Império, da Justiça e da Fazenda, como presidente do Tribunal do Comércio, como desembargador, e como membro do Supremo Tribunal de Justiça, jamais se serviu destes lugares como veículos de fazer fortuna. Não chegando os mesquinhos subsídios para as despesas que seu caráter e posição social pediam, consumiu a fortuna que acompanhou a sua nobre esposa. Hoje reduzido ao simples ordenado de ministro do Supremo Tribunal de Justiça, do mesmo modo que ocupou os empregos, recebeu as mercês: o hábito de Cristo em consequência da sua nomeação de presidente de Sergipe por decreto de 27 de outubro de 1830; o título de conselho em 7 de setembro de 1840 foi em atenção à presidência da Câmara dos Deputados que assistiu à aclamação da maioria do Sr. D. Pedro II. A comenda de Cristo, cujo decreto teve a data de 18 de julho de 1841, teve por motivo como membro da comissão da Câmara dos Deputados felicitar o imperador por sua sagração e coroação; a comenda da Rosa teve origem no decreto de 2 de dezembro de 1854, e o foro grande de fidalgo cavaleiro recebido em 25 de setembro de 1856 é dado a todos os membros do Supremo Tribunal de Justiça.

Honesto como todos o conhecem, jamais tem feito ostentação dos seus serviços para obter graças, tendo aceitado aquelas que espontaneamente se lhe têm oferecido. Na idade provecta que hoje goza, um dos títulos que mais o honram e com que mais se distingue é o de esposo exemplar, extremoso pai, amigo leal, benemérito da pátria e magistrado incorruptível, em cuja vida honrada, proba, honesta, passará à posteridade sem desaire e nem comentários, legando a seus amigos e admiradores uma reputação sem mancha, à sua nobre esposa a consolação de ter a seu lado consumido voluntariamente a sua fortuna no

serviço do Estado; a seus filhos um nome glorioso, cuja memória durará imaculada enquanto o Brasil for nação independente e livre.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 1860.

Dr. Melo Morais.

DIOGO ANTÔNIO FEIJÓ



Memorar os feitos da vida de um grande servidor do estado, de um patriota desinteressado, de um varão distinto por suas virtudes, e por seus serviços, é pagar um tributo merecido em nome da pátria; e ninguém com mais direito a um público reconhecimento, a essa remuneração sagrada, que o senador **Diogo Antônio Feijó**, nascido na cidade de S. Paulo, em dias do mês de agosto de 1784.

Em seus primeiros anos, como mostrasse propensão para as letras, entrou para as aulas, onde manifestando talento superior, conseguiu juntar material, e se constituir mestre de Latinidade, na vila de Campinas, onde compôs uma gramática, pela qual mais facilmente se podia aprender a língua latina; e como se achasse habilitado nas doutrinas sagradas, veio a S. Paulo, e tomou em 1807 todas as ordens sacras, e se constituiu presbítero do hábito de S. Pedro.

Sua demora na cidade de S. Paulo não foi de muita duração; porque em 1810 voltou a Campinas, e abriu um curso de retórica, com o fim de preparar a

mocidade para a carreira eclesiástica, confeccionando um compêndio dessa doutrina. Julgando-se apto para o ensino da Filosofia Racional e Moral, abriu um curso dessa ciência, e para o que escreveu um compêndio, com que facilitou a seus discípulos a doutrina que explicava.

Já por demais conhecido o padre Diogo Antônio Feijó, por seus comprovincianos, quando o sistema constitucional foi proclamado em Portugal, e teve o Brasil de mandar representantes às Cortes de Lisboa, a província de S. Paulo enviou com outros o padre Feijó, a representá-la; o que fez dignamente, não consentindo que os direitos do Brasil fossem postergados; e pelo que preferiu emigrar, que rubricar atos, que degradassem a sua pátria natal.

Chegando ao Rio de Janeiro, pouco se demorou, e partiu para S. Paulo, onde foi recebido por seus amigos, e comprovincianos, com vivas demonstrações de alegria.

Não sendo a capital da província o lugar de seu domicílio, partiu para a sua fazenda em Campinas, e quando ali estava tranquilo, foi surpreendido por uma portaria do governo imperial, em que se prevenia a autoridade de Itu, tivesse a maior vigilância nas ações do padre Feijó, por causa de seus princípios políticos, e pelo que, sentindo-se ofendido em seus brios, dirigiu-se ao imperador, queixando-se da ofensa que recebeu sem motivos para isso.

O senador Feijó não teve resposta à sua representação, e em 12 de novembro de 1823, dissolvendo o imperador a Assembléia Constituinte, que discutia a Constituição que lhe dera a Coroa, o Brasil não ficando satisfeito, pelo que as províncias do Norte se rebelaram, e o imperador vendo o perigo que corria o trono, ofereceu a Constituição mais liberal que a outra, cumprindo com isso a sua palavra dada no ato da dissolução, e para prevenir-se em tudo, julgou ouvir as câmaras municipais antes de ser ela adotada. O padre Diogo Antônio Feijó, por este motivo foi consultado pela Câmara de Itu, e em vista do que lia, expendeu as idéias mais liberais possíveis de acordo com o direito do homem e do cidadão. As eleições por círculos, a votação direta, a liberdade honesta da imprensa, foram sabiamente lembradas pelo senador Feijó. A sua grande inteligência, o seu patriotismo, o seu desinteresse, a sua moralidade, foram títulos seguros de recomendação para ser escolhido pela província de S. Paulo, a vi-la representar como seu deputado, e em cujo caráter, em 1828 não só propôs a reforma das câmaras municipais, como outros assuntos de grande interesse. Sustentou, e com vantagem para a moralidade do clero, a necessidade do casamento dos padres, e no escrito que temos à vista, o padre Feijó, por uma argumentação irresistível, e com autoridades de todo o peso, demonstrou ser anti-social, e mesmo anti-religioso o celibato clerical. Voltando a S. Paulo em 1830, prestou tamanhos serviços à província, que sem a sua energia e ilustração, sem dúvida, cenas desastrosas apareceriam na capital, por ocasião do assassinio do Dr. Badaró. Injustamente caluniado um magistrado, pôde o

padre Feijó livrá-lo do furor do povo, para dar lugar a que o tempo descobrisse a verdade, e desnodoasse aquele que o crime que tinha, era o cumprimento dos seus deveres de magistrado.

Voltando ao Rio de Janeiro, encontrou anarquizada a capital do império, pelas ocorrências de 7 de abril; e pelo seu caráter enérgico a Regência o nomeou ministro da Justiça, cujo cargo aceitou com condições que ofereceu.

O padre Feijó sabia profundamente o que era necessário empregar, para acabar os manejos torpes da política, e o que ele assaz conhecia por experiência, a prática depois demonstrou a todos, porque entram e saem os ministros do poder, e nada fazem, e no entanto o mal não depende dos bem intencionados, e sim da dependência em que estão uns do assentimento dos outros. Se se acabasse com esse chamado Conselho de Ministros, e se desse a independência precisa a cada um ministro, tendo somente por presidente o imperador, e por juiz dos atos a nação, representada pela Assembléia-Geral Legislativa, certamente teríamos em cada repartição o melhoramento necessário, e não um jogo de transações, ou antes de conveniências particulares, com grave prejuízo dos interesses públicos. No ministério da Justiça o Sr. padre Feijó desenvolveu o maior tino administrativo, obstando que a capital do Império se conflagrasse por ocasião da revolta dada a 14 de julho na ilha das Cobras; e só a sua energia de ânimo podia arrostar as dificuldades por que passou a capital do Império nesses dias calamitosos e de efervescência popular.

Duas facções tenebrosas se apresentaram em 1832 para dismantelar a nação; uma dos confederalistas, e outra que preparava a restauração do Senhor D. Pedro I; e o senador Feijó, de posse dos segredos e planos evitou o mal, não para salvar a sua existência, mas sim a pátria, que corria o mesmo risco que ele. No dia 3 de abril tinha de rebentar a revolução confederal, e na madrugada do dia 2, reunindo em sua casa as autoridades civis e militares, tomou as providências necessárias, e fez abortar os planos; e antes das 8 horas da noite a Regência e o Ministério estavam reunidos no Arsenal de Marinha; e descobertos os segredos, embora um manifesto em nome da tropa e povo designasse os nomes dos novos regentes, e ameaçasse de morte aos que não aderissem à rebelião. O estado de movimento em que se achava a capital do Império, fez sentir aos revoltosos que tudo estava descoberto, e por isso malgrado o empenho. Logo em seguida novos distúrbios apareceram, e também foram desvanecidos.

Sufocado o partido chamado farroupilha convinha levar os olhos aos restauradores, e a imprensa em seus desatinos, com dois negociantes falidos, desejando a queda da Regência, e seduzindo alguns guardas nacionais, portugueses, criados da Casa Imperial, e pessoas do Engenho Velho, pôde reuni-los na noite do dia 16 para 17 na Quinta da Boa Vista, para a restauração do primeiro imperador; e o Sr. Feijó fazendo marchar a força precisa, os

desbaratou com perda de alguns e dispersão de outros, e por fim presos outros pôde restabelecer a paz, dando conta de tudo ao corpo legislativo, e pediu remédio para os males do país, lançando as vistas para as classes da sociedade que necessitava de remédios; e como não estivesse satisfeito com o que se passava, e não se favorecia na exigência dos meios de salvação pública, sendo entre elas a remoção do tutor imperial, demitiu-se de ministro da Justiça, e com ele todo o Ministério. Com a retirada do Ministério Feijó, as coisas se agravaram, e a regência vendo o país ameaçado assentou demitir-se, e em armas a Guarda Nacional no dia 30 de julho, dirigiu uma representação ao Corpo Legislativo, que mandou uma mensagem à Regência, pedindo para que continuasse enquanto se tomava medidas urgentes e salvadoras, e acedendo a Regência, continuou no governo, e o senador Feijó se retirou para S. Paulo. A sociedade defensora cômnia dos serviços que prestara ao país o senador Feijó, lhe mandou uma deputação agradecendo-lhe os serviços que prestara ao país; e o Rio de Janeiro na primeira ocasião lhe ofereceu uma cadeira no Senado em 1833. No dia 7 de abril de 1835 todo o Império o escolheu para Regente, e no dia 12 de setembro prestou juramento desse cargo, nas mãos do presidente do Senado.

Sendo nomeado bispo de Mariana, pela regência passada, determinou às repartições que não dessem andamento ao despacho a seu respeito. Desde logo procurou a conciliação dos partidos. As províncias do Pará e do Rio Grande do Sul que passavam pelas provações da guerra civil foram objetos dos cuidados do regente Feijó. O Pará se restabeleceu, porém o Rio Grande por imperícia ou descuido, foi o teatro da guerra civil por espaço de 10 anos.

Não obstante ser o senador Feijó presbítero do hábito de S. Pedro, sem faltar ao respeito ao Papa, não teve com a Santa Sé condescendência, quando se tratava de salvar a dignidade nacional, sem comprometer o essencial da religião, propôs à Assembléia a independência das decisões espirituais, a livrar o católico brasileiro ir a tão longe mendigar os recursos, que deveria achar dentro do Império.

O senador Feijó, homem de têmpera forte, de caráter firme, entusiasta da liberdade constitucional, desgostoso da versatilidade dos homens, julgou não poder prestar à sua pátria os serviços que entendia prestar-lhe, por falta de leis próprias, retirou-se da regência, entregando-a nas mãos do ministro do Império o Sr. Pedro de Araújo Lima (marquês de Olinda), o que efetivamente fez em ofício de 19 de setembro de 1837, partindo por terra para S. Paulo.

O seu estado de enfermidade e o crítico de sua pobreza, fez que S. M. o imperador lhe mandasse dar uma pensão de 4:000 rs. de que provou que o Sr. Feijó em todo tempo de sua vida política, só olhou para sua pátria, e não olhou para si.

Não obstante a sua vida exemplar, o seu amor da pátria, o seu desinteresse, o seu prestígio de ministro da Coroa, de senador, de regente do Império, foi desterrado injustamente e mesmo processado como cúmplice na revolução de S. Paulo; o que ele, à luz claríssima do dia, justificou, e provou que desde 1821 até esse dia, nunca professou outros princípios, que não fossem a Monarquia Constitucional representativa, e a liberdade bem entendida. O processo do Sr. Feijó passou pelas provas caudinas, e sem decisão no Senado, ficou a discussão em adiamento na sessão do dia 23 de agosto, e Deus que lhe tinha marcado o termo de sua carreira terrestre, não lhe permitindo mais tempo viver no mundo sob a pressão de uma dolorosa enfermidade, o chamou para si no dia 9 de novembro de 1843 na cidade de S. Paulo, sendo sepultado na igreja dos Terceiros do Carmo, com um concurso tamanho de pessoas, que seu corpo em vez de acompanhamento passou entre as alas que principiavam em sua casa, e acabavam na porta do templo.

Rio de Janeiro, 10 de abril de 1861.

Dr. Melo Morais

JOSÉ ANTÔNIO MARINHO



A liberdade de um povo não é uma conquista fácil. Aqueles que ao nascer encontram uma pátria livre, dotada de instituições protetoras, que gozam pacificamente de todos os cômodos, de todas as vantagens da liberdade e da civilização, nem sempre fazem idéia das lutas, dos sacrifícios que esses benefícios custaram à geração que os precedeu.

No Brasil, como por toda a parte, a liberdade foi o prêmio do esforço, da dedicação e do patriotismo. A independência teve seus heróis e seus mártires.

A presença do príncipe português, que associou-se e tomou a responsabilidade dessa idéia generosa, tornou, é verdade, a revolução da independência muito mais fácil, muito menos ensanguentada do que tê-lo-ia sido em outras

circunstâncias. Entretanto o fato da independência não foi consumado senão depois de lutas muito renhidas e do sacrifício de muitos patriotas.

Os dez anos do primeiro reinado, o período regencial, e os primeiros anos do segundo reinado não se passaram no seio da paz; pelo contrário, a luta foi muito mais viva, os combates muito mais encarniçados do que os da revolução da Independência. É que há uma enorme diferença entre esses dois períodos da nossa história. No primeiro restava em questão a autonomia da Nação brasileira; tratava-se de tornar o Brasil uma nação independente, de quebrar os laços que o

prendiam à velha metrópole. A imensidade do território da colônia, o exemplo da América Espanhola, que se havia constituído em repúblicas independentes, a nossa riqueza consideravelmente aumentada pelo franqueamento dos nossos portos ao comércio estrangeiro, o estado de decrepitude em que se achava Portugal, tudo isso, além de outras causas, favoreceu a realização do pensamento da independência.

Realizada porém a independência, tínhamos de fazer uma outra conquista não menos preciosa, e sem a qual a primeira perderia notavelmente sua importância; restava-nos a nossa organização interna como povo livre; restava-nos o estabelecimento de instituições liberais que nos assegurassem a conquista que havíamos feito e que fossem o penhor do progresso, do engrandecimento e da felicidade do Brasil no futuro.

O segundo período tornou-se notável pelas lutas, pelas comoções intestinas que agitavam o seio da nova nacionalidade que tratava de constituir-se sobre a sólida base da liberdade. O combate foi rude. A Providência porém, que vela incessante sobre os destinos das nações, não deixa de fornecer-lhes meios que estejam em harmonia com a grandeza dos fins a que ela se propõe.

Se a obra da fundação do sistema representativo entre nós era uma empresa trabalhosa, cheia de toda a sorte de dificuldades; se a criação de instituições em que predominassem os princípios liberais, a que aspirava a nossa população, tinha de sofrer tenaz oposição da parte dos homens retores, amigos do regime que a nação havia condenado, cumpre reconhecer que não nos faltaram espíritos fortes, homens enérgicos e patrióticos, que dedicaram toda a sua existência à realização da idéia liberal, e que colocaram-se na altura da luta que se travou.

O Brasil, no último decênio do século XVIII e no primeiro do atual, foi fecundo em homens notáveis, em cidadãos cheios de patriotismo. Foi nesse período que nasceram todos, ou quase todos esses varões que prepararam e realizaram a revolução de 7 de abril; que lutaram durante a menoridade; que resistiram à reação nos primeiros anos da maioridade, que deram enfim provas do

patriotismo o mais puro e desinteressado. A essa plêiade brilhante pertence o cidadão cuja vida vamos esboçar a traços largos.

José Antônio Marinho não é um desses nomes que a indiferença dos contemporâneos possa esquecer rapidamente. Sua existência ativa e empreendedora deixou sulcos profundos, que a mão do tempo dificilmente poderá apagar. Como político, como padre e como educador da mocidade soube elevar-se muito acima dos homens vulgares. O círculo de suas relações era vasto, seu nome popular não só na província do seu nascimento, como em todo o Império.

E entretanto esse homem que assim se avantajava entre os seus concidadãos, não veio ao mundo cercado dos esplendores da fortuna. A família em que nasceu não possuía nenhum desses dotes que tornam fácil aos filhos o acesso às posições elevadas.

Em um dos pontos mais remotos do norte da província de Minas Gerais, no Porto do Salgado, pequena povoação situada a um quarto de légua da margem do rio de São Francisco, viviam Antônio José Marinho e sua mulher em posição que nada tinha de brilhante. Desse humilde casal nasceu aos 7 de outubro de 1803 José Antônio Marinho, que alguns anos depois tornou conhecido e ilustre o nome de seu pai.

Sua infância passou-se sem incidente notável. Terminados os estudos primários, manifestou o mais vivo desejo de prosseguir em seus estudos e de consagrar-se ao estado eclesiástico, a mais brilhante das carreiras a que podiam aspirar nesses tempos os filhos do país, que não tinham meios de ir pedir uma educação mais completa à Universidade de Coimbra. Infelizmente o estado de pobreza em que vivia seu pai era tal, que não lhe permitia a menor esperança de levar avante seus desejos. A inteligência do pequeno Marinho desenvolvia-se porém com tanta precocidade no meio daquele sertão inculto, que seus pais e todos os amigos e vizinhos não podiam deixar de admirá-lo e de deplorar a ingratidão da sorte que não lhe permitia cultivar as belas faculdades com que a natureza o dotara.

Um fato curioso, segundo conta-se, veio dar nova direção à vida do jovem Marinho e suscitar-lhe um dedicado protetor.

Tinha-se de celebrar no Salgado, com grande pompa, a festa de um santo. Preparava-se, entre outros divertimentos, uma representação dramática, que teria lugar em um teatro improvisado. Aconteceu porém que no dia do espetáculo o ator que se havia encarregado do principal papel não pôde ou não quis desempenhá-lo. Este acontecimento, como era natural, contrariou vivamente o festeiro e todos que contavam com aquele divertimento. O jovem Marinho, vendo as dificuldades em que se achavam, ofereceu-se

imediatamente para suprir a falta do ator, alegando que sabia todo o papel por ter assistido aos ensaios.

Depois de muita hesitação foi aceito seu oferecimento. Ninguém entretanto esperava que o improvisado ator pudesse desempenhar o papel de um modo satisfatório. Em breve porém mudaram todos de opinião. O papel foi representado muito melhor do que o teria sido pelo ator que o estudara.

Essa extraordinária felicidade de memória, a compreensão que o jovem Marinho mostrou da ação dramática, impressionaram a todos e deram a mais alta idéia dos seus talentos.

Um fazendeiro a quem Marinho se dirigiu resolveu-se então a mandá-lo a Pernambuco, sede da diocese a que pertencia o Salgado, a fim de fazer os estudos necessários para o estado eclesiástico. Pouco tempo depois seguia o jovem Marinho pelo interior até a cidade de Pernambuco, munido de cartas de recomendação para o bispo, que o admitiu como seu fâmulo.

Prosseguia ele pacificamente em seus estudos quando rebentou em Pernambuco a revolução republicana de 1817. Alma ardente, cheia de aspirações democráticas, sonhando um futuro de liberdade e de progresso para sua pátria, o jovem estudante não hesitou em abraçar a idéia da revolução, e em trocar a samarra de fâmulo do palácio episcopal pela farda de soldado da liberdade. Assentou praça e acompanhou a fortuna dos seus com toda a fidelidade. Em breve deram-lhe o posto de alferes, que serviu até que a revolução fosse de todo vencida.

Derrotados os republicanos, o jovem estudante viu-se em grandes embaraços para continuar os seus estudos, pois, comprometido como estava, não podia mais voltar à capital. Tomou pois a resolução de regressar à sua província, onde talvez pudesse um dia concluir seus estudos e entrar para a carreira a que se propunha.

É curiosa e das mais interessantes a história dessa viagem que então fez o jovem Marinho, através de um imenso sertão, só, sem recursos pecuniários e sujeito a mil contrariedades. Admira que um jovem de 14 anos tivesse coragem para fazer tão longa viagem afrontando tantos obstáculos.

Chegando à vila da Barra, que então pertencia à província de Minas, foi convidado por uma respeitável senhora para fixar-se aí e encarregar-se da educação de seus filhos.

Na penúria em que se achava aceitou com reconhecimento o partido que se lhe oferecia, e votou-se com toda a dedicação à educação de seus discípulos.

Algum tempo depois resolveu procurar de novo o Salgado e tratar de concluir seus estudos na província de Minas. O seu generoso protetor acolheu-o com toda a benevolência e fê-lo seguir para o seminário do Caraça, onde entregou-se ao estudo das matérias que ali se ensinavam.

Foi então que seu talento começou a revelar-se de um modo verdadeiramente brilhante. Seus condiscípulos, muitos dos quais ocupam hoje posições eminentes no estado, contam que o talento de Marinho chamara desde o princípio a atenção não só de seus colegas, como de seus mestres. Estudava muito menos do que outros, aliás dotados de inteligência, dormia profundamente enquanto seus companheiros entregam-se a longas vigílias, e no dia seguinte depois de uma rápida leitura do compêndio, ou de uma breve exposição feita por quem o tivesse lido, marchava intrépido para a aula e mostrava-se tanto ou mais informado da matéria da lição, do que os mais estudiosos dos seus condiscípulos.

No fim de algum tempo era tal a opinião que formavam de suas habilitações, que foi nomeado para reger a cadeira de Filosofia do seminário.

Parece que um seminarista que tantas provas de talento havia dado, nenhuma dificuldade encontraria na sua ordenação. Não aconteceu assim. O bispo que então regia a diocese de Mariana suscitou-lhe toda a sorte de embaraços e obstinou-se em não conferir-lhe as sagradas ordens. A razão de tão estranho procedimento eram as opiniões francamente liberais que professava o jovem ordenando.

Só no ano de 1829, governando a diocese o novo bispo D. José da SS. Trindade, é que Marinho conseguiu tomar as últimas ordens e pôr termo à sua posição de pretendente.

Uma vez chegado ao termo dos seus estudos, com uma posição decente na sociedade, a carreira de Marinho foi rápida e brilhante. A excitação das paixões políticas estava então no seu auge. Filho legítimo da democracia, Marinho não podia ter a menor inclinação para o partido das idéias retrógradas. Assentou nas fileiras e todos sabem que foi um dos seus mais ardentes e úteis propugnadores.

A província de Minas então fazia ao primeiro reinado, que se havia divorciado da liberdade, essa patriótica e heróica oposição que lhe conquistou tão brilhante lugar entre todas as terras do Brasil. Marinho, associado aos homens mais patriotas da província, não foi estranho a alguma das muitas manifestações liberais que então se fizeram.

Nesses tempos de patriotismo os homens que revelavam talentos, que se mostravam dedicados à causa da liberdade eram conhecidos, procurados,

estimados e elevados pelos seus correligionários. Apareciam então na província de Minas muitos jovens de talento distinto, ardentes de patriotismo, sedentos de glória.

Os liberais mineiros parece que formavam, nessa quadra gloriosa, um grande júri político onde o mérito tinha segura a sua recompensa. Na primeira eleição que se fez para deputados à assembléia provincial o partido liberal teve um lugar para o filho do humilde Antônio José Marinho. Na mesma ocasião conseguiu ele um dos primeiros lugares entre os suplentes à deputação geral. Na assembléia provincial mineira fez ele os seus primeiros ensaios na tribuna parlamentar, onde depois tantas glórias conquistou. Em 1829 tomou assento pela primeira vez na câmara temporária. A revolução da maioria teve-o a seu lado. Por essa ocasião pronunciou ele um discurso cheio de veemência.

Homem feito no partido, com imensa reputação de parlamentar distinto em todo o país, com as melhores relações na província de Minas, Marinho tinha segura a sua carreira política. De 1841 em diante foi eleito constantemente deputado pela sua província. Seu nome era um dos primeiros na lista dos vinte. Sua voz simpática só deixou de ser ouvida no recinto da representação nacional, quando a reação antiliberal afastou da tribuna democrática todos os homens convictos do crime de liberalismo.

Arredado da Câmara dos Deputados, Marinho não se resignou à inação e à obscuridade a que o queriam condenar. Concebeu imediatamente o projeto de um grande estabelecimento, onde pudesse oferecer à mocidade uma sólida educação intelectual, moral e religiosa. Em 10 de junho de 1849 fundou o colégio que ainda hoje conserva seu nome.

Não faltam testemunhas do zelo e dedicação que Marinho empregava como chefe desse estabelecimento. Sua idéia favorita de 1849 em diante era dotar a capital do império de um estabelecimento de educação que fosse um modelo no gênero. A morte veio surpreendê-lo quando ele mais precisava de viver para completar sua obra. Entretanto o que ele deixou feito é muito em um país onde ordinariamente domina certo acanhamento de vistas nas mais úteis instituições. Muitos jovens, graduados hoje nas diversas faculdades do Império, aí estão para atestar os serviços que o finado Marinho prestou ao país fundando o seu estabelecimento de educação.

Não foi só como deputado e como instituidor da mocidade que Marinho prestou serviços ao país. Exerceu na província de Minas diversos cargos de eleição popular e de nomeação do governo. Em 1833 foi eleito juiz de paz de um dos distritos da cidade de Ouro Preto e eleito pela paróquia de sua residência.

Em 10 de novembro de 1834 foi nomeado depois do respectivo concurso professor de filosofia racional e moral da cidade de Ouro Preto. Algum tempo depois foi nomeado para exercer o mesmo emprego na cidade de S. João d'el-Rei.

Em 1845 nomearam-no diretor-geral dos índios da província de Minas e no ano seguinte procurador fiscal da tesouraria geral da mesma província. Exerceu esses lugares nos intervalos das sessões legislativas com o zelo e inteligência que o distinguiam.

Em 1847 apresentou-se candidato à igreja do SS. Sacramento do Rio de Janeiro, que se achava vaga. Seu ato no concurso a que se procedeu foi brilhantíssimo. Em 8 de maio foi apresentado e 3 dias depois confirmado e colado cura dessa igreja. O modo por que Marinho desempenhava as funções do seu sagrado ministério conciliou-lhe bem depressa o amor e o respeito do rebanho que fora confiado ao seu zelo.

A palavra sagrada tinha nele um eloquente intérprete. O padre Marinho era incontestavelmente uma das glórias da nossa tribuna religiosa. Homem de fé robusta e ardente, senhor dos segredos da verdadeira eloquência, a palavra de Deus saía dos seus lábios cheia de unção e capaz de fazer penetrar os raios da fé nas inteligências as mais obcecadas pelo materialismo da época.

Poucos anos depois de ordenado o padre Marinho conquistara no púlpito uma das reputações mais merecidas. Não só na província como na capital do Império sua palavra era ouvida com profunda atenção. Nas ocasiões as mais solenes era ele o pregador preferido.

Não lhe faltaram honras e distinções. Tanto na ordem eclesiástica como na civil seu mérito foi devidamente galardoado.

Em 1839 foi nomeado pregador da capela imperial; cônego honorário da mesma capela em 9 de setembro de 1840; algum tempo depois efetivo; protonotário apostólico em 22 de julho de 1847, camarista secreto supranumerário de Sua Santidade, com honras de monsenhor, em 11 de novembro do mesmo ano.

Era também cavaleiro e comendador da Ordem de Cristo, membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e de quase todas as associações literárias, científicas e humanitárias que se têm fundado entre nós.

É porém antes de tudo como homem político que monsenhor Marinho deve ser considerado. Uma nação nova como o Brasil não tem nem pode ter uma vida literária desenvolvida. A ciência, a literatura, as glórias da tribuna sagrada entre nós não possuem ainda o prestígio necessário para preocupar as inteligências

superiores. Só uma vocação muito pronunciada é que pode desviar o brasileiro da arena das discussões políticas, ou da vida comercial.

A nação procura ainda as condições da sua organização interna. O problema político agita todas as inteligências. Todas as forças intelectuais do país convergem para esse ponto. A glória só pode ser conquistada nas lutas políticas. A ciência e a literatura não são ainda uma carreira, são apenas uma distração.

Monsenhor Marinho como quase todos os nossos homens notáveis, fez-se na política, e viveu na política. O pensamento político dominou quase toda a sua existência; tudo o mais era acessório. É portanto na sua carreira política que ele deve ser estudado.

Não fazemos uma biografia completa, traçamos apenas um esboço, coligimos alguns fatos, registramos algumas datas, que depois serão aproveitadas. Observaremos entretanto que Monsenhor Marinho foi uma das figuras mais notáveis que se projetaram na nossa cena política desde os últimos anos da regência até 1848.

Homem de convicções liberais sinceras, de patriotismo ardente, acompanhou o seu partido com uma dedicação verdadeiramente admirável, partilhando as glórias e aceitando as consequências de todos os reveses. Na tribuna parlamentar e na imprensa, prestou-lhe serviços da maior importância.

Ainda estão bem vivas na memória dos contemporâneos essas lutas parlamentares em que o distinto mineiro elevava-se à altura dos oradores mais notáveis da Câmara. É realmente coisa digna de admiração ver esse homem, que havia recebido uma educação defeituosa em um estabelecimento literário do interior, lutar de igual para igual, e muitas vezes com vantagem contra as maiores ilustrações do país, que tinham assento na Câmara.

Aí estão os anais do nosso Parlamento para confirmar o que dissemos.

Em 1842 não receou partilhar a responsabilidade da revolução que teve lugar na província de Minas: pelo contrário assumiu-a com todo o prazer.

Durante o tempo da luta esteve refugiado na fazenda do padre Gonçalo no município de Queluz. E aí, *no coração das virgens florestas*, segundo sua expressão, que ele tomava nota dos acontecimentos, e coligia os documentos que serviram de base à sua *História da revolução de Minas*, que todos conhecem.

Algum tempo depois de pacificada a província, monsenhor Marinho, com alguns outros liberais foi entregue ao júri da vila de Piranga, que o absolveu.

Na imprensa seus serviços não foram menos importantes que na tribuna. Redigiu em S. João d'El-Rei um periódico que gozou de importância; em 1847 o partido confiou-lhe a redação-em-chefe do Correio Mercantil.

Acima de todos os dotes da inteligência de todas as glórias que conquistou na política, estavam as belas qualidades de seu coração. Generoso, cheio de abnegação, dotado do verdadeiro espírito de caridade evangélica, não perdia ocasião de tornar-se útil a seus semelhantes. Monsenhor Marinho foi o benfeitor e o amparo de muitos que ainda hoje deploram sua perda.

Como deputado geral não se esquecia dos estabelecimentos religiosos e da caridade da cidade de S. João d'El-Rei, onde por muitos anos teve sua residência.

No seu colégio recebiam gratuitamente o benefício da educação numerosos moços, filhos de amigos seus pouco abastados.

Um fato sobretudo põe em brilhante relevo a magnanimidade desse coração generoso. O bispo que tanto o hostilizara no princípio de sua carreira, recusando-lhe as ordens sacras que pretendia, achava-se no fim de sua vida reduzido a um estado digno de compaixão. Marinho, que então tinha assento na Câmara propôs e fez adotar pelo corpo legislativo um projeto concedendo uma pensão ao velho prelado!... Não é fácil encontrar muitos corações capazes de tanta generosidade!

Cumpre-nos porém consignar neste lugar que o prelado soube corresponder à magnanimidade do seu protetor. Marinho possuía uma carta do velho bispo que honrava tanto o benfeitor como o beneficiado.

Monsenhor Marinho era de um caráter franco e jovial. Seu espírito epigramático tornava sua conversação sumamente agradável. Achava-se ainda robusto e em toda a força de sua inteligência quando, a 3 de março de 1853, foi-nos roubado pela cruel enfermidade que tantas vítimas ilustres tem feito entre nós.

ÂNGELO MONIZ DA SILVA FERRAZ



A vida deste cidadão é uma eloquente demonstração do poder, e direitos da inteligência no governo monárquico representativo; é a história parlamentar e a administrativa da mais bela parte do Segundo Reinado.

Desde que se matriculou na Faculdade de Direito na cidade de Olinda, até que se sentou como presidente do Gabinete (12 de agosto de 1859) nos Conselhos da Coroa, ministro das Finanças, a sua vida política tem sido de esforços não interrompidos, de lutas ardentes, e de conquistas gloriosas.

Sem apoio de família, contando somente com seus recursos intelectuais, o jovem se distinguiu, se engrandeceu, sem que alguém se possa queixar, com o direito de preterido. Sua posição e o seu renome, ele conquistou por si só.

Espírito investigador, alargou os horizontes de seus conhecimentos até onde podia alcançar o seu amor da ciência.

Homem de luta, nunca foi acometido de desânimo, e nem deu costas aos mais terríveis combates, nas mais críticas circunstâncias. Amigo do trabalho, nem as vigílias o enfraquecem, nem as dificuldades o esmorecem.

A coragem, a tenacidade e a energia que desenvolveu no começo de sua vida, como que denunciavam qual deveria ser o seu futuro. O que ele é no país vem a ser a consequência necessária do que foi.

Na mocidade desenvolveu uma atividade, grandeza d'alma, e coragem, que fizeram a admiração de seus companheiros, superiores, e até do governo.

Alinhados os soldados voluntários da ordem pública na cidade do Recife, ele foi abraçado pelo presidente da província o Exmo. Sr. Pinheiro de Vasconcelos, como uma prova de reconhecimento ao valoroso batalhador, que arriscou, só por patriotismo, a sua vida na defesa da sociedade.

Já na infância, ele merece a confiança que se deposita em um homem provecto. Comunica-se com o governo, e dispõe de armas e soldados. A coragem o fez chefe, e o desinteresse lhe deu prosélitos. Marchou com um reforço da província das Alagoas para a de Pernambuco por terra, passando mil privações, que só o entusiasmo, e o amor da pátria, e da glória, poderiam compensar.

Na defesa da ordem pública na cidade do Recife, arriscou muitas vezes a sua vida nos combates, em que tivera parte ativa, e proeminente. Os seus colegas, hoje no Senado, Cansação de Sinimbu, Nabuco de Araújo, foram testemunhas de seus atos de valor.

Alistado no Partido Moderado, era o primeiro, e mais decidido a reprovos os excessos dos vencedores, e a proteger a sorte dos vencidos.

Com a mesma atividade, e possuído de convicções, sagradas pelo desinteresse da mocidade; entrega-se às lutas da imprensa. Falou ao povo sem levantar ódios, sem enraivecer ciúmes; falou às idéias, aos c orações, e ao patriotismo.

As provas destes brilhantes combates literários, e pacíficos, devem existir nos arquivos, ou bibliotecas da cidade do Recife, que conservarem os periódicos políticos dessa época. A infelicidade do escritor de folhas políticas, consiste no esquecimento do serviço, logo que se consegue o benefício, pelo qual se esforçou.

Soldado valente nas ruas e praças de uma cidade em revolta, e debaixo das ameaças da tropa anarquizada, mostrou igual valor nas pelejas da imprensa.

Advogado, juiz, administrador, ministro e presidente do Conselho, percorreu todas estas posições, deixando em cada uma delas, belas recordações, e indeléveis traços de longos trabalhos e de uma atividade incansável.

No cumprimento do seu dever, não teme a responsabilidade, nem acaricia interesses ilegítimos. Afronta todos os obstáculos, com que a má vontade de uns e o egoísmo de outros, lhe opõem. Reconhecida a utilidade pública, a promove, não obstante o alarido dos adversários. Possui a firmeza das grandes convicções. Parece que a adversidade e as lutas o reanimam.

Juiz de Direito, distribuiu justiça com imparcialidade e sabedoria. Severo, sem ódios, benevolente, sem fraqueza, e justo, sem contemplação. O crime, o encontrou sempre vigilante para o convencer, e inexorável para puni-lo. Cioso de suas prerrogativas, e dos direitos da magistratura, nunca admitiu influência política do governo no julgamento dos criminosos. Se o impedimento no exercício de suas funções, e de seus direitos, resistia. Se ousavam insinuar-lhe um procedimento irregular, ou uma atividade exorbitante, ou uma inércia negligente, desobedecia.

Em suas mãos a vara de juiz foi um poder, como a Constituição organizou, e não um ridículo simulacro, como o abuso o tornou.

Esta altivez no juiz, assim como a independência nos altos empregos, que tem exercido, levantaram-lhe desafetos, e inimigos, que lhe fizeram a mais desabrida guerra. Mas, cumpriu com seu dever, é esta a sua consolação. Se apaixonados contemporâneos o doestam, a posteridade lhe fará a justiça, que merece.

Ele o disse solenemente na Câmara dos Deputados, no caráter de presidente do Conselho: não quero conquistar efêmera popularidade, mas sim fazer benefícios reais a meu país.

Se como inspetor da Alfândega da corte, tivesse condescendido com a malversação, que diminuía as rendas do estado, se como ministro das Finanças deixasse impune a agiotagem fraudulente, e sem entranhas, teria tido, sem dúvida alguma, uma vida pacífica, porém inglória, e em pura perda para o país.

Homem de vontade forte, não sabe aceitar posições equívocas, e estéreis. Ele caminha sempre, e se o querem fazer parar, luta até decidir-se a vitória em favor de alguém. Não adia dificuldades nascentes, porque se arreceia que elas tomem raízes profundas, e cresçam tanto, que depois seja impossível vencê-las.

Na Inspeção da Alfândega, na administração da província de São Pedro do Sul, na presidência do Conselho de Ministros, e no ministério das Finanças, lutou francamente, e com todas as suas forças. Venceu.

A sua estatura, o porte, a bela cabeça, a larga fronte, os olhos vivazes, os modos generosos e amáveis, convencem a quem o vir, ainda que o não conheça, a sua superioridade de espírito.

Em política é conservador-progressista. Devotado às suas idéias, a seus amigos, e prudente para com seus adversários.

Nos anais da administração pública, seu nome não desaparecerá, e seus benefícios serão duradouros.

Passemos aos fatos, e às épocas mais memoráveis de sua vida.

Nasceu o conselheiro **Ângelo Moniz da Silva Ferraz** na cidade de Valença, província da Bahia, no ano de 1812.

Sua família o destinava para a vida eclesiástica. Aprendeu em cidade da Bahia as humanidades com os mais distintos mestres, entre os quais avultava Fr. João Quirino Gomes, que lia filosofia no colégio da Palma, edifício antigo dos padres jesuítas.

A elevação do Brasil à categoria de Reino, e a mudança da sede da monarquia portuguesa para a América, tinha despertado ambições, e fortalecido esperanças, de modo que a mocidade principiou a aspirar a um futuro mais lisonjeiro, e próspero. Muitos jovens votados ao serviço dos altares, desfizeram os planos de suas famílias. As novas idéias, e a abertura de cursos jurídicos no país (1828) libertaram as inclinações forçadas.

Em 1830, com 18 anos de idade, seguiu para Olinda, onde se matriculou estudante do 1º ano jurídico, sendo-lhe em 1834 colado o grau de bacharel em Direito.

Desde 1830 até 1834, trabalhou na imprensa, propagando idéias moderadas, para cuja defesa empenhou a vida, e os mais aturados esforços intelectuais. Foram seus companheiros, os conselheiros José Tomás Nabuco de Araújo, e Cansação de Sinimbu.

Apenas formado em Direito, com o conselheiro Sinimbu, acompanhou as forças militares das Alagoas, que combinadas com as de Pernambuco, retomaram a povoação de Jucuípe ocupada pelos cabanos.

Em 1835, tomou posse do lugar de promotor público da capital da Bahia, em que se distinguiu por sua coragem, probidade, e dedicação ao serviço público.

Nomeado juiz de Direito da Comarca da Jacobina em 1837, exerceu as árduas funções deste cargo até 1843, sem levantar uma queixa de falta de administração severa, e imparcial de justiça. Foi um magistrado modelo,

porquanto além de seus atributos morais, mostrou uma inteligência forte e ilustrada.

Cercou-se de tal prestígio em toda a sua comarca, que conseguiu com sua única autoridade moral, abafar um movimento arrebatado na Vila Nova da Rainha, repercussão da revolta da capital, intitulada de Sabino.

Eleito deputado provincial de sua província natal, foi seu primeiro ato interessar-se por uma petição ao Poder Moderador, solicitando a anistia dos revoltosos vencidos. Os sofrimentos excessivos de seus patrícios, alguns dos quais eram amigos particulares, irritaram-no tanto, que no justo desabafo da indignação, ressentiram-se algumas autoridades policiais, que pretendiam abusar da vitória, esquecidos de que eram todos filhos da mesma pátria, e que, se haviam iludidos, não eram perversos.

Com toda a energia censurou as inúteis perseguições feitas aos vencidos; do que lhe veio desgostos, devidamente compensados pela satisfação de ver perdoados, e anistiados os vencidos, de quem se tinha constituído generoso patrono.

O povo baiano tem-lhe sido sempre reconhecido. Reeleito deputado provincial até 1843, trabalhou constantemente em bem da província, e se ocupou dos mais sérios trabalhos nas diferentes, e difíceis comissões para que foi nomeado.

Em 1842, foi eleito deputado à Assembléia Geral, e dissolvida previamente a Câmara dos Deputados, voltou de sua província reeleito, e continuou a sê-lo até a dissolução de 1848.

Este período é um dos mais gloriosos de sua vida. Por sua ilustração, energia, e trabalho infatigável, constituiu-se o líder da famosa oposição daqueles tempos. Sempre na tribuna, velava as noites consultando os livros. Seus discursos revelam uma copiosa leitura, e uma proficiência de estudos políticos e administrativos, que faziam a admiração e orgulho de seu partido, e o receio de seus adversários. Orador veemente, tem os segredos da eloquência, arrastando e convencendo. Teve dias de verdadeiro triunfo. Seus amigos o abraçavam depois do combate, e seus adversários lhe faziam todas as honras devidas aos homens superiores.

No futuro, os historiadores do nosso parlamento hão de dar a esses discursos seu preço real. A inveja dos contemporâneos não chega até à posteridade, para lhe turvar o espírito, e viciar a consciência.

Em 1843, foi removido de juiz de direito da comarca da Jacobina para o lugar de juiz dos feitos da fazenda da Bahia, que exerceu apenas até junho de 1844. A magistratura nessa época estava sujeita à vontade discricionária do Poder Executivo, que o removeu de juiz dos feitos da Fazenda da Bahia, para a 1ª vara

do crime da corte, por ter o juiz deputado se recusado a prestar apoio político à administração.

O juiz recebeu sem queixa a punição infligida ao deputado. Tomou posse de seu novo cargo, e logo deu provas de sua atividade e zelo, abrindo a primeira correição no foro da corte. Seus acertados provimentos corrigiram velhos abusos e perniciosas práticas, que dificultavam a administração da justiça. Destes penosos trabalhos nunca houve remuneração alguma, senão a satisfação interna de ter cumprido seus deveres.

Por ocasião de instruir-se o famoso processo Lírio (empregado do Tesouro) julgou necessários exames na escrituração do Tesouro Nacional, para bem avariguar do delito e reconhecer quais fossem seus autores e cúmplices.

Não convindo devassar o estado viciado dessa escrituração, que acarretaria para o processo novos culpados, e denunciaria a negligência e desídia com que corria aquela repartição, foi interdito ao juiz de Direito Criminal proceder aos exames exigidos, devendo-se contentar para o julgamento do infeliz Lírio, com as provas que pudesse aduzir a acusação, restrita em seus recursos. E assim deixava-se o juiz da terrível perplexidade de uma absolvição em fato tão grave, ou de um castigo sem todo o fundamento. Impunidade, ou tirania.

O ministério cortou todas estas dificuldades, removendo como pena, da corte para a comarca de Campo Maior, na província do Piauí, o magistrado escrupuloso, que não quis arriscar a sua consciência, os direitos da acusação e defesa, às pretendidas imunidades do Tesouro Nacional, que se arrogou os privilégios das igrejas nos tempos de devoção clássica, onde se homiziavam os facínoras impunes.

Para julgar do processo Lírio nomeou-se um outro juiz. O removido não pôde obedecer; e nem seguiu para sua nova e longínqua comarca, que lhe pareceu uma pena de degredo. Interrompeu forçadamente a sua carreira de magistrado, que levava tão brilhante e gloriosa.

O ilustre ministro da Fazenda em 1848, Francisco de Paula Sousa e Melo, o nomeou inspetor da Alfândega da corte em 29 de julho do ano citado. Não deliberado a aceitar esta comissão tão espinhosa naquela época, pelos rumores e acusações que se propagavam contra a má fiscalização da Alfândega por improbidade de alguns empregados de todas as hierarquias; foi reduzido a isso, por instâncias do ministro Rodrigues Torres, hoje visconde de Itaboraí. Cinco anos serviu este emprego no meio das mais violentas lutas da malversação, dos ressentimentos e dos interesses ilegítimos.

O conselheiro Ferraz sustentou com coragem a sua posição, e levou ao cabo o seu projeto de reforma. Demitiu os incorrigíveis, elevou os probos, e

repreendeu os negligentes. Inspeccionava tudo, e todos. Surpreendia os empregados, cuidava nas obras, e fiscalizava a arrecadação, com tal proveito para o país, que sem mudança na legislação fiscal, e sem agravação dos direitos, conseguiu que a Alfândega dobrasse de renda.

Saindo da Alfândega, foi nomeado procurador fiscal do Tesouro Nacional, de cujo emprego pediu e obteve demissão em 1855, por se ter declarado em oposição ao gabinete Paraná.

Como presidente da comissão encarregada de confeccionar uma nova Tarifa da Alfândega, apresentou, depois de longos estudos, um trabalho importantíssimo, que tem servido como o primeiro e o mais regular para base e doutrina de outros posteriores, que o seguiram em geral, e que na parte em que dele se apartaram, não foram felizes.

Por carta de 28 de outubro de 1853 foi agraciado com o título do conselho.

Por carta de 1º de maio de 1856, foi escolhido por S. M., o Imperador, em lista sêxtupla da província da Bahia, senador do Império.

Em 28 de agosto de 1857 foi nomeado no Ministério Olinda, presidente da província de São Pedro do Sul. Com poucos meios fez na

província importantes obras de suma utilidade, e que hão de perpetuar aí o seu nome.

Em 10 de agosto de 1859 foi nomeado presidente do Conselho de Ministros da Fazenda e interinamente do Império.

Os trabalhos que fez no sentido de melhorar a arrecadação dos impostos, e de afrontar um déficit de perto de dez mil contos, fazem por si só a vida e a glória de um homem de estado. Seria preciso um volume para oferecê-lo em relevo, e mostrar toda a sua importância.

Até hoje no Brasil nenhum ministro trabalhou mais.

O gabinete Ferraz praticou uma política moderada. Não proscreeu a ninguém, nem exerceu o favoritismo.

Respeitou a vontade nacional, deixando correr livres as eleições gerais, não ofendeu os direitos do cidadão, não vexou e nem oprimiu.

Para servir a seu país, não acariciou injustas pretensões, eis a razão do alarido dos turbulentos, que sentem na paz a estagnação de seus ilegítimos interesses.

A posteridade há de fazer a justiça, que os contemporâneos sensatos nunca recusaram ao ministério Ferraz.

Eis a vida resumida do jovem acadêmico, do magistrado, do orador, do administrador e do ministro. Esta ilustre vida começada em 1812 até hoje tem deixado em sua passagem rastros de luz. O futuro dar-lhe-á a última e a mais brilhante auréola.

FRANCISCO DE PAULA SOUSA E MELO



A vida de Paula Sousa está tão inteiramente ligada à nossa existência política, que para desenvolvê-la seria preciso historiar, ainda que sumariamente, os diferentes episódios de nossa independência e revolução constitucional; mas não comportando tal os estreitos limites prescritos pela Galeria dos Contemporâneos, e quando comportassem, não o permitindo o tempo de que podemos dispor; força nos é limitarmo-nos a um ensaio fugaz, a um breve esboço, que serviria de argumento ou sumário de trabalho de mais espaço e meditação, a cujo cometimento por gosto e dever estamos resolvidos, se Deus no-lo permitir.

I

Francisco de Paula Sousa e Melo, nascido a 13 de junho de 1791 em Itu, província de São Paulo, do português dr. em cânones, Antônio José de Sousa, e

sua mulher, D. Gertrudes Celidônia de Cerqueira Leite, família Barros. De quatorze meses perdeu seu pai, que baixou ao túmulo desconsolado por não ter de ser o diretor da educação de seu filho único.

A excepcionalidade da organização do menino supriu essa falta, que seria irremediável para outrem qualquer e preencheu os anelantes votos do venerando ancião, que cego pelo amor paternal, ou com essa segunda vista, que dizem vir alguns à borda do túmulo, julgava ver em seu filho um ente fenomenal. Aos sete anos saiu da escola, aos dez do estudo de latim, e aos doze traduzia correntemente o italiano e o francês, tendo sido obrigado a estudar aquela língua para aprender esta, porque então não havia em Itu dicionário do francês para português: fora guiado nestes estudos, para os quais não havia mestres, pelo padre Campos, que mais ou menos nesta época voltara de Roma, onde passara os melhores anos de sua vida. As relações, que o ardor do menino pelos estudos, sua prodigiosa memória, e precoce inteligência, fizeram estabelecer com esse austero jesuíta, virtuoso e de tal qual instrução, muito influíram nos futuros destinos de Paula Sousa. Ele não teve puerícia, essa idade feliz de folguedos e inatenções; não se o via correr e saltar com outros meninos; temia-os e fugia deles; seu maior prazer era folhear e ler os grandes livros, que lhe deixara seu pai, sua velha mãe deleitava-se em referir mil anedotas dessa singularidade de sua índole tímida, e desse caráter sério e meditativo, mas bondoso; ele não teve adolescência; essa época poética da vida, em que entre vertiginosas aspirações sonha-se e adivinha-se o homem; passara-a devorando quantos livros as resumidas bibliotecas de Itu possuíam. Em breve, nada mais tendo para ler, seu insaciável ardor de estudo o levou para São Paulo, apesar das instâncias de sua mãe, cujo ininteligente amor a isso opusera por longo tempo tenaz resistência. Aí aperfeiçoou-se no estudo das línguas que aprendera; aprendeu o inglês e estudou história, geografia, filosofia e retórica. O abuso do estudo estragou sua débil organização; violenta oftalmia e uma caprichosa gastrorréia o assaltaram de forma tal, que os médicos julgaram, para salvá-lo, dever condená-lo à reclusão no escuro, abstenção da leitura e dieta quase absoluta; assim passou quase quatro anos da melhor época da sua vida, dos dezoito aos vinte e um. Seu espírito reflexivo, ajudado dessa estupenda memória, que fez a admiração de quantos o conheceram, não perdeu esse tempo precioso; pelo contrário, aproveitou-o para coordenar a profusão de idéias, que havia sequiosa e avidamente bebido em quanta fonte encontrou.

Quando enfim pôde sair dessa prisão a que o condenara a medicina de então, era sem o saber uma das mais fortes e cultas inteligências da época. Na gestão de sua medíocre fortuna e no estudo da ciência do direito empregava ele seu tempo, quando o varão, o verbo começou a revelar-se naquela organização valetudinária e tardonha, que o espírito ou inteligência só dominara até então: o amor exigiu também seus direitos; e em 1819 ele casou-se, vencidas estas dificuldades, com sua prima, filha de Antônio de Barros Penteado. Aquela alma

que não tivera juventude, expandiu-se com arroubo e entrou para assim dizer em sua juventude, que durou e prolongou-se até sua morte.

II

O primeiro ato oficial em que se acham escritas as palavras — Independência do Brasil — é da Câmara de Itu, que em 1821 requeria à Câmara de São Paulo para que esta desse plenos poderes aos seus deputados às Cortes de Portugal, a fim de tratarem da nossa emancipação: a mão que escreveu esta grande idéia está paralisada pela morte... Assim começou o Sr. Porto Alegre o discurso que, como orador do Instituto Histórico proferiu à beira do túmulo do preclaro brasileiro, o Senador Paula Sousa.

Iniciado na história filosófica da humanidade, conhecedor das exigências e tendências do século, previa ele os resultados que mais ou menos colheria o Brasil da vinda da corte de Portugal para o Rio de Janeiro; agitou pois os ânimos e dirigiu-os para o fim que seu patriotismo e espírito meditador lhe sugeria. Foi por isso eleito deputado às Cortes de Lisboa em 1821; mas o miserável estado da sua saúde não lhe permitiu semelhante viagem. Foi de novo eleito para a Constituinte brasileira, da qual fez parte em 1823. Não é sem maravilha que lemos nos anais daquele tempo, que logo em uma das primeiras sessões propusera ele um projeto de lei com o fim de melhorar o estado desgraçado do Tesouro nacional! Quando nossos homens mais notáveis perdiam-se nas vaporosas regiões do idealismo político, aquele desconhecido paulista procurava consolidar as bases, solidificar os elementos de nossa independência! Não é menos singular o silêncio em que o vemos durante esses seis meses da Constituinte; quer pela falta de animação que merecera e nenhum valor que deram ao seu projeto, que nunca entrou em discussão, quer pela dúvida do próprio valor, quer pela consciência prévia da ineficácia de todos aqueles trabalhos, o fato é que esse silêncio foi apenas quebrado, uma ou outra vez, pela declaração escrita de voto em tal matéria. Esses seis meses foram todavia aproveitados no estudo prático de nossos homens e de nossas coisas.

De volta à sua província não descansou, continuou, pelo contrário, na propaganda constitucional e inoculando em todos os espíritos as crenças e melhores opiniões dos mais célebres publicistas, e muito concorreu, de combinação com Feijó, para que a Câmara Municipal de Itu apresentasse aquelas admiráveis observações à Constituição, que, em cumprimento de sua real palavra no decreto de dissolução da Constituinte, nos deu o senhor D. Pedro I.

Em 1826 sendo ainda eleito para a Legislativa, foi Paula Sousa um vulto já tão notável, que apresentaram-no como vice-presidente em competência com Marcos Antônio de Sousa, que só em 2º escrutínio pôde derrotá-lo: em 1827 foi eleito presidente por quase unanimidade de votos em o 1º mês de sessão, no 2º

porém, a instâncias, conseguiu não ser eleito, em atenção ao seu constante estado valetudinário. Desde então tomou tal parte em todos os atos de nossa vida legislativa, que podemos assegurar que nenhum só há, sobre o qual não interpusesse sua opinião, ou a modificasse, quando não havia partido dele: regimentos dos conselhos provinciais, lei da responsabilidade ministerial, lei orgânica das academias ou faculdades do Império, lei orgânica das câmaras municipais, lei da liberdade da imprensa, lei orgânica do poder judiciário, tudo enfim atraiu suas vistas e estudo, e em tudo revelou tão fortes e variados conhecimentos, que conquistou a atenção e forçou o respeito daqueles mesmos que antes nem se dignaram lançar os olhos sobre o tímido e modesto autor do projeto com o fim de melhorar a situação do tesouro nacional. Apesar do seu estado constantemente valetudinário, poucas vezes faltou às sessões, e cedo achava-se na câmara.

Oh tempos admiráveis, que lá se foram, em que às 10 horas contavam-se de 80 a 90 deputados, que religiosamente guardavam seu posto além das horas da lei, quando havia mister, mesmo nos meses de outubro e novembro, até os quais prorrogavam-se as sessões!

Foi constantemente eleito deputado geral e provincial, até que em 1833 foi eleito e escolhido senador.

III

Seu amor ao trabalho, o sentimento do dever não esfriou-se naquela região, que em algum tempo foi alcunhada de Sibéria; no Senado, como na Câmara dos Deputados continuou a desenvolver suas idéias e princípios, de modo a conseguir a harmonia e divisão dos poderes, única garantia da excelência do sistema representativo, que ele definia — governo, cuja base é a justiça, o agente a opinião pública, e o fim o maior bem do maior número.

A reconhecida sinceridade de suas crenças, sua proverbial honradez, e a honestidade de sua conduta davam singular realce à dedução lógica, à dicção fluente e muitas vezes eloquente de seus discursos; conseguia pois não poucas vezes demorar e arrastar os próprios adversários.

Suas idéias e princípios foram por vezes aceitos, e convertidos em lei; outras porém foram mal aproveitadas, e aplicadas depois de mutiladas, o que o obrigou a dizer que eram eles parte de um todo homogêneo, ligado e completo, e que assim unicamente poderiam produzir os resultados desejados.

A lei dos círculos, a das incompatibilidades, a reforma do conselho do Estado, etc., etc., sofreram essa desastrosa sorte; ainda na reforma das secretarias vimos na existência dos consultores uma dessas idéias mutiladas, e em estado embrionário. Seu fim todo, o desiderato político que obsediava era consolidar

nossas instituições de modo tal, que resistindo ao impulso desmoralizador do século, pudessem sem perigo aproveitar-se das legítimas e sólidas conquistas do espírito humano. "Conhecemos ainda, senhores", disse o Sr. Porto Alegre em seu brilhante discurso diante da mortalha de carne, que encerrou essa alma tão grande, e tão ilustrada, "que a causa da pátria acaba de perder um grande defensor, e as nossas instituições um grande conservador." Nada o afligiu tanto em toda sua vida como os fatos de 1842; em oposição cordial a seus melhores amigos não quis todavia abandoná-los; repelindo e combatendo as ilusões de um momento no foro das relações particulares aceitou, e sofreu com eles em público os efeitos de um erro, que não partilhou sequer um momento; não podia, e nem foi envolvido no processo; mas foi escoltado para S. Paulo, onde esteve sob a vigilância da polícia. A época mais notável de sua vida parlamentar é a em que se discutiu a reforma do código; 1837, 39, 40 e 41 estamparam em nossos anais parlamentares suas mais incontestáveis glórias.

Chamado aos Conselhos da Coroa foi a 20 de julho de 1847 nomeado ministro do Império com o Sr. Alves Branco: em breve reconheceu a inutilidade de seus esforços, e pediu, e conseguiu sua demissão a 28 de agosto do mesmo ano. Ele não compreendeu um ministério, cujas diferentes repartições se não harmonizavam debaixo de um sistema de idéias; ou não eram dirigidas por uma idéia mãe, criadora, que se refletisse em todos os ângulos do organismo executivo.

Assim, quando convidado pelo falecido Vergueiro para completar seu Ministério, tornou a falar na necessidade de uma presidência ministerial, condição sem a qual não entraria jamais para qualquer ministério, pois que só ela garantiria aquela unidade de pensamento, que ele julgava indispensável. S. M. I. houve por bem por decreto de 31 de maio de 1848 nomeá-lo ministro da Fazenda, e presidente do conselho: foi o primeiro Conselho de Ministros, que teve o Brasil, e o regulamento, que o devia reger foi confeccionado pelo mesmo Sr. Paula Sousa; mas até hoje julgamos, que nem uma execução teve; seu programa ministerial foi — Justiça e Tolerância, — ninguém, persuadimo-nos, deixou de crer e nutrir reais esperanças; um dos mais violentos adversários, ao mesmo tempo, uma das mais hábeis penas brasileiras, resumiu pouco mais ou menos assim seu primeiro artigo político em relação ao 1º presidente do conselho - jamais o remorso lhe segredou um fato à consciência — e o Brasil tinha razão, porque mais cedo largaria ele qualquer posição do que tal fato se desse. Mas suas moléstias, que cada vez mais se agravavam, e o desgosto de não poder pôr em prática com a liberdade, e plenitude que exigiam a veracidade do sistema e o esplendor do trono as idéias, e princípios, que haviam tido tempo de amadurecer em sua imensa inteligência, o obrigaram a resignar o poder nas mãos de S. M. o Sr. D. Pedro II a 29 de setembro do mesmo ano de 1848. Essas moléstias recrudesceram a ponto de não deixar mais quase tranquilidade alguma ao venerando ancião.

Um pequeno e dolorosíssimo tumor, que lhe aparecera no rosto pôs à prova aquela alma aguerrida por 40 anos de enfermidades, mas aquela grande alma não se desmentiu um momento e entregou o corpo ao martírio da cirurgia; tudo foi inútil; e o mal canceroso atirou ao túmulo a 16 de agosto de 1852 aquele corpo exangue que apenas contava 60 anos.

Seja-nos lícito, para pintar seu caráter, transcrever aqui as eloquentes frases, com que o descreveu o filósofo, poeta e artista, o Sr. Porto Alegre, que por parte do Instituto Histórico assistiu ao seu enterramento: "Deus colocou no coração do nosso finado consórcio aquele fogo celeste que tudo consome e purifica no meio da corrupção geral, o seu peito foi um abismo, onde se sepultavam, e desapareciam as impurezas da malevolência, o veneno da calúnia, os ódios da ingratidão e as inconseqüências da versatilidade humana.

"Para sua alma tão pura no amor e tão liberal na Terra, o ostracismo era uma apoteose e a apoteose um meteoro passageiro como o aerólito, que brilha nos céus e que se precipita levando à morte, fendendo as rochas, ou derrocando monumentos. Amigos e rivais na arena do idealismo político o proclamaram sempre um homem honrado, cujo desinteresse está comprovado nos dias de 1831 e 1837, nos do seu ministério e em toda sua vida parlamentar: amigos e rivais se uniam voluntariamente para confessarem que o conselheiro de estado e senador do Império Francisco de Paula Sousa e Melo era a virtude, o saber e o patriotismo adunados no peito da mais cândida moléstia!!!

"Todos conheceram esse homem fenomenal, que no meio de contínuos sofrimentos tinha uma cabeça robusta, e em cuja existência se contrastavam a par e passo a matéria e o espírito. Num corpo valetudinário, que pendia para a sepultura se encontra uma alma forte que duplicava de valor no meio dos combates parlamentares; um corpo, que se vergava para a terra do esquecimento, e uma alma, que se elevava para o céu da glória; era uma voz branda que mal roçava os ouvidos dos que o rodeavam, desprendia uma lógica cerrada, uma cadeia de idéias tão superiores, que levava ao fundo dos corações a pureza das suas intenções; um homem retirado no seio da sua família, e um cidadão que enchia o Brasil com o brilho das suas idéias, e com a majestade do seu caráter; um homem finalmente que sabia nivelar a paz doméstica com a previdência do conselho, e as horas do triunfo com os momentos da desgraça...

"Nós o vimos, nós o respeitamos entre a esposa e os filhos e entre os seus amigos e rivais; nós o vimos, nós o admiramos nos diálogos de filosofia, no culto das letras e no recinto do Parlamento; seja-nos sempre cara a sua memória, e sirva de exemplo a todos os que aspiram à

virtude, essa vida sem mancha, que é o maior legado, que deixa à sua numerosa família..."

Oh! sim; nós aceitamos esse legado e seguiremos esse exemplo, que mostra que meu pai foi um desses homens, cuja vida com a mão de mestre Plutarco descrevia para consolo e modelo da humanidade.

BARÃO DA VITÓRIA



A vida do bravo general **José Joaquim Coelho** é um desses tipos que honrando a pessoa a quem pertence, engrandece o país que o possui.

José Joaquim Coelho nasceu a 25 de setembro de 1797 na cidade de Lisboa, e deveu o ser a Joaquim José Coelho e D. Maria Teresa de Jesus.

Contando apenas 14 anos de idade veio ao Rio de Janeiro em lugar de um seu irmão mais moço, que era afilhado do chefe de esquadra Garção, a quem este havia chamado.

Quase três anos depois de residência nessa parte do solo americano que Portugal tanto se orgulhava possuir, aos 23 de abril de 1814, sentou praça de soldado no 1º Batalhão de Fuzileiros, e tão exemplar foi sua conduta militar que em 1817, três anos depois, marchou para Pernambuco como sargento ajudante do Batalhão de Granadeiros.

As lutas sanguinolentas de que foi vítima a bela província de Pernambuco em 1817, viram-no sempre corajoso acompanhar suas diferentes peripécias, e por tal forma que mereceu justos elogios do general Luís do Rego Barreto, governador de Pernambuco.

Adotando as mesmas idéias de liberdade que os filhos do país, ligou-se à causa da emancipação brasileira, contribuindo com a influência, que soube exercer sobre seus companheiros, para que se convertesse em realidade os primeiros sintomas de emancipação que na vila de Goiana, em Pernambuco, promoviam os patriotas daí.

É, sem dúvida alguma, essa fase de sua vida uma das pérolas da sua coroa de glória.

Os pernambucanos porém não se esqueceram do bravo companheiro auxiliar, e fizeram-no tenente ajudante, elevando-o a capitão pouco depois.

Mais tarde, quando o brigadeiro Madeira obstinava-se, na Bahia, em não querer reconhecer a emancipação do Brasil e provocava a luta com as armas em punho, os pernambucanos viram reconhecidos o bravo general acalmar os ânimos dissipando assim a tempestade que ameaçava o horizonte da província.

Já elevado ao posto de major graduado, deve-se-lhe em parte o mau êxito da revolta que em 1817 promoviam na província os partidários da célebre Federação do Equador.

Por decreto de 12 de outubro de 1825, foi elevado ao posto de major efetivo, e encarregado de organizar o Batalhão n-17 de Caçadores sob seu comando: missão essa que cumpriu com perícia, sendo posteriormente removido como fiscal do Batalhão de Caçadores nº 1, o qual era comandado pelo tenente-coronel Tomás António da Silveira.

Promovido ao posto de tenente-coronel por decreto de 5 de fevereiro de 1827, passou a comandar o Batalhão n- 17 de Caçadores, que havia organizado, e com o qual marchou para o Sul a fim de incorporar-se ao exército do Brasil que batia os revoltosos na Cisplatina.

Em 1832, quando o solo da bela e heróica província de Pernambuco se ensopava com o sangue de seus filhos, em vista da denominada guerra dos Cabanos, o governo imperial enviou-o pra ali e foram tão acertadas as suas medidas tanto no gabinete como no campo, que alcançou pôr fim a essa luta sanguinolenta

Nomeado comandante das armas de Pernambuco em 1832, exerceu esse alto cargo com bastante dignidade até o dia 4 de junho de 1835.

Em 6 de agosto de 1836 foi nomeado inspetor-geral da Guarda Nacional do Recife, e, cumulativamente, comandante do corpo de polícia da mesma cidade; cargos estes que exerceu até marchar em socorro da Bahia dezembro de 1837.

Muitos foram os relevantes serviços aí prestados à causa da ordem pelo distinto oficial; citaremos, entre outros, o ter salvado de um terrível incêndio a cidade de S. Salvador, na Bahia.

Tão reconhecidos lhe foram os baianos, que se dignaram brindá-lo com uma espada de ouro!

Em outubro de 1838 seguiu por ordem imperial para o Sul, a fim de comandar a 2ª Brigada de Infantaria.

De volta dessa campanha, regressou de novo a Pernambuco, onde permaneceu, até que sua pessoa foi requisitada pelo presidente das Alagoas, para conter os revoltosos que impediam a transferência da capital.

Recompensado pelo governo imperial, com a promoção de brigadeiro por decreto de 2 de dezembro de 1839 foi nomeado pouco depois instrutor geral da Guarda Nacional do Recife, em 9 de janeiro de 1840 inspetor do recrutamento.

Foi por decreto de 10 de abril de 1841 nomeado presidente e comandante das armas do Ceará.

Sendo acusado por algumas folhas públicas de pequena importância, como cúmplice em um assassinio que se deu na cidade da Fortaleza durante a sua presidência, foi disso absolvido pela opinião pública, e condenados os seus gratuitos detratores!

O governo imperial, apreciando devidamente os seus bons serviços na presidência do Ceará, houve por bem condecorá-lo com a comenda da Ordem de S. Bento de Aviz, de cuja ordem já era cavaleiro desde 4 de setembro de 1839.

Os cearenses escolheram-no como seu representante e enviaram-no ao Parlamento como deputado, onde prestou bastantes serviços especialmente nas comissões militares.

Voltando à província de Pernambuco, depois de dissolvidas as câmaras, foi nomeado uma terceira vez instrutor da Guarda Nacional do Recife, por portaria de 10 de fevereiro de 1845, e exonerado dessa comissão em novembro de 1847, foi nomeado comandante das armas da Bahia em 7 de março de 1848. E quando, nesse ano, o movimento armado de Pernambuco maiores embaraços causava à presidência do Sr. Pena, à requisição deste senhor ao seu colega da Bahia, Gonçalves Martins, foi o brigadeiro Coelho enviado em socorro da

província que tanto amava, pôs-se à frente das forças legais que existiam na província, e acompanhando em todas suas circunstâncias as diversas fases dessa revolta que durou mais de 2 anos, deve-se-lhe ter poupado grande efusão de sangue de ambos os lados.

Não podemos deixar no olvido os feitos de bravura do brigadeiro Coelho nessa campanha; e para comprovarmos essa nossa asserção, citaremos o ataque do Recife, no dia 2 de fevereiro de 1849 em que bateu as forças revoltosas impelindo-as para fora da cidade, e o de 26 de janeiro de 1805 em que exterminou essa revolta.

Estes serviços foram recompensados com o posto de marechal-de-campo graduado, por decreto de 3 de março de 1859, e com as honras de dignitário da Ordem do Cruzeiro, da qual era oficial desde 1824.

Em abril de 1850 partiu para o comando das armas da Bahia para cujo cargo havia sido nomeado em janeiro desse ano. Removido do comando das armas da Bahia para o de Pernambuco por decreto de 3 de fevereiro de 1855, logo depois, em 14 de março desse ano, foi agraciado com a grã-cruz da Ordem de S. Bento de Aviz, tendo em 4 de setembro de 1852 a mercê de fidalgo cavaleiro da casa imperial.

Vindo a vagar um dos lugares de tenente-general, e tendo de ser substituído por um dos seus companheiros de armas em consequência de antiguidade, foi ele, seu imediato, elevado ao posto de tenente-general graduado por decreto de 2 de dezembro de 1856.

As suas graves enfermidades o obrigaram a recorrer ao governo imperial pedindo-lhe um ano de licença para tratar de sua saúde fora do Império, o que lhe foi concedido pela câmara legislativa, com todos os seus vencimentos, e partindo para a Europa foi rever o lugar de seu nascimento e alguns dos seus parentes.

Dando-se uma vaga no quadro dos tenentes-generais efetivos, outro não devia ser considerado senão o general Coelho, e foi agraciado no dia 2 de dezembro de 1858 nesse posto.

Querendo o monarca dar-lhe uma prova do quanto o apreciava, fê-lo barão da Vitória, por decreto de 14 de março de 1860.

Faleceu a 19 de junho de 1860. Era um militar distinto e um caráter sincero, por isso digno de figurar na galeria dos varões ilustres do Brasil.

Assim, pois o Sr. José Joaquim Coelho, sentando praça como simples soldado voluntário, pelos seus relevantes serviços e pela estima com que era tido em

todo o Império, chegou a ocupar os mais cargos do país que o adotou, e a quem soube pagar tão cara paternidade.

JOAQUIM JOSÉ INÁCIO



Escrever a vida dos que ainda vivem tem seus inconvenientes.

A emulação em uns, e a inveja em outros procuram muitas vezes desmerecer fatos, que, encarados sem preconceitos e más intenções, dão altos direitos à consideração e respeito dos contemporâneos e dos pósteros.

Demais, os próprios biógrafos não podem sempre dar o devido realce a algumas ações dos seus heróis, porque ordinariamente estes ou se negam ao fornecimento de apontamentos, ou os prestam tão sucintos, que impossível é desenvolvê-los com todo o escrúpulo e conveniência da verdade.

Sem que o escritor penetre a intimidade dos motivos que ocasionaram tais e tais acontecimentos, compreende-se a dificuldade com que ele luta para fazê-los interpretar, ele, que mesmo não conseguirá achar as relações para a formação de seus juízos, e embarçar-se-á no encaminhamento de seus raciocínios, os quais não devem, nesses casos, ser interrompidos e nem de leve falseados.

Uma simples circunstância perdida ou deslocada na apreciação de um ato moral, produzirá uma completa desfiguração desse ato, ou, pelo menos, lhe espalhará mortecor por sobre a fisionomia.

É mister, pois, para trabalhos de tal gênero, o decorrimto do tempo, durante o qual fria e lentamente sejam estudados os elementos da história que se procura escrever, suas combinações, e seus resultados finais, averiguando com severidade e paciência as circunstâncias das épocas em que os fatos se deram, e confrontando os merecimentos dos rivais do personagem de quem se trata, se, porventura, ele os teve.

Em duas palavras — só de mortos se deve escrever a história.

Mas, é tal a voga de biografar os contemporâneos, que assumem os lugares de primeira ordem social, e que sabem distinguir-se por qualquer gênero de mérito, que fora injustiça, e injustiça clamorosa, omitir esse uso para com o eminente general da nossa armada, o sr. chefe-de-esquadra — **Joaquim José Inácio**.

Quem tem podido praticar com ele, lhe reconheceu sempre um caráter simpático, reflexo de uma alma elevada, e de coração generoso.

Percorrendo os diversos estádios de sua vida gloriosa, nunca se enfatou pelo que a fortuna acumulara sobre ele, nem ousou imprecisar contra alguém que lhe embargasse os passos.

O chefe-de-esquadra Joaquim José Inácio, hoje coberto de honras e ocupando o lugar de ministro e secretário de estado dos negócios da Marinha, tem a mesma singeleza de costumes e amenidade de trato, que possuía ao matricular-se no seu primeiro ano acadêmico, ou quando era apenas estudante de latim; provando destarte que nasceu digno da prosperidade que o afaga, e repreendendo tácita, mas constante e energicamente, a esses "pobres-diabos", que estranhando as posições elevadas a que os arróiam os acasos, cuidam que elas mudam a essência, e arrogantes e insolentes, julgam seu primeiro dever desprezar ou punir a dignidade humana, atendendo ou premiando a lisonja e o capachismo.

Esse tipo moral tão conhecido em S. Ex^a nos fez sempre prezá-lo muito, e nos leva a pôr em ordem muitos dos fatos, que nos constam de sua vida.

Não comentaremos esses fatos, só por nos faltar tempo, para um trabalho longo, como porque em seus desenvolvimentos eles nos levariam naturalmente a numerosos elogios, de que prescinde a modéstia de S. Ex^a, e para os quais, confessamos, nós não temos muito jeito.

Também cremos de sobra o que vamos expor, para fazer apreciar que o homem de quem nos ocupamos tem inquestionável direito a ser considerado uma de nossas mais belas notabilidades, e deve figurar, com todo o brilho de suas excelentes qualidade, na galeria de nossos homens ilustres.

Nasceu o conselheiro Joaquim José Inácio na cidade de Lisboa em 30 de julho de 1808, segundo sua certidão de idade, ou no 10 de agosto do mesmo ano, conforme afirmava sua respeitável mãe que sempre retificava esse tão pequeno erro de data.

Foram seus pais José Vitorino de Barros, 2^o tenente da armada brasileira, e D. Maria Isabel de Barros, falecidos no Rio de Janeiro aquele com perto de 43 1/2 anos de idade, em 5 de junho de 1823, e esta com pouco mais de 72 anos, em 7 de dezembro de 1854.

Veio com sua família para o Brasil e chegou ao Rio de Janeiro em 10 de junho de 1810, não tendo ainda completado a idade de 2 anos.

Estudou os rudimentos da língua vernácula, as latinidades e o francês na aula do padre Fortes, em que teve por colegas o Revmo. atual arcebispo da Bahia, o Revmo. bispo eleito da Diamantina o visconde do Rio Bonito, os Exmo. barão de Quaraim, conselheiros Fernandes Braga, Sérgio Teixeira de Macedo, Dr. Carvalho (lente da Escola de Medicina), Drs. Cruz Seco, Vieira Braga e outros muitos cavalheiros, que têm ocupado e ocupam elevada posição na sociedade brasileira. Estudou lógica com o sábio cônego Januário da Cunha Barbosa. Nessa e nas outras disciplinas tantos créditos adquiriu de bom estudante, que muitas vezes regeu a aula do padre Fortes.

Completo o curso de matemáticas da academia de marinha sendo em todos os anos aprovado plenamente e gozando da estima de seus ilustres mestres, com dois dos quais, os srs. conselheiros José de Sousa Correia e capitão-de-mar-e-guerra José Gonçalves Vitória ainda se honra de manter relações de amizade.

Assentou praça de aspirante a guarda-marinha em 20 de novembro de 1822, mas conta tempo de serviço de 10 de março de 1821. Foi promovido a guarda-marinha em 11 de dezembro de 1823, e em 16 de janeiro do ano seguinte embarcou para a nau *D. Pedro I* e nela fez a campanha de Pernambuco, Ceará e Maranhão até total pacificação destas províncias em princípios de 1825. Por esse tempo comandou no Maranhão o cúter *Independente* e concorreu para o desarmamento da força insurreicionada acima da vila do Rosário.

Passou a segundo-tenente em 22 de janeiro desse ano, e em julho seguinte foi para o rio da Prata, como oficial imediato do patacho Pará, onde entrou nos combates de 7 de fevereiro de 1826 da Colônia do Sacramento desde 26 desse mesmo mês até 14 do seguinte, 17 de fevereiro de 1828 e diversos outros menos notáveis do que os que ficam mencionados, que foram todos de primeira ordem.

Comandava na Colônia a bateria de Santa Rita, quando, reduzida a praça à última penúria de munições de guerra e boca, recebeu ordem do bravo e venerando general Manuel Jorge Rodrigues, depois barão de Taquari, para ir a esquadra, fundeada a perder de vista, participar o estado miserável em que estava a praça. Partiu com uma lancha desarmada e desguarnecida, atravessou por entre dezenove embarcações inimigas, cuja perseguição pôde evitar, apagando a luz que lhe alumina a bússola. Chegou a bordo do almirante no dia seguinte, e dois dias depois entrava com três navios carregados de munições de todos os gêneros por debaixo do fogo do inimigo e dos vivas da praça, que assim pôde resistir e fazer levantar o sítio e bloqueio que a cingiram por terra e mar. Acompanhou-o neste brilhante feito de armas o capitão de caçadores nº 8, José Fernandes dos Santos Pereira, valente oficial hoje tenente-general reformado. O almirante Lobo e o general Rodrigues cobriram de elogios a heroicidade desta ação, que deu ao que a praticou a recompensa de ser preterido na promoção seguinte.

Em fevereiro de 1827, foi à expedição da Patagônia. A corveta *Duquesa de Goiás*, de que era oficial, perdeu-se à entrada de barra, morreram-lhe 38 praças: escapou com a vida e com a honra de ser o último oficial que abandonou o navio.

Quando se deu o grande desembarque para tomar-se a povoação do forte dei Carmem, entregaram-lhe o comando da escuna *Constança*, a quem deixaram apenas dezesseis crianças como guarnição: quatro horas depois eram o *Constança* e o *Escudeiro* atacados por cinco embarcações inimigas. Bateram-se com esplêndida bravura, mas sucumbiram o *Escudeiro* por lhe faltar o rodízio, e o *Constança* por ser abordado por dois daqueles navios. Foi feito prisioneiro com o resto da pequena equipagem da escuna.

Tratado com insólito rigor, passando por todas as sortes de privações, foi afinal para Buenos Aires. O navio que o conduzia transportava também para aquela cidade mais 80 brasileiros prisioneiros de guerra. Em viagem apoderaram-se da embarcação; e iludindo a vigilância da força naval que os escoltava — duas corvetas e um brigue-escuna — seguiram para Montevidéu, onde aportaram a 29 de agosto de 1827.

Passou para a barca *Grenfell*, e nela destacou para a barra do Rio Grande, ameaçada pelos corsários e pela esquadra de Brown. Voltou ao Rio de Janeiro em julho de 1829, e foi promovido a 1-tenente em 17 de outubro seguinte.

Em outubro de 1831, comandava a escuna *Jaguaripe*, quando a soldadesca da marinha insurgiu-se a bordo das presigangas, que aquela escuna e outros navios guardavam. Na noite de 6, desertaram os destacamentos de bordo das ditas presigangas. Não havendo ordem para persegui-los, tomou o comandante da *Jaguaripe* a deliberação de ver para onde se dirigiam, a fim de avisar o arsenal e providenciar-se como fosse de mister. Esta diligência salvou a cidade do Rio de Janeiro.

Pressentido pelos revoltados, descarregaram eles as suas espingardas à queimadura sobre o escaler do intrépido comandante que, precavido como os remadores, abaixou-se e ouviu sem dano o sibilar das balas.

Bastou o troar da descarga para dar aviso à freguesia de Santa Rita e à da Candelária, cujos cidadãos armados correram ao arsenal e com seu fogo bem mantido vedaram a passagem da ilha das Cobras para cidade e essa horda de canibais, que se achavam em armas dispostas a cobrirem-na de sangue e luto. Os revoltosos recolheram-se à fortaleza, que somente na tarde do dia 7 se rendeu à discricção.

Em 22 de janeiro de 1833, saindo de Santos, foi acochado por forte travessia, que, tomando cada vez mais intensidade, levou-o à praia de Santa Marta em 29 daquele mês. Perdeu com a escuna *Jagztanpe*, barco velho e de péssima construção, três escravos que vinham de passagem. Justificou-se plenamente em conselho de guerra, que o julgou sem culpa.

No ano de 1835, foi-lhe dado o comando do brigue barca 29 de agosto de 18 praças, comando que pertencia a patente muito mais elevada, e por isso considerado de grande distinção. Nesse navio foi chefe do porto do Maranhão até o fim de 1836, merecendo toda a confiança do ilustre presidente da província, hoje falecido barão de Pindaré. Nas

eleições desse ano, que foram muito disputadas, prestou valiosos serviços à segurança pública, pois que com a influência que soube granjear, contribuiu poderosamente para que não fosse ensanguentada a freguesia da Conceição, agitada pela parcialidade de Leonel Serra.

Foi transferido para o comando do vapor *Urânia* em 1837 e tal foi a confiança que lhe manifestou o governo que, mandando-o levar ao Rio Grande, onde com a prisão do general Antero pelos rebeldes, reinava a maior desordem administrativa, o presidente Nunes Pires deixou ao seu arbítrio entrar ou não na barra conforme as notícias que recebesse e apreciasse. O mesmo presidente a

quem depois comunicara as instruções que levara, admirou-se que "a um rapaz de 28 anos se desse tanta autoridade".

Em 7 de setembro desse ano foi elevado a capitão-tenente com a antiguidade de 20 de outubro do ano anterior, e comandou o brigue *Constança* de 14 praças, até junho de 1840. Nesse brigue serviu durante o bloqueio da Bahia em 1839. Destacado entre a barra e Itapuã, de tal sorte manobrava, que a brigada de terra ao mando do coronel Sepúlveda avançava sempre protegida pelo fogo do brigue, com o que muito prejudicava as forças da rebelião.

No dia em que Sabino lançava fogo à cidade, uma barca austríaca tentava entrar no porto com carregamento de farinha. Era então Raposo o chefe da força naval e o comandante do *Constança* o oficial mais antigo do bloqueio. Estavam todos à vela.

A marinha brasileira sofreria grande desaire se a barca austríaca entrasse no porto. Entretanto ninguém se movia.

O comandante do *Constança* impacientou-se, fez força de vela, meteu-se debaixo das baterias da cidade. O frágil brigue era cortado pela metralha em todos os sentidos e levou duas balas no costado, mas o austríaco fez-se na volta de Itaparica, velejando para ali depois de já estar ao abrigo do forte do mar.

Ao regressar o *Constança* para seu posto, uma corveta inglesa, um brigue francês, uma escuna dos Estados Unidos pondo suas guarnições nas trincheiras, saudaram-no com três entusiásticos hurras. Os Srs. Jorge Otoni e Pedro Ferreira, testemunhas deste belo feito, dele deram parte ao presidente da província o Sr. Barreto Pedrosa, e ele o certificou em atestado seu. Em 1839, fez-se uma promoção, e os comandantes da esquadra da Bahia foram quase todos condecorados. O oficial porém que na colônia imitou a Júlio César atravessando em frágil batel uma esquadra inimiga, o oficial que na Bahia foi saudado por bravos estrangeiros que sabem aplaudir a bravura... esse, como na Colônia, foi... punido com outra preterição.

Por ocasião da maioria de S. M. o Imperador teve a honra de fazer parte da comissão que o corpo da armada deputou ao mesmo augusto senhor para cumprimentá-lo por este fato, que abriu ao Império uma era nova. Foi ele o intérprete dos sentimentos da nobre corporação, sendo apenas capitão-tenente e havendo nela, como hoje, generais de elevado mérito. Nesse ano foi nomeado inspetor dos arsenais de marinha do Rio Grande, onde serviu até 1845 com os presidentes Álvares Machado, Saturnino de Sousa e Oliveira e marquês de Caxias.

Em julho de 1841, a cidade do Rio Grande ia ser atacada, no que não acreditava o comandante da praça, não obstante as asseverações do inspetor do arsenal e do Dr. Travassos, atualmente desembargador e então juiz de direito.

Vendo o inspetor Joaquim José Inácio que tal incredulidade podia ser fatal, acordou com o digno juiz de direito nas providências em ordem a sustentar a praça, pondo o mais importante da província como chave de sua barra. Veio com efeito o inimigo, as trincheiras foram guarnecidas a pedido do comandante pelos operários do arsenal que marinheiros dos navios mercantes, e os pontos da mangueira e moinho de vento com oficiais de marinha em embarcações do arsenal. Reconhecendo a força agressora que tudo estava acautelado para a defesa ao contrário do que esperava, retirou-se precipitadamente e, batida por um troço de cavalaria legal, emigrou para a banda oriental. O comandante da praça foi agraciado com o oficialato do Cruzeiro; o Dr. Travassos e o inspetor do arsenal nada tiveram além da consciência de haverem cumprido galhardamente os seus deveres.

Em 1844 a 15 de março, foi promovido a capitão-de-fragata. Não podendo viver de acordo com o seu colega comandante das forças navais pediu e obteve demissão dos lugares que exercia, sendo também demitido o dito comandante das forças.

O comportamento do ilustre oficial na província de S. Pedro valeu-lhe as mais significativas provas de apreço, que consigo conserva.

A administração da Santa Casa da Misericórdia, de que foi escrivão e provedor interino, mandou tirar-lhe o retrato, que colocou na sala de suas reuniões.

Sob suas vistas foram feitos o cemitério e a casa dos expostos.

A inspeção do Rio Grande mereceu-lhe esta nota em seus assentamentos — poupou grossas somas de dinheiro aos cofres nacionais.

A 2 de abril de 1845 tomou o comando da fragata Constituição e nela seguiu para o Sul em outubro, conduzindo SS.MM.IL, que se dignaram de tratá-lo com a mais distinta consideração, sendo-lhe concedida a 2 de dezembro a comenda da Ordem da Rosa. Tinha o hábito de Cristo desde outubro de 1829 e o de Aviz desde março de 1844.

Em agosto de 1846 foi para Europa com o fim de fabricar a fragata. Chegou a Plymouth no 1-de outubro desse ano e aí se demorou até maio seguinte; a disciplina e ordem em que conservou a guarnição captaram-lhe a benevolência das autoridades inglesas. Lorde Auckland, chefe do Almirantado, *Sir John West*, *Sir Samuel Pynn*, *Sir John Luís* fizeram dele tantos elogios ao agente diplomático do Brasil, em Londres, o Sr. Marques Lisboa, que este cavalheiro, ao visitá-lo a bordo da *Constituição*, disse-lhe com a maior efusão de prazer: "Estou

na Europa há 14 anos e é hoje o primeiro dia em que, saudando a nossa bandeira digo: — Patrícios, vós me encheis de orgulho chamando-me brasileiro." A volta da fragata, em 1847, o sr. Cândido Batista, nomeou-o membro da comissão por ele próprio presidida que, como conselho naval tratava de todos os negócios da Marinha e fez-lhe os mais brilhantes elogios oficiais, que foram transcritos em sua fé de ofício.

Em abril de 1848 foi estacionar para a Bahia. Ameaçada de uma rebelião a província de Pernambuco foi para ali mandado com a fragata tomar o comando das forças navais, o que teve lugar em princípios de novembro; chegou a ter debaixo de suas ordens onze navios com mais de 1.200 praças de guarnição. A testa de perto de 500 homens, achou-se nas ruas do Recife no lutuoso dia 2 de fevereiro de 1849; perdeu 23 homens e teve 62 feridos, dos quais 7 oficiais. Destas 500 praças eram 32 do vapor Jifonso chegado às 11 horas da noite de 31 de janeiro sob o comando do bravo e honrado barão de Tamandaré (Joaquim Marques Lisboa).

Em 14 de março de 1849 foi promovido a capitão-de-mar-e-guerra. A 26 de maio de 1850 tomou conta da inspeção do arsenal de

marinha da corte, em que serviu até 14 de novembro de 1854. No decurso destes quatro anos e meio ultimou a construção da corveta *Baiana*, construiu a corveta *Imperial Marinheiro*, o brigue *Maranhão*, o brigue-escuna *Tonelero* e o vapor *Ipiranga*, provendo sempre as necessidades de outras construções miúdas e reparos de navios. Muitas outras obras revelaram o tino e a atividade com que dirigiu nesse tempo o serviço do arsenal.

Em 1852 foi promovido a chefe de divisão, e em 1854, depois de grave moléstia e de acurado tratamento, foi removido para o lugar de capitão do porto da corte e província do Rio de Janeiro.

Durante a epidemia desse ano climatério fez parte da comissão paroquial de Santa Rita, esmolando de porta em porta em favor dos infelizes acometidos da peste, e obteve com os mais membros da comissão cerca de 4:000\$, que foram despendidos em tão caridoso fim. Estabeleceu também uma mesada à enfermaria da marinha, enquanto funcionou no quartel de Bragança.

A 2 de novembro de 1855 foi nomeado encarregado do quartel-general da marinha, cargo que exerceu até 21 de novembro do ano passado, tendo sido promovido a chefe-de-esquadra em 2 de dezembro de 1856.

Em agosto de 1858 foi nomeado membro efetivo do conselho naval, onde serviu sempre o lugar de vice-presidente. Foi presidente da comissão de presas desde janeiro de 1856 e dos conselhos de administração e de compras. Outras muitas comissões científicas, econômicas e administrativas lhe foram confiadas, na

gestão das quais se houve com tanto acerto e inteligência, que delas se lhe mandou lançar notas honrosas em seus assentamentos.

SS.MM., el-rei de Portugal, e o imperador dos franceses, o honraram, aquele com o hábito da Ordem da Torre e Espada, e este com a comenda da Legião de Honra. Tem mais as comendas de S. Bento de Aviz e de Cristo.

Pediu a demissão do quartel-general e do conselho naval porque, na elevada patente em que se achava, não podia nem devia, sem quebra da dignidade que sempre prezou, sofrer certas desatenções que, repelidas com o impulso de brios mal compreendidos, empeceria sem dúvida a marcha regular do serviço e da disciplina, de que é estrênuo observador. Preferiu pois reduzir-se ao minguado soldo de terra e condenar-se a ostracismo voluntário.

Da comissão de presas, de que era presidente e a que deu todo o desenvolvimento, desembaraçando-a de dificuldades extraordinárias e pondo-a em via fácil de conclusão, desse encargo, que ele desempenharia sem estipêndio algum, foi exonerado pelo sr. ex-ministro da Marinha.

Se não houvesse outras provas do modo útil e dedicado por que serviu o lugar do quartel-general, bastariam as publicações do almanaque de marinha e a compilação das ordens gerais, produtos de sua atividade investigadora e lucubrações literárias.

Obteve a carta de Conselho em virtude de disposição da lei que criou o conselho naval.

Outros fatos da vida militar do ilustrado general se poderiam aduzir a estes apontamentos biográficos, mas a angústia do espaço desta galeria não comporta análises e desenvolvimentos, o que deu origem também ao programa que fica traçado.

Na vida civil e particular do distinto chefe-de-esquadra há fatos, que demonstram ainda o elastério de sua atividade inteligente e produtiva; desses porém não é possível fazer menção, porque entendem com a modéstia, que ele se ufana em guardar nos atos de sua vida.

Por decreto de 2 de março do ano atual foi nomeado ministro e secretário de estado dos Negócios da Marinha, cabendo-lhe mais a honra de acumular a interinidade da pasta dos negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, ministério de que foi o primeiro encarregado, visto como a essa época começava o seu exercício.

A marinha deposita toda a confiança nos profundos conhecimentos profissionais do seu atual ministro, que considera uma de suas glórias. Possa ele elevá-la ao grau de perfeição a que tem direito e que é o seu desiderato, para

execução do qual não basta todo o entusiasmo, que por ela professa desde que principiou a trajar o botão de âncora. Entretanto todos esperam que S. Ex^a muito fará para corresponder à expectativa do augusto e ilustrado Imperador que o elevou a tão eminente cargo do estado.

Rio de Janeiro, 22 de maio de 1861.

BARÃO DE SUMI



Manuel da Fonseca Lima e Silva, filho legítimo do marechal-de-campo José Joaquim de Lima e Silva, natural da cidade do Rio de Janeiro, nasceu a 10 de junho de 1793.

A 25 de novembro de 1806 assentou praça voluntariamente de cadete de primeira classe na 3ª companhia do 1º regimento de infantaria de linha do Rio de Janeiro, em cumprimento da ordem do vice-rei. Foi promovido a alferes por decreto de 13 de maio de 1808.

A 26 de abril de 1811 matriculou-se no 1-ano de estudos da Academia Real Militar da corte e cidade do Rio de Janeiro. Foi promovido a tenente-ajudante.

A 10 de janeiro de 1812 foi aprovado plenamente nas matérias do 1-ano, vigorando os estatutos de 4 de dezembro de 1810. A 31 de março de 1813 matriculou-se no 5ª ano da mesma Academia, e a 25 de janeiro de 1814 foi aprovado plenamente nas matérias desse ano, vigorando ainda os mesmos

estatutos, completando portanto o curso de sua arma. Foi promovido a capitão da 7- Companhia.

A 16 de abril de 1817, dia em que teve lugar a organização do batalhão de Caçadores da Corte, fez passagem para a 3- Companhia do dito batalhão, e nele marchou na divisão expedicionária comandada pelo General Luís do Rego Barreto, para a província de Pernambuco, que se achava revoltada.

Por decreto de 16 de setembro de 1817 foi nomeado cavaleiro da Ordem de Cristo, em remuneração dos serviços militares prestados até o posto de capitão. Regressou com o dito batalhão para esta corte, depois de concluída a pacificação daquela província, no mês de dezembro de 1817. Foi promovido a major.

Por decreto de 18 de janeiro de 1823, dia em que foi organizado o batalhão do Imperador, fez passagem para esse batalhão e com ele marchou para a província da Bahia, reunindo-se ao exército ali organizado a 24 de março do mesmo ano, para expelir dessa parte do império as tropas portuguesas comandadas pelo general Madeira, que se opunha à Independência do Brasil.

Nesse mesmo dia assumiu o comando interino do batalhão, por ter o respectivo comandante passado a comandar a Brigada do Centro do Exército.

A 28 do mesmo mês entrou com uma parte do batalhão no ataque dado a um dos pontos da linha inimiga, e a 3 de maio comandou o batalhão no ataque geral de toda a linha do exército brasileiro contra a do inimigo.

A 27 de maio de 1823 passou a comandar a Jr brigada do exército, continuando também no comando interino do batalhão, e a 3 de junho, no ataque geral de toda a linha do exército brasileiro contra a do inimigo, comandou a referida 1-brigada. Restaurada a cidade da Bahia a 2 de julho desse ano, por terem as tropas portuguesas embarcado, e sendo dissolvido o exército quanto a sua organização provisória, deixou por isso o comando interino da brigada e batalhão no mês de novembro, para reentrar no exercício do seu posto de major do referido batalhão, com o qual embarcou naquela província, e chegou a esta corte em 16 de novembro do mesmo ano.

Por provisão da Casa Imperial de 20 de novembro de 1823, foi nomeado moço da Imperial Câmara, e por decreto de 17 de fevereiro do ano seguinte foi nomeado oficial da Ordem Imperial do Cruzeiro, em atenção aos seus bons e úteis serviços. Foi promovido a tenente-coronel comandante do mesmo batalhão do Imperador.

Por ordem do dia do governo das armas da corte e província do Rio de Janeiro, de 28 de fevereiro de 1825, se publicou haver S. M. o Imperador determinado se fizesse constar ao Exército, em ordem do dia, que tendo o mesmo Augusto

Senhor inesperadamente aparecido no quartel do batalhão do Imperador, para observar seu arranjo e asseio, o achara em tal estado, que merecera não só a sua imperial aprovação, como louvores ao seu respectivo comandante pelo religioso desempenho de seus deveres, bem como que não era aquela a única ocasião que tinha observado o estado de arranjo, asseio e disciplina do mesmo batalhão.

Por ocasião de S. M. o Imperador passar revista às tropas que tinham de marchar em 1825 para a província de Pernambuco, mandou o mesmo Augusto Senhor, em ordem do dia adicional do governo das armas da corte e província do Rio de Janeiro de 27 de março do citado ano, certificar ao batalhão do Imperador que ficara plenamente satisfeito por ver que sem nenhuma antecipação e dentro do espaço de uma hora se aprontara em ordem de marcha e em estado de embarcar à primeira voz se fosse preciso; o que fazia um contraste com alguns dos demais corpos a que passara revista, e dava um exemplo do quanto era vantajoso a boa disciplina em que o conservava o seu respectivo comandante.

Marchou com o batalhão do seu comando, em maio desse mesmo ano, para a praça de Montevideu, por ocasião da revolta da Província Cisplatina. Em virtude do decreto de 2 de julho de 1825 foi condecorado com a medalha concedida ao exército imperial que fez a guerra a favor da Independência na província da Bahia, e por provisão da Casa Imperial de 20 de outubro de 1826 foi nomeado guarda-roupa honorário. Foi promovido a coronel graduado.

Em dezembro de 1828 regressou a esta corte com o batalhão de seu comando, por ter cessado a guerra da referida Província Cisplatina, em virtude do tratado de paz feito com o governo argentino, tendo durante sua estada naquela província entrado nos diferentes ataques parciais que houveram entre as forças brasileira e inimiga.

Por decreto de 19 de outubro de 1829 foi nomeado cavaleiro da Ordem da Rosa. Foi promovido à efetividade do posto de coronel. Por ofício do mordomo da Casa Imperial de 10 de julho de 1830 foi nomeado viador de S. M. a Imperatriz, e por decreto de 16 de julho de 1831 ministro e secretário de estado dos negócios da Guerra.

Por aviso do ministério da Guerra de 8 de fevereiro de 1832 foi, a pedido seu, desligado do 1º Batalhão de Caçadores de 1ª linha (antes Batalhão do Imperador) e considerado como avulso.

Por decreto do 1º de agosto de 1832 foi nomeado ministro e secretário de estado dos negócios da Justiça (interino), sendo, por decreto de 3 do mesmo mês, exonerado, a pedido seu, não só desse cargo, como do de ministro da

Guerra, louvando-lhe a Regência os bons serviços prestados nos referidos cargos.

Por decreto de 15 de setembro do mesmo ano foi nomeado comandante das armas da corte e província do Rio de Janeiro, e pelo de 15 de outubro do seguinte foi nomeado membro da comissão criada para formar o projeto de ordenança geral do exército, em cujo trabalho desde logo se empregou com os outros membros da comissão.

Nomeado ministro e secretário de estado dos negócios da Guerra e interino da Marinha por decreto de 14 de outubro de 1835, foi exonerado desse último cargo, por se ter preenchido a vaga daquele ministério, pelo decreto de 5 de fevereiro de 1836; e dispensado também de ministro da Guerra por decreto de 1 de novembro do mesmo ano, foi pelo dito decreto nomeado ministro e secretário de estado dos negócios do Império.

Por ofício da câmara municipal da cidade de Niterói de 19 de novembro de 1836, foi-lhe remetido o diploma de deputado à assembléia provincial do Rio de Janeiro na primeira legislatura, e convidado para tomar assento na sessão daquele ano.

Por decreto de 24 de abril de 1837, foi, a pedido seu, exonerado do cargo de ministro e secretário de estado dos negócios do Império, sendo-lhe louvado pelo regente os bons serviços que prestou no exercício do referido cargo. Foi promovido a brigadeiro.

Por decreto de 4 de setembro de 1837, foi nomeado vogal do Conselho Supremo Militar.

Por ofício do secretário da assembléia provincial do Rio de Janeiro de 2 de outubro de 1837, foi por ordem da mesma assembléia chamado a tomar assento na sessão daquele ano, o que tendo feito foi por ela eleito Vice-Presidente da respectiva província em quinto lugar para a seguinte legislatura.

Por aviso do ministério da Guerra de 24 de janeiro de 1838, foi novamente nomeado membro da comissão encarregada de concluir o projeto da ordenança do exército.

A 8 de junho de 1839 casou-se com D. Carlota Guilhermina de Lima e Silva, filha legítima do marechal-de-campo Francisco de Lima e Silva.

Por aviso do ministério da Guerra de 29 de agosto de 1839, mandou o regente agradecer-lhe e aos demais membros da comissão encarregada do projeto da ordenança os trabalhos concluídos pela mesma comissão relativamente à formação, administração, disciplina e repartição do exército.

Por decreto de 11 de janeiro de 1840, foi nomeado membro da comissão encarregada da parte penal do projeto da ordenança para o exército.

Em virtude do diploma de 5 de novembro de 1840, foi declarado eleitor da freguesia de Santana desta corte.

Por aviso do ministério da Guerra de 25 de janeiro de 1841, foi-lhe declarado e ordenado que desse parecer a respeito dos acontecimentos que haviam perturbado a tranquilidade da província do Rio Grande do Sul, ajuizando das operações militares naquela parte do território brasileiro, e que respondesse a diversos quesitos do dito aviso: o que cumpriu a 9 de fevereiro do referido ano.

Por aviso do mesmo ministério de 17 de maio de 1841, foi encarregado de rever e mandar imprimir o terceiro volume da legislação militar do marechal-de-campo Raimundo José da Cunha Matos.

Sendo por ofício do comandante superior das três legiões de Pouso Alegre, província de Minas, do 1-de maio de 1841 nomeado para por parte daquelas legiões assistir ao ato solene da sagração e coroação de Sua Majestade o Imperador, foi no dia competente admitido em virtude do aviso do ministério do Império de 7 de julho de 1841.

Por decreto de 18 de julho do mesmo ano foi-lhe concedido o título do conselho em remuneração de seus serviços prestados durante o tempo da menoridade de Sua Majestade o Imperador, no exercício dos cargos de ministro e secretário de estado dos negócios do Império e da Guerra.

Por aviso do Ministério da Guerra de 5 de março de 1842, foi louvado pelo zelo com que se empregou na revisão e impressão do 3H volume da legislação militar.

Por decreto de 15 de novembro de 1842 foi nomeado Secretário de Guerra interino do Conselho Supremo Militar, em cujo lugar entrou logo em exercício.

Por aviso do Ministério da Guerra de 17 de outubro de 1843 foi nomeado membro da comissão encarregada de estabelecer o sistema de manejo das diferentes armas do Exército, manobras e evoluções militares.

Por carta imperial de 9 de maio de 1844, foi nomeado presidente da província de São Paulo.

Por decreto de 10 de maio de 1844, foi nomeado comandante das armas da mesma província, e pelo de 20 do mesmo mês e ano, Secretário da Guerra efetivo do Conselho Supremo Militar. Foi promovido a marechal-de-campo graduado.

Sendo por decreto de 29 de julho de 1845 abolido o comando das armas da província de São Paulo, foi por isso dele dispensado em 1- de setembro desse mesmo ano, continuando na presidência da dita província.

Por decreto de 14 de março de 1846 foi nomeado grã-cruz da Ordem de São Bento de Aviz, em consideração aos seus bons serviços. Foi promovido à efetividade do posto de marechal-de-campo.

Em virtude do diploma de 3 de outubro de 1847, foi declarado eleitor da freguesia da Sé da província de São Paulo.

Por decreto de 30 de outubro de 1847, foi exonerado do cargo de presidente da Província de São Paulo.

Tendo-se procedido nessa província no mesmo dia à eleição de um senador, em resultado dela foi o seu nome incluído na lista tríplice, recaindo porém a escolha imperial em um dos outros dois indivíduos igualmente votados.

Por decreto de 21 de dezembro de 1848, foi nomeado comandante superior da Guarda Nacional do município da corte, em cujo exercício entrou no dia 24 do mesmo mês.

Por aviso do Ministério da Guerra de 29 de julho de 1850, foi nomeado inspetor dos corpos da guarnição da corte, entrando logo no exercício desta comissão.

Por aviso do mesmo ministério de 27 de setembro desse ano, foi nomeado membro da Comissão encarregada de propor ao governo quais as atuais instruções para manobras e exercícios dos corpos de artilharia, cavalaria e infantaria deveriam ser preferíveis para o nosso Exército: o que cumpriu a 30 do dito mês.

Por aviso do mesmo ministério de 23 de outubro de 1850 foi louvado pelo bem que cumpriu a comissão acima.

Por aviso do mesmo ministério de 3 de dezembro de 1850, foi encarregado de dar parecer a respeito do projeto de regulamento que lhe fora remetido para execução da lei de 6 de setembro de 1850: o que satisfiz a 10 de dezembro do mesmo ano.

Por decreto de 15 de julho de 1851, por ocasião da nova organização da Guarda Nacional, foi novamente nomeado comandante superior da Guarda Nacional do município da corte. Foi promovido a tenente-general.

Por decretos de 3 de julho de 1852, foi nomeado conselheiro de guerra, e exonerado do lugar de secretário de guerra do Conselho Supremo Militar.

Em virtude do diploma de 11 de novembro de 1852, foi declarado eleitor da freguesia de Santana desta corte, e pelo de 19 de fevereiro de 1854, foi também declarado eleitor especial da referida freguesia a fim de eleger os senadores pela província do Rio de Janeiro.

Por decreto de 2 de dezembro de 1854, lhe foi concedido o título de Barão de Suruí, com honras de grandeza.

Por decreto de 21 de janeiro de 1857, foi nomeado ajudante de general-do-exército.

Por aviso do ministério da Justiça de 8 de fevereiro de 1857, mandou Sua Majestade o Imperador louvar-lhe pelos bons serviços que prestou, zelo e lealdade de que dera provas durante o tempo que tão dignamente exercera o lugar de comandante superior da Guarda Nacional da corte, agradecendo o respectivo ministro de sua parte a coadjuvação que lhe prestara em negócios relativos à Guarda Nacional, com especialidade na sua organização.

Pela ordem do dia do Exército de 18 de fevereiro de 1857, sob r£ 1, tomou posse do lugar de ajudante-general do Exército nesse mesmo dia, deixando por isso de exercer o de inspetor dos corpos da guarnição da corte.

Em virtude do Decreto r£ 2.677 de 27 de outubro de 1860 que reformou a Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra e a repartição do ajudante-general, foi nomeado, por decreto de 31 do mesmo mês e ano, diretor-geral da segunda diretoria-geral da referida secretaria de estado.

Por decreto de 7 de novembro de 1860, publicado na ordem do dia do Exército r£ 218, foi, a pedido seu, exonerado do cargo de ajudante-general do Exército.

Rio e Janeiro, 11 de junho de 1861.

VISCONDE DE PEDRA BRANCA



A pena esquiva-se-me em acompanhar os movimentos que a mão lhe imprime ao traçar este rápido esboço biográfico da vida do visconde de Pedra Branca, a fim de que sirva, ao futuro, de material a algum hábil biógrafo.

Compenetrado da minha incapacidade para um trabalho tão superior às minhas forças, sou contudo forçado a ele pelo dever imperioso da amizade, e o respeito profundo que voto às cinzas do finado visconde.

Carregarei sobre os meus débeis ombros o pesado madeiro e caminharei resignado pela senda escabrosa da amizade, cuja extremidade se perde no infinito.

Domingos Borges de Barros, depois visconde de Pedra Branca, nasceu a 10 de outubro de 1780 na cidade de S. Salvador, capital da antiga e rica capitania da Bahia. Foram seus pais o capitão-mor Francisco Borges de Barros e D. Luísa Borges de Barros.

A pátria dos *Caramurus* se vangloria de ter nascido em seu seio um cidadão tão distinto.

A aplicação que desde criança se lhe notou aos estudos, demoveu seu pai a mandá-lo estudar humanidades na cidade natal. Concluídos estes primeiros estudos seguiu para Portugal a fim de cursar as aulas de ciências jurídicas e sociais na antiga Universidade de Coimbra, onde recebeu o grau de doutor.

Amigo das ciências, como foi, não lhe era possível desprezar as belas-artes; e estudando os mais decantados poetas antigos, vivendo numa época de apogeu para as musas, cultivando a amizade das celebridades poéticas contemporâneas, tais como Bocage, Nicolau Tolentino, Filinto Elísio, José Agostinho de Macedo e outros, soube fecundar por tal forma seu espírito que era reconhecido pelos homens ilustrados do seu tempo como um distinto filho das letras.

Na deficiência de datas e de alguns pontos essenciais da vida do ilustre visconde de Pedra Branca, socorro-me do que escreveu o Sr. Porto Alegre, na *Revista do Instituto Histórico*, sobre o vulto que me ocupa:

"O visconde de Pedra Branca, o amável poeta das senhoras brasileiras, depois de haver completado as suas humanidades na Bahia, foi para Portugal, onde tomou na Universidade de Coimbra o grau de doutor em Direito, e fez alguns estudos na Faculdade de Filosofia para os aplicar à agricultura. Herdeiro de uma grande fortuna, que soube conservar, viveu em Lisboa por algum tempo cultivando as musas, em companhia daquela plêiade de poetas que contava em seu número Bocage, Tolentino e J. Agostinho de Macedo.

"Amigo de Hipólito, o redator do *Correio Brasiliense*, e do laborioso Filinto Elísio, co-participante das idéias francesas, sofreu pela liberdade da sua pátria, e até foi encarcerado.

"Deputado às Cortes portuguesas, erótico por natureza, e amigo de uma lisonjeira nomeada, advogou a liberdade política das mulheres, mas os seus amáveis esforços naufragaram com as tentativas dos discípulos de S. Simão, e a das reuniões promovidas pela duquesa de Abrantes posteriormente; o século não quis abdicar uma parte da sua masculinidade, e as amazonas parlamentares voltaram às almofadas e bastidores.

"Nomeado representante do Brasil em França, teve de lutar para o seu reconhecimento, que implicitamente envolvia o do novo império. Foi em Paris e durante a sua missão que deu à luz dois tomos de *poesias oferecidas às senhoras brasileiras por um baiano*.

"Eleito senador do Império, na fundação do areópago brasileiro, poucas vezes veio ao Senado; os seus hábitos europeus, e o amor que tinha às viagens o demoraram por longos anos fora da pátria.

"A velhice e as enfermidades o fizeram regressar: o calor inter-tropical é conservador para os velhos valetudinários.

"Como poeta pertencia à escola clássica, mas o seu gênero favorito, o da sua natureza erótica, o impedia de elevar-se aos arrojos varonis das musas inflamadas; purista e suave metrificador, gozará por muito tempo de boa nomeada. Pesa-me o não ter lido até hoje a sua última obra — *Os túmulos*.

"Alguns escritos deveria ter deixado, porque fora laborioso, porém é tal ainda o estado de nossas coisas a respeito desta matéria, que de nada sabemos pelo momento."

Não foi pela literatura unicamente que se distinguiu o visconde de Pedra Branca: importantes foram os serviços de outra categoria que prestou à pátria.

A negociação do casamento da princesa Amélia na corte de Leuchtenberg com S. M. o Imperador Pedro I foi de tanto alcance, e tão dignamente se houve ele nessa emergência, que mereceu as graças daquele grande monarca, que o condecorou com a grã-cruz da imperial Ordem de Cristo.

Anteriormente, o fundador da dinastia brasileira houve por bem recompensá-lo dos serviços de outra natureza, com o título de barão da Pedra Branca, tendo, posteriormente, o de visconde do mesmo título.

Além da grã-cruz que tão justamente lhe guarnecia o colo, sobressaíam ainda a grande dignitária da Ordem da Rosa e a comenda da Ordem de Cristo.

Quando em Portugal, logo após seu doutoramento, casou-se (1814) com D. Maria do Carmo de Gouveia Portugal.

Depois de ter percorrido alguns países importantes do velho mundo, já em caráter oficial, já como simples particular, e quando a idade fazia-se sentir dos rigores do inverno europeu, regressou ao país natal, prestou importantes serviços, especialmente à agricultura, que tanto prezava, a qual era por ele considerada como principal manancial da nossa riqueza.

Operário incansável, escreveu muito, porém, quase todo esse trabalho a modéstia roubou ao domínio da publicidade, restando-nos apenas o seu volume *Poesias dedicadas às senhoras brasileiras*, e o seu poema — *Os túmulos*.

Domingos Borges de Barros era um homem de estatura regular, bem proporcionado, de forte compleição, traços regulares, e de uma fisionomia

agradável. A ele era bem cabido o espirituoso dito de Isabel, a Católica: "A natureza e a educação formam os gentis-homens; o nascimento e a posição os contrafazem". O seu aspecto exterior infundia respeito, e o seu trato um sentimento de amizade. Os incautos se iludiam, porque sob aparências tão calmas e amáveis cuidavam encontrar uma alma timorata, pelo contrário, todo ele era a energia refletida, a tenacidade tranquila.

Faleceu Domingos Borges de Barros a 21 de março de 1855, com 75 anos de idade, em um dos últimos graus da escala social.

Foi deputado, senador do império, viador de SS. AA.. Imperiais, visconde de Pedra Branca, ex-ministro em Paris, grã-cruz da imperial Ordem de Cristo, comendador da mesma ordem, dignitário da Ordem da Rosa, membro de diversas sociedades científicas e literárias de Paris, membro do Instituto Histórico Brasileiro, etc.

Foi um grande vulto, e como tal é digno de figurar na galeria dos contemporâneos.

D. MANUEL DE ASSIS MASCARENHAS



Na vida das sociedades há quadras infelizes em que os princípios os mais sagrados são desconhecidos, ou desprezados, em que os homens, alucinados por más paixões, sufocam a voz da consciência, deleitam-se na prática dos vícios, e chegam a um estado de verdadeira prostituição moral. São quadras em que as sociedades dominadas por um materialismo grosseiro tornam-se incapazes de elevar-se a idéias nobres, de dar expansão às tendências superiores da natureza humana.

O historiador filósofo encara esses períodos da vida dos povos com verdadeira tristeza, porque enxerga neles o predomínio dos sentimentos mais baixos do coração humano.

Felizmente, para glória da humanidade, a invasão do mau princípio nunca é completa. Alguns homens, em cujo coração a mão de Deus gravou profundamente o sentimento do justo e do honesto, formam um contraste consolador com o resto da sociedade, e vingam a moralidade ultrajada.

O Brasil não está certamente em um desses períodos sinistros a que têm chegado os impérios que entram em decadência, ou preparam-se para a dissolução. Nação nova, passada há pouco pelo crisol de uma revolução, que com a independência deu-lhe a liberdade, tem muita seiva, muita força de vitalidade. Não pode, pois, ser comparada às sociedades decrépitas, corroídas pelos vícios, e pela indiferença por todos os bons princípios que constituem a força e a nobreza da humanidade.

O corpo social, sem dúvida, não se acha invadido pela corrupção. Convenientemente dirigida, a nossa sociedade pode compreender belamente os grandes princípios que a civilização do nosso século tem conquistado para a humanidade, e à sombra deles realizar os brilhantes destinos que a Providência parece ter reservado a este país.

A sociedade em geral é boa, mas cumpre não desconhecer uma triste verdade: os homens que a dirigem estão bem longe de realizar o ideal que se deve formar dos primeiros cidadãos de um país novo, rico e livre. Sem fazer-lhes injustiça, pode-se afirmar que em sua quase totalidade acham-se dominados pela matéria a tal ponto que se tornaram indiferentes aos grandes princípios e aos nobres sentimentos que inspiram as ações que mais honram a raça humana.

Dever, desinteresse, abnegação, patriotismo são palavras que foram riscadas do nosso vocabulário político. O interesse, e só o interesse, é o motivo que determina as ações dos nossos homens públicos.

Em tão deplorável situação, sente-se verdadeiro prazer ao contemplar alguns desses varões que podem resistir à torrente da corrupção, e que formam verdadeira exceção da quase totalidade dos que se acham nas mais eminentes posições do estado.

No minguado grupo dos nossos políticos honestos, ocupa lugar mui distinto o **Sr. D. Manuel de Assis Mascarenhas**, objeto das breves observações que traçamos.

Não existe entre os políticos brasileiros um nome mais conhecido no país do que o do Sr. D. Manuel. Nenhum dos nossos homens é objeto de mais simpatia, de mais amor, de mais respeito.

O Sr. D. Manuel desde que apareceu no parlamento brasileiro chamou sobre si a atenção pública, por seu esclarecido patriotismo, por sua nobre e corajosa franqueza.

O parlamento brasileiro é talvez entre todos os que existem o que mais se distingue na aplicação do que se chama conveniências parlamentares. Nos outros países não se liga a estas palavras a mesma ideia que no Brasil. As conveniências parlamentares não permitem que se use na tribuna de uma linguagem menos decente; que se comprometam os interesses do país em relação ao estrangeiro, por meio de revelações indiscretas; mas o respeito às conveniências não domina o orador a ponto de obrigá-lo a não revelar os escândalos da administração, a corrupção dos funcionários e todos os abusos que se introduzem no governo da sociedade.

O predomínio dos interesses materiais, o egoísmo oficialmente reconhecido como único móvel dos homens públicos, deu uma extensão imensa às conveniências parlamentares. Censurar um abuso para o qual havia concorrido um ministro, um senador ou um deputado era ofender as conveniências; declamar contra a corrupção era uma grave ofensa às conveniências parlamentares, pois a corrupção era favorecida e largamente praticada pela maioria dos membros do parlamento; procurar coibir o governo nos seus excessos, no seu sistema corruptor, nas suas criminosas invasões, era ir de encontro a toda as conveniências da tribuna, porque o governo é quem faz o deputado, ou o senador, quem distribui o orçamento, quem nomeia para as boas emissões, que paga as dedicações. Enfim querer a prática leal e sincera do sistema representativo era a maior das inconveniências.

O Sr. D. Manuel nunca pôde compreender esse funesto sistema de encobrir a verdade, de iludir o país. Desde que apareceu no parlamento tornou-se notável por seu caráter independente e pela sua franqueza.

Na câmara temporária, onde teve assento, em princípio como representante do Rio Grande do Norte, depois de Goiás e afinal do Rio de Janeiro, seu caráter manifestou-se em toda a sua verdade. O país inteiro via no corajoso deputado um dos caracteres mais nobres e mais patrióticos do nosso tempo.

Em 12 de junho de 1859 foi o Sr. D. Manuel escolhido senador pelo Rio Grande do Norte, província que por duas vezes havia administrado. Desde então sua vida, por assim dizer, tem-se passado na tribuna. Nenhuma questão de alguma importância tem sido levada ao senador sobre a qual o ilustrado senador não se tenha pronunciado.

O Sr. D. Manuel não é desses que entendem que o Senado é um lugar de repouso, de ócio, verdadeira aposentadoria concedida aos servidores do país. Compreendeu pelo contrário que é um cargo que, por isso mesmo que coloca aquele que ocupa em posição eminente, importa compromissos muito sérios, que devem ser cumpridos ainda com sacrifício dos interesses particulares.

Formando uma verdadeira ideia do que deve ser o representante da nação, o Sr. D. Manuel dedicou-se todo à realização do tipo que concebera. Estuda as questões políticas e administrativas com todo o cuidado e pronuncia-se a favor da opinião que lhe parece mais justa, que se acha mais em harmonia com os grandes interesses do Estado, embora tenha de incorrer no desagrado de alguns indivíduos, embora tenha de irritar os interesses privados.

Em uma época em que o interesse público é quase sempre abafado por cálculos de egoísmo, em que os políticos, antes do bem do país, consultam as suas particulares conveniências, e tratam da sua elevação pessoal, o procedimento cheio de abnegação e de civismo do Sr. D. Manuel tem-se tornado verdadeiramente notável. Sem querer remontar a épocas anteriores, lembraremos que o ilustre senador fez oposição enérgica e franca ao Ministério presidido pelo finado marquês de Paraná, homem forte cuja vontade bem poucos ousaram contrariar. Os relevantes serviços prestados ao país pelo Sr. D. Manuel na oposição que fez aos Ministérios de 12 de dezembro de 1858 e de 10 de agosto de 1859 são ainda muito recentes. O papel que S. Ex^ª representa atualmente em relação ao Ministério de 2 de março de 1861 honra sobremaneira o seu caráter, e é mais um documento da pureza do seu patriotismo.

Na vida parlamentar do Sr. D. Manuel há um fato que por si só faria a glória de um parlamentar, de um cidadão honesto, e que por isso merece ser especialmente memorado.

Em 1859 o tesouro público achava-se nas peníveis circunstâncias que ainda hoje subsistem. A elevação do preço de todas as coisas necessárias à vida colocou as classes menos favorecidas nas maiores dificuldades para prover às necessidades imperiosas. Uma das mais importantes das nossas províncias estava a braços com uma fome horrível, produzida por uma seca prolongada.

Com esse estado desolador contrastava o progresso e florescência do teatro lírico italiano do Rio de Janeiro, grande escola de luxo, origem da ruína das famílias, verdadeiro foco de corrupção. Precisamente na quadra em que mais se fazia sentir a penúria do estado e a miséria de muitos particulares é que esse estabelecimento ousou pedir ao Poder Legislativo que elevasse ao dobro a subvenção que por meio de loterias lhe prestava

Tão arrojada pretensão era sem dúvida um insulto feito aos supremos poderes do estado, um escárnio lançado em face à população sofredora. Entretanto o teatro lírico era poderoso. Ninguém ousava arrostar de frente sua influência; ninguém abertamente contrariava suas arrojadadas pretensões. A Câmara dos Deputados aprovou o projeto por grande maioria de votos.

No fim da sessão de 1859 foi ele dado para a ordem do dia do Senado. Todos contavam que, apesar da indignação que essa medida produzira em todas as classes sensatas da sociedade, o Senado a aprovaria, por não ser possível resistir ao grande poder que protegia o teatro lírico. O Sr. D. Manuel determinou embarçar por todos os meios a aprovação do projeto.

Todos lembram-se com admiração e reconhecimento do papel que fez o Sr. D. Manuel por essa ocasião. Combateu o projeto com todos os argumentos que sua ilustração e seu patriotismo lhe inspiraram. Falou longamente sobre as inconveniências da medida nas difíceis circunstâncias em que se achava o país; censurou o teatro lírico como a principal origem, a maior animação ao luxo que tendia a arruinar completamente a nossa sociedade. Infelizmente o Sr. D. Manuel não encontrava quem o contestasse. A questão do teatro lírico era uma dessas que ninguém apóia com a palavra, mas que muitos sustentam com o voto. No momento, pois, em que o Sr. D. Manuel, entendendo ter esgotado todas as suas razões contra o projeto, recolhesse-se ao silêncio, a medida seria votada.

O Sr. D. Manuel compreendeu belamente a tática dos amigos do projeto e não desanimou. Ocupou a tribuna constantemente, sempre que o projeto era posto em discussão. Falou durante sessões inteiras, e conseguiu afinal que a medida não passasse em 1859.

Na sessão de 1860 renovou-se a luta. O Sr. D. Manuel continuou no seu sistema. Afinal ficaram tão patentes os inconvenientes da medida, tornou-se tão escandalosa a questão do teatro, que o Senado rejeitou o projeto.

Para que o público colhesse os benefícios que inquestionavelmente resultam da supressão do teatro, muitos sacrifícios, muitos desgostos teve que sofrer o Sr. D. Manuel. Sobre ele recaiu todo o despeito, todos os furores dos interesses que foram feridos com o ato do Senado. Deve, porém, restar ao ilustre senador a consolação e a glória de ter prestado um serviço importante ao país, e de ter secado uma das fontes de desmoralização da nossa sociedade.

O Sr. D. Manuel nasceu na capital da província de Goiás aos 28 de agosto de 1806. É filho do finado D. Francisco de Assis Mascarenhas, marquês de Palma. Estudou direito na Universidade de Coimbra, onde tomou o grau de doutor.

Pouco depois de sua formatura foi nomeado adido de 1ª classe na legação de Berlim, e em seguida secretário da legação em Viena, onde exerceu interinamente o cargo de encarregado de negócios.

A diplomacia não o prendeu por muito tempo. Abandonou-a pela magistratura na qual exerceu vários cargos. Há alguns anos exerce o lugar de desembargador

da Relação da corte, e é um dos juizes que por sua illustração e incorruptibilidade mais honra fazem à magistratura brasileira.

É comendador da Ordem de Cristo, official da Rosa, e gentil-homem da Câmara de Sua Majestade o Imperador.

O Sr. D. Manuel nunca foi ministro. Não lhe pese porém isso. No ministério, a experiência o tem demonstrado, os homens mais bem intencionados nada conseguem. Como senador S. Ex^a presta ao seu país serviços importantíssimos, e tem já adquirido inquestionavelmente direito de fazer parte do pequeno grupo dos nossos parlamentares com que se ocupará o futuro.

Concluindo estas rápidas observações temos de pedir desculpa pela imperfeição e pelas lacunas de que este trabalho se ressentir. Nossa justificação está toda na obstinada recusa do Sr. D. Manuel de prestar-nos qualquer auxílio. S. Ex^a levou tão longe seu escrúpulo que nem mesmo nos quis fornecer algumas datas que lhe pedimos.

JOSÉ BENTO LEITE FERREIRA DE MELO



A morte entre nós goza de um singular privilégio: nivela perfeitamente todas as condições sociais. O talento, as virtudes, o saber, o gênio, o patriotismo, os serviços, apenas feridos por ela, são completamente esquecidos. Prestadas as derradeiras homenagens ao homem eminente que baixa ao túmulo, a nossa sociedade parece que julga importuna sua memória. Preocupada em demasia com os interesses de momento, confunde na mais completa indiferença o estadista consumado e o patriota sincero com o usurário egoísta, que não soube abrigar em seu coração um sentimento generoso.

Não é porém assim que uma sociedade pode elevar-se a brilhantes destinos. Os povos que mais se têm distinguido na cena do mundo tornaram-se notáveis pelo culto que rendem à memória dos seus grandes homens. Honrando-os, conservando religiosamente a lembrança de seus feitos, inspiram às gerações novas o nobre desejo de imitá-los, e de excedê-los. É desta sorte que se fundam e se robustecem as grandes nacionalidades. Sem o laço da tradição que prende a geração atual às gerações passadas, sem o culto dos avós não há propriamente nacionalidade; a sociedade não passa de uma união determinada

simplesmente por interesses atuais e efêmeros, e por isso não pode resistir ao choque de elementos hostis.

Os homens que mais se empenharam na fundação da nossa nacionalidade, os varões eminentes que sacrificaram seu repouso, seus interesses, na sua vida para conquistarem as liberdades de que ainda hoje gozamos, são recompensados com o esquecimento nacional...

E é assim que o Brasil pretende os faros de nação culta? que respeito terão os estranhos pelas nossas glórias se somos os primeiros a esquecê-las e a desprezá-las? que incitamento para o bem se oferece à mocidade se o cidadão eminente e o homem obscuro são confundidos no mais profundo esquecimento?

Poucos hoje se lembrarão do senador José Bento Leite Ferreira de Melo. A exceção dos que partilharam suas glórias e seus trabalhos, e de alguns amigos fiéis para quem a morte não é um título de esquecimento, raros serão os contemporâneos que se recordarão desse homem cujo nome há pouco todos conheciam. E entretanto não passaram-se ainda 20 anos depois de sua morte! E entretanto o senador José Bento tem direito de figurar entre os homens mais distintos do nosso país!...

Comemoremos, ainda que brevemente, as circunstâncias mais notáveis de sua vida.

José Bento Leite Ferreira de Melo nasceu na província de Minas Gerais, na vila, hoje cidade da Campanha, aos 6 de janeiro de 1785. Foram seus pais o sargento-mor José Joaquim Leite Ferreira de Melo e D. Escolástica Bernardina de Melo. Descendia de uma família ilustre da vila de Guimarães em Portugal, e da família Prado da cidade de S. Paulo.

Destinado por seus pais ao estado eclesiástico, aprendeu a língua latina na vila da Campanha e seguiu logo para a cidade de S. Paulo a fim de instruir-se nas ciências morais e teológicas.

Em S. Paulo residiu com o virtuoso bispo D. Mateus até a conclusão da sua carreira.

Em 1810 foi criada a freguesia de Pouso Alegre na capela do Senhor Bom Jesus do Mandu. O padre José Bento compareceu ao concurso feito para provimento dessa igreja, e conseguiu ser apresentando e colado. Logo depois foi nomeado vigário da vara da comarca eclesiástica, ministério que exerceu até o seu falecimento.

O governo imperial nomeou-o cônego honorário da Sé de S. Paulo, e posteriormente cavaleiro e comendador da Ordem de Cristo.

A povoação do Mandu, sede da nova freguesia, constava então de meia dúzia de casas de aparência miserável. O padre José Bento apenas tomou posse da freguesia, meditou fundar uma povoação importante nas belas margens do Sapucaí. Atraiu para aí muitos amigos e parentes e lançou os fundamentos da cidade de Pouso Alegre, uma das mais importantes povoações do sul da província de Minas.

O alinhamento das ruas, a disposição das habitações, tudo que interessava à beleza e aformoseamento da nova povoação foi planejado e dirigido imediatamente pelo vigário.

Aos esforços do padre José Bento, à sua influência que crescia com seus serviços, deve-se a transformação da mesquinha povoação do Mandu em uma vila bela, rica e populosa.

As idéias liberais, que por fim abriram espaço em Portugal em 1821, encontraram um sectário sincero e ardente no vigário de Pouso Alegre.

Desde então alistou-se ele nas fileiras do partido liberal de que foi sem contestação um dos mais brilhantes ornamentos.

Nesse mesmo ano procedendo-se às eleições para deputados às Cortes portuguesas, foi o padre José Bento nomeado eleitor da paróquia de Pouso Alegre, depois eleitor da comarca do Rio das Mortes em S. João d'El-Rei e finalmente membro da junta eleitoral da província.

Achando-se na capital como eleitor, distinguiu-se tanto que foi nomeado membro do governo provisório que então foi instalado.

Fez parte do primeiro conselho geral da província de Minas, e nesse cargo revelou-se homem de inteligência superior, de uma firmeza de caráter pouco comum.

Essas qualidades preciosas tornaram-no um dos cidadãos mais populares da província de Minas. Na primeira eleição a que se procedeu para deputados gerais, os mineiros deram-lhe um lugar na deputação da província. De 1826 em diante interferiu constantemente nos negócios do país como representante da nação. Em 1834 sendo apresentado pela província em lista tríplice de que faziam parte os finados senadores Vasconcelos e Manuel Inácio de Melo e Sousa, foi escolhido senador pelo governo regencial.

Por ocasião na sedição militar promovida pelo partido retrógrado em Ouro Preto, no ano de 1833, achava-se o padre José Bento na capital como membro do conselho do governo. Coube-lhe a glória de ser uma das vítimas escolhidas pelos absolutistas. Deposto na noite de 22 de março o presidente Manuel Inácio de Melo e Sousa, depois barão de Pontal, os sediciosos prenderam o vice-

presidente da província, Bernardo Pereira de Vasconcelos, então um dos mais proeminentes chefes do partido liberal, e o padre José Bento.

Acompanhados por uma escolta, que tinha ordem de levá-los até fora da província, foram libertados pelo povo da vila de Queluz, seguindo Vasconcelos para S. João d'El-Rei onde foi instalar o governo legal.

O padre José Bento não se contentava com a influência que exercia sobre a opinião por meio da tribuna. Compreendendo que a imprensa é o mais poderoso meio de propagação de idéias levou para Pouso Alegre uma tipografia, na qual publicou por algum tempo o *Pregoeiro Constitucional* e depois o *Recompilador Mineiro*.

A primeira publicação impressa da Constituição brasileira foi feita nessa tipografia. Nunca pudemos obter exemplar alguma dessa edição da Constituição; asseveram-nos entretanto que existe.

José Bento foi um dos mais denodados campeões dessa oposição memorável que o partido liberal fez aos desmandos do primeiro reinado. O governo do Senhor D. Pedro I foi por ele combatido energicamente na tribuna e na imprensa. A província de Minas que em cada uma das suas povoações mais importantes tinha um jornal que combatia o poder e advogava as idéias livres, contava igualmente numerosas sociedades patrióticas, que trabalhavam para o mesmo fim.

Em Pouso Alegre, foi fundada em 1831 pelo padre José Bento a sociedade patriótica — Defensora da Liberdade e Independência Nacional.

A direção que o governo regencial nos últimos anos de sua existência dava aos negócios públicos era deplorável. Em vez de procurar consolidar as nossas instituições livres por meio da prática sincera do sistema representativo, o governo da regência, os conservadores que então dominavam só tinham um pensamento: aniquilar todas as gloriosas conquistas do partido liberal, ou antes todo o fruto das nossas revoluções.

O Ato Adicional, o mais seguro penhor da união brasileira, sofrera golpes terríveis com a lei de interpretação de 12 de maio de 1840.

O Código do Processo, que dava perfeitas garantias à liberdade individual, por meio das sábias disposições do processo e por meio de magistraturas populares, era igualmente ameaçado de uma anulação.

Discutia-se então o famoso projeto que foi convertido em lei a 3 de dezembro de 1841 e que tanto sangue custou ao Brasil.

Tratava-se também de restabelecer o conselho de estado anulado em 1834 pelo partido liberal.

A reação era completa. O edifício levantado à custa de tantos anos de sacrifícios esboroava-se assim aos golpes repetidos dos conservadores, que dominavam o governo regencial.

O partido liberal na maior pureza de intenções teve o belo sonho de conservar a liberdade por meio da monarquia. O infante, para quem esse partido generoso havia conservado um trono que pudera ter suprimido, achava-se na adolescência. Nascido em terra de liberdade, educado no meio das festas populares que celebravam o triunfo de 7 de abril, quem melhor do que ele poderia realizar essa ideia feliz?

Tal foi o pensamento do partido liberal quando concebeu a ideia de operar a revolução da maioria. É verdade que um artigo constitucional seria sacrificado, mas o partido liberal só tomava essa responsabilidade com o fim de fazer parar o carro da reação que ameaçava esmagar todas as instituições livres.

José Bento, democrata da escola de Feijó, abraçou a ideia da maioria com verdadeiro entusiasmo, e foi um dos seus mais estrênuos propuganadores. Seu nome figura entre os seis signatários do projeto apresentado ao Senado a 13 e rejeitado a 20 de maio de 1840.

Não tendo vingado o outro projeto que o finado senador António Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva apresentara a 20 de maio na Câmara dos Deputados, por ter sido dissolvida a Câmara no dia 22 pelo ministro do Império Bernardo Pereira de Vasconcelos, os deputados dirigiram-se para o Senado e com os senadores e o povo proclamaram revolucionariamente a maioria.

Nessa memorável sessão o senador José Bento elevou-se a toda a altura do seu talento e do seu patriotismo. Tribuno do povo, advogava com calor a medida revolucionária a fim de salvar as instituições; verdadeiro patriota, moderava as paixões populares para que o triunfo da ideia liberal não fosse manchado por excessos.

Sua figura foi a mais proeminente desse dia popular. Transcrevamos aqui as palavras eloquentes de um escritor liberal, testemunha ocular dos acontecimentos:

"Está vivamente em minha lembrança a cena desse pronunciamento metade parlamentar e imperial, metade popular, que precedeu a investidura antecipada e revolucionária do monarca no exercício de suas altas funções. José Bento Leite Ferreira de Melo, a primeira figura desta *journée des dupes*, ocupava uma das janelas do Senado, e aí abraçado com o busto do imperador exortava o povo impaciente pela demora da comissão, que se dirigira ao paço de S. Cristóvão.

Parece-me estar vendo ainda aquela fisionomia móbil e ardente, em que se reverberavam como em um espelho as nobres paixões de sua alma entusiasta e patriótica! A comissão volta; a decisão do príncipe que quer governar desde já é anunciada; e José Bento, delirante de júbilo, congratula-se com todos como por uma faustosa vitória alcançada para a causa do país. Ah! desventurada vítima! se naquele instante iluminando-se repentinamente as trevas, que ocultam aos olhos do homem as páginas do porvir, tu visses em seguida dessa vitória burlada pela ingratidão o Brasil estrebuchando sob as garras de uma facção, as liberdades públicas agrilhoadas, teus amigos lançados nas masmorras e no desterro, tua bela província entregue ao saque e à devastação; e mais longe, teu próprio cadáver ensanguentado, e prostrado em uma estrada pública pelo bacamarte da reação... o que diríeis, o que faríeis?..."

As mesmas causas que levaram o Partido Liberal a operar a revolução da maioria forçaram-no a recorrer ao extremo dos combates em 1842. Os mais eminentes liberais tiveram uma participação maior ou menor no movimento revolucionário de Minas Gerais e São Paulo. Feijó, Marinho, Otoni e outros confessaram-no com toda a franqueza.

O senador José Bento não foi estranho à revolução. Em sua casa reunia-se o clube de deputados e senadores de S. Paulo e Minas, que concertava os planos do movimento.

Em um discurso que pronunciou no Senado em 1843 o ilustre democrata deixou ver bem claramente a participação que havia tido na revolução.

A sessão de 1843 foi a última a que assistiu o infeliz senador José Bento. No dia 8 de fevereiro de 1844, retirando-se às 4 horas da tarde da cidade de Pouso Alegre para sua fazenda, sita a um quarto de légua de distância, foi assassinado barbaramente por quatro indivíduos seus protegidos, sendo um deles seu afilhado.

O sacrifício dessa ilustre vítima consternou a gente honesta da cidade de Pouso Alegre, e o Partido Liberal de todo o império que acabava de perder um dos seus mais distintos membros.

O senador José Bento era um homem verdadeiramente superior. Com a instrução deficiente que em 1810 exigia-se em um padre conseguiu, à força de talento, tornar-se um dos vultos mais eminentes de um partido em que figuravam muitos homens notáveis. Não era um simples soldado; era um chefe precioso, dotado de inteligência superior que sabia combinar o ataque e a defesa, e de uma vontade firme que não conhecia obstáculos. Estas qualidades davam-lhe grande ascendência entre os liberais. Muitas ilustrações do partido entregavam-se com docilidade à sua inteligente direção.

Enfim, o senador José Bento era tão felizmente organizado, distinguia-se tanto por sua inteligência e pelo seu caráter forte, que, pode-se avançar, se tivesse tido uma educação literária e científica completa, teria sido o primeiro vulto político de seu tempo.

TEÓFILO BENEDITO OTONI



A cidade do Serro, antiga Vila do Príncipe, orgulha-se com justa razão de ter sido o berço do cidadão eminente, de cuja vida vamos dar uma rápida notícia.

A 27 de novembro de 1807 nasceu naquela povoação do norte da província de Minas Gerais o Sr. **Teófilo Benedito Otoni**, fruto da união legítima de Jorge Benedito Otoni e de D. Rosália Benedita Otoni.

Sua família paterna é originária da Itália, terra clássica dos grandes cidadãos. Em princípio do século passado seu terceiro avô Manuel Antão Otoni, forçado a deixar Gênova, sua pátria, asilou-se em Portugal. Depois de cinco anos de residência em Lisboa naturalizou-se súdito português a 7 de dezembro de 1723, e transportou-se com sua família para a cidade de São Paulo.

Ignoramos se desta cidade a família Otoni passara-se imediatamente para a Vila do Príncipe. É porém certo que Manuel Otoni, avô do Sr. Teófilo Otoni, ali exerceu o emprego de fundidor na intendência do ouro.

Jorge Benedito Otoni não possuía riquezas; vivia com sua família nessa modesta abastança que dá o trabalho honesto. Em compensação era rico de sentimentos elevados e conhecia com justiça todo o valor de uma boa educação.

Deus concedeu-lhe um favor que raras vezes dispensa: numerosos filhos que fizeram o enlevo e o orgulho de sua vida.

Ao Sr. Otoni, seu filho primogênito, deu a educação literária que era possível em uma povoação central da colônia portuguesa. No estudo da língua latina revelou o Sr. Otoni essa memória vasta, essa inteligência fácil e brilhante que com o correr dos tempos desenvolveram-se com tanta felicidade.

Terminados os estudos de latim, o jovem Otoni dedicou-se à carteira comercial. No círculo acanhado de uma povoação central, cujo comércio aliás estava peiado pela disposições vexatórias e tirânicas da administração dos diamantes, os recursos de sua inteligência eram impotentes. O jovem Otoni achava-se evidentemente fora do elemento que seu espírito buscava. A vida comercial consumia-lhe o tempo, sem vantagem alguma.

Uma circunstância feliz veio dar à vida do jovem serrano a direção que mais lhe convinha. Os acontecimentos políticos de Portugal, que por sua vez quis associar-se à obra da regeneração social que desde os fins do século passado ocupava a Europa e as colônias americanas, repercutindo com força no Brasil, encheram de entusiasmo pela causa da liberdade a todos que possuíam sentimentos generosos. Desde então ficou assentado que o jovem Otoni viria pedir à capital do Brasil a instrução superior que não podia obter em uma povoação de província.

Matriculado em 1827 na academia de marinha, dedicou-se seriamente ao estudo das matemáticas, e dentro em pouco tinha conquistado a reputação de primeiro estudante da academia.

O brilhante exame que fez no fim do primeiro ano valeu-lhe uma portaria do ministro da Marinha de então, Diogo Jorge de Brito, ordenando que se lhe desse praça de aspirante graduado em guarda-marinha, distinção que nem antes, nem depois, nem na armada portuguesa, nem na brasileira fora conferida a estudante algum.

Ao passo que se applicava com ardor aos estudos acadêmicos, o jovem Otoni achava tempo para explicar geometria, e para relacionar-se com os patriotas mais distintos daquele tempo.

Como ele mesmo o diz, Evaristo e Vasconcelos o acariciavam como que pressagiando-lhe brilhantes destinos.

Bem pudera o Sr. Otoni continuar tranquilamente a carreira que havia escolhido. Se o seu comportamento não se tornasse suspeito, se se houvesse limitado às suas matemáticas, estamos certos que não teria encontrado embaraços. Mas um estudante de inteligência superior, que travava relações com homens como Evaristo e Vasconcelos, os anarquistas de então, que fazia parte de sociedades secretas e que tinha a audácia de, como escrutador liberal da mesa paroquial do Sacramento, advogar com calor a causa popular e propor que fosse multado o ministro da Guerra, um tal estudante não podia pretender as boas graças do poder.

Cedo teve o Sr. Otoni ocasião de conhecer as boas disposições que haviam a seu respeito. Tendo completado o curso de marinha, requereu para continuar os estudos matemáticos na escola militar. Os crimes de que se havia tornado réu não lhe davam direito ao menor favor. Negou-se-lhe a licença requerida!

Entretanto, esperando talvez que mais tarde lhe fizessem justiça, começou a frequentar, como ouvinte, as lições do ilustre patriota, o Sr. Joaquim José Rodrigues Torres, hoje visconde de Itaboraí, então lente de mecânica na Escola Militar.

"Não sei, diz o Sr. Otoni na sua circular aos eleitores de Minas, onde o Sr. Rodrigues Torres enlevava mais o seu discípulo, se na academia, iniciando-o nas fórmulas de Francoeur e de Poisson, se nas palestras do livreiro patriota, explicando as belas teorias de Jefferson, de que S. Ex^ª era caloroso economista e eloquente expositor."

A ligação do Sr. Otoni com o Sr. Rodrigues Torres incomodava sobretudo os homens do poder, que lhe moveram a mais desabrida perseguição. A decidida má vontade do Governo, que se traduzia em ordens de embarque para a costa da Africa e para o baixo Amazonas, e em outros vexames de natureza semelhante, desviou o Sr. Otoni da carreira das matemáticas a que se dedicava com gosto. Aceitou baixa do posto de guarda-marinha e voltou para sua terra natal.

Era no ano de 1830. O Sr. D. Pedro I, por seus desvios, preparava a revolução que trouxe sua abdicação em 7 de setembro de 1831. Os ministros abusavam de um modo revoltante e atraíam o monarca, cujo temperamento ardente dificilmente se acomodava às fórmulas do sistema representativo. As nossas instituições livres que pela prática mal conhecíamos, pois que a Constituição só começara a ter princípio de execução em 1826, eram seriamente ameaçadas. O patriotismo então era um sentimento muito verdadeiro, muito real. A lembrança ainda bem viva do despotismo dos tempos coloniais, o

desvanecimento de uma nacionalidade que se fundava, o ódio a estrangeiros que pouco antes eram senhores, os receios de uma recolonização, tudo isso despertava o civismo dos brasileiros e levava-os a fazerem séria oposição ao governo.

A alma ardente, entusiasta e sinceramente patriótica do Sr. Teófilo Otoni não podia ser indiferente ao movimento de resistência que se organizava. Pelo contrário, ninguém sentiu melhor do que ele a necessidade de fazer ao governo uma oposição enérgica, que pusesse um termo aos males do país. A imprensa era a arma mais poderosa contra a tirania. Esclarecendo o povo sobre seus direitos, fazendo-lhe conhecer que as liberdades estabelecidas pela Constituição eram sacrificadas, e que o governo absoluto preparava-se para instalar-se em lugar do constitucional, formava a opinião que de uma ou de outra forma acabaria por triunfar.

Animado destas idéias o Sr. Otoni levou para a cidade do Serro uma pequena tipografia na qual a 4 de setembro do mesmo ano começou a publicar a *Sentinela do Serro*.

Os contemporâneos sabem a influência que a *Sentinela* exerceu nos acontecimentos que precederam, acompanharam e sucederam a revolução de 7 de abril. Apesar de ser escrita em uma povoação central a *Sentinela* estava no caso de exercer grande influência no país, já porque a imprensa da corte, pouco desenvolvida então, não tolhia os movimentos das províncias, já porque Minas compreendendo as vantagens de um governo livre tornar-se o principal centro da resistência, e já porque era escrita por um talento superior que tornava interessantes todos os assuntos de que tratava.

As colunas da *Sentinela* eram animadas de um patriotismo verdadeiramente antigo. Nenhum dos jornais da época profligou com mais talento, com mais calor, com mais eloquência os fatais desmandos do primeiro reinado.

A *Sentinela* inspirava ao povo amor à liberdade, ódio à tirania, iniciava-o no conhecimento dos seus direitos e pregava francamente a resistência à opressão. A divisa da *Sentinela* era o seguinte: o fim de toda a associação política é a conservação dos direitos naturais e imprescritíveis do homem; estes direitos são a liberdade, a segurança, a propriedade e a resistência à opressão.

A doutrina da *Sentinela* não era simplesmente uma teoria pregada no silêncio do pacífico gabinete do jornalista. A época era de sacrifícios, de dedicações, de civismo. Os cidadãos, sempre que a pátria o reclamava, traduziam em fato essas teorias em que confiavam.

A notícia das cenas de 13 e 14 de março do Rio de Janeiro o redator da *Sentinela* chamou o povo às armas, no dia 6 de abril reuniu-o na câmara

municipal, formou uma caixa militar, organizou completamente a existência armada.

Ninguém faz ideia do entusiasmo da população daquela cidade central com a notícia do 7 de abril recebida poucos dias depois. O triunfo da democracia foi dignamente celebrado com festejos populares.

Não havia mais receio de despotismo. Funcionava o governo democrático da regência; mas a obra patriótica não estava terminada. Cumpria realizar nas instituições as aspirações da opinião, traduzir em leis as idéias que haviam dado o triunfo à oposição nacional.

A *Sentinela do Serro* continuou, pois, sua missão. Pouco depois, em 25 de junho de 1831, o Sr. Otoni propunha as reformas constitucionais que julgava necessárias. Essas as reformas consistiam no cerceamento das atribuições do Poder Moderador, na organização das assembléias provinciais e na abolição da vitaliciedade do Senado.

Pouco tempo depois o redator da *Sentinela* organizava no Serro a sociedade Promotora do Bem Público, que se tornou célebre em todo o país por ter convidado as sociedades patrióticas de Minas e das outras províncias a influírem para que os eleitores dessem aos futuros deputados poderes constituintes, se acaso o Senado rejeitasse o projeto de reforma que havia passado na Câmara.

As opiniões arrojadas do redator da *Sentinela* suscitaram-lhe perseguidores. A folha foi chamada aos tribunais e absolvida. Algum tempo depois, a 17 de março de 1832, cessava a publicação da *Sentinela* com o nº 80.

Ocupamo-nos deste jornal com alguma extensão porque entendemos que nele se acha a explicação de tudo quanto o Sr. Otoni tem sido e tem feito posteriormente. Aí estão consignadas as opiniões políticas que fazem sua glória, e que ao mesmo tempo têm servido de pretexto às perseguições que seus inimigos lhe têm movido.

Nessas folhas escritas aos 23 anos encontram-se esses sentimentos puros e patrióticos que mais se têm acrisolado com a idade e com experiência, e que desde então tornaram o objeto das simpatias populares.

A *Sentinela* recomenda-se ainda por uma qualidade bem rara naquela época — um estilo correto, fluente e por vezes eloquente. Jamais empregava essa linguagem pouco nobre de que, à exceção da *Aurora*, usavam quase todos os jornais do tempo.

Depois de março de 1832 o Sr. Otoni continuou na vida comercial a que se havia dedicado desde que regressou para a cidade do Serro. Dessa profissão, exercida com a honestidade que sempre caracterizou sua família, é que o Sr. Otoni tirava

seus meios de subsistência, lançando ao mesmo tempo as bases dessa fortuna que depois sacrificou em parte em benefício do país.

No fim do ano de 1834, o nome do Sr. Otoni, ilustrado pelo talento e patriotismo revelado na imprensa, foi lembrado pelos mineiros na ocasião da primeira eleição de membros da assembléia provincial, à qual não foi candidato.

Os louros de jornalista não emurhecera na tribuna. O jovem deputado tornou-se imediatamente notável pelo seu talento oratório, realçado pelo patriotismo mais ardente.

Em 1837 foi eleito deputado à assembléia geral legislativa. Aí estão os jornais do tempo para provar que desde sua entrada para a Câmara o Sr. Otoni conquistou na representação nacional um dos lugares mais distintos. Com a coragem que sempre o distinguiu censurava energicamente a tendência retrógrada dos governos do regente Araújo e Lima.

O profundo descontentamento que o governo da regência havia causado a todo o país tornou popular a ideia da maioria. O Partido Liberal iniciou-a, propagou-a e afinal realizou-a. O Sr. Otoni não se separou dos seus correligionários. Com eles partilhava a ideia da necessidade de uma mudança no governo do país em ordem e assegurar as conquistas liberais realizadas depois da revolução de 1831. Mas apartava-se deles em um ponto essencial: entendia que o artigo 121 da Constituição não podia ser reformado por lei ordinária, porque contém matéria constitucional. A maioria para ele era uma medida de salvação pública que os representantes da nação deviam tomar, sujeitando-se depois ao juízo popular.

Neste sentido fez um discurso notável que transcreveu na sua circular. Impressionado com os argumentos do empoeirado direito divino de que alguns liberais pouco adiantados, ou algum tanto tímidos se serviam para justificar a maioria, declarou bem alto que a legitimidade do segundo imperador nascia da soberania popular manifestada na revolução de 1831, assim como a do primeiro tinha por fundamento a revolução da independência.

Transformadas em decepções as esperanças que os liberais haviam concebido quando conspiraram contra o governo da regência, convertido em lei o projeto de reforma judiciária, restaurado o conselho de estado, dissolvida previamente a câmara temporária, as deputações de S. Paulo e Minas entenderam que o único recurso dos liberais estava em um apelo às armas. Os representantes paulistas comprometeram-se a levantar em sua província uma força respeitável, capaz de fazer recuar as tropas regulares do governo; os mineiros obrigaram-se por sua parte a promover uma manifestação que distraísse as forças legais em proveito dos insurgentes paulistas.

Os mineiros cumpriram o prometido. A 10 de junho de 1842 fizeram o pronunciamento revolucionário na cidade de Barbacena. Quis, porém, a fatalidade que a manifestação coincidissem com a derrota dos liberais paulistas na Venda Grande, e com a retirada da Ponte dos Pinheiros. Vencida a revolução em S. Paulo o movimento em Minas não tinha mais objeto. Entretanto era tal o entusiasmo dos mineiros, tal a indignação causada pelos atos do governo, que o pronunciamento planejado como um acessório da revolução de S. Paulo tomou as proporções que todos conhecem.

O Sr. Teófilo Otoni achava-se no Rio de Janeiro, onde havia fixado sua residência desde 1838. Na noite de 15 de junho, quando o governo festejava na capital do império a derrota dos paulistas, seguiu para Minas, pelo caminho da terra, iludindo a vigilância da polícia, fazendo viagens forçadas, e arrostando toda a casta de perigos. Ia partilhar a sorte dos seus amigos, já comprometidos com o pronunciamento de Barbacena.

Depois de alguns recontros em que a vantagem ficou do lado dos revoltosos marcharam estes para Santa Luzia. Nas proximidades da

capital da província propôs o Sr. Otoni aos seus amigos que o presidente interino fizesse uma proclamação às forças insurgentes, convidando-as a deporem as armas, visto estar pacificada a província de S. Paulo; que a proclamação fosse presente ao sr. barão, hoje marquês de Caxias, a quem se deviam apresentar os homens mais notáveis que se achavam no acampamento dos revoltosos.

Esta proposta, feita nos últimos dias de julho, não foi levada a efeito. Entretanto desenvolveram-se os acontecimentos, e no dia 20 de agosto foram os revoltosos derrotados em Santa Luzia. Apesar desta derrota os liberais podiam continuar o movimento. O valor de que os mineiros deram provas irrecusáveis, as forças de que dispunham, podiam ter determinado os chefes a prolongarem indefinidamente a revolução, opondo ao exército do governo uma resistência tenaz. Quem sabe se em pouco uma ação decisiva não teria apagado a lembrança da derrota de Santa Luzia, convertida em simples revés?

Prevaleceu, porém, a ideia do Sr. Otoni manifestada perto da capital da província. Depois da ação os chefes deram o movimento por terminado; os militares, acompanhados ainda de forças respeitáveis, foram em Matosinhos declarar perante o subdelegado que as debandavam para evitar o derramamento de sangue mineiro; o Sr. Otoni com alguns outros chefes insurgentes esperaram em Santa Luzia a entrada do exército vencedor e entregaram-se ao Sr. marquês de Caxias.

De Santa Luzia seguiu preso até a capital da província. Homens que não possuíam a inteligência necessária para compreender que um réu de crime

político, longe de parecer-se com um criminoso ordinário, revela as mais das vezes uma alma nobre e patriótica, não duvidaram usar para com o Sr. Otoni e seus companheiros de injustificáveis rigores. Cumpre, porém, confessar que esse procedimento indigno cessou no segundo dia de viagem.

Recolhido à prisão do Ouro Preto o Sr. Otoni não ficou silencioso. Nas colunas do *Itacolomi*, periódico liberal da capital de Minas, discutiu largamente as questões políticas que haviam levado os mineiros ao campo da batalha. Publicou o seu interessante itinerário de Santa Luzia a Ouro Preto, e numerosos documentos relativos ao movimento. O Sr. Otoni preservou das chamas o arquivo da revolução com que prestou um relevante serviço à História, e a todos os comprometidos, que desta puderam confundir as calúnias dos seus adversários e justificar seu procedimento perante a opinião.

"Ainda as algemas nos roxeavam os pulsos", diz o Sr. Otoni na sua circular, "e já estávamos apelando para a imprensa, que tudo salvou."

"Reparávamos assim o grande erro que havíamos cometido recorrendo às armas, mas não cessávamos de estigmatizar os atos inconstitucionais que tinham dado causa ao movimento."

A assembléia provincial de Minas, liberal em sua maioria, pretendeu dirigir uma representação ao Poder Moderador, pedindo anistia para todos os comprometidos na revolução de Minas. Tal era, porém, a confiança do Sr. Otoni e dos outros chefes no juízo da opinião, que influíram para que a assembléia não realizasse seu intento.

A opinião estava com efeito pronunciada a favor dos revoltosos. Na assembléia provincial do Rio de Janeiro discutiu-se a conveniência da anistia; e o autor da ideia, o falecido José Augusto César de Meneses, tratando do Sr. Otoni, pronunciou as palavras que aqui transcrevemos: "Merecerá aqueles epítetos (inimigo da ordem pública, ousado, turbulento, vilipendiador das leis) esse moço, por quem mais se deve encher de orgulho o Serro do que pelas pedras preciosas que rolam pelos leitos dos seus rios, esse moço no qual todas as vezes que penso digo: — Assim foi decerto Catão na sua idade, esperanças do Brasil, se alguma comissão militar lhe não fizer saltar a cabeça, ou se alguma taça ministrada por algum fingido amigo lhe não corroer lentamente as entranhas?"

O cativo do Sr. Otoni durou pouco mais de um ano. No fim de setembro de 1845 o júri de Mariana absolveu-o por unanimidade de votos.

Restituído à liberdade, voltou ao Rio de Janeiro onde se entregou à vida comercial com toda a atividade que o distingue.

Político de convicções, patriota sincero, o Sr. Otoni não é desses que entendem que o homem público deve ser um eterno pensionista do orçamento. Desde

1830 tem tido uma larga participação em quase todos os acontecimentos políticos do país, mas não consta que, à exceção do cargo de deputado, tenha exercido emprego público algum retribuído pelo estado. É político porque tem idéias sobre as coisas públicas, e deseja vê-las realizadas; mas nunca formou o mesquinho cálculo de viver à custa dos cofres públicos. Entregou-se com ardor à honrosa profissão de comerciante a fim de conquistar uma posição que lhe garantisse a mais completa liberdade na sua vida pública.

Chamada ao poder em 1844 a opinião liberal, o Sr. Otoni voltou à Câmara dos Deputados. Seu procedimento durante o quinquênio chamado liberal tem sido censurado por alguns. O Sr. Otoni, durante esse período, contra o seu costume, absteve-se da palavra, ou usou dela com muita parcimônia.

Sendo o homem mais popular do partido, passando no público como o inspirador de quase todas as combinações ministeriais desse tempo, não quis aceitar a responsabilidade do poder, como estava nos votos de todos os seus correligionários.

Essas acusações hoje caíram por terra. Não há ninguém que ignore que o quinquênio só por ironia podia ser chamado liberal. É verdade que os liberais estavam no poder, mas acima deles existia uma entidade inconstitucional, uma camarilha que lhes tolhia os movimentos e lhes tirava toda a liberdade de ação. Parece mesmo que havia intenção de inutilizar os liberais, condenando-os a não realizarem nenhuma das idéias por que pugnavam.

Esta situação anômala explica e justifica o procedimento do Sr. Otoni. Deveria ele aceitar o poder sabendo previamente que não poderia pôr em prática suas idéias? Deveria combater os ministérios liberais que faziam esforços para derrocar a influência da facção dominante?

Ao sacudir o jugo colonial o Brasil era um país virgem em todos os sentidos. Não existia a liberdade de enunciar o pensamento. O grande movimento político, científico e literário que agitava e transformava a Europa desde o século passado, era ignorado da máxima parte da nossa população. Apenas alguns homens mais felizes podiam beber algumas noções das novas doutrinas em um ou outro livro que escapava à censura, e à vigilância da polícia colonial, que procuravam entreter no Brasil a mais completa ignorância. Não havia imprensa que discutisse os atos da administração e esclarecesse a população acerca de seus direitos. A declaração da independência e as instituições livres que se lhe seguiram encontraram o povo em um estado quase primitivo. Era preciso pois educá-lo, ensinar-lhe o verbo da era de regeneração que começava.

A imprensa encarregou-se dessa nobre missão. Se o povo brasileiro tem hoje consciência de seus direitos; se, como ninguém desconhece, existe na grande

massa da população amor profundamente arraigado às instituições livres, devemos-lo à imprensa e aos seus corajosos sacerdotes.

Nos primeiros vinte anos que se seguiram à independência, a principal questão era a fundação da nacionalidade, a conquista e consolidação de instituições livres, a organização política e administrativa do país. Não havia tempo para mais nada. Essa questão primordial fazia esquecer todas as outras. Conseguídos, porém, ao menos em parte, esses resultados, era mister volver a atenção para outro lado. Tínhamos uma pátria, uma pátria livre, instituições como não possuíam muitas das velhas nacionalidades europeias; mas o Brasil estava inculto, a população pobre pisando sobre tesouros, matas ubérrimas entregues ao selvagem e às feras; não possuíamos estradas; estávamos privados de todos os grandes melhoramentos com que a ciência e a arte modernas têm melhorado a condição do homem.

O desenvolvimento dos recursos materiais do país chamava, pois, a atenção dos homens patriotas e empreendedores. O Sr. Teófilo Otoni foi o primeiro brasileiro que bem compreendeu essa grande necessidade e tratou de realizá-la. É uma glória que não se lhe pode contestar.

Em 1832, quando ninguém pensava em estradas e em navegação de rios, já o Sr. Teófilo Otoni compreendia perfeitamente a necessidade desses grandes melhoramentos. Dominado desde a sua mocidade pela ideia de ligar as povoações do norte e do centro de Minas Gerais com o litoral do Espírito Santo que fica a poucas léguas de distância, acolheu com entusiasmo a companhia inglesa que se propunha navegar o rio Doce e seus afluentes, e foi um dos seus mais úteis auxiliares. Infelizmente a companhia, por não estar o país então preparado para essas grandes empresas, ou por falta de recursos, ou por qualquer outra razão, morreu sem realizar a navegação do rio Doce, que é sem contestação o caminho natural por onde perto de 500.000 habitantes do norte e centro da província de Minas, em um futuro mais ou menos próximo, entrarão em comunicação com o litoral.

A ideia era útil e digna de sacrifícios. O insucesso da Companhia de Navegação do Rio Doce não desalentou o Sr. Otoni. Em 1846 começou ele com seu finado irmão o Sr. Honório Benedito Otoni a estudar a navegação do Mucuri, que explorações recentes apresentavam

como uma via fluvial da maior importância. Feitos os exames necessários, os dignos empresários trataram de obter do governo geral e da província de Minas os privilégios necessários para a realização da sua ideia. Aprovados os privilégios em 1847 passaram a tratar da organização da companhia, para o que em 17 de outubro do mesmo ano apresentaram suas condições, acompanhadas de uma exposição das vantagens da empresa.

Infelizmente a crise financeira que se fazia sentir nas nossas praças embaraçou a incorporação da companhia, que só se realizou, mediante uma prorrogação de prazo, no ano de 1851.

Ninguém faz ideia dos sacrifícios de toda a ordem que o Sr. Otoni fez para levar avante a navegação do Mucuri, que por causa das opiniões políticas do diretor da companhia encontrou adversários desde os seus princípios. Abandonou interesses muito reais do seu comércio, vendeu o seu acreditado estabelecimento e deixando as comodidades do lar doméstico ia passar grande parte do ano a disputar aqueles sertões inóspitos ao selvagem e às feras.

A navegação do Mucuri para o Sr. Otoni não era uma especulação destinada a enriquecer os empresários à custa da credulidade de acionistas iludidos. Os diretores recusaram o favor que a assembléa provincial de Minas quis fazer-lhes subscrevendo previamente a quarta parte das ações da companhia que organizassem. Esse favor realizou-se somente depois que a empresa se achava em plena atividade. Na incorporação provisória da companhia, feita em 1851 com a emissão de mil ações apenas, o Sr. Otoni e seus parentes subscreveram nada menos de 700 ações. A fortuna por ele acumulada em muitos anos de trabalho ia correr os azares da empresa do Mucuri. Nisto, como em tudo o que diz respeito a essa infeliz empresa, sobressai a boa-fé, a lealdade, o desinteresse do Sr. Otoni, e revela-se de um modo inequívoco a confiança que tinha nas vantagens futuras dessa navegação.

Os sacrifícios do infatigável diretor no fim de alguns anos acharam-se de certo modo compensados. Aquilo que há pouco não passava para muitos de um belo sonho convertia-se em realidade. O vapor sulcava as águas do rio levando o calor da civilização àquelas brenhas onde pouco antes dominavam as hordas ferozes dos giporoques. Uma bela estrada, larga e feita segundo todas as prescrições da ciência atravessava o mais espesso das matas, e mais adiante, como por encanto surgia do meio das florestas virgens uma povoação improvisada de um dia para outro, fundada segundo o plano largo e ambicioso dos ianques. As matas onde há pouco as tribos de estúpidos botocudos exterminavam-se reciprocamente, entregues ao braço civilizado do mineiro e do colono europeu transformaram-se em belas fazendas, em ricas plantações. O comércio do norte de Minas encontrava enfim um caminho fácil e cômodo para comunicar-se com o grande mercado do Rio de Janeiro.

É realmente admirável que com o pequeno capital de 1.200 contos o diretor da companhia pudesse fazer tanto. Mais de 50 léguas de estradas regulares, sendo cerca de 30 próprias para rodagem, grande número de colonos europeus dos melhores que têm vindo ao Brasil, importantes estabelecimentos, vapores para a navegação marítima e fluvial, e muitos outros objetos que representam não pequeno valor foram obtidos com esses pequenos recursos.

No ponto em que se achava a companhia não era possível recuar. Havia ainda muito a fazer. Era necessário ligar Filadélfia com Minas-Novas por uma estrada de rodagem igual à que daquela povoação vai a Santa Clara. O Sr. Otoni meditava ainda outras muitas vias de comunicação, muitas outras obras que em pouco deviam mudar completamente a face do norte de Minas e do sul da Bahia.

Esgotados os recursos da companhia, dirigiu-se ao corpo legislativo que autorizou e garantiu um empréstimo de 1.200 contos. Já o governo havia contraído o empréstimo e a companhia recebido por conta 300 contos de réis, quando súbito mudaram-se as vistas do governo imperial em relação à empresa do Mucuri. O Gabinete de 10 de agosto de 1859 suscitou as maiores dificuldades a propósito do empréstimo, e como solução da questão passou o corpo legislativo uma lei autorizando o governo a encampar o contrato, o que se realizou em março deste ano.

Nesta última fase da existência da companhia ainda o Sr. Otoni deu provas do interesse com que procedeu nos negócios do Mucuri: não fez questão da indenização a que tinha direito pelos privilégios que cedeu à companhia.

Na administração do Mucuri o Sr. Otoni prestou um serviço relevante à causa da civilização e de humanidade: provou que os infelizes habitantes das nossas selvas não são incapazes de receber o influxo civilizador. Nas suas relações com os selvagens só empregou os meios dignos de um proveito cristão e civilizado.

Proibindo absolutamente que contra eles se empregasse a violência, afagando-os com presentes e com um tratamento humano, conseguiu domar a tradicional fereza das diversas tribos de botocudos, terror de quantos se aproximavam do centro das matas. Ficou plenamente demonstrado que o melhor sistema de catequese não é pólvora e bala como até pensam homens mais ferozes do que os selvagens.

Não é só isto. O Sr. Otoni esclareceu um ponto obscuro da história dos nossos aborígenes. Antes da descoberta do Brasil a costa de Porto Seguro era habitada por selvagens da raça dos tapuios. Muitas tribos da raça dos tupis invadiram a costa e obrigaram os antigos habitantes a internarem-se pelas matas. Os tupis, sob diferentes denominações, são os selvagens que os portugueses encontraram na costa, e com os quais contraíram a mais íntima aliança. Passados muitos anos os aimorés, abatirás, pataxós e outras tribos tapuias desceram das suas serras, acometeram os portugueses e seus aliados tupis, e instalaram-se na colônia que de rica e próspera tornou-se mineral. Desfrutaram por algum tempo a sua conquista; mas afinal, vencidos pelas forças que o governo da Bahia mandou contra eles, regressaram ao centro das matas.

A questão histórica a resolver era a seguinte: quais os descendentes atuais dos aimorés, abtirás, pataxós, etc.?

Na ausência de dados positivos supôs-se que os botocudos eram os descendentes dos aimorés. Esta hipótese não contestada ia passando como verdade histórica.

O Sr. Otoni depois de amplos e minuciosos exames chegou às seguintes conclusões: 1º - Todas as tribos que habitam o vale do Mucuri pertencem à raça dos botocudos; 2º - Antes destes, habitaram aquelas matas selvagens de outra raça mais civilizada, da qual restam vestígios no solo como taperas, telhas de antigas habitações, etc.; 3º - Esta raça foi dizimada pelos botocudos, e seus últimos representantes, sob os nomes de malalis, maxacalis, etc., há alguns anos apresentaram-se em um quartel no Alto dos Bois, pedindo a proteção dos cristãos, que os transportaram para o Jequitinhonha onde existem aldeados; 4º - Os malalis e maxacalis, mais inteligentes, mais aptos para receberem a civilização do que os botocudos, pertencem incontestavelmente à raça tapuia, e são portanto os descendentes dos valentes aimorés. Todas as tribos de botocudos pertencem à raça estúpida dos tupis.

O Sr. Otoni aduz minuciosamente as provas destas proposições em uma interessante carta que em 1858 escreveu ao Sr. Dr. Joaquim Manuel Macedo e que corre impressa.

Os árduos trabalhos da grande empresa do Mucuri não absorviam a extraordinária atividade do Sr. Otoni. O tempo que qualquer outro consagraria ao repouso, empregava ele em assuntos do mais subido interesse social e humanitário. Eleito em fim de 1853 presidente do Monte Pio Geral, fez uma administração que por si só bastaria para fazer a reputação de um homem de inteligência superior, e de um filantropo digno da estima da humanidade. Os fundadores do Monte Pio formulando as idéias das jórias e anuidades, reguladas pela vida média dos instituidores e dos instituídos, tomaram por base o juro de sete por cento que então davam os fundos públicos. Esqueceram-se, porém, de prevenir a hipótese de uma alteração no juro e, o que é pior, não deixaram a fórmula segundo a qual haviam organizado as suas tabelas.

Logo que tomou a si a suprema administração daquele pio estabelecimento, o Sr. Otoni tratou de estudar escrupulosamente a sua organização, e chegou a convencer-se que a continuarem as tabelas existentes, dada a alteração na taxa dos juros, em um futuro mais ou menos próximo o Monte Pio não teria recursos para fazer face a todos os seus empenhos. No notável relatório que apresentou à assembléia geral dos acionistas em 1854 demonstrou que as jórias e anuidades, com os respectivos juros compostos contados até o fim da vida média dos instituidores, não perfaziam a quantia necessária para fornecer a pensão ao instituído durante a sua vida média. Demonstrado isto por

algarismos, e por um processo inteiramente seu, estava descoberto o vício que poderia trazer a ruína do Monte Pio no fim de algum tempo, e ao mesmo tempo indicado o meio de prevenir a catástrofe. Ficou demonstrado que a tabela das jóias e das anuidades deve basear-se não só na vida média do instituidor e do instituído, como também na taxa dos juros. Desprezar este último elemento do cálculo seria expor um estabelecimento da maior importância social aos azares das oscilações dos fundos públicos.

O Sr. Otoni organizou novas tabelas de jóias e anuidades tendo em vista o juro de seis por cento então corrente, apresentando o processo de que se serviu para chegar a esse resultado. Não contente com esse trabalho, organizou outra tabela para o caso de descer o juro a 5 1/2 por cento.

Para dar uma ideia da influência benéfica da administração do Sr. Otoni basta lembrar que o fundo do Monte Pio que em 1853 era de 614.000\$000, no fim de 1857 elevou-se a 1.531:000\$000. Este magnífico resultado é devido às extensas relações do Sr. Otoni e à confiança que a todos inspiravam sua alta inteligência e sua conhecida probidade.

O decênio de 1848 a 1858 foi consagrado todo à patriótica empresa do Mucuri; foi um período de abstenção política. Entretanto o lidador que se assinalara em todas as nossas lutas desde o ano de 1830, não procurava esconder nas solidões do Mucuri a memória de seus feitos, de suas opiniões de outrora. Preocupado com a ideia do grande melhoramento com que queria dotar sua província natal, e além disso bem persuadido que a mão de ferro da reação não dava respiro à opinião liberal, deixou a milícia ativa, mas conservou puras todas as crenças que desde a juventude faziam-lhe palpitar o patriótico coração.

Em 1851 chamado a tomar assento na Câmara dos Deputados como suplente pela província de Minas não aceitou o convite, resignou o lugar de deputado. Procedeu desse modo porque havia anteriormente protestado contra a legalidade da eleição dessa Câmara.

Em 1856 tratando-se de preencher no Senado as vagas deixadas pelos finados marqueses de Paraná e de Valença o Sr. Otoni e seu digno irmão o Sr. C. Otoni dirigiram ao corpo eleitoral mineiro uma circular em que insistiam sobre a opinião que em outros tempos haviam manifestado de tornar-se temporário o Senado brasileiro.

O Sr. Otoni não se apresentou candidato nessa circular; entretanto o corpo eleitoral distinguiu-o com perto de 800 votos, que o colocaram no sétimo, ou, segundo a opinião de muitos, no sexto lugar da lista sêxtupla.

Em 1859 entendeu o Sr. Otoni que era chegado o tempo de volver à vida política. Apresentou-se francamente candidato à eleição de senador a que se ia

proceder em 21 de agosto para preencher a vaga deixada pelo finado barão de Pontal. Os mineiros colocaram-no no 1-lugar da lista tríplice.

A morte de Vergueiro abriu uma outra vaga no Senado. O Sr. Otoni de novo dirigiu-se aos seus comprovincianos, que lhe deram mais um testemunho do alto conceito em que o têm, elegendo-o primeiro da lista tríplice.

Não havendo sido escolhido nessa ocasião, em 28 de abril, um dia depois da publicação da escolha do Sr. Manuel Teixeira de Sousa, dirigiu aos eleitores uma circular em que declarava que não era candidato à vaga aberta pela prematura morte do Sr. Luís António Barbosa.

Apesar de declaração tão explícita foi de novo oferecido em lista tríplice à escolha imperial.

Avizinhava-se a eleição de deputados gerais para a legislatura de 1861 a 1864. O Sr. Otoni apresentou-se candidato ao lugar de deputado pelo % distrito de Minas Gerais. A circular que então dirigiu aos eleitores, sendo uma memória completa de toda a sua vida pública, é também um dos mais interessantes documentos para a história política de 1829 até 1860. O ilustre mineiro nunca manifestou com mais brilho seu ardente patriotismo e os dotes superiores de sua inteligência. Escrita com a nobre franqueza que o distingue, em um estilo vivo e cheio de animação, essa circular foi um verdadeiro acontecimento político. Foi lida com avidez por amigos e adversários, que confirmaram a elevada opinião que formavam de seu autor.

Restituído à vida política o Sr. Otoni desenvolveu uma atividade admirável nas eleições primárias da corte. Soube despertar nas massas populares o entusiasmo pelas idéias democráticas; provou aos mais incrédulos que o povo brasileiro é essencialmente liberal, e que as urnas serão contrárias à opinião conservadora sempre que não forem substituídas pela fraude ou pela violência.

O Sr. Otoni distingue-se pelo seu amor às letras. Os numerosos relatórios do Mucuri, a circular que temos citado, a memória sobre os nossos indígenas, e outros escritos seus provam que o ilustre patriota aprecia o belo literário e sabe aliar matérias muitas vezes áridas com uma forma agradável.

Em 1851 escreveu uma interessante *Notícia Histórica* sobre a vida do seu falecido tio, o poeta José Elói Otoni. É um trabalho sob todo os pontos de vista recomendável. É escrito em estilo singelo, dá uma informação cabal da vida do ilustre poeta, e faz sobre as suas obras apreciações literárias de muito merecimento. A política insinuou-se no trabalho do literato. A propósito da tradução versificada dos *Provérbios de Salomão*, o biógrafo lembrou-se do — *Per me reges regnant* - famoso provérbio com que por muito tempo se escudou o direito divino. O Sr. Otoni provou que o famoso — *me* — não é pronome de —

Deo — como queriam, mas simplesmente de — *sapientia*. Esta opinião é confirmada pela tradução de José Elói.

O Sr. Otoni é um dos mais abalizados latinistas deste país. Sua conversação e seus escritos brilham pelas felizes reminiscências clássicas com que sempre as ameniza. Na literatura latina, que conhece a fundo, acha sempre um texto que com a maior propriedade aplica à situação presente.

Quem sabe se a lição de Tácito, de Cícero, de Sêneca, de Tito Lívio com a sua narração épica das grandezas de Roma republicana não concorreram poderosamente para dar uma têmpera antiga a essa alma que foi formada para amar a liberdade?

Os inimigos do Sr. Otoni em todos os tempos fizeram-lhe crua guerra, reconhecendo-lhe porém inteligência superior e honestidade a toda prova. Seus amigos e correligionários depositam nele a mais cega confiança. O partido liberal de todo o império considera-o seu chefe. Os liberais mais esclarecidos e que desejam ardentemente que o partido se eleve à posição que deve ocupar no Brasil, lamentam que o Sr. Otoni, levado pela natural bondade de seu coração, não se resolva a dirigir o partido com mais decisão e energia.

O Sr. Otoni é atualmente o homem mais popular do império e o ídolo do partido liberal. A sua posição de chefe popular é a mais honrosa, a mais elevada que um cidadão pode ambicionar em um país livre; mas ao mesmo tempo envolve uma tremenda responsabilidade. Se o Sr. Otoni não souber usar do poder que os liberais lhe confiam; se, levado pelo receio de ofender susceptibilidades particulares, deixar de dirigir o partido como o deve fazer um chefe, o futuro lhe tomará contas muito severas.

D. MANUEL JOAQUIM DA SILVEIRA



O benemérito varão que a sabedoria do governo imperial acaba de elevar à primeira cadeira episcopal do Brasil, nasceu nesta cidade do Rio de Janeiro aos 11 de abril de 1807, sendo batizado na freguesia de Santa Rita nove dias depois, conforme o louvável costume de nossos maiores.

Foram seus pais António Joaquim da Silveira, empregado vitalício da Casa da Moeda, e sua legítima consorte D. Maria Rosa da Conceição: pessoas recomendáveis pela rigidez dos seus costumes e prática das virtudes cristãs.

Educado por tão diligentes preceptores revelou o jovem Manuel, desde a sua primeira puerícia extrema docilidade de caráter, suma afeição aos seus progenitores, realçando essas nobres qualidades precoce talento e grande amor ao estudo.

Com grande aproveitamento, cursou as aulas de preparatórios que então existiam nesta capital, merecendo de seus mestres e condiscípulos os maiores gabos. Ainda em bem verdes anos havia ele terminado o curso a que então se denominava — *humanidades* — e convinha que fizesse escolha duma profissão em que pudesse ilustrar seu nome com mor proveito da pátria. Antes porém de abraçar qualquer carreira quis seu honrado pai, com esse juízo seguro que tanto o caracterizava, que, à semelhança do que se pratica na Inglaterra, se dedicasse ele a um meio de vida que em circunstâncias aziagas lhe fornecesse o pão pelo honesto trabalho, e mandou-lhe ensinar a escrituração mercantil, habilitando-o destarte para tornar-se um distinto guarda-livros.

Perpassou nessa época pela mente do mancebo uma veleidade que poderia talvez converter-se em ardente vocação: em seus áureos sonhos apareceram-lhe os épicos vultos dos Gamas e Cabrais; julgou-se chamado por irresistível vontade do destino à carreira marítima. Objetou-lhe seu pai as asperezas de semelhante mister, a que sua delicada e mórbida compleição se opunha; chorou a extremosa mãe lembrando-se das ausências a que seria condenada, e sentindo antecipadamente traspasar-lhe a alma o agudo espinho da saudade. Hesitou o mancebo, e como filho submisso submeteu-se à vontade paterna.

Engenhoso é o amor de uma mãe: vitoriosa D. Maria nesta primeira prova, quis assegurar seu completo triunfo, e habilmente desenvolvendo o germe religioso que desde o berço semeara no coração do virtuoso mancebo, fácil lhe foi de despertar nele a vocação para a vida eclesiástica.

Tomando resolutamente o seu partido, desta vez fervorosamente apoiado por seu pai, e matriculou-se o moço Silveira no curso teológico do episcopal seminário de S. José, deixando aí, como por toda a parte por onde passara, o sulco luminoso do seu grande talento e aplicação.

Faltava-lhe a idade legal para o preenchimento de seus anelos, e já como diácono recebia do sábio bispo do Rio de Janeiro D. José Caetano da Silva Coutinho o emprego de escrivão ajudante da câmara eclesiástica, e como penhor da grande confiança que em sua sisudez depositava, incumbia-o do expediente da referida câmara e do regime interno da sua casa durante uma visita que lhe fez à diocese. Do modo por que desempenhou tão honrosa comissão serve de prova a paternal afeição que lhe consagrou aquele respeitável prelado até o último instante da sua vida.

O dia 2 de maio de 1830 marcou a época mais memorável na existência do atual arcebispo da Bahia. Recebeu nele o presbiterado, tornou-se sacerdote segundo a ordem de Melquisedeque. Pouco tempo depois cantando a sua primeira missa perante o venerando D. José Caetano, dizia este a dois amigos do jovem levita que enternecidamente lhe beijavam as mãos: *Beijai-as como padre; porque não*

tardareis a beijá-las como bispo. Proféticas palavras, que o céu confirmou, ou antes que as ditou.

A morte do seu protetor, ocorrida em 1833, fê-lo desejar uma posição mais estável, onde mais proficuamente se empregasse no serviço da igreja. Vagara a paróquia de N. S. da Candelária e o padre Silveira inscreveu-se como opositor a ela. Aprovado com a nota de quarenta e quatro pontos, foi pelo digno vigário capitular, monsenhor doutor Francisco Correia Vidigal, proposto em primeiro lugar. Antepôs-lhe porém a regência outro sacerdote que muito inferiormente fora classificado. Doeuse o padre Silveira da clamorosa injustiça que lhe fora feita; mas resignou-se, e aguardou melhores dias para de novo entrar no pleito, temperando cada vez mais o fino aço das suas armas literárias.

Dois anos e meio depois deste revés (a 14 de novembro de 1836) sentava-se o padre Silveira na mesa dos opositores à paróquia de Santa Rita, a cuja obtenção ligava o maior apreço, por ser aquela em que nascera, fora batizado e residira até esse dia. O mais brilhante triunfo coroou os esforços do jovem lidador: imparciais juízes marcaram-lhe setenta e um pontos, fato até então inaudito. Como era de esperar coube-lhe o primeiro lugar na proposta; e a freguesia em peso foi cumprimentar seu ilustrado vigário. Esquecia-se porém a opinião pública que destarte o aclamava, que por uma das excentricidades do nosso regime político, acintosamente lhe contrariaria seu primeiro delegado, o regente Diogo António Feijó! Ao distinto teólogo que acabava de fazer um exame modelo foi preferido um obscuro sacerdote que apenas pôde obter a insignificante nota de sete pontos!

Curvou-se o doto eclesiástico à vontade de Deus, manifestada na injustiça dos homens: e desistiu para sempre da vida paroquial para que se sentia bastante propenso.

Tão extraordinários haviam sido os conhecimentos revelados pelo padre Silveira em seu concurso, que o então vigário capitular, cónego (hoje monsenhor) Narciso da Silva Nepomuceno desejou incluí-lo no magistério do seminário de S. José, e obtendo a sua aquiescência, mandou-lhe passar a provisão de 13 de fevereiro de 1837, pela qual o investia do cargo de lente de teologia moral, considerada como a primeira cadeira do curso teológico. Não parou aqui o testemunho de apreço que do saber do jovem eclesiástico fazia o distinto vigário capitular; porquanto, apesar da vacância da sé em que de ordinário se suspendem todas as nomeações que não são por sua natureza urgentes, despachou examinador sinodal ao novo lente de moral por sua provisão datada de 28 de junho de 1837.

Achava-se então à frente do seminário um ilustre eclesiástico (hoje falecido) a quem, não se podendo negar variada e sólida instrução, e exemplar comportamento, faltava contudo esse tino administrativo, esse tato de

conhecer e apreciar a juventude através das suas metamorfoses. Sem querer irrogar injúrias à sua memória, faltaríamos à verdade se ocultássemos que mal dirigido estava então o seminário de S. José, e que profundos golpes havia sofrido a disciplina colegial.

A um tal estado convinha correr com pronto remédio. Lembrou-se o cônego Narciso do padre-mestre Silveira, e conseguiu pelo ascendente que sobre ele exercia, vencer as repugnâncias próprias de um homem que sentia deixar o lar doméstico, a pacífica sociedade de seus livros, para arrostar com os incômodos e dissabores de uma complicada administração. A 10 de setembro de 1838 lia-se em ato de comunidade a provisão pela qual era o lente de teologia moral nomeado reitor do seminário de S. José do Rio de Janeiro.

Sem vexar pessoa alguma aumentou consideravelmente as rendas do estabelecimento elevando-as quase que ao duplo, reparou toda a capela, e fez um novo e higiênico dormitório. Foram estas as principais vantagens materiais que do seu regime se colheram: quanto às morais perguntai-o aos seus numerosos discípulos, aos que tiveram a fortuna de viver no seminário, ou frequentar suas aulas durante o seu reitorado, e todos *una voce dicentes* vos dirão:

"Foi um pai extremoso, amigo, protetor dedicado, mestre esclarecido, de cujos lábios destilava a ciência com essa fluidez, com essa elegância, com essa natural eloquência que mereceram a Xenofonte o título *d'abelha ética*. Pendentes de seus lábios esquecíamos o tempo e por vezes vinha a noite surpreender-nos sem que nos tivéssemos apercebido."

Logo que cessou a proibição imposta na lei da regência de prover os benefícios canonicais, foi o padre-mestre Silveira honrado com uma prebenda na nossa catedral e capela imperial por decreto de 2 de dezembro de 1839.

No seguinte ano, havendo findado a viuvez da igreja fluminense, e sentando-se na cadeira dos Desterros, Guadalupes e Mascarenhas, o virtuoso e sábio D. Manuel do Monte Rodrigues de Araújo, foi confirmada por este a nomeação de examinador sinodal, feita durante a vacância da sé, em favor do cônego Manuel Joaquim da Silveira.

A severidade dos seus estudos, os cuidados de administração do seminário, ainda aumentados pelos ônus canonicais de que não pediu dispensa, ainda que tivesse em seu favor o direito, agravaram as enfermidades que habitualmente padecia, e puseram em risco a sua preciosa existência. Havendo conseguido a perícia dos seus hábeis médicos debelar a terrível enfermidade que o acometera foi, por conselho destes, convalescer num dos mais pitorescos arrabaldes do Rio de Janeiro. Mal pensava ele que nessa Tebaida ir-lhe-ia procurar a mais honrosa e delicada comissão que pode um sacerdote receber

do seu governo. No dia 16 de fevereiro de 1843 era comunicada ao cônego Silveira a sua nomeação de capelão de S. M. a Imperatriz, a Sra. D. Teresa Cristina, cujo consórcio com o Sr. D. Pedro II acabava de celebrar em Nápoles o conselheiro Bento da Silva Lisboa, depois barão de Cairu.

Não lhe permitia seu estado de saúde o empreender tão longa viagem: imolou porém o cônego Silveira seus cômodos, quiçá a própria existência, ao desejo do monarca que de tal modo o distinguia, aceitou a nomeação e em poucos dias preparou-se para seguir na expedição, composta da fragata *Constituição* e das corvetas *Dois de Julho* e *Euierpe*, que a 5 de março de 1843 desfraldava as velas aos ventos, orgulhosa do seu destino.

Chegando à capital das Duas Sicílias apresentou-se ao rei Fernando II, que apreciando devidamente suas luzes e ameno trato, condecorou-o com a cruz de cavaleiro da Ordem de Francisco I.

Devera a esquadilha brasileira demorar-se alguns dias em Nápoles, e aproveitando-se desta feliz oportunidade o cônego Silveira, sempre ávido de instruir-se, deliberou de visitar a capital do orbe católico. Posto que mais penosa, era a viagem por terra mais rica em observações, mais sítios notáveis tinha que percorrer. Deu-lhe portanto preferência. Visitando o túmulo de Virgílio, em Pausilipo, recordou-se da sua infância, das graciosas imagens colhidas as páginas da Eneida, ou das Geórgicas, e que tanto contribuíram para despertar-lhe o sentimento do belo. Atravessou o Garigliano em sua majestosa ponte suspensa, viu Gaeta, a Sebastopol do Mediterrâneo, e em Fondi contemplou a modesta câmara em que por largos anos residiu um dos mais assombrosos gênios da Idade Média, o nunca assaz admirado Santo Tomás de Aquino.

Acordou de suas graves cogitações a voz do *vittunno* que bradava: *Si vede Roma, Roma la Santa*. E de fato a viúva dos Césares se mostrava indolentemente reclinada sobre as suas sete colinas, e banhando seus pés nas *fulvas águas* do Tibre.

A narrativa dessa piedosa excursão acha-se estampada na Minerva, revista literária que nessa época redigiam alguns amigos seus, e forma um dos mais belos trechos dessa preciosa coleção.

De volta ao seu pátrio Rio reassumiu no dia 1º de outubro do dito ano o exercício dos seus empregos com suma satisfação dos seus discípulos e subordinados.

Acabara de firmar-se, depois desta nova prova, a sua reputação de ciência e probidade; e o governo imperial aquilatando devidamente o grande serviço que

acabara de prestar-lhe, galardoou-o com a comenda da Ordem de Cristo por decreto de 14 de março de 1844.

Posto que mui restrito esteja hoje o foro eclesiástico, importantes são ainda nele as funções de promotor; e por morte do último serventário lembrou-se o nosso santo prelado de cometê-las ao digníssimo reitor do seminário episcopal de São José mandando-lhe passar a sua provisão de 20 de setembro de 1845.

Um ano depois elevava-o o imperante à categoria de monsenhor da catedral e capela imperial do Rio de Janeiro, honrando-o com a carta de conselho nos últimos dias do mês de janeiro de 1847.

O tato governativo que revelara na gestão do seminário indigitou-o ao governo para colocá-lo na administração interna dessa mesma catedral de que fora nomeado uma das dignidades. No exercício de inspetor e fabriqueiro de que lhe investira o decreto de 15 de outubro de 1849, prestou o monsenhor Silveira verdadeiros e reais serviços, sendo entre outros digno de especial comemoração a maneira enérgica e acertada com que dirigiu as obras da mesma capela, que por uma estranhável negligência quase que tocara à sua completa ruína.

Mencionemos aqui um fato que muito abona os sentimentos *patrióticos* e estéticos do monsenhor Silveira.

Todos sabem que no altar-mor da capela imperial existe um riquíssimo painel do nosso famigerado pintor José Leandro, representando el-rei D. João VI e toda a sua augusta família ajoelhados aos pés de Nossa Senhora do Carmo; mas o que alguém talvez ignore é que na quadra vertiginosa que se seguiu à revolução de abril, julgou-se patriótico cobrir com uma espessa camada de tinta as régias personagens que ali se achavam figuradas. Reparando a igreja entende o inspetor que devera também reparar a injustiça; chamou hábil artista que restaurando o quadro restituiu aos fluminenses um monumento da piedade do seu bondoso rei, um legado do amigo de Valentim e de José Maurício.

Cumulado de honras, fruindo da geral estima dos seus concidadãos, nada mais ambicionava monsenhor Silveira. Havia porém se tornado muito notável para viver na penumbra em que estava; seus dias pertenciam à religião e à pátria. Sabido é o particular cuidado com que o imperador provê a todas as vacâncias de bispados, demorando-as às vezes anos em busca de algum sacerdote que lhe pareça reunir os predicados tão difíceis de possuir. Viúva achava-se a sé do Maranhão pelo passamento do doutíssimo D. Fr. Carlos de São José e Sousa que expirara entre a cruz e o evangelho. Por esse dom singularíssimo que possuem as almas elevadas de discernir o bem, compreendeu o monarca brasileiro que ninguém melhor do que o ilustrado e virtuoso monsenhor-reitor poderia preencher o vazio deixado pelo sábio cenobita pernambucano.

Como a explosão outrora do Vesúvio que de lavas inundou os tetos de Herculano e Pompéia, veio o decreto de 5 de maio de 1851 surpreender monsenhor Silveira quando vislumbrava num próximo futuro as venturosas veigas do descanso. Força foi aceitar, porque, como há pouco dissemos, tal homem não tinha direito de se pertencer.

Conhecido pessoalmente pela mor parte dos membros do sacro colégio, e instruído o seu processo com os mais lisonjeiros documentos, fácil foi a sua confirmação, proclamada no consistório secreto de 5 de setembro do referido ano: sendo a 25 de janeiro seguinte sagrado na capela imperial pelo seu íntimo amigo e bispo-conde de Irajá, assistido pelos monsenhores Nepomuceno e Fernandes da Silveira.

Havendo tomado posse do bispado de São Luís do Maranhão por intermédio do seu procurador, o cônego mestre-escola Luís Raimundo da Costa Leite, no dia 30 de janeiro, deixou a 25 de março

as plagas guanabarenses, saudando a 6 de abril a donosa filha de La Lavardiere, a quem porfiosamente galanteiam o Pindaré, o Itapicuru e o Mearim.

Já tinha a diocese do Maranhão bispo, faltava-lhe porém catedral. Dois raios caindo sobre a torre do majestoso templo construído pelos jesuítas e consagrado a Nossa Senhora da Vitória, haviam-no consideravelmente arruinando, tornado-o incapaz de nele serem celebrados os ofícios divinos. Funcionava o cabido na pequena capela de Nossa Senhora do Rosário, e paradas estavam as obras da sé por esgotada achar-se a exígua consignação que para ela fora votada na lei de orçamento. Magoou semelhante estado de abandono ao piedoso coração do virtuoso prelado, e mandou que, sob a sua responsabilidade, fossem continuadas as obras, logrando a satisfação de ver restaurada a principal igreja da cidade de São Luís, benzendo-a solenemente e para ela transferindo a sua cadeira no dia 9 de maio de 1854, com extremo júbilo dos bons maranhenses. Não podia deixar de merecer a aprovação do governo imperial o religioso procedimento do zeloso bispo; e de fato deu-lhe sua aquiescência mandando que fossem pelos cofres gerais pagas as despesas.

Não correspondia porém a decoração interna do templo à sua beleza externa: assim pois pensou D. Manuel Joaquim da Silveira em reparar esta falta obtendo do 1-vice-presidente da província, o Dr. João Pedro Dias Vieira, a autorização para despender com essas obras a quantia de seis contos que foram mandados entregar-lhe pelo conselheiro João Lustosa da Cunha Paranaguá, que na cadeira presidencial do Maranhão nessa época sentava-se.

Satisfeita essa primeira necessidade estendeu o bispo suas perspicazes vistas a outros objetos de suma importância, como v. g., a reparação das matrizes, que pela mor parte caíam em ruínas, e a educação moral e intelectual do clero, que

por causas que são alheias ao nosso assunto, tinha sido desprezada. Conhecendo a falta que havia na província do Piauí de sacerdotes filhos do país conseguiu da respectiva assembléia provincial a consignaço de fundos no orçamento para que fossem alguns mancebos pobres fazer seus estudos eclesiásticos no seminário do Maranhão. Desta sábia medida começava a colher vantajosos resultados quando foi removido para a sé arquiépiscopal da Bahia.

Havendo despendido grande parte da sua vida no ensino e direção da juventude cuidou o novo bispo em organizar o seu seminário sobre bases sólidas e profícuas; e, sendo no seu nobre empenho auxiliado pelo governo imperial, criou mais cadeiras, provendo-as com pessoas dignas de tão difícil missão. Acanhado porém era o espaço em que funcionava o antigo seminário, não podendo caber aí os novos obreiros chamados para a vinha do Senhor. Proveu o diligente prelado a esta deficiência alcançando do guardião do convento de Santo António a cessão de um belo dormitório, a que mais tarde adicionou outro com os meios pecuniários que foram fornecidos pelo governo imperial. Graças pois aos seus esforços possui hoje o Maranhão um espaçoso seminário edificado com todas as condições higiênicas tendo um belo jardim para recreio dos alunos.

Quando se achava D. Manuel Joaquim da Silveira todo entregue ao ministério pastoral, recebeu o honroso convite, que conjuntamente com o arcebispo metropolitano D. Romualdo António de Seixas, lhes fazia a Santa Sé de irem a Roma assistir ao concílio que para aí convocara o SS. Papa Pio IX para ser definido o dogma da Imaculada Conceição da Virgem Santíssima, com recomendação expressa de seguirem para a capital do catolicismo embora terminado estivesse o concílio. Dispunha-se para obedecer a tão invejável chamado, quando lhe chegou a ordem de S. M. o Imperador para que se deixasse ficar em sua diocese, visto ser absolutamente impossível estar em Roma no dia 8 de dezembro desse ano (1854) em que devera abrir-se o concílio.

Indenizou-se o bispo do Maranhão de sua falta de comparecimento pela solenidade com que festejou no ano seguinte e no próprio dia a declaração do concílio, mostrando destarte a sua ardentíssima fé por tudo quanto se refere à rainha dos anjos.

Como pai extremoso anelava D. Manuel por conhecer todos os filhos; e desde o momento em que pisou o solo de seu bispado tencionou seguir a trilha dos Bartolomeus dos Mártires, dos Cartanos Brandões, e do seu virtuoso mestre na vida episcopal D. José Caetano da Silva Coutinho.

No intervalo de nove anos em que administrou a igreja maranhense fez seis visitas: derramando por toda a parte o bálsamo das consolações, semeando a palavra do Evangelho.

Foi a cidade de Alcântara a primeira localidade da província (à exceção da capital), que se honrou com a sua presença, chegando a ela no dia 30 de setembro de 1852, e fazendo a sua solene entrada a 2 de outubro. Características são as palavras com que abriu a visita: "Jesus Cristo tinha morrido no alto do Calvário com as costas viradas para este povo deicida que o tinha abandonado com os braços abertos, e a face voltada para o meio-dia do mundo. É vós, meus amados filhos, que Ele chamava, é em seu nome que hoje apareço no meio de vós. Preposto pelo Espírito Santo para reger parte do rebanho que Jesus Cristo adquiriu com o seu precioso sangue, vim para chamar aos pecadores, para curar a enfermidade de suas almas, porque os que estão bons não têm precisão de médicos. Assim como ele ouviu o ladrão, e perdoou a adúltera, também eu venho ouvir os pecadores, absolver seus pecados, e absolver a seus delitos."

Infrutíferos não foram estes conselhos, dignos por sua unção de um Basílio, de um Gregório de Nazianzeno, em 10 dias em que se demorou S. Exa. Revma. em Alcântara, novecentos e quatro pessoas se confessaram, e duas mil, cento e oitenta e seis receberam o sacramento da confirmação.

Infatigável atleta da Igreja apenas repousou do seu labor eis que empreende de novo a mais penosa viagem partindo a 22 de dezembro desse mesmo ano para a vila de Turiaçu, a bordo do brigue escuna *Andorinha*. É esta a última freguesia da diocese de São Luís pelo lado do norte, sendo fronteira com a do Pará. Incômodo foi o trajeto em razão do rijo vento que encrespava as águas do rio, obrigando a adernar quase que constantemente a embarcação apesar de ser alterosa para aquelas paragens. No dia 25 de dezembro em que a Igreja celebrava o nascimento do Homem-Deus chegou o bispo ao aprisco destas suas tão remotas ovelhas, que por tal modo o prezaram que havendo de retirar-se foi acompanhado em hora adiantada da noite pelas pessoas mais gradas do lugar, inclusive grande número de senhoras.

Regressando desta última visita foi acometido em Alcântara de uma violenta febre que tomou o caráter maligno: em iminente perigo estiveram seus dias: o Céu porém ouviu as preces dos seus extremos diocesanos, e o pastor foi conservado ao rebanho.

Não se arrefeceu o zelo apostólico do ilustre varão com esta rude prova: e poucos meses depois ei-lo que afrontando o terrível *Boqueirão*, tão célebre nos fastos marítimos da província, vai pelo Itapicuru abaixo demandar novas almas para o céu, conquistar novos corações para a fé.

Como sempre *pertransivit benefaciendo*, crismou no Rosário duas mil, trezentas e doze pessoas, batizou a vinte e quatro crianças, fez catorze casamentos, retirou-se aconselhando aos pais de família a educação religiosa de seus filhos, fâmulos e escravos; passou, como celeste mensageiro, pela freguesia de Nossa

Senhora da Lapa, e em Itapicurumirim, onde sua presença é festejada com três dias de luminárias; veio um ataque de febre intermitente interromper o curso de suas visitas, obrigando-o a voltar à capital.

Não sossegava o ânimo do prelado maranhense, enquanto houvesse um só sítio do bispado a que não tivesse levado o alimento da palavra evangélica. O que eram as fadigas, e até as moléstias para reter o seu espírito amante e inflamado pelas chamas da fé? Anelavam por conhecê-lo os povos do interior da ilha do Maranhão; e a 27 de dezembro de 1850 apresenta-se inopinadamente na freguesia de Vinhais, donde depois de cumpridas as formalidades do costume, encaminhou-se para a vila de Paço do Lumiar, contemplando o majestoso panorama que a seus olhos se desdobrava.

Comovido pelos testemunhos de amor e veneração que lhe votaram os ingênuos habitantes dessas brenhas, escreveu o virtuoso bispo em seu itinerário estas tocantes palavras: "Sensibilizou-me excessivamente o empenho que fazia este povo simples em me obsequiar, ofertando-me qualquer coisa que proferisse, e que eu recebia com mais complacência do que se me oferecesse os aromas preciosos, o ouro puro de Ofir, e as pérolas mais finas do Oriente: estes são os dons da riqueza, aqueles do coração."

Na sua visita à vila de Viana, empreendida em fins do ano de 1857, correram seus dias extremo perigo, encalhando o barco que o conduzia numa das coroas do porto, e escapando de ser vítima do majestoso e terrível fenômeno conhecido pelo nome *pororoca*.

Prende-se à história desta excursão um fato que eminentemente honra o respeitável antístite: queremos falar da sua visita aos presos da cadeia, exortando-os ao arrependimento e rociando suas palavras com o orvalho de caridade. Nem menos patética foi a sua entrevista com os lázaros, cujo hospital cuidadosamente percorreu, consolando-os em seu infortúnio e conjurando-os a suportá-lo na graça do Senhor.

Foi a última das suas visitas a da província do Piauí que, como se sabe, faz parte integrante da província do Maranhão. Para ela saiu a 10 de outubro de 1859, regressando a 27 de janeiro seguinte. Nesses três meses e 17 dias fez D. Manuel Joaquim da Silveira todo o bem que era possível fazer: provou praticamente a excelência da religião católica e ditou pela sua edificante conduta um hino de entusiasmo e gratidão aos moradores das margens do Paranaíba, que perene lembrança guardaram do seu santo prelado.

Estranho à política, era benquisto por todas as parcialidades: compreendendo que o bispo deve ser unicamente bispo, declinou da honra que lhe queriam fazer elegendo-o deputado à assembléia geral legislativa; e pediu humildemente

exoneração do cargo de primeiro vice-presidente da província para que fora nomeado.

Inteiramente identificado com o interesse das suas ovelhas, não curava o diligente e zeloso pastor de apartar-se do meio delas, quando um acontecimento imprevisto obrigou-o a levar algures sua missão apostólica. Falecera o venerando marquês de Santa Cruz, e a nenhum outro eclesiástico julgou o Imperador que melhor caberia a mitra arquiépiscopal da Bahia do que ao virtuoso prelado maranhense.

Era este um fato virgem em nossa história eclesiástica: nenhum bispo brasileiro havia ainda sido transferido duma sé para outra, nenhum acesso julgava-se possível no episcopado; assim procedendo firmou o governo um precedente de grande utilidade, porquanto convém que, à imitação do que se pratica nos demais países católicos, sejam os bispados de maior importância administrados por quem possuir o tesouro da experiência, devendo ser o lugar de arcebispo a recompensa do que melhor desempenhar o ano pastoral.

Geralmente aplaudida foi tão acertada escolha, ainda mesmo por aqueles que com ela iam ser privados de sua solicitude.

O decreto de 5 de janeiro de 1861 foi para D. Manuel Joaquim da Silveira novo testemunho do subido conceito que de suas muitas luzes e raras qualidades faz o monarca brasileiro: é mais uma prova do que já dissemos que a sua vida não lhe pertence. Com as lágrimas nos olhos por apartar-se de sua família adotiva, pegou da pena para escrever ao ministro significando-lhe a sua completa obediência às deliberações que a seu respeito se dignasse de tomar o governo.

Preconizado no consistório de 19 de março do corrente ano, foram expedidas as competentes bulas a 22 desse mesmo mês: achando-se destarte canonicamente alçado à primeira dignidade eclesiástica do Brasil. Como testemunho da grande afeição que sempre votara à igreja maranhense doou S. Ex^a Revma. à sua antiga catedral os paramentos pontificais que, à sua custa, comprara.

Doloroso lance foi a despedida do novo arcebispo das suas antigas ovelhas, e nos anais do Maranhão ficaram registradas as bênçãos que em prol da sua prosperidade lhe endereçaram todas as classes da população: porque todas dele haviam recebido finezas.

Conhecido em todo o Brasil, seu nome havia-o precedido na Bahia, onde triunfante foi a sua entrada; congratulando-se os briosos habitantes desta heróica província pela acertada sucessão que tinha o marquês de Santa Cruz.

Recebendo o pálio das mãos do bispo do Pará, D. António de Macedo Costa, e assumindo as rédeas da administração diocesana, dispôs-se o arcebispo a vir ao Rio de Janeiro beijar a munificente mão que incessante se tem mostrado em

beneficiá-lo. Confiado o regime da igreja ao deão do cabido, embarcou-se para esta capital onde os seus numerosos amigos e admiradores tiveram ocasião de exprimir-lhe verbalmente o júbilo de que se achavam possuídos.

Pomos aqui termo à nossa pálida narrativa, desejando a S. Ex^a Revma. longos dias de vigorosa saúde, e ocasiões em que possam sua piedade, saber e zelo ser postos em relevo.

VISCONDE DE SEPETIBA



Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho nasceu na província do Rio de Janeiro em 21 de julho de 1800 e foi batizado na freguesia de Itaipu. Seu pai, o coronel do imperial corpo de engenheiros, Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho, deixou seu nome gloriosamente estampado nas diversas obras que ainda avultam na corte e província do Rio de Janeiro.

Veio da serra da Estrela e frequentou o seminário de S. José com tal aproveitamento e siudez, que o reverendo professor régio, João Batista Soares de Meireles, dedicou-lhe uma dessas afeições que honram tanto o indivíduo que as merece, e que nunca diminuiu até à morte, que há pouco foi, daquele perito latinista. Deviam os elogios do severo padre-mestre ser-lhe mais lisonjeiros do que o entusiasmo público que tanto realce deu à sua carreira administrativa. Assim pensamos, porque a multidão é menos poderosa do que se julga, mesmo no reinado das maiorias: as massas nunca julgam por si: por

isso tal sufrágio apenas embriaga; mas o dos homens superiores deve encher-nos de legítimo orgulho.

Em seguida matriculou-se na Academia Militar, onde sobejamente patenteou sua bela inteligência, e obteve em dois anos consecutivos o primeiro premio. Daí partiu para Coimbra, em cuja universidade se formou em Direito.

El-Rei D. João VI concedera uma limitadíssima pensão com a expressa cláusula de que ele se formasse em ciências naturais. O favor do rei não teve lugar, pois que o futuro estadista preferiu as ciências jurídicas e sociais.

De volta ao Rio de Janeiro, o imperador D. Pedro I houve por bem despachá-lo para S. João d'El-Rei e Ouro Preto, onde serviu os cargos de juiz de fora e de ouvidor, e de tal sorte se conduziu que quando partiu para a corte a tomar assento na câmara como deputado à assembléia geral, um concurso extraordinário de bons cidadãos o acompanhou longe com demonstrações inequívocas de muito pesar por sua ausência, e numa despedida por escrito com cerca de 600 assinaturas nota-se este eloquente período: "Ide coberto de bênçãos, homem probo e leal; a pureza da vossa consciência granjeou-vos um título glorioso; bem sabeis que vos chamais aqui — o juiz reto".

Em S. João, em Ouro Preto, como em todos os lugares onde ele esteve, revelou seu gênio criador, seu inaudito amor ao trabalho e o gosto de bem-servir a sua pátria. Tentou estabelecer ali uma biblioteca pública, pois que a instrução de seus concidadãos lhe mereceu constantemente particular atenção. Por mui atiladas medidas fez entrar para o tesouro nacional grossa soma de dinheiros transviados e considerados perdidos: serviço eminente que frequentes vezes repetiu com imenso tino nos diversos cargos que ocupou.

Sabe-se que o augusto fundador do império indagava minuciosamente da conduta de seus súditos por ele incumbidos da distribuição da justiça. Ouvindo a todos render encômios à inteireza, prudência, zelo e virtudes daquele seu despachado, não ocultou o seu contentamento, fê-lo cavaleiro do hábito de Cristo, e quando como deputado à assembléia geral tornou a vê-lo na corte, o nomeou presidente da província de S. Paulo, então abalada por estranhas comoções e em perigosa fermentação. Ninguém ignora como esse digno presidente conseguiu apaziguar a província. Nesse tempo deu-se o fato da abdicação e saída do primeiro imperador! O Sr. Aureliano de modo algum, nem indireta nem diretamente, concorreu para tais sucessos. Deixou em S. Paulo intensas amizades, pois era privilégio seu fazer-se amado de quantos o conheciam, e o dia de sua retirada foi um dia de tristeza.

Em seu regresso à corte foi logo procurado para desempenhar com sua costumada perícia e honra os lugares de juiz de órfãos, intendente-geral da polícia e desembargador. Com grande e espontânea votação foi novamente

eleito deputado à assembléa geral legislativa. De 1832 a 1836 serviu os cargos importantíssimos de ministro e secretário de estado dos negócios da Justiça, de ministro do Império e de ministro dos Negócios Estrangeiros. Nessa quadra sobretudo, em grandioso relevo aparecem hercúleos, memoráveis serviços feitos à sua pátria, à monarquia e à sociedade. Opôs-se com energia à restauração, porque entendeu muito bem que esse movimento revolucionário traria a destruição do trono do Sr. D. Pedro II. Zelou noite e dia com incrível vigilância e sabida dedicação, toda a infância do monarca, a quem votou sempre do fundo do coração o mais sagrado e respeitoso amor. Procurou com afortunado acerto para tutor de S. M. I., o nobre marquês de Itanhaém, para seu mordomo o conselheiro Paulo Barbosa da Silva, para seu mestre o ilustrado Sr. D. Fr. Pedro, bispo de Crisópolis. Embalde cartas anônimas indicavam-lhe que se erguia contra ele o punhal dos demagogos e sicários, embalde uma falange repulsiva uivava cantos de morte sob suas janelas, com imperturbável serenidade e, circunspecto vigor suspendeu as convulsões da anarquia, destruiu os facínoras audazes que assoberbavam a capital e seus subúrbios, aniquilou as facções, restabeleceu a ordem tão profundamente comprometida, e conseguiu firmar a unidade dos espíritos em redor do trono, então como hoje, salvação do império. Inúmeros, indestrutíveis documentos abundam que comprovam tantos e tão reais serviços. Sem dúvida há de recolhê-los do pó das secretarias a mão piedosa de alguns dos seus descendentes. E convém relatar que um dos seus mais ilustres adversários, o senador Bernardo Pereira de Vasconcelos, disse, com seu espírito lógico, e reconhecendo tais esforços enfim coroados de felicíssimo êxito, que o Sr. Aureliano gravara seu nome na base da nossa monarquia.

Então, depois de haver, por assim dizer, organizado de novo nossa sociedade, dilacerada por violentos embates, fez surgir como por encanto essas obras magníficas e de transcendente mérito: os ônibus, a casa de correição, o monte pio, a caixa econômica, a nova Carioca, a introdução do gelo no país, a destruição dos moedeiros falsos, dos jogos ilícitos nos lupanares, muitos benefícios à instituição liberal da Guarda Nacional, ao corpo de permanentes, impulso da navegação a vapor entre as províncias, etc. Já nesse tempo, previdente como era, ocupava-se muito da nossa colonização, como prova sua correspondência para Bremen e o Grã-Ducado de Hesse Darmstadt. Fez com uma nação amiga um dos nossos melhores tratados; escreveu e publicou nessa ocasião o regimento de nossas legações, e buscou dar garantia e estabilidade ao nosso corpo diplomático. Um bom sistema de viação, canalizar nossas águas, tornar navegáveis nossos rios, franquear nossos portos, desenvolver e sustentar a indústria, a agricultura, as artes eram sua ocupação favorita, e em tudo isso deixou vestígios de seu elevado espírito. Quis mudar para o vasto terreno ao lado direito do Aterrado, o Passeio Público, e do lado esquerdo, pela frente da correição, cavar um grande canal que findasse no campo de Santana, senão na praia em face do Mercado, devendo erguer-se no lugar do Passeio a Câmara dos

Deputados, e ficar a academia de medicina no paço da dita Câmara, e assim perto da Misericórdia por causa da clínica e das autópsias. Seu afastamento do ministério sufocou esses e outros projetos de vital interesse e beleza para o nosso país. Nunca o viram inocupado, pois nada lhe era mais insuportável do que a ociosidade. Todavia, seu acrisolado patriotismo, a tenacidade em tão sérias e árduas tarefas, que demandavam incessantes vigílias, arruinavam-lhe pouco a pouco a robusta saúde.

Todos sabem que o senador Diogo António Feijó instara com ele para que ficasse na regência em seu lugar; todos sabem como o sr. Aureliano eximira-se desse brilhante posto. Cheio de modéstia, ardia, sim, em desejos de bem-servir sua pátria, mas preferia como Cincinato, como Washington, o sossego que tanto agrada, após tormentosas lidas, aos homens virtuosos. Quando ia deixar o ministério, e já assim o participara aos seus amigos, recebeu a melhor recompensa de seus valiosíssimos trabalhos. O estimável e erudito Francisco Ramiro de Assis Coelho, ocupando a tribuna, no meio de um religioso silêncio exclama: "O Sr. Aureliano dentro e fora da Câmara é o melhor cidadão! São muitos e de imensa importância os seus serviços; estão aí bem patentes; e praza a Deus que não nos esqueçamos nunca, nós todos brasileiros, de apreciar e respeitar tão benemérito cidadão!". A Câmara dava pleno assento às palavras arrebatadoras de um homem independente e sensato, e assim agradecia o incansável ministro. Nessa mesma data S. M. o rei dos belgas conferia-lhe a Grã-Cruz da Ordem Real de Leopoldo I.

Aureliano saiu triunfante dessa luta formidável. Acabava de consolidar e manter a ordem material, a autoridade das leis, a ação da administração, de fazer enfim reconhecer pelo mundo o nascente governo do atual imperante. Quis por alguns momentos descansar; seu laborioso espírito vedava-lhe esse gosto. Em sua tranquila residência, que então era no Engenho Velho, ainda acuradamente atentava os meios de promover a indústria e a fortuna geral. A diminuição dos impostos, a conversão da dívida estrangeira, os favores à agricultura, o engrandecimento da nossa marinha foram motivos que prenderam sua atenção, produzindo idéias úteis que nos teriam adiantado se entre nós houvesse antes política do que intriga. Angustiado como bom brasileiro pelos estragos causados pela seca no Ceará, elaborou um projeto curioso por seu interesse e magnitude, para que se rompendo a serra de Borborema viesse um braço fertilizador do rio S. Francisco estender-se pelos plainos dessa desditosa província. Desconhecidas suas intenções, consolou-se, entretendo-se com o seu amigo o Rev. cônego Januário da Cunha Barbosa e o sábio visconde de S. Leopoldo acerca do Instituto Histórico.

Entretanto, uma imprensa ardente atiçava o fogo das paixões subversivas e belicosas, e por cúmulo de dificuldade havia em quase todos os espíritos "desconfiança", em quase todas as coisas "incerteza". Súbito os olhos, fitaram-

se no homem vigilante pela segurança nacional, e que pusera o Brasil ao abrigo de um cataclismo temível pelas exaltações, então em moda, apologísticas da revolução francesa. Havia uma verdadeira simpatia para com o indivíduo experimentado que restaurara o crédito, garantira a ordem pública, e dera à autoridade sua justa ascendência. Aureliano, com o poderio de um grande caráter, exercia em torno de si a autoridade que dá a razão e o sangue-frio. Suas palavras, sua conduta enérgica, sua atitude, enfim, acham-se pintadas na eloquente expressão de um heróico pernambucano: "Aureliano foi o Aquiles da maioria!". Com efeito, pesaroso ao aspecto dos negócios públicos, ele repetia incessantemente aos seus amigos que só na frente imperial do moderno Trajano enxergava realizado o sonho eterno dos melhores corações — a justiça chamando a si todos os efeitos e desejos. Depois, como

relator da comissão de resposta à fala do trono, Aureliano exprimiu-se assim: "Senhor, a Câmara vê com infinito prazer aproximar-se a época feliz em que V. M. I., assumindo as rédeas do governo, vai tornar venturoso e firme este belo país". Longo, acalorado debate seguiu-se do qual foi o triunfo a declaração entusiástica da maioria.

O jovem imperador subiu ao trono rodeado de um prestígio imenso, devido às suas qualidades pessoais. Dotado de uma vasta inteligência, de uma bondade cheia de atrativos, de uma perspicácia rara, conhecendo os homens à força de estudo e de lembrada experiência, apreciando e galardoando o mérito com particular satisfação, dir-se-ia a tutelar divindade da terra da Cruz. Hoje a vida do imperador está cheia de "meritórios fatos que hão de fulgurar com inaudito brilho nas páginas de sua história; mas o que era sobremodo notável no princípio de sua carreira pública era o zeloso cuidado que sempre manifestou de manter sua dignidade pessoal; era o sentimento consciencioso de sua responsabilidade moral, mesmo quando presidia seu imperial conselho; era, enfim, a ideia que involuntariamente derramava ao redor de si, de sua superioridade natural. Por toda a parte onde aparecia inspirava de pronto a crença de seus grandes destinos. A S. M. o Sr. D. Pedro II cabe de há muito a glória, conservando-se Chefe do Estado e nunca chefe de um partido, de resolver o difícil problema do governo de um povo livre. Um exemplo recente caracteriza seu pensamento benigno e generoso coração. Quando se deu o cômico sucesso de uma câmara sem um só representante da opinião popular e nacional, foi S. M. I. o primeiro que sinceramente se afligiu e mostrou a flagrante violação do princípio elementar, comum e histórica origem da liberdade moderna. Reunindo, pois, em seu gabinete, em 1840, estadistas de opiniões talvez opostas deram ao monarca o exemplo desse gosto pelos homens superiores, que às vezes falta aos mesmos homens superiores, e dessa alta imparcialidade que, longe de isolá-la, de quebrantá-la, aproxima, liga as influências aos talentos. Foi de tal sorte, e fazendo sua vontade, que o

imperador assegurou a liberdade do país. O Sr. Aureliano foi o escolhido para ministro dos Negócios Estrangeiros.

Ele aceitou essa missão com o sentimento de um dever sagrado, com a coragem de um grande coração; porque era daqueles que não sabem aceitar a honra da confiança do príncipe senão depois de certificarem-se dos meios de tornarem-se digno dela. O imperador, a quem nem de leve incomodavam os sacrifícios inseparáveis de sua alta posição; o imperador, que fixara sobre a Pátria um olhar atento, e seguia com muita solicitude o curso dos negócios públicos, teve azada ocasião de conhecer de perto seu distinto ministro, sincero e leal; por sua munificência nomeou-o cavaleiro do Hábito da Rosa, oficial da Ordem do Cruzeiro, seu camarista, e aprovando uma eleição popular, senador do império. Ao mesmo tempo, alguns soberanos estrangeiros enviavam-lhe também distinções honoríficas. Com o preciso desvelo tratou do casamento de SS. MM. II. o Sr. Aureliano, e todos sabemos quanto é merecidamente adorada a excelsa Sr^a Imperatriz D. Teresa Cristina de Bourbon. Sem quebra dos brios nacionais sustentou nossas boas relações com as potências européias; contribuiu com seus colegas para exterminar a rebelião de 1842 e a guerra civil que devorava o Rio Grande do Sul; reformou com aplaudido cuidado a secretaria do estado dos Negócios Estrangeiros, e no meio de imensos, variados trabalhos, esforçou-se para que o Império tomasse, na América Meridional, a supremacia a que tem direito, e conseqüentemente adotou para com as repúblicas conterrâneas a política mais sensata e de evidentes vantagens.

"A paz do Brasil, afirmava ele, depende da sua prudência, e a política que o pacifica interiormente é também a única que o garanta no exterior. Defensiva e conservadora, tal é, tal será minha marcha". Muitos meses depois, por uma coincidência rara, Palmerston expunha no parlamento britânico a mesma opinião. O tempo mostrará a bem fundada previdência do ilustre brasileiro; então dir-se-á dele o que disse de Pitt lorde Castlereagh: "Sua política triunfou sobre seu túmulo". E, coisa singular! Enquanto uma raça sem escrúpulos e sem princípios, agentes de uma intriga surda espalhavam que o ministro acurvava o país ao jugo da Inglaterra, o embaixador inglês lorde Ellis, como para desmentilos, em tom ameaçador queixava-se do mesmo ministro! E Hudson, também diplomata daquele país, embora elogiando o Sr. Aureliano por suas eminentes qualidades e como um dos melhores servidores do estado, o dizia pouco favorável à Grã-Bretanha.

Superior, mas não insensível à calúnia e à injustiça, o Sr. Aureliano quis, com permissão de S. M. o Imperador, trocar pelo repouso suas elevadas funções. Porém, mesmo fora do poder, nunca os seus amigos abandonaram-no, e nem diminuiu jamais a cordial afeição que lhe tributavam numerosos estrangeiros de nomeada. Entre estes, citaremos com prazer o barão de Langsdorff, o conde Oriola, o barão Daiser, Taunay, Sevelot, o conselheiro de estado da Rússia

Lomonosoff, Ouse-ley, de Sauve, DelPHoste, o barão d'Arcet, que lhe beijava as mãos, D. Gennaro Merola, o general Guido, o barão Rouen, o internúncio apostólico Fabbrini, que referia ao célebre cardeal Lambruschini a admiração e estima que lhe inspiravam tão perfeito cavaleiro, enfim um médico da armada do sultão, Abdul Medjid, o Dr. Castro, que cheio de gratidão, ergueu em sua sala em Constantinopla o retrato do Sr. Aureliano.

Mais sossegado, entregava-se ao cultivo do chá e à curiosa educação das abelhas, sobre cujos assuntos preparou interessantes opúsculos, quando um evento deplorável em si mudou bruscamente a face dos negócios políticos. Então S. M. o Imperador mandou-o presidir a província do Rio de Janeiro. Apenas correu essa notícia, houve um verdadeiro regozijo público, e com razão. Naturalmente, inimigo da desordem, profundamente adeso a todas as idéias de autoridade, de subordinação, de respeito, inacessível às ilusões especulativas, cheio de ironias e desdém pela política romanesca e fútil, o Sr. Aureliano abriu ao Partido Liberal o campo da política, duramente fechado por longo e odioso domínio. Depois de haver, com decisiva firmeza, estabelecido a igualdade legal das condições, dos direitos, depois de haver reunido ao redor do trono não só interesses como dedicações, e assim assegurado à razão de estado o apoio da convicção, e do entusiasmo, converteu a província em um vasto arsenal de trabalho. Magicamente obedecendo ao seu passamento, todos os municípios aporfia se ufanaram de engrandecer-se e de exarar na frente de seus edifícios o nome de tão hábil, quão patriótico, administrador. Grandes obras paradas tiveram espantoso incremento ou concluíram-se, levantaram-se chafarizes, e a água artisticamente conduzida circulou pelas vilas e cidades, abriram-se estradas, transpôs-se o cume de soberbas montanhas, as matrizes restauraram-se, alicerces de novos templos prendiam-se na terra, criou-se, utilíssimo para o nosso mercado, um depósito de sal, auxiliou-se a empresa dos teatros nacionais, premiou-se a inteligência de hábeis engenheiros, lançaram-se pontes sobre diversos rios, e noutros lugares flutuaram barcas que facilitaram o trato dos fluminenses e o transporte dos produtos agrícolas. Enquanto Petrich talhava no mármore seu busto para o canal de Mags, um pincel amestrado reproduzia os traços de seu ameno semblante para o salão da

companhia Seropédica de Itaguaí, e em uma reunião esplêndida, presidida pelo venerando visconde de Araruama, seu nome mil vezes repetido foi mil vezes abençoado às margens do canal de Campos. Fundou a formosa colônia de Petrópolis, para a qual o augusto imperante, protetor de tudo o que é grande, mandou fornecer as terras e onde mais se lê o seu nome e o de muitos dos seus amigos. Tal confiança inspirava, tanto amor merecia, que muitos cidadãos, com generosa espontaneidade, ofereceram não pequenas somas para a confecção do cais de Niterói, o capitão-mor Gabriel Alves Carneiro, só pelo impulso da amizade que lhe consagrava, fez à província doação de espaçosos terrenos que se converteram em praças públicas. As câmaras municipais, quase

unanimemente o felicitaram pelos resultados de sua benéfica e exemplar administração, e a câmara da municipalidade niteroiense, empenhada no cômodo e beleza da cidade, quis, todavia, perpetuar a lembrança de tantos serviços, dando a uma nova rua o nome Rua Jlureliana

No meio de tão multiplicados afazeres, nunca Aureliano recusou amparo aos desvalidos que o procuravam, nunca fechou sua bolsa às viúvas que se amesquinhavam, tristes, cercadas de filhos, nunca evitou o olhar do pobre que lhe estendia a mão, nem jamais — jamais! — cerrou seu coração às mágoas dos infelizes. S. M. I. perlustrou a província de norte a sul: viu, observou tudo e, juiz competente, satisfeito, nomeou seu fiel delegado dignitário da Imperial Ordem do Cruzeiro.

Nesse comenos, a munificência imperial veio de novo surpreendê-lo outorgando-lhe, no aniversário de S. M. a Imperatriz, o título de visconde de Sepetiba.

Em 30 de março, obtida licença de S. M. o Imperador, partiu com seus filhos e sua senhora, cultivada dos melhores dotes, a visitar alguns pontos dessa província.

Em agosto, dia a dia, sua saúde alterou-se sensivelmente. Crescia-lhe a palidez: preferindo a solidão, raras vezes falava, ele de tão fácil acesso e ameno conversar. Dir-se-ia que uma febre, uma dor oculta, mas terrível, o devorava. Em 7 de setembro, mal pôde, no cortejo, pronunciar em nome do Instituto Histórico palavras de congratulação pela Independência. No dia imediato, cheio de respeito por seu monarca e sua soberana, acompanhou seus delicados amos desde manhã até a hora avançada em que terminou um baile: beijou pela última vez as augustas mãos de SS. MM. II., e seu leito de descanso foi, daquele momento em diante, um leito de agonia!

A 24 de setembro, a artilharia gemeu desde a madrugada em feral recordação pelo Sr. D. Pedro I. Esses tiros amiudados fizeram-lhe impressão, e às 10 horas da manhã, com sobre-humano vigor, revolveu-se em luta à morte; cruenta, medonha, prolongada luta, que só findou pouco além da meia-noite!

Como um boato sinistro, em surda voz correu de boca em boca na manhã seguinte a notícia do seu passamento! Fr. Fabiano, que o ungira, estava de joelhos, postas as mãos, a cabeça apoiada em uma das bordas do leito, que uma multidão consternada contemplava imóvel. O sacerdote ergueu-se: "Está tudo acabado", disse. Como se esperassem o som desta voz para despertarem, um, e depois outro, e todos precipitaram-se sobre o corpo de quem ocupara lugar tão grande no coração de seus concidadãos. Beijavam-no em soluços, chamavam-no, regavam-no de pranto... Tudo foi inútil! Aquele que inventa no Céu solenes

tragédias e manda se cumpram na Terra, chamara um justo para guardá-lo consigo séculos e séculos!

Esse justo chamou-se Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho, visconde de Sepetiba, grande do império, do conselho de S. M. o Imperador, fidalgo de sua casa, gentil-homem de sua imperial câmara, senador do império, desembargador da Relação do Rio de Janeiro, cavaleiro das Ordens de Cristo e da Rosa, dignitário da imperial Ordem do Cruzeiro, Grã-Cruz de Leopoldo I da Bélgica, de Nossa Senhora da Conceição da Vila Viçosa de Portugal, da real Ordem de Fernando de Nápoles, da nobre e antiga Ordem de Carlos III de Espanha, de Alexandre Nevsky, dos quatro imperadores da Rússia, cavaleiro de S. João de Jerusalém, vice-presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, membro da Sociedade Etnológica de Paris, da Sociedade Arqueológica de Bruxelas, da Real Associação das Ciências, Letras e Artes de Antuérpia, etc.

FRANCISCO DE PAULA NEGREIROS SAIÃO LOBATO



Chamado em março deste ano para o Ministério, havendo entrado no parlamento em 1849, o Sr. **Francisco de Paula Negreiros Saião Lobato**, herdeiro de um belo nome, tem sabido conservá-lo tão puro como o deixou seu pai, aumentando-lhe o brilho e a glória.

Filho do Conselheiro João Evangelista de Faria Lobato, senador do império pela província de Minas Gerais, e da Sra. D. Maria Isabel Manso Saião, nasceu ele nesta cidade do Rio de Janeiro, em 25 de maio de 1815.

A constância das opiniões, a admirável coragem cívica, essa virtude tão rara em nossa terra e em nossos dias, a ilibada inteireza do Senador João Evangelista deixaram vestígios profundos na memória dos contemporâneos, e são decerto os modelos adotados pelo filho; daí resulta que ainda os adversários, que se

desgostam da tenacidade de convicções com que se vêem combatidos, honram o seu caráter, e poupam-lhe até a calúnia.

A sua fraca compleição física impôs ao carinho dos pais, que o queriam convenientemente educar, a dor de uma prematura separação; foi necessário mandá-lo, ainda na idade de 9 anos, para o colégio da serra do Caraça, na província de Minas, para que ar mais puro lhe robustecesse a saúde

Acompanhou-o nesse destino seu irmão mais moço, o Dr. João Evangelista Negreiros Saião Lobato, atual juiz de direito de Porto Alegre, que vimos por diversas vezes na Câmara dos Deputados pelo voto das províncias de São Paulo e do Rio Grande do Sul.

O colégio do Caraça ainda então não gozava da justa celebridade que depois lhe granjearam os insignes alunos que dele saíram, e entre os quais logo se distinguiu, nas nossas academias jurídicas, o aluno que por conselho da medicina tinha ido abrigar a sua débil e valetudinária infância.

Matriculado em 1830 no curso jurídico de Olinda, tanto se distinguiu entre os seus condiscípulos que foi pela congregação dos lentes premiado: no ano seguinte continuou seus estudos no curso jurídico de São Paulo, onde recebeu em 1834 o grau de bacharel formado. Nessa academia conhecemos o jovem fluminense, distinto desde então pelas mesmas qualidades que ainda hoje o ornaram, frieza de raciocínio sempre lógico, sempre bem deduzido, elocução animada que cativa os que ouvem, séria aplicação, e caráter severo para si, ameno para os seus amigos.

Como todos os talentos chamados a representar papel considerável no regime de discussão em que vivemos, o jovem Saião Lobato era amigo das letras, e nos estudos literários fortificava, enriquecia a sua inteligência, e adquiria essa dicção elegante e firme que o recomendam como escritor e como orador.

Seguiu a carreira da magistratura; juiz de órfãos da cidade de Niterói em 1835, foi despachado juiz de direito em 1838, e serviu seguidamente na província do Espírito Santo, e nas comarcas de Vassouras, de Niterói, de Campos, da província do Rio de Janeiro, tendo sido em 1840 chefe de polícia da cidade da Bahia.

O nome do magistrado que então adquiriu, de magistrado como todos deveriam ser, tão ilustrado e severo, quão reto e justiceiro, deve ser para o Sr. Saião Lobato um público galardão de que justamente se ufane; esse nome o acompanha na carreira política que tem trilhado e muito lhe facilitou as avenidas de altas posições a que tem subido.

Infelizmente, o corpo de S. Ex^a não é tão firme e robusto como o seu espírito: achando-se em 1856 gravemente enfermo, teve de resignar-se a ser

aposentado com as honras de desembargador, e a magistratura brasileira ficou privada de um dos que mais a enobrecem.

Posteriormente a moléstia deu tréguas à sua presa, e o espírito ativo do Sr. Saião, suprimindo a fraqueza física em que ela o deixara, habilitou-o para prestar-se ao convite honroso que lhe fez o Ministério de 12 de dezembro, para aceitar a alta posição administrativa de diretor da alfândega da corte.

No novo emprego a que foi chamado, o Sr. Saião confirmou o seu renome, e ao passo que sua inteireza zelava com eficácia os interesses do estado, confiados ao seu espírito de fiscalização, soube granjear toda a estima e simpatia dos honrados negociantes que com aquela repartição tem dependências, e dos funcionários que, debaixo das suas ordens, cooperam nessa importantíssima casa de arrecadação. Uma inteligência clara, um espírito justo, mas não chicaneiro, uma benevolência que tempera o zelo, sem fazê-lo adormecer, foram as qualidades que distinguiram o administrador, como haviam enobrecido o magistrado.

Vejamos agora o Sr. Saião na vida política.

Magistrado antes de tudo, o Sr. Saião não militava nas bandeiras dos nossos partidos políticos, não se envolvia em suas lutas e, portanto, estava extenuado de suas paixões e interesses. Ninguém, porém, ignorava que o digno magistrado herdara, com as virtudes paternas, as nobres convicções do distinto senador; era, pois, conservador. Na grande reação que houve de 1843 a 1848, e que tão implacável se mostrou na província do Rio de Janeiro, pois cumpria a todo transe conquistá-la e dominá-la, achou-se envolvido o juiz de direito de Vassouras. Então apareceu ele na imprensa fluminense com uma belíssima publicação acerca dos atos presidenciais de que fora vítima. E essa publicação revelou aos homens das idéias proscritas um hábil escritor com que poderiam contar para a divulgação das suas doutrinas.

A eleição de 1849 o chamou à tribuna parlamentar pela província do Rio de Janeiro; desde então os votos dos eleitores fluminenses sempre o acompanharam; pois se na eleição de 1856 não foi mandado à Câmara deve ser isto atribuído a não se haver ele apresentado candidato, a não ter escolhido círculo, e talvez a ter reservado as suas forças para a eleição de senador que de próximo se lhe seguiu. Nessa eleição apareceu ele em 1- lugar na lista tríplice, e com brilhante votação qual até então não tinha obtido candidato algum que estivesse em oposição ao Ministério.

De feito, a sessão legislativa que terminara em 1856, vira o Sr. Saião em oposição, não ao princípio da conciliação, mas ao modo por que ia ele sendo aplicado: separando-se do Ministério, combateu algumas

das suas propostas e, especialmente, a que reformava a lei de 3 de dezembro de 1842, proposta contra a qual houve essa demonstração política, geralmente conhecida com o nome de — agitação de Vassouras —, e que, aprovada pela Câmara, foi dormir nas pastas da Comissão do Senado. Sem fazer uma oposição acintosa e sistemática a esse Ministério, o Sr. Saião raramente abandonava a tribuna, quando tinha de contra eles sustentar as sãs doutrinas políticas, ou os grandes interesses administrativos.

E, pois, quando se apresentou à eleição para lista tríplice de senador, havendo nove concorrentes, alguns altamente sustentados pelo Governo, entre eles, todos de certo digníssimos, não estava o Sr. Saião Lobato. Essa circunstância dá maior realce ao resultado conseguido, prova mais cabalmente a confiança e a estima do corpo eleitoral fluminense.

A eleição, que no Rio de Janeiro a esta se seguiu, foi a do ano passado, e trouxe de novo à Câmara o Sr. Saião; sem embargos dos esforços empregados pelos amigos de um candidato para abrir brecha no distrito por onde se apresentava o digno fluminense, nunca foi duvidoso o resultado da eleição.

Na vida parlamentar do Sr. Saião Lobato há uma parte gloriosíssima, que não devemos omitir; foi a que ele teve no projeto da lei das estradas de ferro, o seu incansável zelo pela decretação da via férrea do vale do Paraíba, a sua constância em todas as discussões travadas a esse respeito, as considerações previdentes que fez sobre os inconvenientes necessários da simultânea decretação de tantas estradas, com que imprudentes desejos de melhoramento ainda não necessários, ainda sazoados, iam sobrecarregar o tesouro público, e comprometer os poucos capitais acumulados no país. A sua voz previdente não foi ouvida; mas hoje ninguém há que não lhe faça justiça, e não lastime o ter ela sido perdida, o haver o entusiasmo prescindido da reflexão, e desdenhado dos seus conselhos.

Magistrado, orador, administrador e político, o Sr. Saião tem mais um título, o de bellissimo escritor. Dois opúsculos políticos de algum vulto apareceram nas colunas do *Jornal do Comércio e Correio Mercantil* apareceram anônimos, mas a curiosidade pública não respeitou o anônimo, e S. Ex^a não nega a paternidade deles.

Em ambos esses opúsculos, o Sr. Saião Lobato saiu em defesa do princípio fundamental das suas crenças políticas, a sustentação da monarquia como fiadora da liberdade e da ordem, do progresso moral e material do país.

O escritor deixou exuberantemente provadas as suas teses; mas, infelizmente, são elas tais que, constantemente vencedoras pela razão, são constantemente atacadas, abaladas pelo arrastamento do erro, pela cegueira da paixão, e assim carecem de contínua defesa, de constante vitória.

Enfim, em março foi chamado ao Ministério o Sr. Saião: aí não o acompanharemos neste breve esboço — o futuro o completará. Mas o que podemos afirmar, sem que a nossa voz seja suspeita, é o que todos aí podem ver nas colunas do *Jornal do Comércio*. Uma época em que os mais santos princípios são contestados pela irreflexão, que não mede o alcance dos seus ataques, e quando tantos esmorecidos acham que não vale a pena refutar o erro, o Sr. Saião Lobato tem-se mostrado grande pensador, tanto quanto distinto orador: insistente na sustentação das suas convicções, pois ao triunfo dessas convicções está ligado todo o porvir do país, S. Ex^a não tem perdido ocasião de aparecer — *pro ara et focis*. Outros, que não nós, dirão se na tribuna de 1861 houve quem mais se distinguisse.